UNITED STATES
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
WASHINGTON, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

☐ **DECLARAÇÃO DE REGISTRO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12(b) OU (g) DA LEI DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**
OU

☒ **RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**
Para o exercício fiscal encerrado em: 31 de dezembro de 2011
OU

☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

☐ **RELATÓRIO DE EMPRESA DE FACHADA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

Número de registro na Comissão: 001-15276

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (*)

(Nome exato do Requerente conforme especificado em seu estatuto)
(*) Antiga razão social: Banco Itaú Holding Financeira S.A.
N/A
(Tradução do nome do Requerente em inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição da sociedade)

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
04344-902 São Paulo, SP, Brazil

Alfredo Egydio Setubal (Investor Relations Officer)
e-mail: aes-drinvest@itau-unibanco.com.br
Telefone: +55-11-5019-1549

Títulos e valores mobiliários registrados ou a registrar em conformidade com o Artigo 12 (b) da Lei:

Título de cada ação:	**Nome de cada bolsa de valores em que está registrada:**
Ação preferencial, sem valor nominal	New York Stock Exchange*
Ações Depositárias Americanas (evidenciadas Pelos Recibos Depositários Americanos), cada Uma representando uma (1) Ação Preferencial	New York Stock Exchange

*Não para fins de negociação, mas apenas com relação ao registro das Ações Depositárias Americanas, conforme exigido pela Securities and Exchange Commission.

Títulos e valores mobiliários registrados ou a registrar em conformidade com o Artigo 12 (g) da Lei:
Nenhum.

Títulos e valores mobiliários sujeitos a obrigação de relatório segundo o Artigo 15 (d) da Lei:
Nenhum.

A quantidade de ações em circulação de cada classe de ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em 31 de dezembro de 2011 era:
2.289.284.300 Ações Ordinárias, sem valor nominal por ação
2.224.355.729 Ações Preferenciais, sem valor nominal por ação

Indique com um X se o requerente for um emissor renomado ("well-known seasoned"), conforme definido pela Regra 405 da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários

Sim ☒ Não ☐

Se este relatório for annual ou intermediário, indique com um X se o requerente não for obrigado a arquivar relatórios, conforme definido pelo Artigo 13 ou 15 (d) da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934

Sim ☐ Não ☒

Indique com um X se o requerente (1) registrou todos os relatórios exigidos pelo Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses antecedents (ou period mais curto em que o requerente deveria registrar tais relatórios) e (2) estava sujeita a essas exigências de registro nos últimos 90 dias.

Sim ☒ Não ☐

Indique com um X se o requerente submeteu, no formato eletrônico, e disponibilizou em seu site corporativo na Internet, caso o tenha, todos os Arquivos Interativos de Dados cujo envio e disponibilização sejam obrigatórios, conforme exigência da regra 405 da Regra S-T (§232.405 deste capítulo) durante os 12 meses (ou em um período mais curto em que o requerente foi solicitado a submeter e disponibilizar tais arquivos).

Sim ☒ Não ☐

Indique com um X se o requerente é um registrante antecipado de grande porte, registrante antecipado ou registrante não antecipado. Consulte a definição de registrante antecipado de grande porte e registrante antecipado na Regra 12b-2 da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários. (Marque um)

Registrante Antecipado de Grande Porte ☒ Registrante Antecipado ☐ Registrante não antecipado ☐

Indique com um X em qual base contábil o requerente preparou as Demonstrações Financeiras incluídas nesse arquivo:

U.S. GAAP ☐ IFRS - Normas Internacionais de Relato Financeiro ☒ "Outros" ☐

Se "outros", indique com um X qual item de demonstrações contábeis o requerente decidiu seguir.

Item 17 ☐ Item 18 ☒

Se este documento for um relatório anual, indique com um X se o requerente for uma empresa de fachada ("*shell company")*, conforme definido na Regra 12b-2 da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários.

Sim ☐ Não ☒

SUMÁRIO

Página

PARTE I

ITEM 1 **DESCRIÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E ALTA ADMINISTRAÇÃO**.....6

ITEM 2 **ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO** 6

ITEM 3 **INFORMAÇÕES RELEVANTES** 7

3A. DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS 7
3B. CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO 13
3C. MOTIVOS DA OFERTA E USO DOS RESULTADOS 13
3D. FATORES DE RISCO 14

ITEM 4 **INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA** 25

4A. HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA COMPANHIA 25
4B. VISÃO GERAL DO NEGÓCIO 28
4C. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 125
4D. IMOBILIZADO 126

ITEM 4A **COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS** 126

ITEM 5 **ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS** 127

5A. RESULTADOS OPERACIONAIS 127
5B. LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL 150
5C. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, PATENTES E LICENÇAS, ETC. 161
5D. INFORMAÇÕES SOBRE TENDÊNCIAS 161
5E. CONTRATOS FORA DO BALANÇO PATRIMONIAL 162
5F. DIVULGAÇÃO TABULAR DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 163

ITEM 6 **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS** 164

6A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA 164
6B. HONORÁRIOS 169
6C. PRÁTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 170
6D. FUNCIONÁRIOS 176
6E. PROPRIEDADE DE AÇÕES 178

ITEM 7 **PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS** 180

7A. PRINCIPAIS ACIONISTAS 180
7B. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 181
7C. PARTICIPAÇÃO DE PERITOS E ADVOGADOS 183

ITEM 8 **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS** 184

8A. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS 184
8B. MUDANÇAS RELEVANTES 188

ITEM 9 **OFERTA E REGISTRO** 189

9A. DETALHES DA OFERTA E DO REGISTRO 189
9B. PLANO DE DISTIBUIÇÃO 191
9C. MERCADOS 191
9D. ACIONISTAS VENDEDORES 197
9E. DILUIÇÃO 197
9F. DESPESAS DA EMISSÃO 197

ITEM 10 **INFORMAÇÕES ADICIONAIS** 198

10A. CAPITAL SOCIAL 198

10B. ESTATUTO SOCIAL 198
10C. CONTRATOS RELEVANTES 207
10D. CONTROLES CAMBIAIS 207
10E. TRIBUTAÇÃO 208
10F. DIVIDENDOS E AGENTES DE PAGAMENTO 216
10G. LAUDOS DE PERITOS 216
10H. DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS 216
10I. OUTRAS INFORMAÇÕES 216

ITEM 11 INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO 217

ITEM 12 DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES 228

12A. TÍTULOS DE DÍVIDA 228
12B. BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO E DIREITOS 228
12C. OUTROS 228
12D. AÇÕES DEPOSITÁRIAS AMERICANAS 228

PARTE II

ITEM 13 INADIMPLÊNCIAS, ATRASOS DE DIVIDENDOS E OUTROS ATRASOS 231

ITEM 14 MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E UTILIZAÇÃO DA RECEITA 231

ITEM 15 CONTROLES E PROCEDIMENTOS 232

ITEM 16 [RESERVADO] 233

16A. ESPECIALISTA FINANCEIRO DO COMITÊ DE AUDITORIA 233
16B. CÓDIGO DE ÉTICA 233
16C. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS PRINCIPAIS AUDITORES 233
16D. ISENÇÕES DAS NORMAS DE REGISTRO PARA OS COMITÊS DE AUDITORIA 234
16E. COMPRA DE AÇÕES PELO EMISSOR E COMPRADORAS AFILIADAS 235
16F. MUDANÇA NA AUDITORIA INDEPENDENTE DO REGISTRANTE 235
16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA 235

PARTE III

ITEM 17 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..... .239

ITEM 18 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..... .239

ITEM 19 ANEXOS.....240

INTRODUÇÃO

No presente documento, os termos (1) “Itaú Unibanco Holding”, “Itaú Holding”, “nós”, ou “nosso” referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. (anteriormente Banco Itaú Holding Financeira S.A.) e suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma; (2) “Itaú Unibanco” refere-se ao Itaú Unibanco S.A. (anteriormente Banco Itaú S.A.) e “Itaú BBA” refere-se ao Banco Itaú BBA S.A., em cada caso junto com suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma; (3) o “Grupo Financeiro Itaú” refere-se ao Itaú Holding e todas as suas subsidiárias antes da Associação; (4) o “Grupo Financeiro Unibanco” refere-se ao Unibanco Holdings e todas as suas subsidiárias antes da Associação; (5) o “Grupo Itaú Unibanco” refere-se ao Itaú Unibanco Holding e todas as suas subsidiárias e coligadas; (6) “governo brasileiro” refere-se ao governo federal da República Federativa do Brasil; (7) “ações preferenciais” e “ações ordinárias” referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal, (8) “ADSs” referem-se às nossas Ações Depositárias Americanas (um ADS representa 1 (uma) ação preferencial), (9) “real”, “reais” ou “R$” são reais, a moeda oficial do Brasil, e (10) “US$”, “dólares” ou “dólares dos EUA” são dólares.

Em 31 de dezembro de 2011 e 21 de março de 2012, a taxa do mercado comercial para a compra de dólares dos Estados Unidos era de R$ 1,8758 para US$ 1,00 e R$ 1,8267 para US$ 1,00, respectivamente.

As demonstrações contábeis consolidadas, constantes do Item 18 deste relatório anual, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional, ou IFRS, referem-se a 31 de dezembro de 2011 e 2010 e 1º de janeiro de 2010 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Até 31 de dezembro de 2010, elaboramos as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o U.S.GAAP. Todos os dados financeiros referentes a 2010 constantes deste relatório foram elaborados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Usamos as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para nossos reportes aos acionistas brasileiros, nos registros na Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

Nosso ano fiscal termina em 31 de dezembro, e as alusões neste relatório anual a qualquer ano fiscal específico referem-se ao período de doze meses findo em 31 de dezembro daquele ano.

Alguns dados setoriais apresentados neste relatório anual foram extraídos das seguintes fontes: Sistema do Banco Central, ou SISBACEN, um banco de dados de informações fornecidas pelas instituições financeiras ao Banco Central; a Associação Brasileira de Empresas de Leasing, ou ABEL; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES; a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, ou ANBIMA; o Conselho Monetário Nacional, ou CMN, e a agência reguladora do setor de seguros, Superintendência de Seguros Privados, ou SUSEP.

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram feitas ou à data deste relatório anual, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde essa data.

AVISO DE CAUTELA SOBRE AS INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual contém informações que são ou podem constituir informações prospectivas, inclusive, entre outras, as do “Item 3D. Fatores de Risco”, “Item 4B. Visão Geral do Negócio” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”. Tais informações prospectivas se baseiam, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas informações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio, e o desempenho dos mercados financeiros;
- Turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Consolidação da concorrência e da indústria;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Alterações em nossas carteiras de crédito, títulos e valores mobiliários e derivativos;
- Nossa exposição à dívida brasileira pública;
- Expectativas incorretas de precificação e reservas inadequadas;
- Eficácia de nossas políticas de gestão de risco;
- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacionais e de segurança;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Regulação de nosso negócio de forma consolidada;
- Integração dos negócios adquiridos ou incorporados; e
- Outros fatores de risco expostos em “Item 3D. Fatores de risco”.

As palavras “acreditar”, “poder”, “dever”, “estimar”, “continuar”, “prever”, “pretender”, “esperar” e semelhantes são usados para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever informações prospectivas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste relatório anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas informações prospectivas.

ITEM 1 DESCRIÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Não se aplica.

ITEM 2 ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

Não se aplica.

ITEM 3 INFORMAÇÕES RELEVANTES

3A. Dados Financeiros Selecionados

Os dados financeiros selecionados a seguir devem ser lidos em conjunto com a “Introdução” e o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” deste relatório anual. As informações a seguir fazem integralmente referências às nossas demonstrações contábeis consolidadas incluídas no Item 18 deste relatório anual.

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e nossas demonstrações contábeis, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou BR GAAP, aplicáveis às instituições cujo funcionamento depende de autorização do Banco Central. Os princípios e normas contábeis geralmente aplicáveis segundo o BR GAAP incluem aqueles estabelecidos pela legislação societária brasileira (Lei nº. 6.404, e alterações posteriores, inclusive a Lei nº. 11.638), pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ou CPC, que iniciou a emissão de normas em 2007, e pelo Conselho Federal de Contabilidade, ou CFC, sendo que orientações interpretativas foram emitidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, ou IBRACON, até o início das atividades do CPC. No caso de sociedades sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a vigência dos pronunciamentos contábeis emitidos pelos normatizadores contábeis, tais como o CPC, depende da aprovação do pronunciamento pelo CMN e pelo Banco Central, que também estabelece a data de vigência dos pronunciamentos. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor. Consulte o “Item 9C. Mercados” para informações complementares.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas referentes aos exercícios apresentados. Os dados apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e as notas contidas no “Item 18: Demonstrações Contábeis” e as informações fornecidas no “Item 5: Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”. Salvo indicação contrária, todas as informações financeiras consolidadas contidas neste documento foram elaboradas de acordo com o IFRS emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Até 31 de dezembro de 2010, nossas demonstrações financeiras consolidadas eram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (U.S. GAAP). Todos os dados referentes aos exercícios de 2011 e 2010 incluídos neste relatório foram elaborados em conformidade com o IFRS emitido pelo IASB. Os dados referentes aos segmentos e divisões do grupo foram extraídos de nossos sistemas de relatórios gerenciais e não são necessariamente baseados no IFRS ou elaborados em conformidade com esses padrões contábeis. Consulte o “Item 5A” e a “Nota 33 da nossa Demonstração Financeira Consolidada”, para obter uma discussão das principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e nossas demonstrações contábeis consolidadas baseadas no IFRS.

As demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2011, 2010 e 1º de janeiro de 2010, constantes deste relatório anual, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, uma firma de auditoria independente, conforme declarado em seu parecer incluído em outro item deste relatório anual.

Dados Financeiros Selecionados - IFRS

Estas informações qualificam-se, na sua totalidade, por referência às demonstrações contábeis consolidadas incluídas no Item 18.

Demonstração do Resultado	**Exercício findo em 31 de dezembro**	
	2011	**2010**
	(em milhões de R$)	
Produto bancário	74.276	69.415
Perdas com créditos e sinistros	(16.072)	(12.938)
Margem operacional	**58.204**	**56.477**
Despesas gerais e administrativas	(35.674)	(34.632)
Despesas tributárias	(4.166)	(4.164)
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas	(113)	349
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.956)	(4.042)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.315	(1.494)
Lucro líquido	**14.610**	**12.494**
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	(773)	(786)
Lucro líquido atributível ao Itaú Unibanco Holding	**13.837**	**11.708**

Informações Sobre Lucros e Dividendos por Ação (4)

	Exercícios findo em 31 de dezembro	
	2011	**2010**
	(em R$, exceto número de ações)	
Lucro básico por ação (1):		
Ordinárias	3,06	2,58
Preferenciais	3,06	2,58
Lucro diluído por ação (1):		
Ordinárias	3,05	2,57
Preferenciais	3,05	2,57
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação (2)		
Ordinárias	0,97	0,86
Preferenciais	0,97	0,86
Média ponderada do número de ações em circulação:		
Ordinárias	2.289.284.275	2.289.284.273
Preferenciais	2.240.026.557	2.246.784.818
Média ponderada do número de ações em circulação diluído:		
Ordinárias	2.289.284.275	2.289.284.273
Preferenciais	2.251.061.836	2.260.240.831

(1) O lucro por ação foi calculado de acordo com o "método das duas classes", estabelecido pela IAS 33 – Lucro por Ação. Consulte o “Item 10B. Estatuto Social” para obter a descrição das nossas duas classes de ações. Consulte a Nota 27 às demonstrações contábeis consolidadas para obter o cálculo detalhado do lucro por ação.

(2) A legislação societária brasileira permite que paguemos juros sobre o capital próprio como uma alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte o “Item 8A. Demonstrações Contábeis Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Política de Dividendos e Dividendos” e o “Item 10E. Tributação – Juros Sobre o Capital Próprio" e nota 20b das demonstrações financeiras consolidadas para obter a descrição dos juros sobre o capital próprio.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	**2010**
	(em US$)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação (1)(2):		
Ordinárias	0,52	0,52
Preferenciais	0,52	0,52

(1) A legislação societária brasileira permite que paguemos juros sobre o capital próprio como uma alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte o “Item 8A. Demonstrações Contábeis Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Política de Dividendos e Dividendos” e o “Item 10E. Tributação – Considerações Sobre Impostos Brasileiros - Juros Sobre o Capital Próprio" para obter a descrição dos juros sobre o capital próprio.

(2) Convertido de reais para US$ pela taxa de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou juros sobre o capital próprio foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Dados do Balanço Patrimonial

Ativo	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
	(em milhões de R$)	
Disponibilidades	10.668	10.172
Depósitos Compulsórios no Banco Central	98.053	85.776
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.821	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	92.248	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	121.889	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado	186	306
Derivativos	8.754	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	47.510	44.539
Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	3.105	3.170
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquidas	322.391	274.843
Outros Ativos Financeiros	40.254	40.945
Investimentos em Empresas Não Consolidadas	2.544	2.948
Imobilizado, Líquido	5.358	4.801
Ativos Intangíveis, Líquido	3.825	2.934
Ativos Fiscais	26.088	24.142
Bens Destinados à Venda	85	78
Outros Ativos	7.357	5.637
Total do Ativo	**818.136**	**727.082**
Ativos médios remunerados (*)	**731.572**	**592.744**
Ativos médios não remunerados (*)	**59.248**	**57.425**
Ativos médios totais (*)	**790.820**	**650.169**

(*) Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas – Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros” para obter informações mais detalhadas sobre a média do ativo, passivo e patrimônio líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Passivo	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
	(em milhões de R$)	
Depósitos	242.636	202.688
Captações no Mercado Aberto	185.413	199.657
Passivos Financeiros Mantidos Para Negociação	2.815	1.335
Derivativos	6.747	5.671
Recursos de Mercados Interbancários	90.498	62.599
Recursos de Mercados Institucionais	54.807	44.513
Outros Passivos Financeiros	44.119	41.012
Provisões de Seguro e Previdência Privada	70.904	56.864
Passivos de Planos de Capitalização	2.838	2.603
Provisões	15.990	14.457
Obrigações Fiscais	7.408	12.110
Outros Passivos	18.625	16.021
Total do Passivo	**742.800**	**659.530**
Patrimônio Líquido		
Capital	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	(1.663)	(628)
Capital Adicional Integralizado	738	490
Reservas Integralizadas	24.279	16.904
Reservas a Integralizar	5.561	3.615
Resultado Abrangente Acumulado	26	494
Total do Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding	**73.941**	**65.875**
Participações de Acionistas Não Controladores	1.395	1.677
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**818.136**	**727.082**
Passivos Médios Remunerados (*)	**580.695**	**471.501**
Passivos Médios Não Remunerados (*)	**142.740**	**120.440**
Patrimônio Líquido Total Médio (*)	**67.385**	**57.736**
Passivo e Patrimônio Líquido Total Médio (*)	**790.820**	**650.169**

(*) Consulte “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas – Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros” para obter informações mais detalhadas sobre a média do ativo, passivo e patrimônio líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Índices Consolidados Selecionados (%)

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	**2010**
Lucratividade e desempenho		
Margem financeira líquida (1)	6,6	7,8
Retorno sobre os ativos médios (2)	1,7	1,8
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (3)	20,5	20,3
Liquidez		
Empréstimos e arrendamento mercantil como porcentagem dos depósitos totais (4)	142,7	145,5
Capital		
Patrimônio total como porcentagem do ativo total (5)	9,0	9,1

(1) Receita financeira líquida dividida pelos ativos remunerados médios. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas – Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros" para obter informações mais detalhadas sobre a média do ativo, passivo e patrimônio líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(2) Lucro líquido atribuível ao Itaú Unibanco Holding dividido pelo ativo total médio. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas – Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros" para obter informações mais detalhadas sobre a média do ativo, passivo e patrimônio líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(3) Lucro líquido atribuível ao Itaú Unibanco Holding dividido pelo patrimônio líquido médio. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas – Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros" para obter informações mais detalhadas sobre a média do ativo, passivo e patrimônio líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(4) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício dividido pelo total de depósitos no encerramento do exercício.

(5) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total do ativo no encerramento do exercício.

Taxas de câmbio

Até 14 de março de 2005, segundo a regulamentação brasileira, as operações de câmbio eram realizadas no mercado de câmbio de taxa comercial ou no mercado de câmbio de taxa flutuante. O mercado comercial estava reservado principalmente para as operações de câmbio ou operações que, em geral, necessitam da aprovação prévia do Banco Central, como os investimentos registrados por pessoas estrangeiras e respectivas remessas de recursos para o exterior (inclusive o pagamento de principal e juros sobre empréstimos, notas, títulos de dívida e outros instrumentos de dívida expressos em moedas estrangeiras e registrados no Banco Central). O mercado de câmbio de taxa flutuante é aplicável, em geral, a transações específicas para as quais não é necessária a aprovação do Banco Central. Em geral, as taxas nos dois mercados eram as mesmas. Em 4 de março de 2005, o CMN, por meio da Resolução nº 3.265, vigente a partir de 14 de março de 2005, atualizada pela Resolução nº 3.568 de 29 de maio de 2008, unificou os dois mercados e permitiu que a taxa de câmbio flutuasse livremente para todos os fins. Recentemente, o CMN emitiu as Resoluções nº 3.844 e 3.845, ambas datadas de 3 de março de 2010, e o Banco Central emitiu as Circulares nºs 3.491, 3.492 e 3.493, todas datadas de 24 de março de 2010, que consolidam e simplificam certas normas de câmbio e os respectivos procedimentos. Em 2011 o processo de simplificação de regras e procedimentos relativos a câmbio foi continuado. De acordo com a emissão da Circular 3.545 em 04 de julho de 2011, o Banco Central adotou um novo sistema de processamento de transações de câmbio e revisou a metodologia de contraltos de câmbio. Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e a venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a determinados procedimentos regulatórios.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e sobre a remessa para investidores estrangeiros do resultado dos seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o governo imponha essas restrições sempre que houver um desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou quando houver razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos prever se o governo brasileiro imporá restrições às remessas no futuro. O real poderá desvalorizar-se ou valorizar-se de forma significativa em relação ao dólar dos EUA no futuro.

Em 21 de março de 2012, a taxa de câmbio do dólar frente ao real era de R$ 1,8267 para US$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a taxa de venda do dólar dos EUA, conforme dados do Banco Central, nos períodos e nas datas indicadas.

	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US$ 1,00			
Ano	**Mínima**	**Máxima**	**Média (1)**	**Final do ano**
2007	1,7325	2,1556	1,9300	1,7713
2008	1,5593	2,5004	1,8335	2,3370
2009	1,7024	2,4218	1,9905	1,7412
2010	1,6554	1,8811	1,7589	1,6662
2011	1,5345	1,9016	1,6709	1,5611
2012 (até 21 de Março de 2012)	1,7024	1,8683	1,7583	1,8267

Fonte: Banco Central

(1) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês do período em questão.

	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US$ 1,00			
Mês	**Baixa**	**Alta**	**Média (1)**	**Final do ano**
Setembro 2011	1,6040	1,9016	1,7498	1,8544
Outubro 2011	1,6885	1,8856	1,7726	1,6885
Novembro 2011	1,7270	1,8937	1,7905	1,8109
Dezembro 2011	1,7830	1,8758	1,8369	1,8758
Janeiro 2012	1,7389	1,8683	1,7897	1,7391
Fevereiro 2012	1,7024	1,7376	1,7184	1,7092
Março 2012 (até 21 de março de 2012)	1,7152	1,7245	1,7199	1,8267

Fonte: Central Bank

(1)Representa a média das taxa de câmbio no último dia de cada mês durante o período em questão.

3B. Capitalização e endividamento

Não se aplica.

3C. Motivos da oferta e uso dos resultados

Não se aplica.

3D. Fatores de Risco

A seção a seguir não contém descrição de todos os riscos relacionados ao investimento em nossas ações preferenciais e ADSs. Os riscos a seguir descritos são os riscos que consideramos relevantes nesta data. É possível que haja riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou sobre os quais não temos conhecimento, e qualquer um desses riscos poderia ter efeitos semelhantes àqueles mencionados a seguir.

Dessa forma, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente este relatório em sua totalidade e e considerar, entre outros fatores, os fatores de risco relacionados com o Itaú Unibanco Holding, as instituições financeiras brasileiras e o Brasil, geralmente não associados aos investimentos em valores mobiliários dos EUA, da Europa e outros semelhantes, inclusive os fatores de risco mencionados abaixo. Nossos negócios, os resultados de nossas operações, nossa situação financeira e perspectivas poderiam ser afetados negativamente se qualquer um desses riscos se materializar e, consequentemente, o preço de mercado das nossas ações preferenciais e ADSs poderia cair e o investidor incorreria na perda da totalidade ou de parte do investimento.

Riscos relativos ao Brasil

O governo brasileiro exerceu, e continua a exercer, influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações e, consequentemente, o preço de Mercado de nossas ações preferenciais e ADSs.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e realiza mudanças em suas políticas e regulamentações. As medidas tomadas pelo governo brasileiro já envolveram, no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, controles de limite de capital e restrições a determinadas importações e, antes da implantação do atual regime de câmbio flutuante, desvalorizações da moeda. Os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser materialmente e negativamente afetados por mudanças na política ou nas regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- exigências de reservas;
- exigências de capital;
- liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito;
- crescimento de economia, inflação e volatilidade cambial;
- políticas fiscais e regulatórias;
- restrições sobre as remessa para o exterior e outros controles cambiais;
- aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciam a capacidade de nossos clientes de cumprirem suas obrigações conosco; e
- outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetem o Brasil.

Como um banco no Brasil, a maioria de nossas receitas, despesas, ativos e passivos está diretamente atrelada às taxas de juros. Portanto, os resultados de nossas operações e nossa situação financeira são significativamente afetados pela inflação, flutuações nas taxas de juros e de políticas monetárias relacionadas, que podem ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira e sobre nós, incluindo nossa carteira de crédito, nosso custo de captação e nossa receita de operações de crédito.

Adicionalmente, mudança na administração do País podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem nos afetar. A incerteza sobre a implantação de mudanças nas políticas ou regulamentações pelo governo brasileiro no futuro pode contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados

de valores mobiliários brasileiros e em títulos de emissores brasileiros, que por sua vez pode ter um efeito relevante adverso sobre nós.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações.

A inflação e as oscilações nas taxas de juros geraram no passado efeitos adversos na economia brasileira. Embora o governo brasileiro tenha conseguido manter a inflação em níveis próximos à meta desde a introdução de metas de inflação em 1999, nós não podemos assegurar que tais níveis continuarão a ser mantidos. A inflação, em especial aumentos repentinos na inflação, normalmente causa perda de poder aquisitivo. Além disso, períodos prolongados de alta inflação provocam distorções na alocação de recursos. De 2004 a 2011, a média anual de inflação foi 5,4%. A inflação esperada para 2012, estimada pelo Banco Central, é de 5,28%.

As medidas para combater as taxas de inflação historicamente elevadas incluem uma política monetária rígida, com altas taxas de juros, resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo. Entre 2005 e 2011, a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central, que é a taxa de juros adotada como referência para remunerar os detentores de títulos e valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro e negociados através do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou taxa SELIC, variou entre 19,75% ao ano e 8,75% ao ano Expectativas de mercado sobre possíveis ações futuras do governo na economia, ou sua intervenção no mercado de câmbio e os efeitos do desaquecimento dos mercados financeiros globais geraram e continuam a gerar oscilações nas taxas de juros. Adicionalmente, se o Brasil registrar oscilações nas taxas de inflação no futuro, nossos custos e margens líquidas podem ser afetados de forma material e adversa, e as medidas governamentais para combater a inflação podem incluir uma política monetária restritiva com taxas de juros elevadas, que podem prejudicar nossos negócios. Aumentos na taxa SELIC podem nos afetar de forma material e adversa, reduzindo a demanda por crédito, aumentando os custos de nossas reservas e aumentando o risco de inadimplência de clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC também podem nos afetar de forma material e adversa, reduzindo ganhos advindos de ativos remunerados por juros, assim como nossas margens.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar negativamente a economia brasileira, o nosso negócio, a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar dos Estados Unidos da América e a outras moedas estrangeiras. No passado, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou uma série de regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas e minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante e taxas de câmbio vinculadas a controles de câmbio. Desde 1999, o Brasil tem adotado o sistema de câmbio flutuante, por meio do qual o Banco Central faz intervenções na compra ou venda de moedas estrangeiras. De tempos em tempos, a taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas varia de forma significativa. Por exemplo, o real desvalorizou-se 15,7%, 34,3% e 24,2% em relação ao dólar dos Estados Unidos da América em 2001, 2002 e 2008, respectivamente, e valorizou-se 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5%, 20,7%, 34,2% e 4,5% em relação ao dólar dos Estados Unidos da América em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010, respectivamente. Em 2011, o real desvalorizou 11,2% em relação ao dólar dos Estados Unidos da América, de uma taxa de câmbio de R$1,67 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2010, para uma taxa de câmbio de R$1,88 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2011. A taxa de câmbio média do real em relação ao dólar em 2011 foi de R$1,67 por U$$ 1,00, em comparação com uma taxa de câmbio média do real em relação ao dólar de R$1,76 por US$1,00 em 2010.

Alguns de nossos ativos e passivos são expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, principalmente ao dólar dos Estados Unidos da América. Em 31 de dezembro de 2011, 27.0% do nosso passivo total e 19,8% do nosso ativo total foram expressos em uma moeda estrangeira ou indexados a uma moeda estrangeira. Embora em 31 de dezembro de 2011, os nossos principais investimentos estrangeiros estavam economicamente cobertos, a fim de mitigar os efeitos decorrentes da volatilidade cambial, incluindo tributos sobre o potencial impacto desses investimentos, não existe nenhuma garantia de que tais estratégias de hedge permanecerão em vigor, ou irão compensar esses efeitos. Assim, uma depreciação do real pode ter vários efeitos negativos sobre nós, incluindo (i) perdas em nossos passivos denominados em, ou indexados a, moeda estrangeira, (ii) prejuízos à nossa capacidade de pagar tais obrigações expressas em dólar dos Estados Unidos da América ou a ele indexadas, por tornar mais caro a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações, (iii) redução da capacidade de nossos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em dólar dos Estados Unidos da América ou a ele indexadas, e (iv) impactos negativos no preço de mercado de nosso portfólio de títulos. Por outro lado, uma valorização da moeda brasileira pode nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Portanto,

dependendo das circunstâncias, uma depreciação ou apreciação do real pode ter um efeito negativo material em nossos negócios, em nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações.

Os desdobramentos e a percepção de risco de outros países podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos brasileiros.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos da América, os países da União Europeia e os países de mercados emergentes, podem afetar em graus variados o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas nesses países possam divergir de forma significativa das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desdobramentos nesses outros países podem ter um efeito negativo material no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros, na disponibilidade de crédito no Brasil e na quantidade de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises na União Europeia, nos Estados Unidos da América e em mercados emergentes podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive nos nossos papéis. Isso pode afetar de forma adversa e material o preço de mercado de nossos títulos e também pode dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e o financiamento, sob condições aceitáveis ou não, de nossas operações no futuro.

Bancos localizados em países considerados mercados emergentes podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou aumentos nos custos de financiamentos, o que pode ter um impacto material adverso na nossa situação financeira. Adicionalmente, a disponibilidade de crédito para as entidades que operam em mercados emergentes é significativamente influenciada por níveis de confiança dos investidores nesses mercados como um todo e qualquer fator que impacte na confiança do mercado (por exemplo, uma diminuição na classificação de risco de crédito ou a intervenção estatal ou do Banco Central em um mercado) pode afetar de forma material e adversa o preço ou disponibilidade das fontes de captação de recursos para entidades inseridas em quaisquer desses mercados.

Riscos Relativos ao Nosso Negócio e ao Setor Bancário

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais e na economia dos países em que temos negócios, especialmente o Brasil.

A partir do final de 2007, grandes instituições financeiras, inclusive alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimentos e seguradoras globais passaram por dificuldades significativas, especialmente devido à falta de liquidez e depreciação dos ativos financeiros. Estas dificuldades restringiram a capacidade de grandes instituições financeiras globais continuarem realizando operações de empréstimo e causaram prejuízos. Além disso, as inadimplências de certas instituições financeiras, e até mesmo dúvidas sobre a solvência das mesmas e do setor de serviços financeiros, têm levado, de forma geral, a problemas de liquidez do mercado como um todo e poderiam levar a prejuízos ou inadimplências por parte de outras instituições e à falência das mesmas.

Estamos expostos a turbulências e volatilidade dos mercados financeiros globais em virtude dos seus efeitos sobre o ambiente econômico e financeiro dos países em que operamos, especialmente o Brasil, tais como o desaquecimento da economia, o aumento na taxa de desemprego, a redução no poder aquisitivo de consumidores e a falta de disponibilidade de crédito. Emprestamos principalmente a tomadores brasileiros, e os efeitos econômicos citados podem prejudicar significativamente nossos clientes e aumentar as operações de crédito em atraso ou inadimplidas, e como resultado, aumentar o risco associado à nossa atividade de crédito e nos obrigar a fazer revisões correspondentes nos nossa modelagem de gestão de risco e de reserva para não pagamentos de empréstimos. Por exemplo, em 2009, tivemos um aumento do índice de inadimplência em empréstimos com atraso acima de 90 dias, que passou de 3,9% do total de empréstimos em 31 de dezembro de 2008 para 5,6% em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2011, nosso índice de inadimplência em empréstimos com atraso acima de 90 dias representava 4,88% do total de nossa carteira de crédito.

A crise financeira global teve consequências significativas para o Brasil e em outros países em que operamos, incluindo volatilidade no valor das ações, em juros e no mercado de crédito, uma desaceleração econômica geral, e taxas de câmbio voláteis que podem, direta ou indiretamente, afetar de forma material e adversa o preço de mercado de títulos brasileiros e terem um efeito adverso relevante em nossos negócios, nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações. Além disso, falhas institucionais e as turbulências do mercado financeiro no Brasil e em outros países em que operamos poderiam restringir o nosso acesso ao mercado de capitais.

A continuidade ou a piora da turbulência ou da volatilidade nos mercados financeiros globais poderiam levar a outros efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro brasileiro e nos outros países em que atuamos, o que poderia ter um efeito material adverso sobre nós.

Uma falha ou defeito dos nossos sistemas operacionais e de segurança poderiam ocasionar a interrupção temporária em nossos negócios, aumentando nossos custos e causando prejuízos.

Embora tenhamos controles de segurança da informação de alto desempenho, investimentos contínuos em infraestrutura e gerenciamento de crises e operações, nossos sistemas de negócios, financeiro, contábil, de processamento de dados ou outros sistemas e instalações operacionais podem parar de funcionar adequadamente por um tempo limitado ou ficar temporariamente indisponíveis ou fora de serviço devido a uma série de fatores, inclusive eventos que estão inteira ou parcialmente fora de nosso controle, dentre os quais: falta de energia e interrupção dos serviços de telecomunicações; quebras, falhas nos sistemas ou outros eventos que afetem terceiros com os quais fazemos negócios ou que facilitam nossas atividades de negócios, inclusive bolsas, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços; eventos causados por problemas locais ou de maior abrangência de natureza política ou social e ataques cibernéticos.

Interrupções e falhas temporárias da infraestrutura física ou de sistemas operacionais que fornecem suporte aos nossos negócios e clientes, ou ataques cibernéticos poderiam causar desgastes com o cliente, multas regulatórias, sanções ou intervenção, reembolso ou outros custos de indenização.

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios.

Os bancos brasileiros, inclusive nós, estão sujeitos a extensivas e contínuas revisões regulatórias pelo governo brasileiro, especialmente pelo Banco Central. Nós não temos controle sobre as leis ou regulamentações emitidas pelo governo, as quais regulam todas as facetas de nossas operações, incluindo regulamentações que impõem ou disciplinam:

- exigências de capital mínimo;
- exigências de reservas e depósitos compulsórios;
- restrições nas atividades de cartão de crédito;
- níveis mínimos de empréstimos para financiamentos imobiliários e ao setor rural;
- restrições nas fontes de captações de recursos;
- limites de crédito, crédito vinculado e outras restrições de crédito;
- limites para investimentos em ativos fixos;
- exigências relacionadas à governança corporativa;
- limitações nas cobranças de comissões ou tarifas pelas instituições financeiras pelos serviços prestados aos clientes e a porcentagem de juros que a instituição pode cobrar;
- requisitos contábeis e de estatísticas; e
- outras exigências ou limitações no contexto da crise financeira global.

A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras, inclusindo os bancos, corretoras e empresas de leasing, e as companhias de seguro, está em constante evolução. As turbulências e a volatilidade no mercado financeiro global, que resultaram em problemas de liquidez em diversos grandes bancos estrangeiros, podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis a instituições financeiras brasileiras, baseado nesses acontecimentos no exterior.

Em resposta à crise financeira global que teve início no final de 2007, órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia, propuseram reformas para evitar a

ocorrência de uma crise semelhante, inclusindo relativas à estrutura de Basileia III. Em 2012, o Banco Central emitiu diretrizes preliminares e um cronograma estimado para a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil. Consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária — Regulamentação do Banco Central — Exigências de Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos do Capital Regulamentar/Patrimônio de Referência”. Adicionalmente, o Banco Central emitiu novas normas para a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil, conforme detalhado no edital de Audiência Pública nº 40/2012 de 17 de fevereiro de 2012. Consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central - Exigências de Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos de Capital Regulamentar/Patrimônio de Referência – Implementação de Basileia III no Brasil”. Na hipótese de as normas constantes da Audiência Pública nº 40/2012 serem implementadas de acordo com o texto proposto pelo Banco Central e, considerando nossos índices de capital regulatórios atuais, assim como em estimativas conservadoras de retorno esperado e crescimento de ativos, nós não antecipamos que capital regulatório adicional será necessário para suportar nossas operações no futuro. No entanto, dependendo do resultado da Audiência Pública 40/2012, nós poderemos ter que reavaliar nossa estratégia de financiamento para capital regulatório.

A alteração nas leis ou regulamentações aplicáveis ou a adoção de novas leis e regulamentos pode ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossa situação financeira e sobre os resultados de nossas operações, inclusive nossa capacidade de conceder empréstimos, fazer investimentos ou prestar determinados serviços financeiros. Consulte “Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária”.

Além disso, há vários projetos de lei sendo analisados pelo congresso brasileiro que, se convertidos em lei tal como se encontram, poderiam nos afetar de forma adversa. Por exemplo, um projeto de lei para beneficiar tomadores de empréstimos pessoas físicas que estão inadimplentes permitiria que os tribunais alterassem os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações. Além disso, outro projeto de lei para alterar as regras do processo civil poderia ter o efeito de tornar a recuperação mais difícil, e a interposição de recursos de instâncias superiores, mais onerosa.

Também temos operações fora do Brasil, inclusive na Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Portugal e nos Estados Unidos. Alterações nas leis e regulamentos aplicáveis aos nossos negócios nos países em que operamos, ou a adoção de novas leis, como a Lei Dodd-Frank de Proteção ao Consumidor e Reforma de Wall Street, nos Estados Unidos, e a respectiva regulamentação, podem ter efeito significativo adverso sobre nossos negócios, situação financeira e resultado das operações.

A alteração de leis e regulamentos existentes ou a adoção de novas leis e regulamentos poderiam ter efeito significativo adverso sobre os nossos negócios, situação financeira e resultado das operações, inclusive nossa capacidade de conceder empréstimos, fazer investimentos ou prestar determinados serviços financeiros. Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão”.

Alterações na regulamentação tributária podem afetar negativamente os resultados de nossas operações.

Para sustentar suas políticas fiscais, o governo brasileiro regularmente promove reformas no regime tributário e em outros regimes de tributação. Tais reformas incluem a promulgação de novos tributos, mudança na base de cálculo ou nas alíquotas de tributação, incluindo as taxas aplicáveis somente ao mercado financeiro e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, destinado a propósitos governamentais específicos. Por exemplo, em julho de 2011, o governo brasileiro introduziu o imposto sobre operações com títulos e valores mobiliários (“IOF/Títulos-Derivativos”) à alíquota de 1,0% incidente sobre o valor de referência ajustado de derivativos financeiros. Em 2011 o governo também alterou por duas vezes a alíquota do imposto sobre operações financeiras ou “IOF” incidente sobre o crédito ao consumidor: aumento de 1,5% ao ano em abril e redução de 0,5% ao ano em dezembro. Consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária — Tributação — Imposto sobre Operações Financeiras”. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações que resultem da implementação de tributação adicional não podem ser quantificados. Essas mudanças, no entanto, podem reduzir o volume de nossas operações, aumentar os nossos custos ou limitar a nossa rentabilidade.

Futuras mudanças na política fiscal que podem afetar operações financeiras incluem a criação de novos tributos. Até 2007, transações financeiras específicas estavam sujeitas à CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira). Entretanto, existem muitas incertezas quanto à reintrodução da CPMF, ou tributos de natureza similar, no futuro. Além disso, o Congresso Brasileiro pode vir a discutir uma ampla reforma tributária para melhorar a eficiência da alocação de recursos econômicos, como proposto pelo Poder Executivo do Governo Federal. Significantes reformas tributárias vêm sendo discutidas nos últimos anos, mas não podemos prever se tais

reformas serão implantadas no futuro. O efeito dessas mudanças, se promulgadas, e quaisquer outras que decorram da promulgação de outras reformas tributárias não pode ser quantificado.

Aumentos nas exigências de reservas e depósitos compulsórios podem afetar de forma negativa e material nossos negócios, nossa situação financeira e o resultado das nossas operações.

O Banco Central tem alterado periodicamente o nível das reservas e dos depósitos compulsórios que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Brasil junto ao Banco Central. O Banco Central pode aumentar as exigências das reservas e dos depósitos compulsórios no futuro ou impor novas obrigações.

Os aumentos nas exigências de reservas e depósitos compulsórios reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, como consequência, podem afetar de forma negativa e material nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

Os depósitos compulsórios geralmente não proporcionam os mesmos retornos que outros investimentos e depósitos porque uma parcela deles:

- não rende juros;
- deve ser detida em títulos do governo federal brasileiro; e
- deve ser usada para financiar programas governamentais, inclusive um programa habitacional federal e subsídios do setor rural.

Para obter informações mais detalhadas sobre exigências de capital e de depósitos compulsórios, consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Regulamentação e Supervisão”.

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos R$92.323 milhões em depósitos compulsórios remunerados e R$5.730 milhões em depósitos compulsórios não remunerados. Para obter informações mais detalhadas sobre depósitos compulsórios, consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária - Informações Estatísticas Selecionadas – Depósitos compulsórios no Banco Central”.

O ambiente cada vez mais competitivo e as recentes consolidações do setor bancário brasileiro podem ter efeito adverso relevante sobre nós.

Os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos privados brasileiros e bancos internacionais, incluindo também, a crescente competição com os bancos públicos brasileiros. A concorrência aumentou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e como resultado da nova regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional que facilita para os clientes transferirem seus negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte “Item 4B. Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária”. O aumento da concorrência pode nos afetar negativamente caso, entre outros fatores, limite a nossa capacidade de reter a base de clientes existentes, aumentar a base de clientes e de expandir nossas operações, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos e, ainda, na medida em que limite as oportunidades de investimento.

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, nossa carteira de crédito e financiamento era de R$346.264 milhões, comparado a R$294.837 milhões em 31 de dezembro de 2010. Nosso saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R$23.873 milhões, representando 6.9% de nossa carteira de crédito total em 31 de dezembro de 2011, comparada a R$19.994 milhões, representando 6,8% de nossa carteira de crédito total em 31 de dezembro de 2010. A qualidade de nossa carteira de crédito está sujeita a alterações no perfil de nossos negócios, as quais podem resultar de crescimento orgânico ou de aquisições que nós realizamos e depende da situação econômica nacional e, em menor grau, da internacional. Alterações negativas que afetem qualquer dos setores aos quais temos exposição de crédito significativa, eventos políticos dentro e fora do Brasil ou a variabilidade da atividade econômica podem ter um impacto material negativo em nossos negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, nossa experiência histórica de perdas de crédito pode não ser indicativa de nossas perdas de crédito futuras.

Além disso, nossa estratégia inclui esforços para expandir significativamente a nossa carteira de crédito, bem como aumentar o número de clientes, principalmente pessoas físicas e as pequenas e médias

empresas do mercado, que servimos. Determinados produtos financeiros que oferecemos as pessoas físicas e outros clientes geralmente se caracterizam por margens mais elevadas, bem como por maiores riscos de inadimplência. Um futuro aumento da nossa carteira de crédito, bem como um direcionamento para produtos de maiores margens e de maior risco, pode resultar em taxas de inadimplência maiores, o que poderia ter um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações.

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito a flutuações de mercado devido a mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais e podem produzir prejuízos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos negociáveis representavam R$172.690 milhões, ou 21.1% de nossos ativos, e os instrumentos financeiros derivativos, que são usados para proteção contra riscos, representavam R$8.754 milhões ou 1,1% de nossos ativos, e os ganhos e perdas realizados e não realizados tiveram e continuarão a ter um impacto significativo nos resultados de nossas operações. Estes ganhos e perdas, registrados quando os investimentos em valores mobiliários são vendidos ou ajustados a valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), ou quando os derivativos são ajustados a valor de mercado, podem flutuar consideravelmente de um período para o outro e são impactados pelas condições econômicas domésticas e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos para nos proteger contra uma diminuição no valor do real e nas taxas de juros e o valor do real aumentar ou as taxas de juros aumentarem, podemos incorrer em perdas financeiras. Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados ou não realizados para qualquer período futuro, e as variações de um período para o outro não possuem valor analítico prático que nos ajude a fazer tal estimativa. Tais perdas poderiam afetar adversa e materialmente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não continuar a contribuir para a receita líquida em níveis consistentes com os períodos mais recentes, ou não contribuir de forma alguma e nós podemos não realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes em nosso portfólio de investimentos consolidado ou em qualquer dos ativos desse portfólio.

Exposição à dívida do governo federal brasileiro pode vir a nos afetar negativamente.

Como muitos outros bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida do governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente 14.2% de todos os nossos ativos e 64.0% de nossa carteira de títulos eram compostos por títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Qualquer falha por parte do governo brasileiro de efetuar pagamentos pontuais nos termos desses títulos, ou uma redução significativa no valor de mercado desses títulos, terá um efeito adverso relevante para nós.

Se as nossas expectativas na precificação estiverem incorretas ou nossas reservas para pagamento de sinistros e reclamações de segurados forem inadequadas, a rentabilidade dos nossos produtos securitários e de previdência e nossos resultados operacionais e condições financeiras podem ser adversamente afetados de modo relevante.

Nossa companhia de seguros e nossas empresas que ofertam produtos de previdência definem os preços e estabelecem cálculos para vários dos nossos produtos securitários e de previdência com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação dos nossos produtos securitários e de previdência e a formação das nossas reservas para pagar os sinistros e reclamações são especificamente baseadas em modelos que incluem várias premissas e projeções que são inerentemente incertas e que envolvem uma série de juízos de valor, inclusive quanto ao nível e/ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, benefícios, reclamações, despesas, juros, resultados de investimentos, taxas de juros, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Embora se revise anualmente os preços dos nossos produtos securitários e de previdência e a adequação das reservas, nós não podemos determinar com precisão os montantes que efetivamente teremos que pagar, ou o momento de pagamento dos atuais benefícios, sinistros e despesas, ou se os nossos ativos que suportam nossas responsabilidades, somados a prêmios futuros e contribuições, irão ser suficientes para o pagamento dos benefícios e sinistros. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação poderia ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se nós concluíssemos que nossas reservas e os prêmios futuros são insuficientes para cobrir futuros sinistros de apólices e reclamações, nós teríamos que elevar nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações financeiras no período em que a determinação de aumento de reservas é feito, o que pode ter um efeito material adverso em nossos negócios, nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações.

As nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional podem não ser totalmente eficazes para atenuar a nossa exposição a riscos não identificados ou imprevistos.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gerenciamento de riscos de mercado, de crédito e operacional, inclusive nossas ferramentas de modelos estatísticos, tais como o value at risk, ou VaR, o teste de estresse e as análises de sensibilidade, podem não ser totalmente eficazes na mitigação da nossa exposição a risco em todos os ambientes do mercado econômico ou contra todos os tipos de riscos, inclusive os que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações do comportamento histórico do mercado. Nós aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, a estas observações para quantificar o nosso risco de exposição. Estas ferramentas e medições qualitativas podem não prever todo tipo de exposições de risco futuro. Estas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Isto limitaria nossa capacidade de administrar nossos riscos. Nossas perdas, portanto, poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, nossa modelagem quantitativa não leva em consideração todos os riscos. Nossa abordagem qualitativa para a gestão destes riscos pode se revelar insuficiente, expondo-nos a perdas inesperadas relevantes. Se os clientes existentes ou potenciais acreditarem que a nossa gestão de risco é inadequada, podem realizar seus negócios em outra instituição. Isto poderia prejudicar a nossa reputação, bem como as nossas receitas e lucros.

Além disso, nossos negócios dependem da capacidade de processar um grande número de transações de forma segura, eficiente e precisa. Perdas podem resultar de pessoas despreparadas, sistemas e procedimentos de controles internos inadequados ou falhos, falhas de sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações normais do negócio. Também enfrentamos o risco de que a estrutura de nossos controles e procedimentos para mitigação de risco operacional se revele insuficiente ou que seja contornada.

Podemos incorrer em perdas associadas com riscos das exposições de contrapartes.

Estamos sujeitos à possibilidade de que uma contraparte não honre suas obrigações contratuais. Estas contrapartes podem não cumprir com suas obrigações devido à falência, à falta de liquidez, falha operacional ou por outros motivos. Este risco pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro, ou ao conceder linhas de crédito ou celebrar outros contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos; executar operações no mercado de câmbio ou de outros ativos, que venham a não ser liquidados no momento requerido devido a não entrega pela contraparte ou à falha de sistemas de compensação pelos agentes de câmbio, de câmaras de compensação ou de outros intermediários financeiros. Além disso, rotineiramente transacionamos com contrapartes na indústria de serviços financeiros, incluindo corretores e distribuidores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de hedge, entre outros clientes institucionais.

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

Em 31 de janeiro de 2012, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51,00 % das nossas ações ordinárias e 25,54% do nosso capital total. Consulte “Item 7A - Principais Acionistas e Dividendos”. Dessa forma, a IUPAR tem o poder de nos controlar, inclusive o de eleger e destituir nossos conselheiros e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos. Além disso, a IUPAR é controlada compartilhadamente pela Itaúsa, que é controlada pela família Egydio de Souza Aranha, e pelos antigos acionistas controladores do Unibanco, a família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos seus interesses como titular das ãções preferenciais e ADSs.

Nossos acionistas não têm a mesma proteção caso a maioria dos membros do conselho de administração fossem independentes.

Conforme descrito no “Item 7A. Principais Acionistas”, a IUPAR é nossa acionista controladora e, consequentente, tem poderes para nos controlar, inclusive o poder de nomear e destituir nossos conselheiros e diretores. Nosso conselho de administração é formado atualmente por 13 membros, dos quais apenas 3 são independentes, de acordo com a nossa política de governança corporativa. Na qualidade de emissor privado estrangeiro, estamos sujeitos a normas de governança corporativa, tais como as regras de empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, que diferem daquelas aplicáveis aos emissores norte-americanos, inclusive com relação às exigências de independência dos conselheiros. Consulte o “Item 16G - Governança Corporativa.” Um número significativo de nossos conselheiros participa do processo decisório de assuntos nos quais eles têm mais interesses do que teriam os conselheiros independentes. Como resultado, os

interesses desses conselheiros podem, às vezes, não coincidir com os dos nossos acionistas. Além disso, vários de nossos conselheiros são afiliados da IUPAR, e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados com os dos nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas dependerão do exercício, por parte de nossos conselheiros, de seus deveres fiduciários como membros de conselho de administração, de forma justa para com nossos acionistas.

Estamos sujeitos a regulamentos de forma consolidada e podemos estar sujeitos a liquidação ou intervenção de forma consolidada.

O Banco Central nos considera, nossas subsidiárias e afiliadas como uma única instituição financeira para fins regulatórios. Embora nossa base de capital consolidada proporcione solidez e flexibilidade financeira para nossas subsidiárias e afiliadas, suas atividades poderiam indiretamente colocar nossa base de capital em risco. Em especial, qualquer investigação ou intervenção do Banco Central nos negócios de nossas subsidiárias e afiliadas também poderia ter um impacto material adverso em nossas outras subsidiárias e afiliadas e, por fim, em nós.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve certos riscos que podem ter um efeito material adverso sobre nós.

Como parte de nossa estratégia de crescimento no setor financeiro brasileiro, participamos de uma série de fusões e aquisições no passado e podemos fazer novas aquisições no futuro,. Acreditamos que estas operações irão contribuir para nosso crescimento e competitividade no setor bancário brasileiro.

Qualquer aquisição e fusão de instituições e ativos e a integração dessas instituições e ativos envolvem certos riscos, incluindo o risco de que:

- a integração de novas redes, sistemas de informação, de pessoal, financeiros e de contabilidade, de riscos e outros sistemas de gestão, planejamento financeiro e elaboração de relatórios, produtos e bases de clientes em nosso negócio existente possa enfrentar dificuldades, fazendo com que incorramos em custos inesperados e despesas operacionais, além de gerar demandas adicionais à nossa administração;

- possamos incorrer em passivos ou contingências inesperadas relacionadas com as empresas adquiridas;

- autoridades reguladoras e de defesa da concorrência possam impor restrições ou limitações nos termos da aquisição ou fusão, solicitar a alienação de certos ativos ou negócios ou recusar a aprovação de tal transação; e

- as sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios provenientes de tais fusões ou aquisições possam não ser totalmente alcançados.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, a redução de custos e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou incorrer em maiores custos de integração do que o estimado, os resultados das operações e nossa situação financeira podem ser afetados adversamente.

Riscos relativos às ações preferenciais e às ADSs

A relativa volatilidade e ausência de liquidez dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários podem limitar, de forma significativa, a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais representadas pelos ADSs, pelo preço e na época em que desejar.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve com frequência um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos Estados Unidos da América ou em outros países, sendo que esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais

volátil do que os principais mercados nos Estados Unidos da América ou em outros países. Existe também uma maior concentração no mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários em comparação aos principais mercados de títulos e valores mobiliários, como os Estados Unidos da América ou outros países. As dez maiores empresas em termos de capitalização de mercado representam 54,4% da capitalização de mercado total da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&F Bovespa. Desse modo, a capacidade de o investidor vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs ao preço e no momento desejado pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais e as ADSs geralmente não concedem direito a voto.

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de ADSs, não têm direito a voto nas assembleias de acionistas, exceto em circunstâncias específicas. Consulte o "Item 10B. Estatuto Social". Nos casos específicos em que os acionistas preferenciais têm direito a voto, os detentores de ações preferenciais representadas pelos ADSs só poderão exercer referido direito na forma determinada pelo contrato de custódia dos ADSs.

Embora não haja previsão na legislação ou em nosso estatuto social que restrinja a capacidade dos detentores de ADS exercerem seu direito de voto, por meio do banco depositário, existem restrições de ordem prática, em decorrência das etapas operacionais adicionais envolvidas na comunicação com esses acionistas. Na convocação para assembleias, por exemplo, nossos preferencialistas receberão uma convocação por meio de carta ou publicação em jornais de grande circulação e poderão exercer o respectivo direito de voto por meio da participação na assembleia ou por meio de um procurador. Os detentores de ADS, por outro lado, somente receberão convocação pessoal se estiverem inscritos em nosso mailing list. Caso não estejam cadastrados, receberão a convocação apenas através do banco depositário.

Nesse sentido, o contrato de custódia determina que convoquemos o banco depositário, que, por sua vez e na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADS, acompanhada das instruções para participação na assembleia. Caso desejem exercer o respectivo direito de voto, os detentores de ADS deverão instruir o banco depositário acerca de como devem votar as ações representadas pelos seus ADS. Em decorrência dessa etapa adicional envolvendo o banco depositário, o processo para exercício do direito de voto é mais longo para os detentores de ADS.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais

Podemos não conseguir oferecer nossas ações preferenciais a detentores americanos de ADSs, conforme regras de direitos de preferência aplicáveis a detentores de nossas ações preferenciais em qualquer emissão de nossas ações preferenciais, exceto se for concedido registro de oferta de direitos de preferência e ações preferenciais de acordo com a Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, ou se houver uma isenção desse registro de acordo com a Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América. Não somos obrigados a solicitar registro relacionado aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, e não podemos assegurar que solicitaremos esse registro. Se tal registro não for solicitado ou se não houver uma isenção de registro, o Bank of New York Mellon, como depositário, fará uma tentativa de venda dos direitos de preferência, e os detentores terão o direito de receber os resultados da venda. Entretanto, os direitos de preferência expirarão caso o depositário não efetue a venda dentro do prazo de exercício, hipótese em que os detentores americanos de ADSs não receberão qualquer valor decorrente da concessão dos direitos de preferência. Para mais informações sobre o exercício desses direitos, consulte o "Item 10B. Estatuto Social – Direitos de preferência no aumento de capital em ações preferenciais".

O cancelamento de ADSs e a retirada de ações preferenciais poderão acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil.

Como detentor de ADSs, o investidor beneficia-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais representadas por ADSs, o que permite ao custodiante converter dividendos e outras distribuições relacionadas às ações preferenciais em moeda estrangeira e remeter os resultados para o exterior. Se o investidor solicitar o cancelamento das ADSs e consequentemente receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, ele somente terá o direito de continuar a utilizar o certificado eletrônico de registro do capital estrangeiro do custodiante durante cinco dias úteis a contar da data de referido recebimento. Dessa forma, quando da alienação das ações preferenciais ou recebimento de distribuições relacionadas às ações preferenciais, o investidor não poderá remeter moeda

estrangeira ao exterior, a menos que obtenha o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, ou se qualifique nos termos das normas brasileiras sobre investimento estrangeiro que autorizam alguns investidores estrangeiros a comprar e vender ações nas bolsas de valores brasileiras sem a necessidade de obter certificados eletrônicos separados de registro de capital estrangeiro. Se o investidor não se qualificar, nos termos das normas brasileiras sobre investimento estrangeiro, ele estará, em geral, sujeito a um tratamento fiscal menos favorável aos dividendos, distribuições, e resultados de qualquer alienação de nossas ações preferenciais. Se tentar obter o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o investidor poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de registro, o que pode atrasar o recebimento de dividendos ou das distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou o retorno do capital de forma tempestiva. Além disso, se o investidor solicitar o cancelamento das ADSs e consequentemente receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, a regulamentação em vigor exige que o investidor realize as correspondentes operações de câmbio e pague os tributos incidentes sobre tais operações. O certificado eletrônico do registro de capital estrangeiro do depositário pode também ser afetado negativamente por futuras alterações legislativas.

É possível que os detentores de nossas ações preferenciais e ADSs não recebam dividendos.

De acordo com nosso estatuto social, devemos distribuir aos nossos acionistas, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio, 25% de nosso lucro líquido ajustado, que pode ser substancialmente diferente de nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS. Este lucro líquido ajustado pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações nos permite suspender a distribuição obrigatória de dividendos em um determinado exercício na hipótese do nosso Conselho de Administração comunicar aos acionistas que tal distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. Consulte o “Item 8A. Demonstrações Contábeis Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Política de Dividendos e Dividendos” e o “Item 10B. Estatuto Social – Cálculo do Montante a Distribuir”.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de companhias organizadas sob as leis dos Estados Unidos ou de outros países.

Nossos assuntos societários são disciplinados por nosso estatuto social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios legais diferentes dos que seriam aplicáveis se o emissor fosse constituído nos Estados Unidos ou outros países. Nos termos da legislação societária brasileira, o detentor de ADSs e os acionistas de ações preferenciais podem ter direitos diferentes no que se refere à proteção dos interesses do investidor, inclusive com relação às medidas tomadas por nosso conselho de administração ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias, comparativamente à legislação de outros países.

ITEM 4 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

4A. Histórico e desenvolvimento da Companhia

Geral

A nossa denominação social é Itaú Unibanco Holding S.A., sendo que a empresa foi constituída em 9 de setembro de 1943 e registrada sob o NIRE nº 35300010230. Somos organizados como uma sociedade por ações por período indeterminado de tempo e regidos pelas leis do Brasil. Nossa sede está situada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP: 04344-902, São Paulo, SP, Brasil e o nosso telefone é +5511-5019-1267.

Informações para investidores podem ser encontradas no website www.itau-unibanco.com.br/ri. As informações contidas em nosso website não estão incluídas como referência a este relatório anual nem devem ser consideradas como parte do mesmo. O nosso agente para fins de citação nos EUA é o gerente geral da nossa agência localizada em Nova York, no endereço 767 Fifth Avenue, 50th floor, New York, NY 10153-0023.

Histórico

As origens do grupo financeiro Itaú datam de 1944, quando membros da família Egydio de Souza Aranha fundaram o Banco Federal de Crédito S.A. em São Paulo. A partir de 1973, passamos a operar com o nome Banco Itaú S.A., hoje Itaú Unibanco. O Unibanco foi fundado pela família Moreira Salles em 1924, sendo o banco privado mais antigo do Brasil à época da Associação.

Em 3 de novembro de 2008, os acionistas controladores da Itaúsa e os acionistas controladores do Unibanco Holdings celebraram um contrato de associação para combinar as operações do Itaú Holding (hoje Itaú Unibanco Holding) e de suas controladas e E. Johnston, Unibanco Holdings, Unibanco e das controladas do Unibanco. Para concretizar a Associação, realizamos uma reestruturação societária, segundo a qual o Unibanco Holdings e sua subsidiária Unibanco tornaram-se subsidiárias integrais do Itaú Unibanco Holding por meio de uma série de operações:

- a incorporação de todas as ações da E. Johnston pelo Itaú Unibanco;
- a incorporação de todas as ações do Unibanco Holdings e do Unibanco que não eram detidas indiretamente pelo Itaú Unibanco pelo Itaú Unibanco; e
- a incorporação de todas as ações do Itaú Unibanco pelo Itaú Unibanco Holding.

A incorporação de ações significa, conforme definição prevista no Artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações, uma reestruturação societária por meio da qual uma sociedade (A) troca suas ações pelas de outra sociedade (B) e, consequentemente, os acionistas da B tornam-se acionistas da A, e A torna-se o único acionista da B. Os acionistas do Itaú Unibanco Holding, do Itaú Unibanco, da E. Johnston, do Unibanco Holdings e do Unibanco aprovaram as operações em assembleias extraordinárias realizadas em 28 de novembro de 2008, as quais foram aprovadas pelo Banco Central em 18 de fevereiro de 2009. As atas das assembleias gerais dos acionistas que refletem a aprovação da incorporação das ações foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo em março de 2009. A Associação foi aprovada sem ressalvas pelo CADE, em 18 de agosto de 2010.

As ações do Itaú Unibanco Holding, inclusive aquelas emitidas em troca das ações do Unibanco e do Unibanco Holdings, começaram a ser negociadas sob o mesmo símbolo em 31 de março de 2009 e, em maio de 2009, os símbolos de negociação foram padronizados para “ITUB” em todas as bolsas de valores onde os valores mobiliários do Itaú Unibanco Holding estão listados. Na assembleia extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, nossos acionistas aprovaram a alteração da razão social de Banco Itaú Holding Financeira S.A. para Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. Na assembleia extraordinária realizada em 24 de abril de 2009, nossos acionistas aprovaram uma alteração adicional da nossa razão social para Itaú Unibanco Holding S.A., homologada belo Banco Central em 12 de agosto de 2009. Por fim, na assembleia extraordinária realizada em 30 de abril de 2009, os acionistas do Itaú Unibanco aprovaram a alteração da razão social de Banco Itaú S.A. para Itaú Unibanco S.A., homologada pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2009.

Como resultado da Associação, muitas iniciativas foram tomadas para concluir a integração dos dois bancos. As principais iniciativas foram:

- adoção de uma nova estrutura de governança corporativa pelo Conselho de Administração;
- integração das áreas corporativa, de banco de investimentos, de corretagem, de administração de recursos, de financiamento de veículos, de private banking e de tesouraria, que têm operado de forma unificada desde o primeiro trimestre de 2009;
- interligação dos caixas eletrônicos;
- divulgação unificada do relatório anual e a adoção de políticas de governança corporativa e gestão de risco unificadas; e
- integração das agências do Unibanco sob a marca "Itaú", que teve início no primeiro trimestre de 2010.

Divulgação Estatística para Holdings Bancárias

Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Informações Estatísticas Selecionadas", para informações adicionais sobre nossos negócios.

Alienações de Investimentos

Unibanco Saúde Seguradora

Em 16 de dezembro de 2009, a Itaú Seguros S.A. ("Itaú Seguros") e o Itaú Unibanco celebraram um acordo com a subsidiária Tempo Participações S.A. para a venda de todas as ações da Unibanco Saúde Seguradora, que eram detidas pela Itaú Seguros e Itaú Unibanco, por R$55 milhões. Pelo desempenho da Unibanco Saúde Seguradora no período de 12 meses após a data de fechamento da operação, Itaú Seguros e Itaú Unibanco tiverem direito a um pagamento adicional de aproximadamente R$50 milhões. O CADE aprovou a operação em dezembro de 2009. A Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") aprovou a operação em 1º de abril de 2010. A concretização da operação ocorreu em 29 de abril de 2010.

Allianz Seguros

Em 29 de dezembro de 2009, a Allianz South America Holding B.V. celebrou um acordo com o Itaú Unibanco Holding para a compra, por R$109 milhões, de 14,03% da participação indireta que o Itaú Unibanco Holding detinha na Allianz Seguros. A operação, concretizada em 14 de janeiro de 2010, foi aprovada pelo CADE em março de 2010. Notificamos a Superintendência de Seguros Privados, ou SUSEP, sobre a transação.

Dispêndios para Aquisição de Imobilizado

Em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro de tecnologia, representando um investimento total de aproximadamente R$800 milhões. Consulte "Negócio – Tecnologia".

Consulte "Item 5B Liquidez e recursos de capital" para uma discussão sobre os dispêndios de capital dos últimos dois exercícios."

Aquisições

Redecard

Em 7 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de realizar, diretamente ou por meio de suas controladas, a aquisição de todas as ações em circulação da Redecard S.A., ("Redecard"), por meio de oferta pública de ações ("OPA") para fins de (i) cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard na CVM e (ii) saída da Redecard do Segmento de Listagem de Governança Corporativa do Novo Mercado mantido pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (ou "BM&F Bovespa").

A Oferta Pública de Ações (OPA) será destinada à aquisição das ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 50% de seu capital social. O preço máximo anunciado a ser ofertado será de R$35,00 (trinta e cinco reais) por ação, a ser pago em moeda corrente nacional, totalizando de até R$11,8 bilhões. Nossa intenção é financiar a OPA com recursos disponíveis em caixa. O Itaú BBA atuará na condição de consultor e intermediário da OPA. A realização da OPA ficará sujeita à aprovação dos órgãos reguladores.

Banco Carrefour

Em 14 de abril de 2011, o Itaú Unibanco celebrou um contrato de compra e venda de ações que dispõe sobre a aquisição, por parte do Itaú Unibanco, de 49% do Banco Carrefour, pelo valor de R$725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Comércio e Indústria Ltda., que opera com a bandeira "Carrefour" no Brasil. Em 14 de abril de 2011, a marca “Carrefour” incluia 163 hipermercados e supermercados e respectivos canais de comércio eletrônico, contava com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito (valor bruto) no valor de R$2.254 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta operação está sujeita à homologação do Banco Central do Brasil.

Carteira do HSBC no Chile

Em 24 de outubro de 2011, concluímos a aquisição da carteira de varejo do HSBC no Chile, que inclui dentre outros, 4 agências e as carteiras de crédito ao consumidor e financiamento imobiliário, posicionando o Itaú como líder do mercado, com uma rede de 88 agências no Chile.

MMC Securities

Em 1º de agosto de 2011, acordamos com os acionistas da MCC a aquisição de 50% mais uma ação do capital da MCC Securities Inc. (Ilhas Cayman) (“MMC Securities”), uma empresa de gestão de patrimônio, formando uma joint venture com os acionistas da MMC almejando clientes chilenos com posições relevantes de patrimônio.

Unibanco Participações Societárias

Em 29 de julho de 2011, adquirimos, através de uma subsidiária integral, as demais participações que ainda não detínhamos no Unibanco Participações Societárias, um investimento indireto do Itaú Unibanco Holding, pelo valor de aproximadamente R$1,2 bilhão à vista.

4B. Visão geral do negócio

Visão Geral

Em 2011, o Itaú Unibanco Holding figurou entre os dez maiores bancos do mundo e, em 2010, foi considerado o maior banco do Brasil em termos de capitalização de mercado, segundo a Bloomberg. As nossas principais atividades operacionais são: (i) banco comercial (abrangendo seguros, planos de previdência e produtos de capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos e diversos produtos e serviços de crédito para pessoas físicas e pequenas e médias empresas); (ii) Itaú BBA (grandes empresas e banco de investimento), (iii) crédito ao consumidor (produtos e serviços financeiros para não correntistas) e (iv) operações com o Mercado e Corporação (relativo à Corporação e Tesouraria na nota 33 das demonstrações financeiras consolidadas).

Em 24 de outubro de 2010 o Itaú Unibanco finalizou a integração de toda sua base de atendimento ao cliente no Brasil. No total, 998 agências e 245 postos de atendimento bancário, ou PABs, do Unibanco foram totalmente reformados e integrados aos postos de atendimento ao cliente do Itaú Unibanco, criando assim uma rede de aproximadamente 4.700 unidades em todo o País com a marca Itaú. Temos uma ampla rede com 4.072 agências, 912 postos de atendimento bancário e 28.769 caixas eletrônicos no Brasil e no exterior. Em 31 de dezembro de 2011, fomos eleitos ou considerados:

- o melhor serviço de private bank do Brasil, segundo a edição 2011 da pesquisa anual de private bank e gestão de fortunas coordenada pela revista Euromoney;
- o maior gestor de fundo mútuo entre os private bank no Brasil, com base nos ativos sob gestão, de acordo com a ANBIMA;
- o maior gestor de ativos de clientes de private bank, de acordo com a ANBIMA; e
- o maior prestador de serviços de valores mobiliários no Brasil, de acordo com a ANBIMA.

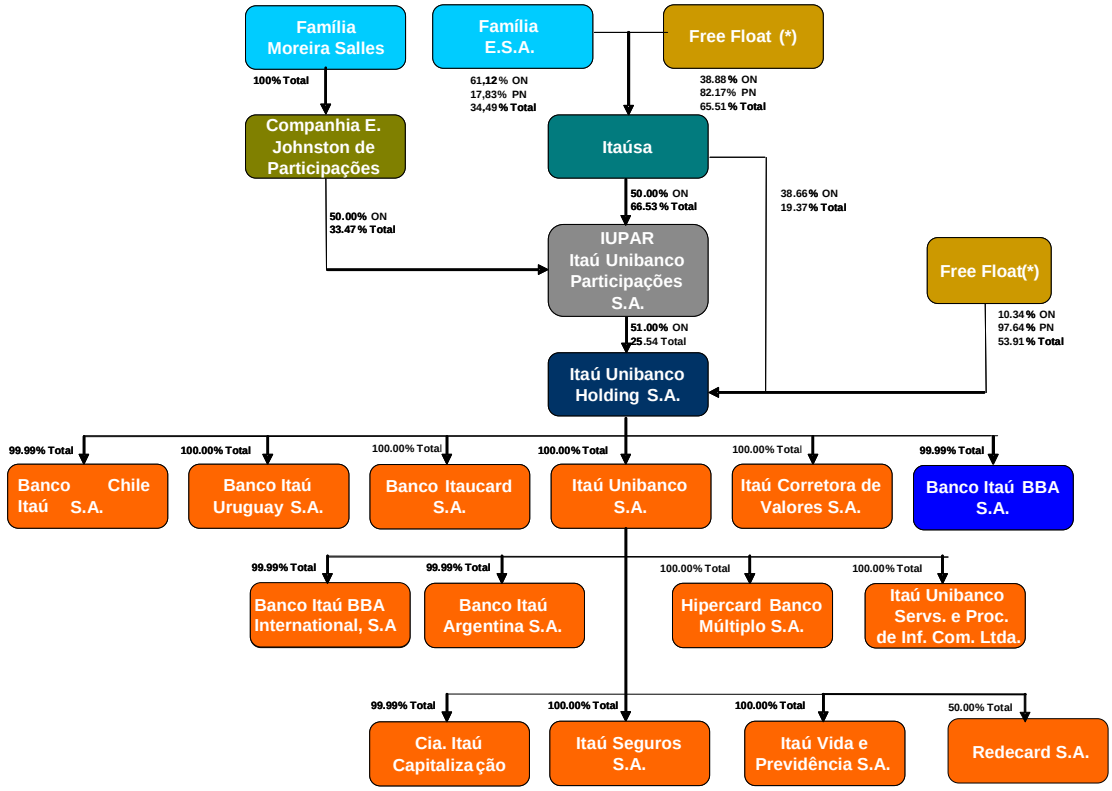
Além disso, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos em 2011:

- “Banco do Ano 2011 – Banco do Ano no Brasil e na América Latina” promovido pela revista The Banker;
- O Banco Mais Sustentável no Mundo, prêmio “2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards, concedido pelo jornal britânico Financial Times e pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial;
- Prêmio Private Banker International Awards 2011 — Outstanding Private Banking in Latin America, desenvolvido pela revista britânica “Private Banker International”; e
- Figura no ranking Top 1000 World Banks, elaborado pela revista britânica “The Banker”. O Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar entre as instituições financeiras do país.

Estrutura Acionária

Somos uma holding financeira controlada pela IUPAR, uma empresa de participações controlada conjuntamente (i) pela Itaúsa, que é uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e (ii) pela E. Johnston, que é uma empresa de participações controlada pelos antigos acionistas controladores do Unibanco, a família Moreira Salles. A Itaúsa detinha diretamente 38,66% de nossas ações ordinárias em 31 de dezembro 2011. Consulte “7A Principais Acionistas”.

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura societária direta e indireta do Grupo Itaú Unibanco em 29 de fevereiro de 2012:



(*) Excluindo a participação dos acionistas controladores e das ações em tesouraria

Os percentuais referem-se às participações diretas e indiretas. Todas as empresas acima foram constituídas e operam no Brasil, exceto o Banco Itaú Argentina S.A. (“Banco Itaú Argentina”), Banco Itaú BBA International S.A. (“Banco Itaú BBA International”), Banco Itaú Chile S.A. (“Banco Itaú Chile”) e Banco Itaú Uruguai S.A. (“Banco Itaú Uruguai”). Para informações adicionais a respeito de nossas principais controladas, consulte a Nota 2.4.a às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Pontos Fortes Competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco do Brasil

As nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil. Elas representam qualidade e confiabilidade e, junto com a nossa ampla carteira de produtos, ajudam-nos a manter uma rotatividade baixa de clientes, particularmente no segmento de alta renda. De acordo com o relatório da Interbrand de 2011, uma empresa de consultoria, nós temos a marca mais valiosa do Brasil, com valor de R$24,3 bilhões em 2011, um crescimento de 18% comparado com 2010.

Extensa rede de agências nas regiões geográficas de grande atividade econômica

Tínhamos uma extensa rede de 4.072 agências, 912 postos de atendimento bancários (PABs) e 28.769 caixas eletrônicos no Brasil e no exterior em 31 de dezembro de 2011. A nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance local, está estrategicamente concentrada no sudeste do Brasil, a região mais rica do país. A nossa rede de agências em outros países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) está também localizada nas regiões de altos níveis de atividade econômica. Uma rede de agências nas principais e mais ricas regiões econômicas nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva na oferta de nossos serviços para uma ampla variedade de clientes e obtenção de lucro em oportunidades seletivas de mercado. A nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços para nossos clientes, que constituem um de nossos pontos fortes competitivos.

Linha diversificada de produtos e serviços

Somos um banco de múltiplos serviços que oferece uma linha diversificada de produtos e serviços, criados para atender às necessidades de diversos tipos de clientes, inclusive grandes empresas, pequenas e médias empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de private bank, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Acreditamos que este modelo cria oportunidades para melhorar nossas relações com os clientes e, dessa forma, aumentar a nossa participação no mercado. Esperamos manter nossa presença dominante conquistando um sólido e crescente número de operações interligadas em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como norteadores de vendas

Nosso uso intenso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos, que contribuem significativamente para o aumento de vendas de produtos e serviços, é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Em 2011, investimos aproximadamente R$4.000 milhões em tecnologia de informação, aproximadamente R$1.000 milhão na compra de hardware e software e aproximadamente R$3.000 milhões no custeio de infraestrutura, operação e manutenção de TI. Aprimoramos a tecnologia que suporta outros acessos remotos ao banco (call centers, Internet banking, etc.) e oferecem aos clientes a capacidade de verificar seus extratos e realizar suas transações. As nossas equipes de vendas podem acessar a avaliação de crédito do cliente diretamente do celular e as propostas de crédito podem ser enviadas pela Internet por qualquer corretor cadastrado em nossos sistemas.

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco durante o aproveitamento de oportunidades

Nosso modelo de precificação baseado em risco é uma importante vantagem competitiva, pois nos dá uma dimensão mais precisa da equação de risco versus retorno em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e administrar simultaneamente os riscos. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente utilizando os modelos de retorno sobre capital corrigido pelo risco que nos proporciona uma melhor avaliação do mercado.

Estratégia de Negócios

O nosso conselho de administração é responsável pela definição de nossa estratégia e das estratégias de nossas controladas. As decisões estratégicas do conselho de administração são apoiadas pelo comitê de estratégia do conselho, que fornece dados e informações sobre as questões estratégicas dos negócios. Consulte “Item 6C Práticas do Conselho – Órgãos Estatutários”. As atividades e as responsabilidades do comitê de estratégia vão da avaliação das oportunidades de investimentos e diretrizes orçamentárias até o aconselhamento e apoio ao diretor presidente para monitorar a nossa estratégia consolidada. O comitê de estratégia é apoiado pelo subcomitê de cenários econômicos, que fornece dados macroeconômicos para subsidiar as discussões sobre estratégias, investimentos e orçamentos.

Expansão das nossas operações de banco de atacado e investimento no exterior

Em 2011, demos passos importantes no processo de expansão de nossas operações de banco de atacado e investimento no exterior. No Chile, firmamos um acordo com o MMC, um dos líderes em gestão de patrimônio. Ainda em 2011, adquirimos a carteira de clientes de alta renda do HSBC no Chile, posicionando o Itaú Chile líder do mercado com uma rede de 88 agências no Chile. Adicionalmente, o Itaú Unibanco iniciou operação na Suíça através do Banco Itaú Suisse, localizado em Zurique, para atender clientes do segmento *private*, sejam brasileiros ou latino-americanos, que buscam oportunidades de investimentos globais. Em novembro de 2011, o Itaú BBA obteve autorização do Banco Central do Brasil para estruturar sua operação de banco de atacado e investimentos na Colômbia, pendente da aprovação dos órgãos reguladores locais que esperamos obter em 2012. O mercado alvo do Itaú BBA na Colômbia será composto por investidores institucionais e pelas grandes empresas com presença no Brasil. A carteira de produtos na Colômbia incluirá operações de crédito, financiamento ao comércio exterior, câmbio e derivativos e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais.

Melhoria contínua da eficiência

Ao longo de 2009 e 2010, concentramos nossos esforços na finalização da integração das agências e dos postos de atendimento bancário do Unibanco, mantendo a qualidade do serviço e aumentando a nossa base de clientes. Finalizada a integração das agências do Itaú e do Unibanco em 2010, implantamos o “Projeto

Eficiência” em 2010 e 2011, que propicia a gestão orçamentária e o acompanhamento dos custos e receitas, o estabelecimento de metas para cada unidade de negócio e a disseminação de uma forte cultura de eficiência operacional. Em 2011, realizamos a integração completa de todos os sistemas que ainda tinham informações legadas do Unibanco sobre operações contratadas antes da integração da rede de agências. Esse foi o último passo no processo de integração entre Itaú e Unibanco.

Crescimento da nossa carteira de crédito com manutenção da qualidade dos ativos

O crescimento de nossa carteira de crédito e a manutenção da qualidade dos ativos são questões centrais para a nossa estratégia. Buscamos continuamente aprimorar nossos modelos de gestão de risco, nossas previsões econômicas e modelos de cenários. Pretendemos aumentar o volume médio de operações de crédito para manter e até ampliar nossa participação de mercado, dependendo do tipo de produto, mercado e cliente, inclusive por meio do desenvolvimento de novos produtos para grupos específicos de cliente.

Implementação de uma abordagem avançada e plenamente integrada de gestão de risco deve nos posicionar para aumentar a lucratividade

Nossos principais objetivos estratégicos em gestão de risco incluem: (i) a incorporação de recomendações das melhores práticas e a implementação de abordagens avançadas da Basileia II e III, que devem melhorar a lucratividade a partir de estruturas de medida de desempenho corrigido pelo risco e de precificação baseada em risco mais precisas, que são fontes importantes de vantagem competitiva e (ii) desenvolvimento e implementação de uma abordagem plenamente integrada de gestão de risco por meio da integração de processos e sistemas, fornecendo um retrato abrangente das exposições ao risco em função dos tipos de riscos e a partir de múltiplos pontos de vista, bem como por meio do desenvolvimento de padrões para teste de estresse e apetite por risco.

Desenvolvimento de fortes relações com os clientes com base na segmentação dos mesmos

Continuaremos a trabalhar na estratégia de segmentação do cliente para identificar as necessidades dos nossos clientes e melhorar nosso relacionamento com a base de clientes, bem como aumentar a penetração no mercado. Um segmento de clientes é uma parte distinta de nossa base de clientes que apresenta um conjunto específico de necessidades ao qual nos dedicamos a atender. Acreditamos que as nossas ferramentas e estratégias de segmentação de clientes nos proporcionam uma vantagem competitiva conquistada ao longo de mais de 25 anos. O nosso objetivo é satisfazer as necessidades monetárias dos clientes por meio de uma ampla carteira de produtos, que inclui a venda cruzada de produtos bancários e securitários e a venda através de uma variedade de canais. É extremamente importante prestar os melhores serviços ao cliente no mercado, para manter e aumentar a satisfação do cliente e aumentar a lucratividade da carteira.

Operações

A tabela a seguir apresenta as receitas em IFRS de nossos segmentos para cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Conforme divulgado na Nota 33 às demonstrações contábeis consolidadas, possuímos quatro segmentos operacionais e de reporte: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Atividades com o Mercado e Corporação.

(em milhões R$, exceto por porcentagens)

	Exercício Findo em 31 de Dezembro de		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
Banco Comercial	**42.499**	**36.314**	**6.185**	**17,0%**
Margem financeira (1)	31.584	27.068	4.516	16,7%
Receita de prestação de serviços	10.915	9.246	1.669	18,1%
Itaú BBA	**7.019**	**6.533**	**486**	**7,4%**
Margem financeira (1)	4.896	4.601	295	6,4%
Receita de prestação de serviços	2.123	1.932	191	9,9%
Crédito ao Consumidor	**14.075**	**14.809**	**(734)**	**-5,0%**
Margem financeira (1)	8.356	9.044	(688)	-7,6%
Receita de prestação de serviços	5.719	5.765	(46)	-0,8%
Atividades com o Mercado e Corporação(2)	**5.110**	**3.538**	**1.572**	**44,4%**
Margem financeira (1)	4.801	3.356	1.445	43,1%
Receita de prestação de serviços	309	182	127	69,8%
Ajustes IFRS e eliminação da consolidação	**(930)**	**1.888**	**(2.818)**	**-149,3%**
Margem financeira (1)	(1.274)	1.921	(3.195)	-166,3%
Receita de prestação de serviços	344	(33)	377	1142,4%
Total	**67.773**	**63.082**	**4.691**	**7,4%**
Margem financeira (1)	48.363	45.990	2.373	5,2%
Receita de prestação de serviços	19.410	17.092	2.318	13,6%

(1) Inclui a receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

(2) Atividades com o Mercado e Corporação inclui os resultados referentes às atividades de negociação em nossa carteira proprietária, negociação referente ao gerenciamento de risco de moeda, taxa de juros e outros fatores de risco de mercado, gestão de gap de moedas e oportunidades de arbitragem nos mercados doméstico e externo. Também inclui os resultados associados ao resultado financeiro do investimento de nosso capital excedente.

Realizamos nossas operações predominantemente no Brasil. Não segregamos nossas receitas por mercado geográfico dentro do Brasil. Nossas receitas são compostas da receita de intermediação financeira, taxa e comissão sobre receitas e resultado de operações de seguros, previdência privada e capitalização e divididas em receitas auferidas no Brasil e no exterior.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Exercício Findo em 31 de Dezembro de		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
Receitas da intermediação financeira (*)	**103.962**	**82.830**	**21.132**	**25,5%**
No Brasil	99.083	79.236	19.848	25,0%
No exterior	4.879	3.594	1.284	35,7%
Receita de Prestação de Serviços	**19.410**	**17.092**	**2.318**	**13,6%**
No Brasil	18.506	16.196	2.310	14,3%
No exterior	904	896	8	0,9%
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap.	**2.566**	**2.007**	**559**	**27,9%**
No Brasil	2.535	1.991	545	27,4%
No exterior	31	16	14	86,7%

(*) Inclui a receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

A tabela a seguir apresenta as receitas no exterior por segmento operacional para cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011e 2010:

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Exercício Findo em 31 de Dezembro de		Variação	
	2011 (5)	2010 (5)	2011-2010	%
Banco Comercial	**3.081**	**2.467**	**614**	**24,9%**
Argentina (1)	244	169	75	44,2%
Chile (2)	444	500	(56)	-11,1%
Uruguai (3)	166	135	31	22,7%
Outras empresas no exterior (4)	2.227	1.663	564	33,9%
Itaú BBA	**968**	**656**	**312**	**47,5%**
Outras empresas no exterior (4)	968	656	312	47,5%
Crédito ao Consumidor	**103**	**105**	**(2)**	**-1,7%**
Argentina (1)	20	22	(2)	-8,4%
Uruguai (3)	17	18	(1)	-2,9%
Chile (2)	66	65	1	0,8%
Ajustes IFRS	**1.662**	**1.278**	**384**	**30,1%**

(1) Inclui Banco Itaú Argentina, Itaú Asset Management S.A., Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión, Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I (anteriormente conhecido como Itrust Servicios Financieros S.A) e Itaú Sociedad de Bolsa S.A.

(2) Inclui Itaú Chile Holdings, Inc., BICSA Holdings LTD., Banco Itaú Chile S.A., Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administración S.A., Itaú Chile Corredor de Bolsa Ltda., Itaú Chile Corredora de Seguros Ltda., Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A., Itaú Chile Securitizadora S.A., Recuperadora de Créditos Ltda. e Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A.

(3) Inclui ACO Ltda., Banco Itaú Uruguai, OCA Casa Financiera S.A., OCA S.A, e Unión Capital AFAP S.A.

(4) Itaú Unibanco S.A. - agências Grand Cayman, Nova York, Tóquio e Nassau; Banco Itaú-BBA S.A – agência Nassau; Itaú Unibanco Holding S.A - agência Grand Cayman e agência Unibanco Grand Cayman; somente em 31/12/2010 Banco Itaú BBA S.A. agência Uruguai; IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda. (49%), Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda., Itaú Europa, SGPS, Lda., Itaúsa Portugal - SGPS, S.A., Banco Itau BBA International, S.A , Itau BBA International (Cayman) Ltd., Banco Itaú Europa Luxembourg; Afinco Americas Madeira, SGPS, Soc. Unipessoal Ltda., Zux Cayman Company Ltd., Topaz Holding Ltd., United Corporate Services Inc (nova razão social da Itaú USA Inc), Itaú International Investment LLC, Albarus S.A., Banco Del Paraná S.A. e Garnet Corporativo.

(5) Não há no exterior Atividades com o Mercado e Corporação

Nossos Negócios

Visão Geral

Oferecemos um amplo leque de serviços bancários a uma base diversificada de clientes pessoa física e jurídica. Tais serviços são prestados de maneira integrada pelas seguintes unidades de negócios:

- Banco commercial;
- Itaú BBA (grandes empresas, banco de investimento e tesouraria);
- Crédito ao consumidor; e
- Atividades com o Mercado e Corporação (refere-se à Corporação e Tesouraria na nota 33 das demonstrações financeiras consolidadas).

A unidade de negócios de banco comercial oferece uma ampla gama de serviços bancários a uma base diversificada de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Os serviços oferecidos pela unidade de negócios de banco comercial incluem produtos de seguro, previdência e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito e produtos e soluções personalizados criados especificamente para atender às demandas dos clientes. As nossas estratégias de marketing são adaptadas ao perfil de cada cliente e implementadas por meio dos canais de distribuição mais adequados. Nossa meta é aumentar o número de produtos usados por nossos clientes, diversificando assim as fontes de receita. Esta unidade de negócios é uma importante fonte de captação para nossas operações e gera significativas receitas financeiras e de prestação de serviços. A unidade de negócios segmento de banco comercial abrange:

- Banco de varejo (pessoas físicas);
- Banco para o setor público;
- Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas de alta renda);

- Private banking (serviços bancários e de consultoria financeira para pessoas físicas de grandes fortunas);
- Banco para microempresas;
- Banco para pequenas empresas;
- Banco para médias empresas;
- Cartões de crédito;
- Financiamento imobiliário;
- Gestão de ativos;
- Fundo de responsabilidade social e corporativa;
- Serviços de títulos e valores mobiliários para terceiros;
- Corretagem; e
- Produtos de seguro, previdência e capitalização.

O Itaú BBA é responsável por nossas atividades de banco de grandes empresas e de investimentos. O modelo de administração do Itaú BBA tem por base a formação de estreitos relacionamentos com os clientes, através do conhecimento profundo de suas necessidades e a oferta de soluções personalizadas. As atividades referentes às grandes empresas incluem a prestação de serviços bancários e de banco de investimento, que abrange a oferta de recursos de financiamento a esse segmento, por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável, entre outros.

Pela unidade de negócios de crédito ao consumidor, implementamos nossa estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros para clientes correntistas. Desta forma, esta divisão supervisiona o financiamento de veículos fora de nossa rede de agências, cartões de crédito a pessoas físicas não correntistas e empréstimo a consumidores de baixa renda.

Além disso, o Itaú Unibanco Holding conta com um amplo leque de operações no exterior e reforçou sua presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. Desta forma são geradas sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de Eurobonds, oferta de transações financeiras mais sofisticadas e operações de private banking.

Banco Comercial

Visão geral dos produtos e serviços a correntistas

Temos uma carteira de produtos ampla e diversificada para atender as necessidades dos clientes. Os principais produtos disponíveis aos correntistas são:

- Crédito: empréstimo pessoal, cheque especial, crédito consignado, veículos, cartões de crédito, crédito imobiliário, crédito rural, capital de giro, desconto de duplicatas e exportação;
- Investimentos: planos de previdência, fundos mútuos, depósitos a prazo, contas de depósito à vista, contas de poupança e planos de capitalização; e
- Serviços: seguros (vida, residência, cartões de crédito/débito, veículos, proteção a empréstimos, entre outros), câmbio, corretagem e outros.

Banco de Varejo

Nossa atividade essencial são os serviços bancários de varejo, voltados para pessoas físicas com renda mensal abaixo de R$10.000. Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos mais de 17,6 milhões de clientes e 4.484 agências e postos de atendimento bancário. As nossas operações de banco de varejo estão presentes em todos os estados brasileiros e em cidades que, em conjunto representaram, em 31 de dezembro de 2011, mais de 80,0% do consumo interno de pessoas físicas do Brasil.

Classificamos os nossos clientes de varejo conforme a renda e o perfil de cada um:

- clientes de varejo Itaú (agências), que ganham menos de R$4.000 ou R$5.000 por mês, dependendo da região;

- clientes Itaú Uniclass, que ganham mais de R$4.000 ou R$5.000 por mês, dependendo da região. Gerentes de conta especializados atendem os clientes Itaú Uniclass que também têm acesso a alguns produtos personalizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os produtos de crédito representaram 63,8% de nossa receita consolidada do banco de varejo, enquanto investimentos representaram 25,0% e serviços e outros produtos sujeitos à cobrança de taxas representaram 11,3%.

A nossa estratégia é oferecer produtos bancários de alta qualidade e diferenciados para os nossos clientes de banco de varejo. Como parte dessa estratégia, o Itaú Unibanco atualmente presta serviços a dois segmentos de varejo: (i) o Itaú Uniclass atende os clientes com necessidades diferenciadas e que requerem um serviço mais diversificado, com áreas distintas dentro das agências, (ii) o Itaú varejo atende os demais clientes. Este conceito de relacionamento diversificado é suportado pelo “Itaú 30 horas”, um serviço de conveniência que permite que os usuários realizem suas transações bancárias em terminais de auto-atendimento, telefones, celulares, pela internet e nas agências.

Setor Público

Nossas atividades voltadas ao setor público se dão em todas as áreas do setor público, incluindo os níveis federal, estadual e municipal do governo (poderes executivo, legislativo e judiciário). Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos 2.315 clientes do setor público. Para atender esses clientes, usamos plataformas separadas daquelas das agências de banco de varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados que oferecem soluções personalizadas em termos de arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos de órgãos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros em que adquirimos anteriormente instituições financeiras estatais.

Itaú Personnalité

O Itaú Unibanco começou a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda em 1996 com a criação do Itaú Personnalité. O Itaú Personnalité atende pessoas físicas com rendimento acima de R$10.000 por mês ou que tenham investimentos acima de R$100.000.

O foco do Itaú Personnalité é a prestação (i) de serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades especificas de nossos clientes de alta renda; (ii) de uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos; (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive concessão de descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede dedicada, formada por 213 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como serviços por internet e telefone.

Itaú Private Bank

O Itaú Private Bank é um banco brasileiro de destaque na arena global de Private Banking, prestando serviços de gestão de grandes fortunas a clientes latino-americanos. Aproximadamente 600 colaboradores

estão voltados para a oferta de serviços de consultoria financeira a clientes pessoa física com aplicações a partir de US$ 1,5 milhão. Adicionalmente, fornece uma oferta completa de produtos e serviços. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos do Itaú Private Banks somavam cerca de US$ 82 bilhões pertencentes a mais de 9.900 clientes, sendo US$66.169 milhões no Brasil, US$7.665 milhões em Luxemburgo, US$5.942 milhões nos Estados Unidos, US$424 milhões na Suíça, US$27 milhões nas Bahamas, US$11 milhões nas Ilhas Cayman e US$1.392 milhão no Chile por meio da MCC. A maior parte das as receitas são provenientes dos ativos administrados.

Os serviços de gestão de patrimônio são prestados por times de gerentes de relacionamento com larga experiência neste segmento, localizados nos seguintes países: Brasil, Estados Unidos, Luxemburgo, Suíça, Uruguai, Chile e Paraguai, em conjunto com uma equipe de especialistas em investimento, que recomendam as soluções mais adequadas para cada perfil de risco. Atendemos também as necessidades dos clientes para soluções de gestão de patrimônio *offshore* em importantes localidades por meio de instituições independentes: nos Estados Unidos com o Banco Itaú Europa Internacional e Itaú Europa Securities, em Luxemburgo com o Banco Itaú Europa Luxembourg S.A., na Suíça com o Banco Itau Suisse, nas Bahamas com o Itaú Bank & Trust Bahamas e nas Ilhas Cayman com o Itaú Bank & Trust Cayman. Em 21 de agosto de 2011, o Itaú Private Bank International assinou acordo para a criação de uma joint venture com a MCC com o objetivo de desenvolver operações de private banking no Chile. Com mais de 28 anos de experiência, a MCC é lider em gestão de fortuna no Chile, reconhecida por sua atuação especializada em renda fixa global. A nova instituição irá manter o nome Munita, Cruzat & Claro.

De acordo com a pesquisa anual de private banking e gestão de patrimônio de 2011 (2011 Annual Private Banking and Wealth Management Survey), coordenada pela revista Euromoney, o Itaú Private Bank foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, como “Os Melhores Serviços de Private Banking” no Brasil. No último ranking publicado na edição de fevereiro da revista Euromoney, o Itaú Private Bank figura como “Os Melhores Serviços de Private Banking” no Peru e entre os cinco primeiros “Os Melhores Serviços de Private Banking” na América Latina, sendo o único banco latino-americano pertencente a esta lista. Os Prêmios de Private Banking da Euromoney cobrem mais de 60 países a cada ano e fornecem uma avaliação qualitativa e quantitativa dos melhores serviços de private banking por região e por tipo de serviços. Fatores como posição de mercado, ativos administrados, lucratividade, índice de clientes por private bankers e a qualidade dos serviços oferecidos são considerados para determinar o ranking dos principais bancos que oferecem serviços de private banking.

Além disso, a instituição também recebeu prêmios da revista Private Banker International pelo “destaque em Private Banking – América Latina / 2011” e reconhecimento das revistas The Banker e PWM, subsidiárias do Grupo Financial Times referente à “Melhor Instituição de Private Banking na América Latina em 2011.”

Microempresas

Os gerentes dos nossos escritórios especializados em prestar serviços bancários a microempresas são treinados para oferecer soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços a microempresas. Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprindo as necessidades dessas empresas e de seus proprietários, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa e linhas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com mais de 1.774 escritórios para microempresas em todo o Brasil e cerca de 2.750 gerentes para mais de 1.400.000 clientes de pequenas empresas. Em 2009, 2010 e 2011, continuamos a expandir esses serviços especializados para empresas com faturamento anual inferior a R$500.000 e instalamos outros 454, 487 e 136 escritórios, respectivamente, para serviços bancários para microempresas. Em 2012, esperamos dar prosseguimento à expansão dos serviços bancários para microempresas.

O crédito para microempresas totalizou R$ 6.150 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Pequenas Empresas

Estruturamos o nosso relacionamento com pequenas empresas através de escritórios especializados desde 2001. Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos 377 escritórios localizados em todo o país e perto de 2.800 gerentes dando atendimento a mais de 586.000 empresas com faturamento anual entre R$500 mil e R$ 6 milhões.

Todos os nossos gerentes são certificados pela ANBIMA e, ao longo do ano, recebem treinamento para terem condições de oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas condizentes com suas necessidades.

O crédito a pequenas empresas totalizou R$ 29.443 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Médias Empresas

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos cerca de 132.000 clientes médias empresas que representavam um amplo leque de empresas brasileiras localizadas em mais de 84 cidades do país. Tais clientes são em geral empresas com faturamento anual de R$6 milhões a R$150 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com mais de 1.500 gerentes especializados em médias empresas e 237 escritórios especializados localizados nas principais agências.

Oferecemos um leque completo de produtos e serviços financeiros a empresas de porte médio, incluindo contas correntes, opções de investimento, seguros, planos de previdência privada e produtos de crédito. Os produtos de crédito incluem empréstimos de capital para investimento, empréstimos de capital de giro, financiamento de estoques, financiamento de comércio, serviços de câmbio, leasing de equipamentos, cartas de crédito e garantias. Também realizamos operações financeiras em nome dessas empresas, como operações interbancárias, operações no mercado aberto e operações de futuros, swaps, hedging e arbitragem. Além disso, oferecemos a esses clientes serviços de cobrança e de pagamento eletrônico. Temos condições de prestar tais serviços para praticamente qualquer tipo de pagamento, incluindo internet banking. Também oferecemos serviços de cobrança e pagamento, como salários, para nossos clientes.

De acordo com as práticas habituais de crédito no Brasil, a nossa carteira de crédito para os clientes médias empresas é composta predominantemente de produtos de curto prazo, definidos como aqueles que têm vencimento em até 12 meses. Os créditos a médias empresas totalizaram R$ 53.261 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Cartões de Crédito e Acordos Comerciais

Nossa instituição lidera o mercado brasileiro de cartões de crédito, em termos de volume de transações em 31 de dezembro de 2011. As nossas subsidiárias, Banco Itaucard S.A. (“Banco Itaucard”) e Hipercard Banco Múltiplo S.A. (“Hipercard”), oferecem uma ampla gama de produtos a 34,3 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2011, incluindo correntistas e não correntistas e também clientes de parcerias e joint ventures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o volume de transações com cartões de crédito foi de R$154.186 milhões, um aumento de 20,3% em relação ao ano anterior.

Construímos uma sólida presença no setor de financiamento ao consumidor por meio de alianças estratégicas e acordos comerciais com os principais varejistas do Brasil. Desde 2001, quando realizamos as primeiras parcerias, essas alianças vêm apoiando nossos negócios de financiamento ao consumidor através de vários produtos, como cartões de crédito de marca compartilhada, cartões de marca privada, empréstimos pessoais e seguro.

Nossos principais desafios na área de cartões de crédito são aumentar continuamente a base de titulares e melhorar a rentabilidade da carteira. Para tanto, a nossa divisão de cartões de crédito se dedica ao desenvolvimento de novos produtos, fortalecimento de parcerias, venda cruzada de produtos bancários e de seguros e vendas por meio de diversos canais de distribuição.

Financiamento Imobiliário

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos cerca de R$20,1 bilhões em créditos imobiliários em aberto, já considerando a venda de R$534,2 milhões de nossa carteira hipotecária em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”).

Considerando a nossa expectativa de crescimento nos próximos anos no mercado de hipotecas no Brasil, temos investido na plataforma operacional a fim de reduzir custos e aprimorar a qualidade para nossos clientes. Temos desenvolvido também nossos canais de distribuição para empréstimos hipotecários com foco na nossa rede de agências e desenvolvimento dos nossos relacionamentos com corretoras de imóveis. O Itaú

Unibanco Holding possui parcerias com duas das maiores corretoras imobiliárias do Brasil: a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A. (“Lopes”) e a Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Coelho da Fonseca”). Essas parcerias de longo prazo fornecem, para nós com exclusividade, originação de financiamento imobiliário em muitas localidades no Brasil.

De acordo com a regulamentação brasileira, as instituições financeiras são obrigadas a destinar pelo menos 65% dos saldos das contas de poupança para financiar o crédito imobiliário, dos quais 80% devem ser usados para financiar imóveis cujo valor seja de até R$500.000 e devem ter taxas de juros anuais de até 12%.

Gestão de Recursos de Terceiros

De acordo com a ANBIMA, em 31 de dezembro de 2011, éramos considerados o maior gestor de fundos mútuos entre os bancos privados no Brasil, com base em nossos ativos sob gestão. Naquela data, registramos um total de ativos líquidos sob gestão de R$379.737 milhões e aproximadamente 1,7 milhões de clientes. Também fornecemos serviços de gestão de carteiras para fundos de pensão, empresas, clientes de *private banking* e investidores estrangeiros. Segundo a ANBIMA, em 31 de dezembro de 2011 nossa organização era a maior administradora de ativos de clientes de *private banking* e o segundo maior gestor privado de ativos de fundo de pensão no Brasil, com base em nossos ativos sob gestão. Em 31 de dezembro de 2011, registramos R$212,573 milhões de ativos sob gestão dos fundos de pensão, empresas e clientes de *private banking*.

Em 31 de dezembro de 2011, oferecemos e administramos cerca de 1.584 fundos mútuos que são, principalmente, fundos de renda fixa e curto prazo/DI. Para pessoas físicas, oferecemos 141 fundos aos nossos clientes de varejo e aproximadamente 263 fundos aos clientes do Itaú Personnalité. Os clientes de *private banking* podem investir em mais de 611 fundos, inclusive aqueles oferecidos por outras instituições. O grupo de mercado de capitais do Itaú BBA oferece fundos mútuos personalizados para clientes institucionais, corporativos e de *private banking*.

Em agosto de 2011 a Fitch Ratings, uma das maiores agências internacionais de classificação (*rating*) no Brasil, manteve para a unidade de negócios de gestão de ativos de nossa instituição a classificação M1 (bra) (a maior classificação atribuída a um gestor de ativos). Nossa organização figura na mais alta categoria de classificação desde julho de 2003.

Responsabilidade Social Corporativa

O Fundo Itaú Excelência Social, ou FIES, lançado em 2004, é um fundo de investimento socialmente responsável, que investe em ações de empresas com reconhecidas práticas de responsabilidade social corporativa, com o objetivo de obter retornos de longo prazo superiores àqueles oferecidos pelos principais índices do mercado financeiro brasileiro. Além de analisar os riscos e retornos das empresas, os gestores do fundo também levam em consideração o desempenho social, ambiental e de governança corporativa.

Adicionalmente, a cada ano o fundo FIES doa 50% da sua taxa de administração para projetos sociais nas seguintes categorias: educação ambiental, ensino técnico e educação infantil. Os projetos são selecionados pelo Conselho Consultivo do FIES, integrado por líderes do mercado e especialistas em sustentabilidade. Desde seu lançamento em 2004, o FIES doou R$16,5 milhões a projetos sociais de 97 ONGs, beneficiando 15.433 crianças e 1.572 educadores.

Em 31 de dezembro de 2011, o FIES tinha um patrimônio líquido de R$220 milhões e doará mais de R$3,4 milhões às organizações selecionadas. Cada um dos 20 projetos selecionados receberá R$120.000. A Unicef Brasil receberá um investimento de R$300.000, e R$725.000 serão gastos com análise e visita a projetos, treinamentos, monitoramento e apoio aos projetos selecionados. As organizações selecionadas também terão acesso a uma plataforma on-line, por meio da qual podem interagir com seus pares e parceiros técnicos.

Soluções para Mercado de Capitais

Somos provedores de serviços e soluções no mercado de capitais brasileiro, onde atuamos como custodiante, agente de garantias e escriturador de ativos. Em dezembro de 2011, nossa organização foi classificada como a maior prestadora de serviços de títulos e valores mobiliários no Brasil pela ANBIMA.

Prestamos serviços de escrituração a 235 empresas listadas na BM&FBovespa, as quais, em conjunto, representam 63% da capitalização de mercado global da bolsa.

Em 31 de dezembro de 2011, o Itaú Unibanco detinha ativos no valor de R$822.733 milhões com relação aos serviços de títulos e valores mobiliários, que representam 25,2% do mercado brasileiro em termos de ativos detidos. Nosso amplo leque de produtos abrange custódia local e internacional.

Nossos serviços também incluem a atuação como agentes de transferência, prestação de serviços relativos a debêntures e notas promissórias, serviços de custódia e controle de fundos mútuos, fundos de pensão e carteiras. Também prestamos serviços de agente fiduciário e serviços relativos a investidores não residentes no país e serviços de custódia de programas de recibos depositários. Em 31 de dezembro de 2011, nossa equipe especializada chegava a 755 funcionários.

Corretagem

A Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú Corretora") atua na BM&FBovespa desde 1965, prestando serviços a clientes locais e estrangeiros através de nossas operações em Nova York, Hong Kong e Dubai.

Em 2011, a Itaú Corretora foi classificada em quinto lugar na BM&FBOVESPA, em termos de volume negociado e em sexto lugar, em número de contratos de commodities e derivativos.

Seguro, Planos de Previdência Privada e Produtos de Capitalização

Seguro

De acordo com a SUSEP, em 30 de novembro de 2011, éramos um dos principais principal fornecedor de produtos de seguro no Brasil, com base no total de prêmios de seguros, que inclui a nossa participação indireta de 30,0% na Porto Seguro S.A. ("**Porto Seguro**"), e exclui o seguro-saúde e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Para fins regulatórios, VGBL é considerado seguro de vida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nossos prêmios de seguros totalizaram aproximadamente R$6.219 milhões.

Os principais ramos de seguro em que atuamos são (i) seguro de vida e acidente (exceto VGBL; consulte "Planos de Previdência Privada"), (ii) garantia estendida, e (iii) danos materiais, que responderam por respectivamente 42,8%, 22,0% e 15,4% dos prêmios de seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nossas apólices são vendidas através das operações bancárias, corretoras locais independentes, corretoras multinacionais e outros canais. Efetuamos o resseguro de uma parte dos riscos subscritos, em especial grandes propriedades navais e riscos de acidente que ultrapassam os limites de retenção que estabelecemos dentro dos limites regulatórios.

Os riscos que ultrapassam os limites de retenção devem ser cedidos a resseguradoras brasileiras habilitadas de acordo com a Lei Complementar n° 126 promulgada em 15 de Janeiro de 2007 e os regulamentos da SUSEP baixados em 17 de dezembro de 2007.

Nossa estratégia para aumentar o grau de penetração no mercado de seguros brasileiro varia de acordo com os mercados. No mercado de alto risco, pretendemos aumentar nossa participação de mercado através de corretores locais independentes e grandes corretoras multinacionais. Para os mercados de pessoas físicas e pequenas e médias empresas, o foco é nas atividades com a base de clientes bancários para aumentar a nossa penetração. Trabalhamos para aprimorar a penetração no mercado de seguros de ramos elementares para pequenas e médias empresas. A área de gestão de relacionamento com clientes implementou diversos projetos, sendo que o desenvolvimento de produtos específicos para ramos diferentes permite o uso mais eficiente de cada canal de marketing (nossas agências, telemarketing, Internet, caixas eletrônicos e terminais bancários).

Em agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro celebraram um acordo operacional que previa a oferta e a distribuição, com exclusividade, de produtos de seguro residencial e de automóvel para clientes do Itaú Unibanco Holding no Brasil e no Uruguai ("**Porto Seguro Alliance**"). Com relação à Associação Porto Seguro Alliance, o Itaú Unibanco Holding transferiu todos os ativos e passivos referentes à então carteira de seguros residenciais e de automóveis para a Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("**ISAR**"), sendo que

todas as ações foram subsequentemente transferidas à Porto Seguro. Em troca, a Porto Seguro emitiu ações representativas de 30,0% do seu capital social ao Itaú Unibanco Holding e a suas coligadas. Os acionistas controladores da Porto Seguro e do Itaú Unibanco Holding constituíram uma nova empresa, denominada Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("**PSIUPAR**"), e transferiram suas ações da Porto Seguro à PSIUPAR. Os acionistas controladores da Porto Seguro permaneceram como acionistas controladores da PSIUPAR, que se tornou a controladora da Porto Seguro. O Itaú Unibanco Holding tem direito de nomear dois membros do conselho de administração da Porto Seguro e da PSIUPAR. A ISAR, que é controlada diretamente pela Porto Seguro e indiretamente pela PSIUPAR, é administrada pela Porto Seguro e utiliza as marcas "Porto Seguro", "Itaú Unibanco" e "Azul". Em agosto de 2009, o Itaú Unibanco (através da Itaú Seguros) tinha 3,4 milhões de automóveis e 1,2 milhão de residências seguradas, que foram subsequentemente transferidos para a ISAR. Em outubro de 2009, a SUSEP concedeu autorização dos atos societários relacionados à Porto Seguro Alliance. O CADE aprovou a operação em 31 de agosto de 2011.

Em novembro de 2009, a Itaú Seguros e a XL Swiss Holding Ltd. ("**XL Swiss**"), uma sociedade controlada pela XL Capital Ltd. ("**XL Capital**"), assinaram um contrato que prevê a aquisição pela Itaú Seguros da participação da XL Swiss na Itaú XL Seguros Corporativos S.A. ("**Itaú XL**"), de forma que a Itaú XL tornou-se nossa subsidiária integral. Em linha com o interesse da XL Capital em continuar a atuar no Brasil, e o nosso relacionamento com a XL Capital, um acordo distinto foi celebrado no qual a Itaú Seguros passou a fornecer seguros para os clientes da XL Capital no Brasil e aos clientes dos Programas Globais da XL Capital com atividades no Brasil. Essas apólices de seguros são resseguradas por uma companhia de resseguros da XL Capital incorporada no Brasil, da mesma maneira como eram resseguradas antes da aquisição mencionada. A aquisição pela Itaú Seguros de 100% das ações da Itaú XL detidas pela XL Swiss foi aprovada pela SUSEP em 6 de outubro de 2010. Em 9 de novembro de 2010, a SUSEP aprovou a alteração da razão social da Itaú XL para Itaú Unibanco Seguros Corporativos S.A.

Em dezembro de 2009, a Allianz South America Holding B.V. celebrou um contrato com o Itaú Unibanco Holding para a aquisição de 14,03% de participação indireta que o Itaú Unibanco Holding detinha na Allianz Seguros pelo valor de R$109 milhões. Também em dezembro de 2009, a Itaú Seguros e o Itaú Unibanco celebraram um contrato com a subsidiária da Tempo Participações S.A. para a venda de todas as ações do Unibanco Saúde Seguradora detidas pela Itaú Seguros e pelo Itaú Unibanco por R$55 milhões. Consulte "Dispêndios para Aquisição de Imobilizado e Alienações de Investimentos".

Planos de Previdência Privada

Em 31 de dezembro de 2011, o total registrado com relação aos planos de previdência privada (inclusive VGBL, excluindo nossa participação de 30% na Porto Seguro) foi de R$63.295 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, nós tínhamos ativos suficientes em relação ao total dos passivos de previdência privada (incluindo VGBL, porém excluindo nossa participação de 30% na Porto Seguro). Em 30 de novembro de 2011, fomos considerados o segundo maior gestor de planos de previdência privada no Brasil em termos de total de passivos, segundo a SUSEP.

Produtos de Capitalização

Os produtos de capitalização são uma espécie de conta de poupança pelas quais o cliente deposita uma quantia fixa, a ser devolvida ao término de um prazo previamente acordado, acrescida dos juros auferidos. Em troca, o cliente participa automaticamente de um sorteio periódico, concorrendo a significativos prêmios em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos 11,6 milhões em produtos de capitalização emitidos, que representavam R$2.847 milhões em passivos com ativos que funcionam como garantia de R$2.848 milhões. Distribuímos esses produtos através de nossa rede de varejo, canais eletrônicos e caixas eletrônicos. Esses produtos são comercializados pela nossa controlada Cia. Itaú de Capitalização S.A.. Em 2011, o total de vendas de planos de capitalização foi de R$1.881 milhões, sendo distribuídos mais de R$31,5 milhões de prêmios em dinheiro a 2.119 clientes.

Itaú BBA

O Itaú BBA é responsável por nossas operações bancárias do segmento corporativo e de banco de investimento. Em 31 de dezembro de 2011, o Itaú BBA oferecia uma carteira completa de produtos e serviços para cerca de 2.600 empresas e conglomerados do Brasil, por meio de uma equipe de profissionais altamente qualificados. As atividades do Itaú BBA variam de transações típicas de um banco comercial a transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Essas atividades são completamente integradas, o que permite ao Itaú BBA atingir um desempenho adequado às necessidades de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2011, a nossa carteira de crédito atingiu R$140,1 bilhões. Os empréstimos em moedas estrangeiras foram as principais contribuições para o crescimento de nossa carteira de empréstimos em 2011. No consolidado, o total de empréstimos em moedas estrangeiras em aberto foi de R$42,0 bilhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de R$14,2 bilhões em comparação com 31 de dezembro de 2010. Na área de banco de investimentos, o departamento de renda fixa foi responsável pela emissão de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$11,6 bilhões e operações de securitização que totalizaram R$3,5 bilhões no Brasil em 2011. De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA foi o líder em distribuição de renda fixa em 2011, com uma participação de mercado de 28,9%, mantendo a liderança histórica do banco no mercado nacional de renda fixa. Nos mercados de títulos de dívidas internacionais, o Itaú BBA atuou como joint bookrunner em emissões de US$3,1 bilhões em títulos de dívidas em 2011, obtendo o segundo lugar no ranking da Bloomberg de emissores de distribuição de títulos de dívidas corporativas sediados no Brasil, incluindo emissores soberanos. Em relação a emissões de ações, o Itaú BBA coordenou ofertas públicas que totalizaram R$13,5 bilhões em 2011, ficando em primeiro lugar no ranking da ANBIMA referentes à originação no Brasil, com 31,8% de participação de mercado no Brasil em 2011.

Além disso, o Itaú BBA prestou serviços de assessoria em 38 operações de fusão e aquisição com volume total de R$22,8 bilhões em 2011, ficando em segundo lugar no Brasil em número de transações, segundo a Thomson.

Em 2011, a Itaú Corretora atuou como corretora e distribuidora em operações que totalizaram R$ 191,4 bilhões em ações na BM&FBovespa para clientes pessoas físicas e jurídicas, estrangeiros e institucionais. Em 2011, a Itaú Corretora ficou em quinto lugar no ranking de corretoras, com 5,9% de participação no mercado. A Itaú Corretora fechou 2011 com 7,9% de participação no mercado e 100,7 milhões de contratos negociados no mercado futuro, um aumento de 21,4%, em relação a 2010. Consulte “Banco Comercial – Corretagem”.

O Itaú BBA mantém um forte e evidente compromisso com a gestão social e ambiental desde 2000, quando criou o seu sistema de gestão ambiental. Em 2004, o Itaú Unibanco aderiu aos Princípios do Equador, sendo a primeira instituição financeira de um mercado emergente a adotar os critérios para avaliar financiamentos dentro de uma perspectiva de risco social e ambiental. Os Princípios do Equador foram lançados em 2003 e atualmente 73 instituições financeiras comprometeram-se espontaneamente a incorporar estes princípios a negociações de financiamento de projetos com valor de US$10 milhões ou mais. As negociações para financiamento de projetos do Itaú Unibanco, conforme descrito em Basileia II, conduzidas pelo Itaú BBA, devem atender aos critérios previstos nos Princípios do Equador. Em 2011, seis negociações para financiamento de projetos foram avaliadas com a adoção dos Princípios do Equador, representando cerca de R$5,1 bilhões em investimento total e aproximadamente R$1,5 bilhão de participação do Itaú BBA.

Além de adotar os Princípios do Equador, o Itaú Unibanco, representado pelo Itaú BBA, exerce um papel de liderança no Comitê Diretivo e nos Grupos de Trabalho do Processo de Revisão dos Princípios do Equador (Equator Principles Steering Committee and Update Review Process Working Groups), tendo ocupado a presidência desse Comitê de setembro de 2008 a março de 2010. Em virtude de seu extraordinário desempenho em sustentabilidade, o Itaú Unibanco foi eleito o Banco Sustentável do Ano no prêmio “FT/IFC Sustainable Finance Awards” em 2011.

Em 2007, o Itaú Unibanco aprovou sua primeira Política de Risco Ambiental e Social institucional para negociações de crédito, atualizando-a em 2011. O Itaú BBA, em conformidade com a nova política, elaborou sua própria Política de Risco Ambiental e Social para operações de crédito, visando a atender as necessidades dos clientes.

O Itaú BBA conta com uma equipe multidisciplinar responsável pela avaliação de riscos ambientais e sociais em negociações de crédito e pelo desenvolvimento de oportunidades de negócios, inclusive promoção de produtos sustentáveis e da linha verde. Adicionalmente, em 2011, com o intuito de desenvolver a capacidade do Itaú BBA de lidar com temas sociais e ambientais, os membros da equipe de análise ambiental e social participam de 400 horas de treinamento em biodiversidade, sustentabilidade em projetos hidrelétricos, questões legais relacionadas ao meio ambiente, questões sociais e ambientais da indústria de petróleo e gás, entre outros. A equipe do Itaú BBA participou e realizou apresentações em eventos no Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Iniciativa Financeira do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e em outras instituições financeiras como o International Finance Corporation.

O Itaú BBA se concentra nos seguintes produtos e iniciativas na área internacional: (1) estruturação de financiamento bilateral ou sindicalizado de longo prazo com outras instituições; e (2) câmbio pronto (onde a compra de moedas estrangeiras em reais ou venda em moeda estrangeira é efetuada em até dois dias úteis), que excedeu o volume de US$71,4 bilhões em 2011.

Em agosto de 2011, o Itaú BBA foi reconhecido pela revista Institutional Investor pelo segundo ano consecutivo como a melhor equipe de pesquisas no Brasil e, pela primeira vez, como a melhor equipe de vendas na América Latina. A revista também reconheceu a equipe de relações com investidores como a melhor em cinco das oito categorias de "Latin American Investor Relations Perception". Em janeiro de 2012, o Itaú BBA foi reconhecido como "Melhor Banco de Investimento no Brasil" em 2011 pela revista Latin Finance.

Em outubro de 2011, o Itaú BBA foi reconhecido pelo quarto ano consecutivo como a "Melhor Instituição em Gestão de Caixa no Brasil" pela revista Euromoney.

Crédito ao Consumidor

Financiamento de Veículos

Em 31 de dezembro de 2011, nossa carteira de financiamento, leasing e consórcio de veículos contemplava, aproximadamente, 3,9 milhões de contratos, dos quais cerca de 71,5% eram clientes não-correntistas. A carteira de financiamento e leasing de veículos para pessoa física e do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, ou **FINAME**, cresceu 1% e atingiu R$64.871 milhões em 2011 em relação a 2010, o que representa uma participação de mercado brasileiro em torno de 33,1% em 31 de dezembro de 2011.

O setor brasileiro de financiamento de veículos é dominado por bancos e empresas de financiamento filiadas a fabricantes de veículos. Segundo a ABEL, Associação Brasileira das Empresas de Leasing, em 31 de dezembro de 2011, o Itaú Unibanco foi a maior empresa de leasing no Brasil em termos de valor presente destas operações.

As operações de financiamento e leasing de veículos foram capturadas através de 13.532 revendas em 31 de dezembro de 2011. As propostas são processadas por meio de terminais de computadores instalados nas concessionárias integrados ao nosso sistema. Toda proposta de financiamento de veículo é analisada com base na avaliação de crédito do cliente e da concessionária. O modelo de avaliação de crédito da concessionária analisa a qualidade de crédito e a quantidade de negócios provenientes de cada distribuidora de veículos. Em geral, o crédito é aprovado em 8 minutos, dependendo do histórico de crédito do cliente. Aproximadamente 77,9% das nossas aprovações de crédito, em 2011, foram dadas instantaneamente, pois desenvolvemos um modelo que diferencia clientes, permitindo-nos contar com uma ferramenta muito eficiente e de alta performance em aprovação de crédito. Atualmente, todas as propostas são captadas e processadas via Internet, conferindo maior segurança e agilidade ao processo de concessão de crédito para as concessionárias, para os clientes e para nossa instituição.

O segmento de financiamento de veículos pesados cresceu 25% em 2011 se comparado a 2010, atingindo um R$8.441 milhões em 31 de dezembro de 2011, incluindo financiamento de veículos, arrendamento mercantil e FINAME. O volume financeiro das operações referentes a motocicletas atingiu R$1.472 milhão em 2011. O Itaú Unibanco Holding possui um acordo de parceira com a MMC Automotores do Brasil Ltda. e a SBV Automotores do Brasil Ltda. o qual garante exclusividade no financiamento das marcas "Mitsubishi" e "Suzuki". O volume financeiro dessa parceria alcançou R$684 milhões em 2011, um aumento de 10,9% em comparação a 2010. O acordo também prevê concessão de empréstimos para os revendedores de Mitsubishi e Suzuki e distribuição de produtos e serviços para os seus clientes.

Redecard

Redecard S.A. ("Redecard") é uma das duas maiores empresas adquirentes multimarcas, com operações de cartões de crédito, débito e benefícios no Brasil. Suas atividades incluem aquisição, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito, antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de créditos), aluguel de terminais para pontos de venda , consulta de cheques por meio desses terminais, e captura e transmissão de transações realizadas com vouchers, cartões de bandeira exclusiva e de programas de fidelização. Em 31 de dezembro de 2011, a Redecard estava presente em todos os municípios brasileiros que contam com redes de energia elétrica e telecomunicações. Detemos 50,0% mais uma ação do capital social da Redecard desde 30 de março de 2009, ocasião em que a Redecard tornou-se subsidiária do Itaú Unibanco e os seus resultados foram apresentados totalmente consolidados nas nossas demonstrações contábeis. Em maio de 2010, a Hipercard, subsidiária do Itaú Unibanco, celebrou um acordo com a Redecard, segundo o qual, a partir do segundo trimestre de 2010, a Redecard captura as transações da Hipercard e a

Hipercard tem acesso à infraestrutura e à rede da Redecard em nível nacional, o que deve melhorar a eficiência e velocidade do credenciamento de estabelecimentos da Hipercard.

Em 2011, o lucro líquido da Redecard foi de R$1,4 bilhão, um aumento de 0,3% em comparação a 2010. A receita operacional líquida da Redecard em 2011 totalizou R$3,6 bilhões, o que representou um aumento de 6,8% em relação a 2010, devido à captura de R$230,5 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 25,2% em comparação a 2010. O volume de transações capturadas e processadas atingiu 2,8 bilhões, um aumento de 22,2% em relação a 2010. Em dezembro de 2011, a Redecard possuía 1,1 milhão de terminais eletrônicos instalados em todo o Brasil.

A tabela a seguir apresenta o volume financeiro de transações em milhões de reais e a quantidade de transações com cartões de crédito e débito processadas pela Redecard em 2011 e 2010:

	Volume financeiro		Transações	
	2011	2010	2011	2010
	(Em milhões de reais)		(milhões)	
Redecard				
Cartões de crédito	151.272	123.866	1.402	1.194
Cartões de débito	79.207	60.205	1.433	1.126
Total	230.478	184.071	2.835	2.320

Consulte “Item 4A Histórico e Desenvolvimento da Companhia - Aquisições” para obter informações sobre a nossa intenção de adquirir todas as ações em circulação da Redecard.

Operações Internacionais

Banco Itaú Argentina

A Argentina é a terceira maior economia da América Latina em termos de PIB (Produto Interno Bruto), o principal parceiro comercial do Brasil e um dos países com maior PIB per capita da América do Sul. Acreditamos que os aumentos recentes na penetração de serviços bancários demonstram que o sistema financeiro da Argentina apresenta um grande potencial de crescimento. O principal negócio do Banco Itaú Argentina é o setor de varejo, com cerca de 281.000 clientes nos segmentos de média e alta renda em 31 de dezembro de 2011. Em comparação com 2010, isso representa um aumento de 6,3% no número de clientes. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Itaú Argentina possuía ativos no valor de R$3.436 milhões, operações de crédito e arrendamento mercantil de R$2.162 milhões, depósitos que totalizavam R$2.599 milhões e patrimônio líquido de R$323 milhões. Naquela data, o Banco Itaú Argentina possuía 81 agências, 201 caixas eletrônicos e 22 postos de atendimento bancário.

Banco Itaú Chile

O Banco Itaú Chile iniciou suas atividades oficialmente em 26 de fevereiro de 2007, quando o BAC transferiu as operações do BankBoston Chile e BankBoston Uruguai para nós. Esta aquisição aumentou a nossa presença na América Latina e expandiu o escopo das operações. Além disso, o Itaú Chile Inversiones Servicios y Administración S.A. presta serviços de cobrança, securitização e seguros. Em 2011, celebramos um acordo com a MCC para criar uma nova empresa de serviços gestão de fortunas de terceiros. Ainda em 2011, adquirimos a carteira de clientes de alta renda do HSBC.

Em 31 de dezembro de 2011, nossas operações consolidadas no Chile registravam R$16.712 milhões em ativos, R$12.537 milhões em operações de crédito e arrendamento mercantil, e R$10.655 milhões em depósitos e R$1.993 milhão em patrimônio líquido. De acordo com o órgão regulador chileno, ou seja, a Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras do Chile - SBIF, o Banco Itaú Chile ocupava o oitavo lugar no mercado de operações de crédito e arrendamento mercantil, com 3,95% de participação no mercado, e o quinto lugar em número de contas de depósito à vista no setor privado, com cerca de 164.000 contas.

O Banco Itaú Chile oferece diversos produtos como factoring, arrendamento, finanças corporativas, fundos mútuos, corretagem de seguros e negociação, que são oferecidos por diferentes empresas e linhas de negócios. O segmento de varejo prioriza o segmento de alta renda que, em 31 de dezembro de 2011, representava 61,6% do total de receitas do Banco Itaú Chile. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Itaú Chile possuía 62 caixas eletrônicos e 88 agências, 66,7% dos quais se encontram em Santiago. O segmento de banco comercial do Banco Itaú Chile oferece uma grande variedade de produtos para aumentar a experiência do cliente, pois construiu uma vantagem competitiva com base na qualidade dos serviços, produtos e processos para clientes selecionados (empresas com receitas anuais entre US$2 milhões e US$100 milhões).

O segmento de clientes corporativos globais do Banco Itaú Chile possui capacitação para atuar em consórcios de bancos, colocações de títulos privados e securitizações. O banco também oferece financiamento de operações comerciais e serviços de tesouraria global, complementando a estratégia de marketing do Banco Itaú Chile. Os produtos de tesouraria, como câmbio e derivativos, são parte essencial desta estratégia.

Banco Itaú Uruguai

As operações do Banco Itaú no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, o principal emissor de cartões de crédito, a OCA S.A. ("OCA"), e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital AFAP S.A. ("Unión Capital"), posicionando o Banco Itaú como uma das principais instituições financeiras no Uruguai. A estratégia do Banco Itaú Uruguai é atender uma ampla gama de clientes, por meio de soluções bancárias personalizadas. Em 31 de dezembro de 2011, o Itaú Uruguai possuía R$4.882 milhões em ativos, R$2.201 milhões em operações de crédito e arrendamento, R$3.691 milhões em depósitos e R$444 milhões de patrimônio líquido.

O Banco Itaú Uruguai ocupa o terceiro lugar entre os bancos privados no Uruguai em termos de volume de ativos, segundo o Banco Central do Uruguai ("BCU").

O negócio de banco de varejo é voltado para clientes pessoas físicas e pequenas empresas, com mais de 181.500 clientes em 31 de dezembro de 2011. A maior parte da rede de agências localiza-se na área metropolitana de Montevidéu, com 17 agências. Além disso, o Banco Itaú Uruguai possui agências em Punta del Este, Tucuarembó, Salto, Paysandú y Mercedes. O Banco Itaú Uruguai ocupa uma posição de liderança no segmento de cartões de débito de bancos privados no Uruguai, com 18,5% de participação no mercado em 31 de dezembro de 2011, segundo a BANRED e liderança como emissor de cartões de crédito (principalmente Visa), com 28,5% de participação de mercado em 31 de dezembro de 2011, em termos do montante global de compras por cartão de crédito no Uruguai, de acordo com a Visanet Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda, e também incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de auto-serviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e Internet. A divisão de clientes de atacado é voltada a empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e setor público. Ela realiza serviços de empréstimos, gerenciamento de caixa, tesouraria, negociação e investimentos. Além disso, a unidade de bancos privados presta serviços regionais especializados (para clientes residentes e não residentes), oferecendo uma ampla carteira de produtos do mercado financeiro local e internacional.

A OCA é o principal emissor de cartões de crédito no Uruguai, com 40,1% de participação no mercado, com base no valor global de compras por cartão de crédito no Uruguai em 31 de dezembro de 2011, e cerca de 50,0% de participação de mercado em número de transações processadas. A OCA realiza as três principais operações de cartão de crédito: aquisição de clientes, emissão de cartões e processamento de operações. Os principais produtos oferecidos pela OCA são cartões de crédito e crédito ao consumidor, que tinha aproximadamente 405.000 clientes e uma rede de 21 agências em 31 de dezembro de 2011.

A Unión Capital é uma empresa de gestão de fundos de pensão que opera no Uruguai desde 1996, quando foi criado o atual sistema de previdência uruguaio. Em 31 de dezembro de 2011, contava com aproximadamente 231.000 clientes, gerenciava US$1.280 milhão em fundos de pensão, com participação de mercado de 16,5%, de acordo com o BCU.

Banco Itaú Paraguai

O Banco Itaú Paraguai S.A. ("Banco Itaú Paraguai"), anteriormente conhecido como Interbanco, foi constituído no Paraguai em 1978, tornando-se um dos maiores bancos do mercado financeiro daquele país. Em 1995, foi adquirido pelo Unibanco, e a marca "Itaú" está presente no país desde 12 de julho de 2010. O Banco Itaú Paraguai apresenta crescimento significativo desde 1999, ampliando a variedade e a qualidade de seus serviços no país. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Itaú Paraguai tinha 27 agências, cerca de 295.000 clientes e 204 caixas eletrônicos.

Os produtos e serviços do Banco Itaú Paraguai são operados com a seguinte estrutura: corporate banking (pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais) e consumer banking (pessoas físicas e pagamento de salários). Suas principais fontes de receita são os produtos de consumer banking, principalmente cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento. Em corporate banking, o Banco Itaú Paraguai tem presença tradicional no segmento de agronegócios, que vem experimentando bom desempenho de crédito. O Banco Itaú Paraguai tem sido o mais lucrativo do país nos últimos sete anos. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Itaú Paraguai registrava ativos de R$3.748 milhões, incluindo R$2.364 milhões em crédito e arrendamento e R$2.665 milhões em depósitos.

O Banco Itaú Paraguai é reconhecido também por lançar produtos e serviços inovadores. Ele oferece aos clientes diversos produtos e serviços, como o Cartão de Débito Internacional Cirrus Maestro e Internet Banking Service Interhome Banking, além de informações bancárias aos clientes via telefones móveis, com o serviço Click Banking.

Itaú Colômbia

Em novembro de 2011, o Itaú BBA obteve autorização do Banco Central do Brasil para estruturar sua operação de banco de atacado e investimentos na Colômbia, pendente de aprovação dos órgãos reguladores locais, o que se espera ocorrer em 2012. O mercado alvo do Itaú BBA na Colômbia é composto por investidores institucionais e pelas grandes empresas com presença no Brasil. A carteira de produtos na Colômbia incluirá operações de crédito, financiamento ao comércio exterior, câmbio e derivativos e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais.

Banco Itaú BBA International

O Banco Itaú BBA International é um banco com carta-patente portuguesa, controlado pelo Itaú Unibanco Holding. O Banco Itaú BBA Internacional dedica-se principalmente a duas linhas de negócios:

- Corporate & Investment Banking — Este segmento atende às necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais e é um importante ator no segmento de operações financeiras internacionais associadas a financiamentos e relações de investimentos entre a América Latina e a Europa. Os diversos serviços oferecidos incluem a originação de financiamento estruturado e operações de hedge de riscos, inclusive derivativos de taxas de câmbio e taxas de juros, envolvendo particularmente controladoras europeias de companhias na América Latina, financiamento de exportações entre os melhores clientes corporativos do Itaú Unibanco e companhias europeias, serviços de consultoria e finanças para companhias europeias que investem na América Latina, e também a companhias latino-americanas que estão em processo de internacionalização. Este segmento também inclui todas as atividades realizadas pelo Grupo Itaú Unibanco nos mercados financeiro, de capitais e derivativos, visando a atender às necessidades de financiamento das outras operações do Grupo e desenvolver as atividades de intermediação financeira e gestão de seus ativos. Essas atividades envolvem captação de recursos e aplicações em mercados interbancários, emissão de títulos de dívida e produtos de financiamento estruturado, intermediação (criação e distribuição) de títulos de dívida para clientes, especialmente grandes empresas e grupos, clientes do Grupo Itaú Unibanco, títulos de investimento e para negociação, derivativos e produtos estruturados, com investidores institucionais e clientes corporativos.

- Private Banking — A área de Private Banking internacional é conduzida pelo Banco Itaú Europa Luxembourg, Banco Itaú Europa International, Itaú Bank & Trust Bahamas e Banco Itaú Suisse. Este segmento oferece serviços financeiros e de gestão de ativos para clientes com alto poder aquisitivo, colocando à sua disposição uma gama ampla e especializada de fundos de investimento, inclusive negociação e gestão de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros, trustes e empresas de investimento, em nome dos clientes. Como parte de nossa estratégia, estamos reduzindo nossas atividades em Luxemburgo e as operações de private banking atualmente realizadas naquele país serão transferidas gradativamente para a Suíça.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco Itaú BBA International possuía US$6.750 milhões em ativos, US$3.963 milhões em operações de crédito e arrendamento mercantil, US$1.895 milhões em depósitos e US$746 milhões em patrimônio líquido.

A área de clientes corporativos do Banco Itaú BBA International oferece produtos diversificados, como serviços de crédito, derivativos e assessoria para empresas europeias com subsidiárias na América Latina.

A área de clientes private oferece serviços financeiros e de gestão de ativos para clientes da América Latina, colocando à sua disposição uma gama ampla e especializada de fundos de investimento, inclusive negociação e gestão de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros, trustes e empresas de investimento, em nome dos clientes. Os ativos sob gestão da área de clientes private totalizam US$12.589 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Todas as nossas operações com o Banco Itaú BBA International e suas subsidiárias são realizadas em bases puramente comerciais.

Outras Operações Internacionais

Nossas demais operações internacionais têm os seguintes objetivos:

(1) Apoiar nossos clientes em transações financeiras e serviços internacionais:

As unidades internacionais do Itaú Unibanco Holding fornecem aos nossos clientes diversos produtos financeiros, como financiamento ao comércio, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (hedging) ou negociação própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Estes serviços são oferecidos principalmente por intermédio de nossas agências em Nassau, Nova York, Ilhas Cayman e Uruguai, bem como por meio do Banco Itaú Argentina e Banco Itaú Chile.

Também entre as nossas unidades internacionais, a agência de Tóquio do Itaú Unibanco oferece uma carteira de produtos e serviços que atende as necessidades bancárias dos brasileiros residentes no Japão.

(2) Gerenciar carteiras próprias e captar recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional:

A captação de recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais podem ser feitas pelas agências do Itaú Unibanco localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e Nova York, bem como pelo Itaú Bank Ltd. (“Itaú Bank”), uma subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman.

As carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e pelo Itaú Unibanco - Agência das Ilhas Cayman. Essas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional. As posições próprias do Itaú BBA no exterior são registradas no Itaú BBA – Agência de Nassau.

Através das nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos com bancos correspondentes com alguns centros monetários e bancos regionais em todo o mundo e supervisionamos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

(3) Participar dos mercados de capitais internacionais como distribuidores:

O Itaú BBA possui equipes de negociação e venda de ações e produtos de renda fixa em São Paulo, Nova York, Londres, Hong Kong e Tóquio. Além de possuir uma das maiores equipes de vendas e negociação na América Latina, temos a maior equipe de análise e pesquisa da América Latina e oferecemos ampla cobertura para mais de 176 empresas com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

(4) Adicionalmente, também estamos presentes e prestando serviços aos nossos clientes na Ásia, especialmente na China, por meio do escritório de representação do Itaú BBA em Xangai.

Financiamento de Operações Comerciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nossa carteira de financiamento de operações comerciais respondia por US$13.034 milhões, dos quais US$9.983 milhões estavam relacionados à exportação (incluindo financiamento pré e pós exportação). Nosso financiamento à exportação para grandes empresas geralmente não é garantido, mas algumas transações exigem garantias mais complexas, em especial aquelas originalmente estruturadas para serem sindicalizadas. Nossos negócios referentes a financiamento a importação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizaram US$3.051 milhões. Em 31 de

dezembro de 2011, o volume total de operações cambiais relacionadas a exportações foi de aproximadamente US$27.060 milhões e o volume total de operações cambiais relacionadas a importações foi de aproximadamente US$28.457 milhões.

Marketing e Canais de Distribuição

Fornecemos serviços e produtos financeiros integrados para nossos clientes por meio de diversos canais de comercialização e distribuição. A rede de distribuição compõe-se principalmente de agências, caixas eletrônicos e PABs, localizados nas instalações de clientes corporativos.

A tabela a seguir fornece informações referentes à nossa rede de agências, PABs e caixas eletrônicos em 31 de dezembro de 2011 no Brasil e no exterior:

	Agências	PABs	Caixas Eletrônicos
Itaú Unibanco	3.606	878	27.810
Itaú Personnalité	214	3	454
Itaú BBA	9	—	—
Total no Brasil	**3.829**	**881**	**28.264**
Itaú Unibanco no exterior (exceto América Latina)	4	—	—
Argentina	81	22	201
Chile	88	—	62
Uruguai	43	1	38
Paraguai	27	8	204
Total	**4.072**	**912**	**28.769**

A próxima tabela apresenta informações referentes à localização geográfica de nossa rede de distribuição no Brasil em 31 de dezembro de 2011 no Brasil:

Região	Agências	PABs	Caixas Eletrônicos
Sul	639	119	3.942
Sudeste	2.531	614	19.994
Centro-oeste	294	66	1.686
Nordeste	287	50	2.053
Norte	78	32	589
Total no Brasil	**3.829**	**881**	**28.264**

Agências

Em 31 de dezembro de 2011, nossa rede compreendia 3.829 agências de serviços completos em todo o Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, 79,8% das nossas agências estavam localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais na região Sudeste, Paraná na região Sul e Goiás no Centro-Oeste. A rede de agências funciona como uma rede de distribuição de todos os produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes, tais como cartões de crédito, planos de seguro, capitalização e de previdência privada.

Postos de Atendimento Bancário

Em 31 de dezembro de 2011, operávamos 881 PABs em todo o Brasil. O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitados, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências de serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionem uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Caixas Eletrônicos

Em 31 de dezembro de 2011, operávamos 28.264 caixas eletrônicos em todo o Brasil. Nossos clientes podem realizar quase todas as operações relacionadas a conta-corrente nos caixas eletrônicos. Os caixas eletrônicos são alternativas de baixo custo aos serviços executados por funcionários e nos proporcionam pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Também temos contratos com

outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, para permitir que nossos clientes façam uso de serviços simplificados através de suas redes.

Gestão de Riscos

Implementamos processos para cumprir as regras de gestão de riscos definidas pelo Banco Central em linha com Basileia II. Nosso patrimônio de referência exigido possui os seguintes componentes de acordo com a Resolução CMN nº 3.490:

- PEPR: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir o risco de crédito e demais exposições a ativos não incluídas nos demais fatores;
- PCAM: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir a exposição a risco de mercado em ouro e variações em moedas estrangeiras;
- PJUR: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir a exposição em risco de mercado na carteira de negociações associada a variações na taxa de juros;
- PCOM: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir a exposição em risco de mercado associada a variações nos preços de commodities;
- PACS: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir a exposição em risco de mercado na carteira de negociação associada a variações no mercado em ações; e
- POPR: patrimônio de referência/capital regulatório exigido para cobrir a exposição em risco operacional.

Administramos nossa exposição ao risco com a utilização de avançadas metodologias alinhadas com as exigências de Basileia II e, dessa forma, nossas ferramentas de gestão de risco já incorporam muitos dos recursos exigidos por Basileia II ou, então, encontram-se em processo de inclusão dessas exigências. Nossos esforços concentram-se nas regras de exigência de capital de Basileia II relacionadas a riscos de crédito, mercado e operacional, sendo que estamos no processo de implementação de avançadas abordagens definidas no Acordo de Basileia. Além disso, o Itaú Unibanco participa ativamente das discussões e estudos sobre Basiléia III no Brasil e no exterior. Consulte “Item 5B Liquidez e Recursos de Capital — Capital” para discussão de nossas exigências de patrimônio de referência e nosso cálculo de patrimônio de referência/capital regulatório. Adicionalmente, para atender às disposições da Resolução nº 3.988 do CMN, o Itaú Unibanco está definindo e implementando a sua estrutura de gestão de capital.

Como parte de nossas ferramentas de controle de risco, desenvolvemos e aprimoramos sistemas proprietários de gestão de risco que estão de acordo com os regulamentos do Banco Central e as práticas e procedimentos internacionais. Estes modelos baseiam-se nos seguintes elementos:

- Análises econômicas, financeiras e estatísticas, que possibilitam avaliar os efeitos de acontecimentos negativos sobre nossa liquidez, o crédito e a posição de mercado da instituição;
- Riscos de mercado utilizando o VaR, para avaliar o risco na carteira estrutural e os testes de stress em cenários independentes para avaliar a exposição em termos consolidados em situações extremas;
- Ferramentas de risco de crédito que normalmente envolvem a avaliação de crédito e de comportamento para carteiras de varejo e modelos proprietários de classificação para clientes corporativos. Adotamos também modelos de gestão de carteira para quantificar e alocar capital econômico;
- Riscos operacionais, muitos dos quais foram avaliados por meio de bases de dados e modelos estatísticos internos, que monitoram a frequência e a seriedade de eventos internos de perda para quantificar os riscos e alocar o capital econômico. Estamos em processo de ampliar as abordagens estatísticas e baseadas em cenários para cobrir todos os riscos operacionais relevantes;
- Monitoramento diário das posições em relação a limites de risco de mercado preestabelecidos; e

- Simulações de alternativas para proteção devido a perdas de liquidez e planos de contingência para situações de crise em diferentes cenários.

A Diretoria de Controle de Riscos de Mercado e Liquidez (“ACRF - Área de Controles de Riscos e Financeiro”), nossa divisão de risco corporativo, centraliza a gestão de riscos de crédito, de mercado, operacional, de liquidez e de subscrição, e a gestão de risco da carteira. Além disso, estabelecemos comitês responsáveis pela gestão de risco, estruturados da seguinte forma:

- O Comitê de Gestão de Riscos de Capital (“CGRC”) assessora o nosso conselho de administração nas suas funções relacionadas à gestão de risco e capital do Itaú Unibanco. O CGRC apresenta relatórios e recomendações para análise do conselho de administração com relação a: (i) supervisão da gestão de risco e atividades de controle do Itaú Unibanco; (ii) revisão e aprovação das políticas e estratégias de capital; (iii) determinação do retorno mínimo esperado sobre o capital do Itaú Unibanco; (iv) supervisão das estruturas de incentivos, inclusive remuneração; e (v) aperfeiçoamento da cultura de risco do Itaú Unibanco. Consulte “Item 6C Práticas do Conselho de Administração”.

    - A Comissão Superior de Políticas de Risco (“CSRisc”) é nosso órgão superior de gestão de risco e de capital em nível executivo, responsável por (i) estabelecer as diretrizes coerentes com as políticas sobre gestão de risco; (ii) aprovar políticas de risco de nível gerencial com alto impacto sobre as posições de capital; (iii) definir níveis de alçada para os comitês de nível mais baixo; (iv) estabelecer limites combinados por tipo de risco e assegurar coerência da gestão de risco em todo o Grupo Itaú Unibanco. Além do CSRisc, a alta administração supervisiona a gestão de risco por meio de quatro comitês: O Comitê Superior de Tesouraria Institucional (“CSTI”), o Comitê Superior de Tesouraria Institucional-Liquidez (“CSTIL”), Comitê Superior de Crédito (“CSC”) e a Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (“CSAGRO”).

        - O CSTI e o CSTIL são responsáveis por avaliar e estabelecer estratégias referentes aos riscos de mercado e liquidez. O CSTI estabelece os limites de exposição referentes aos riscos de mercado e os limites máximos de perda nas posições com base nos limites determinados pelo CSRisc. Esses limites são monitorados diariamente e, se excedidos, são informados ao nível apropriado. O CSTIL estabelece limites de liquidez com base nos limites estabelecidos pelo CSRisc e monitora os níveis correntes e futuros de liquidez para realizar a gestão dos fluxos de caixa.

        - O CSC é responsável por administrar os riscos de crédito de grandes empresas, inclusive estabelecer políticas corporativas de crédito, coordenar as regras internas de limites de crédito para concessão de financiamento e garantias bancárias e determinar as alçadas de aprovação das operações de crédito.

    - O CSAGRO é responsável pelos riscos operacionais e controles internos, inclusive (i) administrar os riscos associados aos processos e negócios; (ii) estabelecer diretrizes para auditorias internas e gestão de riscos operacionais, e (iii) analisar os resultados dos nossos controles internos e sistema de conformidade (compliance).

    - O Comitê Superior de Produtos (“CSP”) aprova os produtos, operações, serviços e processos do Itaú Unibanco, garantindo o atendimento às necessidades do cliente e da unidade, sendo responsável por avaliar o potencial de riscos para o Itaú Unibanco e sua relação com o público.

Acreditamos que a aplicação das abordagens avançadas de Basileia II e Basileia III beneficiará a instituição uma vez que promoverá um maior alinhamento das exigências regulatórias e gestão interna, que já se baseiam em modelos sofisticados para a identificação, a mensuração e o monitoramento de riscos. Portanto, estamos contribuindo ativamente para a adaptação e padronização de Basileia II e Basileia III por meio da ativa participação em discussões em diversos fóruns no Brasil e no exterior, e também pelo diálogo com os bancos centrais.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas e redução de capital resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros. Inclui, entre outros, os riscos associados às taxas de juros e de câmbio e aos preços de mercadorias (commodities) e de ações. O controle do risco de

mercado realizado pelo Itaú Unibanco abrange todos os instrumentos financeiros contidos em todas as carteiras da empresas por ele controladas. Assim, a política de gestão de risco do Itaú Unibanco está alinhada com os princípios da Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007, constituindo um conjunto de princípios que orienta a estratégia da instituição de controle de risco de mercado em todas as unidades de negócios do conglomerado e pessoas jurídicas do grupo Itaú Unibanco.

Para administrar e controlar o risco de mercado, implementamos modelos internos de avaliação e gestão de riscos. Esses modelos utilizam informações estatísticas e históricas relativas a taxas de juros e câmbio, volatilidades e tendências, no intuito de reduzir o impacto de flutuações de mercado em nossa liquidez, resultados das operações e situação financeira. O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco considera o período de retenção de um dia e intervalo de confiança de 99%. As volatilidades e correlações são estimadas com base em uma metodologia que atribui peso maior às informações mais recentes.

O controle do risco de mercado é realizado por uma unidade de controle em cada área de negócio que executa diariamente a mensuração, avaliação e reporte do risco de mercado para a area de risco de Mercado corporativo e autoridades regulatórias que supervision a unidade de negócio. A área de risco de mercado é responsável pela monitoração, avaliação e reporte de informações de risco de Mercado consolidadas, visando a fornecer subsídios para acompanhamento dos comitês superiores e atendimento aos órgãos reguladores brasileiros e estrangeiros.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos e passivos, ou um descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possa afetar a capacidade de pagamento de uma instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades para fazer pagamentos.

A gestão do risco de liquidez é supervisionada pelo CSTIL, que analisa os níveis correntes e esperados de liquidez e estabelece os limites relacionados à liquidez, inclusive os níveis máximos de descasamento de liquidez com base nos vencimentos e moedas e os níveis mínimos de reservas em moedas locais e estrangeiras. Estabelece também as políticas para captação e investimento de recursos nos mercados local e internacional e estratégias de captação para nossas carteiras. Este comitê se reporta ao CSRisk e supervisiona o Comitê de Gestão de Tesouraria Institucional, que tem a responsabilidade de estabelecer limites de risco de liquidez e desenvolver critérios e modelos para avaliação de risco de liquidez. Além disso, o Comitê de Caixa é responsável por implementar e controlar as estratégias estabelecidas para controle de risco de liquidez.

Possuímos uma estrutura dedicada a aprimorar o monitoramento e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos estatísticos e projeções econômico-financeiras das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reservas em moeda local e estrangeira.

Além disso, estabelecemos diretrizes e limites, cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas de liquidez. Com base nos nossos modelos, as políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos de acordo com os cenários prospectivos revistos periodicamente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas.

Em observância às exigências da Resolução nº 2.804 do CMN e da Circular nº 3.393 do Banco Central do Brasil, enviamos mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação; e
- Acompanhamento e controle constante de fontes de captação por tipo de investidor e prazo, entre outros fatores.

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Inclui, entre outros, o risco da contraparte, o risco país, o risco de transferência de moeda, o risco do garantidor, o risco de liquidação e o risco de concentração de produto. Nosso contínuo aprimoramento no processo de tomada de decisões e gestão e controle de risco de crédito, direcionado pelas melhores práticas de mercado, permitiram-nos utilizar metodologias baseadas em modelos matemáticos de análise de risco, inclusive:

- Análise de nossas carteiras de crédito e definição dos limites de crédito pelo uso do capital econômico referente a risco de crédito como mensuração de risco;
- Um modelo de retorno sobre o capital corrigido pelo risco (RAROC);
- Revisão de novos produtos e alterações à política de crédito que indicam um risco maior;
- Qualidade das carteiras por cliente, indústria, linhas de produto, linha de negócios e setor econômico;
- Concentração e dispersão das carteiras (por prazos, linhas de negócios, moeda, crédito por cliente e setor econômico);
- Evolução do perfil da carteira e os respectivos impactos econômicos (ex: provisão para devedores duvidosos e capital alocado);
- Validação dos modelos de avaliação de risco do cliente, probabilidades de inadimplência, perda em função de inadimplência e exposição à inadimplência por segmentos de mercado;
- Controle da alteração na classificação de risco e volatilidade;
- Monitoramento dos maiores créditos, inclusive a evolução dos montantes emprestados, provisão e capital econômico alocado para risco de crédito; e
- A avaliação e controle de risco das alterações nos produtos, crédito e políticas de cobrança que envolvam alterações nos parâmetros de risco é supervisionada pelo CSC e CSRisc.

Preparamos nossa política de crédito com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e exterior. Tais fatores incluem classificações de clientes, determinadas por avançadas análises de crédito e instrumentos de controle, níveis de inadimplência, taxas de retorno, qualidade da carteira e capital econômico alocado. Nosso foco é a avaliação de índices de risco/retorno em nossa estratégia de expandir ativos, sendo que nossa principal preocupação é a qualidade da carteira de crédito e a criação de valor para nossos acionistas. Todo o processo de tomada de decisões e a definição da nossa política de crédito são centralizados a fim de garantir ações sincronizadas e otimizar as oportunidades de negócios.

A Comissão Superior de Crédito (CSC) define as políticas de crédito e as alçadas de aprovação de crédito das unidades de negócio. As alçadas de aprovação dependem dos talentos profissionais e experiências pessoais de cada indivíduo que tenha autoridade em crédito e levam também em conta as condições econômicas e o perfil de risco das diferentes unidades. Além disso, cada unidade tem comitês de crédito, compostos por gerentes de crédito e diretores, que estabelecem normas e limites, estipulam as classificações de risco e supervisionam o processo de aprovação de operações de crédito, modelos e políticas daquela unidade. Dependendo do montante e dos termos do crédito proposto, bem como da avaliação de risco do tomador em potencial, o comitê de crédito deverá consultar a CSC.

A maioria dos tipos de operações de empréstimo a pessoas físicas e pequenas empresas passa pelo processo automatizado de crédito. Por ocasião da abertura de contas, obtemos informações sobre a renda, o patrimônio líquido do cliente e sua ocupação profissional (no caso de pessoas físicas). Adicionalmente, informações de órgãos externos, como o Banco Central, também são automaticamente obtidas e o cadastro e histórico de relacionamento são atualizados continuamente. Com base nesses dados e em modelos avançados de *behaviour* e de *credit score*, atribuímos a cada cliente um limite total de crédito. O cliente deve atualizar suas informações de crédito pelo menos uma vez por ano.

Existe outro processo de revisão para créditos acima dos que podem ser concedidos por meio do processo automatizado e para categorias de clientes ou tipos de créditos não incluídos no processo automatizado, entre eles operações de crédito nas unidades de empresas de médio e grande porte. Nesses casos, examinamos cada pedido individualmente, verificamos os dados e utilizamos as metodologias tradicionais de análise de crédito.

Além disso, nossas unidades de negócio realizam pesquisas de apoio técnico sobre grupos econômicos e de setores de atividade econômica do Brasil. Isso nos permite avaliar o risco de crédito de empresas de porte médio (com faturamento anual acima de R$ 6 milhões) e segmento de atacado. Operações de crédito consignado são avaliadas pelo menos uma vez por ano ou com maior frequência, se a unidade de negócio de crédito tomar conhecimento de algum fato relevante que justifique a revisão.

Definimos alçadas de aprovação de crédito para cada gerente de crédito (gerente da unidade de negócio responsável por uma equipe de analistas de crédito) para cada uma das diversas categorias de operação. O valor da alçada depende da experiência do gerente e da situação econômica vigente. Os empréstimos inferiores a R$ 100 milhões exigem a aprovação do comitê de crédito e podem exigir a aprovação de uma autoridade superior de crédito, dependendo do prazo da operação, da classificação de crédito do tomador em potencial e do capital alocado ao empréstimo proposto. Além disso, toda alocação de capital proposta superior a R$ 20 milhões será submetida à aprovação da CSC.

O Itaú BBA é focado em operações com grandes empresas, sendo que seu processo de decisão de crédito também se baseia na classificação e no volume do empréstimo. Não há alçadas individuais. A maior alçada de aprovação de crédito no Itaú BBA é representada pelo presidente e pelo diretor de crédito que, juntos, podem aprovar até R$ 820 milhões, dependendo da classificação de risco. Todo empréstimo superior a R$ 820 milhões precisa ser submetido à aprovação da CSC.

Gestão de Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram os nossos perfis de risco mais complexos e afetaram a nossa gestão de risco operacional. Como resultado, foi estabelecida uma estrutura específica para o risco operacional, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. O CSAGRO supervisiona a gestão de risco operacional e estabelece diretrizes para a auditoria interna. O comitê analisa os relatórios de auditoria, define diretrizes e modelos de gestão de risco operacional e monitora controles internos, riscos operacionais e conformidades legais. As decisões referentes aos modelos de mensuração de capital e políticas de controle de risco são tomadass pelo CSRisc.

Em sintonia com os princípios estabelecidos pelo CMN, estabelecemos uma política de gestão de riscos operacionais, aprovada no comitê de auditoria e ratificada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos operacionais é aplicável ao Itaú Unibanco Holding, e é constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e diretrizes que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.
Define também os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte relacionados ao risco operacional, bem como os papéis e responsabilidades dos participantes dessa estrutura.

Desde 1º de julho de 2008, o Banco Central exige que as instituições financeiras aloquem capital para o risco operacional, com base nas diretrizes sobre exigências de capital de risco operacional de Basileia II. O Itaú-Unibanco Holding optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (“ASA”).

Consulte “5B Liquidez e Recursos de Capital — Capital”.

Gestão de risco da carteira e subscrição de seguros

O risco de subscrição e de carteira de seguros é o risco de um cenário econômico adverso que contrarie as premissas adotadas em nossa política de subscrição e estimativa de provisões. Este risco é

administrado pelos mesmos órgãos que supervisionam o risco operacional, conforme descrito acima. A administração de nossas operações de seguro estabelece as políticas de subscrição relacionadas a retenções, proteções, programas e preços de resseguros, de acordo com o tipo de negócio. Essa abordagem é projetada para assegurar a alta qualidade da subscrição, a determinação de preços e reduzir a volatilidade dos resultados. O departamento atuarial analisa a aderência às tabelas de probabilidade usadas nos modelos de precificação à experiência de nossa carteira. No mercado de varejo, os preços de nossos produtos de seguro são estabelecidos de acordo com os sistemas proprietários de pontuação e classificação, com base em dados que reunimos e analisamos ao longo de muitos anos e que os subscritores usam para avaliar os riscos antes da cotação. Essas informações refletem conhecimentos especializados relacionados aos segmentos do mercado e ajudam a analisar o risco com base nas características da conta e nos parâmetros de determinação de preços. No mercado de vida em grupo, os preços de nossos produtos de seguro são estabelecidos de acordo com sistemas de classificação baseados na tabela atuarial internacional de mortalidade e na experiência histórica de nossas apólices, na idade do grupo, nos segmentos da indústria, no percentual de mulheres e homens e na experiência de cada grupo e na saúde financeira do cliente. A subscrição de seguros de propriedades é monitorada por fatores de risco e a precificação baseia-se na exposição de acordo com a análise do segmento econômico, a atividade e o grau da gravidade do risco, experiências de clientes e de empresas semelhantes, saúde financeira e instrumentos personalizados de gestão. Nossa estratégia de subscrição de resseguro é trabalhar com um número limitado de empresas de resseguro para ter um limite alto de retenção pré-negociado, o que reduz nossa exposição ao risco. Além disso, os subscritores analisam todas as nossas contas anualmente para administrar o risco associado à nossa carteira de seguros. E ainda aplicamos o modelo de retorno sobre capital corrigido pelo risco no segmento corporativo para alocar capital suficiente para garantir a sustentabilidade do negócio. O modelo de retorno sobre capital corrigido pelo risco permite que quantifiquemos a exposição ao risco com base em critérios estatísticos.

Captação de Recursos

Principais Fontes

Nossa principal fonte de captação de recursos são os depósitos. Depósitos incluem depósitos à vista não remunerados, depósitos de poupança remunerados, certificados de depósitos a prazo vendidos a clientes e depósitos interbancários de instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, o total de depósitos era de aproximadamente R$ 243 bilhões, o que representava 42,3% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2010, o total de depósitos era de aproximadamente R$ 203 bilhões, o que representava 39,9% do total de recursos. Os depósitos de poupança representam uma de nossas principais fontes de recursos que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, representavam 27,7% e 28,6% do total de depósitos, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta uma segregação de nossas principais fontes de recursos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011		2010	
	Em milhões de R$	% do total de recursos	Em milhões de R$	% do total de recursos
Depósitos	**242.636**	**42,3**	**202.688**	**39,9**
Depósitos à vista	28.932	5,0	25.349	5,0
Depósitos de investimentos	-	-	906	0,2
Depósitos de poupança	67.170	11,7	57.900	11,4
Depósitos a prazo	144.469	25,2	116.416	22,9
Depósitos interfinanceiros	2.065	0,4	1.929	0,4
Outros depósitos	-	-	188	-
Captações no mercado aberto	**185.413**	**32,3**	**199.657**	**39,2**
Dívida no Mercado Interbancário	**90.498**	**15,8**	**62.599**	**12,1**
Letras hipotecárias	244	-	302	0,1
Letras de crédito imobiliário	15.751	2,7	8.736	1,7
Letras de crédito do agronegócio	3.284	0,6	2.774	0,5
Letras financeiras	14.308	2,5	2.466	0,5
Financiamento à importação e à exportação	21.452	3,7	15.455	3,0
Repasses no país	35.459	6,3	31.689	6,1
Outros	-	-	1.177	0,2
Dívida no Mercado Institucional	**54.807**	**9,6**	**44.513**	**8,8**
Obrigações por emissão de debêntures	1.039	0,2	1.384	0,3
Dívidas subordinadas	39.715	6,9	34.487	6,8
Obrigações por TVM no exterior	14.053	2,5	8.642	1,7
Total	**573.354**	**100,0**	**509.457**	**100,0**

A tabela a seguir apresenta uma segregação de nossos depósitos por vencimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

(em milhões de R$)

	2011				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	**28.932**	**-**	**-**	**-**	**28.932**
Depósitos à vista	28.932	-	-	-	28.932
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Depósitos remunerados	**98.754**	**19.849**	**11.920**	**83.181**	**213.704**
Depósitos de poupança	67.170	-	-	-	67.170
Depósitos a prazo	30.918	19.167	11.475	82.909	144.469
Depósitos interfinanceiros	666	682	445	272	2.065
Total	**127.686**	**19.849**	**11.920**	**83.181**	**242.636**

(em milhões de R$)

	2010				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	**25.537**	**-**	**-**	**-**	**25.537**
Depósitos à vista	25.349	-	-	-	25.349
Outros depósitos	188	-	-	-	188
Depósitos remunerados	**74.486**	**17.550**	**21.981**	**63.134**	**177.151**
Depósitos de poupança	57.900	-	-	-	57.900
Depósitos de investimentos	906	-	-	-	906
Depósitos a prazo	15.332	16.714	21.476	62.894	116.416
Depósitos interfinanceiros	348	836	505	240	1.929
Total	**100.023**	**17.550**	**21.981**	**63.134**	**202.688**

A tabela a seguir apresenta a composição de depósitos de pessoas físicas e jurídicas segregadas entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada uma expressa como uma porcentagem do total de depósitos a prazo) em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Varejo	19,0%	15,0%
Itaú Personnalité	18,2%	27,7%
Médias empresas	40,7%	43,3%
Grandes empresas	22,1%	14,0%
Total	**100,0%**	**100,0%**

Outras Fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e repasse de tais recursos a um diferencial determinado pelo governo para determinados setores da economia. Esses empréstimos são feitos principalmente na forma de linhas de crédito direcionadas pelos órgãos do governo, por meio de bancos privados, a setores-alvo específicos em prol do desenvolvimento econômico. Em 31 de dezembro de 2011, participamos como financiadores em transações financiados pelo BNDES e FINAME, no valor de aproximadamente R$ 35,459 bilhões. Consulte “Itaú BBA”.

Obtemos linhas de crédito em dólares dos EUA junto a bancos correspondentes para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Em 31 de dezembro de 2011, o total de nossos financiamentos à importação e à exportação totalizou aproximadamente R$ 21,.452 bilhões.

Além disso, obtemos recursos em moeda estrangeira por meio da emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capital internacionais, quer através de empréstimos privados quer através da emissão de títulos de dívida em geral, para repasse a empresas e instituições financeiras brasileiras. Os repasses são feitos como empréstimos em reais e são indexados ao dólar dos EUA. Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos aproximadamente R$14,053 bilhões de transações financeiras e estruturadas em aberto. Nossas operações internacionais, incluindo a agência de Grand Cayman, as agências do Itaú Unibanco em

Grand Cayman e Nova York e a agência do Itaú BBA em Nassau, representam veículo adicionais de financiamento, sendo responsáveis pela emissão de títulos e valores mobiliários e estabelecimento de programas para a emissão de diversos instrumentos financeiros. Consulte “Operações Internacionais – Outras Operações Internacionais”.

Também captamos recursos para nossas operações mediante a revenda, aos nossos clientes, de títulos de nossa emissão e anteriormente detidos na conta de tesouraria. Nossos clientes têm o direito de revender os títulos a nossa instituição, a seus critérios, até a data do vencimento. Pagamos juros sobre os recursos desses títulos a taxas variáveis baseadas no CDI. Em 31 de dezembro de 2011, a captação na forma desse produto financeiro totalizou R$185,413 bilhões.

Em 24 de janeiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding, atuando por intermédio de sua Agência das Ilhas Cayman, emitiu US$550 milhões de notas subordinadas de 6,20% com vencimento em 2021, a serem integradas e consolidadas de modo a formar uma série única e votar como uma classe única com as notas subordinadas em circulação de 6,20% no valor de US$500 milhões, com vencimento em 2021, emitidas em 21 de janeiro de 2011.

Em 19 de março de 2012, o Itaú Unibanco Holding, atuando por intermédio de sua Agência das Ilhas Cayman, emitiu US$ 1.250 milhões de notas subordinadas de 5,65% com vencimento em 2022.

Tecnologia

Temos o compromisso de oferecer a tecnologia mais avançada para a comodidade de nossos clientes. Portanto, investimos continuamente no desenvolvimento e aprimoramento de nossos sistemas.

Em 2011, nosso orçamento de TI consistia em aproximadamente R$3.000 milhões em despesas, inclusive desenvolvimento de aplicativos, e R$1.000 milhão em investimentos, com 6.320 funcionários.

Em 2011, trabalhamos para aprimorar nossa tecnologia, priorizando a maior eficiência dos sistemas e o desenvolvimento sustentável e aproveitando melhor os nossos recursos tecnológicos. Também temos o compromisso de entender melhor e identificar as diversas necessidades dos nossos clientes; nossa Internet e Mobile Banking agora estão disponíveis 24 por dia, 7 dias por semana. Também no segundo semestre de 2011, o processo de integração entre Itaú e Unibanco foi concluído. Atualmente, 100% das plataformas de tecnologia estão integradas e rodam em um único ambiente.

Enquanto estávamos trabalhando na migração das agências, descartamos nosso hardware utilizando meios sustentáveis e ganhamos 25% a mais de espaço em nosso atual centro de processamento de dados e reduzimos nosso consumo de energia em 40%.

Em virtude de nossas medidas ambientalmente significativas para economia de energia, o Itaú Unibanco recebeu os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- VII Prêmio Relatório Bancário:
    - Prêmio Destaque – Melhor Data Center – Projeto NGDC – Next Generation Data Center;
    - Prêmio Excelência – Melhor Serviço de Mobile Banking – Aplicativos Itaú Mobile Banking;
    - Prêmio Excelência – Melhor em Serviço Tablet – Aplicativo Itaú para Tablet.
- Prêmio Datacenter Leaders Awards 2011:
    - Melhorias em Eficiência Energética de Data Centers.
- Prêmio Info Exame:
    - Melhor CIO;
    - Banco Mais Conectado.

Temos contingência de local de trabalho e processos recuperação de desastres para nossos principais negócios. A unidade de backup está localizada em Campinas, São Paulo. Ambos os centros de dados primários e secundários têm sistemas de alimentação ininterrupta (UPS) dedicados e geradores elaborados para iniciar automaticamente sempre que houver um blecaute.

Nossa meta de TI para 2012 é continuar a modernização do nosso atual centro de processamento de dados, que teve início em 2011, e inclui a virtualização de servidores e a utilização de dados biométricos em toda a rede de agências, bem como continuar a implementação do processo de gestão de demanda, que eliminará outras ineficiências dos processos de TI relacionadas à demandas das divisões do negócio.

Além disso, em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro de tecnologia, no qual concentraremos o processamento de dados e o armazenamento de equipamentos, e que deverá se tornar nosso principal hub de tecnologia ("**Centro de Dados**"). O Centro de Dados será construído em um terreno de 815 mil metros quadrados, na cidade de Mogi Mirim, São Paulo, representando um investimento total de aproximadamente R$800 milhões. A conclusão deste projeto está prevista para 2014 e contará com aproximadamente 60 mil metros quadrados de área útil e empregará aproximadamente 400 funcionários diretos no local.

Concorrência

Visão Geral

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil.

Atividades Bancárias de Varejo

Em 31 de dezembro de 2011, havia 139 bancos múltiplos, 20 bancos comerciais e um grande número de instituições de poupança e empréstimo, corretagem, arrendamento e outras instituições financeiras no Brasil.

Nós, juntamente com o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o HSBC Bank Brasil S.A. ("HSBC"), somos os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 30 de setembro de 2011, esse conjunto de bancos respondia por 40% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Enfrentamos também a concorrência de bancos do setor público. Em 30 de setembro de 2011, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), o BNDES e a Caixa Econômica Federal ("CEF") ocupavam o primeiro, o quarto e o quinto lugar no setor bancário, respectivamente, respondendo por 39,3% do total de ativos do sistema bancário.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos dos 14 principais bancos no Brasil, classificados de acordo com sua participação no total de ativos do setor bancário brasileiro:

	Em 30 de setembro de 2011(*)	
	Em bilhões de R$	**% Total de Ativos**
Banco do Brasil(**)	907,7	18,0
Itaú Unibanco Holding	810,5	16,1
Bradesco	636,4	12,6
BNDES	567,9	11,2
CEF	507,3	10,0
Banco Santander	422,4	8,4
HSBC	152,3	3,0
Banco Votorantim	127,4	2,5
Safra	89,1	1,8
Citibank	62,3	1,2
BTG Pactual	59,5	1,2
Banrisul	36,8	0,7
Deutsche	33,5	0,7
Credit Suisse	28,2	0,6
Outros	606,8	12,0
Total	**5.048,10**	**100,0**

(*) Com base nos serviços bancários, exceto seguros e fundos de pensão.

(**) Inclui a consolidação de 50,0% do Banco Votorantim S.A. com base na participação detida pelo Banco do Brasil de 50,0% no Banco Votorantim S.A..

Fonte: Banco Central, 50 Maiores Bancos e Sistema Financeiro Consolidado (Setembro de 2011).

Com a Associação e o estabelecimento do Itaú Unibanco Holding, novas oportunidades de negócios surgiram no mercado local, em que economias de escala se tornaram cruciais para a concorrência. O Itaú Unibanco Holding ocupa uma posição de liderança em várias áreas no mercado financeiro local. Obtivemos uma participação de mercado de 16,2% com base no total de crédito em novembro de 2011, o que nos colocou em segundo lugar no mercado brasileiro. Sem considerar os bancos do governo, conquistamos a liderança em termos do total de crédito, com 27,8% de participação de mercado no Brasil em novembro de 2011.

Temos também uma equipe altamente qualificada de funcionários. Intensificamos nossa presença no Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) para intensificar nossas atividades na América Latina. A nossa estratégia de longo prazo é conquistar, de forma progressiva, uma posição global, mas nossa estratégia prioriza a consolidação de nossa presença nos mercados locais e regionais.

Cartões de Crédito

O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando crescimento anual composto superior a 21,4% nos últimos três exercícios, em 30 de setembro de 2011, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Os principais concorrentes do Itaú Unibanco são o Bradesco, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As empresas de cartões de crédito adotam cada vez mais estratégias de alianças e compartilhamento de marcas, e adaptam as políticas de precificação (taxas de juros, taxas ao titular do cartão e taxas de comerciantes) para intensificar sua posição no mercado.

Gestão de Ativos

O Mercado de gestão de ativos no Brasil vem crescendo nos últimos anos, mas ainda é dominado por atividades de bancos comerciais que oferecem fundos de renda fixa a clientes de varejo. Os principais fatores que afetam a concorrência em fundos institucionais são experiência e preço. Nossos concorrentes no setor

incluem bancos de grande porte como o Banco do Brasil e o Bradesco, além de diversos outros participantes, como a CEF, o HSBC e o Banco Santander.

Seguros

O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes neste setor, excluindo-se seguro saúde, são Bradesco, Banco do Brasil, CEF, Banco Santander e outras empresas relacionadas. Em 30 de novembro de 2011, este setor abrangia aproximadamente 113 seguradoras de diversos portes, inclusive 29 conglomerados e 46 empresas independentes. A nossa associação com a Porto Seguro resultou em ganhos de escala e eficiência. Considerando nossa participação de 30,0% na Porto Seguro, detínhamos prêmios de seguros em novembro de 2011, com 13,8% de participação no mercado brasileiro.

Planos de previdência privada e produtos de capitalização

Nossos principais concorrentes em planos de previdência privada e produtos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Bradesco, o Banco do Brasil, o Banco Santander e a CEF, que, como nós, aproveitam sua rede de agências para ter acesso ao mercado de varejo.

Segmento Corporativo e de Banco de Investimento

No mercado de crédito de atacado, o Itaú BBA compete pelo primeiro lugar contra o Banco do Brasil (incluindo sua participação de 50,0% no Banco Votorantim), com base no volume total de crédito, seguido atualmente pelo Bradesco e pelo Santander Brasil.

O Itaú BBA ocupa uma posição de destaque no mercado de derivativos, particularmente nos estruturados. Neste mercado, seus principais concorrentes são os bancos internacionais, a saber, Banco Citibank S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., HSBC, Banco JP Morgan S.A., Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Santander.

O Itaú BBA também lidera no mercado de gestão de caixa, onde seus principais concorrentes são o Banco do Brasil, o Banco Santander e o Bradesco. Em 2011, o Itaú BBA recebeu o prêmio “Melhor Instituição em Gestão de Caixa no Brasil” da revista Euromoney pela terceira vez consecutiva.

No setor de bancos de investimentos, os principais concorrentes do Itaú BBA são o Banco Santander, o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., o Banco Merril Lynch de Investimentos S.A., o Banco Morgan Stanley S.A., o Banco J.P. Morgan S.A., o Bradesco e o Banco BTG Pactual S.A. Em 2011, o Itaú BBA ficou em primeiro e segundo lugar em mercados de ações e títulos de dívidas e em fusões e aquisições.

Financiamento Imobiliário

O principal ator no mercado imobiliário brasileiro é a CEF, um banco estatal. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e, com estratégia agressiva de preços, tem liderança neste mercado. Esta posição é reforçada pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção e financiamento de um milhão de casas de baixa renda, que tem a CEF como o principal operador. Há também dois importantes concorrentes que são empresas privadas: o Banco Santander e o Bradesco. O Banco do Brasil, outro banco estatal, também está se tornando um ator importante neste mercado.

REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO

A regulação apresentada a seguir refere-se ao sistema financeiro brasileiro e ao setor bancário, a menos que haja indicação contrária. A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (a “Lei da Reforma Bancária”). A Lei de Reforma Bancária regulamenta o Sistema Financeiro Nacional, composto pelo CMN, Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e diversas instituições financeiras dos setores público e privado. Essa lei criou o CMN, órgão regulador responsável por estabelecer políticas monetárias e de crédito para promover o desenvolvimento econômico e social, bem como as relativas a operação do sistema financeiro. Essa lei concede ao CMN poderes para determinar os limites de empréstimo e capital, aprovar orçamentos monetários,

estabelecer políticas de taxas de câmbio e juros, supervisionar atividades relacionadas aos mercados acionários, regulamentar a constituição e o funcionamento de instituições financeiras dos setores público e privado, conceder autoridade ao Banco Central para emitir papel-moeda e estabelecer níveis de exigências de reserva, além de determinar diretrizes gerais relacionadas aos mercados bancário e financeiro.

Principais Agências Reguladoras

CMN

O CMN, a mais alta autoridade responsável pelas políticas monetária e financeira no Brasil, é responsável pela supervisão geral das políticas monetárias, de crédito, orçamentária, fiscal e de dívida pública. O CMN é presidido pelo Ministro da Fazenda e dele também participam o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central. O CMN é autorizado a regular as operações de crédito que as instituições financeiras brasileiras realizam, regular a moeda brasileira, supervisionar as reservas do Brasil de ouro e câmbio, determinar as políticas de poupança e investimento do Brasil e regular os mercados de capitais. Assim, o CMN também supervisiona as atividades do Banco Central e da CVM.

Banco Central

O Banco Central é responsável por implementar as políticas estabelecidas pelo CMN relacionadas à política monetária e a assuntos de controle cambial, regulando as instituições públicas e privadas brasileiras, pela monitoração e registro do investimento estrangeiro no Brasil e pela supervisão dos mercados financeiros brasileiros. O presidente do Banco Central é nomeado pelo presidente do Brasil, sujeito à ratificação do senado brasileiro para realizar suas funções em um mandato por prazo indeterminado. Desde janeiro de 2011, o presidente do Banco Central é o Sr. Alexandre Antônio Tombini.

CVM

A CVM é o órgão responsável pela regulação dos mercados brasileiros de valores mobiliários e derivativos, de acordo com a estrutura regulatória geral estabelecida pelo CMN. A CVM regula também os participantes, como companhias cujos valores mobiliários são negociados nos mercados brasileiros de valores mobiliários, fundos de investimento, investidores, agentes financeiros e outros, como custodiantes de títulos e valores mobiliários, gestores de ativos, auditores independentes, consultores e analistas de títulos e valores mobiliários.

SUSEP

A Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, é responsável pelo controle e fiscalização dos negócios de seguros, planos de pensão privados abertos, capitalização e resseguro no Brasil.

CNSP

O Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), também instituído pelo Decreto-Lei nº 73, regula (juntamente com a SUSEP), os negócios de seguros, planos de pensão privados abertos, capitalização e resseguro no Brasil. O CNSP é presidido pelo Ministro da Fazenda ou por seu representante e, dele também participam o Superintendente da SUSEP, os representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Banco Central e da CVM.

Principais Limitações e Restrições às Instituições Financeiras

A legislação bancária brasileira determina que as instituições financeiras não podem:

- operar no Brasil sem a prévia aprovação do Baco Central e realizar qualquer transação que não cumpra com os princípios de seletividade dessas transações, garantia adequada, liquidez e diversificação de risco;
- investir em ações de outra empresa, exceto se o investimento tiver sido previamente aprovado pelo Banco Central, com base em determinadas normas prescritas pelo CMN. No entanto, tais investimentos podem ser feitos através da unidade de negócios de banco de investimento dos bancos múltiplos ou através de um banco de investimento;
- possuir bens imóveis, exceto se a instituição ocupar essa propriedade. Quando um bem imóvel é transferido para uma instituição financeira como pagamento de uma dívida, a propriedade deve ser vendida em um ano, a não ser em exceções autorizadas pelo Banco Central; e
- emprestar mais de 25,0% do seu capital ajustado de acordo com a Resolução nº 3.444 do CMN, como base para adequação de capital ("Patrimônio de Referência") a uma única pessoa ou grupo.

Principais Instituições Financeiras

Setor Público

Os governos federal e estaduais do Brasil controlam diversos bancos comerciais e instituições financeiras dedicadas à promoção do desenvolvimento econômico, principalmente dos setores agrícola e industrial. Os bancos de desenvolvimento estaduais atuam como agências independentes de desenvolvimento regional, além de desempenhar as atividades de banco comercial. Na última década, diversos bancos múltiplos do setor público foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros nacionais e estrangeiros. Os bancos controlados pelo governo incluem:

- Banco do Brasil, que é um banco controlado pelo governo federal. O Banco do Brasil fornece uma gama completa de produtos bancários para os setores público e privado;

- BNDES, que é um banco de desenvolvimento controlado pelo governo federal, principalmente envolvido na provisão de financiamento de médio e longo prazo para o setor privado, inclusive para as empresas industriais, direta ou indiretamente, por meio de outras instituições financeiras do setor público e privado;

- A CEF, que é um banco múltiplo controlado pelo governo federal e o principal agente do sistema de financiamento habitacional do país. A CEF opera principalmente no recebimento de depósitos, contas de poupança, na concessão de financiamento para habitação e infraestrutura urbana; e

- Outros bancos múltiplos e de desenvolvimento do setor público federal, incluindo aqueles controlados por vários governos estaduais.

Setor Privado

O setor financeiro privado inclui os bancos comerciais, as empresas de investimento, financiamento e crédito, os bancos de investimento, os bancos múltiplos, as distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as corretoras de ações, as cooperativas de crédito, as empresas de arrendamento mercantil, as companhias seguradoras, entre outros. No Brasil, os maiores participantes dos mercados financeiros são os conglomerados financeiros envolvidos em atividades de banco comercial, banco de investimento, financiamento, arrendamento mercantil, negociação de valores mobiliários, corretagem e seguros. Em 31 de dezembro de 2011, havia 578 instituições financeiras operando no setor privado, inclusive:

- bancos comerciais – aproximadamente 19 bancos comerciais do setor privado que atuam no atacado e varejo, sendo especialmente ativos nos depósitos à vista e empréstimo para fins de capital de giro;

- bancos de investimento – aproximadamente 14 bancos de investimentos privados que atuam principalmente em depósitos a prazo, empréstimos especializados e subscrição e negociação de valores mobiliários; e

- bancos múltiplos – 137 bancos múltiplos do setor privado fornecem, por meio de departamentos diferentes, uma gama completa de operações de banco comercial, banco de investimento (incluindo subscrição e negociação de valores mobiliários) e outros serviços, como gestão de recursos e crédito imobiliário.

Além do acima citado, o Banco Central também supervisiona as operações das financeiras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de valores, sociedades de arrendamento mercantil, associações de poupança e empréstimo e sociedades de crédito imobiliário.

Regulamentação do Banco Central

Visão Geral

O Banco Central implementa as políticas monetárias e de crédito determinadas pelo CMN, e controla e supervisiona todas as instituições financeiras dos setores público e privado. Todas as alterações estatutárias, aumentos de capital ou estabelecimento ou transferência da sede ou de agências (no Brasil ou no exterior) de uma instituição financeira devem ser aprovados pelo Banco Central. É necessária a aprovação do Banco Central para que uma instituição financeira incorpore ou adquira outra instituição financeira ou execute qualquer transação que resulte na mudança de controle de uma instituição financeira. Consulte "Regulamentação Concorrencial". O Banco Central também determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios. Nenhuma instituição financeira pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central.

O Banco Central monitora o cumprimento dos requisitos contábeis e estatísticos. As instituições financeiras devem apresentar, para arquivo no Banco Central, demonstrações contábeis auditadas anuais e semestrais, demonstrações contábeis trimestrais que foram objeto de revisão limitada, bem como demonstrações contábeis não auditadas mensais, elaboradas de acordo com as normas do Banco Central. As instituições financeiras abertas também devem apresentar demonstrações contábeis trimestrais, objeto de revisão limitada, à CVM. Ademais, as instituições financeiras devem divulgar ao Banco Central todas as operações de crédito, câmbio, exportação e importação e qualquer outra atividade econômica relacionada. Em geral, essa divulgação é feita todos os dias, por meio eletrônico e por meio de demonstrações e relatórios periódicos. Para que possam desempenhar suas atividades, as instituições financeiras e pessoas físicas e jurídicas que a controlam têm o dever de manter disponíveis para inspeção do Banco Central seus livros e registros societários e qualquer outro documento que o Banco Central venha a requerer.

Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos de Patrimônio de Referência

Exigências Atuais

Desde janeiro de 1995, as instituições financeiras brasileiras devem cumprir o Acordo da Basileia (Basileia I), modificado como descrito a seguir, em relação à adequação de capital com base no risco.

Em geral, o Acordo da Basileia (Basileia I e Basileia II) exige que os bancos mantenham um índice de capital para ativos e determinados itens não incluídos no balanço patrimonial, apurados pelo risco ponderado, de no mínimo 8,0%. Pelo menos a metade do capital exigido deve ser capital de Nível 1, enquanto o restante deve ser formado por capital de Nível 2. O capital de Nível 1, ou capital principal, inclui as ações (ordinárias e preferenciais permanentes não cumulativas, por exemplo), a reserva de prêmio sobre ações, os lucros acumulados e algumas reservas divulgadas menos o ágio. O Capital de Nível 2, ou capital complementar, inclui as reservas "ocultas", reservas de reavaliação, reservas gerais para perdas com empréstimos, dívida subordinada e outros instrumentos quase de capital (como ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais de longo prazo e instrumentos de dívida conversíveis). São impostas também limitações ao montante máximo de alguns itens do capital de Nível 2. Para avaliar a adequação do capital de bancos de acordo com as diretrizes de adequação de capital com base no risco, o capital do banco é avaliado com base no valor agregado de seus ativos e exposições não incluídas no balanço patrimonial, tais como garantias financeiras, cartas de crédito e contratos de moeda estrangeira e juros, que são ponderados de acordo com as respectivas categorias de risco.

A legislação brasileira segue de perto as disposições do Acordo da Basileia (Basileia II) para riscos de crédito, mercado e operacional, segundo método padronizado ou básico. As principais diferenças entre a legislação brasileira e o Acordo da Basileia (Basileia II) são:

- índice mínimo de capital sobre ativos determinado com base no risco ponderado é 11%;
- a ponderação por risco atribuída a alguns ativos e exposições não incluídas no balanço patrimonial difere ligeiramente daquela determinada pelo Acordo da Basileia (Basileia II), incluindo a ponderação

de risco de 300% nos ativos fiscais diferidos que não as diferenças temporárias e determinados tipos de empréstimos a pessoas físicas;

- índice de capital sobre ativos de 11% mencionado acima deve ser calculado de acordo com dois métodos diferentes: consolidando apenas as subsidiárias financeiras ou com a consolidação completa a partir de julho de 2000, isto é, abrangendo todas as subsidiárias financeiras e não financeiras. Nessa consolidação, as instituições financeiras brasileiras devem levar em conta todos os investimentos feitos no Brasil ou no exterior em que a instituição financeira detiver, direta e indiretamente, isoladamente ou em conjunto com outro sócio, inclusive em função da existência de acordos de votos: (i) direitos de sócios que assegurem a maioria nas deliberações sociais da investida, (ii) poderes para eleger ou afastar a maioria dos administradores da investida, (iii) o controle operacional da investida, caracterizado pela administração comum e (iv) o controle societário efetivo da investida, caracterizado pela participação detida por sua administração, pessoas físicas ou jurídicas controladoras, entidades relacionadas e a participação acionária detida, direta ou indiretamente, por meio de fundos de investimento. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as instituições financeiras que são relacionadas em virtude de controle operacional efetivo ou de atuação no mercado com o mesmo nome ou marca comercial também devem ser consideradas para fins de consolidação;

- desde 1º de julho de 2008, o Banco Central exige que as instituições financeiras reservem uma parte de seu patrimônio para cobertura do risco operacional com base nas diretrizes de Basileia II sobre as exigências de capital para risco operacional. O Itaú Unibanco Holding optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA), que requer que a instituição financeira reserve de 12,0% a 18,0% da receita bruta média da intermediação financeira ou uma porcentagem do volume médio de operações de crédito, dependendo da linha de negócios, de acordo com a classificação dos órgãos reguladores, para cobrir riscos operacionais; e

- reservas não divulgadas ou “ocultas” não fazem parte da definição de Capital de Nível 2 segundo a legislação e a regulamentação brasileiras.

Para algumas finalidades, o Banco Central estabelece os critérios para a determinação do Patrimônio de Referência das instituições financeiras brasileiras. De acordo com tais critérios, estabelecidos pela Resolução nº 3.444 do CMN, o capital dos bancos é dividido em Capital de Nível 1 e de Nível 2.

O capital de Nível 1 é representado pelo patrimônio líquido acrescido do saldo da conta de resultado credora e da conta de depósitos vinculados para suprir insuficiência de capital, excluindo-se o saldo da conta de resultado devedor, reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis, ganhos não realizados referentes a ajustes no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e certos créditos tributários, de acordo com a Resolução nº 3.059 do CMN, e alterações posteriores.

O capital de Nível 2 é representado pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionados a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis, títulos de dívida subordinada, instrumentos híbridos e lucros não realizados relativos a ajustes de valor de mercado dos títulos disponíveis para venda. Como mencionado acima, o capital de Nível 2 não pode ser superior ao capital de Nível 1. Além disso, o valor das ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate com prazo original de vencimento inferior a dez anos, acrescido do valor dos instrumentos de dívida subordinada, fica limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor do capital de Nível 1.

O Patrimônio de Referência é representado pela soma do capital de Nível 1 e do capital de Nível 2 e, em conjunto com as deduções descritas na Nota 32 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é levado em conta para fins de definição dos limites operacionais das instituições financeiras.

Estrutura da Basileia III

Em 16 de dezembro de 2010, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, ou Comitê da Basileia, emitiu a nova estrutura de Basileia III, que foi revisada e republicada em 1º de junho de 2011. Essa estrutura inclui um aumento nos requisitos mínimos de capital e novos “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico; revisão das mensurações de capital baseadas em risco e introdução de um novo limite de alavancagem e duas normas de liquidez. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas, e, assim

como as demais recomendações de Basileia, não são automaticamente aplicáveis. Ao contrário, cada país deverá adotar tais recomendações em lei ou regulamentação a serem seguidas pelas instituições financeiras dos respectivos países.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham: (i) coeficiente mínimo de capital de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8%. Em complementação aos requisitos mínimos de capital, Basileia III requererá um "capital de conservação" de 2,5% e cada regulador nacional terá autoridade para instituir, a seu critério, o "capital anticíclico", caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico como resultado crescente da expansão do crédito em sua jurisdição. O Comitê de Basileia determinou a implementação dos três requisitos mínimos de capital a partir de 1º de janeiro de 2013, com um prazo maior para as instituições financeiras atenderem à exigência do capital de conservação, capital anticíclico e outros requisitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Basileia III introduz, ainda, um novo índice de alavancagem. O período de monitoramento teve início em 1º de janeiro de 2011 e um período de testes semestrais paralelos do índice de alavancagem mínimo de 3% do novo capital de Nível 1 terá início em 1º de janeiro de 2013 e se estenderá até 1º de janeiro de 2017. Basileia III prevê a divulgação, pelos bancos, de seu índice de alavancagem e respectivos componentes a partir de 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, Basileia III busca aperfeiçoar a cobertura de riscos através da reforma do tratamento do risco de crédito de contraparte ("CCR"). Os bancos afetados deverão, entre outros aspectos, determinar o capital exigido para CCR utilizando dados de estresse e ficarão sujeitos a encargos de capital pelo risco potencial de perda na marcação a mercado combinado com a deterioração da solvabilidade da contraparte.

Com relação à liquidez, Basileia III implementa um índice de liquidez de curto prazo ("LCR"), e índice de liquidez de longo prazo ("NSFR"). O LCR exigirá que os bancos afetados mantenham ativos de alta qualidade suficientes para cobrir qualquer saída de caixa líquida em caso de um cenário de potencial perda de liquidez, por um período de 30 dias. O NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis ("stable funding") que será calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como no potencial de necessidade de liquidez de natureza contingencial resultantes de compromissos não registrados no balanço patrimonial durante o período de um ano. Basileia III dispõe sobre um período de observação que começou em 2011 e prevê que tanto o LCR quanto o NSFR e eventuais revisões serão introduzidos como padrões mínimos a partir de 1º de janeiro de 2015 e 2018, respectivamente.

Além disso, em 13 de janeiro de 2011, o Comitê de Basileia expandiu as regras de capital definidas em Basileia III, incluindo novas exigências, também designadas de forma geral como "Anexo de 13 de janeiro", aplicáveis aos instrumentos não usuais de capital de Nível 1 e de nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Essas exigências são adicionais aos critérios detalhados nas regras de capital de Basileia III acima descritas. Para ser incluído no capital de Nível 1 ou no capital de Nível 2, o Anexo de 13 de janeiro exige que um instrumento emitido por um banco ativo internacionalmente tenha uma provisão estipulando que tal instrumento, a critério da autoridade competente, seja baixado ou convertido em ações ordinárias caso ocorra um "evento de gatilho". Um evento de gatilho é: (i) uma decisão de que uma baixa, sem a qual o banco se tornaria inviável, é necessária, conforme determinada por autoridade competente; e (ii) decisão de injeção de capital público ou qualquer outro tipo de suporte equivalente, sem o qual o banco se tornaria inviável, conforme determinado pela autoridade competente, o que ocorrer primeiro. Essas exigências adicionais serão válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013, caso contrário, os instrumentos assim qualificados emitidos antes daquela data serão gradualmente reduzidos em um prazo de 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 4 de novembro de 2011, o Comitê da Basileia publicou o documento final sobre a metodologia de avaliação para determinar as instituições financeiras sistemicamente importantes ("G-SIFIs"), e o valor das exigências de patrimônio de referência adicional que as G-SIFIs devem atender e os acordos pelos quais essas exigências adicionais serão gradualmente implementadas. A metodologia de avaliação baseia-se em uma abordagem de mensuração baseada em indicadores. Os indicadores selecionados refletem os seguintes aspectos da G-SIFI: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a falta de substituição disponível imediatamente ou de infraestrutura da instituição financeira para os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20,0% na avaliação. A magnitude das exigências para absorção de perdas adicionais pelas G-SIFIs propostas pelo Comitê da Basileia varia de 1% a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco a serem atendidas apenas com Capital Principal de Nível 1, conforme definido na estrutura de Basileia III. As exigências de absorção de perdas adicionais pelas G-SIFIs serão implementadas gradual e paralelamente ao "capital de conservação" e colchões de capital "anticíclicos" entre 1º de janeiro de 2016 e o final de 2018, entrando em pleno vigor em 1º de janeiro de 2019.

O Emissor não foi classificado como uma G-SIFI pelo Comitê da Basileia.

Implementação de Basileia III no Brasil

Em 17 de fevereiro de 2011, o Banco Central emitiu o Comunicado nº 20.615, ou Comunicado 20.615, o qual dispôs sobre as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação das recomendações de Basileia III no Brasil. Após a notificação 20.615 de 17 de fevereiro de 2012, o Banco Central anunciou um processo para comentários públicos ("Audiência Pública 40/2012"), propondo novos regulamentos e a programação para a implementação de certos aspectos da Estrutura de Basileia III no Brasil. O período para comentários públicos é de 90 dias, findo em 17 de maio de 2012.

Caso a Audiência Pública 40/2012 seja convertida de fato em regulamento sem alterações significativas no coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros, será calculado como a soma dos três componentes abaixo indicados:

- patrimônio de referência;
- capital de conservação (para aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras); e
- capital anticíclico (para cobrir o risco de excessiva expansão do crédito).

De acordo com a Audiência Pública 40/2012 o Patrimônio de Referência dos bancos brasileiros permanecerá composto de dois níveis, Capital de Nível 1 e Nível 2, sendo que a qualificação do instrumento como capital de Nível 1 ou capital de Nível 2 será baseada na capacidade desses instrumentos absorverem perdas em uma instituição financeira viável. O capital de Nível 1 será subdividido em duas parcelas, o Capital Principal (Common Equity Tier 1, capital social e reservas de lucros) e o Capital Adicional (Additional Tier 1, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central). Para os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas já aprovadas pelo Banco Central como "Additional Tier 1" ou capital de Nível 2, espera-se que não haja qualquer alteração, ou seja, que continuem qualificados como capital Nível 1 ou capital de Nível 2, conforme o caso, desde que atendidos os critérios de elegibilidade previstos em Basileia III e implementados pelo Banco Central, inclusive as cláusulas de conversão obrigatórias do Anexo de 13 de Janeiro. Se os instrumentos não atenderem a tais critérios implementados pelo Banco Central, espera-se que, a partir de 1º de janeiro de 2013, 10% do valor nominal desses instrumentos seja deduzido anualmente do valor qualificado como Capital Adicional de Nível 1 ou de Nível 2.

Acerca das regulações propostas na Audiência Pública 40/2012, exigências de capital serão elevadas em 2017 para o máximo de 13,0% dos ativos ponderados pelo risco, dos quais 2,5% serão exigidos como uma medida anticíclica (o capital anticíclico), com a fase inicial em 2013. As exigências de capital serão aplicadas em nível consolidado (consolidado prudencial), conforme determinação do Banco Central. As regulações definem o critério para cálculo dos vários elementos para os ativos ponderados pelo risco de uma instituição financeira e também define quais instrumentos serão qualificados como Patrimônio de Referência. Como resultado do princípio da absorção de perdas destacado na Estrutura da Basileia III, a Audiência Pública 40/2012 apresenta a possibilidade do Patrimônio de Referência incorporar títulos/valores mobiliários que podem ser baixados sob determinadas circunstâncias. A Audiência Pública 40/2012 também aborda a possibilidade de compensação dos detentores desses títulos sujeitos a perdas pelo emissor com ações elegíveis ao Capital Principal – Nível 1 (embora tal compensação em ações ainda esteja sujeita a alterações na lei).

A tabela abaixo, extraída da Audiência Pública 40/2012, apresenta o cronograma proposto a ser implementado pelo Banco Central dos novos níveis de capital regulatório.

.

	A partir de 1º de janeiro						
	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Capital Principal – Nível 1.....	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Capital Nível 1	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Patrimônio de Referência	11,0%	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,00%
Capital de Conservação	-	-	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Capital Anticíclico	-	Até 0,625%	Até 1,25%	Até 1,875%	Até 2,5%	Até 2,5%	Até 2,5%

Adicionalmente, a Audiência Pública 40/2012 não menciona os níveis de liquidez e alavancagem, como proposto pela Estrutura de Basileia III, porém conforme Comunicado 20.615, um nível de alavancagem máximo de 3% deverá ser exigido para os bancos brasileiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com determinados

requisitos de divulgação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. O índice de liquidez de curto prazo ("LCR") e o índice de liquidez de longo prazo ("NSFR") também podem ser aplicados aos bancos brasileiros a partir de 1º de janeiro de 2015 e 2018, respectivamente, com determinadas exigências de cálculo e monitoração aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2012.

Como parte da implementação da estrutura de Basileia III, em 30 de junho de 2011, o CMN promulgou a Resolução nº 3.988, a qual estabelece que as instituições financeiras brasileiras deverão implementar uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza das suas transações, a complexidade dos produtos e serviços que oferecem, bem como com a dimensão da exposição a riscos. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras fornecerão ao público em geral um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital no mínimo anualmente. Até 31 de janeiro de 2012, as instituições financeiras nomearão um diretor responsável pelos processos e controles das estruturas de gestão de capital, que estarão implementados integralmente até aquela data.

Considerando que a regulamentação atual do Banco Central a respeito de adequação de capital estabelece exigências mais severas do que as exigências mínimas de capital acordadas em âmbito internacional nos termos da Estrutura de Basiléia III, conforme descrito acima, e que a Audiência Pública 40/2012 propõe a adoção integral dessas exigências no Brasil, prevemos que a implementação da estrutura de Basiléia III Framework pode não ter o mesmo impacto sobre as instituições financeiras brasileiras que possivelmente terá nas instituições financeiras dos países desenvolvidos.

Os regulamentos propostos na Audiência Pública 40/2012 não são definitivos, estão sujeitos a comentários dos participantes do mercado, podem exigir alterações na legislação e também ser alterados significativamente pelo Banco Central até o final da implementação.

De toda a forma, até que as regras definitivas sobre a implementação de Basiléia III no Brasil sejam emitidas, as regras sobre capital existentes e descritas acima em "— Adequação e Alavancagem de Capital /Requisitos de Patrimônio de Referência" continuam em vigor.

Alterações na Alocação de Capital

Em 11 de novembro de 2011, o CMN e o Banco Central revisaram determinadas regras para adequação de capital e em 22 de dezembro de 2011, revisaram certas normas sobre depósitos compulsórios (consulte "Depósitos Compulsórios" a seguir).

Em 11 de novembro de 2011, o Banco Central promulgou a Circular nº 3.563 ("Circular 3.563/11") que alterou a Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, estipulando determinadas medidas para amenizar as exigências de capital referentes a certas transações de varejo, em vista do cenário econômico atual. A Circular 3.563/11 reduziu o fator de risco de crédito de 150% para 75%, ou 100%, aplicável a (i) créditos consignados, (ii) financiamentos garantidos para aquisição ou leasing de veículos com prazo de até 60 meses, (iii) outras operações de crédito a pessoas físicas sem objetivo específico com prazo de até 36 meses e (iv) outras operações de crédito a pessoas físicas sem objetivo específico com prazo superior a 60 meses e contratadas ou renegociadas depois de 11 de novembro de 2011. Por outro lado, a Circular 3.563/11 elevou o fator de risco de crédito aplicável a financiamentos de longo prazo para pessoas físicas, estabelecendo que um fator de risco de crédito de 300% é aplicável a operações de crédito a pessoas físicas sem objetivo específico, inclusive créditos consignados com prazo superior a 60 meses contratados ou renegociados até 11 de novembro de 2011, inclusive. Além disso, a Circular 3.563/11 revogou a exigência de pagamento de no mínimo 20% do saldo devedor de cartões de crédito que seria aplicável a partir de 1º de dezembro de 2011, mantendo a exigência de pagamento mínimo em 15% do saldo devedor. Por fim, a Circular 3.563/11 autorizou a dedução de provisões dos benefícios a serem pagos da exposição das instituições financeiras aos Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos – FIE referentes aos fundos de planos de pensão do tipo Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL ou Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL.

Depósitos Compulsórios

O Banco Central impõe atualmente diversas exigências de depósitos compulsórios às instituições financeiras brasileiras a serem depositados no Banco Central. Os depósitos compulsórios são mecanismo de controle da liquidez do Sistema Financeiro Brasileiro. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

Depois dos períodos mais intensos da crise financeira internacional em 2008 e 2009, o CMN e o Banco Central promulgaram as seguintes medidas. Com o objetivo de proporcionar maior estabilidade ao sistema financeiro nacional:

- Aumento na taxa aplicável a depósitos compulsórios para depósitos à vista de 42,0% até julho de 2010 para 43,0% de julho de 2010 até julho de 2012, 44% de julho de 2012 até julho de 2014 e 45% em julho de 2014;

- Aumento na taxa aplicável a depósitos compulsórios adicionais para depósitos à vista e depósitos a prazo de 8,0% para 12% (para depósitos de poupança, a taxa foi mantida em 10%);

- Limitação da dedutibilidade da taxa adicional dos depósitos compulsórios para depósitos à vista, a prazo e de poupança para instituições financeiras com Nível 1 de capital consolidado (i) inferior a R$ 2 bilhões foi aumentada de R$ 2 bilhões para R$ 2,5 bilhões; e (ii) igual a ou superior a R$2 bilhões e inferior a R$5 bilhões foi aumentada de R$1,5 bilhão a R$ 2 bilhões;

- Aumento nos depósitos compulsórios para depósitos a prazo de 15,0% para 20,0%;

- Limitação da dedutibilidade dos depósitos compulsórios para depósitos a prazo para instituições financeiras com Nível 1 de capital consolidado (i) inferior a R$ 2 bilhões foi aumentada de R$ 2 bilhões para R$ 3 bilhões; e (ii) igual a ou superior a R$2 bilhões e inferior a R$5 bilhões foi aumentada de R$1,5 bilhão a R$ 2,5 bilhões; e (iii) superior a R$ 5 bilhões foi mantida em zero;

- Limitação da dedutibilidade dos depósitos compulsórios para depósitos a prazo de certas transações concluídas antes de 11 de junho de 2011 com instituições financeiras de menor porte com Nível 1 de capital consolidado inferior a R$ 2,5 bilhões (incluindo: (x) depósitos interbancários com essas instituições financeiras de menor porte; (y) investimentos em títulos de dívida emitidos por essas instituições financeiras de menor porte; e (z) qualquer carteira de empréstimos adquirida dessas instituições financeiras de menor porte) foi reduzida de 45,0% para 36,0% do total dos depósitos compulsórios para depósitos à vista da instituição financeira;

- Letras financeiras emitidas por instituições financeiras foram isentas dos depósitos compulsórios; e

- Criação da exigência de depósitos compulsórios em dinheiro para instituições financeiras com operações de câmbio, com entrada em vigor em 04 de abril de 2011, correspondendo a 60,0% do valor da posição vendida diária tomada em moedas estrangeiras excedente ao menor valor entre (i) o valor que exceder US$1 bilhão ou o Capital de Nível 1, o que for mais baixo, ou (ii) patrimônio de referência da instituição financeira.

Em 22 de dezembro de 2011, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.569 (“Circular 3.569/11”), alterada em 10 de fevereiro de 2012 pela Circular nº 3.576 (“Circular 3.576/12”), consolidando e redefinindo as exigências de depósitos compulsórios para depósitos a prazo aplicáveis a bancos comerciais, bancos de múltiplos serviços, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos de câmbio, caixas econômicas e sociedades de crédito, financiamento e investimento. O percentual de depósitos compulsórios para depósitos a prazo que poderá auferir juros estará limitado a 80% a partir de fevereiro de 2012, 75% a partir de abril de 2012, 70% a partir de junho de 2012 e 64% a partir de agosto de 2012. O Banco Central também (i) redefiniu as transações em que a contraparte é uma instituição financeira de menor porte e que podem ser deduzidas das exigências de depósitos compulsórios para depósitos a prazo, e (ii) reduziu os critérios do Patrimônio de Referência de Nível 1 aplicável a instituições financeiras menores, de R$2,5 bilhões para R$2,2 bilhões para fins de dedutibilidade do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo. As transações de depósitos interbancários com instituições financeiras menores para fins de dedução precisam ser concluídas antes de 29 de junho de 2012. Além disso, a redução da exigência de capital de R$ 1 bilhão, relacionada a depósitos a prazo, agora também é aplicável para as instituições financeiras cujo Patrimônio de Referência de Nível 1 varie entre R$5 bilhões e R$15 bilhões, ao invés de variar entre R$5 bilhões e R$7 bilhões, conforme estabelecia anteriormente a Circular No. 3,569/11.

Em 23 de janeiro de 2012, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.573, que estabeleceu novas regras referentes à dedução de valores vinculados ao financiamento de crédito rural de custeio agrícola para fins de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos à vista. O Banco Central permitiu deduções correspondentes a: (i) saldo médio diário do financiamento de crédito rural de custeio agrícola referente à segunda safra de 2012, à safra de inverno de 2012 e safra do nordeste de 2012 contratado entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2012, e recursos obrigatórios previstos no Manual de Crédito Rural; e (ii) saldo médio diário de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural, cujos recursos serão destinados às transações mencionadas no item (i) acima. As deduções de (i) e (ii) acima estão limitadas

a 5% das exigências calculadas nos termos da Circular nº 3.274, datada de 2 de fevereiro de 2005. As instituições financeiras também podem deduzir das suas exigências de recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista o valor das parcelas de contribuições voluntárias para o Fundo Garantidor de Créditos ("**FGC**").

Em 31 de dezembro de 2011, registramos depósitos compulsórios em dinheiro no valor de R$98.053 milhões comparado a R$85.776 milhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais R$92.323 milhões e R$81.034 milhões, respectivamente, auferem juros. O aumento significativo nos montantes dos depósitos no período de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro 2010 é basicamente o resultado das alterações introduzidas pelo Banco Central e CMN descritas acima e do fato dessas reservas terem sido feitas totalmente em dinheiro.

Exposição à Moeda Estrangeira

A exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30,0% do seu Patrimônio de Referência, de acordo com a Resolução nº 3.488 do CMN.

Liquidez e Regime de Investimento de Ativos Fixos

De acordo com a Resolução nº 2.669 do CMN, o Banco Central não permite que instituições financeiras, inclusive a nossa, possuam, de forma consolidada, ativo permanente acima de 50,0% do Patrimônio de Referência ajustado. O ativo permanente inclui investimentos em subsidiárias não consolidadas, além de imóveis, equipamentos e ativos intangíveis.

Limites de Empréstimos

De acordo com a Resolução nº 2.844 do CMN, uma instituição financeira não pode conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, realizar operações com derivativos de crédito, subscrever ou deter em sua carteira de investimentos títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, ultrapassem 25,0% do Patrimônio de Referência ajustado daquela instituição.

Tratamento de Dívidas Vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar, de acordo com a Resolução nº 2.682 do CMN, suas operações de crédito (inclusive transações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e fazer provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. A classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da transação e no eventual tempo de atraso no pagamento da transação. Para atendimento às exigências do Banco Central, as transações são classificadas como nível AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central que forem consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras, devem ser constituídas provisões que podem variar de 0,5% do valor da transação, no caso de transações de nível A, a 100,0%, no caso de transações de nível H.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa para fins de dedução do imposto de renda

É permitido às instituições financeiras brasileiras deduzir a provisão para créditos de liquidação duvidosa como despesas para fins de apuração do lucro tributável. O período no qual essas deduções devem ser feitas depende dos valores, prazos e do tipo de operação envolvidos, de acordo com o artigo 9 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996.

Empréstimos em Moeda Estrangeira

É facultado às instituições financeiras brasileiras contrair empréstimos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos de dívida), para qualquer finalidade, inclusive o repasse desses recursos financeiros no Brasil a empresas e instituições financeiras

brasileiras sem o consentimento prévio e por escrito do Banco Central, de acordo com a Resolução n.º 3.844 do CMN. O Banco Central pode estipular limites sobre o prazo, a taxa de juros e as condições gerais dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira (incluindo a emissão de títulos e notas por instituições financeiras). Atualmente, não há limites impostos sobre tais operações, porém o ingresso de recursos para empréstimos, ou deles resultantes ou a eles destinados, inclusive a emissão de notas no mercado internacional, cujo prazo de pagamento médio mínimo não ultrapassa 1.800 dias, está sujeito ao IOF/FX, à alíquota de 6,0%. Entretanto, se o prazo médio mínimo do empréstimo ultrapassar 1.800 dias, o IOF/FX ficará reduzido a zero. Além disso, se uma operação de empréstimo com prazo mínimo superior a 1.800 dias for quitada parcial ou integralmente antes do término do prazo de 1.800 dias, o IOF/FX será de 6.0%, mais juros e multas. O Banco Central frequentemente altera essas regulamentações tendo em vista o cenário econômico e a política monetária do governo brasileiro.

Os empréstimos transnacionais entre pessoas físicas ou jurídicas (inclusive bancos), residentes ou domiciliadas no Brasil, e pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, não estão mais sujeitos à aprovação prévia do Banco Central, mas dependem do registro declaratório eletrônico no Banco Central.

Posição em Moeda Estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central. O Banco Central impõe limites às posições de venda e compra de câmbio de instituições autorizadas a operar nos mercados cambiais. Tais limites variam de acordo com o tipo de instituição financeira que realiza as operações de câmbio, as posições de venda de câmbio dessas instituições e o patrimônio líquido da instituição em questão. Não há limite para posições compradas ou vendidas de bancos autorizados a realizar operações no mercado cambial. De acordo com a Circular do Banco Central nº 3.401, as outras instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional estão limitadas a zero nas posições vendidas em moeda estrangeira, não existindo limites em relação a posições vendidas em moeda estrangeira.

Em 8 de julho 2011, o Banco Central promulgou a Circular nº 3.548, estabelecendo uma exigência de reserva de caixa para as instituições financeiras com operações de câmbio, vigente a partir de 11 de julho de 2011, correspondente a 60,0% do valor médio da posição de câmbio vendida dos últimos cinco dias e que ultrapasse o valor menor entre (i) US$1 bilhão ou (ii) o patrimônio de referência Nível 1 da instituição financeira.

Em 30 de novembro de 2011, o CMN emitiu a Resolução nº 4.033, que estabeleceu novas regras para as aplicações feitas por bancos brasileiros em reservas de moedas estrangeiras mantidas fora do Brasil. Entre outras alterações, a Resolução nº 4.033 autorizou os bancos com patrimônio de referência superior a R$5 bilhões a realizarem empréstimos de recursos levantados por meio de atividades externas de captação de recursos para (i) empresas brasileiras, (ii) suas subsidiárias offshore e (iii) empresas estrangeiras, contanto que a maior parte das ações com direito a voto dessas empresas estrangeiras pertençam a um acionista que seja, direta ou indiretamente, uma pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil. A Resolução nº 4.033 também autorizou os bancos a adquirir, no mercado primário, títulos emitidos ou garantidos pelas empresas acima citadas.

Em 26 de janeiro de 2012, o Banco Central promulgou a Resolução nº 4.051, estabelecendo que corretoras de títulos e valores mobiliários, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio podem realizar operações de câmbio para liquidação pronta de até US$100.000. Além disso, a Resolução nº 4.051 estabelece as diretrizes para concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio (“ACC”) e adiantamentos sobre cambiais entregues (“ACE”) referentes aos contratos de exportação de serviços, limitando-os aos serviços indicados pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por fim, a Resolução nº 4.051 consolida as políticas em vigor referentes a exportações, em geral, modificando a atual Resolução nº 3.568 do CMN.

Em 1º de março de 2012, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.580 que alterou as regulações sobre o mercado de moeda estrangeira e fluxos de de capital internacional, estabelecendo limites sobre o financiamento de exportações. De acordo com a Circular nº 3.580, em vigor desde o dia de sua promulgação, pre-pagamentos de mercadorias a ser exportadas do Brasil podem ser realizadas somente pelo importador dessas mercadorias e pré-pagamentos podem ser feitos por um periodo de até 360 dias.

Transações com Afiliadas

A Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que dispõe sobre os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, estabelece que constitui crime a concessão de empréstimo e adiantamento por uma instituição

financeira a qualquer de seus acionistas controladores, conselheiros ou diretores e a certos familiares de tais pessoas e qualquer entidade controlada direta ou indiretamente por tais pessoas. Violações à Lei nº 7.492 são punidas com pena de reclusão de dois a seis anos e multa. Em 30 de junho de 1993, o CMN emitiu a Resolução nº 1.996, a qual estabelece que quaisquer dessas transações deverão ser informadas ao Ministério Público.

A legislação bancária brasileira impôs também vedação à concessão de empréstimos e adiantamentos a qualquer empresa detentora de mais de 10,0% do capital da instituição financeira, e a qualquer empresa na qual a instituição financeira detenha mais de 10,0% do capital. Essa limitação também se aplica a seus conselheiros e diretores a certos familiares de tais pessoas e qualquer entidade nas quais tais pessoas detenham mais de 10,0% do capital.

Estabelecimento de Escritórios e Investimentos no Exterior

Para que uma instituição financeira brasileira estabeleça escritórios ou mantenha participações acionárias diretas ou indiretas em instituições financeiras no exterior, é necessária a prévia aprovação do Banco Central, que dependerá de o banco brasileiro atender a determinados requisitos, incluindo:

- A instituição financeira brasileira estar em funcionamento no mínimo há seis anos;
- capital integralizado e o patrimônio líquido da instituição financeira brasileira atender aos níveis mínimos estabelecidos pelos regulamentos do Banco Central aplicáveis a ela, mais um montante equivalente a 300,0% do capital mínimo integralizado e do patrimônio líquido mínimo exigidos pelos regulamentos do Banco Central para bancos comerciais;
- Ser assegurado ao Banco Central o acesso a informações, dados e documentos referentes às operações e aos registros contábeis da sucursal, para sua supervisão global consolidada; e
- A instituição financeira brasileira deve apresentar ao Banco Central um estudo sobre a viabilidade econômica e financeira da controlada, sucursal ou investimento, bem como o retorno esperado do investimento.

No prazo de 180 dias após a aprovação do Banco Central, a instituição brasileira deverá apresentar um pedido de abertura de sucursal às autoridades estrangeiras competentes e entrar em operação no prazo de um ano. A não observância dessas condições acarretará o cancelamento automático da autorização.

Política de Remuneração de Diretores Estatutários e Conselheiros de Instituições Financeiras

Em 25 de novembro de 2010, o CMN publicou a Resolução nº 3.921, que estabelece novas regras aplicáveis à remuneração de diretores estatutários e conselheiros de instituições financeiras. A remuneração poderá ser fixa ou variável. A remuneração variável pode ser baseada em critérios específicos estabelecidos pela Resolução nº 3.921 e deve ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição financeira. No mínimo 50% da remuneração variável deve ser obrigatoriamente paga em ações ou instrumentos baseados em ações e, no mínimo, 40% da remuneração variável deve ser diferida para pagamento em, no mínimo, 3 anos, estando sujeita à redução proporcional, com base no resultado da instituição e da unidade de negócios durante o período do diferimento. Estas novas regras entram em vigor em 1º de janeiro de 2012 e são aplicáveis à remuneração dos conselheiros e diretores com base nos serviços prestados durante o ano de 2012. Adicionalmente, instituições financeiras de capital aberto, ou que sejam obrigadas pelo Banco Central a possuir um Comitê de Auditoria, deverão implantar um comitê de remuneração, antes da primeira assembleia de acionistas de 2012. O referido comitê deverá obedecer às normas previstas pela Resolução nº 3.921.

Outros

Em 28 de julho de 2011, o CMN promulgou a Resolução nº 3.998, complementada pela Circular do Banco Central nº 3.553, ambas vigentes a partir de 22 de agosto de 2011, que requer que as instituições financeiras no Brasil registrem a cessão dos seguintes tipos de operações de crédito: (i) empréstimos consignados e (ii) arrendamentos de veículos. Nos termos da Resolução nº 3.998, as instituições financeiras

precisam indicar um diretor responsável pelos procedimentos de registro e controles específicos referentes a essas operações de crédito e sua cessão. As informações que precisam ser divulgadas no registro dessas operações de crédito e suas cessões incluem: (i) nome do cedente e do cessionário, (ii) nome da instituição financeira que concedeu o crédito subjacente, (iii) determinadas informações referentes às operações de crédito que estão sendo cedidas (ex.: identidade do devedor, datas especificadas, quaisquer garantias, valores a pagar, parcelamento, etc.) e (iv) detalhes da operação de cessão de crédito (ex.: valores cedidos, parte da operação de crédito sujeita à cessão, datas especificadas, quaisquer garantias envolvidas).

Insolvência Bancária

Regime de Insolvência

A insolvência de instituições financeiras é, de forma geral, tratada pelo Banco Central. O Banco Central inicia e acompanha todos os procedimentos administrativos de liquidação e voltados a evitar liquidação.

A Lei nº 11.101, e alterações posteriores ("Lei Brasileira de Falências"), foi sancionada pelo Presidente da República em 9 de fevereiro de 2005, entrou em vigor em junho de 2005 e foi alterada em junho e novembro de 2005. Essa lei reformou e modernizou o direito falimentar brasileiro, até então regido pelas regras de 1945. Dentre as principais inovações introduzidas pela Lei Brasileira de Falências estão: (i) a disponibilização de estruturas de reorganização que, sujeitas a termos e condições legais flexíveis, podem ser estruturadas de diversas formas a fim de permitir que um devedor com potencial de negócios, assim considerado por seus credores, se reestruture financeiramente; e (ii) a priorização de créditos com garantias reais em relação a créditos tributários, no caso de falência.

Não obstante a insolvência de instituições financeiras continue a ser regulada por regimes específicos, conforme disposto na Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974 e Decreto Presidencial nº 2.321 de 25 de fevereiro de 1987 (intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária, conforme detalhes apresentados a seguir), estão sujeitas à Lei Brasileira de Falências, na medida do aplicável, de forma subsidiária, até que regras específicas sejam emitidas. Esses regimes específicos foram impostos pelo Banco Central com o intuito de evitar a falência de instituições financeiras.

Intervenção

O Banco Central pode intervir nas operações de um banco nas seguintes circunstâncias:

- se houver risco significativo para os credores, resultante de má administração;
- se o banco não conseguir remediar uma violação significativa à legislação bancária brasileira, após notificação do Banco Central; ou
- se a intervenção for uma alternativa à liquidação;
- com início na data de sua notificação pelo Banco Central, a intervenção suspende as ações ou execuções relacionadas às obrigações de pagamentos das instituições financeiras, impede a liquidação ou vencimento antecipado das obrigações da instituição financeira e congela os depósitos pré-existentes.

A intervenção poderá cessar:

- a critério do Banco Central no caso de os acionistas controladores ou terceiros interessados assumirem a administração da instituição financeira sob intervenção, após terem oferecido as garantidas exigidas pelo Banco Central;
- quando a situação da instituição financeira for regularizada por determinação do Banco Central; ou
- quando a liquidação extrajudicial ou falência da entidade for determinada pelo Banco Central ou pela autoridade judicial competente, respectivamente.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial de qualquer instituição financeira (exceto instituições financeiras públicas controladas pelo governo brasileiro) poderá ser realizada pelo Banco Central se:

- As dívidas da instituição financeira não forem pagas no vencimento; ou
- A instituição financeira for considerada insolvente; ou
- A instituição financeira tiver incorrido em perdas que poderiam aumentar de forma anormal a exposição dos credores quirografários; ou
- A administração da instituição financeira em questão tiver violado substancialmente as leis ou os regulamentos bancários brasileiros; ou
- Por ocasião do cancelamento da autorização de funcionamento, o processo usual de liquidação de uma instituição financeira não for iniciado no prazo de 90 dias ou for iniciado com atraso, representando um risco para seus credores, a critério do Banco Central.

O processo de liquidação também pode ser requerido, desde que haja fundamentos razoáveis, pelos diretores da instituição financeira ou pelo interventor nomeado pelo Banco Central no processo de intervenção.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas à instituição financeira, durante este período nenhuma outra ação ou execução pode ser iniciada, (ii) antecipa o prazo de suas obrigações e (iii) interrompe a prescrição relacionada às obrigações da instituição financeira. Além disso, os juros deixam de ser auferidos sobre as obrigações da instituição financeira até que todas as obrigações devidas a terceiros tenham sido pagas.

O processo de liquidação extrajudicial poderá ser encerrado:

- a critério do Banco Central, no caso de os acionistas controladores ou terceiros interessados assumirem a administração da instituição financeira sob intervenção após terem oferecido as garantidas exigidas pelo Banco Central;
- quando as contas finais do liquidante forem apresentadas e aprovadas, e arquivadas posteriormente no registro público competente;
- quando for convertida em uma liquidação ordinária; ou
- quando a instituição financeira for declarada falida.

Regime de Administração Especial Temporária

Além dos procedimentos acima citados, o Banco Central poderá estabelecer o Regime de Administração Especial Temporária (“RAET”), que é uma forma menos severa de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET poderá ser imposto pelo Banco Central nas seguintes circunstâncias:

- A instituição participar continuamente de transações contrárias às políticas econômica e financeira estabelecidas pela legislação federal;
- A instituição deixar de respeitar as normas sobre depósitos compulsórios;
- A instituição realizar operações ou estiver em circunstâncias que requeiram uma intervenção;
- Em caso de gestão fraudulenta e ilegal; ou
- A instituição apresentar insuficiência de ativos.

O principal objetivo do RAET é auxiliar na recuperação da situação financeira da instituição sob administração especial. Embora o RAET não afete as operações comerciais rotineiras, nem os passivos e direitos da instituição financeira, que continua a operar no seu curso normal, o Banco Central possui autoridade para determinar a reorganizações societárias na instituição financeira e em suas subsidiárias, incluindo a alteração do tipo de empresa, fusão ou outros tipos de consolidações de empresas, cisão ou mudança de controle da instituição financeira sob esse regime.

Pagamento dos Credores em Liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou a liquidação de uma instituição financeira nos termos de um processo de falência, os salários de funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até um determinado valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos têm prioridade entre todas as reivindicações contra a empresa falida. O Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"), um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R$70.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física em uma instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm principalmente de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente de 0,0125% por mês, de acordo com a Resolução nº 3.400 do CMN, e alterações posteriores. O pagamento de créditos quirografários, incluindo depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário de todos os créditos com garantia real e outros créditos com privilégios especiais concedidos por leis específicas. Adicionalmente, instrumentos de crédito e depósitos realizados fora do Brasil não serão pagos pelo FGC, nos termos da Resolução nº 3.400 do CMN.

A Resolução nº 3.692 do CMN, de 26 de março de 2009, autoriza as instituições financeiras a levantar fundos por meio de depósitos a prazo garantidos pelo FGC até um determinado valor, desde que esses depósitos (i) possuam prazo mínimo de doze meses e prazo máximo de sessenta meses; (ii) não sejam exigíveis antes de seu vencimento (aplicável somente para depósitos levantados após maio de 2009); e (iii) sejam limitados a um montante avaliado considerando-se o patrimônio de referência de Nível 1 do banco e os depósitos a prazo do banco, o que for maior, por depósito do mesmo banco, limitado a R$5 bilhões. A Resolução nº 3.931 do CMN, publicada em 03 de dezembro de 2010, reduziu o volume de depósitos que as instituições financeiras podem aceitar com a garantia concedida pelo FGC em 20,0% ao ano, de janeiro de 2012 a janeiro de 2016, terminando essa garantia até 2016.

Sistema de Pagamentos e Liquidação Brasileiro

As regras para liquidação de pagamentos no Brasil baseiam-se nas diretrizes adotadas pelo Banco de Liquidações Internacionais, ou BIS. O Sistema de Pagamentos e Liquidação Brasileiro começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e supervisionar o sistema. Segundo essas regras, todas as câmaras de compensação precisam adotar procedimentos estabelecidos para reduzir a possibilidade de crises sistêmicas e diminuir os riscos assumidos anteriormente pelo Banco Central. Os princípios mais importantes do Sistema de Pagamentos e Liquidação Brasileiros são:

- A existência de dois sistemas principais de pagamento e liquidação: liquidações brutas em tempo real, utilizando as reservas depositadas no Banco Central; e liquidações líquidas diferidas, por meio das câmaras de compensação;

- As câmaras de compensação, com algumas exceções, serão responsáveis pelas ordens de pagamento que acatarem; e

- As leis de falência não afetam as ordens de pagamento feitas por intermédio de créditos das câmaras de compensação, nem as garantias oferecidas para garantir essas ordens. No entanto, as câmaras de compensação possuem créditos ordinários contra qualquer participante sujeito a leis de falência.

Bancos Estrangeiros e Investimentos Estrangeiros

Bancos Estrangeiros

O estabelecimento no Brasil de novas agências de instituições financeiras estrangeiras, isto é, instituições financeiras que operam e possuem uma matriz no exterior, bem como a aquisição de participações

societárias de instituições financeiras brasileiras por estrangeiras, é proibido, a não ser quando devidamente autorizado pelo governo brasileiro se compatível com tratados internacionais, com a política de reciprocidade e com o interesse do governo brasileiro. Uma vez autorizada a operar no Brasil, a instituição financeira estrangeira está sujeita às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

Investimentos Estrangeiros nas Instituições Financeiras Brasileiras

O investimento estrangeiro em instituições financeiras brasileiras, tanto por pessoas físicas quanto por empresas, somente é permitido se uma autorização específica for concedida pelo governo brasileiro, se compatível com tratados internacionais, com a política de reciprocidade ou com o interesse do governo brasileiro. Uma vez concedida a devida autorização, as leis brasileiras estabelecem as seguintes normas para os investimentos estrangeiros no Brasil e a remessa de capitais para fora do país:

- os investidores estrangeiros e brasileiros devem receber o mesmo tratamento, a menos que expressamente disposto de outra forma na legislação aplicável;
- toda entidade estrangeira que detiver diretamente ações de empresas brasileiras deve inscrever-se no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou CNPJ;
- os investimentos estrangeiros diretos, as remessas de lucros e as repatriações devem ser registrados eletronicamente no Banco Central;
- Banco Central pode exigir que as empresas brasileiras forneçam informações relativas às participações estrangeiras em seu capital, além de qualquer outra informação referente ao investimento estrangeiro no Brasil; e
- as demonstrações contábeis das empresas brasileiras devem apresentar seus investimentos, obrigações e créditos estrangeiros.

Em 9 de dezembro de 1996, foi promulgado um decreto presidencial autorizando a aquisição, por estrangeiros, de ações sem direito a voto emitidas por instituições financeiras brasileiras, bem como a oferta no exterior de certificados de depósitos representativos dessas ações. Também em dezembro de 1996, o CMN aprovou uma deliberação autorizando especificamente a oferta global de certificados de depósitos representativos de ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras. Desta forma, nesses casos específicos, não será necessária a autorização do governo brasileiro. Nos casos de aquisições de ações sem direito a voto, emitidas por instituições financeiras brasileiras, investidores estrangeiros também deverão observar os requisitos acima sobre registro no Banco Central e CNPJ.

Procedimentos Internos de Compliance

Todas as instituições financeiras devem estabelecer políticas e procedimentos internos para controle de suas atividades, de seus sistemas de informações financeira, operacional e administrativa, e do cumprimento das normas a elas aplicáveis.

Comitê de Auditoria

Para informações sobre nosso comitê de auditoria e especialistas financeiros do comitê de auditoria, consulte “Item 6C Práticas do Conselho – Órgãos Estatutários – Comitê de Auditoria” e “Item 16D Isenções das Normas de Registro para os Comitês de Auditoria”.

Regulamentação de Auditores Independentes

A Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do CMN, e alterações posteriores, disciplina as normas relativas a serviços de auditoria externa fornecidos a instituições financeiras.

Segundo a Resolução CMN nº 3.198, as demonstrações contábeis e as informações financeiras das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM, (ii) sejam certificados como especialistas em análise bancária por meio de exame realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), e (iii) atendam às exigências que assegurem sua independência.

Para manter a certificação de analista bancário, o sócio responsável e os membros da equipe de auditoria com funções gerenciais precisam: (i) ser aprovados em novo exame organizado pelo CFC em conjunto com o IBRACON, em período não superior a três anos da última aprovação; ou (ii) exercer auditoria independente em instituições financeiras e participar de um programa de educação profissional continuada.

Ao menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos, deverão ser substituídos o sócio responsável e os membros da equipe de auditoria com função gerencial. Os auditores anteriores somente podem retomar suas funções depois de decorridos três exercícios fiscais completos desde sua última contratação.

A Resolução CMN nº 3.198 também veda a contratação e a manutenção de auditores independentes, por parte de instituições financeiras, caso (i) ocorra quaisquer das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade para a prestação de serviços de auditoria independente previstas nas regras e regulamentos da CVM, do CFC ou do IBRACON; (ii) haja qualquer participação acionária ou qualquer ativo ou passivo na entidade auditada detido pela firma de auditoria ou membros de sua equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição; e (iii) de pagamento de honorários que representem 25% ou mais do faturamento anual total do auditor independente. Além disso, a instituição auditada está proibida de contratar os sócios e os membros da equipe de auditoria que exerçam cargos de gerência envolvidos no trabalho de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

Como resultado do trabalho de auditoria realizado nas instituições financeiras, o auditor independente deve elaborar, além do relatório de auditoria, os seguintes relatórios:

- avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, incluindo o sistema de processamento eletrônico de dados, mostrando todas as deficiências encontradas; e

- descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ficar à disposição do Banco Central pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A Instrução nº 381 da CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes aos serviços de auditores independentes prestados, além do trabalho de auditoria, que representem mais de 5,0% dos honorários pagos à firma de auditoria externa.

Adicionalmente, a Resolução nº 3.786 do CMN, de 24 de setembro de 2009, requer que, a partir de 31 de dezembro de 2010, as nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais sejam elaboradas de acordo com o IFRS e acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre tais demonstrações contábeis. Consulte “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”.

Regulamentação para Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Resolução nº 2.723 de 31 de maio de 2000 do CMN, e alterações posteriores, estabelece regras específicas para consolidação das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras. De acordo com tal Resolução, instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar suas demonstrações contábeis consolidadas, incluindo investimentos em companhias que elas detêm, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Referida Resolução é aplicada a nós pelo Banco Central tendo por base o conglomerado.

Regras Relativas à Cobrança de Tarifas Bancárias e de Cartões

A cobrança de tarifas bancárias é extensamente regulada pelo CMN e pelo Banco Central. A Resolução nº 3.919 da CVM, em vigor a partir de 1º de março de 2011, alterou as regras existentes, buscando padronização na cobrança de tarifas bancárias e no custo das transações de crédito para pessoas físicas. De acordo com tais regras, os serviços bancários para pessoas físicas estão divididos em quatro grupos: (i) serviços essenciais; (ii) serviços prioritários; (iii) serviços especiais; e (iv) serviços específicos ou diferenciados. As instituições financeiras não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços essenciais a indivíduos, no que diz respeito às contas correntes, tais como (i) fornecimento de cartão de débito; (ii) fornecimento de dez cheques por mês para correntistas que satisfizerem os requisitos necessários para utilização de cheques, de acordo com as regras aplicáveis; (iii) fornecimento de segunda via de cartão de débito (exceto em casos de perda, roubo, dano e outros motivos não causados pelo banco); (iv) realização de até quatro saques, por mês, nas agências bancárias, inclusive por meio de cheques ou em terminal de auto-atendimento; (v) fornecimento de até dois extratos contendo descrição das transações ocorridas durante o mês, a serem obtidos nos caixas das agências ou nos terminais de auto-atendimento; (vi) realização de consultas mediante utilização da internet; (vii) até duas transferências de recursos entre contas no mesmo banco, por mês, realizadas no caixa da agência, por meio de terminais de auto-atendimento ou pela internet; (viii) compensação de cheques; e (ix) fornecimento, até 28 de fevereiro de cada ano, de extrato consolidado contendo descrição, mês a mês, das tarifas cobradas no ano anterior no que diz respeito a contas correntes e contas de poupança. Certos serviços prestados a pessoas físicas com relação a contas de poupança também se inserem na categoria de serviços essenciais e, portanto, estão isentos do pagamento de taxas. A Resolução nº 3.919 do CMN proíbe os bancos de cobraram tarifas para serviços essenciais de contas de depósito e de poupança nos casos em que os clientes concordam em acessar ou utilizar essas contas apenas através de atendimento eletrônico automatizado. No caso dessas contas de depósito ou de poupança exclusivamente eletrônicas, os bancos somente estão autorizados à cobrança de tarifa para serviços essenciais quando o cliente espontaneamente optar por utilizar atendimento pessoal nas agências do banco ou em locais de atendimento ao cliente.

Os serviços prioritários são aqueles prestados às pessoas físicas relacionados a contas correntes, transferências de recursos, operações de crédito, arrendamento, cartões de crédito padrão e de cadastro, estando sujeitos à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras apenas se a identificação do serviço e o fato gerador da cobrança estiverem listados no Anexo I. A Resolução nº 3.919 do CMN também determina que as instituições financeiras deverão oferecer aos seus clientes pessoa física um “pacote padronizado” de serviços prioritários, cujo conteúdo é definido pelo Anexo II dessa resolução. Os clientes bancários, além do pacote básico, poderão optar por outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pagamento de serviços individuais, ao invés de aderirem ao pacote.

A cobrança de tarifas pelo fornecimento de serviços especiais (incluindo, entre outros, serviços relacionados ao crédito rural, mercado de câmbio e repasse de recursos do Sistema de Financiamento de Habitação, por exemplo) ainda é regida por disposições específicas estabelecidas nas leis e regulamentos referentes a esses serviços.

A regulamentação autoriza que as instituições financeiras cobrem tarifas pela prestação de serviços específicos ou diferenciados, desde que o correntista ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento, ou caso as tarifas e os métodos de cobrança estejam definidos em contrato. Alguns dos serviços específicos ou diferenciados são (i) abono de assinaturas; (ii) administração de fundos de investimento; (iii) aluguel de cofres e caixas fortes; (iv) serviços de portador; (v) serviços de custódia e corretagem; (v) endossos de dívidas de clientes (avais e fianças); (vi) garantias de instrumentos de crédito; e (vii) câmbio, entre outros.

Outras alterações introduzidas pela Resolução nº 3.919 do CMN são: (i) proibição de cobrança de tarifas para aditamento de contratos de adesão, exceto no caso de substituição do bem em operações de arrendamento mercantil e liquidação ou amortização antecipada, cancelamento ou rescisão de contratos; (ii) proibição da inclusão de serviços relacionados a cartão de crédito, e serviços cuja cobrança de tarifas não é admitida pela regulamentação vigente, em pacotes específicos de serviços contendo serviços prioritários, especiais e/ou diferenciados; (iii) a contratação de pacote específico deve ser realizada mediante contrato separado; (iv) as informações fornecidas ao cliente com relação aos pacotes de serviços devem incluir o valor de cada serviço que compõe o pacote, o número de vezes que o serviço pode ser utilizado por mês, e o preço total do pacote; (v) o extrato anual deve identificar separadamente os juros de mora, multas e outros custos cobrados sobre empréstimos e arrendamentos; (vi) tarifas de cadastro não podem ser cumulativas; e (vii) a tarifa de cheque especial pode ser cobrada no máximo uma vez a cada 30 dias.

A Resolução nº 3.919 do CMN também estabeleceu novas regras aplicáveis a cartões de crédito, incluindo os tipos de tarifas que podem ser cobradas por serviços prestados por instituições financeiras, as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no contrato, e a criação de dois tipos de

cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos com certos serviços básicos, classificados como um serviço anterior; e (ii) cartões de crédito diferenciados, com recompensas e outros benefícios ao consumidor, classificado como serviço diferenciado. Adicionalmente, a Circular nº 3.512 do Banco Central estabeleceu um valor mínimo que deve ser pago mensalmente pelos portadores dos cartões de crédito sobre os saldos em aberto: 15,0% em junho de 2011.

Além disso, a regulamentação do CMN estabelece que todos os débitos em conta corrente relacionados à cobrança de tarifas devem ser feitos apenas na hipótese dessa conta conter fundos suficientes para cobrir esse débito. A cobrança de nova tarifa ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público com, no mínimo, 30 dias de antecedência, enquanto que as tarifas relativas a serviços prioritários e ao "pacote padronizado" somente poderão ter seu valor aumentado após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer tempo). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público com pelo menos 45 dias de antecedência para qualquer aumento ou criação de taxas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias depois do último aumento. O prazo de 365 dias é aplicável também às mudanças nas regras de programas de benefícios ou recompensas.

Por fim, a Resolução nº 3.919 do CMN também estabeleceu que, a partir de março de 2012, as instituições financeiras precisam fornecer, até 28 de fevereiro de cada ano, uma demonstração consolidada descrevendo, mês a mês, as tarifas, juros, multas por atraso ou outras despesas cobradas no ano anterior com relação a operações de crédito e arrendamento mercantil.

Regulação de Internet e Comércio Eletrônico

Apesar de o Brasil não possuir uma legislação que trate especificamente da regulação do comércio eletrônico, desde 2001 a Medida Provisória nº 2.200 é o diploma legal que regula a validade dos documentos eletrônicos no Brasil, estabelecendo um sistema de certificação digital controlado pelo governo, que visa a garantia da autenticidade, integridade e legalidade dos documentos eletrônicos e a segurança das transações eletrônicas. No entanto, atualmente, há uma série de projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, que tratam especificamente da regulamentação da internet e do comércio eletrônico. A legislação proposta, se promulgada, reforçará a legalidade, validade e eficácia da informação no formato de mensagens eletrônicas, permitindo que partes celebrem um contrato, façam e aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

Considerando o aumento no uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou a Resolução nº 2.817 em 22 de fevereiro de 2001, modificada posteriormente pela Resolução nº 2.953 do CMN, de 25 de abril de 2002, permitindo a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos, que incluem a internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação. Essa regulação estabelece regras específicas para a abertura e movimentação de contas por meios eletrônicos, incluindo: (i) os requisitos contidos na Resolução nº 2.025 do CMN referentes à verificação da identidade do cliente; e (ii) transferências de valores são permitidas apenas entre contas correntes do mesmo correntista ou na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos de uma conta dos mesmos correntistas que possuam produtos/fundos de investimentos.

Em 26 de março de 2009, o CMN promulgou a Resolução nº 3.694, requerendo que todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços aos seus clientes por meios eletrônicos garantam a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e que divulguem em termos claros e precisos, os riscos e responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais.

Além disso, o Banco Central também permite, por meio da Resolução nº 3.919, a abertura de contas de depósito e de poupança movimentáveis exclusivamente por meios eletrônicos. Consulte "Regras Relativas à Cobrança de Taxas Bancárias e de Cartões de Crédito", acima.

Regulamentação de Combate à Lavagem de Dinheiro

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613 e alterações posteriores, a "Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro") considera crime a ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros decorrentes direta ou indiretamente dos seguintes crimes: (i) tráfico ilícito de substâncias entorpecentes; (ii) terrorismo e seu financiamento; (iii) contrabando ou tráfico ilegal de armas e munições; (iv) extorsão mediante sequestro; (v)

atos cometidos contra a administração pública brasileira; (vi) atos cometidos contra o sistema financeiro nacional; (vii) atos praticados por organizações criminosas; ou (viii) atos cometidos contra a administração pública estrangeira.

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF"), que é a unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e possui a responsabilidade legal de coordenar os mecanismos de cooperação internacional e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro e legislação complementar promulgada pelo Banco Central, as instituições financeiras devem estabelecer procedimentos de controle interno, com o objetivo de:

- identificar e conhecer seus clientes, o que inclui determinar se trata-se de uma Pessoa Politicamente Exposta ("PPE"), bem como identificar os beneficiários, se existentes. Esses registros devem ser mantidos atualizados;

- preparar uma análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica de prevenção à lavagem de dinheiro;

- manter registro de todas as transações ou serviços financeiros realizados em nome de determinado cliente ou para ele. O sistema de registro deve permitir a identificação de (i) qualquer transação ou série de transações que envolvam montantes superiores a R$10.000 e pertençam ao mesmo cliente ou conglomerado, dentro de um mês civil; e (ii) que revelem um padrão de atividade que sugira tentativa de evitar a identificação;

- prestar atenção especial a (i) transações não usuais, ou transações propostas relacionadas às partes envolvidas, montantes, formas de execução e instrumentos utilizados, ou que não tenham aparente embasamento econômico ou legal; (ii) transações ou transações propostas envolvendo PPEs, pessoas de países com os quais o Brasil possui um grande número de transações comerciais e financeiras ou países que fazem fronteira com o Brasil ou que mantenham laços étnicos, linguísticos ou políticos com o Brasil; (iii) indício de fraude na identificação do cliente ou da transação; (iv) cliente e operações em que não seja possível identificar o beneficiário final; (v) transações originadas ou destinadas a países que apliquem as Recomendações do Grupo de Ação Financeira – GAFI (Financial Action Task Force - FATF) de modo insuficiente; (vi) situações nas quais não é possível manter os registros de identificação dos clientes devidamente atualizados. As instituições financeiras precisam ter um programa de monitoramento reforçado, checar se determinado cliente ou transação precisa ser reportado para o Conselho de Controle da Atividade Financeira - COAF e avaliar se elas querem iniciar ou manter um relacionamento com esse cliente;

- reportar transações suspeitas para a COAF, incluindo toda transação em dinheiro de valor igual ou superior a R$100.000, as quais deverão ser reportadas automaticamente no mesmo dia da transação;

- manter os registros acima referidos por no mínimo cinco ou dez anos, dependendo da natureza da informação, mesmo após o encerramento do relacionamento com um cliente ou o fechamento de uma transação;

- definir critérios para contratação de pessoal e manter treinamento de Prevenção à Lavagem de Dinheiro para os funcionários.

A inobservância de qualquer das obrigações acima indicadas sujeita a instituição financeira e seus diretores às penalidades que variam de multas (1% a 200% do valor total da transação, 200% do lucro por ela gerada ou multa de até R$200.000) à qualificação desses diretores como inelegíveis para o exercício de qualquer cargo gerencial em instituição financeira e a cassação da autorização para operação ou funcionamento.

Pessoas Politicamente Expostas

PPEs são agentes públicos que ocupam ou ocuparam função pública relevante (por exemplo, chefes de estado ou governo, políticos seniores, ocupantes de cargos relevantes do governo, altos funcionários do judiciário ou militares, altos executivos de empresas estatais, funcionários importantes de partidos políticos), nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, territórios e jurisdições estrangeiras. Tal designação

inclui também seus familiares e associados próximos. As instituições financeiras devem desenvolver e implementar procedimentos internos a fim de identificar PPEs e obter aprovação especial de um membro mais sênior da equipe, que normalmente estaria autorizado a aprovar relacionamentos, como diretores, antes de estabelecer qualquer relacionamento com esses indivíduos. Eles devem também adotar ações de vigilância reforçada e contínua com relação às transações com PPEs, bem como comunicar todas as transações suspeitas ao COAF.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras devem guardar sigilo de suas operações bancárias e dos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e operações de instituições financeiras brasileiras ou companhias de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são: (i) a divulgação de informações com o consentimento expresso das partes interessadas; (ii) a troca de informações entre instituições financeiras para fins de registro; (iii) o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e a entidades de proteção ao crédito; (iv) o fornecimento, pelas instituições financeiras e empresas de cartões de crédito, às autoridades competentes, de informações sobre a prática real ou suspeita de ilícitos penais ou de outra natureza; (v) conforme expressamente autorizado, de outra forma, pela Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2010; (vi) revelação de informações mediante mandado judicial. A Lei Complementar nº 105 também permite ao Banco Central ou a CVM trocar informações com autoridades de países estrangeiros nos termos dos tratados existentes.

Finalmente, a quebra de sigilo bancário poderá ser decretada judicialmente quando necessária para a apuração de quaisquer ilícitos civis ou crimes. Com exceção das hipóteses permitidas pela Lei Complementar nº 105 e de outros casos permitidos por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão de um a quatro anos, e multa.

Código de Defesa do Consumidor e Regulação da Proteção ao Correntista

Em 1990, o Código de Defesa do Consumidor (“CDC”) foi promulgado para estabelecer normas de proteção ao consumidor e disciplinar as relações entre estes e fornecedores de produtos e serviços. Após uma longa controvérsia acerca da extensão da aplicação das normas do CDC aos serviços prestados por instituições financeiras, o Supremo Tribunal Federal, em decisão de última instância, julgou que o CDC aplica-se a relações de consumo estabelecidas entre instituições financeiras e seus clientes. A partir dessa decisão, o CMN e o Banco Central expediram normas para regulamentação e supervisão dos serviços prestados por instituições financeiras, que incluem: (i) Ouvidoria, estruturada como um canal de atendimento de reclamações de consumidores sob a supervisão de um Ouvidor (Resolução CMN nº 3.849); (ii) liquidação antecipada de empréstimos (Resolução CMN nº 3.516); (iii) normas para divulgação e requisitos de transparência relativos a produtos de crédito e serviços financeiros destinados aos consumidores, como o custo total das operações de crédito (Resolução CMN nº 3.517); (iv) prevenção de riscos e controle sobre transações financeiras (Resolução CMN nº 3.694); e (v) cobrança de tarifas bancárias e comissões (Resolução CMN nº 3.919).

Além da regulamentação para proteção dos clientes de bancos expedida pelo CMN e Banco Central, os direitos básicos dos consumidores, garantidos pelo CDC nas relações de consumo entre as instituições financeiras e seus clientes, incluem: (i) imposição da inversão do ônus da prova em juízo; (ii) as instituições financeiras devem garantir que os consumidores estejam totalmente cientes de todas as cláusulas contratuais, incluindo responsabilidades e penalidades aplicáveis a ambas as partes, com o objetivo de proteção contra práticas abusivas; (iii) as instituições financeiras são proibidas de lançar publicidade ou informações abusivas ou enganosas com relação aos seus contratos e serviços; (iv) as instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus consumidores em decorrência de imprecisões na publicidade ou de informação fornecida; e (v) cobrança de juros relacionados a crédito pessoal e transações de crédito direcionadas aos consumidores deve ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas.

Com relação aos direitos dos consumidores, o Decreto nº 6.523/2008 dispõe que o CDC deve fixar normas gerais sobre o serviço de atendimento ao consumidor (SAC), através de número de telefone, para informações, esclarecimentos de dúvidas, reclamações e cancelamentos e/ou suspensão de contratos e de serviços, sendo que a Lei nº 11.785 alterou o artigo 54 do CDC para estabelecer que os contratos de adesão devem ser redigidos com caracteres cujo tamanho da fonte não seja menor do que o corpo 12.

Regulamentação Concorrencial

A Lei Antitruste Brasileira (Lei nº 12.529) foi promulgada em 30 de novembro de 2011 e entrará em vigor para transações realizadas a partir de de 30 de maio de 2012, inclusive. De acordo com o novo regime, as transações resultantes em concentração econômica precisam ser submetidas previamente à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") se alguma das outras partes tiver obtido, no exercício, faturamento de R$400 milhões ou mais e a outra parte tiver obtido faturamento de R$30 milhões ou mais no mesmo período. O critério atual de submeter a transação à aprovação do CADE, as partes possuírem 20% ou mais de participação de mercado. deixará de ser aplicado quando a nova lei entrar em vigor. O fechamento da transação antes da aprovação do CADE sujeitará as partes a multas de R$60.000 a R$60 milhões. A exigência de aprovação prévia estabelecida na nova lei poderá atrasar o fechamento das transações que submetemos ao CADE depois que a nova lei entrar em vigor.

Os conglomerados financeiros submetem as operações de fusão e aquisição de vários setores, inclusive os setores de seguros e previdência privada, à aprovação do SBDC. As operações de fusão e aquisição do setor bancário, no entanto, precisam ser submetidas ao Banco Central, já que as instituições financeiras dependem da aprovação do Banco Central para realizarem fusão ou aquisição com outra instituição financeira. A autoridade exclusiva do Banco Central para examinar e aprovar as operações de aquisições e fusões envolvendo instituições financeiras foi confirmada em agosto de 2010 pelo Superior Tribunal de Justiça, em uma decisão ainda sujeita a recurso. Apesar de o resultado deste caso não se tornar automaticamente um precedente vinculante para as instituições financeiras em geral, a mudança dessa decisão poderia tornar recomendável que as instituições financeiras submetessem quaisquer operações de fusão e aquisição no setor bancário ao SBDC, além de submetê-las ao Banco Central.

Regulação de Administração de Ativos (Asset Management)

A administração de ativos (asset management) é regulada pelo CMN e pela CVM. Os regulamentos do CMN e CVM estipulam que instituições devem segregar suas atividades de administração das demais atividades por elas desempenhadas.

Certos fundos de investimentos na indústria de administração de ativos, tais como fundos de investimentos em ações (private equity funds), também são regulados pela ANBIMA, que promulga regras e políticas adicionais, especialmente com relação à oferta, marketing e propaganda de produtos e serviços financeiros.

Fundos de investimento estão sujeitos à regulação e supervisão da CVM e são administrados por companhias autorizadas pela CVM para gerir portfólios de fundos de investimentos. Fundos de investimento podem investir nos instrumentos disponíveis nos mercados financeiro e de capitais, incluindo instrumentos de renda fixa, ações, debêntures e derivativos, desde que, além da denominação de "fundo", seja incluída uma referência ao tipo correspondente de fundo.

De acordo com a Instrução nº 409 da CVM, datada de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, fundos de investimento podem ser classificados como (i) fundos de curto prazo; (ii) fundos referenciados; (iii) fundos de renda fixa; (iv) fundos de ações; (v) fundos cambiais; (vi) fundos de dívida externa; e (vii) fundos de multimercado.

Os fundos de investimento estão sujeitos a certas restrições relacionadas à composição de suas carteiras e à classificação de seus investidores, incluindo, entre outras, restrições sobre os tipos de títulos, ativos e operações financeiras, limites por emissor e limites por tipo de ativos financeiros. Essas restrições são estabelecidas nas regulamentações da CVM.

Além disso, os regulamentos da CVM estabelecem critérios para o registro e avaliação contábil de títulos, valores mobiliários, instrumentos financeiros e derivativos. Nos termos desses regulamentos, administradores de fundos devem precificar suas ações a mercado, por isso, a carteira de ativos do fundo deve ser contabilizada pelo seu valor justo de mercado, ao invés do rendimento esperado até o seu vencimento.

A CVM também estabeleceu regras para a regulamentação de fundos de investimentos em ações privadas, fundos de investimentos de direitos creditórios, fundos de investimentos imobiliários e outros fundos de investimentos específicos. As normas da Instrução CVM nº 409 são aplicáveis a todo e qualquer fundo de investimento registrado junto à CVM na medida em que não contrariem as disposições das normas específicas aplicáveis a esses fundos.

Regulamentação de Arrendamento

As normas legais básicas que regem as operações de arrendamento mercantil estão estabelecidas pela Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974, e alterações posteriores, Portaria nº 564, de 3 de novembro de 1978, do Ministério da Fazenda, e os regulamentos emitidos nos seus termos pelo CMN periodicamente, em especial a Resolução nº 2.309 do CMN, de 28 de agosto de 1996.

A Lei nº 6.099, e alterações posteriores, estabelece diretrizes gerais para o tratamento legal das operações de arrendamento mercantil e determina que todas as operações de arrendamento mercantil estão sujeitas ao controle e supervisão do Banco Central, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. A Resolução nº 2.309 do CMN define os tipos de arrendamento mercantil, as exigências legais de um contrato de arrendamento e outras diretrizes relevantes aplicáveis ao produto. A Portaria nº 564 do Ministério da Fazenda estabelece o reconhecimento de lucros e perdas para fins de tributação das operações de arrendamento e, em especial, estabelece que o valor residual garantido de uma operação de arrendamento mercantil é o valor garantido contratualmente pelo arrendatário como o mínimo que será recebido pelo arrendador após a venda do item arrendado para um terceiro, se a opção de compra não for exercida. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como referentes a requisitos de informação, adequação de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e tratamento dos empréstimos duvidosos, também são aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil, no que couber.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos que podem afetar as operações financeiras realizadas pelas companhias do Grupo Itaú Unibanco, bem como os principais tributos geralmente incidentes sobre transações financeiras. Para uma análise mais detalhada e melhor compreensão do sistema tributário brasileiro, os investidores devem consultar seus assessores tributários.

Visão Geral

O quadro abaixo resume os principais tributos aos quais as nossas atividades podem estar sujeitas.

Imposto	Alíquota	Base de Cálculo do Tributo
IRPJ	15,0% mais 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL	15,0% ou 9,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS	4,0%	Receita bruta menos deduções específicas
PIS	0,65%	Receita bruta menos deduções específicas
ISS	2,0% a 5,0%	Valor do serviço

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Atualmente, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas ao imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”), e à contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”).

De acordo com o regime tributário adotado pela companhia, o IRPJ e a CSLL podem incidir sobre uma base de cálculo real ajustada (regime do lucro real), sujeita a ajustes (deduções, adições e exclusões) sobre a apuração do imposto devido no final do exercício fiscal (por exemplo, custos operacionais, despesas, provisões e equivalência patrimonial).

O IRPJ incide a uma alíquota de 15,0%, e uma alíquota adicional de 10,0% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R$20.000 ao mês ou R$240.000 ao ano (resultando em uma alíquota efetiva de 25,0% sobre o lucro que exceder R$ 20.000 por mês).

A CSLL geralmente incide à alíquota de 9%. Além disso, a Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, majorou, a partir de 1º de maio de 2008, a alíquota de CSLL incidente sobre os lucros líquidos das companhias

financeiras, de seguros e companhias similares para 15,0%. Segundo a legislação brasileira, as seguintes companhias são consideradas companhias financeiras, de seguro ou similares para esse fim: de seguro privado e de capitalização, bancos de qualquer espécie, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, companhias de crédito, financiamento e investimentos, companhias de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, companhias de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo. Consequentemente, a alíquota majorada de 15% de CSLL é aplicável à nossa companhia e a muitas de nossas controladas e coligadas. As instituições financeiras brasileiras, incluindo nossa companhia, questionam a constitucionalidade da alíquota majorada de CSLL aplicável somente às companhias financeiras, de seguros e similares. Os valores em discussão estão contabilizados na provisão para passivos fiscais nos balanços dessas companhias.

As pessoas jurídicas brasileiras estão autorizadas a compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais apurados com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto a restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30,0% do lucro tributável do ano da compensação. Além disso, os prejuízos fiscais atuais podem ser usados para compensar os lucros tributáveis atuais, sem limitação.

As companhias devem considerar para fins de tributação do IRPJ e CSLL suas receitas globais, ou seja, não apenas as receitas relacionadas a transações brasileiras, mas as auferidas em bases universais. Dessa forma, os lucros, os ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior por entidades brasileiras também serão computados quando da apuração de seu lucro líquido. Além disso, os lucros, ganhos de capital e outras receitas advindas das agências no exterior ou a receita das subsidiárias ou sociedades no exterior controladas por uma entidade brasileira também serão incluídos no cálculo dos lucros dessa entidade, na proporção de sua participação acionária no capital dessas companhias estrangeiras. A companhia brasileira também poderá deduzir do imposto de renda devido no Brasil, os valores pagos a título de imposto de renda no exterior até limite do montante do IRPJ e CSLL devidos no Brasil sobre tais receitas auferidas no exterior (as perdas incorridas no exterior não passíveis de dedução no Brasil para fins de IRPJ e CSLL).

Tributação sobre Distribuição de Lucro

Os dividendos pagos por uma companhia brasileira, incluindo dividendos de ações e outros dividendos pagos a um investidor domiciliado no Brasil ou no exterior não são atualmente sujeitos à retenção de imposto de renda no Brasil, contanto que esses montantes refiram-se a lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996. Os dividendos referentes a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 podem estar sujeitos a retenção de imposto de renda no Brasil a alíquotas variadas, com base na legislação aplicável a cada um dos exercícios correspondentes.

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permite que uma companhia brasileira realize, ao invés de distribuições de dividendos, distribuições que são tratadas como juros sobre capital próprio e que constituem despesas dedutíveis para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL. Essas distribuições podem ser realizadas em dinheiro. Para fins fiscais, esses juros são limitados à média diária da TJLP, conforme determinada pelo Banco Central, durante o ano-calendário, e o montante dos pagamentos e deduções não poderá exceder o maior valor entre (i) 50,0% do lucro líquido (após a dedução da CSLL, mas antes de considerar o montante desses juros sobre capital próprio e a provisão de IRPJ) do período em relação ao qual o pagamento é feito; e (ii) 50,0% da soma dos lucros acumulados e das reservas de lucros.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio está sujeito à retenção de imposto de renda à alíquota de 15,0%, ou 25,0% no caso de um acionista residente ou domiciliado em jurisdição considerada como paraíso fiscal (veja “Item 10E. Tributação – Considerações sobre Tributos Brasileiros”). Esses pagamentos podem ser qualificados, pelo seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório.

Contribuições sobre Receitas - Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Além do IRPJ e da CSLL, as companhias brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”) e contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

Nos termos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações posteriores, as instituições financeiras são obrigadas a recolher a contribuição ao PIS à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%. Essas alíquotas são aplicáveis face à exigência de que as instituições financeiras recolham PIS e COFINS de acordo com o regime cumulativo. Em geral, o PIS e COFINS incidem sobre a receita bruta das companhias, com algumas exceções. No caso de instituições financeiras, algumas deduções adicionais são permitidas por lei, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas de nossas subsidiárias

defendem que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços, e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são provisionados como contingências fiscais em nosso balanço.

As companhias não financeiras, por sua vez, estão autorizadas a recolher PIS e COFINS de acordo com o regime não cumulativo. Nesse regime, a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65% e a COFINS a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo das contribuições é a receita bruta auferida pela companhia; entretanto, ao contribuinte é permitido compensar os créditos oriundos da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de suprimentos usados no processo produtivo da companhia. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras (com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre o capital próprio) das companhias não financeiras não estão sujeitas ao PIS e à COFINS.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

O imposto sobre serviços de qualquer natureza ("ISS") incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado pelo município de onde nossa agência ou escritório que presta o serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2,0% até o máximo de 5,0% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

O Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") incide sobre operações de câmbio, seguro, crédito e relativas a títulos ou valores mobiliários e derivativos. A alíquota do IOF pode sofrer alterações por meio de decreto do Poder Executivo (que entra em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei ordinária promulgada pelo Congresso Federal.

O IOF sobre operações com moeda estrangeira ("IOF/Câmbio") incide sobre várias modalidades de operações de câmbio. Segundo a legislação aplicável, as alíquotas do IOF/Câmbio podem ser majoradas para até 25,0%. No entanto, a alíquota geral de IOF/Câmbio é de 0,38%, com algumas exceções, conforme ilustrado abaixo:

- IOF/Câmbio incide à alíquota de 6,0% no ingresso de capitais no Brasil referentes ou destinados a empréstimos, incluindo a emissão de títulos no mercado internacional, cujos prazos médios mínimos de pagamento não sejam superiores a 1.800 dias (caso o prazo médio mínimo do empréstimo seja superior a 1.800 dias, e nos casos de financiamento externo, a alíquota do IOF é reduzida a zero);
- IOF/Câmbio incide à alíquota de 6,0% sobre o ingresso de capitais no Brasil relacionado à liquidação de operações cambiais por investidores estrangeiros, incluindo operações simultâneas, com o objetivo de investir nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, com exceção, por exemplo, das operações descritas a seguir;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero no ingresso de capitais no Brasil para a liquidação de operações cambiais por investidores estrangeiros, envolvendo investimentos em renda variável em bolsas de valores ou em bolsas de futuros e de commodities, em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CMN, com exceção das operações com derivativos que dão origem a renda prefixada;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero no ingresso de capitais no Brasil, a partir de 1º de dezembro de 2011, relacionado à liquidação de operações cambiais por investidores estrangeiros para aquisição de ações em ofertas públicas registradas ou isentas de registro junto à CVM ou para a subscrição de ações, desde que, em cada caso, o emissor seja uma companhia de capital aberto, cujas ações sejam admitidas para negociação em bolsa de valores;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero no ingresso de capitais no Brasil relacionado à liquidação de operações cambiais realizadas a partir de 1º de dezembro de 2011 por um investidor estrangeiro, incluindo operações simultâneas, para aquisição de participação em fundos de investimentos em participações ("FIP") e fundos mútuos de investimento em empresas emergentes ("FIEE"), bem como quotas de fundos de investimentos que investem em quotas de FIPs e FIEEs que sejam estabelecidos de acordo com a regulamentação emitida pela CVM;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero na saída de recursos do País para a repatriação de recursos de investidores estrangeiros aplicados nos mercados financeiro e de capitais no Brasil, com algumas exceções;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero na saída de recursos do País relacionada à remessa de juros sobre capital próprio e dividendos auferidos por investidores estrangeiros;

- IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas liquidações de operações simultâneas de câmbio contratadas a partir de 1º de dezembro de 2011, para ingresso de recursos no País através de cancelamento de depositary receipts, para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores;
- IOF/Câmbio incide à alíquota de 6,38% nas operações cambiais destinadas ao cumprimento de obrigações de companhias de administração de cartões de crédito ou bancos múltiplos ou comerciais, na qualidade de emissores de cartões de crédito, decorrentes da aquisição de bens e serviços do exterior pelos seus usuários;
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero no ingresso de recursos no País para a aquisição de ações, títulos e obrigações de companhias abertas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2011, contanto que algumas condições sejam atendidas; e
- IOF/Câmbio incide à alíquota zero no ingresso e na saída de recursos no/do Brasil por investidores estrangeiros para a liquidação de operações cambiais para a aquisição de Recibos Depositários Brasileiros – BDRs de acordo com as regulamentações emitidas pela CVM.

Dependendo do tipo de ingresso de recursos no Brasil, o IOF/Câmbio pode ser aplicado tanto na saída quanto na entrada dos recursos. Também poderá ser cobrado quando o tipo de investimento for alterado. Em muitos casos, a entrada e a saída de recursos exigirão operações cambiais simultâneas.

O IOF também incide sobre as operações de seguros, no ato do recebimento do prêmio ("IOF/Seguros"). Nas operações de seguros, a legislação permite que o IOF/Seguros incida à alíquota máxima de 25,0%. Atualmente, as alíquotas incidentes variam entre 0,0% e 7,38% de acordo com o tipo de seguro contratado.

O IOF também incide sobre as operações de crédito, incluindo os financiamentos, descontos e factoring ("IOF/Crédito"). Atualmente, as pessoas físicas estão sujeitas ao IOF/Crédito à alíquota de 0,0068% ao dia, até o montante total do IOF/Crédito atingir a alíquota de 2,5% dentro de 365 dias. As pessoas jurídicas, por sua vez, estão sujeitas ao IOF/Crédito a uma alíquota de 0,0041% por dia, até o valor total do IOF/Crédito devido atingir um limite de 1,5% em um período de 365 dias. Uma alíquota adicional de IOF/Crédito de 0,38% também incide sobre qualquer transação de crédito.

O IOF também incide sobre aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários, ainda que as operações sejam realizadas nas bolsas de valores ou de mercadorias e futuros ("IOF/Títulos"). A alíquota do IOF/Títulos para muitas operações com títulos é atualmente reduzida a zero, muito embora certas operações possam estar sujeitas a alíquotas específicas. O Poder Executivo possui a autoridade para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% do montante da operação ao dia durante o período em que o investidor detiver os títulos, até um montante igual ao ganho auferido na operação. Atualmente, o IOF/Títulos incide sobre investimentos em renda fixa e em quotas de fundos com período inferior a 30 dias. Caso o investidor venda, resgate, ceda, revenda ou renove os investimentos em renda fixa e em quotas de fundos dentro de um período de 30 dias do investimento original, a alíquota do IOF/Títulos será de 1,0% ao dia, com certos limites máximos baseados em um percentual regressivo do ganho total em renda fixa para um título, atingindo zero para vencimentos iguais ou superiores a 30 dias. Finalmente, a alíquota de IOF/Títulos será de 1,5% na cessão de ações negociadas em bolsa de valores brasileira, a fim de lastrear a emissão de recibos de depósitos a serem negociados no exterior.

Em 27 de julho de 2011, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 7.536, que introduziu o imposto sobre transações com títulos e valores mobiliários ("IOF/Títulos-Derivativos") à alíquota de 1% sobre o valor nominal ajustado dos derivativos financeiros, cujo valor é afetado pelas taxas de câmbio e que resultam em aumento na exposição líquida vendida do detentor ("Contrato de Derivativos"). Na mesma data, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória nº 539, que estabelece que as instituições autorizadas a registrar Contratos de Derivativos serão responsáveis por calcular e recolher os valores de IOF/Títulos-Derivativos devidos.

De acordo com o Decreto nº 7.563, promulgado em 15 de setembro de 2011, o contribuinte do IOF/Títulos-Derivativos é o detentor do Contrato de Derivativos, mas as entidades ou instituições autorizadas a registrar os Contratos de Derivativos são responsáveis pelo cálculo e cobrança deste imposto. Caso seja impossível para elas calcular e cobrar o IOF/Títulos-Derivativos devido pelo contribuinte, essas entidades e instituições serão obrigadas a fornecer as informações necessárias para a obtenção da base de cálculo do imposto, através de intermediários e participantes autorizados, até o décimo dia útil do mês seguinte à ocorrência do fato gerador ao: (i) contribuinte residente ou domiciliado no Brasil; (ii) representante legal do contribuinte residente ou domiciliado no exterior; e (iii) administrador dos fundos e clubes de investimento. As informações relativas aos fatos ocorridos entre 27 de julho de 2011 e 30 de novembro de 2011 deveriam ter sido fornecidas até 14 de dezembro de 2011. Em 3 de novembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal

promulgou a Instrução Normativa nº 1.207, que regulou os termos, condições e a base de cálculo do IOF/Títulos-Derivativos.

Em 8 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 539 foi convertida na Lei nº 12.543 ("Lei nº 12.543"), que determina que as pessoas jurídicas que realizam operações de exportação podem deduzir do IOF devido, o valor do IOF/Títulos-Derivativos incidente sobre as transações de hedge com derivativos; caso esse desconto não seja possível, essas entidades podem pleitear o reembolso ou compensação contra outros tributos federais e certas contribuições sociais. A Lei nº 12.543 também isentou da incidência de IOF/Títulos-Derivativos os fatos geradores ocorridos entre 27 de julho e 15 de setembro de 2011. Em 27 de dezembro de 2011, o Ministério da Fazenda promulgou a Portaria nº 560, que adiou para 31 de janeiro de 2012 o recolhimento do IOF/Títulos-Derivativos incidente nas transações efetivadas entre 16 de setembro a 31 de dezembro de 2011. Ressaltamos também que, em virtude das recentes alterações promovidas pelo Governo Federal nas regras do IOF/Títulos-Derivativos, as alíquotas do IOF/Títulos-Derivativos incidentes nos contratos de hedge contra os riscos inerentes à flutuação de preço do câmbio resultante dos contratos de exportação assinados por uma pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País e sobre outras transações com contratos financeiros derivativos não expressamente mencionadas pela lei tributária foram reduzidas a zero. Obseve que, segundo a legislação brasileira, o governo do País está autorizado a aumentar a alíquota de IOF/Títulos-Derivativos até 25% do valor nominal ajustado a qualquer momento. O IOF/Títulos-Derivativos pode estar sujeito a nova regulamentação e as regras relacionadas podem ser alteradas.

A tabela abaixo resume o IOF incidente sobre operações financeiras (tais como as de câmbio, de seguros, de crédito ou as relacionadas a títulos e valores mobiliários), conforme explicação anterior. Para uma análise mais detalhada, os investidores devem consultar seus assessores tributários.

Tipo de Operação	Alíquota (regra geral sujeita a alteração por decreto do Poder Executivo)
Empréstimos internacionais	IOF/Câmbio: 6,0% (prazo médio mínimo de pagamento inferior a 1.800 dias) IOF/Câmbio: zero (período médio mínimo de pagamento superior a 1.800 dias ou financiamento internacional)
Investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros	IOF/Câmbio: 6,0% (regra geral para ingresso de recursos)
	IOF/Câmbio: zero (regra geral para investimentos em renda variável; aquisição de ações fora de bolsa de valores em ofertas públicas; e investimentos em FIPs e FIEEs e quotas de fundos de investimentos em quotas desses fundos).
	IOF/Câmbio: zero (regra geral para saída de recursos, incluindo repatriação de recursos e remessa de juros sobre capital próprio e dividendos.)
Cartão de Crédito	IOF/Câmbio: 6,38%
Operações de Seguros	IOF/Seguro: zero a 7,38%
Empréstimos e Créditos	IOF/Crédito: 0,0041% (pessoas jurídicas) e 0,0068% (pessoas físicas) por dia, até chegar ao limite de 1,5% ou 2,5%, respectivamente, em 365 dias, mais 0,38%
Títulos	IOF/Títulos: zero a 1,0% (regra geral)
	IOF/Títulos: 1,5% (cessão de ações para lastrear emissões de recibos de depósitos)

Tipo de Operação	Alíquota (regra geral sujeita a alteração por decreto do Poder Executivo)
Títulos-Derivativos	IOF/Títulos-Derivativos: 1,0% IOF/Títulos-Derivativos: zero sobre contratos derivativos para proteger contra riscos inerentes à flutuação de preço de câmbio resultante de contratos de exportação firmados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País. IOF/Títulos-Derivativos: zero sobre outras transações com contratos financeiros derivativos não expressamente mencionadas pela lei tributária.

Imposto de Renda Incidente sobre Investimentos Financeiros

Os investidores estrangeiros que recebem pagamentos de fontes brasileiras, ou ganhos relacionados a ativos brasileiros, estão sujeitos à incidência de imposto de renda retido na fonte no Brasil. Nos termos da legislação brasileira, o imposto de renda sobre ganhos de capital e receita de operações financeiras realizadas nos mercados financeiro e de capitais no Brasil varia de acordo com o domicilio ou residência do investidor, o tipo e registro do investimento mantido pelo investidor junto ao Banco Central e a forma como a operação é realizada.

Para os investidores estrangeiros que investem nos mercados financeiro e de capitais no Brasil de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00 e que não sejam oriundos de jurisdição considerada paraíso fiscal (veja “Item 10E. Tributação – Considerações sobre Tributos Brasileiros”), o imposto de renda incidirá, em geral, de acordo com um regime especial, da seguinte maneira:

- ganhos de capital decorrentes da alienação de ações nas bolsas de valores brasileiras ou receitas derivadas de derivativos negociados nas bolsas de valores e de futuros no Brasil são isentos de imposto de renda brasileiro, exceto se relacionados a operações com derivativos que possam produzir rendimentos predeterminados;
- o imposto de renda incidirá a uma alíquota de 10,0% sobre os rendimentos de fundos de ações, operações de swap e outras operações no mercado de futuros não realizadas em bolsa de valores brasileira; e
- o imposto de renda incidirá à alíquota de 15,0% no caso de renda derivada de todos os outros investimentos em renda fixa realizados em bolsas brasileiras ou no mercado de balcão, e no caso de ganhos auferidos dessas fontes.

Os investidores estrangeiros que investem nos mercados financeiro e de capitais no Brasil, de acordo com a Resolução CMN nº 2.689/00, e que sejam oriundos de jurisdição considerada paraíso fiscal estão sujeitos ao imposto de renda, em geral, de acordo com a legislação aplicável a pessoas físicas brasileiras, como segue:

- sobre as receitas de operações financeiras (renda variável), à alíquota de 15,0%;
- sobre as receitas de renda fixa, incluindo títulos públicos, a alíquotas que variam de 22,5% a 15,0% (de acordo com o tipo e o prazo das operações); e
- sobre as receitas de outros fundos de investimentos de longo e de curto prazo, a alíquotas que variam de 22,5% a 15,0%, de acordo com o período de manutenção dos investimentos.

A tabela abaixo resume a tributação da renda relacionada aos investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais no Brasil por intermédio tanto de uma jurisdição considerada paraíso fiscal quanto de uma jurisdição que não seja considerada como tal. Este quadro não deve ser interpretado como uma análise abrangente de todas as considerações tributárias relacionadas a investimentos no Brasil. Para uma análise mais detalhada, os investidores devem consultar seus assessores tributários.

Tipo de operação (sob as regras da Resolução CMN no. 2.689/00)	Alíquota para: Investidor estrangeiro localizado em jurisdição que não seja paraíso fiscal	Investidor estrangeiro localizado em jurisdição considerada paraíso fiscal
Ganhos de capital decorrentes de ações e derivativos e outros títulos de renda variável negociados em bolsas de valores e de futuros	0,0%	15,0%
Operações de swap	10,0%	22,5% a 15,0%
Outros derivativos em mercado de balcão	10,0%	15,0%
Títulos de renda fixa, incluindo operações estruturadas de renda fixa (alíquotas podem variar de acordo com o tipo e prazo da operação)	15,0%	22,5% a 15,0%
Receita de títulos públicos (desde que certos requisitos sejam preenchidos)	0,0%	22,5% a 15,0%
Fundos de investimentos de renda fixa de curto prazo	15,0%	22,5% a 20,0%
Fundos de investimentos de renda fixa de longo prazo	15,0%	22,5% a 15,0%
Rendimentos de fundos de ações	10,0%	15,0%

Finalmente, a Medida Provisória no. 517, de 31 de dezembro de 2010, convertida na Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, dispõe que os rendimentos de títulos e obrigações de companhias abertas adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2011 obtidos por investidores não residentes ou domiciliados no Brasil ou em jurisdições consideradas paraíso fiscal estão sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota zero. Para poder gozar desse benefício, é preciso atender aos seguintes requisitos: (i) os títulos e obrigações devem ter sido emitidos por entidades não financeiras privadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo CMN; (ii) as obrigações devem ter vencimento médio ponderado superior a quatro anos; (iii) o emissor não pode recomprar os títulos ou obrigações nos primeiros dois anos após a emissão; (iv) a remuneração deve ser vinculada a alíquotas predeterminadas e a certos índices de inflação; (v) o comprador não possui compromisso ou acordo de revenda; (vi) os pagamentos de rendimentos, se houver, devem ocorrer no máximo uma vez a cada 180 dias; (vii) as obrigações devem ser negociadas em mercados regulados; e (viii) o emissor deve demonstrar a alocação dos rendimentos da emissão aos projetos de investimentos.

Regulamentação de Seguros

O sistema brasileiro de seguros é disciplinado por três órgãos reguladores: o CNSP, SUSEP e a ANS. Mediante aprovação do governo, uma companhia de seguros pode oferecer todos os tipos de seguro, com exceção do seguro contra acidentes de trabalho, fornecido exclusivamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social, ou INSS. As companhias de seguros precisam vender apólices por meio de corretores habilitados. A legislação brasileira de seguros determina que o seguro-saúde seja vendido separadamente de outros tipos de seguros, por uma empresa especializada sujeita às normas da ANS, a agência responsável pelos planos de saúde privados.

As companhias de seguros são obrigadas a separar reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras encontram-se entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro e estão sujeitas às normas do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

As companhias de seguros estão isentas do processo normal de falência e, por outro lado, estão sujeitas a um procedimento especial administrado pela SUSEP ou pela ANS, os reguladores do setor de seguros, salvo quando os ativos da companhia de seguros não forem suficientes para garantir pelo menos a metade dos créditos não garantidos ou existam procedimentos relativos à prática de atos que possam ser

considerados crimes falimentares. As dissoluções podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda é responsável pela instituição de dissoluções compulsórias de companhias de seguros segundo a regulamentação da SUSEP, e a ANS é responsável pela dissolução de empresas de seguro-saúde.

Não existe atualmente restrição a investimentos estrangeiros em companhias de seguros.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguros são obrigadas a comprar resseguro na medida em que seus passivos ultrapassem os limites técnicos de acordo com as normas da SUSEP. Durante vários anos, as atividades de resseguro no Brasil foram realizadas sob a forma de monopólio pelo IRB – Brasil Resseguros S.A., ou IRB. Em 16 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126 entrou em vigor, estabelecendo a abertura do mercado brasileiro de resseguros para outras companhias de resseguros. Essa lei complementar estabeleceu especificamente novas políticas relacionadas a resseguros, retrocessão e intermediação, operações de cosseguros, contratação de produtos de seguro no exterior e operações de câmbio do setor de seguros.

As principais mudanças introduzidas pela Lei Complementar No. 126 encontram-se resumidas a seguir. A nova lei estabelece três tipos de resseguradoras:

- resseguradora local: resseguradora com sua matriz no Brasil, constituída como uma sociedade por ações, com o objetivo exclusivo de realizar operações de resseguro;

- resseguradora admitida: resseguradora não residente, registrada junto à SUSEP para realizar operações de retrocessão e resseguro, com escritório de representação no Brasil, que atende às exigências da Lei Complementar nº 126 e normas aplicáveis referentes às atividades de resseguro e retrocessão; e

- resseguradora eventual: resseguradora não residente, registrada junto à SUSEP para realizar operações de retrocessão e resseguro, sem escritório de representação no Brasil, que atende às exigências da Lei Complementar nº 126 e normas aplicáveis referentes às atividades de retrocessão e resseguro.

A resseguradora eventual não pode ser residente em um país considerado como de jurisdição de paraíso fiscal, conforme definida pela Lei Complementar nº 126.

As resseguradoras admitidas ou eventuais precisam atender às seguintes exigências mínimas:

- ser devidamente constituída, de acordo com as leis dos seus países de origem, a fim de subscrever resseguros locais e internacionais nos campos em que pretendem atuar no Brasil e apresentar comprovação de que elas operam nos seus respectivos países de origem há no mínimo cinco anos;

- ter capacidade econômica e financeira igual ou superior ao mínimo a ser estabelecido pelo CNSP;

- ter uma classificação emitida pelas agências de classificação de crédito reconhecidas pela SUSEP igual ou superior ao mínimo a ser estabelecido pelo CNSP;

- ter um procurador devidamente nomeado e residente no Brasil, com plenos poderes administrativos e judiciais; e

- cumprir com as exigências adicionais a serem estabelecidas pelo CNSP e pela SUSEP.

Além das exigências mencionadas acima, a resseguradora admitida precisa manter uma conta em moeda estrangeira junto à SUSEP e apresentar as suas demonstrações contábeis regularmente à SUSEP, nos termos das normas promulgadas pelo CNSP.

A celebração de contratos de resseguro e da retrocessão no Brasil ou no exterior precisa ser feita por negociação direta entre as partes envolvidas ou por uma corretora autorizada. Os corretores estrangeiros de resseguros podem obter autorização para operar no Brasil, de acordo com a legislação e exigências adicionais a serem estabelecidas pela SUSEP e pelo CNSP.

As operações de resseguro referentes a seguro de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada só podem ser oferecidas pelas resseguradoras locais.

Com a devida observância às normas a serem promulgadas pelo CNSP, as companhias de seguro, ao transferir os seus riscos em resseguro, terão que transferir para as resseguradoras locais 40% dos referidos riscos.

As reservas técnicas das resseguradoras locais e os fundos depositados no Brasil para fins de garantia das atividades locais das resseguradoras serão administrados de acordo com as normas do CMN. O IRB continua autorizado a realizar atividades de resseguro e retrocessão no Brasil como resseguradora local.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações a seguir são incluídas para fins de análise e devem ser lidas juntamente com nossas demonstrações contábeis consolidadas segundo o IFRS no Item 18, bem como com o "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras". As informações são apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Os dados incluídos nesta seção são apresentados de acordo com os IFRS exceto os especificados por outro padrão.

Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e outros passivos, os respectivos valores de receita e despesa financeira e a média de rendimento/taxa real relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pois acreditamos que esses saldos são representativos de nossas operações e haveria um custo excessivamente alto para produzir saldos médios utilizando-se saldos contábeis diários em IFRS. A maioria de nossos negócios é composta por operações bancárias de varejo, que apresentaram um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos em muitos exercícios findos em dezembro de 2011 e 2010. As operações de crédito de curso anormal são divulgados como ativos não remunerados na tabela a seguir.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

Ativos	2011			2010		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Ativos remunerados (*)	**731.572**	**103.963**	**14,2%**	**592.744**	**82.830**	**14,0%**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.015	890	5,2%	15.147	824	5,4%
Aplicações no mercado aberto	146.052	16.224	11,1%	156.335	12.946	8,3%
Derivativos	9.734	341	3,5%	7.489	2.488	33,2%
Depósitos compulsórios no Banco Central	88.926	9.182	10,3%	45.524	4.025	8,8%
Ativos financeiros mantidos para negociação	121.583	15.142	12,5%	73.178	8.250	11,3%
Ativos financeiros disponíveis para venda	43.036	3.332	7,7%	40.159	3.148	7,8%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.101	360	11,6%	2.842	456	16,0%
Operações de crédito e arrendamento mercantil	302.125	58.492	19,4%	252.070	50.693	20,1%
Ativos não remunerados	**59.248**			**57.425**		
Disponibilidades	14.205			12.717		
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.664			4.139		
Empréstimos de curso anormal	17.528			14.816		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.976)			(21.889)		
Imobilizado, líquido	4.932			4.340		
Investimentos em empresas não consolidadas	2.268			2.539		
Ativos intangíveis, líquido	3.224			3.240		
Outros ativos	35.402			37.522		
Total do ativo	**790.820**			**650.169**		

(*) Para o rendimento líquido do total médio de juros sobre ativos, consulte "Margem Líquida de Juros e Spread".

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

Passivo	2011			2010		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Passivos remunerados	**580.695**	**55.599**	**9,6%**	**471.501**	**36.840**	**7,8%**
Depósitos remunerados:	186.429	14.757	7,9%	164.210	12.245	7,5%
Depósitos de poupança	61.143	3.992	6,5%	52.457	3.127	6,0%
Depósitos interfinanceiros	2.376	169	7,1%	1.703	145	8,5%
Depósitos a prazo	122.910	10.596	8,6%	110.050	8.973	8,2%
Captações no mercado aberto	203.021	22.133	10,9%	163.634	15.774	9,6%
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional:	125.007	13.470	10,8%	89.231	4.783	5,4%
Recursos de mercados interbancários	77.189	5.536	7,2%	50.782	2.100	4,1%
Recursos de mercados institucionais	47.818	7.934	16,6%	38.449	2.683	7,0%
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	66.237	5.239	7,9%	54.426	4.038	7,4%
Passivos não remunerados	**142.740**			**120.440**		
Depósitos não remunerados	26.072			25.817		
Outros passivos não remunerados	116.668			95.116		
Patrimônio líquido	67.385			57.736		
Total do passivo e patrimônio líquido	**790.820**			**650.169**		

As tabelas a seguir apresentam com base em U.S.GAAP, os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e outros passivos, os respectivos valores de receita e despesa financeira e a média de rendimento/taxa real relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis diários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Destacamos que as operações de crédito de curso anormal são divulgados como ativos não remunerados. Incluímos os saldos médios relativos a 2010 para fins comparativos.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

Ativos	U.S.GAAP					
	2010			2009		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Ativos remunerados	544.252	78.369	14,4%	453.883	72.567	16,0%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.827	3.165	5,1%	54.046	3.533	6,5%
Aplicações em operações compromissadas	59.843	7.572	12,7%	59.916	8.673	14,5%
Depósitos compulsórios no Banco Central	39.313	4.036	10,3%	7.816	519	6,6%
Ativos negociáveis e títulos	139.173	11.561	8,3%	121.215	11.260	9,3%
Ativos de negociação, pelo seu valor justo	97.175	7.767	8,0%	78.933	7.087	9,0%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, pelo seu valor justo	40.229	3.315	8,2%	40.605	3.996	9,8%
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, pelo custo amortizado	1.769	479	27,1%	1.677	177	10,5%
Operações de crédito e arrendamento mercantil	244.095	52.035	21,3%	210.890	48.582	23,0%
Ativos não remunerados	68.024			60.812		
Caixa e contas correntes em bancos	5.947			6.235		
Depósitos compulsórios no Banco Central	5.159			5.087		
Créditos em atraso	14.995			10.919		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.149)			(21.186)		
Imobilizado, líquido	4.822			3.393		
Investimentos em empresas não consolidadas	3.555			3.890		
Ágio e outros ativos intangíveis, líquido	21.958			21.583		
Outros ativos	34.737			30.891		
Ativo total	**612.276**			**514.695**		

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

Passivo	U.S.GAAP					
	2010			2009		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Passivos remunerados	458.755	34.824	7,6%	382.880	31.876	8,3%
Depósitos remunerados	166.549	11.776	7,1%	159.296	11.773	7,4%
Depósitos em poupança	52.882	3.130	5,9%	40.998	2.429	5,9%
Depósitos interfinanceiros	2.030	147	7,2%	2.605	336	12,9%
Depósito a prazo	111.637	8.499	7,6%	115.693	9.008	7,8%
Captações no mercado aberto	80.167	7.291	9,1%	65.939	7.177	10,9%
Obrigações por empréstimos	167.526	13.000	7,8%	124.953	9.901	7,9%
Obrigações por empréstimos de curto prazo	99.041	8.198	8,3%	70.861	5.314	7,5%
Obrigações por empréstimos de longo prazo	68.485	4.802	7,0%	54.093	4.586	8,5%
Reservas de Planos de Previdência PGBL e VGBL	44.513	2.757	6,2%	32.691	3.025	9,3%
Passivos não-remunerados	80.202			70.272		
Depósitos não-remunerados	26.928			23.799		
Outros passivos não-remunerados	53.273			46.474		
Patrimônio líquido	73.320			61.544		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**612.276**			**514.695**		

Variações nas Receitas e Despesas Financeiras – Análise de Volume e Taxas

A tabela a seguir apresenta a distribuição das variações em termos do volume médio e as variações nos rendimentos médios/taxas em nossas receitas e despesas financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado a 2010. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas sobre as variações de saldos médios ocorridas no período e as variações nos rendimentos médios/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período ao outro. A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior. A variação nos rendimentos/taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior. A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

(em milhões de R$)

	Aumento/(redução) devido às variações em:		
	2011/2010		
	Volume	Rendimento/ Taxa	Variação Líquida
Ativos remunerados:	**19.706**	**1.426**	**21.133**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	96	(30)	66
Aplicações no mercado aberto	(782)	4.060	3.278
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.082	(3.229)	(2.148)
Títulos e valores mobiliários:	4.385	772	5.157
Ativos Financeiros mantidos para negociação	5.951	941	6.892
Ativos financeiros disponíveis para venda	222	(38)	184
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	47	(143)	(96)
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	9.604	(1.805)	7.799
Passivos remunerados:	**9.506**	**9.253**	**18.759**
Depósitos remunerados:	1.727	785	2.512
Depósitos de poupança	549	315	865
Depósitos interfinanceiros	41	(17)	24
Depósitos a prazo	1.089	534	1.623
Captações no mercado aberto	4.119	2.240	6.359
Recursos de mercados interbancários e de mercados institucionais	**2.468**	**6.218**	**8.686**
Recursos de mercados interbancários	1.425	2.011	3.435
Recursos de mercados institucionais	789	4.462	5.251
Provisões de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	**921**	**281**	**1.202**

Margem de Juros Líquida e "Spread"

A tabela a seguir apresenta nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita financeira líquida e a margem de juros líquida e o comparativo do "spread" líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010
Total dos ativos médios remunerados	731.572	592.744
Total dos passivos médios remunerados	580.695	471.501
Receita de juros líquida (1)	48.364	45.990
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados (2)	14,2%	14,0%
Taxa média sobre os passivos médios remunerados (3)	9,6%	7,8%
Spread líquido (4)	4,6%	6,2%
Margem de juros líquida (5)	6,6%	7,8%

(1) É a soma do total da receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior, menos o total das despesas de juros e rendimentos

(2) É a soma do total da receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior, dividido pelo total de ativos médios remunerados.

(3) Total da despesa de juros dividido pelo total dos passivos médios remunerados.

(4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.

(5) Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

A tabela a seguir apresenta nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita financeira líquida e a margem de juros líquida e o diferencial líquido de juros com base em U.S.GAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP
	2009
Total de ativos médios remunerados	453.883
Total de passivos médios remunerados	382.880
Receita financeira líquida (1)	40.691
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados (2)	16,0%
Taxa média sobre os passivos médios remunerados (3)	8,3%
Diferencial de juros líquido (4)	7,7%
Margem de juros líquida (5)	9,0%

(1) Total da receita financeira menos total da despesa financeira.

(2) Total da receita financeira dividido pelos ativos médios remunerados.

(3) Total da despesa financeira dividido pelos passivos médios remunerados.

(4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.

(5) Receita financeira líquida dividida pelos ativos médios remunerados.

Retorno sobre o Patrimônio e o Ativo

A tabela seguir apresenta certos dados relacionados ao retorno sobre o patrimônio e o ativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	13.837	11.708
Ativos totais médios	790.820	650.169
Patrimônio líquido médio	67.385	57.736
Lucro líquido como porcentagem dos ativos totais médios (1)	1,7%	1,8%
Lucro líquido como porcentagem do patrimônio líquido médio (1)	20,5%	20,3%
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios	8,5%	8,9%
Índice de pagamento de dividendos por ação (2)	31,9%	33,5%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelos juros básicos por ação. Consulte o "Item 3A. Dados Financeiros Selecionados – IFRS Dados Financeiros Selecionados – Lucros e Dividendos por Ação" para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.

A tabela a seguir apresenta os dados financeiros selecionados do Retorno sobre o Patrimônio e Ativos, com base em U.S.GAAP, para o exercício findo em 31 de dezembro 2009:

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP
	2009
Lucro líquido atribuível ao Itaú Unibanco	14.085
Ativos totais médios	514.695
Patrimônio líquido médio	61.544
Lucro líquido atribuível ao Itaú Unibanco como porcentagem dos ativos totais médios	2,7%
Lucro líquido atribuível ao Itaú Unibanco como porcentagem do patrimônio líquido médio	22,9%
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios	12,0%
Índice de pagamento de dividendo por ação	28,4%

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Informações Gerais

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas consulte a Nota 12 às demonstrações contábeis em IFRS. Ativos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte as Notas 6, 7, 9 e 10 às demonstrações contábeis em IFRS para uma descrição das políticas contábeis aplicadas à contabilização de nossa carteira de títulos e valores mobiliários, bem como para informações adicionais sobre a carteira mantida nessas datas.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	% of total	2010	% of total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**121.889**	**100%**	**115.497**	**100%**
Fundos de Investimento	1.339	1,1%	1.748	1,5%
Títulos Públicos - Brasil	94.824	77,8%	87.365	75,6%
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	93.914	77,0%	86.699	75,1%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	910	0,7%	666	0,6%
Títulos Públicos – Outros Países	802	0,7%	9.353	8,1%
Argentina	225	0,2%	293	0,3%
Estados Unidos	292	0,2%	8.714	7,5%
México	205	0,2%	29	0,0%
Rússia	-	0,0%	45	0,0%
Chile	50	0,0%	248	0,2%
Uruguai	27	0,0%	24	0,0%
Outros	3	0,0%	-	0,0%
Títulos de Dívida de Empresas	24.924	20,4%	17.031	14,7%
Ações Negociáveis	2.297	1,9%	3.248	2,8%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	24	0,0%	596	0,5%
Certificado de Depósito Bancário	7.820	6,4%	8.932	7,7%
Debêntures	3.526	2,9%	2.800	2,4%
Euro Bonds e Assemelhados	1.431	1,2%	1.452	1,3%
Letras financeiras	8.973	7,4%	-	0,0%
Outros	853	0,7%	3	0,0%
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação como Porcentagem do Total de Ativos	14,90%		15,89%	
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado - Títulos Públicos - Brasil - Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	**186**	**100%**	**306**	**100%**
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo como Porcentagem do Total de Ativos	0,02%		0,04%	
Derivativos	**8.754**	**100%**	**7.777**	**100%**
Derivativos como Porcentagem do Total de Ativos	1,07%		1,07%	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**47.510**	**100%**	**44.539**	**100%**
Fundos de Investimento	806	1,7%	770	1,7%
Títulos Públicos - Brasil	18.330	38,6%	14.799	33,2%
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	12.424	26,2%	10.079	22,6%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.906	12,4%	4.720	10,6%
Títulos Públicos – Outros Países	4.317	9,1%	4.559	10,2%
Estados Unidos	-	0,0%	679	1,5%
México	11	0,0%	-	0,0%
Dinamarca	1.949	4,1%	2.016	4,5%
Espanha	418	0,9%	734	1,6%
Coréia	295	0,6%	236	0,5%
Chile	995	2,1%	453	1,0%
Paraguai	344	0,7%	256	0,6%
Uruguai	268	0,6%	185	0,4%
Outros	37	0,1%	-	0,0%
Títulos de Dívida de Empresas	24.057	50,6%	24.411	54,8%
Ações Negociáveis	3.978	8,4%	5.124	11,5%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.014	16,9%	6.975	15,7%
Certificado de Depósito Bancário	274	0,6%	559	1,3%
Debêntures	7.236	15,2%	6.634	14,9%
Euro Bonds e Assemelhados	3.638	7,7%	3.843	8,6%
Notas Promissórias	646	1,4%	1.265	2,8%
Outros	271	0,6%	11	0,0%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda como Porcentagem do Total de Ativos	5,81%		6,13%	
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	**3.105**	**100%**	**3.170**	**100%**
Títulos Públicos - Brasil	3.008	96,9%	2.990	94,3%
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.812	90,60%	2.764	87,2%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	196	6,3%	226	7,1%
Títulos Públicos – Outros Países	-	0,0%	16	0,5%
Títulos de Dívida de Empresas	97	3,1%	164	5,2%
Debêntures	30	1,0%	30	0,9%
Euro Bonds e Assemelhados	65	2,1%	130	4,1%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2	0,1%	4	0,1%
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, como Porcentagem do Total de Ativos	0,38%		0,44%	

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos títulos emitidos pelo governo federal brasileiro classificados acima como “Títulos Públicos - Brasil” cujo valor contábil e valor de mercado é R$ 116.348 milhões, representando 154,4% do nosso patrimônio líquido consolidado para tal data. Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos títulos de nenhum outro emissor que no total, correspondessem a mais de 10% do nosso patrimônio líquido consolidado.

A tabela a seguir apresenta a nossa carteira de ativos de negociação, os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento com base em U.S.GAAP, em 31 de dezembro de 2009. Os valores não incluem nossa participação em títulos e valores mobiliários de empresas não consolidadas. Os ativos de negociação e os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo e os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, pelo custo amortizado.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP	
	2009	% of total
Ativos para negociação, pelo seu valor justo	**73.529**	**100,0%**
Fundos de investimento	39.347	53,5%
Títulos do governo - brasileiro	24.207	32,9%
Títulos do governo federal brasileiro	23.985	32,6%
Títulos da dívida externa	222	0,3%
Títulos de governos estrangeiros	1.058	1,3%
Argentina	179	0,2%
Estados Unidos	748	1,2%
México	10	0,0%
Rússia	-	0,0%
Espanha	-	0,0%
Coréia	-	0,0%
Chile	77	0,1%
Uruguai	30	0,0%
Outros	14	0,0%
Títulos de empresas	2.226	3,0%
Outros títulos negociáveis	1.142	1,6%
Instrumentos financeiros derivativos	5.549	7,5%
Ativos de negociação como porcentagem do total de ativos	18,21%	
Títulos disponíveis para venda, pelo valor justo	**41.263**	**100,0%**
Fundos de investimento	1.259	2,9%
Títulos do governo - brasileiro	16.423	39,8%
Títulos do governo federal brasileiro	14.443	35,0%
Títulos da dívida externa	1.980	4,8%
Títulos de governos estrangeiros	7.243	17,7%
Portugal	26	0,1%
Argentina	-	0,0%
Estados Unidos	17	0,1%
Noruega	-	0,0%
Áustria	213	0,5%
Dinamarca	1.971	4,8%
Espanha	1.093	2,6%
Coréia	1.757	4,3%
Chile	1.274	3,1%
Paraguai	417	1,0%
Uruguai	475	1,2%
Títulos de empresas	14.966	36,3%
Outros títulos negociáveis	1.372	3,3%
Títulos disponíveis para venda como porcentagem do total de ativos	10,22%	
Títulos mantidos até o vencimento, ao custo amortizado	**1.762**	**100,0%**
Títulos do governo - brasileiro	1.511	85,7%
Títulos do governo federal brasileiro	1.273	72,2%
Títulos da dívida externa	238	13,5%
Títulos de governos estrangeiros	17	1,0%
Títulos de empresas	234	13,3%
Títulos mantidos até o vencimento como porcentagem do total de ativos	0,44%	

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados a valor justo através do resultado, derivativos, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento ao seu custo amortizado e valor justo em 31 de dezembro de 2011.

(em milhões de R$)

	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**121.860**	**121.889**
Fundos de Investimento	1.326	1.339
Títulos Públicos - Brasil	94.782	94.824
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	93.914	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	868	910
Títulos Públicos – Outros Países	787	802
Argentina	226	225
Estados Unidos	280	292
México	201	205
Chile	50	50
Uruguai	27	27
Outros	3	3
Títulos de Dívida de Empresas	24.965	24.924
Ações Negociáveis	2.325	2.297
Certificados de Recebíveis Imobiliários	23	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	7.820
Debêntures	3.525	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	1.431
Letras Financeiras	8.973	8.973
Outros	853	853
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo Através do Resultado - Títulos Públicos - Brasil - Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	**182**	**186**
Derivativos	**8.175**	**8.754**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**46.266**	**47.510**
Fundos de Investimento	802	806
Títulos Públicos - Brasil	17.963	18.330
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	12.296	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.667	5.906
Títulos Públicos – Outros Países	4.327	4.317
Mexico	10	11
Dinamarca	1.949	1.949
Espanha	418	418
Coréia	295	295
Chile	992	995
Paraguai	358	344
Uruguai	268	268
Outros	37	37
Títulos de Dívida de Empresas	23.174	24.057
Ações Negociáveis	3.458	3.978
Certificados de Recebíveis Imobiliários	7.806	8.014
Certificado de Depósito Bancário	274	274
Debêntures	7.165	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	3.554	3.638
Notas Promissórias	646	646
Outros	271	271
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	**3.105**	**3.713**
Títulos Públicos - Brasil	3.008	3.611
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.812	3.416
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	196	195
Títulos de Dívida de Empresas	97	102
Debêntures	30	30
Euro Bonds e Assemelhados	65	69
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2	2

Distribuição por Vencimento

A tabela a seguir apresenta a distribuição por vencimento e o rendimento médio em 31 de dezembro de 2011 de nossos ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados a valor justo através do resultado, derivativos, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Vencimentos											
	Vencimento não especificado		Vencimento em 1 ano ou menos		Vencimento entre 1 e 5 anos		Vencimento entre 5 e 10 anos		Vencimento após 10 anos		Total	
	R$	Rendimento Médio %	R$	Rendimento Médio %	R$	Rendimento Médio %	R$	Rendimento Médio %	R$	Rendimento Médio %	R$	Rendimento Médio %
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, ao Valor Justo	**3.636**		**34.070**		**72.087**		**8.550**		**3.546**		**121.889**	
Fundos de investimento (1)	1.339	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.339	0,1%
Títulos Públicos - Brasil	-		25.922		59.244		6.322		3.336		94.824	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	0,0%	25.900	6,9%	59.028	6,8%	6.140	8,5%	2.846	8,4%	93.914	7,0%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	0,0%	22	11,0%	216	7,9%	182	8,9%	490	10,3%	910	9,4%
Títulos Públicos – Outros Países	-		272		303		206		21		802	
Argentina	-	0,0%	203	15,8%	1	4,3%	-	0,0%	21	6,0%	225	14,8%
Estados Unidos	-	0,0%	4	2,4%	288	2,4%	-	0,0%	-	0,0%	292	2,4%
México	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	205	5,6%	-	0,0%	205	5,6%
Chile	-	0,0%	50	3,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	50	3,4%
Uruguai	-	0,0%	15	3,7%	12	8,1%	-	0,0%	-	0,0%	27	5,7%
Outros	-	0,0%	-	0,0%	2	10,8%	1	7,4%	-	0,0%	3	9,6%
Títulos de Dívida de Empresas	2.297		7.876		12.540		2.022		189		24.924	
Ações Negociáveis	2.297	7,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.297	7,4%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0%	-	0,0%	24	13,8%	-	0,0%	-	0,0%	24	13,8%
Certificado de Depósito Bancário	-	0,0%	5.405	0,0%	2.415	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	7.820	0,0%
Debêntures	-	0,0%	1.427	0,9%	1.541	2,7%	391	2,8%	167	0,0%	3.526	1,8%
Euro Bonds e Assemelhados	-	0,0%	43	8,4%	822	7,0%	544	7,1%	22	7,8%	1.431	7,1%
Letras Financeiras	-	0,0%	148	0,0%	7.738	0,0%	1.087	0,0%	-	0,0%	8.973	0,0%
Outros	-	0,0%	853	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	853	0,0%
Ativos Financeiros ao Valor Justo contabilizado no Resultado - Títulos Públicos - Brasil - Títulos da Dívidas Pública Externa Brasileira	**-**	**0,00%**	**186**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**186**	**0,0%**
Derivativos	**-**	**0,00%**	**5.948**	**0,00%**	**2.315**	**0,00%**	**452**	**0,00%**	**39**	**0,00%**	**8.754**	**0,0%**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, ao Valor Justo	**4.780**		**9.124**		**17.041**		**9.656**		**6.909**		**47.510**	
Fundos de investimento (1)	802	0,0%	-	0,0%	4	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	806	0,0%
Títulos Públicos - Brasil	-		1.818		9.075		4.155		3.282		18.330	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	0,0%	1.817	10,9%	8.965	10,8%	569	9,2%	1.073	4,9%	12.424	10,2%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	0,0%	1	8,4%	110	8,4%	3.586	7,7%	2.209	9,3%	5.906	8,3%
Títulos Públicos – Outros Países	-		4.140		155		22		-		4.317	
Mexico	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	11	5,1%	-	0,0%	11	5,1%
Dinamarca	-	0,0%	1.949	9,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.949	9,0%
Espanha	-	0,0%	418	10,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	418	10,2%
Coreia	-	0,0%	295	10,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	295	10,5%
Chile	-	0,0%	939	3,7%	46	3,0%	10	4,0%	-	0,0%	995	3,7%
Paraguai	-	0,0%	290	8,0%	54	8,1%	-	0,0%	-	0,0%	344	8,0%
Uruguai	-	0,0%	212	0,1%	55	0,0%	1	0,1%	-	0,0%	268	0,1%
Outros	-	0,0%	37	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	37	0,0%
Títulos de Dívida de Empresas	3.978		3.166		7.807		5.479		3.627		24.057	
Ações Negociáveis	3.978	2,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.978	2,2%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0%	513	0,1%	2.371	0,2%	1.918	0,6%	3.212	0,7%	8.014	0,5%
Certificado de Depósito Bancário	-	0,0%	274	1,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	274	1,4%
Debêntures	-	0,0%	466	3,3%	3.945	2,8%	2.482	3,9%	343	6,8%	7.236	3,4%
Euro Bonds e Assemelhados	-	0,0%	1.149	3,4%	1.358	5,7%	1.059	6,9%	72	5,9%	3.638	5,3%
Notas Promissórias	-	0,0%	646	2,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	646	2,4%
Outros	-	0,0%	118	14,2%	133	9,7%	20	0,0%	-	0,0%	271	10,9%
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, ao Custo Amortizado	**-**		**120**		**242**		**1.077**		**1.666**		**3.105**	
Títulos Públicos - Brasil	-		87		185		1.077		1.659		3.008	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	0,0%	-	0,0%	76	6,0%	1.077	0,0%	1.659	0,0%	2.812	0,2%
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	0,0%	87	11,0%	109	8,6%	-	0,0%	-	0,0%	196	9,6%
Títulos de Dívida de Empresas	-		33		57		-		7		97	
Debêntures	-	0,0%	30	3,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	30	3,6%
Euro Bonds e Assemelhados	-	0,0%	1	7,7%	57	8,7%	-	0,0%	7	7,9%	65	8,6%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0%	2	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2	0,0%

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos mobiliários, pois não são significativos, uma vez que rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$)

	Valor Justo				Custo Amortizado	
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados ao valor justo	Derivativos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Total
31.12.2011	**121.889**	**186**	**8.754**	**47.510**	**3.105**	**181.444**
Denominados em moeda brasileira	108.755	-	8.655	37.670	2.823	157.903
Denominados em moeda brasileira e indexados a moeda estrangeira (1)	12.602	-	-	5.690	282	18.574
Denominados em moeda estrangeira (1)	532	186	99	4.150	-	4.967
31.12.2010	**115.497**	**306**	**7.777**	**44.539**	**3.170**	**171.289**
Denominados em moeda brasileira	95.805	-	7.777	33.428	2.834	139.844
Denominados em moeda brasileira e indexados a moeda estrangeira (1)	8.879	-	-	5.073	313	14.265
Denominados em moeda estrangeira (1)	10.813	306	-	6.038	23	17.180

(1) Predominantemente dólares dos Estados Unidos.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários, por moeda e com base em U.S.GAAP, em 31 de dezembro de 2009.

(em milhões de R$)

	U.S.GAAP			
	Valor justo		Ao custo amortizado	
	Ativos de negociação (1)	TVM disponíveis para a venda	TVM mantidos até o vencimento	Total
Em 2009				
Expressos em moeda brasileira	67.748	33.073	1.264	102.085
Expressos em moeda brasileira e indexados a moeda estrangeira (2)	474	1.685	60	2.219
Expressos em moeda estrangeira (2)	5.307	6.505	438	12.250

(1) Inclui instrumentos financeiros derivativos.
(2) Predominantemente em dólares dos EUA.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Devemos manter certos depósitos com o Banco Central ou então comprar e manter títulos do governo brasileiro na condição de depósitos compulsórios. A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011		2010	
	R$	% do total dos depósitos compulsórios	R$	% do total dos depósitos compulsórios
Depósitos não remunerados (1)	5.730	5,8%	4.742	5,5%
Depósitos remunerados (2)	92.323	94,2%	81.034	94,5%
Total	**98.053**	**100,0%**	**85.776**	**100,0%**

(1) Relacionados basicamente a depósitos à vista.

(2) Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Somos obrigados a manter determinados níveis de depósitos no Banco Central ou adquirir e manter títulos e valores mobiliários do governo federal na forma de depósitos compulsórios. A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos em U.S.GAAP para 31 de dezembro de 2009.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP	
	2009	
	R$	% do total de depósitos compulsórios
Não remunerados (1)	4.042	29,1%
Remunerados (2)	9.827	70,9%
Total	**13.869**	**100,0%**

(1) Principalmente relacionados a depósitos a vista.

(2) Principalmente relacionados a depósitos a prazo e de poupança.

Operações de crédito

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de crédito por categoria de operação. Basicamente todos os nossos empréstimos destinam-se a clientes domiciliados no Brasil e estão denominados em reais. Adicionalmente, a maior parte de nossa carteira de crédito está indexada a taxa de juros básica brasileira ou ao dólar dos Estados Unidos.

(em milhões de R$)

Operações de crédito, por tipo (1)	2011		2010	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoas Físicas	**148.127**	**13.629**	**124.787**	**10.619**
Cartão de crédito	38.961	3.825	33.041	3.306
Crédito pessoal	35.253	5.343	23.528	3.492
Veículos	60.463	4.415	60.151	3.709
Crédito imobiliário	13.450	46	8.067	112
Grandes empresas	**93.229**	**758**	**76.583**	**1.071**
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**85.649**	**9.197**	**79.950**	**8.041**
Unidades Externas América Latina	**19.259**	**289**	**13.517**	**263**
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	**346.264**	**23.873**	**294.837**	**19.994**

(1) Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R$20.439 milhões e R$14.736 milhões em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal estão demonstradas na tabela acima segundo a categoria apropriada de crédito. O resultado financeiro determinado em nossas operações de crédito de curso anormal em 2011 e 2010 era de R$2.865 milhões e R$2.393 milhões, respectivamente.

- Nosso segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário.

- Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para Grandes clientes corporativos.

- Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte.

- Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Em relação aos empréstimos que não são classificados como impairment nem em curso anormal e que não tenham sido renegociados, em 31 de dezembro de 2011, desconhecemos qualquer informação sobre problemas dos tomadores que possam causar dúvidas sobre a capacidade de pagamento desses tomadores.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil por modalidade de transação em U.S.GAAP. A maior parte dos nossos empréstimos são substancialmente destinados a tomadores residentes no Brasil e são expressos em reais. Adicionalmente, a maioria de nossos empréstimos é indexada às taxas de juros básicas do Brasil ou ao dólar dos EUA.

(em milhões de R$)

	USGAAP		
	2009	**2008**	**2007**
Modalidade de operações de crédito e arrendamento mercantil (1)			
Comercial:			
Industrial e outros	104.505	64.952	40.991
Financiamento à importação	1.895	3.643	1.287
Financiamento à exportação	6.823	9.746	3.257
Crédito imobiliário, principalmente financiamentos habitacionais	10.939	6.469	4.732
Arrendamento Mercantil, principalmente financiamento de veículos	47.230	41.663	29.531
Setor público (brasileiro)	1.611	759	827
Pessoas Físicas:			
Cheque especial	4.119	3.544	2.768
Financiamentos e outros	32.701	20.272	18.023
Cartões de crédito	30.781	14.288	11.391
Crédito rural	5.132	4.364	3.652
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.968)	(12.202)	(7.473)
Empréstimos, líquidos de PDD	**225.768**	**157.498**	**108.986**

(1) Operações de crédito de curso anormal chegaram a R$ 15.499 milhões, R$ 7.579 milhões, R$ 4.777 milhões, em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, respectivamente. A receita financeira cancelada em nossos empréstimos de curso anormal para 2009, 2008 e 2007 foi de R$ 1.564 milhões, R$ 1.265 milhões e R$ 939 milhões, respectivamente.

- Carteiras comerciais: Nesta categoria estão incluídos os empréstimos a curto prazo bem como os empréstimos de capital e financiamentos a médio prazo para empresas de grande, médio, micro e pequeno portes. Atuamos também como agente financeiro do governo brasileiro, por meio do BNDES, e de suas afiliadas, nos repasses de dinheiro para os grupos-alvo de tomadores do setor privado. Nossas atividades de financiamentos de comércio exterior estão focadas em financiamentos de exportação, pré-exportação e importação.

- Crédito imobiliário: Esta categoria de empréstimo consiste, principalmente, em empréstimos para construção, reforma, ampliação e aquisição de residências. Esses empréstimos são financiados, principalmente, por parcelas autorizadas pelo Banco Central de nossos depósitos em conta de poupança. Os créditos imobiliários são destinados principalmente a clientes de banco de varejo para o financiamento da compra de moradias. Esse sistema geralmente tem um prazo de vencimento de até 15 anos.

- Arrendamento mercantil: Nossa carteira de arrendamento mercantil consiste, principalmente, em automóveis arrendados a pessoas físicas e máquinas e equipamentos arrendados a tomadores empresas de médio porte e corporações.

- Setor público: Empréstimos destinados a entidades governamentais federais, estaduais e municipais.

- Pessoas físicas: Oferecemos aos clientes pessoa física três produtos de crédito: cheque especial, financiamento ao consumo e empréstimos de crédito pessoal. Também somos um dos maiores emissores de cartão de crédito no Brasil, sob a marca Itaucard.

- Crédito rural: Financiamos empréstimos rurais por meio de parcelas autorizadas pelo Banco Central através de nossa base de depósitos. Nossos empréstimos rurais destinam-se principalmente a tomadores agro-industriais.

Processo de Aprovação de Empréstimo

Nossa administração procura otimizar a relação entre o risco e o retorno dos ativos, mantendo a qualidade dos instrumentos financeiros de crédito em um nível aceitável nos segmentos de mercado em que operamos. Tanto nossos níveis de risco aceitos quanto nossas metas de retorno são estabelecidos para cada uma das áreas de crédito e as taxas de juros aplicáveis a cada operação são definidas por meio de modelos de precificação ajustada ao risco.

Nossas políticas de crédito são definidas e revisadas considerando os fatores de risco internos e externos. Os fatores internos incluem os critérios de classificação de clientes, a análise de evolução da carteira, os níveis de inadimplência observados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e a alocação de capital econômico. Os fatores externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior e a fatores como participação de mercado, taxas de juros e indicadores de inadimplência de mercado, inflação e aumento (ou diminuição) dos gastos do consumidor.

Nosso processo decisório e o processo para estabelecimento da política de crédito são estruturados de modo a garantir o alinhamento das aprovações de crédito com a otimização das oportunidades de negócios, e estes processos são gerenciados pelos nossos comitês de crédito. No caso de operações de crédito de varejo, as decisões referentes à concessão e gestão da carteira de crédito baseiam-se em modelos de classificação de crédito monitorados por nós. No caso de operações de crédito para grandes empresas, nossos diversos comitês estão subordinados ao Comitê Superior de Crédito, responsável pela gestão do risco de crédito, e as várias alçadas da nossa estrutura de gestão de risco garantem o monitoramento detalhado do risco das operações de crédito, bem como a necessária agilidade e flexibilidade em nossos processos de aprovação. Para maiores detalhes sobre a nossa estrutura do comitê de crédito, consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Gestão do Risco de Crédito".

I. Pessoas físicas

Cartões de Crédito

A concessão de cartões de crédito baseia-se principalmente no nível de renda e em nossa classificação interna de crédito de cada cliente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão ofertas de crédito e as condições sob as quais esses créditos são oferecidos. Também consideramos a renda mensal do cliente para estabelecer mensalmente os limites de crédito.

Créditos

A concessão de crédito aos nossos correntistas baseia-se principalmente no nível de renda (quer seja informado por eles ou estimados de acordo com nossas metodologias internas) e em nossa classificação interna de crédito do cliente, baseada em modelos estatísticos de comportamento e na pontuação de crédito. Por meio desses modelos e da observação de vários indicadores financeiros, definimos quais clientes receberão ofertas de crédito e em que valores. De acordo com sua classificação de crédito, definimos o número máximo de prestações, as taxas de juros (que são fixas) e o percentual máximo da prestação em relação à renda mensal. Com base nesses limites, os clientes escolhem o valor e os prazos que melhor atendem às suas necessidades. Não exigimos garantias da maioria dos nossos clientes. Exigimos os seguintes documentos durante o processo de concessão de crédito: identificação pessoal, número de CPF, comprovante de rendimento e comprovante de endereço residencial.

Veículos

Nossas solicitações de financiamento de veículos são feitas em revendedores multimarcas de veículos ou revendedores oficiais de marcas e estão sujeitas a "filtros" para recusarmos aquelas de clientes com sérias indicações de inadimplência ou de fraude. Posteriormente, calcula-se internamente uma pontuação para o empréstimo solicitado, que considera a pontuação de crédito interna do cliente e os termos da operação proposta. As solicitações com pontuação abaixo de um nível de corte estabelecido são recusadas automaticamente. As solicitações com pontuação elevada e para as quais as informações pessoais sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito são aprovadas automaticamente. O processo de consulta aos serviços de proteção de crédito é similar ao processo descrito em "Crédito Imobiliário" acima. As solicitações que não são aprovadas automaticamente também são analisadas individualmente pela nossa mesa de aprovação de crédito. O vencimento máximo é determinado com base na idade do veículo. Nossa política de crédito também define o índice máximo da prestação do arrendamento em relação à renda e o LTV máximo, que não pode ultrapassar 100% na data em que o empréstimo for concedido.

Em geral, as taxas de juros são fixas. As taxas de juros variam conforme o cliente, dependendo de fatores como o departamento por meio do qual o empréstimo é feito, o vencimento, a idade do veículo adquirido e o spread que é definido para cada contrato individual com base na nossa análise de RAROC (Retorno de Capital Ajustado ao Risco).

Crédito imobiliário

A solicitação de crédito imobiliário é feita por Internet, telefone, imobiliárias ou pela nossa rede de agências. A classificação do cliente é calculada internamente de acordo com os nossos modelos de classificação de crédito. As solicitações com pontuação abaixo de um nível de corte estabelecido são recusadas automaticamente (como as solicitações recusadas devido a sérias indicações de inadimplência e/ou pontuações que podem ser aprovadas excepcionalmente pelo respectivo comitê de crédito). As solicitações com pontuação elevada e para as quais não existam informações negativas fornecidas por serviços de proteção de crédito são aprovadas automaticamente. As solicitações de informações feitas a essas empresas têm como objetivo verificar se o histórico do solicitante apresenta algum item que poderíamos considerar como um impedimento à concessão do empréstimo (solicitantes com bens bloqueados em juízo, solicitantes que fornecem número de CPF/CNPJ inválido) ou que restringiria de fato a concessão do empréstimo (ex.: clientes que estão em processo de reestruturação ou renegociação de dívida ou que emitiram cheques sem fundos) ou outras informações (ex.: clientes que estão em outros tipos de processo de reestruturação judicial de dívida). No Brasil, os serviços de proteção de crédito não fornecem classificação de crédito e nem o histórico geral de crédito, mas apenas informações referentes à inadimplência ou outros fatos negativos. Se, como resultado das informações fornecidas por uma empresa desse tipo, identificarmos um impedimento ou houver suspeita de fraude (ex.: casos em que o número de telefone fornecido pelo solicitante for igual ao número de outro cliente existente em nossos arquivos ou se o sobrenome fornecido por ele não for igual ao fornecido pelo serviço de proteção de crédito), as propostas são analisadas individualmente por uma de nossas mesas de aprovação de crédito. Se houver informações positivas relevantes (como comprovação aceitável de recursos ou receita corrente ou se houver evidência de que qualquer informação negativa obtida resulta de fatos isolados), a solicitação poderá ser aprovada por uma de nossas mesas de crédito ou pelo Comitê de Crédito Imobiliário, mesmo se a pontuação de crédito ficar abaixo do limite estabelecido por nós. O volume e os níveis observados de inadimplência associados ao crédito aprovado desta forma são monitorados para que possamos controlar a qualidade de nossas práticas de concessão de empréstimos. Nossa política de crédito também define o prazo de vencimento máximo, a relação máxima da prestação em relação à renda e a relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel (“LTV”) máximo, que não pode ultrapassar 85% na data em que o empréstimo for concedido. As taxas de juros são estabelecidas com base na TR (Taxa Referencial de Juros) mais um spread fixo definido para cada contrato individual com base em nossa análise do RAROC (Retorno do Capital Ajustado ao Risco).

II. Corporativo

No segmento corporativo, comitês de crédito avaliam periodicamente os dados do cliente, analisando diversos aspectos relevantes para determinar as classificações e os limites de crédito a serem aplicados para cada cliente. Ademais, todos os clientes corporativos devem ser analisados considerando os procedimentos “KYC – Know-Your-Customer (conheça o seu cliente).”

Nossos diversos comitês de crédito estão subordinados ao comitê superior de crédito responsável pela gestão do risco de crédito, e as várias alçadas da nossa estrutura de gestão de riscos garantem o monitoramento detalhado do risco das operações de crédito, bem como a necessária agilidade e flexibilidade em nossos processos de aprovação.

A maior parte dos créditos para pessoas jurídicas necessita de garantias. As operações de financiamento a produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos como garantia. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou cartões de crédito a receber, ou poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros. As operações de investimento, por outro lado, normalmente necessitam de seguro ou alienação fiduciária, mas também podem incluir gravames sobre investimentos aceitáveis, ações de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

III. Pequenas e médias empresas

Concedemos crédito a empresas com a condição de que elas abram uma conta-corrente conosco, processo que inclui a análise dos documentos da empresa e os procedimentos de KYC (conheça o seu

cliente). Determinamos, para cada cliente, o valor máximo de crédito a ser concedido. Este limite é determinado com base na nossa classificação interna de clientes (fundamentada na classificação do crédito e histórico) e o nível do lucro mensal médio da empresa. Informações sobre o faturamento podem ser fornecidas pela empresa ou estimado por nós de acordo com métodos internos. Nossa classificação interna de clientes determina o valor máximo de endividamento, o crédito máximo a ser concedido, as taxas de juros (em geral, taxas fixas), relação máxima da prestação mensal em relação ao lucro da empresa e o montante e tipo de garantias exigidas. Similar ao segmento corporativo, a carteira de crédito é majoritariamente garatinda por recebíveis dentro do setor de varejo e pelos produtos no caso de financiamento.

IV. Unidades Externas América Latina

A concessão de crédito em nossas subsidiárias na América Latina segue a mesma governance corporative e as políticas estabelecidas pelo Itáu Unibando Holding. Todas as subsidiárias estão sujeitas à gestão centralizada que monitora o desempenho da nossa carteira, estabelece as regras para a concessão de crédito e é responsável pela governança corporative relacionada à concessão de crédito no Itaú Unibando Holdings.

As unidades de pessoa física e pessoa juridica do nosso segmento de Unidades Externas América Latina seguem procedimentos similares aos aplicados aos segmentos de pessoa física e corporativo acima discutidos. Para o segmento de pessoa física, a concessão de crédito a pessoas físicas baseia-se principalmente no nível de renda e em nossa classificação interna de crédito de cada cliente. No segmento corporativo, a concessão de crédito baseia-se na análise dos dados do cliente e nos procedimentos KYC. A análise de crédito é realizada após a avaliação desses dados e os limites de crédito são aprovados conforme as diretrizes estabelecidas pela estrutura da gestão de riscos. Tais diretrizes dependem do tamanho e necessidades de cada uma das subsidiárias, porém são subordinadas às diretrizes estabelecidas pelos comitês de crédito do Itaú Unibanco Holding.

Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada a moedas estrangeiras, principalmente o dólar dos EUA. A parcela em moeda estrangeira de nossa carteira consiste em empréstimos, financiamentos à importação e à exportação e repasses. Nossos empréstimos indexados a moedas estrangeiras ou expressos em dólares dos EUA representam 22,1% e 19,7% de nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

Nossos empréstimos indexados em moeda estrangeira ou denominados em dólar dos EUA representaram 13,7% da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2009, calculados com base em U.S.GAAP.

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil – Vencimento e Taxas de Juros

As tabelas abaixo apresentam uma análise da distribuição da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2011 por vencimento de acordo com a modalidade de operação de crédito e arrendamento mercantil, bem como a classificação da carteira entre taxas fixas e variáveis de acordo com o vencimento. Os valores estão segregados em Parcelas Vincendas e Vencidas considerando os valores contratuais:

Parcelas Vincendas

(em milhões de R$)

Modalidade de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento em 31-90 dias	Vencimento em 91-180 dias	Vencimento em 181-360 dias	Vencimento em 1 a 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas vincendas
Pessoas Físicas							
Cartão de crédito	15.187	11.112	5.740	2.650	81	-	34.770
Crédito pessoal	5.325	2.629	3.340	5.469	15.642	440	32.845
Veículos	2.071	3.781	5.385	10.515	37.050	23	58.825
Crédito imobiliário	139	186	233	501	3.388	8.961	13.408
Grandes Empresas	7.384	11.539	11.016	13.965	40.792	7.867	92.563
Micro/Pequenas e Médias Empresas	16.829	12.532	9.592	14.289	27.303	309	80.854
Unidades Externas América Latina	2.502	4.233	1.559	1.184	3.572	5.070	18.120
Total (1)	**49.437**	**46.012**	**36.865**	**48.573**	**127.828**	**22.670**	**331.385**

(1) As operações de crédito de curso anormal no valor de R$20.439 milhões estão apresentados na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Parcelas Vencidas [2]

(em milhões de R$)

Modalidade de operações de crédito e arrendamento mercantil	01-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total do empréstimo bruto	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total líquido
Pessoas Físicas									
Cartão de crédito	608	256	370	1.062	1.780	115	38.961	(3.825)	35.136
Crédito pessoal	518	327	348	630	583	2	35.253	(5.343)	29.910
Veículos	587	255	150	292	287	67	60.463	(4.415)	56.048
Crédito imobiliário	17	7	3	5	6	4	13.450	(46)	13.404
Grandes Empresas	444	74	60	54	34	-	93.229	(758)	92.471
Micro/Pequenas e Médias Empresas	950	524	454	1.182	1.668	17	85.649	(9.197)	76.452
Unidades Externas América Latina	1.065	27	16	15	15	1	19.259	(289)	18.970
Total [1]	**4.189**	**1.470**	**1.401**	**3.240**	**4.373**	**206**	**346.264**	**(23.873)**	**322.391**

(1) As operações de crédito de curso anormal no valor de R$20.439 milhões estão apresentados na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

(2) Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.

Parcelas Vincendas

(em milhões de R$)

	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento em 31-90 dias	Vencimento em 91-180 dias	Vencimento em 181-360 dias	Vencimento em 1 a 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de Parcelas Vincendas
Taxa de juros de empréstimos a clientes por vencimento:							
Taxas variáveis	43.053	31.742	26.772	36.517	82.432	1.495	222.011
Taxas fixas	6.384	14.270	10.093	12.056	45.396	21.175	109.374
Total (1)	**49.437**	**46.012**	**36.865**	**48.573**	**127.828**	**22.670**	**331.385**

(1) As operações de crédito de curso anormal no valor de R$ 20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Parcelas Vencidas [2]

(em milhões de R$)

	01-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de empréstimo bruto
Taxa de juros de empréstimos a clientes por vencimento:							
Taxas variáveis	2.923	1.350	1.326	3.166	4.282	200	235.259
Taxas fixas	1.266	120	75	74	91	6	111.005
Total (1)	**4.189**	**1.470**	**1.401**	**3.240**	**4.373**	**206**	**346.264**

[1] As operações de crédito de curso anormal no valor de R$20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

[2] Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

Empréstimos em Aberto Concedidos a Clientes no Exterior

Os empréstimos em aberto concedidos a clientes no exterior superaram em 1% o total de ativos nas operações de clientes estrangeiros de nossas subsidiárias e agências na Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Europa. O volume concedido a clientes na forma de empréstimos e arrendamento mercantil, depósitos bancários e títulos e valores mobiliários foi de R$ 39.596 milhões em 31 de dezembro de 2011. Os valores foram convertidos em reais a partir de seus valores originais (pesos argentinos, chilenos e guaranis paraguaios, dólares, euros, francos suiços e pesos uruguaios, conforme apropriado) pela taxa cambial em cada data.

O total de empréstimos em aberto concedidos para os clientes nos países listados acima em 31 de dezembro de 2011 e 2010, consiste em:

(em milhões de R$ exceto porcentagens)

	2011	**%**	**2010**	**%**
Disponibilidades	2.753	7,0	2.097	6,9
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.719	9,4	4.112	13,6
Aplicações no mercado aberto	127	0,3	109	0,4
Depósitos Compulsórios no Banco Central	2.111	5,3	906	3,0
Ativos Financeiros mantidos para Negociação	1.127	2,8	1.536	5,1
Derivativos	1.067	2,7	377	1,2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2,309	5,8	2.615	8,6
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	26.383	66,6	18.552	61,2
Total em aberto	**39.596**	**100,0**	**30.304**	**100,0**

O total de empréstimos em aberto concedidos a clientes mencionados nos países acima com base em U.S.GAAP em 31 de dezembro de 2009, consiste em:

(em milhões de R$)

	U.S.GAAP
	2009
Caixa e Contas Correntes de Bancos	345
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.722
Aplicações em Operações Compromissadas	137
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.308
Ativos de Negociação	1.782
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	2.782
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	15.813
Total em aberto	**27.889**

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta a composição de nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador, em cada uma das datas indicadas.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011		2010	
Atividades Econômicas	**Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**	**% do Total da Carteira**	**Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**	**% do Total da Carteira**
Setor Público	1.990	0,6%	1.138	0,4%
Indústria e Comércio	99.859	28,8%	84.997	28,8%
Serviços	70.642	20,4%	60.295	20,5%
Setor Primário	16.109	4,7%	13.933	4,7%
Pessoas Físicas	156.167	45,1%	132.289	44,9%
Outros Setores	1.497	0,4%	2.185	0,7%
TOTAL	**346.264**	**100,0%**	**294.837**	**100,0%**

Em 31 de dezembro de 2011, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira que não tenha sido divulgada em uma categoria de empréstimos e perdas.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossa carteira de crédito, incluindo os empréstimos vencidos, por atividade econômica do tomador em 31 de dezembro de 2009 com base em U.S.GAAP.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP	
	2009	
Setores	**Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**	**% do total da carteira**
Setor Público	1.611	0,7%
Indústria e Comércio	67.530	27,4%
Serviços	48.389	19,8%
Setor Primário	13.276	5,4%
Outras PJ	1.260	0,5%
Pessoa Física	113.670	46,3%
Total Geral	**245.736**	**100,0%**

Rating da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Apresentamos a seguir a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com base na probabilidade de inadimplência. Para clientes pessoa jurídica, a classificação baseia-se em informações tais como a condição econômica e financeira do cliente, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, as condições econômicas e financeiras correntes e as perspectivas do mercado no qual atua, a garantia oferecida e a principal finalidade dos empréstimos concedidos. Para os outros clientes, a classificação baseia-se em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental, conforme exigido por Basileia II. Em certas circunstâncias excepcionais, a classificação pode se basear em análises individualizadas, que são submetidas aos comitês apropriados de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias: baixo, médio, alto e "impairment".

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	31/12/2011				31/12/2010			
Rating interno	**Créditos não vencidos e sem evento de perda**	**Créditos vencidos e sem evento de perda**	**Créditos vencidos com evento de perda**	**Total dos créditos**	**Créditos não vencidos e sem evento de perda**	**Créditos vencidos e sem evento de perda**	**Créditos vencidos com evento de perda**	**Total dos créditos**
Baixo	221.315	5.800	-	227.115	195.988	4.346	-	200.334
Médio	63.763	10.921	-	74.684	52.561	8.053	-	60.614
Alto Risco	16.910	8.703	-	25.613	13.663	6.348	-	20.011
Impairment	-	-	18.852	18.852	-	-	13.878	13.878
Total	**301.988**	**25.424**	**18.852**	**346.264**	**262.212**	**18.747**	**13.878**	**294.837**
%	**87,3%**	**7,3%**	**5,4%**	**100,0%**	**88,9%**	**6,4%**	**4,7%**	**100%**

Operações de crédito de curso anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. Em 2011, não tínhamos qualquer empréstimo de curso anormal significativo.

Baixas Contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido ou quando for considerado sujeito a redução permanente no valor recuperável. Normalmente, baixamos os empréstimos quando estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto pelos empréstimos com vencimento original superior a 36 meses, os quais são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias se for concluído que o empréstimo não é recuperável.

Informações sobre a Qualidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010
Operações de crédito de curso anormal	20.439	14.736
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.873	19.994
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	346.264	294.837
Operações de crédito de curso anormal como porcentagem do total de operações de crédito	5,9%	5,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem do total de operações de crédito	6,9%	6,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem de operações de crédito de curso anormal	116,8%	135,7%

A tabela a seguir apresenta com base em U.S.GAAP nossa informação de empréstimos de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos para os anos findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP		
	2009	2008	2007
Operações de crédito de curso anormal e bens não de uso próprio	15.717	7.760	5.012
Operações de crédito de curso anormal	15.499	7.579	4.777
Bens não de uso próprio, líquidos de provisões	218	181	235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.968	12.202	7.473
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	245.736	169.700	116.459
Operações de crédito de curso anormal como porcentagem do total de operações de crédito	6,3%	4,5%	4,1%
Operações de crédito de curso anormal e bens não de uso próprio como porcentagem do total de operações de crédito	6,4%	4,6%	4,3%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem do total de operações de crédito	8,1%	7,2%	6,4%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem de operações de crédito de curso anormal	128,8%	161,0%	156,4%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem de operações de crédito de curso anormal e bens não de uso próprio	127,0%	157,2%	149,1%

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta os movimentos da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010
Saldo no início do período	**19.994**	**20.245**
Baixas	**(16.159)**	**(15.798)**
Pessoas Físicas		
Cartão de crédito	(3.558)	(2.731)
Crédito pessoal	(2.959)	(3.908)
Veículos	(2.041)	(2.377)
Crédito imobiliário	(73)	(75)
Grandes empresas	(294)	(466)
Micro/Pequenas e Médias Empresas	(7.001)	(5.793)
Unidades Externas América Latina	(233)	(448)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**20.038**	**15.547**
Saldo no final do período	**23.873**	**19.994**
Recuperações	**5.477**	**4.195**
Pessoas Físicas		
Cartão de crédito	616	470
Crédito pessoal	586	275
Veículos	956	856
Crédito imobiliário	184	174
Grandes empresas	1.475	1.090
Micro/Pequenas e Médias Empresas	1.355	1.138
Unidades Externas América Latina	305	192
Baixas líquidas	**(10.682)**	**(11.603)**
Relação de baixas no período sobre a média dos empréstimos em aberto no período	5,1%	5,9%
Relação de baixas líquidas no período sobre a média dos empréstimos em aberto no período	3,3%	4,3%
Relação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil	6,9%	6,8%

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas e recuperações incluídas no resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010	2011/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.038)	(15.547)	28,9%
Empréstimos baixados	(16.159)	(15.798)	2,3%
Empréstimos recuperados	5.477	4.195	30,6%
Baixas líquidas	**(10.682)**	**(11.603)**	**(7,9%)**

O Itaú Unibanco Holding avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para cobrir perdas prováveis inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível de provisão fundamenta-se em vários julgamentos e premissas, inclusive as condições econômicas atuais, a composição da carteira de crédito, experiências anteriores com operações de crédito e avaliação do risco de crédito relacionado a empréstimos a

pessoas físicas. Nosso processo de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

Os critérios que utilizamos para determinar se há existência de evidência objetiva de perda do valor recuperável (*impairment*) incluem:

- inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- início de processo de falência;e
- deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da carteira específica e podem variar entre 9 e 12 meses. Determinamos que o período entre os eventos de perda e sua identificação no caso de créditos testados individualmente quanto a *impairment* também é de 12 meses.

Avaliação

Avaliamos primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos. Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda do valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza da operação, inclusive a garantia, para estimar o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente quanto a *impairment*. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados para os quais exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda do valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de reconhecimento da perda do valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em dados observáveis correntes para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso de créditos significativos individualmente sem evidência objetiva de perda do valor recuperável, essas operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) baseadas em vários fatores qualitativos e quantitativos aplicados a modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de risco de cada contrato, os *ratings* determinados

segundo os modelos internos podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes a cada *rating* considerando a abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utilizam nossa experiência histórica na elaboração dos modelos internos que são utilizados para estimar a probabilidade de inadimplência e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são significativos individualmente, as operações de crédito são segregadas em classes que consideram os riscos subjacentes e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito nos últimos anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, baixamos da carteira de crédito o montante total de R$ 16.159 milhões, e em 31 de dezembro de 2011 nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 6,9%. Nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total das operações de crédito aumentou 0,1 ponto percentual em comparação com o ano anterior, uma vez que manteve o volume de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro baixados em 2011 em conseqüência do aumento no nível de inadimplência em 2009 e 2010, em conjunto com o forte crescimento da carteira de crédito e arrendamento mercantil financeiro em 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baixamos da carteira de crédito o montante total de R$ 15.798 milhões, e em 31 de dezembro de 2010 nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa era 6,8%. O aumento no volume da carteira de crédito baixada em 2010 foi resultado do aumento de inadimplência em 2009, combinado com o forte crescimento de nossa carteira de crédito.

A tabela a seguir apresenta os movimentos da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em U.S.GAAP nos exercícios de 2009, 2008 e 2007.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP		
	2009	2008	2007
Saldo no início do período	**12.202**	**7.473**	**6.426**
Baixas	**(9.490)**	**(5.904)**	**(5.566)**
Comercial			
Industrial e outras	(3.883)	(2.069)	(1.921)
Financiamento à importação	(53)	(7)	(7)
Financiamento à exportação	-	-	-
Crédito imobiliário (principalmente empréstimos residencial)	(72)	(78)	(170)
Arrendamento mercantil (principalmente veículos)	(1.465)	(453)	(280)
Setor público (brasileiro)	-	-	-
Pessoas físicas			
Cheque especial	(903)	(587)	(679)
Financiamento	(1.606)	(1.218)	(1.239)
Cartões de crédito	(1.508)	(1.482)	(1.263)
Crédito rural	(1)	(10)	(7)
Recuperações	**1.884**	**1.272**	**1.071**
Comercial			
Industrial e outras	255	254	103
Financiamento à importação	-	-	-
Financiamento à exportação	-	-	-
Crédito imobiliário (principalmente empréstimos residencial)	207	166	169
Arrendamento mercantil (principalmente veículos)	119	174	78
Setor público (brasileiro)	-	-	-
Pessoas Físicas			
Cheque especial	398	232	194
Financiamento	769	401	468
Cartões de crédito	136	45	59
Crédito rural	-	-	-
Baixas líquidas	**(7.606)**	**(4.632)**	**(4.495)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**15.372**	**9.361**	**5.542**
Saldo no fim do período	**19.968**	**12.202**	**7.473**
Relação de baixas no período sobre a média dos empréstimos no período	4,3%	4,2%	6,1%
Relação das baixas líquidas no período sobre a média dos empréstimos no período	3,4%	3,3%	4,9%
Relação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil	8,1%	7,2%	6,4%

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, as baixas e as recuperações incluídas em nosso resultado de operações com base em U.S.GAAP para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP				
	2010	**2009**	**2008**	**2010/2009**	**2009/2008**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.871)	(15.372)	(9.361)	(22,8%)	64,2%
Empréstimos baixados	(16.158)	(9.490)	(5.904)	70,3%	60,7%
Empréstimos recuperados	4.457	1.884	1.272	136,6%	48,1%
Baixas líquidas	**(11.701)**	**(7.606)**	**(4.632)**	**53,8%**	**64,2%**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baixamos da carteira de crédito o montante total de R$ 16.158 milhões, e em 31 de dezembro de 2010 nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa era 6,8%. O aumento no volume da carteira de crédito baixada em 2010 foi resultado do aumento de inadimplência em 2009 combinado com o forte crescimento de nossa carteira de crédito. Independentemente deste aumento, o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa por total de operações de crédito e arrendamento mercantil diminuiu 1,3% em comparação ao exercício anterior.

Desde 31 de dezembro de 2010 alteramos a metodologia que costumávamos adotar para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, que se baseava em matrizes de transição, porque estas não conseguiam capturar, em um período relativamente curto, os efeitos de alterações significativas na situação econômica. A alteração na metodologia resultou na redução do montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2010 (e no montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa adicionada à despesa referente a tal exercício) quando comparado com a metodologia anterior, que teria resultado em R$ 935 milhões.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, baixamos da carteira de crédito o montante total de R$ 9.490 milhões, e em 31 de dezembro de 2009 nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa era 8,1%. O aumento nas perdas reflete o ambiente econômico adverso observado conforme nossas previsões para aquele cenário. Dados recentes indicam que os principais indicadores de taxas de inadimplência, tais como taxas de inadimplência da primeira parcela, melhoraram e acreditamos que isto seja resultado da maior seletividade em nossas políticas de originação, do nosso desenvolvimento contínuo dos procedimentos de análise de risco e de uma melhoria geral das condições macroeconômicas no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, baixamos da carteira de crédito o valor total de R$ 5.904 milhões, e em 31 de dezembro de 2008, nossa porcentagem de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil representava 7,2%. O aumento relativamente pequeno em nossas baixas em 2008 em um ambiente em que nossa carteira de crédito tem crescido significativamente deveu-se ao melhor desempenho de nossa carteira e das atividades de cobrança durante o exercício, principalmente nos noves primeiros meses. Durante o quarto trimestre, com o agravamento da turbulência econômica internacional, aumentamos o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa para incorporar o novo cenário econômico de maior risco de crédito em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil. Consequentemente, nossa porcentagem de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil representava 7,2% em 31 de dezembro de 2008, sendo que era 6,4% em 31 de dezembro de 2007.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, baixamos da carteira de crédito o valor total de R$ 5.566 milhões e, em 31 de dezembro de 2007, nossa porcentagem de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil representava 6,4% em 31 de dezembro de 2006. O aumento no volume da carteira de crédito baixados em 2007 foi resultado do crescimento e da mudança no *mix* de nossa carteira de crédito, que ocorreu nos últimos anos. No entanto, a carteira de crédito também apresentou uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade durante o exercício como resultado da adoção de políticas de crédito aprimoradas. Nossos modelos de risco, que evoluem continuamente, têm permitido que alcancemos os objetivos de ampliação da carteira de crédito com melhorias dos indicadores de qualidade. Portanto, o crescimento de despesas com provisão para devedores duvidosos em 2007 foi baixo se comparado ao crescimento da nossa carteira de crédito. Além disso, é importante destacar a melhoria nos esforços de cobrança que resultaram em um aumento considerável da recuperação de créditos anteriormente baixados como perdas.

Alocação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta um detalhamento, por segmento e classe, conforme definido na segmentação da nossa carteira, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011			2010		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações por modalidade como % do total das operações de crédito e arrendamento mercantil (1)	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações por modalidade como % do total das operações de crédito e arrendamento mercantil (1)
Pessoas Físicas	**13.629**	**9,2%**	**57,1%**	**10.619**	**8,5%**	**53,1%**
Cartão de crédito	3.825	9,8%	16,0%	3.306	10,0%	16,5%
Crédito pessoal	5.343	15,2%	22,4%	3.492	14,8%	17,5%
Veículos	4.415	7,3%	18,5%	3.709	6,2%	18,6%
Crédito mobiliário	46	0,3%	0,2%	112	1,4%	0,6%
Grandes empresas	**758**	**0,8%**	**3,2%**	**1.071**	**1,4%**	**5,4%**
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**9.197**	**10,7%**	**38,5%**	**8.041**	**10,1%**	**40,2%**
Unidades Externas América Latina	**289**	**1,5%**	**1,2%**	**263**	**1,9%**	**1,3%**
Total	**23.873**	**6,9%**	**100,0%**	**19.994**	**6,8%**	**100,0%**

(1) Exclui as operações de crédito de curso anormal.

A tabela a seguir apresenta, com base em U.S.GAAP, nossa alocação da provisão para créditos por modalidade da operação de crédito para 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007. O montante alocado da provisão é apresentado como porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP								
	2009			2008			2007		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações por modalidade como % do total das operações de crédito e arrendamento mercantil (1)	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações por modalidade como % do total das operações de crédito e arrendamento mercantil (1)	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações por modalidade como % do total das operações de crédito e arrendamento mercantil (1)
Modalidade da operação de crédito									
Comercial									
Industrial e outras	3.334	1,4%	42,4%	2.399	1,4%	38,4%	1.250	1,1%	35,2%
Financiamento à importação	11	0,0%	0,8%	10	0,0%	2,1%	6	0,0%	1,1%
Financiamento à exportação	127	0,1%	2,8%	135	0,1%	5,7%	75	0,1%	2,8%
Crédito imobiliário, principalmente financiamentos habitacionais	209	0,1%	4,5%	171	0,1%	3,8%	199	0,2%	4,1%
Arrendamento financeiro (principalmente financiamento de Veículos)	2.521	1,0%	19,2%	1.454	0,9%	24,6%	862	0,7%	25,4%
Setor público (brasileiro)	-	0,0%	0,7%	2	0,0%	0,4%	1	0,0%	0,7%
Pessoas Físicas									
Cheque especial	1.319	0,5%	1,7%	2.290	1,3%	2,1%	993	0,9%	2,4%
Financiamento	6.382	2,6%	13,3%	4.042	2,4%	11,9%	2.975	2,6%	15,5%
Cartão de crédito	5.309	2,2%	12,5%	1.564	0,9%	8,4%	1.045	0,9%	9,8%
Crédito rural	756	0,3%	2,1%	135	0,1%	2,6%	67	0,1%	3,0%
Total	**19.968**	**8,1%**	**100,0%**	**12.202**	**7,2%**	**100,0%**	**7.473**	**6,4%**	**100,0%**

(1) Exclui os créditos de curso anormal.

Saldos Médios de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de depósitos, em conjunto com as taxas de juros médias pagas para cada período apresentado.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011		2010	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
Depósitos não remunerados	**26.072**		**25.817**	
Depósitos à vista	25.752		24.719	
Outros depósitos	321		1.098	
Depósitos remunerados	**186.429**	**7,9%**	**164.210**	**7,5%**
Depósitos interfinanceiros	2.376	7,1%	1.703	8,5%
Depósitos de poupança	61.143	6,5%	52.457	6,0%
Depósitos a prazo	122.910	8,6%	110.050	8,2%
Total	**212.502**		**190.027**	

A tabela a seguir apresenta o saldo médio dos depósitos juntamente com a média das taxas de juros pagas apresentados em 31 de dezembro de 2009 com base em U.S.GAAP.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP	
	2009	
	Saldo médio	Taxa média
Depósitos não remunerados	**23.799**	
Depósitos a vista	22.821	
Outros depósitos	978	
Depósitos remunerados	**159.296**	**7,4%**
Depósitos interfinanceiros	2.605	12,9%
Depósitos de poupança	40.998	5,9%
Depósitos a prazo	115.693	7,8%
Total	**183.095**	

Depósitos por Vencimento

A tabela a seguir apresenta uma segregação de nossos depósitos por vencimento em 31 de dezembro de 2011:

(em milhões de R$)

	2011				
	0-30 dias	**31-180 dias**	**181-365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Depósitos não remunerados	**28.932**	**-**	**-**	**-**	**28.932**
Depósitos à vista	28.932	-	-	-	28.932
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Depósitos remunerados	**98.754**	**19.849**	**11.920**	**83.181**	**213.704**
Depósitos de poupança	67.170	-	-	-	67.170
Depósitos a prazo	30.918	19.167	11.475	82.909	144.469
Depósitos interfinanceiros	666	682	445	272	2.065
Total	**127.686**	**19.849**	**11.920**	**83.181**	**242.636**

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto com saldos que excedem US$100.000 (ou seu equivalente) de nossa emissão em 31 de dezembro de 2011.

(em milhões de R$)

Vencimento em três meses	28.183
Vencimento entre três e seis meses	5.335
Vencimento entre seis e doze meses	9.298
Vencimento após doze meses	11.937
Total de depósitos a prazo que excedem US$100.000	**54.754**

Empréstimos de Curto Prazo

Os empréstimos de curto prazo estão contidos em nosso balanço patrimonial nas linhas de "Captações no mercado aberto", "Dívida no Mercado Interbancário" e "Dívida no Mercado Institucional". A principal categoria para os empréstimos de curto prazo são as captações no mercado aberto. O saldo médio em aberto durante 2011 e 2010 para outras categorias de captações no mercado aberto corresponderam a menos de 30% do nosso patrimônio líquido ao fim desses períodos.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto para os períodos indicados.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	**2010**
Captações no mercado aberto		
Valor em aberto (em 31 de dezembro)	185.413	199.657
Valor máximo em aberto durante o período	206.753	199.657
Média ponderada da taxa de juros no fim do período	9,75%	7,93%
Valor médio em aberto durante o período	196.400	163.901
Média ponderada da taxa de juros	10,36%	7,82%

A tabela a seguir mostra um resumo das principais obrigações por empréstimos de curto prazo em U.S.GAAP em 31 de dezembro de 2009.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	U.S.GAAP
	2009
Captações no mercado aberto	
Valor em aberto	66.174
Valor máximo em aberto durante o período	84.259
Média ponderada da taxa de juros ao fim do período	3,77%
Valor médio em aberto durante o período	70.032
Média ponderada da taxa de juros	10,90%
Títulos emitidos e vendidos a clientes com compromisso de recompra	
Valor em aberto	65.520
Valor máximo em aberto durante o período	66.317
Média ponderada da taxa de juros ao fim do período	8,69%
Valor médio em aberto durante o período	57.651
Média ponderada da taxa de juros	8,99%

Capital

As exigências normativas específicas relativas ao patrimônio de referência são discutidas no "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão – Exigências sobre o Patrimônio de Referência". Informações adicionais sobre exigências de capital são discutidas na Nota 32 às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Exigências Referentes ao Capital Mínimo

A tabela a seguir apresenta nossas posições de capital dos ativos ponderados por risco, bem como nosso capital mínimo exigido, de acordo com as regras do Banco Central, em cada caso em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, de forma consolidada, incluindo as subsidiárias financeiras e não financeiras.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2011	2010	2009
Capital de Nível 1	71.601	62.240	57.706
Capital de Nível 2	21.565	18.652	12.837
Capital de Nível 1 mais Capital de Nível 2	93.166	80.892	70.543
Ajustes	(55)	(173)	(28)
Nosso capital regulamentar (1)	93.111	80.719	70.515
Capital regulamentar mínimo exigido (2)	62.556	57.525	46.513
Excedente sobre o capital regulamentar mínimo exigido	**30.555**	**23.194**	**24.002**
Total de ativos ponderados pelo risco	**568.693**	**522.952**	**422.840**
Índice capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	**16,4%**	**15,4%**	**16,7%**

(1) Com base nos requerimentos do Banco Central (consulte a Nota 32 às nossas demonstrações contábeis consolidadas).

(2) O requerimento mínimo de capital no Brasil era de 11% em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

4C. Estrutura Organizacional

Somos uma *holding* financeira controlada pela IUPAR, uma empresa de participações controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela E. Johnston, que é uma empresa de participações controlada pelos antigos acionistas controladores do Unibanco, a família Moreira Salles. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio – Estrutura Acionária" e o "Item 7A. Principais Acionistas." A relação de nossas controladas significativas em 31 de dezembro de 2011 está incluída no Anexo 8.1 deste relatório anual. Esta relação contém informações sobre nossas controladas significativas de acordo com nossas demonstrações contábeis consolidadas.

4D. Imobilizado de uso e outras imobilizações de uso

Somos proprietários dos nossos principais escritórios localizados em imóveis próprios na cidade de São Paulo, Brasil, bem como em vários outros prédios administrativos. Os principais escritórios e atividades realizadas em cada um deles são:

- Itaú Unibanco Centro Empresarial, localizado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – sede, departamento comercial, atividades de suporte e principais áreas administrativas;
- Centro Administrativo Tatuapé, localizado na Rua Santa Virgínia/ Rua Santa Catarina, 299, São Paulo – centro administrativo;
- Centro Técnico Operacional, localizado na Avenida do Estado, 5.533, São Paulo – centro de processamento de dados;
- Atividades do banco de atacado e investimento do Banco Itaú BBA S.A. em nossos escritórios alugados, localizados na: (a) Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º e 11º e 12º andares, São Paulo; (b) Avenida Nações Unidas, 7.815, Torre I – 3º a 13º andares, Torre II – 5º andar, São Paulo; e (c) Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 1º a 3º andares, 13º e 14º andares;
- Centro Administrativo Unibanco, localizado na Rua João Moreira Sales, 130 – Jardim Monte Alegre – São Paulo – centro administrativo e centro de processamento de dados;
- Edifício Unibanco, localizado na Av. Eusébio Matoso, 891 – Pinheiros – São Paulo – centro administrativo;
- Edifício Boa Vista, localizado na Rua Boa Vista, 162 – São Paulo – centro administrativo; e
- Edifício Barão de Iguape, localizado na Praça do Patriarca, 30/Rua Direita, 250 – São Paulo – centro administrativo.

Alugamos também parte dos nossos escritórios administrativos e a maioria das nossas agências a preços de mercado competitivos, mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento desde o primeiro semestre de 2011 (que estão sendo renovados com condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2029. Em 31 de dezembro de 2011 somos proprietários de 12% de todos os nossos escritórios administrativos e agências (inclusive terminais de atendimento eletrônico, postos de atendimento bancário e estacionamentos) e alugamos os outros 88%. Em 31 de dezembro de 2011, também éramos proprietários de 32% dos nossos escritórios da administração central e agências e alugamos os outros 68%.

Adicionalmente, em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro de tecnologia. Consulte “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Tecnologia”.

ITEM 4A COMENTÁRIOS PENDENTES

Nenhum.

ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

5A. Resultados operacionais

A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas e as notas explicativas anexas, bem como outras informações financeiras incluídas neste relatório anual, e em conjunto com as informações incluídas no "Item 3A. Dados Financeiros Selecionados" e "Item 4B. Informações Estatísticas Selecionadas". A discussão a seguir contém informações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir significativamente das informações prospectivas em virtude de vários fatores, inclusive aqueles mencionados em "Aviso de Cautela Sobre as Informações Prospectivas" e o "Item 3D – Fatores de Risco."

Efeitos da Crise Global dos Mercados Financeiros na Nossa Situação Financeira e Resultados das Operações

A crise global dos mercados financeiros vem afetando significativamente a economia mundial desde o último trimestre de 2008. Ela levou (i) à recessão e ao aumento do desemprego nas principais economias do mundo, (ii) redução nos investimentos em escala global, (iii) queda dos preços de commodities e (iv) a uma redução brusca na disponibilidade de crédito e liquidez, bem como (v) a uma retração geral nos volumes de transação nos mercados de capitais do mundo todo. A economia mundial e os mercados de crédito e de capitais apresentaram recuperação significativa no decorrer de 2010 e no início de 2011, mas a situação dos mercados financeiros globais voltou a deteriorar-se no segundo semestre de 2011.

O recente aumento do risco nos mercados financeiros globais está relacionado principalmente a problemas fiscais na Europa, como os níveis altos de endividamento que prejudicam o crescimento e aumentam o risco de inadimplência soberana. As preocupações com a crise fiscal na Europa aumentaram no terceiro trimestre de 2011, assim como a probabilidade de uma recessão global, com aumento da aversão ao risco e da volatilidade dos mercados financeiros. Os mercados temem a inadimplência soberana ou bancária e a falta de coordenação política na Europa.

A crise da dívida da Grécia espalhou-se para outros países da Europa com altos níveis de endividamento, como a Itália, a Espanha e Portugal. Parte significativa da dívida desses países é detida pelas instituições financeiras, e suas situações econômicas podem impactar os resultados dos bancos e fundos de investimentos. A expectativa é que a crise fiscal na Europa se estenda por um período prolongado e inclua reestruturações soberanas e a implementação de medidas de ajuste fiscal com a assistência do Banco Central Europeu.

Embora a União Europeia esteja preparada para enfrentar essas dificuldades, a deterioração financeira de qualquer um desses países pode prejudicar o crescimento das economias do mundo todo e, indiretamente, da economia brasileira.

Para determinar quais países seriam apresentados na tabela, priorizamos aqueles que enfrentaram por pressões fiscais e econômicas e/ou políticas significativas, de modo que a probabilidade de inadimplência fosse maior do que a prevista, casos esses fatores não existissem.

A tabela abaixo apresenta, em milhões de reais, nossa exposição em 31 de dezembro de 2011 aos títulos soberanos da Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha, ou os Países GIIPE, bem como às instituições financeiras ou outras companhias, pequenas empresas e pessoas físicas domiciliadas nesses países:

		31 de Dezembro de 2011					
	Segmento	**Credito**	**Co-obrigação**	**Título Soberano**	**Bond**	**Derivativo**	**Exposição Total**
Grécia	Grandes Empresas	-	-	-	-	-	-
	Instituições Financeiras						
Irlanda	Grandes Empresas	-	-	-	-	-	-
	Instituições Financeiras						
Itália	Grandes Empresas	-	-	-	-	-	-
	Instituições Financeiras	-	6	-	-	-	6
Portugal	Grandes Empresas	880	4	-	-	1	884
	Instituições Financeiras	-	-	-	43	6	49
Espanha	Grandes Empresas	1.459	28	418	-		1.906
	Instituições Financeiras		132			22	153
Total		**2.339**	**170**	**418**	**43**	**29**	**2.998**

Com relação à exposição apresentada acima referente a 31 de dezembro de 2011, no montante de R$2.998 milhões, com coobrigação no montante de R$170 milhões, ela se refere principalmente à nossa exposição às Instituições Corporativas. A informação divulgada acima foi mensurada pelo nosso valor realizável estimado que é atualizado dependendo de sua natureza (tais como valores em contas correntes retidos como pagamento de recebíveis de clientes, aplicações financeiras, imóveis, máquinas e equipamentos e outros), exceto garantias fornecidas por terceiros em que o valor corresponde à dívida pendente. Nossos derivativos relacionados aos países GIIPE em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R$ 29 milhões.

Além da exposição descrita acima e refletida em nossas demonstrações contábeis consolidadas, também estamos expostos aos Países GIIPE por conta de nosso investimento no Banco BPI S.A., ou Banco BPI, no qual detemos uma participação de 19,04% em 31 de dezembro de 2011. O Banco BPI é um dos cinco maiores bancos de Portugal. Conforme divulgado na nota 12 às nossas demonstrações contábeis consolidadas, nosso investimento no Banco BPI em 31 de dezembro de 2011 era de R$219 milhões. O Banco BPI possuía, em sua carteira, títulos soberanos emitidos pelos governos dos Países GIIPE, que estavam classificados como disponíveis para venda, cujo valor contábil excedia o valor justo e para os quais reconhecemos, em outro resultado abrangente, nossa participação na perda não realizada que representa o valor de R$245 milhões em 31 de dezembro de 2011.

A economia mundial apresentou recuperação no decorrer de 2011 e no início de 2012, mas várias consequências da crise ainda permanecem. Foram identificados riscos importantes, como desdobramentos da crise financeira na Europa, como os níveis altos de endividamento que prejudicam o crescimento e aumentam o risco de inadimplência soberana. A preocupação crescente com a sustentabilidade dos atuais níveis de endividamento da Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha (GIIPE) aumentou o foco sobre a exposição das instituições financeiras ao risco desses países. Mais especificamente, os mercados aumentaram os prêmios de risco sobre a dívida dos países GIIPE. A dívida desses países é detida por instituições financeiras internacionais, e suas situações econômicas podem impactar os resultados dos bancos e fundos de investimentos. Embora a União Europeia esteja preparada para enfrentar essas dificuldades, a deterioração financeira de qualquer um desses países pode prejudicar a recuperação das economias do mundo todo e, indiretamente, a recuperação do Brasil. Embora tenhamos operações e investimentos internacionais em alguns países da Europa afetados pela crise financeira, nossa exposição aos títulos soberanos dos países GIIPE e às instituições financeiras e outras companhias, pequenas empresas e pessoas físicas domiciliadas nesses países não é significativa se comparada com o ativo total ou patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, nossa exposição de crédito bruta às entidades (inclusive governos) domiciliadas nos países GIIPE representou 0,366% e 3,980% do nosso ativo total e patrimônio líquido, respectivamente.

A economia dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, com uma desaceleração de 3,0% em 2010. A produção foi impulsionada pelos bens duráveis seguindo a normalização da cadeia de abastecimento do Japão após o terremoto e o tsunami no início de 2011. O aumento dos gastos do consumidor permaneceu estável em consequência da reação das famílias ao baixo crescimento da renda real. A inflação desacelerou no quarto trimestre de 2011. Acreditamos que o crescimento econômico nos Estados Unidos permanecerá modesto em 2012, considerando que: (i) as famílias voltarão a aumentar sua taxa de poupança nos próximos trimestres; (ii) a política fiscal permanecerá restritiva em 2012; e (iii) a crise da dívida da Europa deverá impactar as exportações dos Estados Unidos e a situação financeira em geral.

Por fim, os mercados emergentes, inclusive o Brasil e a China, estão enfrentando os primeiros sinais de desaceleração do crescimento. O governo chinês está gradualmente saindo de uma política de aperto para uma posição mais flexível. Do mesmo modo, o Banco Central do Brasil deu início a um ciclo de afrouxamento monetário. Embora a expectativa de crescimento seja menor para 2012, os mercados emergentes devem ter um desempenho melhor do que os mercados desenvolvidos.

Os resultados das nossas operações desde o último trimestre de 2008 foram afetados parcial e negativamente pela crise global nos mercados financeiros. Os problemas fiscais das economias desenvolvidas, a morosidade dos países desenvolvidos e a inflação e outros problemas nas economias em desenvolvimento podem ter impacto no futuro crescimento do Brasil e, consequentemente, no resultado das nossas operações.

Condições econômicas, políticas e sociais do Brasil

Na qualidade de banco brasileiro cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. Nos últimos anos, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia, com crescimento médio do produto interno bruto, ou PIB, de cerca de 4,2% a.a. de 2004 a 2010, o que levou a um aumento nos empréstimos e depósitos bancários. A tendência de queda da inflação até recentemente permitiu que o Banco Central afrouxasse a

SELIC pagável aos detentores de títulos emitidos pelo governo brasileiro e negociados através do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, do valor mais alto, de 17,75%, em dezembro de 2004, para o mais baixo, de 8,75%, em julho de 2009. O Banco Central começou a reduzir a taxa SELIC em agosto em resposta ao receio de uma desaceleração da economia brasileira causada pelo cenário internacional. Desde então, o governo já cortou a taxa SELIC em 200 pontos-base, ficando em 10,50% em janeiro de 2012. Como proporção do PIB, o empréstimo bancário cresceu de 45,2% em dezembro de 2010 para 49,1% em dezembro de 2011. Além disso, para estimular a atividade interna, o governo reduziu as alíquotas do IPI para eletrodomésticos e veículos. Poderá haver outras reduções de alíquotas de impostos para estimular a economia brasileira.

Ainda há preocupações quanto à aceleração da inflação: o índice de inflação em 2011 está muito acima do nível registrado em 2010, refletindo não apenas os altos preços das commodities em 2011, mas também o superaquecimento do mercado de trabalho e a inércia inflacionária. O Índice de Preços ao Consumidor, ou IPCA, chegou a 6,5% em 2011, em comparação a 5,9% em 2010. Se a inflação continuar a subir, a renda das famílias pode diminuir em termos reais, resultando, portanto, em índices mais altos de inadimplência no sistema bancário brasileiro. Além disso, temos observado certa deterioração nas operações de crédito de curso anormal nos mercados de micro e pequenas empresas, principalmente devido ao aumento na taxa de juros e de outras medidas macroprudenciais tomadas pelo Banco Central.

Em 2010, o Brasil apresentou um forte crescimento e o PIB chegou a 7,5%. Isto aconteceu essencialmente devido ao reaquecimento da economia brasileira a partir do crescimento negativo de 2009, e também ao resultado da rápida expansão da demanda interna, desencadeada principalmente pela recuperação do consumo e despesas de investimento, bem como pelas despesas decorrentes de incentivos fiscais em 2010. No entanto, o crescimento do PIB brasileiro sofreu uma desaceleração de 2,7% em 2011. O crescimento moderado foi resultado da desaceleração global, das medidas macroprudenciais tomadas no final de 2010 pelo governo brasileiro e do aperto fiscal e monetário. O mercado de crédito brasileiro apresentou crescimento moderado no ano anterior e sofreu o impacto dos efeitos das medidas macroprudenciais e do aperto da política monetária em 2010. Os novos empréstimos ao consumidor subiram 4,4% em termos reais em 2011 em comparação com 2010, após o crescimento de 15,4% em 2010 em comparação com 2009. De modo similar, os novos empréstimos corporativos no Brasil aumentaram 1,4% em 2011 com relação a 2010 e 2,5% com relação a 2009.

O atual déficit em conta corrente (saldo líquido da comercialização de produtos e serviços e transferências internacionais) chegou a 2,12% do PIB em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 2,21% em 2010. A solvência externa do Brasil melhorou consideravelmente, com US$352 bilhões em reservas internacionais e US$297,3 bilhões de dívida externa em 31 de dezembro de 2011. O passivo externo do Brasil, excluindo-se os investimentos estrangeiros diretos (principalmente carteiras de investimento) caiu de US$828 bilhões em 31 de dezembro de 2010 para US$784 bilhões em 31 de dezembro de 2011. Além disso, o Banco Central comprou US$47,6 bilhões no mercado externo à vista até janeiro de 2012. Os resultados recentes da balança de pagamentos poderiam aumentar a volatilidade da taxa de câmbio, podendo afetar os nossos resultados. Consulte “Alguns Efeitos das Taxas de Câmbio sobre Nossa Receita Financeira Líquida”.

Também estamos expostos a alterações na política fiscal e normativa, que às vezes são adotadas no curto prazo. Por exemplo, em outubro de 2010, o governo brasileiro aumentou a alíquota de IOF/Câmbio aplicável às operações de câmbio realizadas por residentes estrangeiros para investir nos mercados de capitais e financeiros do Brasil, para 6,0%. A alíquota de IOF/Câmbio sobre operações de câmbio foi alterada recentemente e atualmente é de 0,38%, com algumas exceções à regra geral. Consulte “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão – Tributação – Imposto Sobre Operações Financeiras”.

Em julho de 2011, com a promulgação da Medida Provisória no 539 e o Decreto do Executivo no 7.536, o governo impôs uma alíquota de IOF de 1% sobre as posições líquidas de derivativos de contribuintes que aumentaram a sua posição vendida líquida na taxa de câmbio dólar dos EUA/real. Estas medidas reduziram a liquidez no mercado cambial, contribuindo para aumentar a volatilidade da taxa de câmbio do dólar dos EUA /real, que estava cotada a R$1.7468 para US$1,00 em 31 de janeiro de 2012, em comparação a R$1,56 para US$1,00 em 30 de junho de 2011. O aumento da aversão ao risco, juntamente com a interrupção no processo de enfraquecimento do dólar no mundo inteiro, contribuiu para esta movimentação.

Além disso, em 2008 a CPMF foi abolida; entretanto, existe o risco de ela ser cobrada novamente. Em julho de 2011, o governo brasileiro reiniciou as intervenções no mercado cambial por meio de medidas administrativas, exigindo que os bancos depositassem no Banco Central o equivalente a 60% das suas posições spot vendidas líquidas em dólar que ultrapassassem US$1 bilhão.

E ainda várias mudanças regulatórias do setor bancário interno estão sendo avaliadas, tais como limites para pacotes de remuneração das instituições financeiras, divulgação adicional de operações com

derivativos e outras modificações aos modelos de exigência de capital. Essas mudanças têm potencial para afetar adversamente nossas operações e rentabilidade.

Em 30 de abril de 2008, a Standard & Poor's Rating Services elevou o rating da dívida soberana em moeda estrangeira do Brasil de BB+ para BBB- elevando o Brasil ao grau de investimento. Em 17 de novembro de 2011, a S&P também elevou o Brasil para BBB. Em 29 de maio de 2008, a Fitch Ratings seguiu o mesmo caminho e elevou o Brasil ao grau de investimento, aumentando o rating de BB+ para BBB- e, em 4 de abril de 2011, para BBB. Em 22 de setembro de 2009, a Moody's Investors Service Inc. elevou o rating soberano do Brasil de Ba1 para Baa3 e em 20 de junho de 2011, atualizou-o para Baa2. Estas atualizações contribuíram para aumentar ainda mais o ingresso de capital estrangeiro, o que fortaleceu o real.

A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, as taxas de inflação, a variação na taxa de câmbio e as taxas de juros no Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009, 2008 e 2007:

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2011	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**
Aumento real do PIB %(1)	2,7	7,5	(0,3)	5,2	6,1
Taxa de inflação %(2)	5,0	11,3	(1,4)	9,1	7,9
Taxa de inflação %(3)	6,5	5,9	4,3	5,9	4,5
Variação na taxa de câmbio %(R$/US$)(4)	(11,2)	4,5	34,2	(24,2)	20,7
TR – taxa de juros de referência %(5)	1,07	0,66	0,20	2,27	0,85
CDI – taxa de juros interbancária %(5)	10,87	10,64	8,61	13,49	11,11
SELIC – taxa de juros overnight %(5)	10,90	10,66	8,65	13,66	11,18
CDS 5 anos(6)	161,6	111,3	122,5	300,5	103,0

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("**IBGE**")

(2) Fonte: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna ou "**IGP-DI**", publicado pela Fundação Getulio Vargas.

(3) Fonte: IPCA, publicado pelo IBGE.

(4) Fonte: Banco Central (taxas acumuladas no período, números negativos significam desvalorização do real brasileiro).

(5) Fonte: Banco Central (final do período). Taxa de juros em 2011 - % por ano.

(6) Fonte: Bloomberg (final do período). Swap de crédito (Credit Default Swap – CDS) é uma medida do risco-país (pontos base).

Alguns efeitos das taxas de câmbio sobre nossa receita financeira líquida

A variação do real pode afetar nossa receita financeira líquida. Um determinado valor dos nossos ativos e passivos financeiros estão expressos em moeda estrangeira – principalmente em dólar dos EUA – ou a elas indexadas. Quando o real se deprecia, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívida de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos EUA, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta. Ao mesmo tempo, registramos ganhos nos ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar dos EUA devido a uma maior receita financeira referente a tais ativos, medida em reais. Quando há uma valorização do real, os efeitos são opostos aos descritos acima. Consequentemente, a administração do gap em moedas estrangeiras pode ter efeito material sobre o nosso lucro líquido. A administração do gap em moedas estrangeiras também considera os efeitos fiscais dessas posições. Como os lucros da variação da taxa de câmbio de investimentos no exterior não são tributáveis, nosso objetivo é manter hedge suficiente (posição passiva em derivativos em moeda estrangeira) para reduzir os possíveis efeitos da nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida dos efeitos fiscais.

Exceto quando indicado, o "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" refere-se às nossas taxas de juros e rendimentos anuais. As taxas de juros citadas são medidas em reais e incluem o efeito da variação do real frente a moedas estrangeiras.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de banco de varejo e cartão de crédito apresentam alguma sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Também temos alguma sazonalidade nas nossas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança do início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

Discussão das principais políticas contábeis

Aspectos Gerais

A elaboração das demonstrações contábeis incluídas neste relatório anual envolve algumas premissas que são derivadas da experiência histórica e de diversos outros fatores que considerávamos razoáveis e relevantes. Embora revisemos essas projeções e estimativas no curso normal dos negócios, a representação de nossa situação financeira e o resultado das operações frequentemente exige que nossa administração tome decisões sobre assuntos que são incertos por natureza. A discussão a seguir descreve as áreas que requerem mais julgamento ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação das políticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e os resultados das nossas operações. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados segundo diferentes variáveis, premissas ou condições. A Nota 2 às nossas demonstrações contábeis consolidadas inclui um resumo das políticas e métodos contábeis significativos usados na elaboração das demonstrações.

Uso de estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com o que o IFRS exige que a administração faça estimativas e parta de premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos e a divulgação de passivos contingentes na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os valores informados de receita e despesa, ganhos e perdas durante o período de relatório e o subseqüente, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos com base nessas estimativas e premissas.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com o IFRS e representam as melhores estimativas atuais feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e consideram a experiência passada e outros fatores.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a nossa estimativa de prováveis perdas inerentes da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. A metodologia usada para determinar essa provisão é descrita com mais detalhes no “Item 4B. Visão Geral dos Negócios – Informações Estatísticas Selecionadas – Processo de Aprovação de Crédito - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.” A fim de determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma carteira é classificada em duas categorias, a respeito das quais são utilizadas metodologias específicas para estimar os prejuízos inerentes. Os empréstimos analisados individualmente (que correspondem ao nosso segmento de Pessoas Jurídicas) são analisados dessa forma para verificação da perda do valor recuperável (“impairment”). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa. Para os empréstimos ao qual essa hipótese não se aplica, os empréstimos são classificados por meio de classificações baseadas em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, o que envolve julgamentos na identificação dos fatores de risco e na atribuição de uma classificação. Os empréstimos analisados com base na carteira (que correspondem as nossas carteiras, na América Latina de pessoas físicas, pequenas e médias empresas e empréstimos no exterior), quando apropriado, são ainda subdivididos em classes, com base em seus riscos e características subjacentes, sendo que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por categoria com base na experiência histórica, o que também envolve julgamentos e premissas. Muitos fatores afetam a estimativa do intervalo de perdas em cada uma das classes cuja provisão é estimada para a carteira como um todo, tais como a metodologia usada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico relevante a ser considerado. Ademais, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, tendências de qualidade de crédito, volume e crescimento verificados em cada subcategoria e as condições econômicas específicas que afetam cada subcategoria. O saldo total de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 era de R$ 23.873 milhões e R$ 19.994 milhões, respectivamente, e registramos uma provisão para créditos de liquidação duvidosa na nossa demonstração de resultado de R$ 20.038 milhões e R$ 15.547 milhões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de negociação, disponíveis para venda e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, sendo seu valor justo correspondente mostrado nas notas das demonstrações contábeis consolidadas. O total dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo

em 31 de dezembro de 2011 são ativos no montante de R$ 178.339 milhões (R$ 168.119 milhões em 31 de dezembro de 2010), dos quais R$ 8.754 milhões são derivativos (R$ 7.777 milhões em 31 de dezembro de 2010) e passivos no montante R$ 9.562 milhões (R$ 7.006 milhões em 31 de dezembro de 2010), dos quais R$ 6.747 milhões são derivativos (R$ 5.671 milhões em 31 de dezembro de 2010). Apuramos os valores justos de nossos instrumentos financeiros com base no IAS 39, que define o valor justo como a quantia pela qual o ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transações sem favorecimento. De acordo com o IFRS 7, há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros e priorizamos o uso dos dados disponíveis em um nível mais alto antes de usar os dados em um nível inferior na hierarquia. Os dados observáveis do Nível 1 refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos; os dados do Nível 2 são dados, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis para o ativo ou passivo; dados do Nível 3 são dados para o ativo e passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Para os instrumentos classificados nos Níveis 1 e 2, onde os dados baseiam-se principalmente nos dados observáveis do mercado, há menos decisões a tomar para se chegar à mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados no Nível 3 da hierarquia, os julgamentos são mais importantes. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento dentro do nível 3, a administração deve, primeiro, determinar o modelo apropriado a ser adotado. Em segundo lugar, devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, a administração deve avaliar todos os dados empíricos relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão da administração deve ser realizada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, a nossa capacidade de obter crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora acreditemos que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles das demais instituições do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação. Os títulos classificados como nível 3 em 31 de dezembro de 2011 e 2010 somaram R$ 1.886 milhões e R$ 1.806 milhões, respectivamente, e a posição líquida de derivativos somou R$ 205 milhões e R$ 150 milhões, respectivamente. Para informações adicionais veja a Nota 30 às nossas demonstrações contábeis consolidadas. Também é necessário julgamento para determinar se existe evidência objetiva de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros sofreu perda do valor recuperável. Se houver evidência de perda do valor recuperável para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração de resultado consolidada. Os fatores usados pela administração para concluir se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro sofreu perda do valor recuperável incluem principalmente o período observado e perda, o grau de perda, se seremos obrigados a vender os títulos antes da recuperação e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário.

Alterações significativas nas normas contábeis

Consulte a Nota 2.2 às nossas demonstrações contábeis consolidadas para informações sobre as mudanças significativas nas normas contábeis.

Resultado das Operações do Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nosso lucro líquido consolidado era de R$13.837 milhões e nosso patrimônio líquido total era de R$73.941 milhões.

O saldo de transações de crédito foi de R$346.264 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 17,4% se comparado a 31 de dezembro de 2010. O crédito a pessoas físicas aumentou 18,7%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 14,3%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 2011, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de crédito por meio de empréstimos por cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário e crédito para médias empresas, sendo que o crédito a pessoas físicas registrou maior aumento do que os outros segmentos. Destacamos que as carteiras de crédito imobiliário e rural (que são créditos exigidos por lei) são apresentadas em créditos à pessoa física ou jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente.

As perdas com créditos e sinistros são a soma das despesas com a provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperação de créditos baixados como prejuízo e despesas com sinistros. Em 2011, nossas perdas com créditos e sinistros cresceram de R$12.938 milhões em 2010 para R$16.072 milhões em 2011, um aumento de R$3.134 milhões, ou 24,2%, devido principalmente ao aumento das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e, em menor grau, devido ao aumento das despesas com sinistros, compensado parcialmente pelo crescimento da recuperação de créditos baixados como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2011, o índice de operações de crédito em curso anormal, com atraso de 90 dias, como uma porcentagem do total da nossa carteira de crédito subiu para 4,9% em relação aos 4,2% de 31 de dezembro de 2010. Os créditos em renegociação, inclusive aqueles com pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, subiram para 4,2% do total da carteira em 31 de dezembro de 2011, em comparação aos 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

Projeto Eficiência

Finalizada a integração das agências do Itaú e do Unibanco em 2010, implantamos o "Projeto Eficiência" em 2011, que propicia a gestão orçamentária e o acompanhamento matricial dos custos e receitas, o estabelecimento de metas para cada unidade de negócio e a promoção de uma forte cultura de eficiência operacional.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a conclusão da integração, conseguimos aprimorar nossos processos e, consequentemente, ampliar o volume de serviços e aumentar a nossa base de clientes, mantendo a qualidade dos serviços. Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução da inadimplência, principalmente devido a uma melhora na qualidade da carteira de crédito de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como prejuízo. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira.

Resultado das operações

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Produto Bancário	**74.276**	**69.415**	**4.861**	**7,0%**
Receita de Juros e Rendimentos	97.352	77.818	19.534	25,1%
Despesa de Juros e Rendimentos	(55.599)	(36.840)	(18.759)	50,9%
Receita de Dividendos	361	326	35	10,7%
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	1.251	2.862	(1.611)	-56,3%
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	4.998	1.824	3.174	174,0%
Receita da Prestação de Serviços	19.410	17.092	2.318	13,6%
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização Antes das Despesas com Sinistros e Comercialização	5.345	4.923	422	8,6%
Outras Receitas	1.158	1.410	(252)	-17,9%
Perdas com Créditos e Sinistros	**(16.072)**	**(12.938)**	**(3.134)**	**24,2%**
Despesa de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.038)	(15.547)	(4.491)	28,9%
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	5.477	4.195	1.282	30,6%
Despesas com Sinistros	(1.511)	(1.586)	75	-4,7%
Margem Operacional	**58.204**	**56.477**	**1.727**	**3,1%**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(39.953)**	**(38.447)**	**(1.506)**	**3,9%**
Despesas Gerais e Administrativas	(35.674)	(34.632)	(1.042)	3,0%
Despesas Tributárias	(4.166)	(4.164)	(2)	0,0%
Resultado de Participação Sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	(113)	349	(462)	-132,4%
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**18.251**	**18.030**	**221**	**1,2%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(6.956)	(4.042)	(2.914)	72,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.315	(1.494)	4.809	-321,9%
Lucro Líquido	**14.610**	**12.494**	**2.116**	**16,9%**
Lucro Líquido Atribuível a Acionistas Não Controladores	773	786	(13)	-1,7%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	**13.837**	**11.708**	**2.129**	**18,2%**

Receita de Juros

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa receita de juros referentes a 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Receita de juros e rendimentos				
Juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil	58.492	50.693	7.799	15,4%
Juros sobre depósitos interfinanceiros	890	824	66	8,1%
Juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central	9.182	4.025	5.157	128,1%
Juros sobre aplicações em operações compromissadas	9.961	9.940	21	0,2%
Juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação	14.676	8.028	6.648	82,8%
Juros e dividendos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	2.888	2.997	(109)	-3,6%
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	360	456	(96)	-21,0%
Outros ativos	903	855	48	5,7%
Total da receita de juros e rendimentos	**97.352**	**77.818**	**19.534**	**25,1%**

Produto Bancário

O produto bancário é composto pela soma de receitas de juros e rendimentos, despesas de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquida de ativos e passivos financeiros, resultados cambiais e variação cambial de transações, receita de prestação de serviços, receita de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e de venda, e outras receitas.

Receita de juros e rendimentos

O aumento de R$ 19.534 milhões ou 25,1% nas receitas financeiras em 2011 deve-se, principalmente, ao aumento do saldo da carteira de operações de empréstimos e arrendamento mercantil, dos ativos e títulos mantidos até o vencimento e, em menor grau, dos depósitos compulsórios no Banco Central.

A receita de juros e rendimentos é o subtotal de linhas individuais, juros sobre operações de crédito, juros sobre aplicações em depósitos interfinanceiros, juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central, juros sobre aplicações no mercado aberto, juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação, juros e dividendos sobre ativos financeiros disponíveis para venda, juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento e outros ativos.

Receita das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

A tabela abaixo mostra o desempenho das operações de crédito, sendo os empréstimos classificados por tipo de cliente (pessoas físicas e pessoas jurídicas), subdivididos ainda por tipo de produto, para pessoas físicas, e por porte de cliente, para pessoas jurídicas. Adicionalmente, a tabela a seguir apresenta o saldo das operações de crédito na América Latina das nossas subsidiárias for a do Brasil (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai).

	Em 31 de dezembro				Variação (%)	
	2011		2010			
	(em milhões de *R$*, exceto porcentagens)					
Crédito a pessoa física	**148.127**	**42,8%**	**124.787**	**42,3%**	**23.340**	**18,7%**
Cartão de crédito	38.961	11,3%	33.041	11,2%	5.920	17,9%
Empréstimo pessoal	35.253	10,2%	23.528	8,0%	11.725	49,8%
Veículo	60.463	17,5%	60.151	20,4%	312	0,5%
Crédito imobiliário	13.450	3,9%	8.067	2,7%	5.383	66,7%
Crédito a pessoa jurídica	**178.878**	**51,7%**	**156.533**	**53,1%**	**22.345**	**14,3%**
Pequenas e médias empresas	85.649	24,7%	79.950	27,1%	5.699	7,1%
Grandes empresas	93.229	26,9%	76.583	26,0%	16.646	21,7%
Unidades externas e América Latina	**19.259**	**5,6%**	**13.517**	**4,6%**	**5.742**	**42,5%**
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	**346.264**	**100,0%**	**294.837**	**100,0%**	**51.427**	**17,4%**

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiram o impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31

de dezembro de 2011, o real depreciou-se 12,6% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar.

Em 2011, observamos um aumento na taxa de CDI de 9,8% para 11,6%, que causou impactos nos custos e nas receitas de muitos dos nossos ativos e passivos.

Os juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil totalizaram R$58.492 milhões em 2011, um aumento de R$7.799 milhões, ou 15,4% em relação a 2010. Este aumento foi principalmente ocasionado pelo crescimento no volume médio de operações de crédito e arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de operações de crédito era de R$346.264 milhões, um aumento de 17,4% em comparação a 31 de dezembro de 2010. O crédito a pessoa física registrou aumento de 18,7%, enquanto o crédito a pessoa jurídica aumentou 14,3% em comparação a 31 de dezembro de 2010. Em 2011, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume dos empréstimos relacionados a cartão de crédito, empréstimos pessoais, crédito imobiliário e crédito para empresas de médio porte, sendo que os empréstimos pessoais cresceram a uma taxa mais elevada do que os outros segmentos. Destacamos que as carteiras de crédito imobiliário e de crédito rural (que são operações de crédito exigidas pelos órgãos reguladores) estão incluídas em crédito a pessoa física e jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente.

O crédito a pessoa física totalizou R$148.127 milhões em 2011 um aumento de R$23.340 milhões, ou 18,7%, comparado com 2010. Esse aumento foi resultado principalmente de um crescimento de 49,8% em empréstimos pessoais, totalizando R$35.253 milhões, principalmente devido à conclusão de integração de sistemas no final de 2010, que possibilitou melhor utilização dos dados de correntistas do Unibanco em 2011. O crédito imobiliário apresentou crescimento de 66,7% em 2011 em comparação com 2010, totalizando R$13.450 milhões, como resultado do ambiente econômico favorável no Brasil. As operações com cartão de crédito aumentaram 17,9%, totalizando R$38.961 milhões em 2011, devido à crescente e contínua popularidade desse produto, em virtude da sua praticidade e segurança. O empréstimo relacionado às operações com cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante que usamos para adquirir novos clientes, em particular, pessoas com baixa renda. As operações de financiamento de veículos aumentaram 0,5% em 2011, em comparação a 2010, totalizando R$60.463 milhões principalmente como resultado do baixo crescimento global deste mercado no Brasil, principalmente devido às medidas macroprudenciais adotadas pelo governo no final de 2010.

Os créditos as pessoas jurídicas totalizaram R$178.878 milhões em 2011, o que corresponde a um aumento de R$22.345 milhões, ou 14,3% em comparação a 2010. Os empréstimos concedidos pequenas e médias empresas aumentaram R$5.699 milhões, ou 7,1% em 2011 em relação a 2010, totalizando R$85.649 milhões. Os empréstimos concedidos as grandes empresas aumentaram R$16.646 milhões, ou 21,7% em relação a 2010, totalizando R$93.229 milhões. Devido à nossa estratégia de crescimento em medias e grandes empresas em 2011.

O saldo dos empréstimos estrangeiros das nossas operações na América Latina, for a do Brasil (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) totalizou R$19.259 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 42,5% em relação a 31 de dezembro de 2010, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e a flutuação do real contra várias dessas moedas.

Juros sobre depósitos interbancários

Os juros sobre depósitos interbancários totalizaram R$890 milhões em 2011, um aumento de R$66 milhões, ou 8,1% em relação a 2010. Este aumento foi devido principalmente ao aumento no saldo médio desses depósitos, que é administrado pelo nosso departamento de tesouraria.

Juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central

Os juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central totalizaram R$9.182 milhões em 2011, um aumento de R$5.157 milhões em relação a 2010. Em dezembro de 2010, este aumento foi causado principalmente pelas elevações nos níveis de depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central para restaurar os níveis de depósitos compulsórios antes da crise financeira internacional de 2008, quando o Banco Central diminuiu os valores exigidos para os depósitos compulsórios e também para ajudar a controlar a inflação e o crescimento do crédito no Brasil.

Juros sobre aplicações em operações compromissadas

Os juros sobre aplicações em operações compromissadas totalizaram R$9.961 milhões em 2011, um aumento de R$21 milhões ou 0,2% em relação a 2010. Este aumento ocorreu devido, principalmente, a uma taxa de juros/rentabilidade mais alta sobre as aplicações em operações compromissadas em relação a 2010.

Juros sobre ativos financeiros de negociação

Nossa receita de juros sobre ativos de negociação totalizou R$14.676 milhões em 2011, um aumento de R$6.648 milhões ou 82,8% em relação a 2010. Esse aumento deveu-se fundamentalmente a um aumento no saldo médio dos ativos de negociação e na taxa/rentabilidade média para ativos de negociação em relação a 2010, que é gerenciado pelo nosso departamento de tesouraria.

Juros sobre títulos disponíveis para venda e ativos financeiros

Os juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda totalizaram R$2.888 milhões em 2011, o que representou uma redução de R$109 milhões ou 3,6% em comparação a 2010. Essa diminuição em 2011 em relação a 2010 deveu-se principalmente à redução na taxa/rentabilidade média dos títulos disponíveis para venda, que foi parcialmente compensada por um aumento no saldo médio de títulos disponíveis para venda.

Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento

A receita financeira de ativos financeiros mantidos até o vencimento totalizou R$360 milhões em 2011, uma redução de R$96 milhões, ou 21,0% em comparação a 2010. Esta redução ocorreu principalmente devido à redução da taxa/rentabilidade média de títulos mantidos até o vencimento, que foi parcialmente compensada pela elevação no saldo médio dos títulos mantidos até o vencimento.

Juros sobre outros ativos financeiros

Os juros sobre outros ativos financeiros totalizaram R$903 milhões, um aumento de R$48 milhões, ou 5,7% em comparação a 2010. Este aumento ocorreu principalmente devido ao crescimento de outras receitas operacionais.

Despesas de Juros

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de juros em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
Despesa de juros e rendimentos	**(em milhões de R$, exceto porcentagens)**			
Juros sobre depósitos	14.757	12.245	2.512	20,5%
Juros sobre captações no mercado aberto	22.133	15.774	6.359	40,3%
Mercado interbancário	5.536	2.100	3.436	163,6%
Recursos do mercado institucional	7.934	2.683	5.251	195,7%
Provisão para seguro e previdência e Passivos de planos de capitalização	5.239	4.038	1.201	29,8%
Total da despesa de juros	**55.599**	**36.840**	**18.759**	**50,9%**

As despesas financeiras totalizaram R$55.599 milhões em 2011, um aumento de R$18.759 milhões, ou 50,9%, em comparação a 2010, principalmente devido a uma elevação nas despesas financeiras de captações no mercado aberto e de dívida no mercado institucional.

Juros sobre depósitos

Os juros sobre depósitos foram de R$14.757 milhões em 2011, um aumento de R$2.512 milhões ou 20,5% em comparação a 2010. O aumento no saldo médio dos depósitos resultou em uma elevação nas despesas de R$1.727 milhões em 2011 e o aumento na taxa/rentabilidade média resultou em uma elevação nas despesas de R$785 milhões. Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio - Informações Estatísticas Selecionadas - Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros.”

Juros sobre captações no mercado aberto

Os juros sobre captações no mercado aberto alcançaram R$22.133 milhões em 2011, um aumento de R$6.359 milhões, ou 40,3%, em comparação a 2010. O crescimento do saldo médio das captações no mercado aberto resultou em um aumento nas despesas de R$4.119 milhões em 2011 e o crescimento da taxa/rentabilidade média resultou em um aumento nas despesas de R$2.240 milhões associado à nossa estratégia de administração de liquidez.

Dívida do Mercado interbancário

As despesas de juros no mercado interbancário totalizaram R$5.536 milhões em 2011, um aumento de R$3.436 milhões, ou 163,6%, em comparação a 2010. Este aumento foi causado principalmente pela elevação do saldo médio dos recursos do mercado interbancário, que resultou em um crescimento nas despesas de R$1.424 milhões, e a um aumento da taxa/rentabilidade média que aumentou as despesas em R$2.011 milhões. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio - Informações Estatísticas Selecionadas - Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros."

Dívida do Mercado institucional

As despesas de juros no mercado institucional totalizaram R$7.934 milhões em 2011, um aumento de R$5.251 milhões, ou 195,7%, em comparação a 2010. Este aumento ocorreu principalmente devido à elevação na taxa/rentabilidade média, que resultou em um crescimento das despesas de R$4.463 milhões, e à elevação no saldo médio da dívida no mercado institucional, que aumentou as despesas em R$789 milhões. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio - Informações Estatísticas Selecionadas - Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros."

Despesas financeiras de Provisões para seguro, planos de previdência e de capitalização

As despesas finaceiras de juros de provisões para seguro, planos de previdência e de capitalização totalizaram R$5.239 milhões em 2011, um aumento de R$1.201 milhões, ou 29,8%, em comparação a 2010. Este aumento ocorreu principalmente devido ao crescimento do saldo médio das provisões para seguro, previdência e capitalização de R$921 milhões, e ao aumento de R$281 milhões devido à elevação na taxa/rentabilidade média. Consulte o "Item 4B. Visão Geral do Negócio - Informações Estatísticas Selecionadas - Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros."

Outras Receitas decorrente de juros

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da receita não decorrente de juros em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Outras Receitas decorrente de juros				
Receita de dividendos	361	326	35	10,7%
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1.251	2.862	(1.611)	-56,3%
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	4.998	1.824	3.174	174,0%
Total da receita não decorrente de juros	**6.610**	**5.012**	**1.598**	**31,9%**

Em 2011, as outras receitas não financeiras totalizaram R$6.610 milhões, um aumento de R$1.598 milhões, ou 31,9%, em comparação a 2010. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento de R$3.174 milhões em resultados cambiais e variação cambial de transações, que foi parcialmente compensado por uma redução de R$1.611 milhões no resultado líquido de ativos e passivos financeiros relacionada principalmente à nossa estratégia de gestão de risco e administração de gaps, em especial aqueles associados a instrumentos derivativos utilizados para proteger os nossos investimentos no exterior.

Receita de dividendos

A receita de dividendos totalizou R$361 milhões em 2011, um aumento de R$35 milhões em relação a 2010, devido a um aumento na receita proveniente de dividendos recebidos de outras empresas.

Resultado líquido de ativos e passivos financeiros

O resultado líquido de ativos e passivos financeiros foi um ganho de R$1.251 milhões em 2011 em comparação a um ganho de R$2.862 milhões em 2010, relacionado principalmente à nossa estratégia de

gestão de risco e administração de gaps, em especial aqueles associados a instrumentos derivativos utilizados para proteger os nossos investimentos no exterior.

Resultados cambiais e variação cambial de transações

Os resultados cambiais e a variação cambial de transações totalizaram R$4.998 milhões, um aumento de R$3.174 milhões ou 174,0% em relação a 2010, devido principalmente à desvalorização do real face ao dólar.

Receitas não financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa receita não decorrente de juros referentes a 2011 e 2010.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2011	**2010**	**2011-2010**	**%**
Receitas não financeiras				
Receita de prestação de serviços	19.410	17.092	2.318	13,6%
Receitas de prêmios de seguros, planos de previdência privada e capitalização	5.345	4.923	422	8,6%
Outras receitas não financeiras	1.158	1.410	(252)	-17,9%
Total de Receitas não financeiras	**25.913**	**23.425**	**2.488**	**10,6%**

Em 2011, a receita não financeira totalizou R$25.913 milhões, um aumento de R$2.488 milhões, ou 10,6%, em comparação a 2010. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento de R$2.318 milhões em receita de prestação de serviços, que foi parcialmente compensado por uma redução de R$252 milhões em outras receitas não financeiras.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços atingiu R$19.410 milhões em 2011, um aumento de R$2.318 milhões, ou 13.6% em comparação a 2010. Este aumento deveu-se principalmente à elevação da receita com tarifas de cartão de crédito, que aumentou 16,2%, de R$6.408 milhões em 2010 para R$7.446 milhões em 2011, devido principalmente à elevação das tarifas anuais e aumento da receita de intercâmbio resultante do crescimento no volume de transações devido às vendas de final de ano e ao aumento no número de transações com cartão de crédito. Consulte a Nota 23 para obter mais detalhes.

Receitas de prêmios de seguros, planos de previdência privada e capitalização

As receitas de prêmios de seguros e de planos de previdência privada e de capitalização, líquidas da variação nas provisões para seguro e previdência, totalizaram R$5.345 milhões em 2011, um aumento de R$422 milhões, ou 8,6%, comparado a 2010. Este aumento ocorreu principalmente devido ao aumento nas receitas de prêmios de seguros e planos de previdência privada e, em menor grau, pelo aumento na receita de planos de capitalização, que foi parcialmente compensado pelo aumento nas provisões para seguro e previdência.

Outras receitas não financeiras

Outras receitas não financeiras totalizaram R$1.158 milhões em 2011, uma diminuição de R$252 milhões, ou 17,9%, em relação a 2010. A redução foi resultado, principalmente, de uma reversão de provisões operacionais em 2010.

Perdas com empréstimos e sinistros

Perdas com empréstimos e sinistros correspondem à soma das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperação de créditos baixados como perdas, despesas com sinistros. Em 2011, nossas perdas com empréstimos e sinistros aumentaram de R$12.938 milhões em 2010 para R$16.072 milhões em 2011, um aumento de R$3.134 milhões, ou 24,2%, devido principalmente ao aumento das

despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e, em menor grau, ao aumento das despesas com sinistros, o que foi parcialmente compensado pela recuperação de créditos baixados como perdas.

Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R$20.038 milhões em 2011, um aumento de R$4.491 milhões, ou 28,9%, em comparação a 2010. Consulte a Nota 11.b para obter mais detalhes.

No decorrer de 2011, a qualidade dos ativos de nossa carteira de crédito caiu em comparação com o ano anterior. Em 2011, os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional, que se espalharam por muitos setores, resultaram no aumento de risco relativo a determinadas carteiras de crédito. Os níveis de empréstimos inadimplentes aumentaram nas carteiras de pessoas físicas e jurídicas, refletindo as condições adversas do mercado.

Recuperação de créditos baixados como perdas

A recuperação de créditos baixados como perdas aumentou de R$4.195 milhões em 2010 para R$5.477 milhões em 2011, um aumento de R$1.282 milhões, ou 30,6%, devido principalmente a maiores esforços de cobrança.

Despesas com sinistros

As despesas com sinistros diminuíram de R$1.586 milhões em 2010 para R$1.511 milhões em 2011, uma redução de R$75 milhões, ou 4,7%, devido principalmente a melhorias nos segmentos de seguro de vida e acidente pessoal.

Margem operacional

A margem operacional corresponde à soma de produtos bancários e perdas com créditos e sinistros. A margem operacional aumentou R$1.727 milhões, ou 3,1%, totalizando R$58.204 em 2011, devido ao crescimento de 7% no produto bancário, compensado parcialmente pelo aumento de 24,2% nas perdas com créditos e sinistros.

Despesas não decorrentes de juros

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das despesas não decorrentes de juros em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)			
Despesas não decorrentes de juros	**(35.674)**	**(34.632)**	**(1.042)**	**3,0%**
Despesas de pessoal	(13.373)	(13.007)	(366)	2,8%
Despesas administrativas	(12.490)	(12.350)	(139)	1,1%
Amortização de ativos intangíveis	(984)	(978)	(6)	0,6%
Despesas de comercialização de seguros	(1.268)	(1.330)	61	-4,6%
Depreciação do imobilizado	(1.183)	(1.165)	(18)	1,6%
Outras despesas não decorrentes de juros	(6.376)	(5.801)	(575)	9,9%
Despesas tributárias	(4.166)	(4.164)	(3)	0,1%
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas	(113)	349	(462)	-132,4%
Total das despesas não decorrentes de juros	**(39.953)**	**(38.447)**	**(1.506)**	**3,9%**

As despesas não financeiras totalizaram R$39.953 milhões em 2011, um aumento de R$1.506 milhões, ou 3,9% em comparação a 2010. Este aumento deve-se principalmente ao aumento das despesas não decorrentes de juros e ao aumento no Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são compostas por salários e benefícios a funcionários, despesas administrativas, amortização de ativos intangíveis, despesas de comercialização de seguros, depreciação e outras despesas não decorrentes de juros.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal totalizaram R$13.373 milhões em 2011, um aumento de 2,8% em comparação com 2010. O número de funcionários diminuiu 3,2% em 2011, e a respectiva despesa aumentou menos do que o acordo coletivo que aumentou em 9,0%. Consulte a Nota 25 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram R$12.490 milhões em 2011, um aumento de R$139 milhões, ou 1,1%, em comparação a 2010. Esse aumento foi causado principalmente pelo maior volume de transações com clientes em geral e parcialmente compensado por uma redução das despesas relacionadas à migração das agências e PABs do Unibanco para a plataforma e layout do Itaú.

Amortização de ativos intangíveis

A amortização de ativos intangíveis totalizou R$984 milhões em 2011, um aumento de R$6 milhões, ou 0,6%, em relação a 2010, devido à amortização de ativos intangíveis em linha com 2010. Consulte a Nota 15 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Despesas de comercialização de seguros

As despesas com comercialização de seguros totalizaram R$1.268 milhões em 2011, uma redução de R$61 milhões, ou 4,6%, em comparação a 2010. Esta redução deveu-se principalmente a um processo mais eficiente.

Depreciação

A depreciação totalizou R$1.183 milhões em 2011, um aumento de R$18 milhões, ou 1,6%, comparado a 2010. Este aumento deveu-se à elevação do valor registrado no balanço patrimonial a respeito do imobilizado.

Outras despesas não decorrentes de juros

As outras despesas não decorrentes de juros totalizaram R$6.376 milhões em 2011, um aumento de R$575 milhões, ou 9,9%, em comparação a 2010. Este aumento deveu-se principalmente à elevação das provisões para processos cíveis (consulte a nota 31 às nossas demonstrações contábeis consolidadas), bem como ao aumento nas despesas de comercialização de cartões de crédito, em virtude do aumento da base de clientes e do volume das transações (consulte a nota 25 às nossas demonstrações contábeis consolidadas).

Despesas tributárias

As despesas tributárias totalizaram R$4.166 milhões em 2011, um aumento de R$2 milhões, ou 0,1%, em comparação com R$4.164 milhões em 2010, permanecendo praticamente estável. As despesas com PIS e COFINS aumentaram em 2011, mas foram compensadas pela redução no ISS e outras despesas tributárias.

Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas

O resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas diminuiu de um ganho de R$349 milhões em 2010 para uma perda de R$113 milhões em 2011, uma redução de R$462 milhões, ou 132,4%, devido principalmente ao menor resultado do Banco Português de Investimento, que teve lucro de R$75 milhões em 2010 e prejuízo de R$343 milhões em 2011. O investimento detido no Banco Português de Investimento foi ajustado para refletir o seu valor de mercado baseado no preço das ações nas respectivas datas de fechamento.

Imposto de renda e contribuição social correntes e imposto de renda e contribuição social diferidos

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributária e, de maneira contrária, certos montantes são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis de nossa base tributária, mas que não afetam nossa demonstração do resultado do exercício. Esses itens são conhecidos como diferenças permanentes, sendo que o total de imposto de renda e contribuição social está segregado em duas linhas diferentes: imposto de renda e contribuição social correntes

e imposto de renda e contribuição social diferidos. A primeira é uma despesa exigida pela legislação tributária brasileira do período. A segunda é resultado de diferenças permanentes.

O imposto de renda e a contribuição social do ano representaram uma despesa de R$3.641 milhões em 2011, em comparação a R$5.536 milhões no ano anterior, uma redução de 34,2%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R$3.315 milhões positivos, uma redução de R$4.809 milhões em comparação a 2010. O imposto de renda e a contribuição social correntes totalizaram R$6.956 milhões em 2011, um aumento de R$2.914 milhões, ou 72,1% em comparação a 2010. A principal razão para essa redução foi o efeito da redução das perdas com variação cambial sobre os nossos investimentos em subsidiárias no exterior e o respectivo aumento nos ganhos com instrumentos derivativos utilizados para proteger nossos investimentos em subsidiárias no exterior, conforme descrito a seguir, que foi parcialmente compensado pelo aumento da receita com as atividades bancárias.

De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e perdas de variação na taxa de câmbio dos investimentos em subsidiárias no exterior não são tributáveis – se forem ganhos – e não são dedutíveis – se forem perdas, constituindo uma diferença permanente. A partir de uma perspectiva econômica, nós fazemos hedge desses investimentos em subsidiárias no exterior por meio da utilização de passivos denominados em moeda estrangeira ou por meio da utilização de instrumentos derivativos. Os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos e nas taxas de câmbio de passivos expressos em moeda estrangeira são tributáveis ou dedutíveis, segundo a legislação tributária brasileira.

Nossas Unidades de Negócios

A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas e a Nota 33 - Informações por Segmento, e outras informações financeiras incluídas em outros itens deste relatório anual, juntamente com as informações incluídas no "Item 3A. Dados Financeiros Selecionados" e "Item 4B. Informações Estatísticas Selecionadas". A discussão a seguir contém informações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir significativamente das informações prospectivas em virtude de vários fatores, inclusive aqueles mencionados em "Aviso de Cautela Sobre as Informações Prospectivas" e o "Item 3D. Fatores de Risco."

Visão Geral

Oferecemos um amplo leque de serviços bancários a uma base diversificada de clientes pessoa física e jurídica.

Abaixo descrevemos nossos quatro segmentos operacionais: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Atividades com o Mercado e Corporação.

Banco Comercial

Nosso segmento de banco comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com grande patrimônio (private bank), pequenas empresas e empresas de médio porte Os produtos e serviços prestados pelo segmento de banco comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender às necessidades de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, buscamos ampliar constantemente o número de produtos oferecidos aos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de recursos para as operações e geram receitas financeiras e de prestação de serviços bancários significativas.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pelos serviços de banco de investimento. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

Crédito ao Consumidor

O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para clientes não correntistas e a oferta de crédito para a população de baixa renda Os negócios da operação de financiamento de veículos abrangem veículos novos, veículos usados, veículos pesados e motos. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos clientes, valendo-se da Internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

Atividades com o Mercado e Corporação

O segmento de Atividades com o Mercado e Corporação gerencia o resultado financeiro associado ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da gestão de gaps de taxas de moedas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros. Neste segmento, apresentamos também os resultados dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de apresentação das informações por segmento

Preparamos as informações por segmento com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos. Nossa alta administração utiliza uma variedade de informações para esses fins, inclusive informações financeiras preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil. Nossas informações por segmento não são preparadas de acordo com o IFRS.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento do impacto relacionado à alocação de capital com o uso de um modelo proprietário, e (ii) da apresentação da margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Para maiores detalhes sobre as nossas informações por segmento, consulte a nota 33 às demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por funding a preços de mercado estimados, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos segmentos com base no capital Nível 1 (Tier I), segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foram alocados ao segmento de atividades com o mercado e corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de juros sobre o capital próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1. O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem financeira

Adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Não se utiliza o método do hegde contábil na contabilização desses derivativos; eles são registrados pelo valor justo, com ganhos e perdas refletidos no resultado.

A estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais, inclusive aqueles não relacionados à tributação ou indedutibilidade da variação cambial em investimentos no exterior, bem como ganhos perdas com os instrumentos financeiros derivativos utilizados. Quando a paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se impacto significativo nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, adotamos a demonstração de resultado gerencial para divulgar as informações por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais são apresentados em despesas tributárias (PIS e

COFINS) e de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, foram reclassificados para nossas informações por segmento.

Além disso, a margem financeira gerencial dos produtos bancários inclui, para cada operação, a alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Para permitir uma análise melhor, apresentamos a seguir um resumo do resultado dos nossos segmentos operacionais.

Fizemos ajustes nas informações da administração de 2011. O principal ajuste refere-se à mudança na alíquota de imposto de renda aplicável ao nosso segmento operacional, de 34% para 40%, que reflete a alíquota integral aplicável às instituições financeiras. Entretanto, como obtivemos uma liminar que nos permite pagar o imposto de renda à alíquota de 34%, em vez de 40%, alocamos o valor cobrado a maior em relação aos 34% no segmento de atividades com o mercado e corporação. Este ajuste afetou todos os segmentos operacionais.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011
(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Demonstração do Resultado Consolidada	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADES COM O MERCADO E CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	IFRS CONSOLIDADO
Produto bancário	48.236	6.897	14.102	5.109	74.257	19	74.276
Perdas com créditos e sinistros	(11.011)	(134)	(4.270)	(521)	(15.936)	(136)	(16.072)
Margem operacional	37.225	6.763	9.832	4.588	58.321	(117)	58.204
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.829)	(2.911)	(7.911)	(390)	(37.025)	(2.928)	(39.953)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	11.396	3.852	1.921	4.198	21.296	(3.045)	18.251
Imposto de renda e contribuição social	(3.833)	(1.287)	(477)	(244)	(5.841)	2.200	(3.641)
Participações minoritárias nas subsidiárias	-	-	-	(885)	(814)	41	(773)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**7.563**	**2.565**	**1.444**	**3.069**	**14.641**	**(804)**	**13.837**

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010
(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Demonstração do Resultado Consolidada	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADES COM O MERCADO E CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	IFRS CONSOLIDADO
Produto bancário	41.238	6.400	15.148	3.657	66.390	3.025	69.415
Perdas com créditos e sinistros	(9.523)	186	(3.754)	(2)	(13.093)	155	(12.938)
Margem operacional	31.715	6.586	11.394	3.655	53.297	3.180	56.477
Outras receitas (despesas) operacionais	(22.927)	(2.721)	(7.826)	(860)	(34.327)	(4.120)	(38.447)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	8.788	3.865	3.568	2.795	18.970	(940)	18.030
Imposto de renda e contribuição social	(2.509)	(1.023)	(1.054)	(495)	(5.081)	(455)	(5.536)
Participações minoritárias nas subsidiárias	2	-	-	(914)	(866)	80	(786)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**6.281**	**2.842**	**2.514**	**1.386**	**13.023**	**(1.315)**	**11.708**

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

O resultado por segmento é divulgado com base em critérios gerenciais. Essas informações excluem certos resultados que não são considerados, por nossa Administração, relacionados aos nossos principais

negócios. Destacamos que na Nota 33 aplicamos os ajustes do IFRS à consolidação dos dados gerenciais das unidades de negócios para se enquadrarem nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com IFRS.

Banco Comercial

Temos uma carteira de produtos ampla e diversificada para atender as necessidades dos clientes. Os principais produtos disponíveis aos correntistas são:

- Crédito: empréstimo pessoal, cheque especial, crédito consignado, veículos, cartões de crédito, crédito imobiliário, crédito rural, capital de giro, desconto de duplicatas e exportação;
- Investimentos: planos de previdência, fundos mútuos, depósitos a prazo, contas de depósito à vista, contas de poupança e planos de capitalização; e
- Serviços: seguros (vida, residência, cartões de crédito/débito, veículos, proteção a empréstimos, entre outros), câmbio, corretagem e outros.

A tabela a seguir apresenta nosso produto bancário proveniente dos resultados do banco comercial para 2011 e 2010:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**48.236**	**41.238**	**6.998**	**17,0%**
Margem financeira (1)	31.584	27.068	4.516	16,7%
Receita da prestação de serviços	10.915	9.246	1.669	18,1%
Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização	5.229	4.469	760	17,0%
Outras receitas	508	455	53	11,6%

(1) Inclui a receita e despesa líquida de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nosso produto bancário consolidado no segmento de banco comercial aumentou 17,0%, de R$41.238 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$48.236 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R$6.998 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido ao crescimento de 16,7% na margem financeira, devido ao crescimento de 20,4% da carteira de crédito e de 18,1% nas tarifas de serviços bancários decorrentes da expansão da nossa base de clientes e do volume de serviços, e, em menor grau, ao resultado das operações de seguros, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização, que aumentou 17,0% e a outras receitas, que apresentaram aumento de 11,6%.

A tabela a seguir apresenta um aumento de 15,6% em perdas com créditos e sinistros no segmento de banco comercial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**48.236**	**41.238**	**6.998**	**17,0%**
Perdas com créditos e sinistros	**(11.011)**	**(9.523)**	(1.488)	15,6%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.845)	(10.808)	(3.037)	28,1%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.346	2.893	1.453	50,2%
Despesas com sinistros	(1.512)	(1.608)	96	-6,0%
Margem operacional	**37.225**	**31.715**	**5.510**	**17,4%**

Nossa despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa subiu 28,1%, de R$10.808 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$13.845 milhões no mesmo período de 2011. Destacamos o aumento nos níveis de inadimplência e a redução na qualidade dos ativos como a principal mudança na nossa situação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O aumento foi parcialmente compensado pela maior recuperação dos créditos baixados como prejuízo em virtude do maior esforço dos serviços de cobrança e de menores despesas com sinistros.

A tabela a seguir apresenta um aumento de 12,7% em outras receitas (despesas) operacionais no segmento de banco comercial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Margem Financeira	**37.225**	**31.715**	**5.510**	**17,4%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(25.829)**	**(22.927)**	**(2.902)**	**12,7%**
Despesas não decorrentes de juros [(1)]	(23.315)	(20.827)	(2.488)	11,9%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(2.596)	(2.139)	(457)	21,4%
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas	(43)	19	(62)	-326,3%
Outros resultados	125	20	105	525,0%
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**11.396**	**8.788**	**2.608**	**29,7%**

(1) Refere-se a despesas gerais e administrativas, inclusive despesas com salários e benefícios, despesas de depreciação e amortização.

Em vista do término da integração das agências do Unibanco e outros pontos de atendimento em todo o Brasil no final de 2010, conseguimos aprimorar nossos processos e, consequentemente, expandir o volume de serviços e aumentar a nossa base de clientes, mantendo a qualidade dos serviços em 2011. As despesas não decorrentes de juros totalizaram R$23.315 milhões em 2011, um aumento de R$2.488 milhões, ou 11,9%, em comparação a 2010. Este aumento foi causado pelo maior volume de transações de clientes em geral, elevação na provisão para ações cíveis (consulte a Nota 31 às nossas demonstrações contábeis consolidadas), bem como pelo aumento nas despesas de comercialização de cartões de crédito devido à expansão na base de clientes e no volume de transações (consulte a Nota 25 às nossas demonstrações contábeis consolidadas) e aumento de 9% dos salários, compensada parcialmente por uma redução nas despesas relacionadas à migração das agências e postos de atendimento bancários para o layout e a plataforma do Itaú e aprimoramento dos processos de comercialização de seguros.

Nossas despesas tributárias com ISS, PIS e COFINS e outras aumentaram 21,4% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Este aumento reflete o aumento em receitas e nossas atividades operacionais durante o ano. Consulte “Receita Líquida de Juros” acima.

Nosso resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas proveniente das atividades de banco comercial registrou queda de R$62 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, principalmente devido ao ajuste do nosso investimento no Banco Português de Investimento para reconhecer o seu valor de mercado com base no preço das ações nas respectivas datas de fechamento.

O lucro líquido das atividades de banco comercial totalizou R$7.563 milhões em 2011, um aumento de R$1.282 milhões quando comparado a 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**11.396**	**8.788**	**2.608**	**29,7%**
Imposto de renda e contribuição social	(3.833)	(2.509)	(1.324)	52,8%
Participações minoritárias nas subsidiárias	-	2	(2)	-100,0%
Lucro líquido atibuível aos acionistas controladores	**7.563**	**6.281**	**1.282**	**20,4%**

A despesa de imposto de renda e a contribuição social do ano resultaram em uma despesa fiscal de R$3.833 milhões em 2011 em comparação com R$2.509 milhões no exercício anterior, um aumento de 52,8%. A principal razão desta variação foi o aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social e os ajustes nas taxas de impostos explicadas acima.

Itaú BBA

Para nossas operações bancárias do segmento corporativo e de banco de investimento (Itaú BBA), a receita financeira líquida em 2011 comparada com 2010 é apresentada na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**6.897**	**6.400**	**497**	**7,8%**
Margem financeira (1)	4.896	4.601	295	6,4%
Receita da prestação de serviços	2.123	1.932	191	9,9%
Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização	-	-	-	0,0%
Outras receitas	(122)	(133)	11	-8,3%

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nosso produto bancário consolidado do Itaú BBA cresceu 7,8%, de R$6.400 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$6.897 milhões no mesmo período em 2011, um crescimento de R$497 milhões. Esse aumento foi devido principalmente a um aumento na margem financeira e na receita de prestação de serviços, causado pelo crescimento na carteira de empréstimos a grandes empresas de 21,7%, a um aumento nas receitas de operações de banco de investimento e comissões de créditos, parcialmente compensado pela redução de R$11 milhões em outras receitas.

Nossas perdas com créditos e sinistros do Itaú BBA são apresentadas na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**6.897**	**6.400**	**497**	**7,8%**
Perdas com créditos e sinistros	**(134)**	**186**	(320)	-172,0%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(266)	(182)	(84)	46,2%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	132	368	(236)	-64,1%
Despesas com sinistros	-	-	-	0,0%
Margem operacional	**6.763**	**6.586**	**177**	**2,7%**

Nossas perdas com créditos e sinistros do Itaú BBA totalizaram um valor negativo de R$134 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, comparado com um ganho nas perdas com crédito e sinistros de R$186 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2010. Nos anos de 2011 e 2010 revertemos provisões de crédito, com significativo aumento em reversões em 2010. Destacamos o excelente nível de qualidade da carteira de crédito, onde 95,3% dos créditos estão classificados nos níveis de risco “AA”, “A” e “B”, segundo critérios da Resolução no 2.682 do Conselho Monetário Nacional.

Na tabela a seguir, nossas outras receitas (despesas) operacionais do segmento Itaú BBA apresentam um crescimento de 7,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação como o mesmo período de 2010:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Margem Financeira	**6.763**	**6.586**	**177**	**2,7%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(2.911)**	**(2.721)**	**(190)**	**7,0%**
Despesas não decorrentes de juros [(1)]	(2.605)	(2.379)	(226)	9,5%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(341)	(387)	46	-11,9%
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas	6	(6)	12	-200,0%
Outros resultados	29	51	(22)	-43,1%
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.852**	**3.865**	**(13)**	**-0,3%**

[(1)] Refere-se a despesas gerais e administrativas, inclusive despesas com salários e benefícios, despesas de depreciação e amortização.

As despesas não decorrentes de juros totalizaram R$2.605 milhões em 2011, um aumento de R$226 milhões, ou 9,5%, em comparação a 2010. O aumento nas despesas não decorrentes de juros é basicamente atribuível ao aumento de 9,0% relacionado à convenção coletiva de trabalho.

As despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e outras totalizaram R$341 milhões em 2011, em comparação com R$387 milhões no exercício anterior, um aumento de 11,9%.

O lucro líquido das atividades do Itaú BBA apresentou uma redução de 9,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação como o mesmo período de 2010, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**3.852**	**3.865**	**(13)**	**-0,3%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.287)	(1.023)	(264)	25,8%
Participações minoritárias nas subsidiárias	-	-	-	-
Lucro líquido atibuível aos acionistas controladores	**2.565**	**2.842**	**(277)**	**-9,7%**

O lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social apresentou uma redução de 0,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação com o mesmo período de 2010, de R$3.865 milhões em 2010 para R$3.852 milhões em 2011. O lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social do exercício totalizou R$1.287 milhões em 2011 em comparação com R$1.023 milhões no exercício anterior, um aumento de 25,8% devido ao ajustes de taxas, conforme explicado acima.

Crédito ao Consumidor

Oferecemos cartões de crédito para não correntistas, tanto através de venda direta como por intermédio de nossas parcerias, na forma de joint ventures e acordos operacionais com os principais varejistas presentes no mercado brasileiro. Também oferecemos financiamento de veículos a não correntistas por intermédio de uma ampla rede de parcerias com distribuidores no varejo de carros novos e usados no Brasil.

O produto bancário da unidade de negócios de crédito ao consumidor é apresentado na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**14.102**	**15.148**	**(1.046)**	**-6,9%**
Margem financeira (1)	8.356	9.044	(688)	-7,6%
Receita da prestação de serviços	5.719	5.765	(46)	-0,8%
Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização	(13)	254	(267)	-105,1%
Outras receitas	40	85	(45)	-52,9%

(1) Inclui a receita e despesa líquida de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nossa margem financeira consolidada do segmento crédito ao consumidor apresentou redução de 7,6%, de R$9.044 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$8.356 milhões no mesmo período em 2011, uma redução de R$688 milhões. A receita de prestação de serviços permaneceu estável em relação a 2010. O resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e de comercialização apresentou redução de R$ 267 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Esta redução é devido ao pequeno crescimento na carteira de veículos durante 2011, como resultado do aumento do requerimento de capital estabelecido pelo Banco Central para este mercado.

Nossas perdas com créditos e sinistros do segmento de crédito ao consumidor aumentaram 13,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010, de R$3.754 milhões em 2010 para R$4.270 milhões em 2011, conforme apresentado na tabela a seguir.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**14.102**	**15.148**	**(1.046)**	**-6,9%**
Perdas com créditos e sinistros	**(4.270)**	**(3.754)**	(516)	13,7%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.270)	(4.702)	(568)	12,1%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.000	948	52	5,5%
Despesas com sinistros	-	-	-	0,0%
Margem operacional	**9.832**	**11.394**	**(1.562)**	**-13,7%**

Nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 12,1%, de R$4.702 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$5.270 milhões no mesmo período de 2011. Esse aumento é devido aos maiores níveis de inadimplência da economia brasileira e ao crescimento da carteira de crédito em 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Margem financeira	**9.832**	**11.394**	**(1.562)**	**-13,7%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(7.911)**	**(7.826)**	**(85)**	**1,1%**
Depósitos não decorrentes de juros (1)	(6.948)	(6.857)	(91)	1,3%
Despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(953)	(969)	16	-1,7%
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas, líquido	-	-	-	0,0%
Outros resultados	(10)	-	(10)	0,0%
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.921**	**3.568**	**(1.647)**	**-46,2%**

(1) Refere-se a despesas gerais e administrativas, inclusive despesas de depreciação e amortização.

As despesas não decorrentes de juros totalizaram R$6.948 milhões em 2011, um crescimento de R$91 milhões, ou 1,3%, em comparação com 2010, permanecendo estável em relação a 2010, principalmente devido ao aumento de 9,0% relacionado à convenção coletiva do trabalho, compensada pela reestruturação da area de crédito ao consumidor.

As despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e outras permaneceram estáveis em relação a 2010. – Veja “Receita líquida de juros” acima.

Nosso lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do segmento de crédito ao consumidor apresentou redução de 46,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010, de R$3.568 milhões em 2010 para R$1.921 milhões em 2011, conforme apresentado na tabela a seguir.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**1.921**	**3.568**	**(1.647)**	**-46,2%**
Imposto de renda e contribuição social	(477)	(1.054)	577	-54,7%
Participações minoritárias nas subsidiárias	-	-	-	-
Lucro líquido atibuível aos acionistas controladores	**1.444**	**2.514**	**(1.070)**	**-42,6%**

A despesa tributária e a contribuição social sobre o lucro líquido no ano totalizaram R$477 milhões em 2011 em comparação com R$1.054 milhões no exercício anterior, uma redução de 54,7%, devido ao lucro

líquido mais baixo antes de imposto de renda e contribuição social, parcialmente compensado pelo ajuste das taxas de tributos conforme explicado acima.

Atividades com o Mercado e Corporação

O segmento atividades com o mercado e corporação apresenta o resultado do capital excedente, excedente de dívida subordinada e o saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Também apresenta a margem financeira sobre transações no mercado, o custo das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias, que não são ligados a qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária e nossa participação na Porto Seguro.

O produto bancário da unidade de negócio de atividades com o mercado e corporação é apresentado na tabela a seguir e aumentou 39,7%, de R$3.657 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$5.109 milhões no mesmo período em 2011, um crescimento de R$1.452 milhões, devido principalmente ao aumento na margem financeira.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**5.109**	**3.657**	**1.452**	**39,7%**
Margem financeira (1)	4.801	3.356	1.445	43,1%
Receita da prestação de serviços	309	182	127	69,8%
Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização	(1)	(12)	11	-91,7%
Outras receitas	-	131	(131)	-100,0%

(1) Inclui a receita e despesa líquida de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

A margem financeira compreende basicamente transações da tesouraria e excesso de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a margem financeira totalizou R$4.801 milhões e aumentou 43,1% em comparação com o mesmo período de 2010. Esse crescimento no resultado deve-se principalmente ao maior excesso de capital em 2011 comparado a 2010, parcialmente compensado pelos menores ganhos nas operações de tesouraria.

A receita de prestação de serviços apresentou crescimento de 69,8% enquanto o resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e de comercialização apresentou redução de 91,7% e outras receitas reduziu 100%. Essas variações se devem a diferenças na alocação de receitas e de despesas nos segmentos em 2011 comparado com 2010.

As perdas com créditos e sinistros cresceram de R$2 milhões em 2010 para R$521 milhões em 2011, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Produto bancário	**5.109**	**3.657**	**1.452**	**39,7%**
Perdas com créditos e sinistros	**(521)**	**(2)**	(519)	0,0%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(531)	(2)	(529)	0,0%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10	-	10	0,0%
Despesas com sinistros	-	-	-	0,0%
Margem operacional	**4.588**	**3.655**	**933**	**25,5%**

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou crescimento de R$2 milhões em 2010 para R$531 milhões em 2011, devido à constituição de provisão feita em 2011 em conexão com as nossas atividades com o mercado e corporação acima dos requerimentos exigidos pelo Banco Central, resultado do nosso modelo de provisionamento de créditos de liquidação duvidosa que inclui a perda esperada.

As outras receitas/(despesas) operacionais apresentaram redução de R$860 milhões em 2010 para R$390 milhões em 2011, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Margem financeira	**4.588**	**3.655**	**933**	**25,5%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(390)**	**(860)**	**470**	**-54,7%**
Depósitos não decorrentes de juros (1)	(935)	(1.005)	70	-7,0%
Despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	51	(274)	325	-118,6%
Resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas, líquido	447	409	38	9,3%
Outros resultados	47	10	37	370,0%
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.198**	**2.795**	**1.403**	**50,2%**

(1) Refere-se a despesas gerais e administrativas, inclusive despesas com salarios e com benefícios, de depreciação e de amortização.

As despesas não decorrentes de juros reduziram R$70 milhões no ano de 2011 quando comparado a 2010.

O resultado de participação sobre o lucro abrangente de empresas não consolidadas, líquido e outros resultados permaneceram estáveis em relação a 2010.

O lucro líquido no segmento de atividades com o mercado apresentou crescimento de R$1.386 milhões em 2010 para R$3.069 milhões em 2011, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011-2010	%
	(em milhões de R$)		Variação	
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**4.198**	**2.795**	**1.403**	**50,2%**
Imposto de renda e contribuição social	(244)	(495)	251	-50,7%
Participações minoritárias nas subsidiárias	(885)	(914)	29	-3,2%
Lucro líquido atibuível aos acionistas controladores	**3.069**	**1.386**	**1.683**	**121,4%**

O imposto de renda e contribuição social apresentou redução de R$251 milhões em 2011 em relação a 2010, devido ao ajuste nas taxas dos tributos conforme explicado acima.

Em 2011, as participações minoritárias nas subsidiárias permaneceram estáveis em relação a 2010.

5B. Liquidez e recursos de capital

Nosso Comitê Superior da Tesouraria Institucional de Liquidez determina nossa política com respeito à gestão de ativos e passivos. Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio — Gestão de Risco.” Nossa política é a de manter uma estreita correspondência entre os vencimentos e a exposição a taxa de juros e moedas. Para estabelecer políticas e limites, o Comitê Superior da Tesouraria Institucional de Liquidez considera os limites de exposição a cada segmento de mercado e produto e a volatilidade e a correlação entre os diferentes mercados e produtos.

Temos investido na melhoria da gestão de risco da liquidez inerente a nossas atividades. Ao mesmo tempo, mantemos uma carteira de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, ou uma reserva operacional, que representa uma fonte potencial de liquidez adicional.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pelo Comitê Superior da Tesouraria Institucional de Liquidez. Esses limites buscam assegurar liquidez suficiente, incluindo mediante ocorrência de eventos de mercado não previstos. Esses limites são periodicamente revisados e baseados nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (isto é, cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Gerenciamos o equilíbrio entre a maturidade dos vencimentos e a diversificação de fontes de recursos. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir com nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar as oportunidades de negócios à medida que aparecem. Consulte o “Item 4B — Visão geral do negócio — Gestão de Risco — Gestão de Riscos de Liquidez”.

Devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis através das quais temos acesso a mais recursos, não tivemos historicamente problemas de liquidez, apesar das recentes perturbações nos mercados financeiros internacionais. Consulte o "Item 3D. Fatores de Risco — Riscos Relativos ao Nosso Negócio e ao Setor Bancário. Estamos expostos ao efeito das rupturas e volatilidade nos mercados financeiros globais e nas economias dos países em que operamos, principalmente no Brasil."

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a controlada que distribui tais dividendos tiver contabilizado um lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as controladas que são instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem realizar depósitos no Itaú Unibanco Holding, representados por certificados de depósitos interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram e nem se espera que tenham um impacto relevante em nossa capacidade de atender nossas obrigações de caixa.

A tabela a seguir apresenta nossa média de passivos em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro (em milhões de *R$* , exceto percentuais)			
	2011		**2010**	
	Saldo médio	**% do total**	**Saldo médio**	**% do total**
Passivos remunerados	**580.695**	**80,3%**	**471.501**	**79,6%**
Depósitos remunerados	186.429	25,8%	164.210	27,7%
Depósitos de poupança	61.143	8,5%	52.457	8,9%
Depósitos interfinanceiros	2.376	0,3%	1.703	0,3%
Depósitos a prazo	122.910	17,0%	110.050	18,6%
Captações no mercado aberto	203.021	28,1%	163.634	27,6%
Captações no mercado aberto e Recursos de mercados institucionais	125.007	17,3%	89.231	15,1%
Recursos de mercados interbancários	77.189	10,7%	50.782	8,6%
Recursos de mercados institucionais	47.818	6,6%	38.449	6,5%
Provisão de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	66.237	9,2%	54.426	9,2%
Passivos não remunerados	**142.740**	**19,7%**	**120.933**	**20,4%**
Depósitos não remunerados	26.072	3,6%	25.817	4,4%
Outros passivos não remunerados	116.668	16,1%	95.116	16,1%
Total do passivo	**723.435**	**100,0%**	**592.434**	**100,0%**

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e a emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Para informações mais detalhadas de nossas fontes de financiamento, consulte o "Item 4B. Visão geral do negócio – Financiamento", e Notas 16 e 18 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas as nossas fontes de financiamento de acordo com seus custos e disponibilidades e nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Consideramos adequado nosso atual nível de liquidez. A turbulência no mercado financeiro internacional aumentou a importância das questões associadas a financiamento e liquidez das instituições financeiras ao redor do mundo. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança e depósitos a prazo, captações no mercado aberto, dívida no mercado interbancário e dívida no mercado institucional durante 2010 e 2011. O saldo dos depósitos a prazo diminuiu em 2011 porque utilizamos fontes de recursos mais baratas, como debêntures brasileiras sujeitas a recompra, que são reportadas em "captações no mercado aberto" e são oferecidas não somente a clientes institucionais, mas também para clientes de *private banking*, *corporate banking* e clientes de varejo. Esta estratégia de financiamento visa oferecer melhor rentabilidade através de *spreads* mais altos em depósitos de poupança e taxas mais altas obtidas nos fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, entre eles as classificações de crédito, as condições econômicas gerais, a percepção dos investidores dos mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições políticas e econômicas vigentes no Brasil e os regulamentos do governo com relação a financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, nenhum desses eventos, inclusive evento de inadimplência nem descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer um desses eventos virá a ocorrer em 2012.

Variações nos Fluxos de Caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações nos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	**2010**
	(em milhões de R$)	
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	(7.440)	(30.872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.311)	(2.117)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(921)	6.575
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(9.672)**	**(26.414)**

Atividades operacionais

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais resultaram em saídas de caixa de aproximadamente R$7.440 milhões em 2011, comparados a saídas de caixa de R$30.872 milhões em 2010. Em 2011, a variação nos fluxos de caixa foi proveniente principalmente da variação de depósitos de R$26.442 milhões, de entradas de caixa de R$12.165 milhões em 2010 para entradas de caixa de R$38.607 milhões em 2011 e da variação nos recursos de mercados interfinanceiros de R$9.962 milhões, de entradas de caixa de R$17.891 milhões em 2010 para entradas de caixa de R$27.853 milhões em 2011.

Atividades de investimento

Os fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento geraram saídas de caixa de R$1.311 milhões e R$2.117 milhões em 2011 e 2010, respectivamente. Em 2011, a variação nos fluxos de caixa foi proveniente principalmente da variação nos títulos disponíveis para venda de R$15.971 milhões, de saídas de caixa de R$17.629 milhões em 2010 para saídas de caixa de R$33.600 milhões em 2011.

Atividades de financiamento

Os fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento geraram saídas de caixa de R$921 milhões em 2011, entradas de caixa de aproximadamente R$6.575 milhões em 2010. Em 2011, a variação nas saídas de caixa foi proveniente principalmente da redução dos resgates nos mercados institucionais de R$6.778 milhões, de saídas de caixa de R$1.796 milhões em 2010 para saídas de caixa de R$8.574 milhões em 2011, que foi parcialmente compensada pelo aumento de recursos do mercado institucional de R$1.293 milhões, passando de R$12.953 milhões em 2010 para R$14.246 milhões em 2011.

Pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes aproximados de R$ 4.588 milhões e R$4.315 milhões, respectivamente, em 2011 e 2010. Em 2011 adquirimos R$1.303 milhões em ações para manutenção em tesouraria, gerando saídas de caixa no mesmo montante.

Capital

Nossa instituição está sujeita às regras do Banco Central que disciplinam a adequação de capital no Brasil e que exigem que os bancos tenham um capital regulamentar/patrimônio de referência igual ou superior a 11,0% dos ativos ponderados pelo risco, em vez dos 8% da exigência de capital mínimo do Acordo da Basileia original, ou Basileia I, e Basileia II. Consulte o “Item 4B. Visão geral do negócio – Regulamentação e supervisão – Regulamentação do Banco Central - Exigências de adequação de capital e Alavancagem/Requisitos do capital regulamentar/patrimônio de referência”. Espera-se ainda que o Banco Central do Brasil emita, em um futuro próximo, novas normas para a implementação do modelo da Basileia III no Brasil, conforme detalhado no edital de Audiência Pública no. 40/2012 de 17 de fevereiro de 2012. Consulte “Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central - Exigências

de Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos de Capital Regulamentar/Patrimônio de Referência – Implementação da Basileia III no Brasil – Futuras Normas Esperadas".

Possuímos procedimentos e comitês internos encarregados da avaliação dos impactos da implementação de Basileia III sobre nossos índices de capital e operações, com base na estrutura de Basileia III, conforme proposta pelo Comitê da Basileia, e em regras propostas para a implementação de Basileia III no Brasil, conforme previsto na Audiência Pública nº 40/2012. Caso a Audiência Pública nº 40/2012 seja totalmente implementada de acordo com a proposta atual do Banco Central e com base nos atuais índices de capital regulamentar, premissas conservadoras de retornos projetados e crescimento de ativos, não prevemos a necessidade de capital regulamentar adicional para suportar nossas operações em um futuro próximo. Entretanto, dependendo do resultado da Audiência Pública nº 40/2012, podemos ter a necessidade de reavaliar nossa estratégia de captação de recursos para capital regulamentar.

Além disso, temos monitorado nossos índices de liquidez, uma vez que eles estão definidos na Basileia III e, com base nas premissas conservadoras, já estamos em conformidade com esses índices. A Audiência Pública nº 40/2012 não aborda as exigências de índices de liquidez e o Banco Central ainda não se pronunciou oficialmente sobre a regulamentação dos índices de liquidez; no entanto, nossa intenção é não apenas cumprir com os índices, mas realmente manter índices de liquidez mais elevados do que as exigências mínimas de Basileia III.

Conforme exigido pelas normas do Banco Central, atualmente medimos o cumprimento no tocante ao capital de duas maneiras: (i) consolidando apenas nossas subsidiárias financeiras e (ii) em base totalmente consolidada, incluindo todas as nossas subsidiárias financeiras e não financeiras. Acreditamos ter uma base sólida de capital de acordo com a mensuração baseada em ambos os métodos. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso índice de solvência medido pelo método da consolidação integral foi de 16,4%, 15,4% e 16,7%, respectivamente. A variação no índice de solvência medido pelo método de consolidação integral desde 31 de dezembro de 2009 foi o resultado de vários eventos, tais como: (i) impacto do lucro líquido menos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio de cada período e (ii) emissão de dívida subordinada, eventos esses que foram parcialmente compensados pelo (iii) crescimento orgânico em nossos ativos totais ponderados pelo risco, principalmente devido ao crescimento das operações de empréstimo e (iv) mudanças no peso aplicado a empréstimos a pessoas físicas. Consulte "Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central - Exigências de Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos do Capital Regulamentar/Patrimônio de Referência".

Conforme aprovado pelo Banco Central em 13 de janeiro de 2012, emissões de dívida subordinada, no montante total de R$198 milhões em 31 de janeiro de 2012, podem ser enquadradas como Capital de Nível 2.

Além disso, emissões de dívida subordinada no montante de R$108,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 dependem de aprovação do Banco Central para serem enquadradas como Capital de Nível 2. Após essas emissões, nossos índices da Basileia aumentariam 0,05%.

A tabela a seguir apresenta nossas posições de capital do total de ativos ponderado pelo risco, bem como as exigências de capital mínimo estabelecidas pelo Banco Central, em cada caso em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, em base consolidada, incluindo nossas subsidiárias financeiras e não financeiras.

	Em 31 de dezembro	
	2011	**2010**
	(em milhões de R$, exceto percentuais)	
Capital de Nível 1	71.601	62.240
Capital de Nível 2	21.565	18.652
Capital de Nível 1 somado ao Capital de Nível 2	**93.166**	**80.892**
Ajustes	(55)	(173)
Nosso capital regulamentar/patrimônio de referência	**93.111**	**80.719**
Capital regulamentar/patrimônio de referência mínimo exigido	62.556	57.525
Excedento do capital regulamentar/patrimônio de referência	**30.555**	**23.194**
Total dos ativos ponderados por risco	**568.693**	**522.952**
Nosso índice de capital/patrimônio de referência para os ativos ponderados por risco	**16,4%**	**15,4%**

A Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, que estabelece os critérios vigentes para cálculo do capital mínimo regulamentar exigido está em vigor desde 1º de julho de 2008. Para o cálculo das parcelas de risco, foram seguidos os procedimentos das seguintes Circulares e Cartas-Circulares do Banco Central:

- Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, referentes ao risco de crédito;
- Circulares nº 3.361, 3.362, 3.363, 3.364, 3.366 e 3.368, de 12 de setembro de 2007, 3.388, de 4 de junho de 2008, e 3.389, de 25 de junho de 2008, bem como das Cartas-Circulares nº 3.309 e 3.310 de 15 de abril de 2008 para risco de mercado; e
- Circular nº 3.383 e Cartas-Circulares nº 3.315 e 3.316, de 30 de abril de 2008, referentes ao risco operacional. Para cálculo da parcela do risco operacional, optamos por usar a abordagem padronizada alternativa.

Desde 1º de janeiro de 2010, a parcela de risco operacional foi incluída integralmente no total de ativos ponderados pelo risco para fins de cálculo do índice de capital regulamentar/patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, de acordo com a Circular nº 3.383 de 30 de abril de 2008.

Vigente a partir de 1º de abril de 2010, a Resolução nº 3.825 do CMN, de 16 de dezembro de 2009, revogou a Resolução nº 3.674 do CMN, de 30 de dezembro de 2008, que permitiu a adição total, ao Capital de Nível I, do montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa excedente aos montantes mínimos exigidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, de 21 de dezembro de 1999.

A partir de 30 de junho de 2010, a Circular nº 3.476 de 28 de dezembro de 2009, requeria que o nosso capital mínimo regulamentar em base totalmente consolidada incluísse uma parcela adicional ao capital regulamentar/patrimônio de referência para cobrir o risco operacional, cuja parcela é calculada em nossa participação ponderada nos resultados de nossas subsidiárias e coligadas.

Em 11 de novembro de 2011, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.563, que alterou a Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, reduzindo as exigências de capital para algumas transações de varejo em face do atual cenário econômico. Consulte “Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central - Exigências de Adequação de Capital e Alavancagem/Requisitos do Capital Regulamentar/Patrimônio de Referência – Alterações na Alocação de Capital”.

A Circular nº 3.568, de 21 de dezembro de 2011, altera as Circulares nºs 3.361, 3.388, 3.389, 3.478 e 3.498, de 12 de setembro de 2007, 4 de junho de 2008, 25 de junho de 2008, 24 de dezembro de 2009 e 28 de junho de 2010, respectivamente, que estabeleciam os procedimentos para cálculo do capital regulamentar/patrimônio de referência para cobrir o risco de mercado. O novo método de cálculo será adotado gradualmente, a partir de 1º de janeiro de 2012, e estará em pleno vigor em 31 de dezembro de 2012. Se essas novas normas já estivessem em vigor em 31 de dezembro de 2011, nosso índice de solvência teria sido reduzido em aproximadamente 0,7%.

Os recursos emitidos através da emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II para fins de nosso índice de capital regulamentar sobre ativos ponderados pelo risco, referentes a 31 de dezembro de 2011, e estão descritos a seguir:

Descrição

Nome do título	Emissão	Vencimento	Retorno anual	Principal R$
CDB Subordinado				
	2007	2012	103,5% to 104% of CDI	4.970
			100% CDI + 0,35% to 0,45%	732
			IGPM + 7,31 to 7,35%	278
	2002	2012	102,5% of CDI	200
	2008	2013	100% to CDI + 0,50% to	1.558
			106% to 107% of CDI	48
	2003	2013	102% of CDI	40
	2007	2014	100% to CDI + 0,35% to	1.865
	2007	2014	IGPM + 7,35%	33
	2008	2014	112% of CDI	1.000
	2008	2015	119,8% of CDI	400
	2010	2015	113% to CDI	50
	2006	2016	100% to CDI + 0,47% (1)	466
	2010	2016	110% to 114% of CDI	2.664
	2010	2016	IPCA + 7,33%	123
	2010	2017	IPCA + 7,45%	367
			TOTAL	**14.793**
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100 % to CDI + 1,35% to	365
	2010	2016	112% to 112,5% of CDI	1.873
	2010	2016	IPCA + 7%	30
	2010	2017	IPCA + 6,95% to 7,2%	206
	2011	2017	108% to 112% of CDI	3.011
	2011	2017	IPCA + 6,15% to 7,8%	343
	2011	2017	IGPM + 6,55% to 7,6%	55
	2011	2017	100% to CDI + 1,29% to 1,52%	3.650
	2011	2018	IGPM + 7%	42
	2011	2018	IPCA + 7,53% to 7,7%	30
	2011	2019	109% to 109,7% to CDI	1
	2011	2021	109,25% to 110,5% to CDI	6
			TOTAL	**9.612**
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,2%	1.731
	2010	2021	5,8%	1.694
	2011	2021	5,8%	401
	2011	2021	6,2%	765
			TOTAL	**4.591**
Ações Preferenciais				
	2002	2015	3,04%	1.389

(1) Os CDBs Subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Sensibilidade à taxa de juros

A administração da sensibilidade à taxa de juros é um componente-chave de nossa política para ativos e passivos. A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de repactuação de preços dos ativos e dos passivos remunerados. A estrutura de determinação de preços está “casada” quando valores iguais desses ativos ou passivos vencem ou são repactuados. Qualquer descasamento de ativos e de passivos remunerados é conhecido como gap. Um gap negativo denota sensibilidade do passivo e normalmente significa que uma queda nas taxas de juros teria um efeito positivo na receita financeira líquida, enquanto que um gap positivo denota sensibilidade de ativos e normalmente significa que um aumento nas taxas de juros teria um efeito

positivo na receita financeira líquida. Essas relações são somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente como resultado tanto das forças do mercado quanto das decisões da administração. Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros leva em conta as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive as reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por fundos.

Nosso Comitê Superior da Tesouraria Institucional de Liquidez analisa mensalmente a demonstração de resultado e as informações de risco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira. Para informações mais detalhadas sobre o monitoramento de nossas posições, consulte o “Item 4B – Visão geral do negócio – Gestão de risco – Gestão de risco de mercado.”

A tabela a seguir apresenta a posição de nossos ativos e passivos remunerados em 31 de dezembro de 2011 e, dessa forma, não reflete os gaps de taxa de juros que podem existir em outros momentos. Além disso, variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

(in millions of R$, except percentages)

	Até 30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos anos	Total
Total de ativos remunerados	**236.921**	**142.241**	**90.272**	**222.650**	**53.746**	**745.830**
Depósitos Compulsórios no Banco Central	98.053	-	-	-	-	98.053
Aplicações em depósitos interfinanceiros	18.911	3.226	3.247	2.176	261	27.821
Aplicações no mercado aberto	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos financeiros designados a valor justo através do Resultado	186	-	-	-	-	186
Derivativos	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	87	-	33	1.319	1.666	3.105
Operações de crédito e arrendamento mercantil	53.949	88.988	52.947	127.710	22.670	346.264
Total de passivos remunerados	**167.707**	**69.188**	**47.978**	**230.642**	**41.307**	**556.822**
Depósitos de poupança	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a prazo	30.918	19.167	11.475	79.543	3.366	144.469
Depósitos interfinanceiros	665	683	445	272	-	2.065
Captações no mercado aberto	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Passivos financeiros mantidos para negociação	48	854	901	909	103	2.815
Derivativos	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Mercado interbancário	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado institucional	2.772	11.248	5.881	19.772	15.134	54.807
Passivos de planos de capitalização	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença Ativo/Passivo	69.214	73.053	42.294	(7.992)	12.439	189.008
Diferença Acumulada	**69.214**	**142.267**	**184.561**	**176.569**	**189.008**	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	9,3%	19,1%	24,7%	23,7%	25,3%	

Sensibilidade à Taxa de Câmbio

A maior parte de nossas operações é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõe, portanto, ao risco das taxas de câmbio. O Banco Central regula nossas posições máximas em aberto, vendidas e compradas em moedas estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011, nossa posição líquida em moedas estrangeiras, inclusive investimentos no exterior, totalizava um passivo de R$8.345 milhões (conforme Nota 35 – Gestão de Riscos Financeiros – Posição Líquida de Contas Sujeitas ao Risco de Moeda). A política de administração de gap adotada por nosso Comitê Superior da Tesouraria Institucional de Liquidez leva em consideração os efeitos fiscais sobre esta posição. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados, constituímos um hedge (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em um montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta do lado do passivo pela emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais, crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações, e repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais. Os resultados dessas operações são geralmente aplicados em operações de empréstimo e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos classificados por moeda, inclusive aqueles em reais e aqueles expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados em 31 de dezembro de 2011. Essas tabelas podem não refletir a posição de gap de moeda em quaisquer outras datas. Podem também surgir variações entre as diferentes moedas que detemos.

(em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de 2011				
	Moeda brasileira	**Expresso em moeda estrangeira (1)**	**Indexado a moeda estrangeira (1)**	**Total**	**Porcentagem dos valores expressos e indexados a moeda estrangeira sobre o total**
Ativos:	**656.457**	**30.125**	**131.555**	**818.136**	**19,8%**
Disponibilidades	5.500	472	4.696	10.668	48,4%
Depósitos compulsórios no Banco Central	95.942	-	2.111	98.053	2,2%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.820	920	17.081	27.821	64,7%
Aplicações no mercado aberto	91.643	-	605	92.248	0,7%
Ativos financeiros mantidos para negociação	108.755	532	12.602	121.889	10,8%
Ativos financeiros designados a valor justo através do Resultado	-	186	-	186	100,0%
Derivativos	8.655	99	-	8.754	1,1%
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.670	4.150	5.690	47.510	20,7%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.823	-	282	3.105	9,1%
Operações de crédito e arrendamento mercantil	274.221	10.280	61.763	346.264	20,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.187)	-	(686)	(23.873)	2,9%
Outros ativos financeiros	872	13.229	26.153	40.254	97,8%
Investimentos em empresas não consolidadas	2.544	-	-	2.544	0,0%
Imobilizado, líquido	5.023	-	335	5.358	6,3%
Ativos intangíveis, líquido	3.515	-	310	3.825	8,1%
Ativos fiscais	25.772	-	316	26.088	1,2%
Bens destinados a venda	77	-	8	85	9,4%
Outros ativos	6.812	257	288	7.357	7,4%
Porcentagem do ativo total	**80,2%**	**3,7%**	**16,1%**	**100,0%**	
Passivo e Patrimônio Líquido:	**595.795**	**57.448**	**164.893**	**818.136**	**27,2%**
Depósitos	183.569	183	58.884	242.636	24,3%
Captações no mercado aberto	178.009	-	7.404	185.413	4,0%
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	-	2.815	2.815	100,0%
Derivativos	4.389	-	2.358	6.747	34,9%
Recursos de mercados interbancários	59.816	13.742	16.940	90.498	33,9%
Recursos de mercados institucionais	2.404	29.901	22.502	54.807	95,6%
Outros passivos financeiros	8.694	10.045	25.380	44.119	80,3%
Provisão de seguros e previdência privada	69.788	1.112	4	70.904	1,6%
Passivos de planos de capitalização	2.838	-	-	2.838	0,0%
Provisões	15.974	-	16	15.990	0,1%
Obrigações fiscais	6.957	-	451	7.408	6,1%
Outros passivos	14.699	2.465	1.461	18.625	21,1%
Participações de acionistas não controladores	1.395	-	-	1.395	0,0%
Patrimônio líquido	47.263	-	26.678	73.941	36,1%
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	**72,8%**	**7,0%**	**20,2%**	**100,0%**	

(1) Predominantemente em dólar dos E.U.A.

Com o propósito de analisar nossa exposição a variações em moeda estrangeira, a tabela a seguir apresenta a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011, classificados em reais e em moeda estrangeira, que também inclui os instrumentos vinculados a moedas estrangeiras. Para o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, veja as Notas 7 e 30 das nossas demonstrações contábeis.

(em milhões de R$)

	Valores Nominais		
	Moeda brasileira	Expressos ou vinculados a moedas estrangeiras	Total
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de swap			
Compromissos de compra (venda), líquidos	1.289	(1.289)	**-**
Contratos de forward			
Compromissos de compra (venda), líquidos	1.987	3.857	**5.844**
Contratos de futuros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	192.332	43.402	**235.734**
Contratos de opções			
Compromissos de compra (venda), líquidos	72.569	4.035	**76.604**
Outros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	4.020	543	**4.563**

Investimentos

Em 2011, fizemos investimentos relacionados ao processo de abertura de novas agências e outros pontos de venda. Ao longo dos últimos dois anos, fizemos também investimentos significativos para automatizar e atualizar a nossa rede de agências e desenvolver programas específicos para melhorar o layout de várias de nossas agências. Além disso, fizemos importantes investimentos em sistemas de informática, equipamentos de comunicação e outras tecnologias destinadas a aumentar a eficiência de nossas operações, os serviços oferecidos aos clientes e a nossa produtividade.

No final de 2011, nossa rede era formada por 4.984 agências e postos de atendimento bancário, no Brasil e no exterior. No Brasil, foram abertas 123 agências e 43 postos de atendimento bancário durante o ano. O número total de caixas eletrônicos era de aproximadamente 29.000, considerando o Brasil e os outros países, o que representou uma redução em relação ao ano anterior, principalmente em virtude da reforma para o novo padrão, que resultou no redimensionamento e na substituição de equipamentos por outros mais eficientes, como, por exemplo, a remoção das máquinas de emissão de cheques.

A tabela a seguir apresenta os dispêndios para aquisição do imobilizado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em milhões de R$)

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
IMOBILIZADO	**1.903**	**1.924**
Terrenos e edificações	248	208
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	225
Móveis e equipamentos de processamento de dados	1.341	1.374
Outros	85	117
ATIVOS INTANGÍVEIS	**1.972**	**582**
Direitos de aquisição de folha de pagamento	366	182
Associação para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros	318	195
Software desenvolvido ou obtido para uso interno	981	205
Outros ativos intangíveis	307	-
Total	**3.875**	**2.506**

Esperamos que nossos investimentos em 2012 não sejam substancialmente mais elevados do que nossos níveis históricos de investimentos e que consistam principalmente daqueles necessários para continuarmos a atualizar nossos sistemas de tecnologia, de serviços a clientes e administrativos de suporte, bem como para continuarmos a realizar investimentos relacionados à Internet. Prevemos que, de acordo com nossa prática nos últimos anos, nossos investimentos em 2012 serão financiados por recursos internos. Não podemos assegurar, entretanto, que os investimentos serão feitos e, se forem, que esses investimentos serão feitos nos valores esperados atualmente.

5C. Pesquisa e desenvolvimento, patentes e licenças, etc.

Não se aplica.

5D. Informações sobre tendências

Na data de entrega de nosso relatório anual no Formulário 20-F, não identificamos nenhuma tendência conhecida que acreditamos que possa ter probabilidade de impacto relevante sobre nossos resultados futuros, liquidez e/ou recursos de capital. No entanto, reconhecemos que existem fatores que irão afetar nossos futuros resultados operacionais, liquidez e recursos de capital, dentre os quais:

O ambiente econômico brasileiro. Na qualidade de banco brasileiro cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. Nos últimos anos, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia, com crescimento médio do produto interno bruto, ou PIB, de cerca de 4,2% a.a. de 2004 a 2010, o que levou a um aumento nos empréstimos e depósitos bancários. O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e realiza mudanças nas políticas e nas regulamentações. Nosso negócio poderá ser afetado por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem fatores como taxas de juros, depósitos compulsórios, exigências de capital, liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito, crescimento da economia, inflação e volatilidade cambial, impostos, controles cambiais, aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciem a capacidade de nossos clientes de cumprirem com suas obrigações para conosco. Podemos também ser afetados por outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetem o Brasil. Consulte “Item 5A. Resultados Operacionais”.

As alterações legais e regulatórias. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em constante evolução e, consequentemente, parte de nossos negócios que não está sujeita a regulação governamental poderá ser regulada no futuro. As alterações das regulamentações e leis existentes, bem como a adoção de novas leis e regulamentos podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, nossa situação financeira e resultados de nossas operações, inclusive a nossa capacidade de conceder empréstimos, realizar investimentos, ou de prestar determinados serviços financeiros. Nós também temos operações em países fora do Brasil, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Portugal e Estados Unidos. Alterações legais e regulatórias aplicáveis aos nossos negócios nos países em que operamos ou a adoção de novas leis podem ter um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras e resultados das atividades.

Os efeitos de qualquer prolongamento da turbulência no mercado financeiro internacional, inclusive sobre nossa liquidez e capital exigido. A crise financeira global e a consequente falta de liquidez e depreciação dos ativos financeiros das maiores instituições financeiras globais podem afetar nosso negócio. Emprestamos principalmente a tomadores brasileiros, e os efeitos da crise financeira global podem prejudicar significativamente nossos clientes e aumentar as operações de crédito em atraso ou inadimplentes, e como resultado, aumentar o risco associado à nossa atividade de crédito e nos obrigar a fazer revisões correspondentes nos nossos modelos de gestão de risco e de reserva para créditos de liquidação duvidosa.

A continuidade ou a piora da turbulência ou da volatilidade nos mercados financeiros globais poderiam levar a outros efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro brasileiro e nos outros países em que atuamos. Consulte “Item 5A Resultados Operacionais - Efeitos da Crise Global dos Mercados Financeiros na Nossa Situação Financeira e Resultados das Operações.“

Os efeitos da variação do valor do real e das taxas de juros sobre nossa receita financeira líquida. A moeda brasileira flutua em relação ao dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas

estrangeiras. Desde 1999, o Brasil adota o sistema de câmbio flutuante, sendo que o Banco Central faz intervenções na compra ou venda de moedas estrangeiras. De tempos em tempos, a taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas varia de forma significativa. Alguns de nossos ativos e passivos são expressos em moedas estrangeiras ou indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar dos Estados Unidos da América. Apesar de nossos principais investimentos estrangeiros estarem economicamente cobertos em 31 de dezembro de 2011, para mitigar os efeitos decorrentes da volatilidade cambial, não existe nenhuma garantia de que tais estratégias de hedge permanecerão em vigor, ou de que irão compensar esses efeitos. Portanto, dependendo das circunstâncias, a depreciação ou a valorização do real poderia ter efeito significativo adverso sobre o nosso negócio, situação financeira e resultado das operações.

Os efeitos da inflação sobre o resultado de nossas operações. Como um banco no Brasil, a maioria de nossas receitas, despesas, ativos e passivos está diretamente atrelada às taxas de juros. Portanto, os resultados de nossas operações e situação financeira são afetados pela inflação, flutuações nas taxas de juros e respectivas políticas monetárias governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira e sobre nós, inclusive nossa carteira de crédito, nosso custo de captação e nossa receita de operações de crédito. A inflação, e em especial seus aumentos repentinos, normalmente causam perda de poder aquisitivo. Além disso, períodos prolongados de inflação alta provocam distorções na alocação de recursos. As medidas para combater as taxas de inflação historicamente elevadas incluíram a manutenção de uma política monetária rígida, com altas taxas de juros, resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo. Adicionalmente, se o Brasil registrar oscilações nas taxas de inflação no futuro, nossos custos e margens líquidas podem ser afetadas de forma material e adversa, e as medidas governamentais para combater a inflação podem incluir uma política monetária restritiva com taxas de juros elevadas, que podem prejudicar os nossos negócios. Aumentos na taxa SELIC podem nos afetar de forma material e adversa, reduzindo a demanda por crédito, aumentando os custos de nossas reservas e aumentando o risco de inadimplência de clientes.

Desafios inerentes a aquisições de instituições financeiras. Qualquer aquisição e integração de instituições e ativos envolvem certos riscos, incluindo o risco de que (a) o processo de integração pode fazer com que incorramos em custos inesperados e despesas operacionais, além de gerar demandas adicionais à nossa administração, (b) podemos incorrer em passivos ou contingências inesperadas relacionadas com as empresas adquiridas, (c) autoridades reguladoras de defesa da concorrência, dentre outras, podem impor restrições ou limitações nos termos da aquisição ou fusão, solicitar a disposição de certos ativos ou negócios ou recusar a aprovação de tal transação, e (d) as sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios de tais fusões ou aquisições podem não ser totalmente obtidos.

Desdobramentos e percepção do risco de outros países. As condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos, na União Europeia e nos países emergentes, podem afetar o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. As crises na União Europeia, nos Estados Unidos e nos países emergentes podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive do Itaú Unibanco Holding. Este fato poderia afetar significativa e adversamente o preço de mercado dos nossos títulos, e poderia também dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e financiamento das nossas operações no futuro, tanto em termos aceitáveis como em geral.

Os bancos localizados em países considerados mercados emergentes podem ficar especialmente suscetíveis a interrupções ou reduções na disponibilidade de crédito ou aumentos nos custos de financiamento, que poderiam ter um impacto adverso significativo na nossa situação financeira. Além disso, a disponibilidade de crédito para entidades que operam em mercados emergentes é significativamente influenciada pelos níveis de confiança do investidor nesses mercados como um todo, e qualquer fator que afete a confiança no mercado (como por exemplo, uma redução nos ratings de crédito ou uma intervenção do Estado ou do banco central no mercado) poderia afetar significativa e adversamente o preço ou a disponibilidade de recursos para as entidades de qualquer um desses mercados.

Além do exposto acima, consulte o “Item 3D. Fatores de Risco” para obter informações sobre os riscos que enfrentamos em nossas operações e que poderia afetar os nossos negócios, o resultado das operações ou a nossa situação financeira.

5E. Contratos fora do balanço patrimonial

Não temos nenhum contrato não registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na Nota 35 das demonstrações contábeis consolidadas e os instrumentos financeiros derivativos discutidos anteriormente, no “Item 5B. Liquidez e Recursos de Capital – Sensibilidade à Taxa de Câmbio.”

5F. Divulgação Tabular de Obrigações Contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos em 31 de dezembro de 2011:

(em milhões de R$)

Obrigações Contratuais	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Recursos de mercados interbancários	90.498	47.265	30.133	8.648	4.452
Recursos de mercados institucionais	54.807	19.901	9.565	10.207	15.134
Obrigações de arrendamentos operacionais e de capital	4.353	1.102	1.909	748	595
Garantias e cartas de crédito em aberto	51.530	11.502	5.314	1.910	32.804
Obrigações com Previdência	245	17	15	14	199
Benefícios de planos de saúde	120	6	14	16	84
Total	**201.553**	**79.793**	**46.950**	**21.543**	**53.268**

ITEM 6 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS

6A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Nossa organização é administrada pelo nosso Conselho de Administração e pela nossa Diretoria.

Nos termos de nosso estatuto social, nosso Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 10 e no máximo 14 conselheiros eleitos pelos acionistas em assembleia geral ordinária. Nosso Conselho de Administração reúne-se de forma ordinária oito vezes ao ano e extraordinária a qualquer momento, conforme necessário.

Nossa diretoria deve ser composta por no mínimo 5 e no máximo 20 membros. Nossa diretoria é eleita pelo nosso conselho de administração.

Todos os nossos conselheiros e diretores são eleitos para um mandato de um ano e podem ser reeleitos. Apresentamos a seguir os nomes, cargos e datas de nascimento dos membros de nosso conselho de administração e da diretoria na data deste documento. Os membros do nosso conselho de administração foram eleitos no dia 25 de abril de 2011 na assembleia ordinária dos acionistas e os de nossa diretoria foram eleitos no dia 28 de abril de 2011 na reunião de nosso conselho de administração, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de setembro de 2011 o Sr. Emerson Macedo Bortoloto foi eleito para a Diretoria para um mandato que findará na reunião do conselho de administração após a assembleia geral de 2012, tendo tomado posse em 1º de novembro de 2011. O Sr. Bortoloto substituiu o Sr. Wagner Roberto Pugliese, que fez parte da Diretoria do Itaú Unibanco Holding até 3 de junho de 2011. Ademais, em 16 de dezembro de 2011, o Sr. Rodrigo Luís Rosa Couto foi eleito para a Diretoria para um mandato que findará na posse dos membros que serão eleitos na reunião do conselho após a assembleia geral de 2012. Sua eleição foi aprovada pelo Banco Central, tendo tomado posse em 10 de janeiro de 2012. Finalmente, o Sr. Carlos Eduardo de Souza Lara e o Sr. Jackson Ricardo Gomes renunciaram a seus cargos na Diretoria do Itaú Unibanco Holding em 29 de fevereiro de 2012 e 6 de março de 2012, respectivamente.

Nos termos da legislação brasileira, a eleição de cada membro de nosso conselho de administração e diretoria deve ser aprovada pelo Banco Central.

De acordo com a legislação brasileira, um conselheiro ou diretor titular mantém seu cargo até que seja reeleito ou até que um sucessor seja eleito.

Nos termos de nossa política de governança corporativa, possuímos três conselheiros que são independentes. Consulte “Item 16G. Governança Corporativa - Principais Diferenças entre as Práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos Estados Unidos – Maioria de Conselheiros Independentes”.

O endereço comercial para correspondência com todos os conselheiros e diretores é Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo – SP, Brasil.

Conselheiros:

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Pedro Moreira Salles	Presidente do Conselho	20/10/1959
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Vice-Presidente	18/11/1969
Roberto Egydio Setubal	Vice-Presidente	13/10/1954
Alcides Lopes Tápias(*)	Conselheiro	16/09/1942
Alfredo Egydio Setubal	Conselheiro	01/09/1958
Candido Botelho Bracher	Conselheiro	05/12/1958
Fernando Roberto Moreira Salles	Conselheiro	29/05/1946
Francisco Eduardo de Almeida Pinto	Conselheiro	14/12/1958
Gustavo Jorge Laboissiere Loyola(*)	Conselheiro	19/12/1952
Henri Penchas	Conselheiro	03/02/1946
Israel Vainboim	Conselheiro	01/06/1944
Pedro Luiz Bodin de Moraes(*)	Conselheiro	13/07/1956
Ricardo Villela Marino	Conselheiro	28/01/1974

(*) Conselheiro independente.

Diretores:

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Roberto Egydio Setubal	Presidente e Diretor Presidente	13/10/1954
Alfredo Egydio Setubal	Vice-Presidente Executivo	01/09/1958
Candido Botelho Bracher	Vice-Presidente Executivo	05/12/1958
Caio Ibrahim David	Diretor Executivo	20/01/1968
Claudia Politanski	Diretor Executivo	31/08/1970
Marcos de Barros Lisboa	Diretor Executivo	02/08/1964
Ricardo Baldin	Diretor Executivo	14/07/1954
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang	Diretor Executivo	23/06/1959
Eduardo Hiroyuki Miyaki	Diretor	11/06/1972
Emerson Macedo Bortoloto	Diretor	25/07/1977
Marco Antonio Antunes	Diretor	31/10/1959
Rogério Paulo Calderón Peres	Diretor	02/02/1962
Rodrigo Luis Rosa Couto	Diretor	08/08/1975

A seguir encontram-se descrições biográficas resumidas de nossos conselheiros e diretores. Como informado, alguns de nossos conselheiros e diretores também exercem funções de alta administração em nossas subsidiárias e na Itaúsa e suas subsidiárias.

O *Sr. Pedro Moreira Salles* é o presidente do nosso conselho de administração desde fevereiro de 2009 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009(isto é, a data em que ele assumiu essa função após aprovação da eleição pelo Banco Central)), e foi nosso vice-presidente executivo de novembro de 2008 a agosto de 2009. Ele trabalhou no Unibanco desde 1989, onde atuou como vice-presidente do conselho de administração de 1991 a 1997, presidente do conselho de administração de 1997 a 2004 e novamente como vice-presidente do conselho de administração de 2004 a novembro de 2008. No Unibanco, também ocupou o cargo de diretor presidente de abril de 2004 a novembro de 2008. No Unibanco Holdings atuou como vice-presidente do conselho de administração e diretor-presidente. Ele atuou como presidente do conselho de administração da Unibanco Seguros e do Banco Fininvest S.A. e vice-presidente do conselho da AIU Seguros S.A. Atualmente é membro do conselho do IBMEC e anteriormente foi conselheiro do Instituto Empreender Endeavor Brasil, bem como presidente do conselho da PlaNet Finance Brasil. O Sr. Pedro Moreira Salles é bacharel “magna cum laude” em Economia e História pela University of California, Los Angeles. Também participou do programa de mestrado de relações internacionais na Yale University e o programa de gestão para presidentes e proprietários de empresas (OPM - Owners/President Management Program) na Harvard University.

O *Sr. Alfredo Egydio Arruda Villela Filho* é o vice-presidente do nosso conselho de administração desde novembro de 2002 (tendo tomado posse em 10 de março de 2003). Atua como presidente e diretor presidente da Itaúsa desde setembro de 2008 e foi membro do conselho de administração da Itaúsa de 1995 a 2008. É presidente do conselho de administração da Itautec S.A., ou Itautec, e vice-presidente dos conselhos da Duratex S.A., ou Duratex, e da Elekeiroz S.A., ou Elekeiroz. O Sr. Villela Filho é bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Roberto Egydio Setubal* é o vice-presidente do nosso conselho de administração desde março de 2003 (tendo tomado posse em 10 de março de 2003). Atua como conselheiro desde abril de 1995 e presidente e diretor presidente desde abril de 1994. Atuou como diretor geral de 1990 até 1994. Atua como vice-presidente executivo da Itaúsa desde maio de 1994 e presidente do conselho de administração do Banco Itaú BBA S.A. desde fevereiro de 2003. Foi presidente da FEBRABAN e da Federação Nacional de Bancos, ou FENABAN, de abril de 1997 a março de 2001. Foi membro do conselho de administração da Petróleo Brasileiro S.A.– Petrobrás de março de 2002 a janeiro de 2003. Atualmente é membro do conselho do IIF e da Conferência Monetária Internacional, dos comitês consultivos internacionais do Federal Reserve Bank of New York e da New York Stock Exchange, ou NYSE. É bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre em Engenharia pela Stanford University.

O *Sr. Alcides Lopes Tápias* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2002 (tendo tomado posse em 10 de março de 2003). É membro do comitê de auditoria do Itaú Unibanco Holding desde 2004. É sócio na Aggrego Consultores e membro de seu conselho consultivo e membro do conselho de administração e dos comitês de auditoria, finanças e atuária, recursos humanos e tecnologia da informação da Medial Saúde S.A. Atuou no conselho de administração da Tigre S.A. - Tubos e Conexões de 1995 a 1999 e novamente desde 2004. Foi presidente da FEBRABAN de 1991 a 1994 e presidente do conselho da Camargo Corrêa S.A. de 1996 a 1999, das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas S.A. de 1997 a 1999 e da São Paulo Alpargatas S.A. de 1996 a 1999. Foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do governo brasileiro de setembro de 1999 a julho de 2001. Foi também membro do conselho curador da Fundação Antonio Prudente do Hospital do Câncer de 1999 a 2005 e membro do conselho consultivo da BM&FBOVESPA

(antiga BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros) de 2003 a 2008. Também atuou como presidente do conselho fiscal da Cia. de Bebidas das Américas – AMBEV de 2005 a 2008. O Sr. Tápias é formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

O *Sr. Alfredo Egydio Setubal* é membro do nosso conselho de administração desde abril de 2007 (tendo tomado posse em 29 de junho de 2007) e atua como vice-presidente executivo desde 29 de abril de 1996 (tendo tomado posse em 3 de julho de 1996). Atua como nosso diretor de relações com investidores desde 1995. Atualmente é responsável pelas áreas de serviços e gestão de fortunas e mercados de capitais, com responsabilidade principal pelas comunicações com os mercados de capitais, pelo aumento da transparência das informações financeiras e estratégicas por meio de melhorias na qualidade, relevância, tempestividade, confiabilidade e comparabilidade das informações e pelo gerenciamento das relações com a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central e outras autoridades oficiais do mercado de capitais. Atuou como nosso diretor executivo de 1993 a 1996 e diretor gerente entre 1988 e 1993. É membro do conselho de administração da Itaúsa desde setembro de 2008. Foi membro da ANBIMA de 1994 a agosto de 2003 e presidente de agosto de 2003 a agosto de 2008. É membro do conselho de administração da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores - ADEVAL desde 1993, da BM&FBOVESPA (antiga BOVESPA) desde 1996, da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA, desde 1999 e da BM&FBOVESPA (antiga BOVESPA) desde agosto de 2007. Foi membro do conselho de administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC de 1998 a 2003. Foi presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, de 2000 a 2003 e membro desde 2004. Atua como diretor financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM desde 1992. O Sr. Alfredo Setubal é bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Candido Botelho Bracher* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009) e vice-presidente executivo da nossa diretoria desde 2 de maio de 2005 (tendo tomado posse em 1º de agosto de 2005). Atualmente é responsável pela nossa divisão de tesouraria corporativa. É membro do conselho de administração do Banco Itaú BBA S.A. desde fevereiro de 2003, diretor-presidente desde abril de 2005 e responsável pelas divisões comercial, de mercados de capitais e de recursos humanos, e foi diretor vice-presidente do conselho de administração de fevereiro de 2003 a abril de 2005. Atuou como diretor no Banco BBA Creditanstalt S.A. de 1988 a 2003. Atua como vice-presidente executivo do Unibanco desde novembro de 2008. É membro dos conselhos de administração do Pão de Açúcar S.A. e da BM&FBOVESPA (antiga BOVESPA). O Sr. Bracher é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Fernando Roberto Moreira Salles* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009). Foi vice-presidente do conselho de administração da E. Johnston. É o presidente do conselho de administração da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração desde 2008 e da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. desde 1988. É diretor da Editora Schwarcz Ltda. desde 1988. Atuou como vice-presidente do conselho de administração do Unibanco de 1976 a 1988. É membro do conselho consultivo da Fundação Roberto Marinho desde 1996 e membro do conselho de administração do Instituto Moreira Salles, atuando como presidente do conselho de 2001 a 2008. O Sr. Fernando Moreira Salles é formado em Finanças e Mercado de Capitais pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Francisco Eduardo de Almeida Pinto* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009). Em 1982 foi assistente financeiro na Visius – Instituto Boavista de Seguridade Social. De 1983 a 1984, atuou como gerente do departamento técnico na Saga Investimentos e Participações do Brasil Ltda. De 1984 a 1993, estava no Banco da Bahia Investimentos (atualmente Banco BBM S.A), mais recentemente como diretor de finanças. De 1993 a 1994, atuou como diretor-adjunto de política monetária no Banco Central. De 1994 a 1995 atuou como diretor geral do Banco da Bahia Investimentos S.A. e durante 1995 como diretor geral do Unibanco Asset Management. Foi sócio gerente na Radix Gestão de Recursos Financeiros Ltda. de 1996 a 1998 e diretor financeiro da BBA Capital DTVM (e da empresa sucessora, a BBA Icatu Investimentos DTVM) de 1998 a 2002. De 2002 a 2007, trabalhou por conta própria. Desde 2007 é diretor na Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e de 2007 a 2008 atuou no conselho de administração do Unibanco. Desde 2008 é diretor da BW Gestão de Investimentos Ltda. O Sr. Almeida Pinto formou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) em Economia.

O *Sr. Gustavo Jorge Laboissiere Loyola* é membro de nosso conselho de administração desde abril de 2006 (tendo tomado posse em 31 de julho de 2006). É membro do nosso comitê de auditoria desde maio de 2007 e desde setembro de 2008 atua como presidente. Foi presidente do nosso Conselho Fiscal de março de 2003 a abril de 2006. É sócio-diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998 e membro do conselho de administração da Caramuru Alimentos S.A. desde abril de 2008. Foi diretor do Banco Central do Brasil de novembro de 1992 a março de 1993 e de junho de 1995 a agosto de 1997, além de diretor-adjunto de

Normas e Organização do Sistema Financeiro de março de 1990 a novembro de 1992. Foi sócio-diretor da MCM Consultores Associados Ltda., de agosto de 1993 a maio de 1995, diretor assistente do Banco de Investimento Planibanc S.A. de fevereiro a outubro de 1989 e diretor operacional da Planibanc Corretora de Valores S.A. de novembro de 1987 a janeiro de 1989. O Sr. Loyola é formado em Economia pela Universidade de Brasília, com mestrado e doutorado em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Henri Penchas* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2002 (tendo tomado posse em 10 de março de 2003) e atuou como nosso vice-presidente sênior de abril de 1997 a abril de 2008, vice-presidente executivo de 1993 a 1997 e diretor executivo de 1988 a 1993. Foi diretor executivo da Itaúsa de dezembro de 1984 a abril de 2008, diretor de relações com investidores desde 1995 e é vice-presidente executivo desde abril de 2009. É também diretor-presidente da Duratex desde abril de 2009. Foi vice-presidente do conselho de administração do Itaú BBA de fevereiro de 2003 a abril de 2008. O Sr. Penchas é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Mackenzie (MACKENZIE), com pós-graduação em finanças pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Israel Vainboim* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009). Foi eleito para o conselho de administração do Unibanco em 1988 e para o conselho de administração do Unibanco Holdings em 1994. Foi presidente do Unibanco de 1988 a 1992. Atua como presidente executivo do Unibanco Holdings desde 1992. Começou a trabalhar para o Unibanco em 1969. Atua no conselho de administração da Souza Cruz S.A., da Iochpe-Maxion S.A., da E-Bit Tecnologia em Marketing S.A., da Vinhedo Investimentos Ltda., da Casa da Cultura de Israel, do Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM e do Hospital Israelita Albert Einstein. O Sr. Vainboim é bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e possui mestrado em Administração de Empresas, ou MBA, pela Stanford University.

O *Sr. Pedro Luiz Bodin de Moraes* é membro do nosso conselho de administração desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 19 de fevereiro de 2009). Foi sócio na Itaú Holding S.A. e membro do conselho de administração do Unibanco de abril de 2003 a novembro de 2008. Foi diretor e sócio no Banco Icatu S.A. de 1993 a 2002. Atuou como diretor-adjunto de política monetária no Banco Central de 1991 a 1992 e diretor do BNDES de 1990 a 1991. O Sr. Bodin de Moraes é bacharel e possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ) e Ph.D em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

O *Sr. Ricardo Villela Marino* é membro do nosso conselho de administração desde abril de 2008 (tendo tomado posse em 2 de junho de 2008) e é vice-presidente executivo do Itaú Unibanco desde setembro de 2009 (tendo tomado posse em 2 de fevereiro de 2010). Atualmente é responsável pelas nossas divisões de recursos humanos e internacional. Atuou como diretor gerente sênior de maio de 2005 a agosto de 2006; diretor gerente de abril de 2004 a abril de 2005; chefe da mesa de negociação de derivativos (chefiando a equipe responsável pela estruturação e venda de produtos derivativos para empresas de médio porte, investidores institucionais e pessoas físicas) de 2003 a 2004 e chefe de business intelligence (responsável pela implementação de novas tecnologias e metodologias revolucionárias e avançadas que ajudaram a nos tornar líderes no setor de cartões de crédito do Brasil) de 2002 a 2003. Atua como presidente da Federación Latino Americana de Bancos, ou FELABAN, desde novembro de 2008. Foi gerente da carteira de títulos de mercados emergentes que compreende a Argentina, o Chile, o Peru, a Colômbia e a África do Sul e de relações com governos, bancos e administradores de empresas em cada um desses países da Goldman Sachs Asset Management em Londres. O Sr. Villela Marino cursou Administração de Empresas no MIT Sloan School of Management, em Cambridge; mestrado em Administração de Empresas com especialização em Administração Financeira; e bacharelado em Engenharia Mecânica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

O *Sr. Caio Ibrahim David* é membro da nossa diretoria desde maio de 2010 (tendo tomado posse em 3 de dezembro de 2010). Ele ingressou no grupo em 1987 como trainee, com especialização em controladoria e gestão de risco. Ele é diretor executivo do Itaú BBA desde abril de 2008, sendo responsável por finanças, inteligência de mercado e operações do banco de investimento corporate e tesouraria institucional. É vice-presidente do conselho de administração da Redecard desde maio de 2010. Ocupa o cargo de diretor executivo da Itauseg Participações S.A. e é membro do conselho de administração da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde abril de 2010. É suplente do presidente do conselho de administração da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento desde abril de 2010. Além disso, trabalhou no Bankers Trust em Nova York como associado na área de Gestão de Risco Global em 1998. Ele é bacharel em Engenharia pela Universidade Mackenzie (MACKENZIE) (1986-1990), é pós-graduado em Economia e Finanças (1992-1993) pela Universidade de São Paulo, com mestrado em Controladoria também pela Universidade de São Paulo (USP) (1997-1997) e MBA pela New York University (1997-1999), com especialização em Finanças, Contabilidade e Negócios Internacionais.

A *Sra. Claudia Politanski* é membro da nossa diretoria desde novembro de 2008 (tendo tomado posse em 27 de novembro de 2008) e atualmente é responsável pela nossa divisão jurídica e atua como diretora jurídica geral. Ingressou no Unibanco em 1991 e foi eleita diretora executiva do Unibanco em 2007. A Sra. Politanski é formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ela tem também mestrado em Direito, ou L.L.M., pela University of Virginia e MBA pela Fundação Dom Cabral de Minas Gerais.

O *Sr. Marcos de Barros Lisboa* é membro da nossa diretoria desde abril de 2009 (tendo tomado posse em 1º de setembro de 2009) e atualmente é responsável pelas nossas divisões de risco operacional e eficiência. Foi eleito diretor executivo do Unibanco em julho de 2006. De 2001 a 2003, foi diretor acadêmico da Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. Também foi secretário de política econômica no Ministério da Fazenda do Brasil de 2003 a 2005 e diretor presidente no Instituto de Resseguros do Brasil de 2005 a 2006. Foi eleito para os conselhos de administração da AIG Brasil Cia. de Seguros e da Unibanco AIG Consultoria de Investimentos Ltda. em 2008. Possui bacharelado e mestrado em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro e PhD em Economia pela University of Pennsylvania. O Sr. Lisboa atuou em cargos acadêmicos no Brasil e nos Estados Unidos, inclusive no Departamento de Economia da Stanford University e na Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Ricardo Baldin* é membro da nossa diretoria desde abril de 2009 (tendo tomado posse em 1º de setembro de 2009) e atualmente é responsável pela nossa divisão de auditoria interna. Em 1977 foi contratado pela PricewaterhouseCoopers como trainee e lá atuou como sócio durante 18 anos. Como auditor independente, foi o sócio responsável pela área de instituições financeiras. Foi também sócio responsável pelo grupo de instituições financeiras da PricewaterhouseCoopers na América do Sul, onde foi responsável pela coordenação de vários projetos na região, inclusive da avaliação do sistema financeiro equatoriano Foi diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e responsável pelo grupo de instituições financeiras no IBRACON por diversos anos. Formou-se bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, e cursou especializações em Gestão e Finanças na Fundação Dom Cabral e na Fundação Getulio Vargas (FGV).

O *Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang* é membro da nossa diretoria desde 30 de abril de 2003 (tendo tomado posse em 1º de outubro de 2003) e atua como nosso diretor executivo de riscos desde maio de 2008. Atualmente é responsável pelas nossas divisões de risco e controles financeiros. Foi nosso diretor gerente sênior de março de 2002 a março de 2003. Ele é membro do conselho de administração do Itaú BBA desde abril de 2005. Foi diretor de política econômica do Banco Central de fevereiro de 1999 a setembro de 2000; foi diretor do Banco BBM S.A. de outubro de 1997 a dezembro de 1998. Foi diretor de recursos de pesquisa e administrativos e gestão de ativos do Banco BBM S.A. de 1994 a 1998. É formado em Engenharia Naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Rio de Janeiro e Ph.D. em Economia pela University of Princeton.

O *Sr. Eduardo Hiroyuki Miyaki* é membro da nossa diretoria desde abril de 2011 (tendo tomado posse em 1º de agosto de 2011). É diretor do Itaú Unibanco desde junho de 2010. Foi gestor e diretor de compliance do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Grupo Itaú Unibanco de 1996 a 2003 e de 2003 a 2004, foi o gestor responsável por seu departamento de auditoria interna das áreas de gestão de ativos e tesouraria. O Sr. Miyaki foi também gestor das unidades de auditoria interna, mercado de capitais, seguros e títulos e valores mobiliários de 2005 a 2010, quando se tornou diretor gerente do Itaú Unibanco. Ele é formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-graduação em saneamento pela universidade federal da província japonesa de Gunma e pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O Sr. Miyaki possui MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela Leonard Stern School of Business da New York University.

O *Sr. Emerson Macedo Bortoloto* é membro da nossa diretoria desde setembro de 2011 (tendo tomado posse em 1º de novembro de 2011). Ele ingressou no conglomerado em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008, é responsável pela avaliação de processos relacionados a Riscos de Mercado, de Crédito e Operacional, além de Auditoria de Projetos e Auditoria Contínua. Ainda no conglomerado Itaú Unibanco, exercendo cargos de Coordenação e Gerência, foi responsável por auditorias nos processos de Tecnologia da Informação e de Análise e Concessão de Crédito Varejo. Também atuou na Ernst & Young Auditores Independentes, no período de maio de 2001 a junho de 2003, bem como no Banco Bandeirantes S.A. entre 1992 e 2001, com a responsabilidade de conduzir auditorias de TI e de processos operacionais. O Sr. Bortoloto é formado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdades Integradas TIBIRIÇA, com pós-graduação em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pela FASP – Faculdades Associadas de São Paulo. Obteve no ano de 2004 a certificação CISA emitida pelo ISACA. O Sr. Bortoloto possui MBA em Auditoria Interna pela FIPECAFI.

O *Sr. Marco Antonio Antunes* é membro da nossa diretoria desde maio de 2005 (tendo tomado posse em 1º de agosto de 2005) e atualmente é responsável pela nossa divisão de contabilidade. Foi gerente do

departamento de controle orçamentário de dezembro de 1990 a maio de 1997, e gerente geral de junho de 1997 a fevereiro de 2000. É diretor da Itaucred desde fevereiro de 2003, do Banco Itaucard desde julho de 2000 e diretor geral do Banco Itauleasing S.A. desde abril de 2003. O Sr. Antunes formou-se em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE) e especializou-se (em nível de mestrado) em Contabilidade e Finanças pela Universidade de São Paulo (USP).

O *Sr. Rogério Paulo Calderón* é membro da nossa diretoria desde abril de 2011 (tendo tomado posse em 1º de agosto de 2011). Ele é diretor do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2009 e membro do Comitê de Divulgação e Negociação do Itaú Unibanco Holding S.A. desde junho de 2009. O Sr. Calderón foi diretor executivo do Unibanco de 2007 a abril de 2009 e do Grupo Bunge de 2003 a 2006. O Sr. Calderón foi membro do conselho de administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil, da Ultrafertil S.A. e da Fertifos S.A., diretor da Bunge Brasil S.A. e da Fertifos S.A. e membro do Comitê de Auditoria da Fundação Bunge, da Bungeprev e da Fosfertil de 2003 a 2006. De 1981 a 2003, foi sócio da PricewaterhouseCoopers, nas divisões de auditoria, impostos e consultoria. O Sr. Calderón é formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Contabilidade pela Fundação Paulo Eiró, com pós-graduação em E-business pela Darden Graduate School of Business Administration da University of Virginia. Participou também de cursos da Summer Executive Business School of Business Administration da University of Western Ontario Canada, do Center for Executive Development Faculty da Princeton University, de Gestão de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais em Arundel, Inglaterra, e de Desenvolvimento de Negócios Executivos da Fundação Getulio Vargas(FGV).

O *Sr. Rodrigo Luis Rosa Couto* é membro da nossa diretoria desde dezembro de 2011 (em posse desde 10 de Janeiro de 2012). Ele ingressou no conglomerado em 2008, ocupando um cargo na área de gestão de risco corporativo. Anteriormente, o Sr. Couto atuou na McKinsey & Company como associado no período de setembro de 2005 a fevereiro de 2008, bem como no Banco Central de 1998 a 2003. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui MBA em Finanças pela Wharton School, University of Pennsylvania.

Três dos nossos diretores, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Alfredo Egydio Setubal, são membros da família Egydio de Souza Aranha e dois dos nossos diretores, Pedro Moreira Salles e Fernando Roberto Moreira Salles, são membros da família Moreira Salles

Não existem processos judiciais em curso nos quais qualquer de nossos conselheiros, indicados a conselheiros, ou diretores seja a parte contrária à nossa instituição. Não temos conhecimento de nenhum acordo ou entendimento com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou qualquer outra pessoa mediante o qual qualquer pessoa tenha sido escolhida como conselheiro ou diretor executivo, exceto no que diz respeito ao acordo de acionistas entre a Itaúsa e a E. Johnston para reger sua relação referente à IUPAR, ao Itaú Unibanco Holding S.A. e suas subsidiárias. Consulte “7A. Principais Acionistas – Acordos de Acionistas”.

6B. Remuneração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração global que provisionamos para todos os membros de nosso conselho de administração e diretoria do Itaú Unibanco, por serviços prestados naquele ano, em todas as competências, foi de aproximadamente R$617,6 milhões. Esta cifra inclui salários no montante aproximado de R$271,0 milhões, participação nos lucros no montante aproximado de R$191,9 milhões e contribuições a planos de aposentadoria patrocinados pelo empregador no montante aproximado de R$5,0 milhões. Com exceção do maior e menor valor a título de remuneração recebidos por um conselheiro ou diretor, sem as respectivas identificações, a legislação brasileira não exige e não divulgamos a remuneração de cada um de nossos conselheiros, diretores e membros de nossos órgãos administrativos, de supervisão ou gestão.

Em 25 de abril de 2011 nossos acionistas aprovaram (i) a remuneração dos membros do nosso conselho de administração no valor anual total de R$11 milhões, (ii) a remuneração dos membros de nossa diretoria no valor anual total de R$115 milhões, e (iii) a remuneração individual mensal de R$12.000 e R$5,000 para os membros efetivos e os suplentes de nosso conselho fiscal, respectivamente.

Nossos diretores e conselheiros recebem outros benefícios geralmente proporcionados a nossos colaboradores, como assistência médica e odontológica, que totalizaram aproximadamente R$3,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com relação à divulgação do maior e menor valor a título de remuneração recebidos por um conselheiro e diretor, em 2 de março de 2010, o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF do Rio de Janeiro ajuizou, em nome dos executivos filiados, uma ação ordinária com pedido de liminar questionando a legalidade da exigência desta divulgação sob a alegação de que referida divulgação causaria grande desconforto aos executivos e violaria seus direitos e garantias individuais. Não temos a intenção de fazer tal divulgação até que seja obtida uma decisão final sobre este assunto, especialmente considerando que, agindo de outro modo, os direitos de nossos executivos à revisão judicial seriam restringidos.

Instituímos um plano de participação nos lucros para nossos administradores e o plano e seu regulamento foram aprovados pelo conselho de administração. O plano prevê, para cada membro da administração (incluindo os membros do conselho de administração e diretores), beneficiário do plano, a atribuição de um valor-base semestral para cálculo da remuneração, de acordo com o plano de participação nos lucros. O montante final do pagamento a uma pessoa é baseado nos resultados consolidados do Itaú Unibanco, dos resultados da respectiva unidade de negócios e o desempenho individual. Este valor individual é apurado pela multiplicação do valor base por um índice aplicável a todos os participantes, que depende do nosso nível de retorno sobre o patrimônio líquido.

Adicionalmente, oferecemos ações aos nossos administradores, conforme descrito abaixo.

Nossos conselheiros não assinaram nenhum contrato de prestação de serviços com nossa empresa tampouco com nossas subsidiárias prevendo benefícios por término do vínculo empregatício.

6C. Práticas do Conselho

Para informações sobre a eleição de nossos conselheiros e diretores e seus respectivos mandatos, consulte o “Item 6A. Conselho de Administração e Diretoria”.

Para informações sobre as atribuições do conselho de administração, consulte o “Item 10B. Estatuto Social”.

Órgãos Estatutários

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a adoção de um conselho fiscal é voluntária. Nosso conselho fiscal está instalado anualmente desde 2000, mesmo o nosso estatuto social concedendo condição não permanente a nosso conselho fiscal. O conselho fiscal pode ser instalado como órgão permanente ou temporário. O conselho fiscal é um órgão independente eleito anualmente pelos acionistas para supervisionar as atividades da administração e os auditores independentes. As responsabilidades de nosso conselho fiscal são estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e englobam a supervisão da conformidade da administração com as leis e estatutos sociais, a emissão de um relatório incluído nos relatórios trimestrais e anuais submetidos à aprovação dos acionistas, e a convocação de assembleias de acionistas e reporte de assuntos adversos específicos nestas assembleias gerais de acionistas. Nosso conselho fiscal é composto pelas pessoas indicadas a seguir, cada qual por um mandato de um ano e eleitas por assembleia geral ordinária no dia 25 de abril de 2011:

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Iran Siqueira Lima(*)	Presidente	21/05/1944
Alberto Sozin Furuguem(*)	Membro	09/02/1943
Artemio Bertholini(**)	Membro	01/04/1947
Ernesto Rubens Gelbcke(**)	Suplente	01/12/1943
José Caruso Cruz Henriques(*)	Suplente	31/12/1947
João Costa(*)	Suplente	10/08/1950

(*) Indicados pelo bloco de acionistas controladores.
(**) Indicados pelos detentores de ações preferenciais.

Comitê de Auditoria

De acordo com os regulamentos do CMN, todas as instituições financeiras que: (i) tenham capital regulatório em montante igual ou superior a R$1 bilhão; (ii) administrem fundos de terceiros em montante de pelo menos R$ 1 bilhão ou; (iii) que possuam depósitos e fundos de terceiros de pelo menos R$ 5 bilhões, deverão possuir um comitê de auditoria interno. Os comitês de auditoria precisam ser criados segundo uma disposição expressa no estatuto da respectiva instituição financeira e compostos por pelo menos três membros, sendo um deles obrigatoriamente especialista em finanças, com rodízio a cada 5 anos. Os membros do comitê de auditoria somente poderão participar novamente do comitê após um período de três anos subsequente ao mandato máximo de cinco anos.

Os membros do comitê de auditoria de instituições de capital aberto não poderão: (i) ser ou ter sido nos últimos doze meses: (a) diretor da instituição ou de suas coligadas; (b) funcionário da instituição ou de suas coligadas; (c) diretor, gerente, supervisor, técnico ou qualquer outro membro da equipe envolvida em atividades de auditoria da instituição; ou (d) membro do conselho fiscal da instituição ou de suas coligadas; e (ii) ser cônjuge ou parente (de primeiro ou segundo grau) das pessoas descritas no item (i), subitens (a) ou (c).

Também é proibido aos membros do comitê de auditoria de instituições de capital aberto receber qualquer remuneração da instituição ou de suas coligadas, exceto como membro do comitê de auditoria. No caso de um membro do comitê de auditoria da instituição ser também membro do conselho de administração da instituição ou de suas coligadas, o mesmo deverá optar pela remuneração relacionada a apenas um dos cargos.

Nosso comitê de auditoria reporta-se ao conselho de administração e suas principais funções são:

- zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding;
- zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- zelar pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente do Itaú Unibanco Holding;
- zelar pela atuação, independência e qualidade do trabalho realizado pelos auditores internos do Itaú Unibanco Holding;
- zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Itaú Unibanco Holding;
- recomendar melhorias ou modificações nas políticas e nos procedimentos; e
- recomendar ao conselho de administração a contratação e a substituição de auditores independentes.

De acordo com as regulamentações do Banco Central, o comitê de auditoria deverá ser um órgão estatutário, criado por deliberação dos acionistas, separado do conselho de administração. A despeito da exigência de ser um órgão corporativo distinto, os membros do comitê de auditoria poderão ser membros do conselho de administração, desde que preencham alguns requisitos de independência. Adicionalmente, nos termos da legislação brasileira, a contratação de Auditoria Independenteé uma função reservada exclusivamente ao conselho de administração da empresa. No entanto, a regulamentação brasileira permite a criação de um comitê único para todo o grupo de empresas.

A Auditoria Independente e o comitê de auditoria devem notificar imediatamente o Banco Central sobre a existência ou evidência de erro ou fraude no máximo em três dias úteis da respectiva identificação de tal erro ou fraude, inclusive:

- não cumprimento de qualquer norma jurídica ou regulatória que coloque em risco a continuidade da empresa auditada;
- fraude em qualquer montante perpetrada pela administração da instituição;
- fraude significativa perpetrada pelos funcionários da empresa ou por terceiros; e

- erros que levem a incorreções significativas nos registros contábeis da empresa.

O nosso comitê de auditoria é integrado pelas seguintes pessoas, com mandato de um ano, eleitas pelo conselho de administração.

Nome	Cargo
Gustavo Jorge Laboissiere Loyola	Presidente
Alkimar Ribeiro Moura	Membro
Eduardo Augusto de Almeida Guimarães	Membro
Guy Almeida Andrade	Membro e Especialista Financeiro
Luiz Alberto Fiore	Membro

O nosso conselho de administração estabeleceu que um dos membros de nosso comitê de auditoria, o Sr. Guy Almeida Andrade, é especialista financeiro do comitê de auditoria e atende aos requisitos da SEC e da NYSE. O especialista financeiro do comitê de auditoria, assim como os outros membros do comitê de auditoria, são independentes nos termos das Resoluções nº 3.198 do CMN, que exige que esses membros não sejam, e nem tenham sido no ano anterior, diretor ou funcionário, da empresa ou de suas coligadas, ou funcionário com responsabilidades gerenciais da divisão de auditoria interna da empresa. Acreditamos que as habilidades, experiência e formação acadêmica dos nossos membros do comitê de auditoria qualifiquem-nos para cumprir com todos os deveres de membros do comitê de auditoria, inclusive supervisionar a preparação das demonstrações financeiras em IFRS. Além disso, nosso comitê de auditoria tem habilidade para reter auditores independentes, assessores financeiros e outros consultores, assessores e especialistas, sempre que ele considerar apropriado.

Consulte no item anterior a biografia do Sr. Gustavo Jorge Laboissiere Loyola. A seguir encontram-se as descrições biográficas resumidas dos Srs. Alkimar Ribeiro Moura, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Guy Almeida Andrade e Luiz Alberto Fiore.

O Sr. Alkimar Ribeiro Moura é membro do nosso comitê de auditoria desde maio de 2010. Ele foi membro independente do Conselho de Supervisão da BM&FBovespa Supervisão de Mercados (BSM) de outubro de 2007 a setembro de 2010. Anteriormente, havia ocupado os cargos de membro do conselho de administração do Banco Nossa Caixa S.A. de maio de 2006 a fevereiro de 2007 e da Cia. Brasil de Seguros de maio de 2001 a fevereiro de 2003. Foi membro do conselho do Banco Bandeirantes S.A. de maio de 1999 a dezembro de 2000, e diretor presidente do Banco do Brasil Banco de Investimentos (BBBI), além de vice-presidente executivo de Finanças e Mercado de Capitais do Banco do Brasil S.A. de abril de 2001 a janeiro de 2003. No Banco Central, foi vice-diretor de regulamentação e organização do Sistema Financeiro do Banco Central de fevereiro de 1996 a setembro de 1997, vice-diretor de política monetária de março de 1994 a fevereiro de 1996 e vice-diretor de dívida pública e operações no mercado aberto de janeiro de 1987 a janeiro de 1988. O Sr. Moura é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado na University of California em Berkeley, nos EUA, em 1966, e Ph.D em Economia pela Stanford University na California, EUA.

O Sr. Eduardo Augusto de Almeida Guimarães é membro do nosso comitê de auditoria desde dezembro de 2008. Foi membro do comitê de auditoria do Unibanco de abril de 2004 a dezembro de 2008. Anteriormente, ocupou os cargos de presidente do IBGE de 1990 a 1992, de secretário nacional do tesouro no Ministério da Fazenda de 1996 a 1999, de presidente do BANESPA de 1999 a 2000 e de presidente do Banco do Brasil de 2001 a 2003. É membro dos conselhos de administração de várias empresas, como o Banco do Brasil, CEF, BNDES Participações S.A. e Banco Nossa Caixa S.A. Ocupa várias funções acadêmicas, como professor e diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, palestrante do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e da Universidade Federal Fluminense. O Sr. Guimarães é formado em engenharia civil e em economia, possui mestrado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Ph.D em economia pela University of London.

O Sr. Guy Almeida Andrade é membro do nosso comitê de auditoria desde dezembro de 2008. Foi membro do comitê de auditoria do Unibanco de abril de 2004 a dezembro de 2008. Iniciou sua carreira em 1974 na Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes, onde se tornou sócio em 1982, cargo que detém atualmente. Em 1984, ingressou em um programa de estagiários na Dunwoody & Co., em Toronto, Canadá. Em 1983 foi admitido na Câmara de Auditores Independentes do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. De 2002 a 2004, foi presidente da Diretoria Executiva Nacional do IBRACON e, atualmente, o Sr. Andrade é presidente do Conselho de Administração da IBRACON. Em 2000, foi eleito

membro do conselho de administração da International Federation of Accontants – IFAC, sediada em Nova York, cargo que ocupou até novembro de 2006. O Sr. Andrade foi presidente do comitê de auditoria do IFAC, de 2003 a 2006. Também foi membro do Comitê de Nomeação do IFAC de 2007 a 2010. O Sr. Guy Almeida Andrade é bacharel em contabilidade pela Universidade de São Paulo e em administração de empresas pela Universidade Mackenzie.

O Sr. Luiz Alberto Fiore foi eleito membro do nosso comitê de auditoria em fevereiro de 2012 (eleição aprovada pelo Banco Central e aguardando posse). Iniciou a carreira em 1971 na PriceWaterhouseCoopers. Em 1973, ingressou na Deloitte Touche Tohmatsu, onde se tornou sócio das áreas de Corporate Finance e Auditoria Externa em 1985 e membro do Comitê Executivo e do conselho de administração da Deloitte do Brasil em 1987. Em 1998, o Sr. Fiore tornou-se representante para a América Latina do Conselho Internacional de Corporate Finance da Deloitte. Trabalhou na Deloitte até 2010. O Sr. Luiz Alberto Fiore é formado em Administração de Empresas pela Universidade Católica (ESAN-PUC) e em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie.

Comitês do Conselho de Administração

As informações abaixo se referem aos membros do comitê de estratégia, do comitê de gestão de riscos e de capital, do comitê de nomeação e governança corporativa, do comitê de pessoas e do comitê de remuneração, eleitos em 28 de abril de 2011.

O conselho de administração geralmente nomeia membros para cada comitê escolhendo-os entre os membros do nosso conselho de administração; entretanto, funcionários-chave do Itaú Unibanco Holding e especialistas na área específica do comitê podem ser convidados a se tornar membros. Os membros são nomeados anualmente.

Comitê de Estratégia

Nosso comitê de estratégia é responsável pela estratégia corporativa, investimentos e orçamento.

Com relação à estratégia corporativa, o comitê: (i) apoia o conselho de administração na discussão com a diretoria sobre as diretrizes estratégicas em temas de negócio; (ii) emite pareceres e recomendações sobre as diretrizes estratégicas, subsidiando assim as discussões e decisões do conselho de administração; (iii) toma a iniciativa na discussão dos principais assuntos e dos que tenham natureza alto impacto.

Com relação a investimentos, o comitê: (i) revisa oportunidades de investimentos apresentadas pela diretoria e que tenham alto impacto no negócio; e (ii) emite pareceres e recomendações sobre oportunidades de investimentos apresentadas, subsidiando as discussões e decisões do conselho de administração.

Com relação ao orçamento, o comitê: (i) propõe diretrizes orçamentárias; (ii) conduz discussão profunda com a diretoria para definir as diretrizes orçamentárias; (iii) conduz discussões com a diretoria e faz recomendações ao conselho de administração sobre o orçamento do ano corrente; e (iv) aconselha e apoia o diretor presidente no monitoramento da estratégia corporativa referente ao orçamento.

Além disso, o comitê de estratégia também organiza um subcomitê de cenários econômicos, formado por funcionários-chave do Itaú Unibanco Holding e suas controladas, os quais possuem experiência reconhecida em macroeconomia. Esse subcomitê fornece dados sobre macroeconomia ao comitê de estratégia como um suporte para as suas considerações na definição da estratégia, dos investimentos e orçamentos.

Os membros do conselho de administração nomeados para compor nosso comitê de estratégia são: Pedro Moreira Salles, Roberto Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino, Henri Penchas e Israel Vainboim.

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital

Nosso comitê de gestão de riscos e de capital é responsável por oferecer suporte ao conselho de administração na execução de suas atividades relacionadas com a gestão de riscos e de capital, submetendo relatórios e recomendações à análise do conselho de administração a respeito de: (i) supervisão das atividades de controle e gestão de riscos do Itaú Unibanco a fim de assegurar a adequação com os níveis de risco assumidos e com a complexidade das operações, bem como o cumprimento de exigências regulatórias; (ii) revisão e aprovação das políticas e estratégias de gestão de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos para manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição; (iii) determinação do retorno mínimo esperado sobre o capital do Itaú Unibanco como um todo e de suas linhas de negócios, bem como monitoramento de desempenho; (iv) supervisão de estruturas de incentivo, inclusive remuneração, a fim

de garantir o alinhamento com os objetivos de controle de risco e geração de valor; e (v) melhoria da cultura de risco do Itaú Unibanco.

Os membros do conselho de administração nomeados para compor nosso comitê de gestão de riscos e de capital são: Roberto Egydio Setubal, Gustavo Jorge Laboissière Loyola, Pedro Luiz Bodin de Moraes, Francisco Eduardo de Almeida Pinto e Candido Botelho Bracher.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Nosso comitê de nomeação e governança corporativa é responsável por certos assuntos de governança corporativa, como a escolha, nomeação e avaliação dos membros do conselho de administração e do Diretor-Presidente.

Em relação aos assuntos de governança corporativa, o comitê: (i) analisa e se manifesta sobre situações de potencial conflito de interesses entre os conselheiros e sociedades integrantes do conglomerado Itaú Unibanco, com base em certos critérios estabelecidos pelo conselho de administração, em especial (a) situações decorrentes de atividades externas desenvolvidas pelos membros do conselho de administração ou da diretoria em órgãos estatutários de outras sociedades não integrantes do Itaú Unibanco Holding; e (b) transações entre conselheiros e sociedades integrantes do Itaú Unibanco Holding; (ii) propõe a divisão, entre os conselheiros, da remuneração global fixada pela assembleia ordinária dos acionistas; (iii) recomenda mudanças na composição do conselho de administração e dos comitês; e (iv) recomenda alterações na estrutura dos comitês, inclusive a criação ou dissolução de comitês.

Em relação à escolha e nomeação dos membros do conselho de administração e do diretor presidente, o comitê: (i) identifica, analisa e propõe candidatos para o conselho apresentar à assembleia geral ordinária dos acionistas, determinando se o candidato será, se for eleito, considerado: conselheiro interno (também diretor da empresa), externo (não sendo diretor da empresa) ou independente (não eleito pelo acionista controlador, entre outras exigências de independência); (ii) revê periodicamente os critérios de definição de conselheiros independente, interno e externo, de acordo com as melhores práticas e os princípios de governança e a regulamentação aplicável, recomendando ao conselho quaisquer modificações que se façam necessárias e reavaliando a condição de cada conselheiro à luz dos novos critérios de independência que venham a ser estabelecidos; (iii) avalia o funcionamento do conselho de administração; (iv) discute e faz recomendações sobre sucessão do presidente do conselho de administração; (v) discute e faz recomendações sobre diretrizes e processos de seleção e nomeação do diretor presidente; e (vi) auxilia na identificação dos conselheiros qualificados para preencher vagas nos comitês que se subordinam ao conselho, inclusive no Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, devendo especificamente fornecer um parecer sobre a independência e a especialização financeira para os membros do Comitê de Auditoria.

Com relação à avaliação dos membros do conselho de administração e do diretor presidente, o comitê: (i) recomenda processos de avaliação do conselho, de cada conselheiro, do presidente do conselho, dos comitês e do diretor presidente; e (ii) dar apoio referente à metodologia de avaliação e ao conselho, a cada conselheiro, ao presidente do conselho, aos comitês e ao diretor presidente.

Os membros do conselho de administração nomeados para compor nosso comitê de nomeação e governança corporativa são: Pedro Moreira Salles, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Alfredo Egydio Setubal, Henri Penchas, Israel Vainboim e Fernando Roberto Moreira Salles.

Comitê de Pessoas

Desde 2009, nosso comitê de pessoas é responsável pela definição de políticas e práticas de remuneração e opções de compra de ações, bem como pela supervisão do recrutamento, treinamento e retenção de funcionários talentosos. Em virtude da criação do comitê de remuneração pelo conselho de administração na assembléia realizada em 17 de fevereiro de 2011, em atendimento à Resolução nº 3.921 do CMN, algumas responsabilidades do comitê de pessoas relacionadas com a definição das principais políticas e práticas de remuneração do conglomerado Itaú Unibanco foram transferidas ao comitê de remuneração.

Nosso comitê de pessoas é responsável pela definição da política de remuneração de nossos conselheiros, diretores e staff, pela definição de opções de compra de ações, pelo recrutamento, treinamento e retenção de funcionários talentosos.

Com relação à remuneração e opções de compra de ações, o comitê de pessoas, entre outras funções: (i) estabelece e revisa a política de remuneração dos nossos conselheiros, diretores e staff; (ii) propõe várias formas de remuneração fixa e variável além de benefícios e programas especiais para recrutamento e desligamento; e (iii) aprova a outorga de opções de compra de ações do Itaú Unibanco Holding, como o comitê

responsável pelas decisões institucionais dentro do escopo dos planos de opções de compra de ações patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding.

Com relação às questões de recrutamento e treinamento, o comitê: (i) propõe diretrizes para políticas de recrutamento, avaliação e desenvolvimento de carreira das sociedades pertencentes ao Itaú Unibanco Holding, assegurando a preparação de sucessores para todas as posições-chave; (ii) discute, acompanha e aconselha a diretoria sobre a carreira dos talentos-chave do Itaú Unibanco Holding (de 100 a 150 pessoas), os quais não serão definidos necessariamente em função do nível hierárquico; (iii) monitora a performance dos executivos-chave do Itaú Unibanco Holding, avaliando os resultados em comparação com as metas traçadas; (iv) monitora o resultado do programa de trainees, inclusive do recrutamento realizado durante o ano, a evolução dos trainees de anos anteriores e análise geral do programa; (v) acompanha o sistema de avaliação usado pela diretoria para avaliar funcionários do Itaú Unibanco Holding, analisando sua aderência às diretrizes estipuladas; (vi) apoia na definição de diretrizes de mentoring; (vii) aconselha sobre os talentos necessários para que o Itaú Unibanco Holding atinja suas aspirações de médio prazo, em linha com princípios éticos e morais; (viii) revisa os perfis dos principais executivos a serem contratados, recomendando sua contratação ao diretor presidente e, quando a contratação for para o cargo de diretor, ao conselho de administração; (ix) recomenda políticas gerais de recrutamento; (x) acompanha o que empresas do mesmo setor estão buscando como perfil para seus executivos-chave; (xi) aconselha sobre a contratação de consultores e especialistas para auxiliar no processo de contratação; (xii) monitora o número de funcionários por unidade de negócios, em comparação com as metas estabelecidas; (xiii) discute a cultura e as necessidades de treinamento; (xiv) acompanha as políticas de cursos e programas de treinamento para treinamento de pessoal; e (xv) apoia na definição de programas de educação continuada.

Os membros do conselho de administração nomeados para compor nosso comitê de pessoas são: Pedro Moreira Salles, Roberto Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino, Francisco Eduardo de Almeida Pinto e Candido Botelho Bracher.

Comitê de Remuneração

Em 17 de fevereiro de 2011, nosso conselho de administração criou o comitê de remuneração.

As principais funções do nosso comitê de remuneração atualmente incluem: (i) discutir e analisar os modelos existentes de remuneração para o Itaú Unibanco Holding, para o Itaú Unibanco e para o Itaú BBA (inclusive das operações de tesouraria); (ii) propor um pacote de remuneração para o diretor presidente do Itaú Unibanco Holding para aprovação do conselho de administração; e (iii) avaliar e aprovar os pacotes de remuneração propostos pelo diretor presidente para os vice-presidentes executivos do Itaú Unibanco e do Itaú BBA, e para os respectivos diretores presidentes, inclusive as remunerações fixa e variável, benefícios e incentivos de longo prazo dessas remunerações.

O impacto da Resolução nº 3.921 do Conselho Monetário Nacional e demais normas relativas às práticas de remuneração existentes nos países nos quais as nossas subsidiárias operam está sendo analisado pelo comitê de remuneração. Consulte “Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação – Remuneração de Conselheiros e Diretores.”

Os membros do conselho de administração nomeados para compor nosso comitê de remuneração são: Pedro Moreira Salles, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Henri Penchas, Israel Vainboim e Pedro Luiz Bodin de Moraes.

Comitês da Diretoria

Comitê de Divulgação e Negociação

A principal responsabilidade do nosso comitê de divulgação e negociação é administrar as nossas políticas nessa área. Isto abrange diversas medidas internas para melhorar o fluxo de informações e a supervisão da conduta ética da administração e dos funcionários, a fim de: (i) garantir a transparência, qualidade, igualdade e exatidão das informações fornecidas aos acionistas, investidores, imprensa, autoridades governamentais e outros órgãos do mercado de capitais; (ii) formular e implementar os critérios estabelecidos por nós, de forma que a administração, os acionistas, os controladores e os funcionários do Itaú Unibanco Holding, assim como terceiros que mantêm relacionamento conosco, possam respeitar as normas legais e éticas na negociação de títulos e valores mobiliários; (iii) avaliar as diretrizes e os procedimentos previstos na nossa política de negociação e as diretrizes para divulgação de um ato ou fato relevante e para a manutenção da confidencialidade de certas informações, conforme estabelecido pela nossa política de divulgação, bem como a análise prévia do teor dos comunicados à imprensa; (iv) monitorar e regular o cumprimento, pela

administração e outros funcionários do Itaú Unibanco Holding, das nossas políticas, e (v) investigar os casos de violação das nossas políticas, notificando quaisquer infrações ao conselho de administração.

O nosso comitê de divulgação e negociação é composto pelo nosso principal diretor de relações com investidores e por duas a dez pessoas eleitas anualmente entre os membros do conselho de administração, da diretoria ou de controladas, e especialistas em mercados de capital.

6D. Funcionários

Geral

A tabela abaixo apresenta o número de nossos funcionários em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

	31 de dezembro		
	2011	**2010**	**2009**
Funcionários (consolidado)	**104.542**	**108.040**	**101.640**
No Brasil	98.258	102.316	96.240
No exterior	6.284	5.724	5.400
Argentina	1.566	1.514	1.376
Chile	2.334	2.043	2.012
Uruguai	1.099	1.071	983
Paraguai	650	517	461
Europa	213	212	345
Outros	422	367	223

A tabela a seguir apresenta o número de funcionários por unidade operacional em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

	31 de dezembro		
	2011	**2010**	**2009**
Banco Comercial	95.534	93.430	89.360
Itaú BBA	3.024	2.387	2.310
Crédito ao Consumidor	5.941	12.133	9.888
Corporação e Tesouraria	43	90	82
Total	**104.542**	**108.040**	**101.640**

O número de funcionários diminuiu 3,2% de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011.

Nossos funcionários são representados por um dos 203 sindicatos no Brasil, que consistem de sindicatos trabalhistas do setor bancário nas diversas localidades em que atuamos.

Desde 1986, o setor bancário no Brasil tem sido alvo de greves organizadas por sindicatos trabalhistas, normalmente durante as negociações salariais no terceiro trimestre de cada ano. Durante uma greve, parte das atividades normais das agências sofre interrupções temporárias. Apesar das interrupções, em nossas operações bancárias de varejo e, em menor proporção, em nossas operações bancárias corporativas, não tivemos, historicamente, perdas significativas devido a greves.

A FENABAN representa as instituições bancárias como empregadores e negocia com as duas entidades que representam os funcionários, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, -- CONTRAF, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito -- CONTEC. Elas realizam negociações salariais anuais para atualizar os salários, os níveis de pagamento de horas extras dos bancos e outros benefícios. A negociação ocorre em setembro de cada ano Tradicionalmente, determinamos a estrutura salarial de nossos funcionários acima desses níveis.

Procuramos manter bons relacionamentos com nossos funcionários e com os sindicatos trabalhistas que os representam.

O Itaú Unibanco Holding, por meio das instituições patrocinadas, oferece aos seus funcionários 19 planos de previdência, que são administrados pelas nove entidades descritas a seguir, sendo que oito delas são fundos de pensão fechados e uma é um fundo de pensão aberto. O principal objetivo dos planos é fornecer um complemento aos benefícios da previdência social. Doze dos planos são de benefícios definidos, em que o cálculo do montante de benefício de aposentadoria é computado por uma fórmula definida. Três são planos de contribuição definida, em que os valores de contribuição são fixos e o valor do benefício será proporcional ao retorno sobre o investimento ao longo do tempo, e quatro são planos de contribuição variável, em que os valores das contribuições dependem também do retorno sobre o investimento ao longo do tempo. Os novos funcionários podem participar de um plano de contribuição definida, administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos são administrados pelas seguintes entidades (fundos de pensão fechados):

- Fundação Itaubanco, que administra os seguintes planos: PAC, Itaubanco Plano CD, PBF, Plano 002, Plano de benefício definido Itaulam e plano de contribuição variável;
- Funbep – Fundo de Pensão Multipatrocinado, que administra os seguintes planos: Funbep I e Funbep II;
- Prebeg – Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG, que administra o plano PREBEG;
- Fundação Bemgeprev, que administra o plano ACMV;
- Itaubank Sociedade de Previdência Privada, que administra o plano Itaubank;
- Itaú Fundo Multipatrocinado, que administra os seguintes planos: plano de benefício definido Itaú e plano de contribuição definida Itaú;
- UBB PREV – Previdência Complementar, que administra os seguintes planos: plano Futuro Inteligente, plano básico e plano IJMS; e
- Fundação Banorte, que administra os seguintes planos: Plano I e Plano II.

Nossos planos de previdência são administrados de acordo com nossos princípios de governança corporativa, cujo objetivo é garantir que os participantes recebam benefícios de aposentadoria superiores, por meio da administração do plano Conforme exigido pelas agências reguladoras do Brasil, avaliações atuariais são realizadas pelo atuário responsável por cada plano a cada ano Em 2011, nossas contribuições para os planos de previdência corresponderam aos níveis exigidos pelas normas atuariais. Fizemos contribuições para nossos planos de previdência no valor aproximado de R$42 milhões em 2011.

Treinamento e Desenvolvimento

O desenvolvimento pessoal é um de nossos principais valores e nos dedicamos a treinar equipes de alto desempenho comprometidas e motivadas pelo desenvolvimento sustentável. A Escola de Administração Itaú Unibanco oferece educação continuada em três áreas: administração (gestão do conhecimento de diferentes áreas de negócios), liderança (gestão do conhecimento para desenvolvimento de líderes) e habilidades corporativas (gestão do conhecimento de aplicação geral e programas de preparação para certificação). A educação continuada de nossas equipes e líderes promove um nível alto de discussão sobre temas como ética, sustentabilidade, meritocracia e eficiência.

6E. Propriedade das Ações

Exceto pelas ações indiretamente detidas por nossos acionistas controladores (detidas por meio de suas participações na IUPAR e na Itaúsa), os membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria, individualmente ou em grupo, possuem participação de menos de 1,0% das nossas ações ordinárias e de menos de 1,0% de nossas ações preferenciais.

Plano de Opção de Compra de Ações

Emitimos opção de compra de ações como forma de remuneração desde 1995. Consequentemente, parte da remuneração variável da nossa administração é feita na forma de opção de compra de ações, pois acreditamos que isso aumenta o comprometimento com o nosso desempenho. Nosso plano de opção foi instituído com o objetivo de integrar os executivos ao nosso desenvolvimento de médio e longo prazo. Nossos acionistas nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2009 e 26 de abril de 2010 incluíram o conselho de administração, os funcionários sênior do Itaú Unibanco Holding e os funcionários sênior e membros da administração das suas controladas entre os beneficiários do planº Acreditamos que isto lhes permitirá participar do valor agregado por seus trabalhos às ações do Itaú Unibanco Holding. Nosso plano de opção de compra de ações foi elaborado para reter os serviços dos membros da diretoria e do conselho de administração e atrair funcionários altamente capacitados.

Nosso plano de opção de compra de ações é administrado pelo comitê de pessoas, cujos membros são nomeados por nosso conselho de administração. Este comitê de pessoas periodicamente indica os membros da nossa administração a quem as opções de compra de ações devem ser outorgadas nas quantidades especificadas. Opções de ações também podem ser concedidas aos membros da administração das controladas ou para funcionários sênior do Itaú Unibanco Holding ou daquelas controladas. Nosso conselho de administração pode modificar as decisões do comitê de remuneração na primeira reunião subsequente à data em que as opções foram outorgadas. Se não houver modificações, as opções outorgadas pelo comitê de pessoas são consideradas confirmadas. O comitê de pessoas somente pode outorgar opções se os lucros forem suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório de acordo com a Legislação Societária Brasileira. A quantidade de opções outorgadas em qualquer ano não pode ultrapassar 0,5% do total de nossas ações no fim do exercício em questão. Se, em um determinado exercício, a quantidade de opções de compra de ações outorgadas for inferior ao limite máximo de 0,5% da quantidade total de ações, a diferença poderá ser acrescida às opções outorgadas em qualquer um dos sete exercícios seguintes.

As opções têm um prazo de exercício de cinco a dez anos a partir da data de sua emissão e somente podem ser exercidas após um período de carência estipulado pelo comitê de pessoas e fora de determinados períodos de suspensão. O período de carência varia, a critério do comitê de pessoas, de um a sete anos a partir da data de emissão das opções. Os períodos de suspensão são aqueles em que a CVM proíbe os membros da administração de negociar ações da sociedade à qual são filiados e nos quais, portanto, não há possibilidade de exercício de opções.

O preço de exercício de uma opção é determinado pelo comitê de pessoas à época da outorga e pode ser corrigido até o mês anterior ao exercício da opção. Ao determinar o preço de exercício, o comitê de pessoas considera os preços médios de nossas ações preferenciais nos dias em que a BM&FBOVESPA estiver aberta para negócios durante os últimos três meses do ano anterior ao ano da emissão da opção. O plano também permite um ajuste de até 20,0% acima ou abaixo deste preço médio.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de abril de 2009, os acionistas também aprovaram a assunção pelo Itaú Unibanco Holding de todos os direitos e obrigações que o Unibanco e o Unibanco Holdings tinham sob seus respectivos planos de opção de compra de ações. Depois dessa assunção, as opções detidas pelos beneficiários para adquirir ações emitidas pelo Unibanco e Unibanco Holdings foram trocadas por opções para adquirir ações do Itaú Unibanco Holding, utilizando a mesma relação de troca adotada para a Associação.

A assembleia geral extraordinária realizada em 24 de abril de 2009 também criou um novo mecanismo para a outorga de opções aos beneficiários cujo desempenho tenha sido considerado extraordinário e que tenham potencial, de acordo com os critérios estabelecidos pelo comitê de pessoas e através do uso das ferramentas de avaliação de desempenho e liderança. O comitê de pessoas pode outorgar opções cujo preço de exercício é pago através da obrigação do beneficiário de investir até 20,0% da parcela do bônus atrelado a participação nos lucros e resultados em ações do Itaú Unibanco Holding. Os beneficiários a quem essas

opções forem outorgadas devem manter a propriedade das ações inalterada e sem ônus de qualquer tipo desde a data em que a opção for outorgada até o exercício da opção de compra. Este mecanismo foi ampliado na assembleia geral extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2010, para (i) permitir que uma parte ou a totalidade do valor líquido do bônus possa ser investida em ações e (ii) permitir que o comitê de pessoas imponha condições adicionais para aquisição das ações.

Adicionalmente, a assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26 de abril de 2010, deliberou que as ações que os beneficiários recebem por meio do exercício das opções poderão estar sujeitas a restrições adicionais de acordo com as deliberações do comitê de pessoas (como períodos mínimos de manutenção).

Em 25 de abril de 2011, nossos acionistas aprovaram modificações ao Plano de Opção de Compra de Ações a fim de (i) alterar a regra referente ao término do relacionamento dos beneficiários que detêm opções; (ii) ajustar o prazo para definição do preço de opções simples; e (iii) determinar expressamente que os beneficiários, ao investirem seu bônus no programa de opções de compra de ações e, portanto, receberem as opções, poderão adquirir ações diretamente da nossa tesouraria.

Consulte a Nota 21 às nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para obter informações adicionais sobre nosso plano de opções de compra de ações e a emissão de opções.

Nosso modelo de remuneração de conselheiros e diretores, descrito acima, deverá mudar em virtude das exigências da Resolução nº 3.921, emitida pelo CMN em 25 de novembro de 2010. A Resolução nº 3.921 estabelece novas regras aplicáveis à remuneração de diretores e conselheiros de instituições financeiras. A remuneração poderá ser fixa ou variável. A remuneração variável pode ser baseada em critérios específicos estabelecidos pela Resolução nº 3.921 e deve ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição financeira. No mínimo 50,0% da remuneração variável deve ser obrigatoriamente paga em ações ou instrumentos baseados em ações e, no mínimo, 40% da remuneração variável deve ser diferida para pagamento em, no mínimo, três anos, estando sujeita à suspensão, com base no resultado da instituição e da unidade de negócios durante o período do diferimento. Essas novas regras entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012 e são aplicáveis à remuneração baseada nos serviços prestados durante o ano de 2012. Adicionalmente, instituições financeiras de capital aberto, ou que sejam obrigadas pelo Banco Central a possuir um comitê de auditoria, deverão implantar um comitê de remuneração, antes da primeira assembleia de acionistas de 2012. O referido comitê deverá obedecer às normas previstas pela Resolução nº 3.921.

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos 69.845.113 opções a serem exercidas pelos nossos diretores e funcionários, compreendendo 443 beneficiários de opções simples (inclusive os planos de opções de compra de ações do Itaú Unibanco e os planos originais do Unibanco) e 216 beneficiários de opções de sócios (inclusive os planos de opções de compra de ações originais do Itaú Unibanco, Itaú BBA e Unibanco).

Em 2011, foram outorgadas 14.447.900 opções do Plano de Opções de Compra de Ações. As datas de outorga foram 28 de fevereiro, 19 de abril, 19 de agosto e 4 de novembro de 2011.

ITEM 7 PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7A. Principais acionistas

De acordo com nosso estatuto, nosso capital social é representado por duas classes de ações: ações ordinárias e ações preferenciais. Cada ação ordinária dá a seu detentor o direito a um voto nas assembleias gerais, não existindo diferenças nos direitos de voto conferidos por nossas ações ordinárias. As ações preferenciais não dão direito a voto.

A tabela a seguir apresenta algumas informações em 29 de fevereiro de 2012, relativas a: (i) qualquer pessoa que saibamos deter mais de 5,0% de nossas ações ordinárias em circulação, e (ii) qualquer pessoa que saibamos deter mais de 5,0% de nossas ações preferenciais em circulação.

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade Total de Ações	% do Total	Quantidade Total de Ações	% do Total	Quantidade Total de Ações	% do Total
Iupar - Itaú Unibanco Participações S.A.	1.167.536.100	51,00	0	0,00	1.167.536.100	25,54
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	885.142.900	38,66	77.100	0,00	885.220.000	19,37
BlackRock	0	0,00	159.335.737	6,98	159.335.737	3,48
Outros (mercado)	236.605.300	10,34	2.068.410.813	90,65	2.305.016.113	50,43
Subtotal	**2.289.284.300**	**100,00**	**2.227.823.650**	**97,64**	**4.517.107.950**	**98,82**
Ações em tesouraria(*)	2.100	0,00	53.826.050	2,36	53.828.150	1,18
TOTAL	**2.289.286.400**	**100,00**	**2.281.649.700**	**100,00**	**4.570.936.100**	**100,00**

(*) Não inclui ações mantidas pelo plano de contribuição definida do Itaubanco excedentes às contas individuais de participantes no montante de 1.500.000 ações ordinárias.

O Itaú Unibanco Holding é uma holding financeira controlado pela IUPAR, uma empresa holding controlada conjuntamente pela Itaúsa, uma empresa holding controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, detentora de 50% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da IUPAR e E. Johnston, uma empresa holding controlada pelos ex-acionistas controladores do Unibanco, a família Moreira Salles, detentora de 50% das ações ordinárias da IUPAR. A Itaúsa também detinha, diretamente, 38,66% de nossas ações ordinárias em 31 de janeiro de 2011. Três dos nossos conselheiros, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Alfredo Egydio Setubal, são membros da família Egydio de Souza Aranha, e dois de nossos conselheiros, Pedro Moreira Salles e Fernando Roberto Moreira Salles, são membros da família Moreira Salles.

Segundo o Artigo 12 da Instrução CVM Nº 358, a BlackRock, Inc. nos informou, em 30 de março de 2011, que era titular de ações preferenciais que representavam cerca de 7% das ações preferenciais emitidas do Itaú Unibanco Holding, exclusivamente para fins de investimento.

Em 25 de abril de 2011, nossos acionistas aprovaram o grupamento de nossas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 100 ações para 1 ação do mesmo tipo para ajustar nossa base acionária, a fim de reduzir custos administrativos e aprimorar a eficiência dos sistemas de registro de ações escriturais. Os nossos acionistas aprovaram também o simultâneo desdobramento de cada ação em 100 ações, o que manterá o preço de mercado de nossas ações em um patamar adequado para garantir liquidez. A operação, que foi homologada pelo Banco Central, foi concluída em 21 de novembro de 2011.

A tabela abaixo contém informações sobre nossas ações e American Depositary Shares (“ADS”) de acordo com a escrituração de ações em 29 de fevereiro de 2012:

	Número de Ações
Ações ordinárias	2.289.286.400
Ações preferenciais	2.281.649.700
Ações preferenciais representadas por ADS	**874.916.831**
Total	**5.445.852.931**

Acordo de Acionistas

Itaúsa e E. Johnston

A Itaúsa (holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha) e a E. Johnston (holding controlada pela família Moreira Salles) possuem um acordo de acionistas que rege as relações referentes à IUPAR, ao

Itaú Unibanco Holding e a suas controladas. Os principais termos do acordo de acionistas estão descritos a seguir.

Governança Corporativa

O conselho de administração da IUPAR é composto por quarto membros, dois nomeados pela Itaúsa e dois pela E. Johnston, e sua diretoria é composta por quatro membros, dois nomeados pela Itaúsa e dois pela E. Johnston. O conselho de administração do Itaú Unibanco Holding é composto por no máximo catorze membros, seis dos quais nomeados pela Itaúsa e pela E. Johnston.

Período de restrição para negociação de ações (lock-up), direito de preferência e de venda conjunta (tag-along)

As ações emitidas pela IUPAR não poderão ser transferidas pelos seus acionistas a terceiros até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se uma das partes decidir transferir as ações da IUPAR, a outra parte pode optar por (i) exercer seu direito de preferência e adquirir as ações, ou (ii) exercer seu direito de venda conjunta sob exatamente os mesmos termos e condições, ou (iii) renunciar a ambos os direitos de preferência e venda conjunta. A Itaúsa pode transferir de livre vontade as ações emitidas pelo Itaú Unibanco Holding que forem de sua propriedade direta. Se as partes decidirem transferir conjuntamente a totalidade de suas ações emitidas pela IUPAR, a Itaúsa pode exercer seu direito de venda conjunta a fim de incluir todas ou parte das ações emitidas pelo Itaú Unibanco Holding de propriedade direta da Itaúsa.

Prazo

O acordo de acionistas terá validade de vinte anos a partir de 27 de janeiro de 2009 e pode ser automaticamente renovado por períodos sucessivos de dez anos, exceto se terminado mediante notificação por escrito com antecedência de um ano por qualquer acionista.

Bank of America

No dia 1º de junho de 2010, o Bank of America Corporation ou “BAC”, acionista do Itaú Unibanco Holding, ofereceu, na forma de ADSs (cada ADS representa uma ação preferencial emitida pelo Itaú Unibanco Holding), a totalidade das 188.424.758 ações preferenciais emitidas pelo Itaú Unibanco Holding e de propriedade do BAC, que correspondem a aproximadamente 8,4% das ações preferenciais em aberto emitidas pelo Itaú Unibanco Holding e 4,16% de seu capital social total em aberto. Adicionalmente, no dia 11 de junho de 2010, o Itaúsa adquiriu a totalidade das 56.476.299 ações ordinárias emitidas pelo Itaú Unibanco Holding e de propriedade do BAC, que correspondem a aproximadamente 2,5% das ações ordinárias em aberto emitidas pelo Itaú Unibanco Holding e 1,2% de seu capital social total em aberto. Como resultado dessas operações, o acordo de acionistas anteriormente existente entre o Itaú Unibanco Holding, a Itaúsa e o BAC deixou de vigorar, e o BAC deixou de ter o direito de indicar um membro ao conselho de administração do Itaú Unibanco Holding ou, consequentemente, de vender suas ações do Itaú Unibanco Holding em uma eventual transferência de controle (tag along).

7B. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Consulte a “Nota 34 – Partes Relacionadas” às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Consulte a “Nota 2.4a – Resumo das Principais Políticas Contábeis – Consolidação e Consolidação Proporcional” às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- IUPAR e Itaúsa, controladores do Itaú Unibanco Holding.
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: A Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;

- A Fundação Itaubanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaubank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding e/ou por suas controladas.

- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse.

- Os investimentos nas empresas não consolidadas - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco BPI, S.A. Consulte a “Nota 12 – Investimentos em Empresas Não Consolidadas” de nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto, destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As principais operações com estas partes relacionadas são:

- aplicações em depósitos interfinanceiros, que são investimentos em outras instituições financeiras;

- depósitos, que são fundos recebidos como depósitos de outras entidades;

- captações no mercado aberto, que são fundos recebidos de contratos de recompra de títulos referentes a letras do tesouro financeiro, letras do tesouro nacional, notas do tesouro nacional, títulos públicos de outros países, Eurobonds, certificados de depósitos bancários, "swaps”, “forwards”, opções e contratos de futuros;

- valores a receber (pagar a) sociedades ligadas, que são resultantes de taxas de custódia e taxas de gestão de risco;

- receitas (despesas) de prestação de serviços, que são resultantes de taxas de administração e carteiras de coligadas, taxas de gestão de risco, e taxas de administração de investimentos e previdência social;

- receitas (despesas) com aluguéis, que consistem da locação de espaço utilizado por organizações sem fins lucrativos patrocinadas por nós;

- despesas com doações, que consistem de doações para investimentos em projetos de organizações sem fins lucrativos patrocinadas por nós; e

- despesas de processamento de dados, que consistem de despesas com serviços de processamento, inclusive assistência técnica especializada e manutenção de equipamentos, realizados pela Itautec.

Para mais detalhes, consulte a “Nota 34 – Partes Relacionadas”, às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

A concessão de crédito aos nossos diretores, conselheiros ou afiliadas está sujeita a restrições de acordo com a lei brasileira. Segundo a lei brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos, adiantamentos nem garantias a:

- quaisquer pessoas físicas, ou os membros da família imediata de tais pessoas físicas, ou jurídicas que controlem a instituição financeira ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição financeira,

- qualquer diretor, conselheiro ou membro do conselho fiscal de tais instituições financeiras ou os membros da família imediata de tal pessoa física, ou entidade na qual tal pessoa física detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social,

- qualquer entidade controlada pela instituição financeira,

- qualquer entidade na qual a instituição financeira detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social ou que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social da instituição financeira, ou

- companhias em que nossos diretores tenham uma posição gerencial.

O Itaú Unibanco Holding faz doações regulares à Fundação Itaú Social, uma fundação beneficente cujos objetivos são:

- criar o “Programa Itaú Social”, direcionado à coordenação de atividades de interesse para a comunidade, apoiando e desenvolvendo projetos sociais, científicos e culturais, principalmente nas áreas de educação e saúde;

- apoiar projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o “Programa Itaú Social”; e

- agir como fornecedor de serviços auxiliares para empresas do grupo.

O Itaú Unibanco Holding é o sócio fundador e patrocinador do Instituto Itaú Cultural – IIC, uma entidade cujo propósito é a promoção e preservação da herança cultural brasileira.

As doações para o Instituto Itaú Cultural e os serviços prestados por outras entidades, tais como:

- a Fundação Itaubanco, o Funbep — Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, a UBB — Prev Previdência Complementar e a Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding e por suas controladas; e

- Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades sem fins lucrativos patrocinadas pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas.

Além das operações acima, o Itaú Unibanco e as entidades não consolidadas são partes em um contrato para alocação de custos comuns, segundo o qual as subsidiárias pagam ao Itaú Unibanco pelo uso de certas estruturas compartilhadas fornecidas pelo Itaú Unibanco. Em relação a esse contrato, as entidades não consolidadas pagaram ao Itaú Unibanco R$ 8,0 milhões e R$ 16,6 milhões em 2011 e 2010, respectivamente.

7C. Participação de peritos e advogados

Não se aplica.

ITEM 8 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

8A. Demonstrações Contábeis Consolidadas e outras informações relevantes

As informações incluídas no Item 18 deste relatório anual são citadas e incorporadas por referência a este Item 8A.

Litígios

Visão geral

Somos parte de diversos processos judiciais e administrativos iniciados durante o curso normal de nossos negócios. Estamos rotineiramente envolvidos em reclamações de consumidores registradas na SUSEP e no Banco Central, que não constituem processos administrativos. Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo na CVM, na SUSEP, no Banco Central ou em qualquer município.

As nossas demonstrações contábeis incluem apenas as provisões para perdas prováveis que possam ser razoavelmente estimadas e despesas que eventualmente incorrermos com relação a litígios ou processos administrativos pendentes ou de outra forma exigidas pela Lei brasileira. Em 31 de dezembro de 2011, as nossas provisões para tais contingências eram de R$ 15.990 milhões, sendo que R$ 8.645 milhões estavam relacionados a contingências fiscais, R$ 4.014 milhões a contingências trabalhistas, R$ 3.166 milhões a contingências cíveis e R$ 165 milhões, a outras contingências. Consulte a nota explicativa 31 às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A nossa administração acredita que nossas provisões, incluindo juros para processos judiciais nos quais somos réus, são suficientes para cobrir perdas prováveis que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis. No momento não é possível estimar o montante de todos os potenciais custos em que possamos incorrer ou penalidades que possam nos ser impostas além daquele em relação ao qual constituímos provisões. Acreditamos que as potenciais obrigações relacionadas a esses processos judiciais e administrativos não exercerão efeito adverso em nossa situação financeira ou em nossos resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer um de nossos diretores, membros de nossa administração sênior ou coligadas seja parte contrária a nós ou a nossas controladas ou tenha interesse diferente do nosso ou de nossas controladas.

Processos Cíveis

Litígios Originados dos Planos de Estabilização Econômica do Governo

De 1986 a 1994, o governo federal brasileiro implementou diversos planos contínuos de estabilização econômica para combater a hiperinflação. A fim de implementar esses planos, o governo federal brasileiro promulgou várias leis baseado no seu poder de regular os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição federal brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança, durante os períodos em que os planos de estabilização econômica foram implementados, questionaram a constitucionalidade das leis que implementaram tais planos, reivindicando dos bancos onde tinham suas cadernetas de poupança, montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos segundo os planos de estabilização econômica.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas a respeito de planos de estabilização econômica. Constituímos provisões para tais ações mediante o recebimento da intimação para apresentar a defesa com base em critérios estatísticos. Cada provisão pode ser reajustada com base no saldo dos extratos das cadernetas de poupança de cada reclamante durante os períodos relevantes.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa ao consumidor ou (ii) Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem receber qualquer montante com base em tal decisão. Constituímos provisões quando o reclamante individual agir para que tais decisões sejam executadas, usando os mesmos critérios adotados para apurar provisões para ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal tem proferido algumas decisões em favor dos titulares das cadernetas de poupança, porém, não proferiu uma decisão final a respeito da constitucionalidade dos planos de estabilização econômica conforme aplicável para as cadernetas de poupança. Em relação a controvérsia semelhante a respeito da constitucionalidade dos planos de estabilização econômica, conforme aplicável a depósitos a prazo

e outros acordos particulares, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as leis estavam de acordo com a Constituição federal. Devido a essa contradição, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – Consif moveu um processo especial no Supremo Tribunal Federal ("Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165" - ADPF 165), no qual o Banco Central protocolizou uma peça de assistente em processo (um amicus curiae), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos, e que os planos de estabilização econômica, conforme aplicáveis às cadernetas de poupança, estavam de acordo com a Constituição federal.

Outros Processos Cíveis

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nestas reivindicações devido à natureza dos assuntos em discussão. Entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre a nossa situação financeira ou os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total das nossas provisões referentes a processos cíveis, inclusive os planos de estabilização econômica, era de R$3.166 milhões.

Litígios de Natureza Fiscal

Estamos envolvidos em algumas controvérsias de natureza fiscal, decorrentes do curso normal dos nossos negócios, relacionados principalmente à constitucionalidade e legalidade de tributos que nos são cobrados. Para a política contábil sobre reconhecimento de provisão, fazemos referência à nota 2.4 t das nossas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, nossas provisões referentes a impostos totalizavam R$8.645 milhões. Veja a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, para detalhes sobre as alterações nas provisões e os respectivos depósitos em garantia para os processos de natureza fiscal e previdenciária.

As principais discussões relativas a processos fiscais e previdenciários para os quais reconhecemos provisões são:

- PIS e COFINS: alegamos a incidência das contribuições sobre a receita da venda de bens e serviços, ao invés da receita bruta total;

- CSLL: alegamos a incidência à alíquota normal de 9.0%, ao invés da alíquota majorada para empresas financeiras e seguradoras de 15.0%, a qual acreditamos que seja inconstitucional;

- IRPJ e CSLL: alegamos que esses tributos deveriam incidir sobre os lucros auferidos no exterior e argumentamos sobre a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF nº 213-02 no que excede o texto legal; e

- PIS: alegamos que as Emendas Constitucionais nº 10 e 17 não deveriam ser aplicadas retroativamente, a períodos fiscais antes de entrar em vigor, sendo que para tais períodos a Lei Complementar nº 07 deveria ser aplicada.

Nenhuma provisão foi reconhecida em relação às discussões fiscais e previdenciárias em que o ganho de causa é mais provável do que a perda. O risco total estimado em tais controvérsias é de R$ 5.930 milhões, que reflete o montante questionado em que a perda é possível. As principais discussões de natureza fiscal e previdenciária são as descritas a seguir:

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS: alegamos que certos créditos fiscais que compensamos com outras obrigações fiscais, que não foram reconhecidas pelas autoridades fiscais.

- IRPJ/CSLL: alegamos que certas perdas e descontos no recebimento de créditos são despesas operacionais necessárias e, portanto, as perdas são dedutíveis de operações de crédito e os descontos são dedutíveis por ocasião da renegociação e recuperação.

- ISS: alegamos que determinadas operações bancárias não geram cobranças ou receita de serviços, somente juros e comissões, e que determinadas receitas não são relacionadas pela lei, e não são, portanto, sujeitas à incidência do ISS.

- INSS: defendemos e alegamos que os benefícios não salariais, tais como participação nos lucros, vale transporte e abono único, não estão sujeitos à incidência de impostos de previdência social;

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

- IRPJ, CSLL: alegamos a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP") incidente sobre os juros sobre o capital próprio dos acionistas referentes a este exercício e aos anteriores.

Além disso, aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que permitiu que os contribuintes em litígio que concordarem em suspender o processo paguem apenas o valor do principal questionado, sem multa e juros aplicáveis a tais montantes. Nos termos desse programa, pagamos parte dos montantes em litígio referentes a discussão de PIS e COFINS com base na receita bruta, conforme previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, que são reconhecidos em Obrigações Legais Tributárias.

Reclamações Trabalhistas

Sindicatos e ex-funcionários moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter compensação por supostas violações ao contrato de trabalho ou respectivos direitos previstos em lei. Em 31 de dezembro de 2011, havia cerca de 44.600 reclamações trabalhistas movidas contra nós. As ações trabalhistas individuais movidas contra nós referem-se principalmente a pagamento de horas extras e equiparação salarial. As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança, greves e diferenças salariais resultante dos planos de estabilização econômica implementados pelo governo federal brasileiro. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança, determinação de dias de trabalho e cumprimento da cota mínima de pessoas com necessidades especiais. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2011, pagamos aproximadamente R$ 683 milhões em acordos com ex-funcionários e sentenças proferidas pela justiça do trabalho.

Dividendos e política de dividendos

Aspectos Gerais

A legislação societária brasileira requer, em geral, que o estatuto social de cada sociedade brasileira especifique uma porcentagem mínima para distribuição de lucros da sociedade (lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da legislação societária brasileira), abrangendo dividendos normais e juros sobre o capital próprio, que devem ser distribuídos aos acionistas, conforme exposto a seguir. Nos termos de nosso estatuto social, devemos distribuir a nossos acionistas, em relação a cada exercício fiscal, um valor igual a no mínimo 25,0% de nosso lucro líquido ajustado, denominado dividendo obrigatório. Nos termos da legislação societária brasileira, os lucros a distribuir podem ser pagos na forma de dividendos normais ou na forma de juros sobre o capital próprio. Nosso Conselho de Administração também pode declarar o pagamento de dividendos intermediários a partir do lucro acumulado e reservas de lucros. Qualquer pagamento de dividendos intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio será liquidado contra o montante do dividendo obrigatório relativo a esse exercício fiscal. Adicionalmente, nos termos de nosso estatuto social, cada ação tem o direito a receber dividendo anual mínimo de R$0,022, cujo montante é liquidado contra nosso dividendo obrigatório.

A principal diferença entre os dividendos e juros sobre o capital próprio é o tratamento fiscal. Para fins tributários, os juros sobre o capital próprio estão limitados à média diária da taxa de juros de longo prazo, TJLP, conforme estabelecido pelo Banco Central, durante o exercício tributável, e o montante do pagamento não pode ultrapassar o maior valor entre (i) 50,0% do lucro líquido ajustado do período em relação ao qual o pagamento é feito (após a dedução da CSL, porém antes de considerar o valor dos juros sobre o capital próprio e a provisão para IRPJ, conforme descrito em "Tributação"); e (ii) 50,0% da soma dos lucros acumulados e das reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre ações preferenciais feito aos acionistas, quer sejam residentes no Brasil ou não, inclusive detentores de ADSs, está sujeito à retenção de imposto no Brasil à alíquota de 15% ou 25%, no caso de um acionista que seja residente ou domiciliado em uma jurisdição de paraíso fiscal ou com regime fiscal privilegiado, de acordo com a Instrução Normativa nº 1.037 de 2010 e alterações posteriores. O valor pago aos acionistas como juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer imposto retido, pode ser incluído como parte da distribuição obrigatória. Nesse caso, temos que distribuir aos acionistas um valor líquido suficiente para garantir que o valor recebido pelos mesmos, depois do nosso pagamento dos impostos aplicáveis à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja no mínimo igual à distribuição obrigatória. Consulte "Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação Bancária – Tributação sobre Operações Financeiras - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido".

A legislação societária brasileira faculta à sociedade reter o pagamento do dividendo obrigatório referente a ações ordinárias e ações preferenciais se a administração informar aos acionistas, em assembleia geral, que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da empresa e os acionistas ratificarem essa decisão em assembleia. Nesse caso, o conselho fiscal deve preparar e emitir um parecer sobre o relatório da administração e a administração deve fornecer explicação para CVM, até cinco dias após a assembleia geral, justificando a decisão. O valor distribuível, mas que não foi distribuído, deve ser registrado como reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos nos exercícios seguintes, deverá ser pago a título de dividendos assim que a situação financeira da empresa o permitir.

Pagamento de dividendos

Devemos realizar uma assembleia geral de acionistas no máximo até 30 de abril de cada ano, na qual podem ser declarados, ou ratificados, dividendos anuais. Além disso, nosso conselho de administração pode declarar dividendos intermediários. De acordo com a legislação societária brasileira, o pagamento de dividendos deve ocorrer antes do fim do exercício em que o dividendo foi declarado. O acionista tem o prazo de três anos, a partir da data do pagamento dos dividendos, para reclamar os dividendos referentes às suas ações; findo esse prazo, não teremos nenhuma responsabilidade por tal pagamento. Os acionistas que não residem no Brasil devem, em geral, registrar-se no Banco Central para que os dividendos e juros sobre o capital próprio, a receita de vendas ou outros montantes relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante (como agente de depositário), que é o proprietário registrado nos Serviços de Registro de nossas ações preferenciais. O registrante é o The Bank of New York Mellon. Os pagamentos de dividendos em dinheiro e distribuições em dinheiro, se houver, sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs serão feitos em moeda brasileira ao custodiante ou ao depositário, que irá então converter ou fazer com que seja convertida essa receita o mais prontamente possível para dólares dos EUA. O custodiante ou depositário entregará esse valor convertido para os detentores de nossas ADSs, na proporção da quantidade de ADSs que representam as ações preferenciais detidas pelos titulares, desde que, entretanto, na hipótese de nós, o custodiante ou o depositário sermos obrigados a reter, do dividendo em dinheiro ou de outra distribuição em dinheiro, um montante referente a impostos ou outros encargos governamentais, o montante distribuído ao detentor das ADSs seja devidamente reduzido.

Política de Dividendos

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ao dividendo obrigatório, o que pode não ocorrer em caso de uma eventual decisão de nosso conselho de administração de que tal distribuição seria desaconselhável em vista da nossa situação financeira, ou caso o conselho de administração decida pagar somente o dividendo preferencial mínimo não cumulativo referente às ações preferenciais. Atualmente, pretendemos pagar mensalmente um montante fixo de dividendos, igual R$0,015 por ação. No final do exercício fiscal, pretendemos pagar qualquer diferença existente entre esse dividendo mensal e nosso dividendo anual mínimo de R$ 0,022 por ação.

A data de registro no Brasil para o pagamento mensal é o último dia útil do mês anterior, sendo que nos Estados Unidos a data é três dias úteis após a data de registro no Brasil. O pagamento de dividendo é feito no primeiro dia útil do mês seguinte.

Em 9 de fevereiro de 2011, o nosso comitê de divulgação e negociação aprovou uma política formal sobre dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme descrito acima.

Histórico de Pagamento de Dividendos

A tabela a seguir mostra os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou declarados para os titulares de ações ordinárias e preferenciais desde 2009.

	Dividendos	
	Montante	Por Ação
Ano	(em milhões de R$)	(R$)
2011	5.054	1,12
2010	4.482	0,99
2009	3.977	0,92

Efetuamos também um pagamento aos acionistas de dividendo no valor de R$ 0,012 por ação, líquido de impostos no Brasil, em 1º de fevereiro de 2012.

Em 6 de fevereiro de 2012, nosso conselho de administração declarou juros sobre o capital próprio no montante de R$0,41640 por ação (ou R$0,35394 por ação, líquido de impostos) e autorizou o pagamento de juros sobre o capital próprio declarados em 16 de dezembro de 2011 no montante de R$0,2880 por ação (ou R$0,2448, líquido de impostos). Tais valores devem ser pagos em 13 de março de 2012 e totalizam R$0,59874 por ação, líquido de impostos. Além disso, em 6 de fevereiro de 2012, nosso Conselho de Administração aprovou um aumento de 25% (de R$0,12 para R$0,15 por ação) no dividendo mensal incluído no cálculo de dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária brasileira, a iniciar-se com o pagamento a ser efetuado em 2 de abril de 2012 e calculado sobre a base final de acionistas em 29 de fevereiro de 2012.

8B. Mudanças Relevantes

Não temos conhecimento de nenhuma mudança significativa que influencie a situação financeira desde a data das demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual.

ITEM 9 OFERTA E REGISTRO

9A. Detalhes da oferta e do registro

Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, com o símbolo “ITUB” na forma de ADSs. Registramos as ADSs na NYSE e nos tornamos uma companhia registrada nos EUA em 21 de fevereiro de 2002, e, desde então, observamos as exigências da NYSE, bem como as da SEC, que incluem a divulgação das demonstrações financeiras em US GAAP até 2010 e em IFRS a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Cada ADS representa uma ação preferencial. As ADSs são comprovadas por ADRs (American Depositary Receipts) emitidos por The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, nos termos do Contrato de Depósito datado de 31 de maio de 2001, alterado e reformulado em 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, que entrou em vigor em 3 de abril de 2009, entre nós, o depositário e os detentores e usufrutuários de ADSs.

Somos uma empresa de capital aberto com ações negociadas no mercado desde a nossa fundação em 1943. Em 1944 realizamos o nosso registro na BM&FBOVESPA, que é o principal mercado de negociação para nossas ações preferenciais e ordinárias. Nossas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo “ITUB4” para as ações preferenciais sem valor nominal e “ITUB3” para as ações ordinárias sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2011, havia um total de 2.281.649.700 ações preferenciais emitidas, incluindo 57.293.971 ações em tesouraria, e 2.289.286.400 ações ordinárias emitidas, incluindo 2.100 ações mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011, 5.330.971 ações ordinárias e 1.361.850.301 ações preferenciais eram detidas por investidores não brasileiros (calculado com base nos endereços dos investidores lançados em nossos registros relacionados às ações que se encontram sob nossa custódia), representando respectivamente 0,23% e 59,7% do total em circulação de cada classe.

Registramos uma classe de ADSs segundo uma declaração de registro no Formulário F-6 de acordo com a Lei dos Valores Mobiliários. Em resultado do desdobramento de ações realizado em 3 de outubro de 2005, uma ADS passou a representar uma ação preferencial sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2011, havia aproximadamente 884,6 milhões de ADSs em circulação, representando aproximadamente 38,8% das ações preferenciais. Todas as ADSs foram registradas em nome de The Depository Trust Company e The Bank of New York Mellon. Em 31 de dezembro de 2011, havia 82 detentores de ADSs registrados.

Nossas ações preferenciais também são negociadas na forma de Certificados de Depósitos Argentinos, ou CEDEARs, na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, ou BCBA. Atualmente, um CEDEAR representa uma ação preferencial sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2010, havia cerca de 5.141.300 CEDEARs em circulação.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, a cotação máxima e mínima informada para venda de nossas ações preferenciais na BM&FBOVESPA, em reais e dólares dos EUA à taxa de venda de dólares dos EUA no último dia de cada período. Consulte o “Item 3A. Dados Financeiros Selecionados – Taxas de câmbio”, para informações relativas às taxas de câmbio vigentes nos períodos indicados abaixo. Todas as informações consideram os efeitos retroativos aos desdobramentos e grupamentos de ações. Consulte o “Item 3A – Dados Financeiros Selecionados – Dados Financeiros Selecionados segundo o IFRS”.

Período	R$ por Ação Preferencial Máx.	R$ por Ação Preferencial Mín.	US$ por Ação Preferencial Máx.	US$ por Ação Preferencial Mín.
2007	37,45	24,55	21,22	11,48
2008	38,09	15,37	23,07	6,65
2009	40,63	18,47	23,44	7,63
2010	43,72	31,03	25,90	16,50
2011	40,65	25,15	24,45	14,36
2010				
1º trimestre	40,49	33,81	23,49	18,03
2º trimestre	40,27	31,03	22,91	16,50
3º trimestre	40,47	32,51	23,89	18,06
4º trimestre	43,72	37,66	25,90	22,05
2011				
1º trimestre	40,65	34,17	24,32	20,37
2º trimestre	39,47	34,00	24,45	20,81
3º trimestre	36,89	25,15	23,68	14,36
4º trimestre	34,97	27,51	19,92	14,59

Os preços das ações nos últimos seis meses foram os seguintes:

Setembro 2011	31,13	27,11	19,41	14,36
Outubro 2011	34,22	27,51	19,92	14,59
Novembro 2011	33,16	29,05	19,07	15,40
Dezembro 2011	34,97	32,25	19,19	17,73
Janeiro 2012	37,41	33,50	21,18	17,93
Fevereiro 2012	37,56	34,67	21,88	19,95
Março 2012 (1)	38,94	35,77	22,02	20,35

Fonte: Economática System
(1) Até 20 de março de 2012.

A tabela abaixo apresenta, para os períodos indicados, a cotação máxima e mínima de venda em dólares dos EUA das ADSs no mercado de balcão e na NYSE.

	US$ por ADS	
Período	**Máx.**	**Mín.**
2007	21,37	11,47
2008	23,53	6,09
2009	23,95	7,55
2010	26,30	16,33
2011	24,77	14,47
2010		
1º trimestre	23,79	17,86
2º trimestre	22,97	16,33
3º trimestre	24,18	17,93
4º trimestre	26,30	22,47
2011		
1º trimestre	24,77	20,61
2º trimestre	24,72	20,93
3º trimestre	23,85	14,47
4º trimestre	20,09	14,52

Os preços das ações nos últimos seis meses foram os seguintes:

Setembro de 2011	19,55	14,47
Outubro de 2011	20,09	14,52
Novembro de 2011	19,18	15,60
Dezembro de 2011	19,20	17,53
Janeiro de 2012	21,11	18,51
Fevereiro de 2012	21,85	20,02
Março de 2012 (1)	22,00	20,22

Fonte: Economática System

(1) Até 20 de março de 2012.

9B. Plano de distribuição

Não aplicável.

9C. Mercados

Negociação nas bolsas de valores brasileiras

Em 2000, as bolsas de valores do Brasil celebraram um memorando de entendimento e, a partir dessa data, todos os títulos passaram a ser negociados somente na BM&F e na Bolsa de Valores de São Paulo, ou BOVESPA, que realizaram uma fusão e agora operam como BM&FBOVESPA conforme discutido abaixo, com exceção dos títulos da dívida pública negociados eletronicamente e leilões de privatização, que continuaram a ser negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O principal mercado de negociação de nossas ações preferenciais e ordinárias é a BM&FBOVESPA, que é o maior centro de negociação de ações da América Latina. A liquidação das operações é feita três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados nas dependências de câmaras de compensação próprias de cada bolsa, que mantêm contas para as corretoras associadas. Normalmente, exige-se que o vendedor entregue as ações à câmara de compensação no segundo dia útil após a data da negociação.

Em toda a sua história, a BM&FBOVESPA passou por mudanças para simplificar sua estrutura. Em 28 de agosto de 2007, um processo de reestruturação societária resultou na fusão da BM&F e da BOVESPA. O grupo passou por outro processo de reestruturação em 28 de novembro de 2008, que resultou na incorporação, pela sociedade de participações do grupo, BOVESPA, das controladas integrais, a Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo (BVSP), que era responsável pelas operações na bolsa e nos mercados de balcão organizados, e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, que prestava serviços de liquidação, compensação e de depósitos.

Essas reestruturações societárias consolidaram o processo de desmutualização, fazendo com que as negociações e os outros serviços prestados pela bolsa de valores sejam desvinculados da propriedade das ações. No antigo modelo operacional da BM&FBOVESPA, somente as corretoras que eram membros da bolsa de valores tinham permissão para operar.

A BM&FBOVESPA possui quatro pregões diários a viva voz (*open outcry trading sessions*) em Sistema de Negociação Eletrônica, com leilão de pré-abertura, para registro de pedidos para cálculo do preço teórico de abertura; Sessão Contínua de Negociação, para todos os valores mobiliários negociados em todos os mercados; *call* de fechamento, para todos os valores mobiliários negociados no mercado à vista, abrangendo a carteira do Índice BOVESPA e série de opções com maior liquidez; e *After Market* para cancelamento de ofertas de compra e venda registradas durante a sessão regular de negociação.

Para melhor controlar a volatilidade, a BM&FBOVESPA adotou um sistema de circuit breaker segundo o qual as sessões de negociação podem ser suspensas por um período de 30 minutos ou uma hora, sempre que os índices da BOVESPA ficarem abaixo dos limites de 10% ou 15%, respectivamente, em comparação ao índice registrado na sessão de negociação anterior.

A negociação na BM&FBOVESPA por um detentor não considerado domiciliado no Brasil para fins fiscais e normativos ou por um detentor não brasileiro está sujeita a certas limitações nos termos da legislação brasileira de investimento estrangeiro. Com raras exceções, os detentores não brasileiros podem negociar nas bolsas de valores brasileiras somente de acordo com as exigências da Resolução CMN nº 2.689. Essa Resolução requer que os títulos detidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de instituições financeiras, ou em contas de depósito junto às mesmas, e que sejam registrados em uma câmara de compensação. Essas instituições financeiras e câmaras de compensação devem estar devidamente autorizadas a atuar nessa qualidade pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução CMN nº 2.689 requer que os detentores não brasileiros restrinjam a negociação de seus títulos a transações nas bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados. Com raras exceções, os detentores não brasileiros não podem transferir a titularidade dos investimentos realizados nos termos da Resolução CMN nº 2.689 a outros detentores não brasileiros por meio de uma transação particular. Consulte o “Item 10E. Tributação – Considerações sobre Impostos Brasileiros” para ver uma descrição de certos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros que se qualificam nos termos da Resolução CMN nº 2.689.

Regulamentação dos mercados acionários brasileiros

O mercado acionário brasileiro é regulamentado pela CVM, que tem autoridade sobre as bolsas de valores e os mercados acionários em geral, o CMN e o Banco Central. O Banco Central tem poderes, entre outros, de conceder autorização de funcionamento para corretoras e de normatizar sobre operações de investimento estrangeiro e câmbio.

Segundo a legislação societária brasileira, uma empresa pode ser uma companhia aberta, como nós, ou uma companhia fechada. Todas as companhias abertas são registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de apresentação de relatórios. Uma companhia registrada na CVM pode ter seus títulos e valores mobiliários negociados na BM&FBOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. As ações de uma companhia aberta podem também ser negociadas privadamente, respeitadas certas limitações. Para obtenção de registro na BM&FBOVESPA, a empresa deve solicitar o registro à CVM e à BM&FBOVESPA.

A negociação de títulos e valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser suspensa quando solicitada por uma empresa antes de uma comunicação relevante. A negociação poderá também ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, em função de, entre outras razões, acreditar-se que a empresa forneceu informações inadequadas com relação a fatos importantes, ou deu respostas inadequadas às consultas da CVM ou da BM&FBOVESPA.

As leis de valores mobiliários brasileiras, a legislação societária e as leis e regulamentações emitidas pela CVM, pelo CMN e pelo Banco Central prevêem, entre outras coisas, exigências de divulgação aplicáveis aos emissores de títulos e valores mobiliários negociados, restrições à utilização de informações privilegiadas e manipulação de preços, bem como proteção aos acionistas minoritários. Em 3 de janeiro de 2002, a CVM

emitiu a Instrução nº 358 que alterou as regras aplicáveis à divulgação de fatos relevantes, que entrou em vigor em 18 de abril de 2002. De acordo com essa regulamentação, estabelecemos políticas internas aplicáveis à divulgação de fatos relevantes e à confidencialidade de informações não públicas. Consulte as "- Práticas de governança corporativa" a seguir. A CVM também emitiu várias instruções sobre exigências de divulgação, a saber, Instruções nº 361 e nº 400 para a regulamentação de ofertas públicas, Instrução nº 380 para a regulamentação de ofertas pela Internet, Instrução n° 381 para a regulamentação de auditores independe ntes, Instrução nº 480 para regulação de registro dos emissores de valores mobiliários admitidos para negociação em mercados regulamentados no Brasil e Instrução nº 481 para a regulação de informações e pedido público de procuração para exercício do direito de voto em assembleias gerais. A Instrução no. 480 requer também que as sociedades de capital aberto arquivem um Formulário de Referência, um arquivo atualizado regularmente, que contém determinadas informações sobre o emissor, conforme requerido pelo formulário, ao qual informações complementares sobre notas ou títulos e valores mobiliários em oferta são adicionadas à época de cada nova oferta pública de ações.

Práticas de governança corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de registro especial, conhecidos como Níveis 1 e 2 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado que visam a promover um mercado secundário para títulos emitidos por empresas brasileiras com títulos registrados na BM&FBOVESPA, fazendo com que essas empresas sigam as boas práticas de governança corporativa. Os segmentos de registro foram planejados para a negociação de ações emitidas por empresas que voluntariamente se comprometem a se ater às práticas de governança corporativa e exigências de divulgação, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Esses segmentos de registro aumentam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade das informações fornecidas para os acionistas.

Para se tornar uma empresa do Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, um emissor deve, entre outras coisas, (i) assegurar que as ações do emissor que representem 25% de seu capital social total estejam efetivamente disponíveis para negociação (free float), (ii) adotar procedimentos de oferta que favoreçam a titularidade diluída de ações sempre que realizar uma oferta pública, (iii) cumprir com padrões mínimos de divulgação trimestral, (iv) observar políticas de divulgação mais rigorosas com relação às transações de acionistas controladores, conselheiros e diretores que envolvam títulos emitidos pelo emissor, (v) divulgar os termos dos contratos celebrados com partes relacionadas e (vi) disponibilizar uma programação de eventos corporativos para os acionistas.

Para se tornar uma empresa do Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, um emissor deve, entre outras coisas, (i) cumprir com todas as exigências de registro para as empresas do nível 1, (ii) outorgar direitos de venda conjunta (tag along rights) para todos os acionistas com relação a uma transferência de controle da empresa, oferecendo o mesmo preço pago por ação pelo bloco controlador de ações ordinárias e 80% do preço pago por ação pelo bloco controlador de ações preferenciais, (iii) conceder direitos de voto para os detentores de ações preferenciais com relação a certas reestruturações societárias e transações com partes relacionadas, como, por exemplo, (a) qualquer conversão da empresa em outro tipo societário, (b) qualquer fusão, consolidação ou cisão da empresa, (c) aprovação de quaisquer transações entre a empresa e seu acionista controlador, inclusive partes relacionadas com o acionista controlador, (d) aprovação de qualquer avaliação de ativos a serem entregues para a empresa em pagamento por ações emitidas em um aumento de capital, (e) nomeação de uma firma especializada para determinar o valor justo da empresa com relação a qualquer oferta de aquisição de ações cujos registros tenham sido cancelados e excluídos da bolsa, e (f) alterações nesses direitos de voto, (iv) ter um conselho de administração formado por pelo menos cinco membros, dos quais pelo menos 20% sejam membros independentes, conforme determinado pelas regras do Nível 2, com mandato máximo de dois anos, (v) preparar demonstrações contábeis anuais em inglês, incluindo demonstrações do fluxo de caixa, de acordo com as normas contábeis internacionais, como o US GAAP ou as Normas Internacionais de Apresentação de Relatórios Financeiros, ou IFRS (vi) realizar uma oferta de aquisição pelo acionista controlador da empresa, se ela optar por ser excluída do segmento de Nível 2 (o preço mínimo das ações a ser oferecido será determinado por um processo de avaliação), e (vii) aderir exclusivamente às regras da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA para a solução de controvérsias entre a empresa e seus investidores.

Para ser registrado no Novo Mercado, um emissor deve atender a todas as exigências descritas acima, além de (i) emitir somente ações com direito a voto e (ii) outorgar direitos de tag along para todos os acionistas com relação a uma transferência de controle da empresa, oferecendo o mesmo preço pago por ação pelo bloco controlador de ações ordinárias.

O nosso objetivo é criar valor para os nossos acionistas. Acreditamos que um dos caminhos para alcançar esse objetivo é a manutenção de boas práticas de governança corporativa, um processo contínuo e de longo prazo, voltado para o crescimento sustentado da companhia. Temos seguido há muitos anos os

princípios relativos à divulgação, direitos dos minoritários e transparência como parte de nossas iniciativas de governança corporativa. Por exemplo, somos registrados como sociedade de capital aberto na BM&FBOVESPA e temos nossas ações negociadas no mercado desde a nossa fundação em 1944. Em fevereiro de 2002, registramos nossos ADRs Nível 2 na NYSE, tendo cumprido, portanto, os critérios de tal bolsa assim como os da SEC, além da exigência de divulgar as demonstrações contábeis em conformidade com o US GAAP e cumprir os requisitos legais dos EUA, incluindo as exigências da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

As reuniões com o mercado são um dos canais de comunicação mais importantes e são muito apreciadas pelos investidores, analistas e acionistas. A oportunidade de interagir com os membros da nossa alta administração e de discutir as estratégias e a lucratividade pode ser um fator decisivo para a decisão de investimento. A BM&FBOVESPA exige que as empresas incluídas nos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa realizem pelo menos uma reunião anual com os investidores. Realizamos reuniões com o mercado nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais, ou APIMEC, e fazemos apresentações nos Estados Unidos e na Europa desde 1996. Nessas apresentações, temos oportunidade de fornecer à comunidade financeira detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor, perspectivas de futuro, assim como outras questões relevantes. Com o compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, temos realizado, desde 2002, apresentações nos escritórios regionais da APIMEC em várias cidades onde ela atua. Em 2011, realizamos apresentações na APIMEC, roadshows nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, teleconferências em português e em inglês sobre os relatórios trimestrais e fatos relevantes, entre outras apresentações realizadas no Brasil, em seminários, conferências e congressos, sobre uma grande variedade de assuntos relacionados ao nosso desempenho e ao mercado de capitais.

Em novembro de 2004, fomos a primeira sociedade brasileira a adotar voluntariamente as regras operacionais de tesouraria. Essas regras, aprovadas pelo Conselho de Administração, são o resultado de um estudo internacional das melhores práticas do mercado, particularmente baseadas nas definições estabelecidas pela Instrução CVM nº 10. Nossa alta administração acredita que essas regras proporcionam benefícios, tais como uma redução do risco estratégico, operacional e financeiro, diminuição do risco de concentração de mercado ou de formação inadequada de preços, reforço da estratégia de recompra de valores mobiliários, com o objetivo de preservar a liquidez e o valor para os acionistas e as melhores práticas de governança corporativa, garantindo a maior transparência das transações.

Em 8 de junho de 2006, tornamo-nos o primeiro banco não norte-americano registrado na NYSE a cumprir com todas as exigências estabelecidas na Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley com respeito aos controles internos de relatórios financeiros, um ano antes da data-limite estabelecida pela SEC.

Fomos a primeira empresa no Brasil a adotar o Manual da Associação Brasileira das Companhias Abertas, ou ABRASCA, de Controle e Divulgação de Informações Relevantes em 2007.

Em 5 de maio de 2008 nosso Conselho de Administração decidiu aceitar a proposta do nosso Comitê de Divulgação e Negociação sobre a instituição de uma Política de Governança Corporativa, para consolidar os nossos princípios e práticas de governança corporativa. Nossa Política de Governança Corporativa está incluída no Anexo 11.2 deste relatório anual. O princípio chave no qual a nossa política se baseia é a sua busca por excelência em Governança Corporativa com vista a reforçar e proporcionar as melhores condições para o desenvolvimento de nossas subsidiárias. Desde então, a nossa Política de Governança Corporativa tem sido aditada para inclusão dos comitês do Conselho de Administração e suas respectivas regras.

Alinhados com as melhores práticas e tendências internacionais, disponibilizamos as demonstrações contábeis nos formatos IFRS e BR GAAP.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração, o Plano de Opção de Compra de Ações, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e os demais comitês do Conselho de Administração e da Diretoria, consulte o “Item 6C. Práticas do Conselho”.

Para mais informações sobre nossas práticas de governança corporativa, inclusive os direitos de tag along e o Código de Ética, consulte o “Item 10B. Estatuto Social” e o “Item 16B – Código de Ética”, respectivamente.

Exigências de Divulgação

Segundo a Instrução da CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002, a CVM revisou e consolidou as exigências em relação à divulgação e ao uso de informações relacionadas a atos e fatos relevantes de

companhias de capital aberto, inclusive a divulgação de informações sobre a negociação e aquisição de títulos emitidos por empresas de capital aberto.

Essas exigências incluem disposições que:

- estabelecem o conceito de um fato relevante que dá origem a exigências de reporte. Fatos relevantes incluem decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações da assembleia geral dos acionistas e da administração da empresa ou quaisquer outros fatos relacionados aos negócios da empresa (quer ocorram no âmbito da companhia ou de outra forma com ela relacionados) que possam influenciar o preço de seus títulos negociados no mercado ou a decisão dos investidores de negociar esses títulos ou de exercer quaisquer dos direitos subjacentes a esses valores mobiliários;

- especificam exemplos dos fatos que são considerados relevantes que incluem, entre outros, a assinatura de acordos de acionistas prevendo a transferência de controle, a entrada ou retirada de acionistas que exercem qualquer função gerencial, financeira, tecnológica ou administrativa junto à empresa ou em caráter de contribuição para com a mesma e qualquer reestruturação societária realizada entre empresas relacionadas;

- obrigam o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, outros executivos, conselheiros, membros do comitê fiscal e de outros conselhos consultivos a divulgar fatos relevantes;

- requerem a divulgação simultânea de fatos relevantes para todos os mercados nos quais os valores mobiliários da empresa são aceitos para negociação;

- requerem que o comprador do controle de uma companhia aberta publique fatos relevantes, inclusive suas intenções quanto à deslistagem das ações da companhia da bolsa ou não no prazo de um ano;

- estabelecem exigências de divulgação na aquisição e alienação de uma participação societária relevante; e

- proíbem o uso de informações privilegiadas.

De acordo com a Instrução nº 480 da CVM, de 7 de dezembro de 2009, a CVM aumentou a quantidade e aprimorou a qualidade de informações apresentadas pelos emissores. Esta instrução representa um grande passo em direção ao aumento de transparência frente ao mercado sobre os emissores de valores mobiliários. Para esse objetivo, o Relatório Anual de Informações (IAN) foi substituído pelo Formulário de Referência, que contém as informações requeridas pelo IAN, complementado pelas demais informações requeridas pela Instrução CVM nº 400 que anteriormente deviam ser divulgadas somente em oferta pública. Esse Formulário de Referência está em linha com o Sistema de Registro de Prateleira (Shelf Registration System) recomendado pela Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (International Organization Securities Commission - IOSCO) e adotado em outros países (Inglaterra e Estados Unidos, entre outros), por meio do qual as informações sobre um emissor específico são consolidadas em um documento e estão sujeitas a atualizações periódicas. Este mecanismo oferece ao investidor a possibilidade de analisar um único documento para obter informações relevantes sobre o emissor.

A Instrução nº 480 da CVM também criou dois grupos de emissores por tipo de valores mobiliários negociados. Os emissores da Categoria A estão autorizados a negociar qualquer tipo de valor mobiliário, enquanto os emissores da Categoria B não podem negociar ações, certificados de depósito (BDRs, Units) e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ou certificados de depósitos. A maior parte da autorização para registro na Categoria A pressupõe requisitos de divulgação e reporte mais rígidos. Como emissores de ações, fazemos parte da Categoria A.

A CVM também emitiu a Instrução nº 481 de 17 de dezembro de 2009 para regular os dois assuntos-chave que envolvem as assembleias gerais dos acionistas em sociedades de capital aberto: (i) a quantidade de informações e documentos a serem fornecidos como apoio aos editais de convocação (sujeito a divulgação prévia aos acionistas); e (ii) solicitação de procuração para exercício do direito de voto. O objetivo da Instrução nº 481 da CVM é: (i) melhorar a qualidade das informações divulgadas por companhias de capital aberto aos acionistas e ao mercado em geral, favorecendo o uso da Internet como um veículo para essa finalidade; (ii) tornar o exercício do direito de voto menos oneroso e estimular a participação dos acionistas em assembleias gerais, particularmente em companhias com capital bastante diluído; e, consequentemente (iii) facilitar a supervisão dos negócios corporativos.

Alterações na Lei das Sociedades por Ações

Em 31 de outubro de 2001, foi promulgada a Lei nº 10.303, que alterou a Lei das Sociedades por Ações. O principal objetivo dessa lei é o de ampliar os direitos dos acionistas minoritários. A Lei nº 10.303:

- obriga os nossos acionistas controladores a fazer uma oferta de aquisição para as nossas ações se aumentar a participação no capital para um nível que afete significativa e negativamente a liquidez de nossas ações, conforme definido pela CVM;

- requer que qualquer adquirente do controle realize uma oferta de aquisição de nossas ações ordinárias por um preço igual a 80% do preço por ação pago para o bloco controlador das ações;

- autoriza-nos a resgatar as ações dos acionistas minoritários se, após a oferta de aquisição, nossos acionistas controladores aumentarem a sua participação em nosso capital social total para mais de 95%;

- dá direito aos acionistas discordantes ou, em certos casos aos que não têm direito a voto, de obter reembolso em caso de decisão que conduza a uma cisão e resulte em (i) mudança de objeto social, (ii) redução no dividendo obrigatório ou (iii) qualquer participação em um grupo de empresas (conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações);

- requer que as ações preferenciais possuam uma das seguintes vantagens, a fim de serem registradas e negociadas em bolsa de valores: (i) prioridade no recebimento de dividendos correspondentes a no mínimo 3% do valor contábil por ação (depois que esta condição prioritária for atendida, condições iguais serão aplicáveis às ações ordinárias); (ii) dividendos 10% superiores àqueles pagos para as ações ordinárias; ou (iii) direito de tag-along a 80% do preço pago para o acionista controlador em caso de transferência do controle. Nenhum direito de retirada decorre de alterações feitas antes de 31 de dezembro de 2002.

- dá direito aos acionistas não controladores, mas que detêm em conjunto: (i) ações preferenciais representando no mínimo 10% do total do capital social ou (ii) ações ordinárias representando no mínimo 15% do capital votante, o direito de nomear um membro e um substituto para o conselho de administração. Se nenhum grupo de acionistas detentores de ações ordinárias ou preferenciais atingir os limites descritos acima, os acionistas que detenham ações ordinárias ou preferenciais representando no mínimo 10% do nosso capital social total têm direito de agregar suas participações para nomear um membro e um substituto para o conselho de administração. Os membros do conselho que podiam ser eleitos nos termos do item (i) acima ou pelas participações combinadas dos detentores de ações ordinárias e preferenciais deveriam ser escolhidos em uma lista tríplice elaborada pelo acionista controlador. Esses membros eleitos pelos acionistas minoritários terão poder de veto na escolha dos nossos auditores independentes;

- requer que os acionistas controladores, os acionistas que indicam membros para o nosso conselho de administração ou para o conselho fiscal e os membros do nosso conselho de administração, diretoria ou conselho fiscal apresentem imediatamente à CVM e à BM&FBovespa (ou mercados de balcão em que os títulos sejam negociados) uma declaração sobre qualquer alteração nas suas participações acionárias; e

- requer que enviemos cópias da documentação que apresentamos aos nossos acionistas, referentes às assembleias, à BM&F Bovespa.

Em 13 de julho de 2007, a CVM emitiu a Deliberação n°457 que determina que as empresas de capital aberto publiquem as suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Publicamos essas demonstrações contábeis antes daquela data.

Em 28 de dezembro de 2007, a Lei no 11.638 alterou inúmeras disposições da Lei de Sociedade por Ações referentes aos princípios contábeis e à autoridade para emitir normas contábeis. A Lei no 11.638 destina-se a permitir maior convergência entre os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e o IFRS. Para promover a convergência, a Lei no 11.638 modificou certos princípios contábeis da Lei das Sociedades por Ações e instruiu a CVM a emitir normas contábeis em conformidade com os princípios contábeis adotados nos mercados internacionais. Além disso, a lei atribuiu um papel no estabelecimento das normas contábeis para o CPC, que é um comitê de funcionários da BM&FBOVESPA, representantes do setor e órgãos acadêmicos que emitem orientação contábil e buscam o aprimoramento das normas contábeis no Brasil. A Lei

nº 11.638 permite que a CVM e o Banco Central do Brasil se baseiem nas normas contábeis emitidas pelo CPC no estabelecimento de princípios contábeis de entidades regulamentadas.

Como resultado da promulgação da Lei no 11.638, em um processo paralelo, o CPC emitiu aproximadamente 40 normas com o objetivo de tornar o BR GAAP similar ao IFRS, conforme descrito acima. No caso do Itaú Unibanco Holding, a aplicabilidade dessas normas depende da sua aprovação pelo Banco Central. As normas emitidas pelo CPC mas não aprovadas pelo Banco Central não precisam ser adotadas pelo Itaú Unibanco Holding.

Adicionalmente, em 27 de maio de 2009, a Lei nº 11.941 foi promulgada e, entre outros assuntos, alterou diversos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação fiscal, para viabilizar maior convergência entre os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e o IFRS. A Lei está atualmente sujeita a várias regras contábeis complementares que afetam, entre outros, o reconhecimento de ágio, as despesas diferidas, ações, provisões e os investimentos imobiliários. As alterações tornaram mais abrangentes os critérios a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das sociedades brasileiras com ações negociadas em bolsa referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 foram publicadas de acordo com as novas regras.

Por fim, em 24 de junho de 2011, a Lei nº 12.431 alterou a Lei das Sociedades por Ações, entre outras. Muitas das alterações da Lei das Sociedades por Ações estabelecidas na Lei nº 12.431, como a possibilidade de os acionistas de empresas de capital aberto votarem sem estarem presentes nas assembléias e de os registros físicos de acionistas serem substituídos por registros eletrônicos em empresas de capital aberto, ainda necessitam de maior regulamentação pela CVM. Entre outras mudanças, a Lei das Sociedades por Ações não exige mais que os membros do Conselho de Administração sejam acionistas da empresa.

9D. Acionistas vendedores

Não se aplica.

9E. Diluição

Não se aplica.

9F. Despesas da emissão

Não se aplica.

ITEM 10 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

10A. Capital social

Não se aplica.

10B. Estatuto Social

Apresentamos a seguir algumas informações relativas a nosso capital social e um breve resumo de algumas disposições importantes de nossos estatutos e da legislação societária brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e está qualificada por referência a nosso estatuto social (do qual uma tradução para o inglês foi arquivada na SEC) e à legislação societária brasileira.

Registro e Finalidade

Somos constituídos como uma companhia aberta por prazo indeterminado, de acordo com as leis do Brasil. Nossa sede localiza-se na cidade de São Paulo, Brasil. Somos regidos principalmente pela legislação societária brasileira e pelo estatuto social. Nosso CNPJ nº 60.872.504/0001-23 está registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, com o NIRE 35300010230.

Nosso objeto social, tal como especificado no artigo 2º do nosso estatuto, é a realização de atividade bancária em todas as suas modalidades permitidas, entre elas operações de câmbio.

Assembleia geral de acionistas

De acordo com a legislação societária brasileira, os acionistas, reunidos em assembleia geral de acionistas, podem decidir sobre todas as questões relacionadas com o objetivo de negócios e aprovar resoluções julgadas necessárias para a proteção de nossos interesses. Os acionistas com direito a voto reunidos em assembleia geral têm poderes exclusivos, entre outros, para:

- alterar o estatuto social;
- nomear, eleger ou afastar membros do conselho de administração a qualquer tempo;
- nomear os membros do conselho fiscal;
- receber as contas anuais elaboradas pela administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações contábeis da administração, inclusive a apropriação do lucro líquido e o montante a distribuir para pagamento do dividendo obrigatório e alocação às diversas contas de reservas;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista como remuneração pela emissão de capital;
- aprovar resoluções para reestruturar a forma legal de nossa instituição, para proceder à incorporação, consolidação ou cisão, dissolução e liquidação, para nomear e destituir liquidantes e examinar nossas contas;
- decidir sobre as demonstrações contábeis e a distribuição e alocação de lucros;
- decidir sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- estabelecer o valor global e anual da remuneração dos conselheiros e diretores, especificando o valor aplicável a cada membro desses órgãos;
- decidir sobre lucros acumulados ou constituição de reservas; e
- decidir sobre planos para outorgas de opções de compra de ações emitidas pela companhia ou suas controladas.

Compete ao conselho de administração convocar a assembleia geral. A primeira convocação deve ser publicada com antecedência mínima de quinze dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da

publicação da primeira convocação. A legislação societária brasileira estabelece que em casos específicos a assembleia também possa ser convocada pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista.

A convocação far-se-á mediante anúncio publicado três vezes, em datas diferentes, em jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, contendo informações sobre o local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, uma descrição da alteração proposta. Em complemento aos requerimentos da Legislação Societária Brasileira, também publicamos em três diferentes línguas (Português, Inglês e Espanhol) em nosso website e enviamos email aos investidores registrados e acionistas, bem como para a CVM, BM&FBOVESPA, a SEC, a NYSE e a BCBA (Bolsa de Comercio de Buenos Aires).

Como regra geral, a legislação societária brasileira estabelece um quórum para a assembleia de acionistas equivalente a 25% do capital social emitido e com direito a voto em circulação da empresa na primeira data marcada para realização da assembleia e, caso o quórum não seja atingido, qualquer percentual do capital social com direito a voto na segunda data marcada para realização da assembleia.

Em geral, nossas assembleias são instaladas com um quórum que representa dois terços de nosso capital votante. Para participar de uma assembleia, o acionista deverá comparecer portando um documento de identidade e comprovante de pagamento expedido pela instituição financeira depositária de suas ações.

Os acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado ou instituição financeira. Um fundo de investimentos deve ser representado por seu gestor.

Poderes do Conselho de Administração e da Diretoria

Segundo a legislação societária brasileira e nossos estatutos sociais, o conselho de administração tem, entre seus poderes, os seguintes:

- estabelecer nossas diretrizes gerais;
- eleger e destituir os membros da diretoria e definir suas funções;
- nomear os diretores que comporão a diretoria executiva das controladas, conforme especificado;
- supervisionar a gestão da diretoria, examinar os livros e documentos societários a qualquer tempo, solicitar informações sobre contratos já firmados ou a serem firmados e quaisquer outros atos;
- convocar assembleias gerais de acionistas;
- aprovar o relatório anual e as demonstrações contábeis da administração a serem apresentados nas assembleias gerais de acionistas;
- aprovar projeções com relação aos nossos resultados e investimentos e respectivos planos de ação;
- escolher e destituir auditores externos;
- eleger e destituir os membros do comitê de auditoria e aprovar as regras operacionais que o comitê estabelecer para o seu próprio funcionamento;
- determinar o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital;
- decidir sobre operações de recompra de ações, de forma pontual;
- decidir sobre a compra e lançamento de opções de venda e compra de ações de nossa emissão para finalidade de cancelamento, manutenção em tesouraria ou venda;
- decidir sobre a instalação de comitês para tratar de assuntos específicos dentro do escopo de nosso conselho de administração;
- eleger e destituir os membros do comitê de auditoria;

- aprovar as regras operacionais que o comitê de auditoria pode estabelecer para o seu próprio funcionamento e supervisionar as atividades do comitê por meio de seus relatórios;

- aprovar investimentos e alienações diretas e indiretas em participações de valores superiores a 15% do valor contábil de nossa companhia, conforme contabilizado no último balanço patrimonial auditado; e

- decidir sobre aumento de capital dentro do limite do capital autorizado.

O conselho de administração pode ser composto por no mínimo 10 e no máximo 14 conselheiros eleitos pelos acionistas em assembleia geral ordinária. Os conselheiros elegem um presidente e três vice-presidentes do conselho entre seus pares. A assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2011 reelegeu os treze membros de nosso atual conselho de administração para um mandato de um ano, a findar quando da eleição dos novos conselheiros na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2012. Pelo nosso estatuto social, a idade limite para ocupar uma posição no conselho de administração é 70 anos.

A diretoria é responsável pela administração cotidiana dos negócios de nossa organização e por representá-la perante terceiros. Ela pode ser integrada por no mínimo 5 e no máximo 20 membros. Nosso conselho de administração, em 28 de abril de 2011, reelegeu os treze membros de nossa atual diretoria, que consiste em um presidente, dois vice-presidentes executivos, cinco diretores executivos e cinco diretores, que coletivamente compõem o nosso quadro de diretores, todos eles com mandato de um ano a findar na reunião do conselho de administração seguinte à assembleia geral ordinária de 2012. Além disso, os Srs. Eduardo Hiroyuki Miyaki e Rogério Paulo Calderón Peres foram eleitos para a diretoria pelo mandato de um ano. Em 21 de setembro de 2011, o Sr. Emerson Macedo Bortoloto foi eleito para a diretoria para mandato de um ano a findar na reunião do conselho de administração seguinte à assembleia geral de acionistas de 2012, tendo tomado posse no dia 1º de novembro de 2011. O Sr. Bortoloto substituiu Wagner Roberto Pugliese, que foi diretor do Itaú Unibanco Holding até 3 de junho de 2011. Além disso, em 16 de dezembro de 2011, o Sr. Rodrigo Luís Rosa Couto foi eleito para a Diretoria para o mandato que se encerrará na posse dos membros a serem eleitos na reunião do conselho após a assembleia geral de 2012. Sua eleição foi aprovada pelo Banco Central, tendo assumido o cargo em 10 de janeiro de 2012. Finalmente, os Srs. Carlos Eduardo de Souza Lara e Jackson Ricardo Gomes renunciaram a seus cargos de diretor do Itaú Unibanco Holding em 29 de fevereiro de 2012 e 6 de março de 2012, respectivamente.

Certas disposições da legislação brasileira

Segundo a legislação brasileira, as instituições financeiras estão proibidas de conceder empréstimos, adiantamentos ou garantias a (i) qualquer pessoa física, ou membros da família imediata dessa pessoa, ou entidade que controle a instituição financeira ou qualquer entidade sob controle comum da instituição financeira; (ii) qualquer diretor, conselheiro ou membro do conselho fiscal da instituição financeira, ou membros da família imediata dessa pessoa, ou entidade em que essa pessoa detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social; (iii) qualquer entidade controlada pela instituição financeira; (iv) qualquer entidade em que a instituição financeira detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social ou que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social da instituição financeira; ou (v) companhias em que nossos diretores tenham uma posição gerencial.

Os conselheiros e diretores tampouco podem participar de quaisquer operações ou deliberar sobre quaisquer transações corporativas em relação às quais tenham conflito de interesses com a companhia das quais sejam conselheiros ou diretores. Qualquer conselheiro ou diretor que acredite que possa ter qualquer conflito em relação à companhia deverá informar os demais conselheiros e/ou diretores, conforme o caso, sobre a natureza e extensão de seu interesse na operação ou transação.

Remuneração dos conselheiros e diretores executivos

Em 25 de novembro de 2010, o CMN emitiu a Resolução no 3.921, que estabeleceu novas normas relacionadas à remuneração de conselheiros e diretores de instituições financeiras. A remuneração dos conselheiros e diretores pode ser fixa ou variável. A remuneração variável pode ser baseada em critérios específicos estabelecidos na Resolução no 3.921 e precisa ser compatível com políticas de gestão de risco da instituição financeira. Pelo menos 50,0% da remuneração variável precisa ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações e no mínimo 40,0% da remuneração variável tem que ser diferida para pagamento futuro por no mínimo 3 anos e está sujeita à redução proporcional, com base no resultado da instituição e da unidade de negócios durante o período de diferimento. Estas novas regras entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012 e são aplicáveis à remuneração dos conselheiros e diretores com base nos serviços prestados durante o ano de 2012. Além disso, as instituições financeiras que são companhias abertas ou que, por exigência do Banco

Central, precisam formar um comitê de auditoria, também precisam constituir um comitê de remuneração antes da primeira assembleia de 2012. Esse comitê precisa cumprir as exigências previstas na Resolução no 3.921.

Comitê de Auditoria

Consulte o "Item 6C. Práticas do Conselho – Órgãos Estatutários - Comitê de Auditoria" para informações sobre nosso comitê de auditoria.

Conselho Fiscal

Consulte o "Item 6C. Práticas do Conselho" para informações sobre nosso conselho fiscal.

Ações preferenciais e ações ordinárias

Aspectos gerais

Cada ação ordinária dá a seu detentor o direito a um voto em assembleias de acionistas. Os detentores de ações ordinárias não têm direito de preferência com relação aos dividendos ou outras distribuições, nem preferência em caso de liquidação.

As ações preferenciais não dão direito a voto, exceto em casos limitados, mas conferem a seu detentor (i) preferência no recebimento de dividendos não cumulativos não inferiores aos dividendos destinados a cada ação ordinária, (ii) preferência no recebimento do dividendo anual mínimo de R$ 0,022 por ação; e (iii) em caso de venda da participação controladora da empresa, o direito de ser incluído na oferta pública de ações, garantindo assim a essas ações o direito a um preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto aos acionistas controladores; e (iv) garantia de dividendo no mínimo igual ao das ações ordinárias.

Não há disposições sobre resgate com referência às nossas ações ordinárias ou preferenciais.

Direito de preferência, aumento de capital e pagamento de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência geral de subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em caso de concessão e exercício de qualquer opção de aquisição de ações do capital. Nosso estatuto social autoriza aumentos do capital social, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de seis bilhões de ações, sendo três bilhões de ações ordinárias e três bilhões de ações preferenciais. Até o limite de capital autorizado, essas emissões de ações podem ser realizadas sem a observância do direito de preferência dos acionistas, desde que (i) sejam feitas para venda em bolsas de valores (ii) em subscrição pública, permuta por ações, ou (iii) em oferta pública de aquisição de controle. Independentemente dessa disposição, todos os aumentos de capital devem ser ratificados por nossos acionistas e pelo Banco Central do Brasil.

Após a aprovação do aumento de capital, o acionista deve pagar o montante correspondente às ações subscritas nos prazos previstos no boletim de subscrição. O acionista que não fizer o pagamento será considerado inadimplente segundo a legislação.

Na hipótese de um aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, teriam direitos de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital que reduziria a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, teriam direito de preferência na subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Liquidação

Segundo a legislação societária brasileira, quando o estatuto social de uma companhia não contém disposições sobre a liquidação da sociedade, compete à assembleia geral determinar o modo de liquidação. Os acionistas devem nomear um liquidante e o conselho fiscal, que deve funcionar durante o período de liquidação, quando essa liquidação se der: (i) pelo término do prazo de duração da companhia; (ii) nos casos previstos no estatuto; (iii) por deliberação da assembleia geral; (iv) pela existência de um único acionista, exceto se o único acionista for uma sociedade brasileira, e se o mínimo de dois acionistas não for reconstituído até o exercício seguinte; ou (v) pela extinção, na forma da lei, da autorização de funcionamento.

Antes da finalização do processo de liquidação e depois de liquidadas as dívidas com todos os credores, os acionistas podem, em assembleia, decidir sobre o rateio dos ativos societários entre eles, cabendo ao liquidante ser, entre outras funções, responsável pela dissolução da companhia, alienar os ativos, pagar as obrigações e repartir os ativos remanescentes entre os acionistas.

Responsabilidade de nossos acionistas por futuras chamadas de capital

A legislação societária brasileira não dispõe sobre chamadas de capital. Se houver um aumento em nosso capital social, a participação acionária de nossos acionistas poderia ser reduzida caso os mesmos decidissem não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações no aumento de capital social.

Cálculo do lucro líquido

Em cada assembleia geral ordinária, o conselho de administração deve recomendar a destinação de lucros do exercício anterior. Para fins da legislação societária brasileira, o lucro líquido de uma empresa após a tributação sobre o lucro e contribuição social daquele exercício, líquido de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e montantes apropriados à participação dos funcionários e administradores nos lucros, representa o "lucro líquido" daquele exercício, extraído das demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com o BR GAAP. Nos termos da legislação societária brasileira, um montante equivalente ao lucro líquido, após (i) dedução dos valores apropriados à reserva legal, conforme explicado a seguir; (ii) dedução dos valores apropriados a outras reservas constituídas de acordo com a legislação em vigor e (iii) acréscimo das reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores, ficará disponível para distribuição aos acionistas ("lucro líquido ajustado", aqui designado "Lucro Líquido") em qualquer ano.

A legislação societária brasileira determina a manutenção de uma reserva legal, à qual devem ser apropriados 5% do lucro líquido de cada exercício até o valor da reserva ficar equivalente a 20% do capital integralizado. Os eventuais prejuízos podem ser debitados à reserva legal, após dedução dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Nosso estatuto estabelece que temos que distribuir aos nossos acionistas, com relação a cada exercício, um valor igual e não inferior a 25% do Lucro Líquido, ou dividendo obrigatório. Consulte o "Item 8A. Demonstrações Contábeis Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Política de Dividendos e Dividendos".

Segundo a legislação societária brasileira, o pagamento de dividendos precisa ser feito antes do final do exercício em que o dividendo tiver sido declarado. O acionista pode, no período de três anos a contar da data de pagamento do dividendo, pleitear os dividendos referentes à suas ações, após o qual não temos mais responsabilidade por aquele pagamento e os dividendos reverterão para a nossa reserva de lucros. Os acionistas que não residem no Brasil precisam, em geral, registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio, resultados das vendas e outros valores relacionados às ações possam ser remetidos para o exterior em moeda estrangeira.

A legislação societária brasileira faculta a constituição de outras reservas, desde que seja especificada sua finalidade, os critérios de apuração da parcela anual do lucro líquido a ser apropriada a tais reservas e seu limite máximo.

Com base nesses termos, estabelecemos em nosso estatuto social que, de acordo com uma proposta de nosso conselho de administração, nossos acionistas poderão deliberar sobre a criação das seguintes reservas:

- *reserva de equalização de dividendos* (criada pelos acionistas), limitada a 40% do valor do capital social, destinada ao pagamento de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, com o objetivo de manter um fluxo de pagamento de dividendo aos acionistas. Essa reserva será constituída com: (i) até 50% do lucro líquido do exercício; (ii) até 100% da parcela realizada das reservas de reavaliação dos ativos, contabilizadas como lucros acumulados; (iii) até 100% do montante dos ajustes de exercícios anteriores contabilizados como lucros acumulados; e (iv) créditos correspondentes à antecipação de dividendos;

- *reserva para reforço do capital de giro* (criada pelos acionistas), limitada a 30% do valor do capital, destinada a garantir recursos para nossas operações, e a ser constituída com até 20% do lucro líquido do exercício;

- *reserva para aumento de capital em empresas detidas pelo Itaú Unibanco Holding* (criada pelos acionistas), limitada a 30% do valor do capital, com o objetivo de garantir o exercício do direito de preferência em aumentos de capital das empresas participantes, e a ser constituída com até 50% do lucro líquido do exercício. Mediante proposta do conselho de administração, serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas de forma que seu saldo agregado nunca exceda a 95% de nosso capital social. O saldo dessas reservas junto com a reserva legal não pode ser superior ao valor de nosso capital social; e

- reserva de *contingência*, que é uma parcela do lucro líquido, também pode ser alocada a uma reserva de contingência para cobrir prejuízos esperados que os nossos acionistas considerem prováveis em exercícios futuros. Quaisquer montantes alocados no exercício anterior devem ser (i) estornados no exercício fiscal no qual o prejuízo foi previsto se esse prejuízo de fato não ocorrer ou (ii) baixados, no caso de o prejuízo previsto ocorrer.

O cálculo dos lucros líquidos e destinações para reservas de qualquer exercício fiscal são feitos com base nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BR GAAP. As demonstrações contábeis consolidadas constantes deste relatório anual foram, por sua vez, preparadas de acordo com o IFRS e, embora nossas destinações para reservas e dividendos estejam refletidas nessas demonstrações contábeis consolidadas, é impossível calcular os montantes das destinações ou dividendos exigidos a partir das nossas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido apresenta o montante de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A legislação societária brasileira dispõe que todas as alocações arbitrárias do lucro líquido sejam submetidas à aprovação de nossos acionistas reunidos em assembleia geral ordinária.

Juros sobre o capital próprio

Temos a faculdade de pagar juros sobre o capital próprio como forma alternativa de pagamento aos acionistas. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são limitados à variação diária da Taxa de Juros de Longo Prazo, TJLP, conforme determinado pelo Banco Central, durante o exercício fiscal, não podendo ultrapassar (i) 50,0% do lucro líquido ajustado do período com relação ao qual o pagamento é efetuado, e (ii) 50,0% da soma dos lucros acumulados e das reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos detentores de ações preferenciais, residentes no Brasil ou não, inclusive detentores de ADSs, está sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte, à alíquota de 15% ou 25%, caso o acionista seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal. O montante pago a acionistas como juros sobre o capital próprio, líquido do imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte da distribuição obrigatória. Nesse caso, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para assegurar que o valor líquido recebido por eles, após termos recolhido os impostos retidos na fonte incidentes sobre o dividendo ou juros sobre o capital próprio, seja no mínimo equivalente ao dividendo obrigatório. Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão – Tributação - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – Tributação sobre Distribuição de Lucros”.

Direitos de voto

Cada ação ordinária dá a seu detentor o direito a um voto nas assembleias gerais. Os detentores de ações preferenciais não têm direito a voto nas assembleias gerais, exceto em determinadas circunstâncias.

A legislação societária brasileira dispõe que as ações preferenciais não votantes adquirem direito de voto quando a empresa deixa de pagar, pelo prazo previsto em seus estatutos (mas em qualquer caso não superior ao prazo de três exercícios consecutivos), dividendos fixos ou mínimos aos quais essas ações têm direito, até que o referido pagamento seja efetuado, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos. Nosso estatuto estipula o prazo de três exercícios.

Qualquer mudança na preferência ou direitos de nossas ações preferenciais, ou a criação de uma classe de ações com preferência sobre as ações preferenciais, exigiria a aprovação de pelo menos 50% dos acionistas detentores de ações com direito a voto com ratificação prévia ou posterior da maioria dos detentores das ações preferenciais, votando como uma classe em assembleia especial. Esta assembleia, de acordo com a legislação brasileira, seria convocada mediante publicação de um edital em três datas subsequentes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação em São Paulo, nosso principal local de negócios, sendo a primeira notificação publicada pelo menos 15 dias antes da assembleia, sem, contudo, exigir qualquer outra forma de notificação. Além das exigências da legislação brasileira, publicamos também esses editais em nosso website

em três idiomas (português, inglês e espanhol) e enviamos um email aos investidores registrados e acionistas, bem como enviamos para a CVM, BM&FBOVESPA, a SEC, a NYSE e a BCBA (Bolsa de Comercio de Buenos Aires).

A legislação societária brasileira prevê o voto múltiplo. Embora nosso estatuto não contenha tal disposição, o acionista que representar, no mínimo, um décimo do capital social com direito a voto pode requerer a adoção do voto múltiplo. Uma vez requerido o voto múltiplo no prazo legal, ou seja, até quarenta e oito horas antes da realização da assembleia geral, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho e reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-lo entre vários. Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado ao acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que cinquenta por cento das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o órgão. Caberá à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar antecipadamente aos acionistas o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho.

Como o nosso estatuto social não prevê intervalos escalonados, nossos conselheiros podem ser reeleitos consecutivamente sem interrupção. Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo do voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do conselho pela assembleia geral importará destituição dos demais membros, devendo ser procedida nova eleição. Para que não seja a companhia impactada em sua administração, permanecendo a mesma sem conselheiros, a legislação societária brasileira determina que, mesmo destituídos, esses poderão permanecer no exercício de suas funções até que sejam empossados os novos eleitos.

Transferência de controle

Nosso estatuto social não contém disposições que visem a retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle acionário ou que produzam efeitos apenas em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária que nos envolvam ou a qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, as regras bancárias brasileiras exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja realizada de acordo com determinados procedimentos específicos estabelecidos pelo Banco Central, que também deverá realizar sua pré-aprovação.

A legislação societária brasileira prescreve que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a oitenta por cento do preço pago por ação ao bloco controlador. Nosso estatuto determina que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar, aos detentores de nossas ações preferenciais, oitenta por cento do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

Nosso acionista controlador está obrigado, pela legislação societária brasileira, a fazer oferta para aquisição da totalidade das nossas ações, se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário até um nível que afeta material e negativamente a liquidez de nossas ações.

Direitos de retirada

Nem nossas ações preferenciais nem nossas ações ordinárias são resgatáveis, exceto no caso de deslistagem, conforme descrito abaixo. Contudo, um acionista dissidente pode, de acordo com a legislação societária brasileira, buscar se retirar, respeitadas certas condições, conforme decisão tomada na assembleia geral de acionistas por representantes de pelo menos 50% das ações com direito a voto:

- para criar ações preferenciais ou aumentar desproporcionalmente uma classe existente de ações preferenciais em relação a outros tipos ou classes de ações, a menos que esta ação esteja prevista ou autorizada pelo estatuto social;

- para modificar a preferência, o privilégio ou a condição de resgate ou amortização conferidos a uma ou mais classes de ações preferenciais ou criar uma nova classe com privilégios superiores aos das ações preferenciais então existentes;

- para reduzir o dividendo obrigatório;

- para alterar o objeto social;

- para transferir a totalidade de nossas ações a outra empresa, tornando a nossa instituição uma controlada integral daquela empresa ou vice-versa (incorporação de ações);

- para adquirir outra empresa por um preço superior a determinados limites expostos na legislação societária brasileira;

- para incorporar-se a outra empresa, incluindo a incorporação em uma de nossas empresas controladoras, ou em outra empresa;

- para participar de um grupo de sociedades, tal como o termo está definido na legislação societária brasileira; ou

- no caso da entidade resultante de (i) uma transferência da totalidade de nossas ações para outra empresa com o objetivo de nos tornarmos uma subsidiária integral dessa empresa ou vice-versa, conforme discutido no quinto item acima, (ii) uma cisão, (iii) uma incorporação ou (iv) uma consolidação de uma empresa brasileira de capital aberto deixar de se tornar uma companhia brasileira de capital aberto no prazo de cento e vinte dias após a assembleia geral em que tal decisão foi tomada.

O direito de retirada nos casos expostos no primeiro e segundo itens acima se aplica unicamente aos detentores das ações afetadas.

Nos termos da legislação societária brasileira, o direito de retirada prescreve trinta dias após a publicação das atas da assembleia geral em questão, exceto no caso dos dois primeiros itens acima, se a resolução for submetida à ratificação pelos acionistas preferencialistas (o que precisa acontecer em assembleia especial a ser realizada no prazo de um ano), quando então é contado o prazo de trinta dias a partir da data de publicação da ata da assembleia especial. Temos o direito de reconsiderar qualquer ato que dê origem a um resgate de ações, até dez dias após o término do prazo de trinta dias mencionado acima, se tal resgate vier a comprometer nossa estabilidade financeira. Além disso, os direitos de retirada expostos no sétimo e oitavo itens acima somente podem ser exercidos por acionistas se as ações detidas por eles não fizerem parte do BM&FBOVESPA e se menos de 50% de nossas ações estiverem em circulação.

A legislação societária brasileira dispõe que as ações ordinárias e preferenciais são resgatáveis mediante o cancelamento do registro das ações ao preço justo, apurado pelos critérios ali previstos. Se a assembleia geral de acionistas na qual foi aprovado o direito de retirada realizar-se mais de sessenta dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista pode exigir que suas ações sejam resgatadas por um valor baseado em novo balanço patrimonial datado de até sessenta dias após a data da assembleia geral. Nesse caso, pagaremos 80% do valor calculado com base no último balanço patrimonial aprovado e, depois da elaboração do novo balanço patrimonial, pagaremos o saldo em até cento e vinte dias a contar da data da assembleia geral em questão.

Outros aspectos da legislação societária brasileira

Os seguintes aspectos da legislação societária brasileira também são significativos:

- as ações preferenciais representando 10% das ações em circulação não detidas pelos acionistas controladores têm direito a nomear um representante para o conselho de administração;

- as divergências entre acionistas ou entre acionistas e nossa instituição ficam sujeitas a arbitragem, atualmente não prevista em nossos estatutos, mas estabelecida em nosso Acordo de Acionistas entre Itaúsa e E. Johnston;

- no caso de cancelamento de registro ou redução substancial da liquidez de nossas ações como resultado de compras pelos acionistas controladores, deverá ser feita uma oferta de compra por um preço equivalente ao valor justo da totalidade das ações em circulação;

- a venda de controle exige que os acionistas façam uma oferta pelas ações ordinárias dos acionistas minoritários e, se previsto em nossos estatutos, pelas ações preferenciais dos minoritários, por um preço de compra equivalente a 80% do preço por ação pago ao acionista controlador;

- os acionistas têm direito de retirada em caso de cisão, unicamente se esta acarretar uma mudança do objeto social, uma redução dos dividendos obrigatórios ou a participação em um grupo de sociedades controladas;

- os acionistas controladores, os acionistas que nomeiam membros para o conselho de administração e para o conselho fiscal, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal e os diretores executivos devem divulgar todas as compras ou vendas de nossas ações à CVM e à BM&FBOVESPA;

- podemos atender às exigências de divulgação de informações através da Internet; e

- acionistas controladores diretos ou indiretos e acionistas que indiquem membros ao conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa física ou jurídica ou grupo de pessoas que atuem coletivamente ou representem os mesmos interesses, que respondam por uma participação, direta ou indireta, correspondente a 5% ou mais de um tipo ou classe de ações representativas do capital de uma companhia registrada em bolsa, devem notificar a companhia e sempre que tal participação aumentar em 5% com relação a um tipo ou classe de ações representativas do capital social da companhia. Nos casos em que a aquisição resulta ou foi efetuada com o objetivo de alterar o controle ou a estrutura da administração da sociedade, bem como nos casos em que a aquisição resulta na exigência da realização de uma oferta pública, o adquirente deve ainda publicar um aviso na mídia contendo as informações legalmente exigidas sobre a operação. Cabe ao diretor de relações com investidores informar a CVM e, conforme o caso, a bolsa de valores ou mercado de balcão organizado no qual as ações se qualificam para negociação.

Forma e transferência

De acordo com a legislação societária brasileira, todas as ações emitidas por empresas brasileiras devem ser nominativas e registradas no Registro de Ações Nominativas ou colocadas sob custódia de uma instituição financeira especialmente designada para executar os serviços de custódia para cada empresa. A transferência das ações é efetuada ou por um lançamento em nossos livros por meio de débito na conta de ações do cedente e crédito da conta de ações do cessionário ou por um registro feito pelo custodiante no caso de o conselho de administração autorizar a manutenção de nossas ações sob custódia de uma instituição financeira especificamente designada pelos acionistas para realizar serviços de registro.

De acordo com nosso estatuto social, as ações estão em forma de ações escriturais e a transferência dessas ações é efetuada mediante uma solicitação à instituição financeira que controla o registro dessas ações, a Itaú Corretora.

As transferências de ações preferenciais por um investidor estrangeiro são realizadas da mesma maneira e executadas pelo agente local do investidor em nome do investidor, exceto que, se o investimento original tiver sido registrado no Banco Central de acordo com os Regulamentos do Anexo IV, o investidor estrangeiro deverá também solicitar, se necessário, a alteração do certificado de registro, por intermédio de seu agente local, para comunicar a nova propriedade

A BM&FBOVESPA opera um sistema central de compensação. O detentor de nossas ações pode optar por participar desse sistema e todas as ações escolhidas para registro no sistema serão depositadas em custódia na bolsa de valores (por intermédio de uma instituição brasileira que esteja devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central ou pela CVM, conforme o caso, e que tenha uma conta de compensação com a bolsa de valores). O fato de essas ações estarem sujeitas à custódia na bolsa de valores será mostrado em nosso registro de acionistas.

Cada acionista participante, por sua vez, será registrado em nosso registro de acionistas beneficiários mantido pela bolsa de valores e será tratado da mesma forma que os acionistas registrados.

Limitações sobre titularidade dos valores mobiliários

Exceto conforme descrito acima, não existem limitações sob a legislação brasileira em relação aos direitos dos acionistas não-residentes ou estrangeiros, de possuírem ações preferenciais sem direito a voto, de instituições financeiras brasileiras, incluindo os direitos de tais acionistas não residentes ou acionistas estrangeiros de possuírem ou exercerem direitos de voto em circunstâncias futuras, que possam conceder direitos de voto a tais acionistas. Nosso estatuto social reflete a não existência dessas restrições em relação a nossas ações preferenciais.

Capital registrado

O montante de um investimento em ações preferenciais de um detentor não brasileiro, qualificado de acordo com a Resolução CMN nº 2.689 e com registro junto à CVM, ou por depositário representante desse detentor, está apto a ser registrado no Banco Central. Além da repatriação do montante principal investido, tal registro (o montante registrado é designado capital registrado) permite a remessa de moeda estrangeira para o

exterior, convertida à taxa do mercado comercial, equivalente ao montante distribuído dessa forma em reais em favor dessas ações preferenciais. O capital registrado para cada ação preferencial comprada no Brasil, e depositada com o depositário, será equivalente a seu preço de compra (em dólares). O capital registrado referente a uma ação preferencial resgatada mediante entrega de uma ADS, será o equivalente em dólares dos EUA (i) ao preço médio da ação preferencial na bolsa de valores brasileira na qual for vendido o maior número dessas ações no dia do resgate ou (ii) se não tiverem sido vendidas ações preferenciais naquele dia, ao preço médio na bolsa de valores brasileira onde tiver sido vendido o maior número de ações preferenciais nos 15 pregões imediatamente anteriores ao resgate. O valor em dólares das ações preferenciais é apurado com base nas taxas médias do mercado comercial cotadas pelo Banco Central na data em questão (ou se o preço médio das ações preferenciais for apurado conforme a alínea (ii) da frase anterior, na média das taxas cotadas nos mesmos 15 dias usados para apurar o preço médio das ações preferenciais).

O detentor não brasileiro de ações preferenciais pode sofrer atrasos para efetuar esse registro, o que pode atrasar as remessas para o exterior. Tais atrasos podem afetar negativamente o valor em dólares recebido pelo detentor não brasileiro. Consulte o item 3.D – Fatores de Risco – Riscos Relativos a Ações Preferenciais e ADSs.

American Depositary Receipts – ADRs

The Bank of New York, na qualidade de depositário, executou e entregou as ADRs representativas de nossas ações preferenciais. Cada ADR é um certificado referente a um número específico de ADSs. Cada ADS representa uma ação preferencial (ou um direito de receber uma ação preferencial) depositada na sede em São Paulo do Itaú Unibanco, custodiante do depositário no Brasil. Cada ADS representa também qualquer outro valor mobiliário, caixa ou outra propriedade que possa ser detida pelo depositário.

O investidor pode deter ADSs diretamente (por meio de uma ADR registrada em seu nome) ou indiretamente, através de uma corretora ou outra instituição financeira. Caso detenha as ADSs diretamente, o investidor é um detentor de ADR. Não tratamos os detentores de ADR como acionistas e os detentores de ADR não têm direitos de acionistas. O depositário é detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADRs têm direitos de detentores de ADR. A legislação brasileira rege os direitos dos acionistas. Um contrato de depósito entre as partes, o depositário e o investidor, como detentor de ADR, e usufrutuários das ADRs, prevê os direitos do detentor de ADR bem como os direitos e obrigações do depositário. O contrato de depósito e as ADRs são regidos pela Legislação de Nova York.

10C. Contratos relevantes

Nenhum.

10.D Controles cambiais

Não existem restrições sobre a titularidade de nossas ações por pessoas físicas ou pessoas jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Entretanto, o direito de converter os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações em moeda estrangeira e de remeter esses montantes ao exterior está sujeito a restrições da legislação sobre investimentos estrangeiros que geralmente exige, entre outras coisas, que o investimento em questão seja registrado no Banco Central e na CVM. Os investidores estrangeiros devem registrar seus investimentos diretos em nossas ações nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, ou da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.

A Lei nº 4.131 é o principal instrumento referente a capital estrangeiro e investimentos diretos nas empresas brasileiras e aplica-se ao capital que ingressa no país na forma de divisas, bens e serviços. Exceto pelo registro de entrada/saída de capital no Banco Central, investidores não residentes que invistam diretamente no capital de empresas brasileiras não precisam de nenhuma autorização específica para esses investimentos.

O registro de acordo com a Resolução nº 2.689 concede um tratamento fiscal favorável a investidores não residentes ou domiciliados em paraísos fiscais (isto é, países que não cobram o imposto de renda ou cuja alíquota máxima de imposto de renda é inferior a 20%), conforme definido pela legislação fiscal brasileira. Consulte o “Item 10E. Tributação – Considerações sobre impostos brasileiros” para maiores informações.

De acordo com a Resolução nº 2.689, os investidores não residentes podem investir em quase todos os ativos financeiros e realizar quase todas as transações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais

brasileiros, desde que certas exigências sejam atendidas. Nos termos da Resolução nº 2.689, a definição de investidor não residente inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, domiciliadas ou sediadas fora do Brasil.

Nos termos da Resolução nº 2.689, um investidor não residente deve:

- nomear pelo menos um representante no Brasil com poderes para executar atos relacionados a seu investimento;
- nomear um custodiante autorizado no Brasil para seu investimento
- registrar-se como investidor estrangeiro na CVM; e
- registrar seu investimento estrangeiro no Banco Central.

Adicionalmente, o investidor com operações nos termos dos dispositivos da Resolução nº 2.689 deve ser registrado na Receita Federal, de acordo com as Instruções Normativas nº 748 de 28 de junho de 2007 e nº 1.042 de 10 de junho de 2010. Esse processo de registro é realizado pelo seu representante legal no Brasil.

Em conformidade com a Resolução nº 2.689, os títulos e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros devem ser registrados, protegidos ou mantidos em contas de depósito ou sob custódia de uma entidade autorizada pelo Banco Central ou pela CVM.

A negociação de ações, segundo o regime da Resolução nº 2.689, está restrita às transações realizadas nas bolsas de valores ou por meio de mercados de balcão organizados autorizados pela CVM, exceto por transações resultantes de subscrições, dividendos de ações, conversão de títulos de dívida em títulos e valores mobiliários, índices referenciados em ações, compra e venda de ações de fundos de investimentos de capital aberto em ações, e quando previamente autorizado pela CVM, casos resultantes das transações de fechamento de capital, cancelamento ou suspensão de negociação, acordos judiciais e negociação de ações previstas em acordos de acionistas.

Além disso, qualquer transferência ou cessão da titularidade de investimentos em títulos e valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros detidos por investidores não residentes não prevista na Resolução nº 2.689 está proibida, exceto as transferências resultantes de fusões, cisões e outras reorganizações societárias realizadas no exterior, bem como os casos de sucessão hereditária.

10E. Tributação

Este resumo contém uma descrição das principais consequências tributárias relativamente aos impostos sobre a renda federais no Brasil e nos Estados Unidos decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, não apresentando, contudo, uma descrição completa de todas as considerações tributárias que possam ser relevantes sobre essas questões. Este resumo tem como base a legislação tributária em vigor nesta data no Brasil e nos Estados Unidos, estando sujeito a alterações e a diferentes interpretações (possivelmente com efeitos retroativos). Embora não exista, no momento, nenhum tratado em matéria de imposto sobre a renda firmado entre Brasil e Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem resultar na assinatura de tal tratado. Não podemos assegurar, contudo, se ou quando o tratado entrará em vigor ou como ele afetará o investidor nos EUA (conforme definido a seguir) das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Potenciais compradores das nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários relativamente às consequências tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais e ADSs, em particular o efeito da legislação tributária não dos EUA, aplicável a não residentes, de nível estadual ou local.

Considerações sobre Tributos Brasileiros

A discussão a seguir resume as principais consequências tributárias brasileiras relacionadas à aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais (registradas no Banco Central como investimento em dólares norte-americanos) ou ADSs, por investidor não domiciliado no Brasil para fins tributários brasileiros ou Investidor Não Residente.

Investidores Residentes ou Domiciliados em Paraísos Fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 1.037 de 4 de junho de 2010, e alterações posteriores, um paraíso fiscal é um país ou localidade (a) que não tribute a renda ou que tribute à alíquota máxima igual ou inferior a 20%; ou (b) cuja legislação interna imponha restrições sobre a divulgação de composição societária ou titularidade de investimentos. Uma lista dos países e jurisdições que são atualmente considerados como paraísos fiscais foi publicada pela referida Instrução Normativa. Os Investidores Não Residentes que são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais podem estar sujeitos ao imposto sobre a renda no Brasil a alíquotas mais gravosas do que os Investidores Não Residentes que não são residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, conforme descrito a seguir.

Registro de Nossas Ações Preferenciais

Nossas ações preferenciais podem ser registradas no Banco Central do Brasil conforme a Resolução nº 2.689 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”). A Resolução CMN nº 2.689permite aos investidores estrangeiros investir em quase todos os ativos financeiros e efetuar quase todas as transações disponíveis nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, desde que algumas exigências sejam cumpridas, tais como a indicação de um representante no Brasil e registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O montante elegível para registro relativo às nossas ações preferenciais compradas no Brasil e depositadas com o depositário deverá ser equivalente ao preço de compra dessas ações preferenciais (em dólares norte-americanos). De acordo com a Resolução CMN nº 2.689, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, domiciliadas ou com sede no exterior. Veja o “Item 10D. Controles Cambiais” para mais informações.

Um Investidor Não Residente de nossas ações preferenciais pode se deparar com atrasos no registro, o que poderá retardar quaisquer remessas ao exterior. Esses atrasos também podem afetar adversamente o montante de dólares norte-americanos recebidos por esse Investidor Não Residente.

Tributação de Dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos derivados dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte a alíquotas que variam de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de Juros sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permite que uma sociedade por ações brasileira, como a nossa sociedade, realize pagamentos de juros sobre o capital próprio ao invés de distribuições de dividendos (Consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Regulamento e Supervisão – Tributação” e o “Item 10B. Informações Adicionais – Memorando de Constituição e Contrato Social – Juros sobre o Capital Próprio”). O pagamento de juros sobre o capital próprio está, em geral, sujeito ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, ou 25%, no caso de Investidores Não Residentes que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais.

Tributação de Ganhos

(a) Venda ou outras formas de alienação de ADS

Os ganhos auferidos no exterior por um Investidor Não Residente relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro Investidor Não Residente não estão sujeitos à tributação brasileira. Entretanto, segundo a Lei nº 10.833/03, a alienação de ativos situados no Brasil por um Investidor Não Residente no Brasil pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% (a alíquota de 25% se aplica caso o beneficiário estrangeiro seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros). Embora a Lei nº 10.833/03 não seja completamente clara sobre o que é considerado um ativo localizado no Brasil, as ADSs geralmente não são consideradas ativos situados no Brasil para fins dessa lei, pois representam ativos emitidos e negociados em bolsa de valores no exterior. É importante observar, no entanto, que mesmo que as ADSs fossem consideradas ativos situados no Brasil, Investidores Não Residentes que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições

consideradas paraísos fiscais podem solicitar isenção do imposto sobre ganhos de capital, conforme previsto no artigo 81 da Lei nº 8.981/95.

(b) Conversão de nossas ações preferenciais em ADS

O depósito, por um Investidor Não Residente, de ações preferenciais para conversão em ADSs pode estar sujeito à tributação de ganho de capital brasileiro se o Investidor Não Residente for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal ou se as ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central do Brasil conforme a Resolução CMN nº 2.689. Nesses casos, a diferença entre o custo de aquisição ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central do Brasil e o preço médio das ações preferenciais, conforme a Resolução CMN nº 1.927/93, pode ser considerada ganho de capital tributável e estar sujeita ao imposto de renda à alíquota geral de 15%.

Os Investidores Não residentes que sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais estarão sujeitos a uma alíquota de 25% de imposto de renda sobre ganho de capital na alienação ou transferência de ações fora do mercado financeiro no momento dessa conversão.

Por outro lado, quando Investidores Não Residentes que não sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais depositam ações preferenciais registradas de acordo com a Resolução CMN nº 2.689 em troca de ADS, tal depósito não deve se sujeitar à tributação do ganho de capital.

(c) Venda ou outras formas de alienação de nossas ações preferenciais

Os Investidores Não Residentes que não sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais e que registrem seus investimentos de acordo com a Resolução CMN nº 2.689, beneficiam-se de um tratamento tributário diferenciado segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da alienação de valores mobiliários em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros brasileiras está isento de imposto de renda. Por outro lado, a alienação de ações não registradas de acordo com a Resolução CMN nº 2.689 ou realizada fora das bolsas de valores, de mercadorias e de futuros brasileiras está geralmente sujeita ao imposto de renda sobre ganho de capital a uma alíquota de 15%.

Tal tratamento diferenciado não se aplica a Investidores Não Residentes que sejam residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, que estão sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda ou alienação de seus investimentos nos mercados financeiro ou de capitais, incluindo as bolsas de valores, de mercadorias e de futuros e os mercados de balcão. A alíquota do imposto de renda nestes casos é geralmente 15%. Se tais investidores alienarem as ações fora dos mercados financeiro e de capitais, a alíquota de imposto de renda aumentará para 25%. Qualquer exercício de direitos de preferência relativamente às nossas ações preferenciais (e relativos ao programa de ADSs) não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos ao imposto de renda, a alíquotas que variam conforme a localização do Investidor Não Residente e do mercado no qual tais direitos foram vendidos. Se o Investidor Não Residente não for residente ou domiciliado em um paraíso fiscal, a alienação dos direitos de preferência está isenta de imposto de renda se realizada na bolsa brasileira ou sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% se realizada fora de bolsa de valores, de mercadorias e de futuros. Se o Investidor Não Residente for residente ou domiciliado em paraíso fiscal, a alienação dos direitos de preferência está em geral sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% se realizada nos mercados financeiros brasileiros ou 25% se realizada fora de tais mercados.

Tributação das Operações Financeiras de Câmbio (IOF/Câmbio)

De acordo com o Decreto no 6.306/07 e alterações posteriores, a tributação sobre operações estrangeiras, ou IOF/Câmbio, pode incidir sobre as operações de câmbio, afetando a entrada e/ou a saída de investimentos. As alíquotas do IOF/Câmbio são fixadas pelo Poder Executivo e a alíquota máxima permitida é de 25% (Consulte o “Item 4B – Visão Geral do Negócio – Regulamentação e Supervisão – Tributação").

As alíquotas de IOF/Câmbio impostas para operações de câmbio realizadas por Investidor Não Residente, para aplicações nos mercados financeiro e de capitais, podem variar periodicamente, conforme definido pelo governo brasileiro e as alíquotas podem ser diferentes, com base no tipo de investimento. A entrada de recursos no Brasil para a compra de ações segundo a Resolução CMN nº 2.689 está sujeita ao IOF/Câmbio à alíquota zero. A alíquota de IOF/Câmbio também é zero na saída de investimento estrangeiro e nos pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos.

A aquisição de ADS não está sujeita à incidência de IOF. O IOF/Títulos Mobiliários incide à alíquota de 1,5% sobre a cessão de ações negociadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros brasileiras a fim de lastrear a emissão de *depositary receipts* a serem negociados no exterior.

Outros tributos brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doações ou sucessão quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem) das nossas ações preferenciais ou ADSs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADSs por um Investidor Não Residente, exceto tributos sobre doação, herança e legado incidentes em alguns estados do Brasil se doações forem feitas em tais estados ou no exterior, quando o beneficiário for residente ou domiciliado nesses estados brasileiros. Não há no Brasil tributos de selo, emissão, registro ou tributos ou obrigações similares a serem pagos por Investidores Não Residentes das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Considerações Sobre o Imposto de Renda Federal dos EUA

Apresentamos a seguir um resumo geral das principais considerações em termos de imposto de renda federal dos EUA incidente na aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs por Investidores Norte-Americanos (conforme definido a seguir) que detêm tais ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital no contexto da seção 1221 do Internal Revenue Code (Código do Imposto de Renda dos Estados Unidos) de 1986, com alterações, ou o "Código". Esta discussão não aborda todos os aspectos da legislação tributária que podem ser relevantes para um Investidor Norte-Americano à luz das circunstâncias especiais a que pode estar sujeito ou aos Investidores Norte-Americanos sujeitos a regras especiais nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, tais como bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades isentas de tributação, certos ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos, Investidores Norte-Americanos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de um "straddle", "hedging", "conversão" ou outra forma de transação integrada, Investidores Norte-Americanos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, Investidores Norte-Americanos cuja moeda de investimento não é o dólar norte-americano, Investidores Norte-Americanos que possuem (ou considera-se possuírem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações ou Investidores Norte-Americanos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração. Adicionalmente, esta discussão não aborda o efeito de quaisquer legislações estadual, municipal ou que não seja dos Estados Unidos ou quaisquer considerações sobre tributos federais dos Estados Unidos sobre sucessão, doação ou de qualquer outra natureza.

Esta discussão é baseada no Código, nas Regulamentações do Tesouro conforme promulgadas e em pronunciamentos administrativos e judiciais, todos conforme vigentes nesta data, e todos sujeitos a alterações, possivelmente com efeito retroativo. Esta discussão também assume que cada obrigação constante do acordo de depósito e qualquer acordo relacionado será executada em conformidade com seus termos.

Para fins desta discussão, o termo "Investidor Norte-Americano" significa o beneficiário das nossas ações preferenciais ou ADSs que seja, para fins de imposto de renda federal dos EUA: (i) uma pessoa física cidadã ou residente nos EUA, (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos ou de um de seus estados ou do Distrito de Colúmbia, (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos EUA, independentemente de sua fonte, ou (iv) um truste sobre o qual um tribunal dos Estados Unidos possa exercer a supervisão básica da administração e uma ou mais pessoas dos EUA tiverem poderes para controlar todas as decisões substanciais do truste, ou certos trustes existentes em 19 de agosto de 1996 que tenham optado por ser tratados como trustes dos EUA naquela data.

Se uma entidade tratada como uma sociedade transparente para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos investir em nossas ações preferenciais ou ADSs, o tratamento para fins de imposto de renda federal dos EUA dispensado a esse investimento dependerá, geralmente, da situação e das atividades da entidade e de seus sócios. A entidade deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca das considerações relativas ao imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicáveis a ela e aos seus sócios na aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs.

ACONSELHAMOS OS INVESTIDORES A CONSULTAREM SEUS ASSESSORES TRIBUTÁRIOS ACERCA DO IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES TRIBUTÁRIAS RELACIONADAS À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DAS NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS OU ADSS, TENDO EM VISTA SUAS PARTICULARIDADES, INCLUINDO O IMPACTO DE LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DOS ESTADOS UNIDOS OU DE LEIS DE OUTROS PAÍSES.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, esta discussão assume que não somos uma companhia de investimento estrangeiro passivo, ou PFIC, para fins de imposto de renda federal dos Estados

Unidos. Para maiores detalhes, veja o item "*Considerações sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)*", mais abaixo.

Tratamento de ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um Investidor Norte-Americano em ADSs será tratado como o Investidor Norte-Americano em participação proporcional em nossas ações preferenciais detida pelo depositário que são representadas e consubstanciadas por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas das nossas ações preferenciais em troca de ADSs não resultarão na realização de ganho ou prejuízo ao Investidor Norte-Americano para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

Distribuições

Um Investidor Norte-Americano que receba uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou através de ADSs), incluindo distribuições de juros sobre o capital próprio, conforme descrito acima, no tópico "-Considerações sobre tributos brasileiros – Tributação de Juros sobre o capital próprio", geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado a ele) em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que forem feitas com lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse Investidor Norte-Americano (ou o depositário, no caso das ADSs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo permitida a dedução dos dividendos às sociedades por ações. A distribuição realizada aos investidores em nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou através de ADSs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada como retorno não tributável de capital na proporção da participação do Investidor Norte-Americano em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganhos decorrentes da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADSs. Não mantemos e não planejamos manter cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um Investidor Norte-Americano pode precisar incluir o valor integral da distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição realizada em Reais sobre nossas ações preferenciais deve ser calculado com referência à taxa de câmbio entre o dólar norte-americano e o Real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelos Investidores Norte-Americanos (ou o depositário, no caso de ADSs) quer sejam ou não os valores em reais recebidos de fato convertidos em dólares norte-americanos. Se os valores em reais recebidos forem convertidos em dólares na data do recebimento, o Investidor Norte-Americano das ações preferenciais ou ADSs pertinentes, geralmente, não precisará reconhecer ganho ou perda cambial relativa a essa conversão. Caso os valores em reais recebidos não sejam convertidos para dólares na data do recebimento, o Investidor Norte-Americano, geralmente, terá uma base em Reais equivalente ao valor em dólares norte-americanos de tal valor em Reais na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente ou outra forma de alienação desses Reais pelo Investidor Norte-Americano será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e geralmente constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos recebidas por Investidores Norte-Americanos que não sejam pessoas jurídicas (inclusive pessoas físicas) durante os exercícios tributáveis iniciados até 31 de dezembro de 2012, relativamente a ações de uma sociedade não americana (que não seja uma sociedade considerada, no exercício tributável durante o qual as distribuições são feitas ou no exercício tributável anterior, uma "PFIC", ou companhia de investimento estrangeiro passivo), que seja prontamente negociável em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida a 15%, desde que certos prazos de investimento e outros requisitos sejam preenchidos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um Investidor Norte-Americano, os dividendos recebidos por tal Investidor Norte-Americano referentes às ADSs deverão qualificar-se para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo Investidor Norte-Americano em respeito às ações preferenciais serão qualificáveis para a alíquota reduzida, já que as nossas ações preferenciais, em si, não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que pode limitar deduções para juros provenientes dos investimentos) e os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (o que pode afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos EUA) e certos dividendos extraordinários. Todo Investidor Norte-Americano que não seja uma pessoa jurídica deve consultar seus assessores tributários acerca da possibilidade de aplicação da alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes.

Venda, Troca ou outro Tipo de Alienação das Ações Preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um Investidor Norte-Americano geralmente reconhecerá ganho ou perda igual à diferença entre o montante realizado em tal venda, troca ou outro tipo de alienação e a base de cálculo do imposto do Investidor Norte-Americano em tais ações preferenciais ou ADSs. Tal ganho ou perda será geralmente tratado como ganho ou perda de capital a longo prazo se tal Investidor Norte-Americano tiver detido tais ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da alienação. Alguns Investidores Norte-Americanos que não sejam pessoas jurídicas têm direito a tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A possibilidade para um Investidor Norte-Americano compensar as perdas de capital com receita ordinária é limitada.

Um Investidor Norte-Americano que receber um valor em Reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais irá geralmente reconhecer um montante igual ao valor em dólares norte-americanos de tal valor em Reais na data de liquidação de referida venda, troca ou outro tipo de alienação se (i) tal Investidor Norte-Americano adotar o regime de caixa ou tenha optado por ser contribuinte pelo regime de competência e as nossas ações preferenciais forem tratadas como “negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido”, ou (ii) tal data de liquidação for também a data de tal venda, troca ou outro tipo de alienação. Se o valor em Reais assim recebido for convertido em dólares norte-americanos na data de liquidação, tal Investidor Norte-Americano geralmente não deverá reconhecer o ganho ou a perda cambial na conversão. Se o valor em Reais assim recebido não for convertido em dólares norte-americanos na data de liquidação, tal Investidor Norte-Americano geralmente terá como base em Reais um montante igual ao valor em dólares norte-americanos de tal montante em Reais na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda na conversão subsequente ou outro tipo de alienação de tal valor em Reais por tal Investidor Norte-Americano geralmente será tratado como receita ou prejuízo ordinário e geralmente será tratado como originado dentro dos EUA. Cada Investidor Norte-Americano deve consultar seu consultor tributário acerca das consequências para fins de imposto de renda federal dos EUA de receber valores em Reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais nos casos não descritos na primeira frase deste parágrafo.

Considerações sobre crédito tributário estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (detidas por meio de ADSs ou diretamente), inclusive as distribuições de juros sobre o capital próprio, conforme descrito acima em “- Considerações sobre tributos brasileiros – Tributação dos Juros sobre o capital próprio”, que sejam tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer tributos retidos na fonte brasileira, serão incluídas na receita bruta do Investidor Norte-Americano. Dessa forma, tal Investidor Norte-Americano pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade em um montante superior ao que tenha efetivamente recebido em espécie. As distribuições tratadas como dividendos geralmente constituirão receita originada fora dos EUA e geralmente serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro, nos EUA, como “receita de categoria passiva” ou, no caso de alguns Investidor Norte-Americanos, como “receita de categoria geral”. Sujeito a limitações aplicáveis e às exigências de tempo de manutenção do investimento, um Investidor Norte-Americano pode obter o direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro nos EUA para compensar com o montante do imposto de renda federal nos EUA referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em vigor, o ganho resultante da venda ou outro tipo de alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso, por um Investidor Norte-Americano, de um crédito tributário estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos de renda ou retidos na fonte no Brasil pode estar limitado, já que tal ganho geralmente constituirá receita originada dentro dos EUA. Certas regras propostas pelo Tesouro dos EUA, se adotadas na forma atual, poderiam afetar a capacidade dos Investidor Norte-Americanos de ADSs de compensar tributos não americanos retidos sobre dividendos com o montante a pagar de imposto de renda federal nos EUA. Um Investidor Norte-Americano que não reivindica um crédito tributário estrangeiro nos EUA geralmente pode reivindicar, ao invés disso, uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, mas somente para o exercício tributável no qual tal Investidor Norte-Americano optar por fazê-lo com relação a todos os impostos de renda que não dos EUA. O ganho ou a perda cambial com moeda estrangeira geralmente constituirá receita originada dentro dos EUA. As regras relacionadas aos créditos tributários estrangeiros são bastante complexas, e cada Investidor Norte-Americano deve consultar seu próprio consultor tributário acerca da aplicação de tais regras.

Considerações sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos EUA se aplicam a pessoas dos EUA que detenham ações de uma PFIC. Em geral, uma sociedade não norte-americana será classificada como uma PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA em qualquer exercício tributável em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias: pelo menos 75% de sua

receita bruta for “receita passiva” ou, em média, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos for atribuível a ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para a geração de receita passiva.

Para tal fim, renda passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com commodities.

A aplicação das normas relativas às PFICs aos bancos é obscura na legislação de imposto de renda federal dos EUA atualmente em vigor. Os bancos geralmente têm uma parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados por juros ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. O Departamento da Receita Federal dos EUA (ou “IRS”) emitiu um comunicado e propôs normas que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa de negócios bancários por um banco estrangeiro qualificado, também conhecidas como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e as normas propostas pelo IRS têm exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que pode ser excluída da receita passiva de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, as normas propostas têm sido discutidas desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizadas.

Com base em estimativas de nossa receita bruta e ativo bruto, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios tributáveis correntes ou futuros. A decisão sobre se somos uma PFIC, no entanto, é realizada anualmente com base na composição de nossa receita e ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades em que detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas operações (inclusive nossa capacidade de nos qualificarmos como Exceção de Banco Ativo).

Como as normas definitivas não foram emitidas e o comunicado e as normas propostas são inconsistentes, nossa situação, no que tange às regras da PFIC, é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não há garantias de que atenderemos aos requisitos específicos da Exceção de Banco Ativo de acordo com o comunicado ou as normas propostas pelo IRS. Desta forma, os Investidor Norte-Americanos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC em qualquer exercício tributável no qual um Investidor Norte-Americano detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outro tipo de alienação tributável de tais ações preferenciais ou ADSs, e certas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição média durante os três exercícios anteriores ou, caso inferior, o período de manutenção do investimento em nossas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente durante o período de manutenção do investimento do Investidor Norte-Americano em relação a tais ações preferenciais ou ADSs, (ii) o montante considerado realizado em cada exercício tivesse sido sujeito à tributação em cada exercício à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, que estaria sujeita à tributação à alíquota regular da receita ordinária do Investidor Norte-Americano no exercício corrente e que não estaria sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir), e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagos nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos Investidores Norte-Americanos evitar as consequências acima mencionadas ao fazerem opção pelo “fundo qualificado”.

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em sociedade por ações não americanas classificadas como PFICs, ou PFICs Subsidiárias, os Investidores Norte-Americanos serão considerados, em geral, como Investidores de, e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC Subsidiária. Se formos tratados como uma PFIC, um Investidor Norte-Americano poderia ser cobrado em relação ao imposto diferido e encargo financeiro definido acima se (i) recebermos distribuição de, ou alienarmos no todo ou em parte, nossa participação em qualquer PFIC Subsidiária ou (ii) tal Investidor Norte-Americano alienar no todo ou em parte, nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um Investidor Norte-Americano de participação numa PFIC (mas possivelmente não de uma PFIC Subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela “marcação a mercado”, desde que a ação da PFIC seja uma “ação negociável”, conforme definido nas normas aplicáveis do Tesouro do EUA (por exemplo, “negociada regularmente” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos das normas aplicáveis do Tesouro dos EUA, “bolsa de valores qualificada” inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na SEC (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários – CVM – nos EUA) ou o sistema de mercado nacional instituído de acordo com a Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934, conforme alterada,

ou a Lei das Bolsas, ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira que seja regulada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nas normas aplicáveis do Tesouro do EUA. A NYSE constitui uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado. Embora o IRS não tenha afirmado se a BM&FBOVESPA atende as exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, acreditamos que a BM&FBOVESPA deva ser assim tratada. As ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas em tal bolsa de valores ou outro mercado no ano civil durante o qual tais ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre civil. Não podemos assegurar que as nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como "ação negociável" em qualquer exercício tributável.

As consequências tributárias que se aplicariam caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas acima se um Investidor Norte-Americano optar legitimamente pela marcação a mercado no início do seu período de manutenção do investimento. Caso tal opção seja feita, esse Investidor Norte-Americano geralmente irá (i) incluir na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença entre o valor de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs no fechamento de cada exercício tributário e a base de cálculo de imposto ajustada do Investidor Norte-Americano de tais ações preferenciais ou ADSs, e (ii) deduzir como prejuízo ordinário a eventual diferença entre a base de cálculo do imposto do Investidor Norte-Americano relativa a tais ações preferenciais ou ADSs e o valor de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs ao final do exercício tributário, mas apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs em um exercício tributário no qual éramos uma PFIC seria tratado como receita ordinária, e qualquer perda em tal venda, troca ou outro tipo de alienação seria tratada como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação ao mercado anteriormente incluído na receita) e subsequentemente como prejuízo de capital. A base de cálculo de imposto ajustada do Investidor Norte-Americano referente a tais ações preferenciais ou ADSs seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda, considerada pelo regime de marcação ao mercado. Mesmo que um Investidor Norte-Americano seja elegível para optar pela marcação a mercado relativamente às nossas ações preferenciais ou ADSs, não estáclaro se ou como tal opção se aplicaria a respeito das ações de qualquer PFIC Subsidiária que tal Investidor Norte-Americano seja tratado como titular, pois tais ações da PFIC Subsidiária podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita relativamente às ações negociáveis de uma PFIC numa base de acionista para acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício tributário no qual o Investidor Norte-Americano detiver ações nossas enquanto PFIC, aplicar-se-ão normas especiais.

O Investidor Norte-Americano que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício tributário em que formos tratados como uma PFIC será geralmente obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC Subsidiária na qual o Investidor Norte-Americano detiver uma participação direta ou indireta. O Investidor Norte-Americano deve consultar seus assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC a nossas ações preferenciais ou ADSs e a possibilidade e conveniência de fazer opção de marcação a mercado caso fôssemos considerados uma PFIC em qualquer exercício tributável.

Retenção Preventiva (Backup Withholding) na Fonte e Apresentação de Informações

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar "retenção preventiva" ("*backup withholding*") geralmente se aplica a certos Investidores Norte-Americanos em relação aos pagamentos ou recursos provenientes da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Um Investidor Norte-Americano que não estiver, de outra forma, isento da retenção preventiva, geralmente pode evitá-la pela entrega de um Formulário W-9 do IRS devidamente assinado. Quaisquer montantes retidos segundo as normas de retenção preventiva serão disponibilizados como reembolso ou crédito para compensar com o imposto de renda federal dos EUA devido pelo Investidor Norte-Americano, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas em tempo hábil para o IRS.

Exigências de Divulgação relativamente a Ativos Financeiros Específicos no Exterior

Os Investidores Norte-Americanos Pessoas Físicas (e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do IRS) que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem qualquer participação em qualquer "ativo financeiro específico no exterior", geralmente devem protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, uma declaração contendo certas informações caso o valor total desses ativos ultrapasse US$50.000. "Ativo financeiro estrangeiro específico" geralmente inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não dos EUA e pode também incluir as nossas ações preferenciais ou ADSs, caso estas não sejam mantidas em uma conta aberta em uma instituição financeira dos EUA. É

possível que penalidades substanciais sejam impostas, e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos EUA possa ser prorrogado no caso de descumprimento da obrigação. Os Investidores Norte-Americanos devem consultar seus próprios assessores tributários para verificar se essa obrigação de reporte se aplica a eles.

Exigências de Divulgação para Determinados Investidores Norte-Americanos que Reconhecem Prejuízos Significativos

Um Investidor Norte-Americano que alegar prejuízos significativos com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente (i) US$10 milhões ou mais em um exercício tributário ou US$20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios tributários para sociedades por ações ou sociedades comerciais, cujos sócios sejam todos sociedades por ações, (ii) US$2 milhões ou mais em um exercício tributário ou US$4 milhões ou mais em uma combinação de exercícios tributários para todos os demais contribuintes, ou (iii) US$50.000 ou mais em um exercício tributário para pessoas físicas ou trustes em relação a operações em moeda estrangeira) pode estar sujeito a determinadas exigências de reporte como "operações passíveis de declaração". Os Investidores Norte-Americanos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre qualquer obrigação de divulgação possível a respeito de nossas ações preferenciais ou ADSs.

10F. Dividendos e agentes de pagamento

Não se aplica.

10G. Laudos de peritos

Não se aplica.

10H. Documentos disponibilizados

Estamos sujeitos às exigências de informações para emissores privados estrangeiros previstas na Lei de Bolsas, conforme aditada. Dessa forma, somos obrigados a arquivar relatórios e outras informações na SEC, inclusive os relatórios anuais conforme o Formulário 20-F e os relatórios conforme o Formulário 6-K. Os relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC podem ser examinados e copiados nas instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549, e nos Escritórios Regionais da SEC localizados em 500 West Madison Street, Suite 1400, Chicago, IL 60661 e na 233 Broadway, New York, New York 10279. Cópias dos materiais podem ser obtidas por correio, solicitando-as à Public Reference Room da SEC, na 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549, mediante o pagamento de determinadas taxas. Os interessados podem obter informações sobre o funcionamento da Public Reference Room da SEC contatando a SEC nos Estados Unidos pelo telefone 1-800-SEC-0330. Além disso, a SEC mantém um website na Internet no http://www.sec.gov, onde é possível acessar por meio eletrônico esses materiais, inclusive este relatório anual e seus anexos. Também arquivamos demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos na CVM na Rua Sete de Setembro, 111 - Rio de Janeiro – RJ - 20050-901 – Brasil. A CVM mantém um website na Internet no http://www.cvm.gov.br.,

Cópias de nosso relatório anual no Formulário 20-F podem ser examinadas mediante solicitação em nossos escritórios à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100 - São Paulo - SP - 04344-902 - Brasil.

10I. Outras informações

Não exigidas.

ITEM 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado

Instrumentos derivativos que se qualificam para contabilização de hedge

Apresentamos a seguir uma visão geral das estratégias de "*hedge*" categorizadas como "*hedges*" de fluxo de caixa e "*hedges*" de investimento líquido segundo o IFRS. Quanto à política de contabilização desses "*hedges*", consulte a Nota 2.4 g III às demonstrações contábeis consolidadas.

Começamos a implementar a nossa estratégia de "*hedge*" de fluxo de caixa em 2008. Para proteção contra a variabilidade dos fluxos de caixa futuros dos pagamentos de juros, o Itaú Unibanco Holding elaborou contratos de Futuros em DI negociados na BM&F Bovespa com relação a certos passivos com taxas de juros variáveis expressos em reais e "*swaps*" de taxas de juros com relação a ações preferenciais resgatáveis expressas em dólares dos EUA.

Nossas estratégias de "*hedge*" de fluxo de caixa consistem em proteção contra a exposição a alterações nos fluxos de caixa nos pagamentos de juros que são atribuíveis a variações nas taxas de juros referentes a passivos reconhecidos.

O Itaú Unibanco Holding tem aplicado as seguintes estratégias de "*hedge*" de fluxo de caixa:

- "*Hedge*" de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger contra as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

- "*Hedge*" de ações preferenciais resgatáveis: proteger contra a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.

- "*Hedge*" de CDB subordinado: proteger contra as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

O valor contábil em 31 de dezembro de 2011 de depósitos a prazo e operações compromissadas, ações preferenciais resgatáveis e de CDBs subordinados (ou objetos protegidos por "*hedge*") era de R$ 19.938 milhões e o valor nominal dos respectivos derivativos (ou instrumentos de "*hedge*") era de R$ 19.937 milhões. Essas estratégias de "*hedge*" de fluxo de caixa vencerão entre 2012 e 2017. Para os vencimentos específicos dos instrumentos, consulte a Nota 8 às demonstrações contábeis incluídas no Item 18.

Em 2011, implementamos uma estratégia de "*hedge*" para nossos investimentos líquidos com uma moeda funcional diferente. Em relação à nossa estratégia de "*hedge*" para investimentos líquidos em operações no exterior, elaboramos contratos Futuros de DDI negociados na BM&F Bovespa e contratos de Forward ou de NDF celebrados por nossas subsidiárias no exterior.

Nossas estratégias de investimentos líquidos em operações no exterior consistem em proteção contra a exposição em moeda estrangeira proveniente da moeda funcional da operação no exterior, mediante a conversão para a moeda funcional da matriz.

O valor contábil em 31 de dezembro de 2011 do "*hedge*" de investimento em operações no exterior era de R$ 4.131 milhões e o valor nominal dos respectivos derivativos era de R$ 6.886 milhões. O valor nominal dos derivativos inclui a alíquota de "*overhedge*" de 40% referente a impostos. Esta estratégia de "*hedge*" não possui vencimento especificado, a não ser na venda de investimentos no exterior.

O valor justo dos derivativos utilizados nas nossas estratégias de "*hedge*" encontra-se na Nota 8 às nossas demonstrações contábeis incluídas no item 18.

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado Itaú Unibanco.

A estratégia adotada pelo Itaú Unibanco baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição; e
- *Expertise* para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do conglomerado Itaú Unibanco. Além disso, a área independente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e / ou nível de risco. Para isto, o banco conta com um processo estruturado de comunicação e informações, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação *(banking*). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O Itaú Unibanco realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil, conforme definido pelas políticas internas do Itaú Unibanco.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
    - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
    - Taxas dos cupons de taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços; e
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

Neste último trimestre, o Itaú Unibanco aprimorou ainda mais sua estrutura de controle de limites de risco de mercado, tornando-a mais granular e alinhada à estrutura de negócios, segregando as métricas em grupos de fatores de risco, conforme as áreas de negócios. Essa nova estrutura de controle de limites visa:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do banco, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

Nesta estrutura de controle, os limites, agora mais granulares, são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- *Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk):* medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. Aplicado a grupo de fatores de risco;
- *Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):* técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);

- *Alerta de Stop Loss:* Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;

- *Resultado a Realizar (RaR):* avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado em determinada data, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis e expectativas de realização de resultado. É uma das medidas de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não negociação; e

- *Resultado em Risco (EaR)*: medida que quantifica o impacto no resultado do balanço em situações adversas de mudança de taxa de juros.

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas curvas futuras de juros. Aplicado a fatores de risco;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação ao preço do ativo-objeto, a volatilidade implícita, taxa de juros e ao tempo; e

- Perda Máxima (*Stop Loss*): máxima perda que um dado portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco S.A.

O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco e de suas subsidiárias no exterior (Banco Itaú BBA International S.A. , Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.); demonstrando onde encontram-se as maiores concentrações de risco de mercado.

O consolidado Itaú Unibanco Holding S. A., mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Em 2011, nosso VaR Global Médio foi de R$ 142,0 milhões, ou 0,20% do total do Patrimônio Líquido, comparado com R$ 109,4 milhões em 2010, ou 0,18% do total do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2010.

VaR Global
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de juros (*)	114,8	105,3	27,0	229,2
Cupons cambiais	23,6	29,5	12,6	59,0
Moedas estrangeiras	29,0	38,1	14,2	69,2
Índices de preços	21,1	17,7	2,5	41,6
Ações	4,4	13,4	3,7	26,1
Banco Itaú BBA International	1,5	2,9	0,4	6,5
Banco Itaú Argentina	3,7	4,0	1,6	9,4
Banco Itaú Chile	5,3	5,3	1,9	10,3
Banco Itaú Uruguai	0,7	0,5	0,2	1,1
Banco Itaú Paraguai	0,2	0,6	0,2	1,7
Efeito de diversificação (**)	(53,4)			

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
Total	**150,9**	**142,0**	**74,0**	**278,5**

(*) Considera o efeito de ajustes fiscais.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR Global
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de juros (*)	123,7	109,6	70,6	137,2
Cupons cambiais	17,3	18,4	6,0	41,6
Moedas estrangeiras	34,0	31,8	9,1	56,9
Índices de preços	18,6	17,1	6,4	30,0
Ações	14,4	15,1	5,1	27,7
Banco Itaú BBA International	0,6	1,3	0,5	3,4
Banco Itaú Argentina	1,6	1,0	0,4	2,3
Banco Itaú Chile	3,3	5,1	2,6	9,4
Banco Itaú Uruguai	0,2	0,4	0,2	0,8
Banco Itaú Paraguai	0,9	0,6	0,2	1,6
Efeito de diversificação (**)	(82,8)			
Total	**131,9**	**109,4**	**61,6**	**181,8**

(*) Considera o efeito de ajustes fiscais.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR - Tesouraria Institucional

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em Mesa *Banking* e Mesa *Trading*.

Mesa Banking

A Mesa Banking, composta pelas operações comerciais e instrumentos financeiros associados, reduziu o VaR Global de sua carteira no quarto trimestre em comparação com o anterior. Uma gestão conservadora da composição da carteira possibilitou a manutenção do VaR Global Médio em níveis reduzidos se comparado ao patrimônio líquido do banco.

O VaR médio da carteira da Mesa *Banking* em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 83,4 milhões, comparado com R$ 80,3 milhões em 31 de dezembro de 2010.

VaR da carteira da Mesa Banking
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de juros (*)	95,2	88,1	22,7	193,0
Cupons cambiais	23,6	24,9	8,6	46,3
Moedas estrangeiras	4,9	2,8	0,0	15,3
Índices de preços	17,9	11,7	2,4	33,8
Ações	5,0	4,8	2,7	7,9
Efeito de diversificação (**)	(49,2)			
Total	**97,5**	**83,4**	**31,1**	**171,5**

(*) Considera o efeito de ajustes fiscais.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR da carteira da Mesa Banking
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de juros (*)	85,5	92,6	70,0	110,5
Cupons cambiais	11,4	6,2	2,7	11,4
Moedas estrangeiras	0,3	3,0	0,0	23,2
Índices de preços	9,0	10,4	3,8	22,1
Ações	4,2	4,7	2,9	12,5
Efeito de diversificação (**)	(33,7)			
Total	**76,6**	**80,3**	**54,5**	**108,0**

(*) Considera o efeito de ajustes fiscais.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Desde 1º de maio de 2011, o controle da carteira Overseas (isto é, operações não registradas no Brasil) é gerido conjuntamente com a carteira da Mesa *Banking*. Em 2010, o VaR Global médio da carteira *Overseas* foi de R$ 7,9 milhões.

Mesa de Negociação (Trading Desk)

A Mesa de Negociação da Tesouraria Institucional assume posições com o objetivo de otimizar os resultados ponderados pelo risco.

O controle efetivo do risco de mercado permitiu que Itaú Unibanco gerenciasse com eficiência as mudanças no mercado e que mantivesse as melhorias contínuas de diversificação e sofisticação das suas transações.

A Mesa de Negociação procura as melhores oportunidades no mercado nacional e internacional, dentro de limites pré-estabelecidos, e seu objetivo é criar uma exposição a risco bem diversificada.

Nesse contexto, o risco assumido pela Tesouraria Institucional não mudou de forma significativa, reforçando a tendência do Itaú Unibanco de incorrer apenas em exposições do risco de mercado limitadas em relação ao seu capital.

Para melhorar a gestão dos seus ativos, a Mesa de Negociação de *Flow Book* e a Mesa de Negociação Proprietária foram unificadas, sob a denominação de Mesa de Negociação, a partir de 1º de junho de 2011. Em 2011, o VaR médio da carteira de Mesa de Negociação era de R$69,1 milhões, em comparação com o VaR médio da Mesa de Negociação de *Flow Book* e da Mesa de Negociação Proprietária de R$9,5 milhões e R$46,3 milhões, respectivamente, em 2010.

VaR da carteira da Mesa *Trading* (**)
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Grupo de Fatores de Risco				
Taxa de juros (*)	28,3	35,8	12,4	88,1
Cupons cambiais	7,5	11,5	5,5	27,1
Moedas estrangeiras	32,7	40,0	21,4	68,9
Índices de preços	4,7	6,9	0,9	24,5
Ações	3,3	7,5	1,5	15,1
Efeito de diversificação (***)	(22,6)			
Total	**53,9**	**69,1**	**38,4**	**125,0**

(*) Considera o efeito de ajustes fiscais.
(**) Mesa criada em 1º de junho de 2011 (unifica as carteiras das Mesas Flow e Proprietária).
(***) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR – Unidades Externas

Para fins desta publicação, são denominadas unidades externas do Itaú Unibanco as instituições financeiras com sede em diferentes países, que operam com tesourarias locais cujas exposições ao risco de mercado são monitoradas pela área de controle de risco local. Estas áreas de tesouraria e controle de riscos reportam para as respectivas áreas do Itaú Unibanco. Estas unidades estrangeiras são o Banco Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai e Banco Itaú Paraguai.

Em 2011, o VaR médio do Banco Itaú BBA Internacional foi de R$ 2,9 milhões, ou 0,19% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú BBA Internacional em 31 de dezembro de 2011, comparado com R$ 1,3 milhões em 2010, ou 0,09% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú BBA Internacional em 31 de dezembro de 2010.

VaR do Banco Itaú BBA International
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
EURIBOR	0,1	0,6	0,1	2,6
LIBOR	0,7	0,7	0,3	1,5
Moedas	0,6	1,7	0,2	5,6
Outros	0,3	0,1	0,0	0,5
Efeito de diversificação (*)	(0,2)			
Total	**1,5**	**2,9**	**0,4**	**6,5**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR do Banco Itaú BBA International
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
EURIBOR	0,3	0,5	0,0	1,2
LIBOR	0,4	0,7	0,2	1,9
Moedas	0,2	0,3	0,1	1,3
Outros	0,2	0,3	0,0	0,7
Efeito de diversificação (*)	(0,5)			
Total	**0,6**	**1,3**	**0,5**	**3,4**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Em 2011, o VaR médio do Banco Itaú Argentina foi de R$ 4,0 milhões, ou 1,33% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Argentina em 31 de dezembro de 2011, comparado com R$ 1,0 milhão em 2010, ou 0,67% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Argentina em 31 de dezembro de 2010.

VaR do Banco Itaú Argentina
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (ARS)	2,9	4,2	1,8	10,0
Badlar(*)	2,0	0,7	0,1	2,1
Índices de Inflação (CER)	0,0	0,0	0,0	0,2
LIBOR	3,8	1,8	0,3	7,3

Euros	0,2	0,2	0,0	1,1
Efeito de diversificação (**)	(5,2)			
Total	**3,7**	**4,0**	**1,6**	**9,4**

(*) Badlar é a taxa media dos bancos comerciais tomando por base a pesquisa do Banco Central da Argentina para os time deposits superiors a 1 milhão de pesos com vencimentos entre 30 e 35 dias.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR do Banco Itaú Argentina
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (ARS)	1,8	1,1	0,3	2,5
Badlar(*)	0,1	0,2	0,1	0,3
Índices de Inflação (CER)	0,0	0,0	0,0	0,0
LIBOR	0,5	0,4	0,1	0,8
Euros	0,3	0,1	0,0	0,6
Efeito de diversificação (**)	(1,2)			
Total	**1,6**	**1,0**	**0,4**	**2,3**

(*) Badlar é a taxa media dos bancos comerciais tomando por base a pesquisa do Banco Central da Argentina para os time deposits superiors a 1 milhão de pesos com vencimentos entre 30 e 35 dias.
(**) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Em 2011, o VaR médio do Banco Itaú Chile foi de R$ 5,3 milhões, ou 0,27% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Chile em 31 de dezembro de 2011, comparado com R$ 5,1 milhões em 2010, ou 0,36% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Chile em 31 de dezembro de 2010.

VaR do Banco Itaú Chile
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (CLP)	0,8	1,5	0,5	2,8
Índices de Inflação (UF)	4,3	4,4	1,6	8,5
Cupom Cambial - Dólar	1,9	0,9	0,3	2,1
Efeito de diversificação (*)	(1,8)			
Total	**5,3**	**5,3**	**1,9**	**10,3**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR do Banco Itaú Chile
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (CLP)	1,1	1,5	0,6	4,7
Índices de Inflação (UF)	3,5	4,9	2,1	8,1
Cupom Cambial - Dólar	0,3	0,7	0,3	1,6
Efeito de diversificação (*)	(1,5)			
Total	**3,3**	**5,1**	**2,6**	**9,4**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Em 2011, o VaR médio do Banco Itaú Uruguai foi de R$ 0,5 milhão, ou 0,13% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Uruguai em 31 de dezembro de 2011, comparado com R$ 0,4 milhão em 2010, ou 0,13% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Uruguai em 31 de dezembro de 2010.

VaR do Banco Itaú Uruguai
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (UYU)	0,1	0,0	0,0	0,1
Índices de Inflação (UI)	0,7	0,4	0,1	1,0
Cupom Cambial - Dólar	0,1	0,3	0,1	0,7
Variação Cambial - Dólar	0,0	0,2	0,0	0,6
Efeito de diversificação (*)	(0,2)			
Total	**0,7**	**0,5**	**0,2**	**1,1**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR do Banco Itaú Uruguai
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Peso (UYU)	0,0	0,1	0,0	0,2
Índices de Inflação (UI)	0,2	0,2	0,1	0,3
Cupom Cambial - Dólar	0,1	0,3	0,0	0,6
Variação Cambial - Dólar	0,2	0,2	0,0	0,4
Efeito de diversificação (*)	(0,2)			
Total	**0,2**	**0,4**	**0,2**	**0,8**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Em 2011, o VaR médio do Banco Itaú Paraguai foi de R$ 0,6 milhão, ou 0,14% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Paraguai em 31 de dezembro de 2011, comparado com R$ 0,6 milhão em 2010, ou 0,17% do Patrimônio Líquido do Banco Itaú Paraguai em 31 de dezembro de 2010.

VaR do Banco Itaú Paraguai
2011

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Guarani (PYG)	0,0	0,5	0,0	1,7
Cupom Cambial - Dólar	0,2	0,2	0,1	0,5
Variação Cambial - Dólar	0,0	0,0	0,0	0,3
Efeito de diversificação (*)	(0,1)			
Total	**0,2**	**0,6**	**0,2**	**1,7**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

VaR do Banco Itaú Paraguai
2010

	31 Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
		(em milhões de R$)		
Fator de Risco				
Pré-fixado em Guarani (PYG)	0,7	0,5	0,1	1,6
Cupom Cambial - Dólar	0,2	0,2	0,1	0,2
Variação Cambial - Dólar.....	0,2	0,2	0,1	0,3
Efeito de diversificação (*)	(0,3)			
Total	**0,9**	**0,6**	**0,2**	**1,6**

(*) Redução do risco devido ao efeito de correlação entre os fatores de risco.

Backtesting

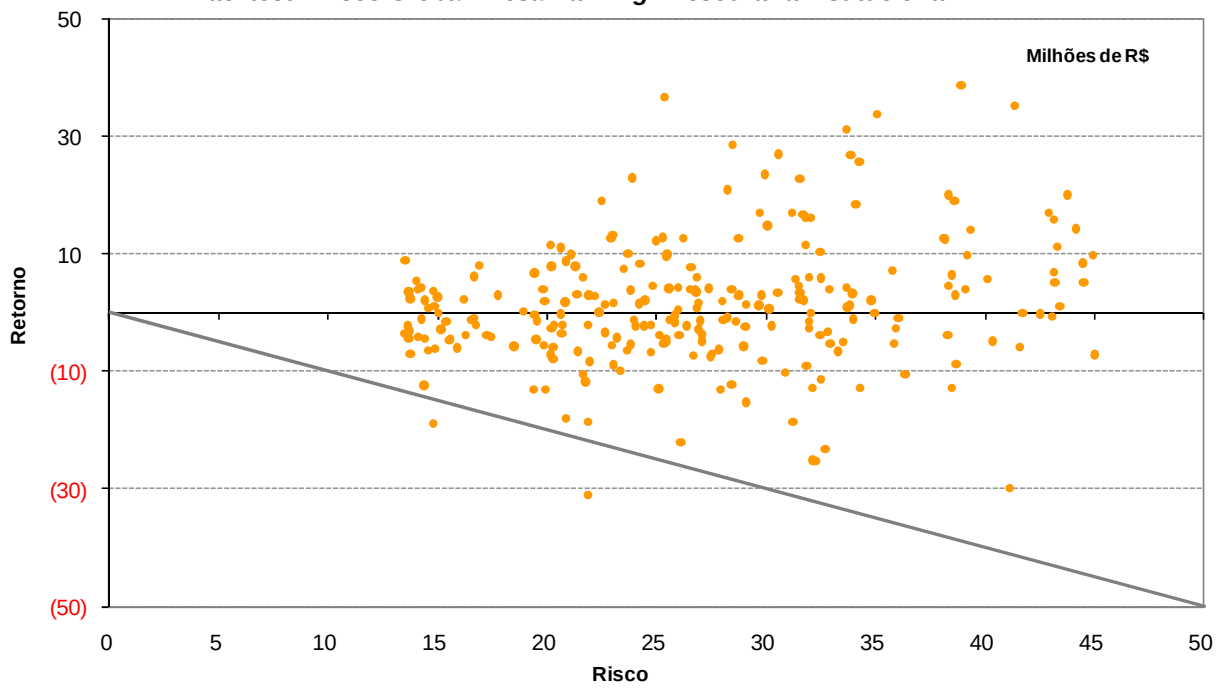
A eficácia do modelo de *Value at Risk* é comprovada diariamente por técnicas de *backtest*, onde são comparados perdas e ganhos reais diários com a percentagem de casos em que o resultado ficou fora dos limites preestabelecidos de perda máxima potencial. O número de violações dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo). Para as análises de *backtest* apresentadas abaixo, este número de violações deve ser de, no máximo, 7.

Para ilustrar a confiabilidade das medidas de risco geradas pelos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco, são apresentados abaixo os gráficos de *backtest* do risco global da carteira da mesa *banking* e do fator de risco pré-fixado, tendo em vista ser o fator de risco de maior relevância desta mesa, bem como o *backtest* de risco global da carteira da mesa trading, para o período dos últimos doze meses. Em razão da baixa relevância dos montantes de VaR das operações internacionais, as análises de *backtest* apresentadas a seguir, referem-se apenas à carteira de operações domésticas.

Os gráficos demonstram o grau de adequação dos modelos de risco de mercado empregados pelo Itaú Unibanco, apresentando os pares risco (em módulo) x retorno para o período considerado. Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam violações ao risco estimado.

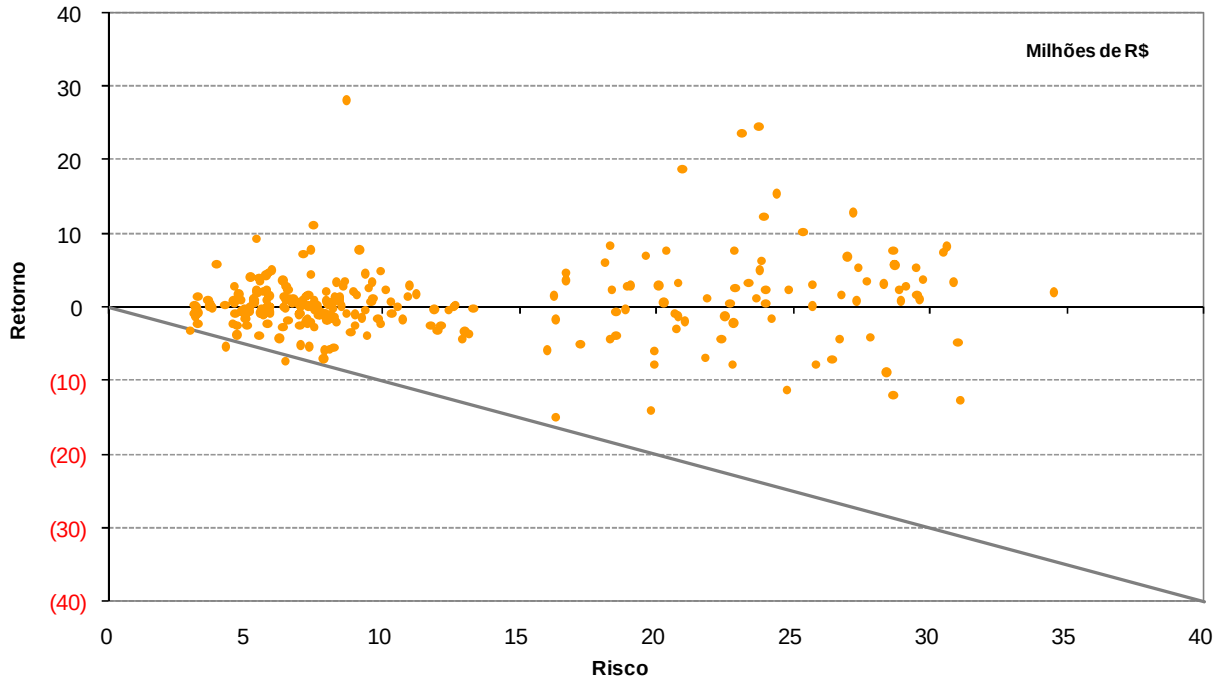
Para o VaR global da carteira da mesa *banking*, as perdas financeiras da Tesouraria Institucional foram maiores que o VaR estimado pelo modelo em apenas 2 dias no período, ou seja, o intervalo de confiança adotado foi respeitado.

Backtest* - Risco Global Mesa *Banking* - *Tesouraria Institucional



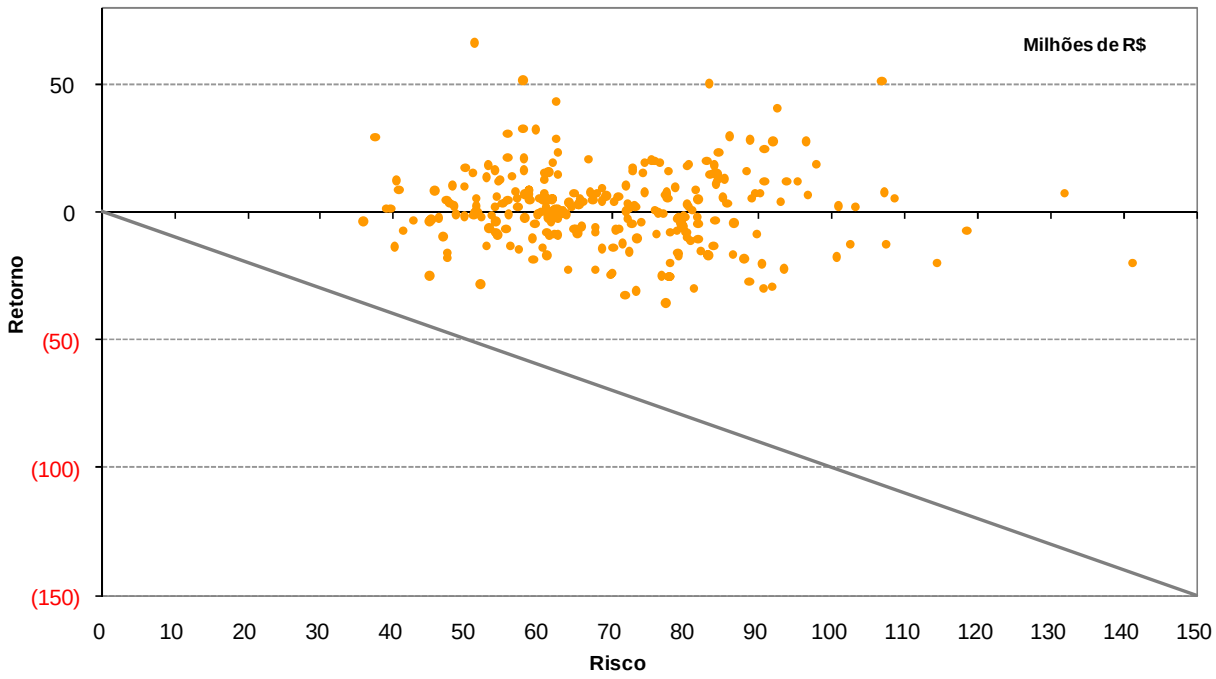
Para o fator de risco pré-fixado da carteira da Mesa *Banking*, as perdas financeiras foram maiores que o VaR estimado pelo modelo em 3 dias no período, ou seja, o intervalo de confiança adotado foi respeitado.

***Backtest* - Fator de Risco Pré-Fixado Mesa Banking**



Com relação ao VaR global da carteira da Mesa Trading da Tesouraria Institucional, não ocorreram perdas financeiras maiores que o VaR estimado pelo modelo, ou seja, o intervalo de confiança adotado foi respeitado.

***Backtest* - Risco Global Mesa *Trading* - Tesouraria Institucional**



ITEM 12 DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

12A. Títulos de Dívida

Não se aplica.

12B. Bônus de Subscrição e Direitos

Não se aplica.

12C. Outros

Não se aplica.

12D. Ações Depositárias Americanas

Nos Estados Unidos, nossas ações preferenciais são negociadas na forma de ADSs. Desde 2005, cada ADS representa uma ação preferencial, emitida pelo The Bank of New York Mellon, como depositário, nos termos de um Contrato de Depósito, datado de 31 de maio de 2001 e aditado posteriormente; reformulado em 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009 para entrar em vigor em 3 de abril de 2009, entre nós, o depositário e os titulares e usufrutuários das ADSs periodicamente. O escritório principal do depositário está localizado na One Wall Street, New York, New York 10286.

Não tratamos os detentores de ADR como nossos acionistas, e os detentores de ADS não têm os mesmos direitos que os acionistas. A legislação societária brasileira rege os direitos dos acionistas. O depositário é detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADSs possuem direitos de detentores de ADS.

Taxas e Despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas pagas pelos detentores de ADSs:

As pessoas que depositam ações preferenciais ou os detentores de ADR precisam pagar	**Para:**
US$5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parte dos mesmos) + taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais ou outras instituições pela execução e entrega ou resgate de ADRs.	Emissão de ADSs, inclusive emissões resultantes de distribuição de ações preferenciais ou direitos ou outros bens. Cancelamento de ADSs para fins de retirada, inclusive em caso de término do contrato de depósito.
US$0,02 (ou menos) por ADS (ou parte dos mesmos).	Qualquer distribuição em dinheiro.
Uma taxa equivalente àquela que seria paga se os títulos e valores mobiliários do detentor fossem ações preferenciais e as ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs.	Distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADSs.
US$0,02 (ou menos) por ADS (ou parte dos mesmos) por ano calendário (além de uma taxa de distribuição em dinheiro de US$ 0,02 por ADS durante o ano).	Serviços depositários.
Taxas de registro ou de transferência.	Transferência e registro de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/para o nome do depositário ou seu agente, quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais.
Taxas de conversão de moeda estrangeira.	Despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos EUA.
Despesas do depositário.	Transmissões a cabo, telex e fac-símile (quando previsto expressamente no Contrato de Depósito).
Impostos e outros encargos governamentais que o depositário ou o custodiante tem que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial subjacente a uma ADS, como por exemplo impostos sobre transferência de ações, imposto do selo ou impostos retidos na fonte.	Conforme necessário.
Quaisquer encargos incorridos pelo depositário ou seus agentes para administrar os títulos e valores mobiliários depositados.	Não há nenhum encargo deste tipo atualmente no mercado brasileiro.

Pagamento de Impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados. Ele pode também vender títulos depositados, em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos devidos. O detentor continuará responsável se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele irá, se for adequado, reduzir o número de ADSs para refletir a venda e pagar ao detentor qualquer importância obtida, ou enviar quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso de Taxas

The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorrermos em relação à organização e manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar as taxas anuais de continuidade de negociação em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, postagem, fac-símile e ligações telefônicas. Ele também concordou em nos reembolsar anualmente por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós com base em quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes ao programa de ADS. Há limites para o valor das despesas que nos serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para a Companhia não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobra dos investidores.

O depositário cobra suas taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs para fins de retirada ou de intermediários que atuem em nome dele. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar as taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços por ele prestados deduzindo-a das distribuições em dinheiro faturando diretamente os investidores, ou ainda fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes que agem em nome dele. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços por taxas mais baixas até que as taxas referentes àqueles serviços tenham sido pagas.

Reembolso de Despesas Incorridas em 2011

Em 2011, a Companhia recebeu do depositário US$12,0 milhões para promover e incentivar o programa de ADR no mercado e para manutenção dos custos usuais de ADSs (que compreendem despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, papel timbrado, postagem, fac-símile, ligações telefônicas, e reuniões nacionais e internacionais com analistas de investimento e investidores), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes ao programa de ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

PARTE II

ITEM 13 INADIMPLÊNCIAS, ATRASOS DE DIVIDENDOS E OUTROS ATRASOS

Nada a informar.

ITEM 14 MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E UTILIZAÇÃO DA RECEITA

Nada a informar.

ITEM 15 CONTROLES E PROCEDIMENTOS

(a) Avaliação dos controles e procedimentos de divulgação

Fizemos uma avaliação, sob a supervisão e com a participação de nossa administração, entre eles o nosso Diretor Presidente, ou CEO, e o Diretor Financeiro, ou CFO, da efetividade de nossos "controles e procedimentos de divulgação" (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) da Lei das Bolsas de Valores Mobiliários de 1934 ("Securities Exchange Act of 1934"), conforme requerido pelo parágrafo (b) das Regras 13a-15 ou 15d-15 da Lei das Bolsas de Valores ("Exchange Act"), na data-base 31 de dezembro de 2011. Um sistema de controles, por mais bem concebido e operacionalizado que seja, pode proporcionar apenas uma segurança razoável, e não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle serão atingidos. Portanto, nossa administração não espera que os controles irão evitar todos os erros e fraudes.

Com base na avaliação efetuada, o CEO e o CFO concluíram que, na data-base 31 de dezembro de 2011, os controles e procedimentos de divulgação do Itaú Unibanco Holding eram efetivos para proporcionar segurança razoável de que as informações relevantes, relativas ao Itaú Unibanco Holding e suas subsidiárias consolidadas, são registradas, processadas, resumidas e apresentadas em relatório nos prazos especificados nas normas e formulários da SEC.

(b) Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados, relacionados às demonstrações contábeis, conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f). Nossos controles internos foram desenvolvidos para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e elaboração das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com o padrão contábil internacional, ou IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board, ou IASB.

Todos os sistemas de controles internos, independentemente de seus níveis de sofisticação, têm limitações inerentes. Portanto, mesmo esses sistemas, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar distorções. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Com base nessa avaliação e critérios, a administração concluiu que, para a data-base de 31 de dezembro de 2011, os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis são efetivos.

A efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis para a data-base de 31 de dezembro de 2011 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, uma firma de auditoria independente, conforme consta no seu parecer, incluído na página F-2 deste Formulário 20-F.

(c) Atestado da Firma de Auditoria Independente

O relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nossa firma de auditoria independente, datado de 30 de março de 2012, sobre a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis na data-base 31 de dezembro de 2011, consta do "Item 18. Demonstrações Contábeis".

(d) Mudanças nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis

Com relação à avaliação exigida pela Lei de Valores Mobiliários de 1934 – Regra 13a 15(d), a administração, incluindo o CEO e o CFO, concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente esses controles.

ITEM 16 [RESERVADO]

16A. Comitê de Auditoria

Nosso conselho de administração determinou que um dos membros de nosso comitê de auditoria, o Sr. Guy Almeida Andrade, é especialista financeiro do comitê de auditoria e atende às exigências da SEC e da NYSE. Nosso especialista financeiro do comitê de auditoria, assim como outros membros do comitê, é independente, nos termos da Resolução nº 3.198 do CMN, que requer que os membros não sejam ou tenham sido, no exercício anterior, diretores ou funcionários da companhia ou de suas coligadas ou funcionários com responsabilidades de gerenciamento na área de auditoria interna da instituição financeira. Outros membros de nosso comitê de auditoria são especialistas em práticas contábeis adotadas no Brasil e acreditamos que os talentos, as experiências e a formação dos nossos membros de comitê de auditoria os qualificam a desempenhar todas as funções como membros do comitê de auditoria, inclusive a supervisão da elaboração de nossas demonstrações contábeis segundo o IFRS. Ademais, o nosso comitê de auditoria tem a habilidade de reter auditores independentes, consultores financeiros ou outros consultores, assessores e especialistas sempre que julgar adequado.

16B. Código de Ética

Adotamos um Código de Ética que é seguido por todos os nossos funcionários, inclusive conselheiros, principais diretores executivos, financeiros, controladores, demais membros da diretoria e certos terceiros, tais como fornecedores, que se relacionem conosco. Nosso conselho de administração aprovou nosso código de ética atual, que entrou em vigor em fevereiro de 2010. O texto integral de nosso Código de Ética está disponível no nosso *website* no http://ww13.itau.com.br/Portalri/HTML/ing/download/Codigo_Etica_2010.pdf.

16C. Honorários e Serviços dos Principais Auditores

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes atuou como nossa empresa de auditoria independente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado de nós pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes por serviços prestados nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, discriminando esses valores por categoria de serviço em milhares de reais:

	Total dos honorários (em milhares de R$)		
	2011	**2010**	**2009**
Honorários de auditoria	37.834	41.614	33.200
Honorários relacionados a auditoria	2.489	2.366	4.973
Honorários de services tributários	181	74	135
Demais honorários	1.030	448	13
Total	**41.534**	**44.503**	**38.320**

Honorários de Auditoria

Os honorários de auditoria em 2011, 2010 e 2009 referiam-se à auditoria de nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais e à revisão de nossas demonstrações contábeis trimestrais, bem como à auditoria e à revisão das demonstrações contábeis de nossas subsidiárias, serviços relacionados à emissão de carta comentário nas ofertas de valores mobiliários e ao exame da conformidade dos controles internos em relação à Lei Sarbanes-Oxley.

Honorários Relacionados à Auditoria

Os honorários relacionados à auditoria em 2011, 2010 e 2009 referem-se a serviços prestados com respeito à elaboração de relatórios de avaliação contábil, assistência relacionada à elaboração de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores locais e estrangeiros, incluindo documentos sobre cumprimento da legislação e regulamentos, e à auditoria de demonstrações contábeis específicas para fins de gestão, às atividades de *due diligence* e à emissão de relatórios para fins especiais.

Honorários de Serviços Tributários

Os honorários de serviços tributários em 2011, 2010 e 2009 referem-se ao cumprimento das obrigações fiscais e serviços de consultoria, inclusive a tributária.

Demais Honorários

Os outros honorários pagos em 2011, 2010 e 2009 incluíram a consultoria da observância dos controles e políticas de Emissões de Gás de Efeito Estufa, testes sobre segurança de internet, avaliação da gestão de continuidade de negócios e consultoria de novos projetos, bem como o uso de bancos de dados eletrônicos, material técnico, treinamento, assistência em análise de operações e *Global Investment Performance Standards* – Projeto GIPS.

Pré-aprovação de Políticas e Procedimentos

Entre as responsabilidades do comitê de auditoria está a de aprovar, anualmente, as políticas e procedimentos relativos aos serviços não relacionados à auditoria que (i) podem ser fornecidos por nossos auditores externos, bem como a lista desses serviços que estão pré-aprovados, (ii) não podem ser fornecidos por nossos auditores externos, devido ao fato dos serviços poderem afetar a independência dos auditores externos, e (iii) precisam ser aprovados previamente pelo comitê de auditoria. Nós aprimoramos nossa governança corporativa, assegurando seu alinhamento com os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley.

16D. Isenções das Normas de Registro para os Comitês de Auditoria

Segundo as normas de comitê de auditoria da NYSE e da SEC para empresas listadas, devemos observar a Regra 10A-3 do *Exchange Act* (normas padrão de listagem para o comitê de auditoria). A Regra 10A-3 dispõe que devemos constituir um comitê de auditoria, composto por membros do conselho de administração, que atenda às exigências especificadas na norma ou, então, designar e instituir um conselho de auditores ou órgão semelhante para executar o papel do comitê de auditoria, tendo em vista a isenção geral dos comitês de auditoria de emissores privados estrangeiros estabelecida na Regra 10A-3(c)(3) do *Exchange Act*.

De acordo com as regras do Banco Central, instituímos um órgão semelhante ao comitê de auditoria do conselho de administração de uma empresa norte-americana, que devemos chamar de “comitê de auditoria”. Para mais informações, consulte “Item 6C - Administração – Órgãos Estatutários - Comitê de Auditoria”.

Nosso Comitê de Auditoria, observada a legislação brasileira, desempenha todas as funções de um comitê de auditoria previstas na Regra 10A-3. Conforme disposto na lei brasileira, nosso conselho de administração e comitê de auditoria são órgãos corporativos distintos. Somente um dos cinco membros do comitê de auditoria é também membro de nosso conselho de administração. Além disso, segundo a lei brasileira, a função de contratar auditores independentes é um poder reservado exclusivamente ao conselho de administração da empresa. Portanto, nosso conselho de administração atua como nosso comitê de auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) do *Exchange Act*, na nomeação de nossos auditores independentes.

Com exceção desses aspectos, nosso comitê de auditoria é comparável a um comitê de auditoria do conselho de administração de uma empresa dos EUA e desempenha as mesmas funções. Acreditamos que: nosso comitê de auditoria é capaz de atuar de forma independente a respeito das responsabilidades de um comitê de auditoria, segundo a Sarbanes-Oxley, atende às exigências de isenção da Regra 10A-3(c)(3) e, portanto, está em conformidade com a Regra 10A-3 do *Exchange Act*.

16E. Compra de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Período (1)	(a) Quantidade total de ações preferenciais compradas	(b) Preço médio pago por ação preferencial (2)	(c) Quantidade total de ações preferenciais compradas como parte de planos ou programas anunciados publicamente	(d) Quantidade máxima de ações preferenciais que ainda podem ser compradas pelos planos ou programas
03/01 a 31/01/2011			-	56.700.000
01/02 a 28/02/2011			-	56.700.000
01/03 a 31/03/2011			-	56.700.000
01/04 a 29/04/2011	4.000.000	37,16	4.000.000	52.700.000
02/05 a 31/05/2011	6.500.000	35,72	10.500.000	46.200.000
01/06 a 30/06/2011	5.000.000	35,43	15.500.000	41.200.000
01/07 a 29/07/2011	7.000.000	32,98	22.500.000	34.200.000
01/08 a 31/08/2011	18.470.900	27,82	40.970.900	15.729.100
01/09 a 30/09/2011			40.970.900	15.729.100
03/10 a 31/10/2011			40.970.900	15.729.100
01/11 a 30/11/2011			40.970.900	56.700.000
01/12 a 30/12/2011			40.970.900	56.700.000

(1) Nosso Conselho de Administração aprovou, em 1º de novembro de 2010, a compra de até 56.700.000 de nossas ações preferenciais escriturais com vencimento em 4 de novembro de 2011.

Nosso Conselho de Administração aprovou em 31 de outubro de 2011, a compra de até 56.700.000, de nossas ações preferenciais escriturais com vencimento em 5 de novembro de 2012.

(2) Inclui custos de corretagem.

16F. Mudança na Auditoria Independente do Registrante

Não aplicável.

16G. Governança Corporativa

Principais Diferenças entre as Práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos EUA

Estamos sujeitos às normas de governança corporativa das empresas registradas na NYSE. Na qualidade de emissor privado estrangeiro, as normas aplicáveis a nós são consideravelmente diferentes daquelas aplicadas às empresas registradas nos EUA. Segundo as normas da NYSE, precisamos apenas: (i) ter um comitê de auditoria ou um conselho de auditoria, que atenda a certas exigências, conforme discutido a seguir; (ii) fornecer à NYSE imediata certificação anual do diretor presidente de que ele não tem ciência de qualquer violação por parte da companhia aos padrões de governança corporativa exigidos pela NYSE no tocante ao registro da empresa, (iii) submeter à NYSE uma afirmação, por escrito e assinada, anualmente e, se aplicável, de forma intermediária, toda vez que uma mudança ocorrer no conselho, ou em qualquer um de seus comitês, sujeito à Seção 303A das normas da NYSE e (iv) apresentar uma breve descrição das diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e as normas de governança corporativa da NYSE que precisam ser seguidas pelas empresas norte-americanas. A discussão das diferenças importantes entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas das empresas norte-americanas registradas na bolsa de valores vem a seguir.

Maioria de Conselheiros Independentes

As normas da NYSE exigem que a maioria do conselho seja formada por conselheiros independentes. A independência é definida por vários critérios, inclusive a ausência de um relacionamento relevante entre o conselheiro e a empresa registrada naquela bolsa.

As leis brasileiras não estabelecem exigência similar. Segundo a legislação brasileira, nem o conselho de administração nem a nossa administração precisa verificar a independência dos conselheiros antes de elegê-los para o conselho. Entretanto, a legislação societária brasileira, o Banco Central e a CVM

estabeleceram normas exigindo que os conselheiros atendam a certos requisitos relacionados à qualificação profissional e que tratam da remuneração e dos deveres e responsabilidades de diretores e conselheiros da empresa, bem como das restrições a eles aplicáveis, sendo que nossos conselheiros atendem às exigências de qualificação da legislação societária brasileira, do Banco Central do Brasil e da CVM. Nossa política de governança corporativa divulga os critérios usados por nosso conselho de administração para determinar se um conselheiro é independente. De acordo com esses critérios, três de nossos conselheiros devem ser considerados independentes. A legislação societária brasileira exige que nossos conselheiros sejam eleitos pelos acionistas em uma assembleia geral dos acionistas. Três de nossos conselheiros, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Alfredo Egydio Setubal, são membros da família Egydio de Souza Aranha e dois de nossos conselheiros, Pedro Moreira Salles e Fernando Roberto Moreira Salles, são membros da família Moreira Salles. As famílias são acionistas da IUPAR, acionista controlador do Itaú Unibanco Holding S.A. Atualmente, contamos com três conselheiros independentes: Alcides Lopes Tápias, Gustavo Jorge Laboissiere Loyola e Pedro Luiz Bodin de Moraes.

Sessões Executivas

As normas da NYSE exigem que os conselheiros não executivos se reúnam em sessões executivas programadas regularmente sem a presença da administração. A legislação societária brasileira não possui uma disposição semelhante. De acordo com a legislação societária brasileira, até um terço dos membros do conselho de administração pode ser eleito entre os executivos. O nosso presidente Roberto Setubal, os nossos vice-presidentes executivos Alfredo Egydio Setubal e Candido Botelho Bracher e o Diretor Executivo do Itaú Unibanco, Ricardo Villela Marino, são membros do conselho de administração. Não há exigência de que os conselheiros não executivos se reúnam regularmente sem a administração. Como resultado, os conselheiros não executivos do nosso conselho não se reúnem, normalmente, em sessões executivas. Nosso conselho de administração é formado por nove conselheiros não executivos.

Comitês

As normas da NYSE exigem que as empresas nela registradas possuam um comitê de nomeação e de governança corporativa e um comitê de remuneração formado inteiramente por conselheiros independentes e regido por um regulamento por escrito que trate do objetivo e das responsabilidades estipulados para o comitê. As responsabilidades do comitê de nomeação e de governança corporativa incluem, entre outras, a identificação e seleção de candidatos qualificados a membros do conselho e o estabelecimento de um conjunto de princípios de governança corporativa aplicáveis à empresa. As responsabilidades do comitê de remuneração, por sua vez, incluem, entre outras, a revisão e aprovação das metas e objetivos corporativos relativos à remuneração, avaliação do desempenho e aprovação dos níveis de remuneração do diretor presidente, além da recomendação sobre remuneração geral, planos de remuneração por incentivo e ações para o conselho.

Embora a legislação societária brasileira assim não o exija, nossa instituição possui um comitê de nomeação e de governança corporativa, bem como um comitê de pessoas e outro de remuneração. De acordo com nosso estatuto, os conselheiros são eleitos pelos acionistas reunidos em assembleia geral ordinária. A remuneração total dos conselheiros e diretores é determinada pelos acionistas.

Comitê de Auditoria e Exigências Adicionais do Comitê de Auditoria

As normas da NYSE exigem que as empresas nela registradas possuam um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três conselheiros independentes que conheçam finanças, (ii) atenda às normas da SEC referentes a comitês de auditoria de empresas registradas, (iii) tenha no mínimo um membro que possua especialização em gestão financeira ou contábil e (iv) seja regido por um regulamento por escrito que trate do objetivo e das responsabilidades estipulados para o comitê, além de passar por avaliações anuais.

A legislação bancária brasileira (Resolução nº 3.198 do Banco Central) exige a formação de um comitê de auditoria composto por no mínimo três membros e a legislação societária brasileira exige a constituição de um conselho fiscal, composto por três a cinco membros. De acordo com a legislação societária brasileira e a Resolução nº 3.198 do Banco Central, os membros do conselho fiscal são eleitos em assembleia geral e o comitê de auditoria é eleito pelo conselho de administração dentre seus integrantes e membros independentes, um dos quais é considerado um especialista em finanças, desde que, de acordo com nosso estatuto, seu presidente deve ser também membro do nosso conselho de administração.

O conselho fiscal atua independentemente da administração e dos auditores externos. Sua principal função é examinar as demonstrações contábeis de cada exercício e apresentar um relatório formal aos acionistas. Nosso conselho fiscal é formado por três membros efetivos e três suplentes e se reúne uma vez por mês.

Segundo a SEC, os emissores privados estrangeiros são isentos das exigências de existência de comitê de auditoria se atenderem a determinados requisitos. Acreditamos que nosso conselho de auditoria seja capaz de atuar de forma independente na condução das responsabilidades de um comitê de auditoria nos termos da Sarbanes-Oxley, atender aos outros requisitos de isenção da Regra 10A -3(c)(3) e, dessa forma, esteja em conformidade com a Regra 10A -3 do *Exchange Act*. O nosso comitê de auditoria, dentro do limite de atuação permitido pela legislação brasileira, é responsável por todas as funções atribuídas a um comitê de auditoria constituído em conformidade com a Regra 10A-3. Conforme requerido pela legislação brasileira, nosso conselho de administração e comitê de auditoria são órgãos estatutários separados. Adicionalmente, em conformidade com a legislação brasileira, a contratação de auditores independentes é uma atribuição reservada exclusivamente ao conselho de administração do emissor. Desse modo, o nosso conselho de administração atua como comitê de auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) do *Exchange Act* para os fins de contratação dos nossos auditores independentes. Nosso comitê de auditoria é atualmente composto por cinco membros, um dos quais é também membro de nosso conselho de administração.

Aprovação dos Acionistas aos Planos de Remuneração por Ações

As normas da NYSE exigem que os acionistas tenham a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração por ações e as respectivas revisões substanciais, inclusive a respeito de aumentos significativos no número de ações disponíveis pelo plano, com algumas poucas exceções. Segundo a legislação societária brasileira, os acionistas precisam aprovar todos os planos de opção de ações. Além disso, qualquer emissão de novas ações acima do nosso capital social autorizado estará sujeita a aprovação dos acionistas.

Diretrizes de Governança Corporativa

As normas da NYSE exigem que as empresas nela registradas adotem e divulguem as diretrizes de governança corporativa. Cumprimos as diretrizes de governança corporativa que a legislação brasileira aplicável nos impõe. Acreditamos que as diretrizes de governança corporativa aplicáveis à nossa instituição nos termos da legislação brasileira são condizentes com as diretrizes estabelecidas pela NYSE. Adotamos normas mais exigentes das previstas na legislação brasileira aplicável; aderimos voluntariamente ao nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e concedemos direitos de *tag along* para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto.

Adicionalmente, adotamos (i) a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que trata da divulgação pública de todas as informações relevantes nos termos da Instrução nº 358 da CVM, e (ii) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que impõe restrições à negociação de títulos e valores mobiliários durante certos períodos e exige que a administração anuncie ao público todas as operações relativas a nossos valores mobiliários e que era um dispositivo opcional constante da Instrução nº 358 da CVM. Em julho de 2002, fomos além do exigido pelos requerimentos da legislação brasileira aplicável e criamos os comitês de divulgação e negociação, os quais foram unificados no comitê de divulgação e negociação em abril de 2006.

Código de Conduta Comercial e Ética

As normas da NYSE requerem que as empresas nela registradas adotem e divulguem um código de conduta comercial e ética para membros do conselho, diretores e funcionários, e que informem imediatamente quaisquer renúncias ao código para membros do conselho ou diretores. A legislação societária brasileira aplicável não possui uma exigência semelhante. Adotamos um código de ética em 2000 que disciplina a conduta de nosso quadro gerencial com respeito ao registro e ao controle de informações financeiras e contábeis e seu acesso a informações privilegiadas e não públicas. Em 2004, incluímos um suplemento em nosso código de ética de modo a cumprir os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley e as normas da NYSE. Em outubro de 2005, anunciamos nosso código de ética atualizado, o qual foi revisado em fevereiro de 2010 em virtude da Associação.

Auditoria Interna

As normas da NYSE requerem que as empresas nela registradas mantenham uma auditoria interna para apresentar, à administração e ao comitê de auditoria, avaliações constantes sobre os processos de gerenciamento de risco da empresa e o sistema de controles internos.

Nossa diretoria de auditoria interna possui independência em relação à administração para realizar exames, análises e levantamentos metodologicamente estruturados e observação de fatos para avaliar a integridade, adequação, eficácia e eficiência dos processos dos sistemas de informação e dos controles internos associados à nossa gestão de risco. A diretoria de auditoria interna reporta-se diretamente ao nosso

conselho de administração e interage com o comitê de auditoria e, no cumprimento dos seus deveres, tem acesso a todos os documentos, registros, sistemas, locais e pessoas envolvidas nas atividades em análise.

Lei Sarbanes-Oxley de 2002

Mantemos controles e procedimentos formulados para garantir que somos capazes de coletar as informações que precisamos divulgar nos relatórios que apresentamos à SEC, bem como de processar, resumir e divulgar estas informações nos prazos especificados nas normas da SEC.

PARTE III

ITEM 17 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Respondemos ao Item 18 em vez de responder a este item.

ITEM 18 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis a seguir, juntamente com o parecer dos auditores independentes, são arquivadas como parte deste relatório anual:

Consolidated Financial Statements

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas	F-1
Parecer dos Auditores Independentes.	F-2
Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e 1 de janeiro de 2010.	F-3
Demonstração Consolidada do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.	F-5
Demonstração Consolidada do Lucro Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.	F-6
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.	F-7
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.	F-8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.	F-9

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2011 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework.

A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos.

A efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2011 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

/s/ Roberto Egydio Setubal	/s/Sérgio Ribeiro da Costa Werlang	/s/ Caio Ibrahim David
Roberto Egydio Setubal	Sérgio Ribeiro da Costa Werlang	Caio Ibrahim David
Diretor Presidente	Diretor de Riscos	Diretor Financeiro

Um original assinado deste relatório foi fornecido ao registrante e será retido e fornecido por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou sua equipe mediante solicitação.

Data: 30 de março de 2012.

Parecer do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do lucro abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Itaú Unibanco Holding") em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 1 de janeiro 2010 e os resultados das operações e os fluxos de caixa de cada um dos dois exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Também em nossa opinião, o Itaú Unibanco Holding manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (Controles Internos – Um Modelo Integrado) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission* (COSO). A Administração do Itaú Unibanco Holding é responsável por essas demonstrações contábeis e pela manutenção de controles internos efetivos relacionados a essas demonstrações contábeis, além da avaliação sobre a efetividade desses controles internos conforme descrito no "Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis". Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis e sobre os controles internos do Itaú Unibanco Holding relacionados às demonstrações contábeis com base em nossos exames de auditoria (dos quais o de 2011 foi uma auditoria integrada). Nossos exames de auditoria integrada foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accouting Oversight Board* – PCAOB) e as normas internacionais de auditoria. Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais e de que os controles internos relacionados às demonstrações contábeis foram efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações contábeis compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações contábeis compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis, a avaliação do risco sobre a existência de deficiência material nos controles internos, e o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias.
Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossos pareceres.

Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis são um processo desenvolvido para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, refletem adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação ("compliance") com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
30 de março de 2012

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Disponibilidades	3	10.668	10.172	10.671
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	98.053	85.776	13.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	27.821	14.835	17.799
Aplicações no Mercado Aberto	5	92.248	88.682	135.820
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	121.889	115.497	55.552
Dados em Garantia		12.142	54.400	6.336
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		109.747	61.097	49.216
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6b	186	306	373
Derivativos	7 e 8	8.754	7.777	5.589
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	47.510	44.539	41.302
Dados em Garantia		8.455	8.825	3.019
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		39.055	35.714	38.283
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	3.105	3.170	2.429
Dados em Garantia		230	268	124
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		2.875	2.902	2.305
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	322.391	274.843	224.168
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		346.264	294.837	244.413
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(23.873)	(19.994)	(20.245)
Outros Ativos Financeiros	19a	40.254	40.945	26.931
Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	2.544	2.948	3.180
Imobilizado, Líquido	14	5.358	4.801	4.178
Ativos Intangíveis, Líquido	15	3.825	2.934	3.409
Ativos Fiscais		26.088	24.142	26.937
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.857	3.534	4.769
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	26b	22.745	20.169	21.771
Outros		486	439	397
Bens Destinados a Venda	35	85	78	238
Outros Ativos	19a	7.357	5.637	5.762
TOTAL DO ATIVO		**818.136**	**727.082**	**578.207**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Depósitos	16	242.636	202.688	190.716
Captações no Mercado Aberto	18a	185.413	199.657	131.945
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	17	2.815	1.335	663
Derivativos	7 e 8	6.747	5.671	5.332
Recursos de Mercados Interbancários	18a	90.498	62.599	44.675
Recursos de Mercados Institucionais	18b	54.807	44.513	30.530
Outros Passivos Financeiros	19b	44.119	41.012	26.825
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	70.904	56.864	47.946
Passivos de Planos de Capitalização		2.838	2.603	2.261
Provisões	31	15.990	14.457	13.628
Obrigações Fiscais		7.408	12.110	9.669
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.872	1.282	1.265
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b II	4.319	5.365	4.954
Outras		1.217	5.463	3.450
Outros Passivos	19b	18.625	16.021	15.327
Total do Passivo		**742.800**	**659.530**	**519.517**
Capital Social	20a	45.000	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	20a	(1.663)	(628)	(1.031)
Capital Adicional Integralizado		738	490	356
Reservas Integralizadas	20d	24.279	16.904	6.801
Reservas a Integralizar		5.561	3.615	5.219
Resultado Abrangente Acumulado		26	494	781
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**73.941**	**65.875**	**57.126**
Participações de Acionistas não Controladores		1.395	1.677	1.564
Total do Patrimônio Líquido		**75.336**	**67.552**	**58.690**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**818.136**	**727.082**	**578.207**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais, exceto as informações de lucro por ação)

	NOTA	2011	2010
Produto Bancário		**74.276**	**69.415**
Receita de Juros e Rendimentos	22a	97.352	77.818
Despesa de Juros e Rendimentos	22b	(55.599)	(36.840)
Receita de Dividendos		361	326
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	22c	1.251	2.862
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		4.998	1.824
Receita de Prestação de Serviços	23	19.410	17.092
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		5.345	4.923
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29b III	17.169	13.637
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(12.311)	(9.143)
Receita de Operações de Capitalização		487	429
Outras Receitas	24	1.158	1.410
Perdas com Créditos e Sinistros		**(16.072)**	**(12.938)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(20.038)	(15.547)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		5.477	4.195
Despesas com Sinistros		(1.511)	(1.586)
Margem Operacional		**58.204**	**56.477**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(39.953)**	**(38.447)**
Despesas Gerais e Administrativas	25	(35.674)	(34.632)
Despesas Tributárias		(4.166)	(4.164)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	12	(113)	349
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**26**	**18.251**	**18.030**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(6.956)	(4.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		3.315	(1.494)
LUCRO LÍQUIDO		**14.610**	**12.494**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	27	13.837	11.708
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		773	786
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO			
Ordinárias		3,06	2,58
Preferenciais		3,06	2,58
LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO	27		
Ordinárias		3,05	2,57
Preferenciais		3,05	2,57
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA	27		
Ordinárias		2.289.284.275	2.289.284.273
Preferenciais		2.240.026.557	2.246.784.818
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUÍDA	27		
Ordinárias		2.289.284.275	2.289.284.273
Preferenciais		2.251.061.836	2.260.240.831

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais)

	NOTA	2011	2010
Lucro Líquido		**14.610**	**12.494**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(226)	170
Variação de Valor Justo		39	434
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	9	(444)	(151)
Efeito Fiscal	17	179	(113)
Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	8	(445)	(17)
Variação de Valor Justo		(735)	(28)
Efeito Fiscal		290	11
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		392	(274)
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(189)	(166)
Total do Resultado Abrangente		**14.142**	**12.207**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		**773**	**786**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		**13.369**	**11.421**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 20 e 21)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											
							Outros Resultados Abrangentes					
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total
Saldo em 01/01/2010	**45.000**	**(1.031)**	**356**	**6.801**	**5.219**	**-**	**771**	**-**	**10**	**57.126**	**1.564**	**58.690**
Transações com os Acionistas	-	403	134	1.304	(29)	(4.484)	-	-	-	(2.672)	(673)	(3.345)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	403	3	-	-	-	-	-	-	406	-	406
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Exercício	-	-	131	-	-	-	-	-	-	131	-	131
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(206)	(206)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	1.308	-	(4.484)	-	-	-	(3.176)	(714)	(3.890)
Redução Participação dos Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	247
Outros	-	-	-	(4)	(29)	-	-	-	-	(33)	-	(33)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	11.708	4	(274)	(17)	11.421	786	12.207
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	11.708	-	-	-	11.708	786	12.494
Outros Resultados Abrangentes no Exercício	-	-	-	-	-	-	4	(274)	(17)	(287)	-	(287)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	514	-	(514)	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	(358)	-	358	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	8.643	(1.575)	(7.068)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	**45.000**	**(628)**	**490**	**16.904**	**3.615**	**-**	**775**	**(274)**	**(7)**	**65.875**	**1.677**	**67.552**
Mutação do Exercício	**-**	**403**	**134**	**10.103**	**(1.604)**	**-**	**4**	**(274)**	**(17)**	**8.749**	**113**	**8.862**
Saldo em 01/01/2011	**45.000**	**(628)**	**490**	**16.904**	**3.615**	**-**	**775**	**(274)**	**(7)**	**65.875**	**1.677**	**67.552**
Transações com os Acionistas	-	(1.035)	248	539	(1)	(5.054)	-	-	-	(5.303)	(1.055)	(6.358)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	268	85	-	-	-	-	-	-	353	-	353
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(1.303)	-	-	-	-	-	-	-	(1.303)	-	(1.303)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	163	-	-	-	-	-	-	163	-	163
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(391)	(391)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	1.847	-	(5.054)	-	-	-	(3.207)	(664)	(3.871)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2011 - Exercício 2010 (Nota 2.5b VIII)	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Outros	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	13.837	(415)	392	(445)	13.369	773	14.142
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	13.837	-	-	-	13.837	773	14.610
Outros Resultados Abrangentes no Exercício	-	-	-	-	-	-	(415)	392	(445)	(468)	-	(468)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	594	-	(594)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	6.242	1.947	(8.189)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	**45.000**	**(1.663)**	**738**	**24.279**	**5.561**	**-**	**360**	**118**	**(452)**	**73.941**	**1.395**	**75.336**
Mutação do Exercício	**-**	**(1.035)**	**248**	**7.375**	**1.946**	**-**	**(415)**	**392**	**(445)**	**8.066**	**(282)**	**7.784**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhões de reais)

	NOTA	2011	2010
Lucro Líquido		14.610	12.494
Ajustes ao Lucro Líquido:		28.572	27.606
Opções de Outorgas Reconhecidas	21d	163	131
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.168)	629
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	20.038	15.547
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		4.441	2.602
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		165	224
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		12.311	9.143
Resultado de Operações de Capitalização		(487)	(429)
Depreciações e Amortizações	14 e 15	2.168	2.143
Tributos Diferidos		(3.315)	1.494
Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas		113	(349)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(444)	(151)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(3.744)	(2.895)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(408)	(445)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 e 25	(36)	(33)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 e 25	(53)	(28)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 e 25	(43)	7
(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis		(44)	(56)
Perda por Impairment de Imobilizado e Intangível	14 e 15	45	20
Outros		(130)	52
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES (*)		**(50.622)**	**(70.972)**
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(1.354)	3.195
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		(23.218)	20.504
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(12.187)	(71.945)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(6.378)	(60.023)
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		98	(1.849)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		120	67
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(66.850)	(66.254)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		751	(14.015)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		1.377	1.302
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(268)	1.080
(Redução) Aumento em Depósitos		38.607	12.165
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(14.252)	67.661
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		1.480	672
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		27.853	17.891
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		3.024	14.200
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		1.729	(202)
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		722	771
(Redução) Aumento em Provisões		593	(466)
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		(645)	5.530
(Redução) Aumento em Outros Passivos		2.185	1.852
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.009)	(3.108)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(7.440)**	**(30.872)**
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		70	104
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		35.107	17.517
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		533	286
Alienação de Bens Destinados a Venda		140	368
Alienação do Investimento no Unibanco Saúde Seguradora S.A.		-	55
Alienação do Investimento no Unibanco Rodobens Adm. De Consórcios S.A.		-	41
Alienação do Investimento na Cia. Hipotecária Unibanco Rodobens		-	12
Alienação de Imobilizado de Uso	14	190	71
Distrato de Contratos do Intangível	15	184	146
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(33.600)	(17.629)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(60)	(582)
Aquisição de Imobilizado de Uso	14	(1.903)	(1.924)
Aquisição de Intangível	15	(1.972)	(582)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(1.311)**	**(2.117)**
Captação em Mercados Institucionais		14.246	12.953
Resgate em Mercados Institucionais		(8.574)	(1.796)
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores		(391)	(206)
Redução da Participação de Acionistas Controladores		-	247
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		353	406
Aquisições de Ações para Tesouraria		(1.303)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(664)	(714)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.588)	(4.315)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(921)**	**6.575**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.4c e 3**	**(9.672)**	**(26.414)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	45.609	72.652
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.168	(629)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	38.105	45.609
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		94.911	79.799
Juros Pagos		36.159	40.484
Transações Não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		4	68
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		1.309	1.447

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e em 01 de janeiro de 2010.
(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) e suas subsidiárias e afiliadas é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Estes serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S. A. (“Itaú Unibanco”) e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em Nova York, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Ilhas Cayman e Europa (Portugal e Luxemburgo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. (“Itaúsa”), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações (“E. Johnston”), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 33, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para pessoas físicas (varejo, sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Uniclass, Personnalité ou Private Bank) e para clientes pessoas jurídicas (micro, pequenas e médias empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Itaú BBA, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor, que oferece fundamentalmente produtos e serviços a clientes não correntistas, como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Corporação e Tesouraria, que gera nossos juros associados ao capital excedente, nosso excedente da dívida subordinada, o resultado de determinadas atividades de tesouraria, a base líquida dos créditos e débitos tributários, os rendimentos líquidos dos juros resultantes da negociação de ativos financeiros por meio de posições próprias, a gestão de diferenças de moedas, de diferenças de taxa e de outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e do efeito do mercado interno e marcação a mercado de ativos e passivos financeiros.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, de acordo com o padrão contábil internacional (“IFRS”), conforme aprovado pelo “Internacional Accounting Standard Board” (“IASB”).

Para fins desta demonstração, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 como a data de transição das práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) para o IFRS. O BRGAAP foi definido como a prática contábil (“GAAP anterior”) anterior, de acordo com o pronunciamento IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards”.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “International Financial Reporting Interpretation Committee” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações contábeis consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC e representam a primeira demonstração contábil completa em IFRS.

A reconciliação entre o patrimônio líquido em BRGAAP, que foi considerado como o GAAP anterior, e em IFRS na data de transição é apresentada na Nota 2.5 (B) com uma descrição das isenções aplicáveis e exceções obrigatórias adotadas, conforme definido pelo IFRS 1.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com declarações explícitas e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS na data de preparação de suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou de critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

O sumário das isenções e exceções do IFRS 1 usadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas está apresentado na Nota 2.5 (A).

Apresentamos também na Nota 2.5 (B) a reconciliação entre o patrimônio líquido e o lucro líquido em BRGAAP e em IFRS, na data-base de 31 de dezembro de 2010.

De acordo com os requerimentos da Securities and Exchange Commission (SEC) para o registro pela primeira vez de demonstrações contábeis em IFRS de uma “foreing private issuer”, apresentamos na Nota 2.5 (C) a reconciliação do patrimônio líquido em USGAAP e em IFRS na data de transição e do patrimônio líquido e do lucro líquido em USGAAP e em IFRS em 31 de dezembro de 2010. Também na Nota 2.5 (C), apresentamos a reconciliação do balanço patrimonial em USGAAP e em IFRS em 31 de dezembro de 2010, cujos impactos afetam as mesmas linhas do balanço patrimonial na data de transição.

A demonstração consolidada do fluxo de caixa demonstra as mudanças, no caixa e equivalentes a caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O caixa e equivalentes a caixa incluem investimentos altamente líquidos.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

- Alteração do IFRIC 13 – "Customer Loyalty Programmes" – esclarece o conceito de valor justo nos casos de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Essa alteração de interpretação não gerou impacto relevante em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRIC 14 – "IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction"- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRIC 19 – "Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments" – trata da contabilização da liquidação de um débito por meio de instrumento de patrimônio. Esclarece que o ganho ou perda na liquidação de passivos financeiros por meio de instrumento de patrimônio devem ser reconhecidos no resultado. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 1 – "Presentation of Financial Statements" – esclarece que uma entidade deverá divulgar uma análise de outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em notas explicativas. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 24 – "Related Party Disclosure" – trata de novos requerimentos para o relacionamento com agências governamentais e exclui transações entre coligadas. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 27 – "Consolidated and Separete Financial Statements" – determina que a perda de controle sobre uma subsidiária, perda de influência sobre uma coligada e perda de controle conjunto em uma joint venture são eventos similares e devem ser reconhecidos e mensurados a valor justo e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 32 – "Financial Instruments: Presentation" – estabelece condições as quais a emissão de certos direitos, em moeda funcional diferente da moeda funcional da entidade, pode ser classificada como instrumento de patrimônio. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 34 – "Interim Financial Reporting" – requer a divulgação sobre transações e eventos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRS 1 – "First-time Adoption of International Financial Reporting Standards" – trata de isenções limitadas a partir das divulgações comparativas ao IFRS 7. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRS 3 (R) – "Business Combinations" – trata das participações dos acionistas não controladores e opções adquiridas. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRS 7 – "Financial Instruments: Disclosures" – enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros, especialmente as garantias mantidas. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 35.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – "Financial Instruments: Presentation" – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de "offsetting" de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1° de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- Alterações do IFRS 7 – "Financial Instruments: Disclosures" – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do período. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1° de julho de 2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de "offsetting". Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.

- IFRS 9 – "Financial Instruments" – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 "Financial Instruments: Recognition and Measurement". O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

- Alteração do IAS 19 – "Employee Benefits" – essa alteração não permite mais o uso do método do "corredor" e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- IFRS 10 – "Consolidated Financial Statements" – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 11 – "Joint Arrangements" – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de "Joint Arrangements" com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os "Joint Arrangements" em duas formas: "Joint Operations" e "Joint Ventures", de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em "Joint Ventures", a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 12 – "Disclosures of Interests in Other Entities" – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como "Joint Arrangements", associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 13 – "Fair Value Measurement" – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa na demonstração consolidada do resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 23.873 (R$ 19.994 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 20.245 em 01 de janeiro de 2010).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R$ 3.224 e R$ 2.748 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(g) (VIII).

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Conforme explicação no item 2.4(n), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 28.810 (R$ 25.920 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 26.794 em 01 de janeiro de 2010).

c) Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 totalizam ativos no valor de R$ 178.339 (R$ 168.119 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 102.816 em 01 de janeiro de 2010) dos quais R$ 8.754 são derivativos (R$ 7.777 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 5.589 em 01 de janeiro de 2010) e passivos no valor de R$ 9.562 (R$ 7.006 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 5.995 em 01 de janeiro de 2010) dos quais R$ 6.747 são derivativos (R$ 5.671 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 5.332 em 01 de janeiro de 2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de R$ 97 (R$ 244 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 1.372 em 01 de janeiro de 2010) relacionado aos planos de pensão de benefício definido foi reconhecido no balanço patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R$ 578.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como “Perdas Prováveis” são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas contingências em 31/12/2011 era de R$ 15.990 (R$ 14.457 em 31/12/2010 e R$ 13.628 em 01/01/2010).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, “benchmarks” e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I- Subsidiárias

De acordo com o IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements”, as subsidiárias são entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detém participação superior a 50% em seu capital votante.

II- Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específicas, quando a substância do relacionamento entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as SPEs indica que elas são controladas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com as necessidades específicas do negócio e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém benefícios de sua operação.

- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de delegar tais poderes.

- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e, por consequência, pode estar exposto aos riscos inerentes às suas atividades; ou.

- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III- Entidades sob Controle Conjunto (“Joint Ventures”)

O IAS 31 – “Interests in Joint Ventures”, define entidades sob controle conjunto como entidades controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o IAS 31, o tratamento contábil de investimentos em entidades sob controle conjunto pode ser consolidação proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto consolidadas proporcionalmente, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2011, 31/12/2010 e 01/01/2010:

Subsidiárias	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em 31/12/2011	Porcentagem do capital votante em 31/12/2010	Porcentagem do capital votante em 01/01/2010
Banco Dibens S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Banco	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Banco	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Banco	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA International, S.A.	Portugal	Banco	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Banco	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	99,99%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding de Instituições não Financeiras	66,15%	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	99,99%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	-
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	99,99%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú USA, INC.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	99,99%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	Serviços de Tecnologia	99,99%	99,99%	99,99%
Redecard S.A.	Brasil	Administração de Cartões	50,01%	50,01%	50,01%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A.	Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Entidades sob controle conjunto					
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Banco	50,00%	50,00%	49,99%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	49,99%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	49,99%

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures), consolidadas proporcionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo Circulante	3.869	4.303	3.474
Ativo Não Circulante	393	323	65
Total de Ativos	**4.262**	**4.626**	**3.539**
Passivo Circulante	3.537	3.743	2.909
Passivo Não Circulante	31	46	92
Total de Passivos	**3.568**	**3.789**	**3.001**
Total de Receitas	1.647	1.605	1.391
Total de Despesas	(1.600)	(1.494)	(1.353)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades controladas em conjunto. Para as empresas FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento e FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 32).

IV- Combinações de negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais inputs e outputs, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues,

instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio. O tratamento do ágio está descrito na Nota 2(k). Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – “The effects of changes in foreign exchange rates” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos resultados de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior, e totalizam R$ 2.186 para o período de 01/01 a 31/12/2011 (R$ (814) de 01/01 a 31/12/2010).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica “Disponibilidades”), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4 (g)(VI).

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4.(g)(VI).

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4(f)), Operações de Crédito (Nota 2.4(g)(VI)) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4(g)(IX)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e "baixados", respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As Receitas de Juros e Rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e rendimentos e as Despesas de Juros e Rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com Ativos e Passivos Financeiros – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo através do resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de juros e rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de "hedge" para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item "hedgeado", o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como "hedge" contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como "hedge" contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do "hedge", existe designação e documentação formais da relação de "hedge" e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o "hedge".
- é esperado que o "hedge" seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de "hedge" em particular.
- quanto ao "hedge" de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de "hedge" tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do "hedge" pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de "hedge" podem ser confiavelmente medidos.
- o "hedge" é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o "hedge" foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de "hedge": "hedge" de valor justo, "hedge" de fluxo de caixa e "hedge" de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de "hedge" em estratégias de "hedge" de fluxo de caixa e "hedge" de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 08.

"Hedge" de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como "hedge" de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros resultados abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por "hedge" afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do hedge contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda

acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

"Hedge" de investimento líquido em operação no exterior

O "hedge" de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo "hedge" de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao "hedge" de fluxo de caixa:

a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de "hedge" que for determinada como "hedge" efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de "hedge" relacionado à parcela efetiva do "hedge" que tiver sido reconhecida em resultado abrangente acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como "Receita de Dividendos" quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subseqüente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Classificamos uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nosso segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de “default”) ou na LGD (perda dado o “default”).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

VIII- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment são de no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza nossa experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de “default”) quanto para estimar a LGD (perda dado o “default”).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a

validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de “back-testing”, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) **-** Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.

- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).

- Micro, Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.

- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes. Em períodos posteriores o ativo é considerado como inadimplente, e divulgado como tal, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX- Outros ativos financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos cuja composição está apresentada na nota 19a em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimento.

X- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Vide Nota 16).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (f)).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros. (Vide Nota 19b).

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo IAS 38) são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) IMOBILIZADO

De acordo com o IAS 16 – “Property, plant and equipment”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “Impairment of assets”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Reconhecemos no período findo em 31/12/2011 perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos, no valor de R$ 15.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) ÁGIO

De acordo com o IFRS 3 (R) – "Business Combination", ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e em 01 de janeiro de 2010 não possuíamos saldo de ágio em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 31/12/2011 ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R$ 30 (R$ 20 de 01/01 a 31/12/2010, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por distratos de contratos e resultados inferiores aos previstos,). Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2011
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	15%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como Despesas Gerais e Administrativas.

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “Insurance contracts” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de adequação do passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 29.

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro

segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R$ 1.429 de 01/01 a 31/12/2011 (R$ 1.415 de 01/01 a 31/12/2010).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina planos de benefícios definidos e plano de contribuição definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – "Employee benefits".

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de beneficio definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – "Share-based payment" que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – "Provisions, contingent liabilities and contingent assets".

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica "Outros passivos", na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Receitas de Prestação de Serviços".

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada

de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

x) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações Contábeis.

y) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “Earnings per share”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

z) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 23.

aa) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O IFRS 8 – “Operating Segments” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial, (ii) Itaú BBA, (iii) Crédito ao Consumidor e (iv) Corporação e Tesouraria.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

2.5 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na Nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2010. Como resultado, as políticas contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nestas demonstrações contábeis consolidadas foram modificadas em 1º de janeiro de 2010 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2010 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na nota 2.4, e adotou as seguintes isenções e utilizou todas as exceções previstas no IFRS 1.

Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatórias previstas pelo IFRS 1 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

a.I) Combinações de negócios, aquisições passadas de investimentos em associadas e escopo de consolidação

O IFRS 1 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas retrospectivamente, por meio da aplicação do IFRS 3 (R). Esta isenção permite que companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham, basicamente, o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o BRGAAP. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou esta isenção até 1º de agosto de 2009 e consequentemente, aplicou o IFRS 3 (R) ou IAS 28, como apropriado para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas após essa data.

De acordo com a isenção permitida pelo IFRS 1, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores à 1º de agosto de 2009 conforme BRGAAP, quando os ágios foram integralmente amortizados no momento em que essas aquisições ocorreram. Não foram reconhecidos, no BRGAAP, ativos intangíveis oriundos das aquisições anteriores à data de transição.

O IFRS 1 também requer que caso o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não houvesse consolidado alguma subsidiária adquirida no BRGAAP, os valores contábeis de ativos e passivos dessa subsidiária adquirida seriam ajustados conforme IFRS. Entretanto, no caso do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, não ocorreram aquisições de subsidiárias significativas que não tenham sido consolidadas em BRGAAP antes da transição para IFRS.

a.II) Valor justo considerado como custo inicial

Segundo o IFRS 1, uma entidade pode, na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando esse valor a ser o custo inicial desse ativo, a partir dessa data. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não fez uso desta isenção do IFRS 1. O custo do ativo imobilizado foi determinado com base no custo histórico, apurado no BRGAAP, ajustado pela inflação para os anos em que o Brasil foi considerado hiperinflacionário de acordo com o IAS 29.

a.III) Benefícios a empregados

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a isenção do IFRS 1 pela qual foram reconhecidos como resultados acumulados todos os ganhos e as perdas atuariais acumulados até a data de transição referente aos planos de benefício definido patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas.

a.IV) Diferenças cumulativas na conversão de balanço de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou esta isenção, na qual todos os ganhos e as perdas de conversão de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior acumulados na data de transição foram presumidos como zero. Os efeitos da aplicação do IAS 21 na conversão dessas subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior, com moeda funcional diferente do real, estão sendo aplicados prospectivamente. Estes efeitos são registrados no Resultado abrangente e acumulados em uma reserva separada no patrimônio somente a partir da data de transição.

a.V) Instrumentos financeiros compostos

O IAS 32 – "Financial Instruments: Presentation" requer que passivos financeiros compostos, conforme definido pelo IAS 32, tenham seus componentes separados e classificados como instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio. Essa classificação é feita com base nas circunstâncias, substância econômica e termos específicos desses instrumentos na data de sua emissão. O IFRS 1 permite não separar esses dois componentes, caso o componente de dívida já não esteja em aberto na data de transição. Essa isenção não gerou impactos para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

a.VI) Ativos e passivos de subsidiárias, empresas não consolidadas e entidades sob controle conjunto ("joint-ventures")

O IFRS 1 prevê que podem existir situações nas quais a entidade controladora de um grupo e suas subsidiárias tenham adotado IFRS em datas diferentes. A isenção do IFRS 1 permitiu que utilizássemos as demonstrações contábeis das subsidiárias que fizeram a transição para IFRS antes de 1º de janeiro de 2010. Assim, foram considerados na consolidação os montantes em IFRS das demonstrações contábeis das subsidiárias e de empresas não consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que já haviam adotado o IFRS antes de 1º de janeiro de 2010.

a.VII) Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

O IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para venda, na data de aquisição ou na emissão do instrumento financeiro. Segundo a isenção do IFRS 1, essa designação, no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não adotou essa isenção permitida pelo IFRS 1 e não redesignou ativos financeiros existentes na data de transição, mantendo a designação existente em BRGAAP em 1º de janeiro de 2010.

a.VIII) Transações de pagamentos baseados em ações

O IFRS 1 encoraja, mas não requer, que uma entidade adote o IFRS 2 para benefícios concedidos aos empregados como pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 e também para os benefícios que foram concedidos após 7 de novembro de 2002, mas cujas condições para a sua realização ou gozo tenham sido atingidas antes de 1º de janeiro de 2010. Por outro lado, se a Administração decide aplicar o IFRS 2 retrospectivamente, somente pode fazê-lo se a entidade já tiver divulgado o valor justo dos instrumentos baseados em ações relevantes, determinados nas datas de mensuração relevantes. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 2 para todos os pagamentos baseados em ações, pois já divulgou o valor justo dos instrumentos relevantes.

a.IX) Contratos de seguros

O IFRS 1 permite que companhias que emitem contratos de seguros mudem certas políticas contábeis de seguros na data de transição para IFRS, desde que alguns procedimentos mínimos sejam observados. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não modificar suas políticas contábeis para contratos de seguros, porém aplicou os requerimentos mínimos do IFRS 4, incluindo classificação dos contratos como contratos de seguros ou contratos de investimento (conforme definido pelo IAS 39 e IFRS 4) e os testes mínimos de adequação de passivos de contratos de seguros como definido pelo IFRS 4, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.4.o.

a.X) Obrigações decorrentes da desativação, restauração de ativos e passivos similares

O IFRIC 1 - "Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities" requer mudanças específicas em desativação, restauração ou passivos similares. Uma entidade que aplica o IFRS pela primeira vez não precisa cumprir esses requerimentos para mudanças que ocorreram antes da data de transição para IFRS. Essa isenção não gerou impacto para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

a.XI) Arrendamento mercantil

Uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do IFRIC 4 - "Determining Whether an Arrangement Contains a Lease" podendo determinar se um contrato de arrendamento mercantil existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e nas circunstâncias existentes nesta data. A aplicação do IFRIC 4 não gerou impacto para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data de transição para IFRS, uma vez que não foram identificados contratos que deveriam ser contabilizados como um contrato de arrendamento mercantil, segundo o IFRIC 4.

a.XII) Mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição

O IFRS 1 determina que uma entidade deve aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando se utilizam metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro ("day one profit or loss"). Como consequência desse requerimento, o IAS 39 requer que um ganho ou na perda gerados na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fossem reconhecidos caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

O IFRS 1 requer que esses critérios sejam obrigatoriamente aplicados prospectivamente para transações com instrumentos financeiros ativos ou passivos iniciadas após 25 de outubro de 2002 ou prospectivamente para transações iniciadas após 1º de janeiro de 2004.

a.XIII) Custo de empréstimos

O IFRS permite à entidade que o aplica pela primeira vez adotar o IAS 23 a custos de empréstimos relacionados a ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é a mesma ou posterior à data de transição (01/01/2010), ou designar uma data anterior à data de transição e aplicar o IAS 23 a custos de empréstimos relacionados aos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização seja a mesma ou posterior àquela data. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não adotou essa isenção.

a.XIV) Baixa de ativos e passivos financeiros

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez adote as regras de baixa ("asset derecognition" como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Consequentemente, caso o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tivesse baixado, de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro não derivativo como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o IFRS 1 permite a aplicação das normas de baixa de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem a baixa. Esta isenção não gerou impactos para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, pois nenhum ativo ou passivo significativo foi baixado no BRGAAP.

a.XV) "Hedge" Contábil ("Hedge Accounting")

O IAS 39 requer a avaliação de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, bem como a eliminação de ganhos ou perdas diferidos, reconhecidos como ativos ou passivos pelo GAAP anterior ao IFRS. Adicionalmente, uma entidade não deve aplicar hedge contábil ("hedge accounting" conforme definido pelo IAS 39) em seu balanço patrimonial consolidado na data de transição caso não se qualifique como "hedge" segundo o IAS 39. Como resultado dessa exigência, não foi aplicado o "hedge accounting" para fins de IFRS na data de transição em certas relações de hedge que atendem os critérios para "hedge accounting" no BRGAAP, mas não atendem todas as exigências do IAS 39 em tal data.

a.XVI) Estimativas

O IFRS 1 requer que as estimativas utilizadas pela Administração para fins de IFRS, na data de transição para o IFRS, sejam consistentes com as estimativas feitas para as mesmas datas de acordo com o BRGAAP, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas em BRGAAP em comparação com o IFRS. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considerou que as estimativas utilizadas para o BRGAAP, exceto pelas diferenças na metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme descrito na Nota 2.3(a), são consistentes com aquelas utilizadas na data de transição para o IFRS. Nenhuma informação referente às estimativas feitas de acordo com o BRGAAP foi obtida em data subsequente a data de transição deveria ser contabilizada segundo o IAS 10.

a.XVII) Participações não controladoras

O IFRS 1 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez adote alguns requisitos do IAS 27 prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING EM 01 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E AO LUCRO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Referência	31/12/2010	01/01/2010	01/01 a 31/12/2010
		Patrimônio Líquido		Resultado
De acordo com o BRGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)		**60.879**	**50.683**	**13.323**
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS		**4.996**	**6.443**	**(1.615)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**b.I**	2.025	3.458	(1.434)
Reconhecimento da totalidade de crédito tributário	**b.II**	1.631	2.367	(660)
Planos de pensão e saúde	**b.III**	-	1.410	-
Ajuste a mercado de ações	**b.IV**	1.162	970	14
Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**b.V**	896	936	(40)
Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco	**b.VI**	-	844	(844)
Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	**b.VII**	-	-	275
Provisão para dividendos a pagar não declarados	**b.VIII**	1.308	-	-
Taxa efetiva de Juros	**b.IX**	(819)	(841)	22
Outros ajustes	**b.X**	70	(95)	236
Imposto de renda e contribuição social sobre todos os ajustes IFRS	**b.XI**	(1.277)	(2.606)	816
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores		**65.875**	**57.126**	**11.708**
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas não controladores		**1.677**	**1.564**	**786**
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		**67.552**	**58.690**	**12.494**
Ajustes que impactam o resultado abrangente				
Ativos Financeiros Disponível para a Venda				170
Hedge de Fluxo de Caixa				(17)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior				(274)
Participação em Outro Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas				(166)
Total				**12.207**

A adoção do IFRS não alterou o fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que, no BRGAAP, nós já éramos requeridos a aplicar a norma brasileira equivalente ao IAS 7 e não há diferenças significativas na demonstração do fluxo de caixa preparada no BRGAAP e a demonstração do fluxo de caixa apresentada nessas demonstrações financeiras.

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Apresenta-se abaixo uma descrição das principais políticas contábeis aplicáveis ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING que diferem significativamente em BRGAAP e IFRS e que são apresentadas nas reconciliações supracitadas:

b.I) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas na ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão complementar pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. A partir de 31 de dezembro de 2008, considerando o cenário econômico e as incertezas relacionadas, o critério para reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa complementar ao mínimo regulatório requerido foi revisado, incluindo uma provisão que considerava os riscos associados a um cenário mais pessimista. Durante 2009, houve uma melhora no cenário econômico causando uma redução na relação entre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a carteira de crédito. Em 2010, uma alteração no critério BRGAAP foi adotada que resultou em uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O critério foi adotado considerando-se as novas orientações de Basiléia III (ainda não aplicáveis), a qual determina que os efeitos anticíclicos devem ser considerados.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução do valor recuperável, como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos têm impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possam ser confiavelmente estimados.

A perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

Deve-se primeiramente avaliar se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individual ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e para as quais uma perda é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b.II) Reconhecimento da totalidade de créditos tributários

Com base na Lei 11.727/2008, a alíquota da Contribuição Social (CSLL) para as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e as instituições financeiras foi majorada de 9% para 15%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/05/2008. Em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à majoração de alíquota da Contribuição Social, impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos Créditos Tributários apenas até o limite do acréscimo em obrigações fiscais diferidas e desconsiderando-se o aumento da alíquota para 15%.

O IAS 12 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva. O IAS 12 também determina que os créditos tributários devem ser reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o estoque de crédito tributário referente à CSLL à alíquota de 15%.

b.III) Planos de pensão e de saúde

Até 31 de dezembro de 2009, no BRGAAP, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhecia ativos resultantes da diferença entre o valor justo dos ativos de um plano e suas obrigações atuariais. A determinação da superveniência de um plano é similar ao IFRS, no entanto, diferenças existiam no reconhecimento da superveniência do plano.

Os cálculos atuariais para determinados planos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING resultaram em uma posição líquida positiva, para os quais foi reconhecido um ativo em linha com os requerimentos do IAS 19. Como o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de um benefício econômico disponível como reduções em contribuições futuras, esse ativo foi reconhecido em 31 de dezembro de 2009, mensurado após levar em consideração o limite de um ativo de benefício definido, conforme requerido pelo IAS 19 e IFRIC 14.

A partir de 31 de dezembro 2010, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passou a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais. A Deliberação CVM Nº 600/09 é equivalente ao IAS 19 e, portanto, a partir desta data esse ajuste não se fez mais necessário.

b.IV) Ajuste a mercado de ações e cotas

Para fins de BRGAAP, as ações e cotas que são classificadas como investimento permanente são contabilizadas ao custo histórico, sendo ajustadas somente por provisão para desvalorização por ocasião da perda de valor. Ganhos de valor acima do custo de aquisição não são reconhecidos.

No IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classificou essas ações e cotas como ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o IAS 39 e registrou ao seu valor justo estimado, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado.

b.V) Aquisição de participação em empresas não consolidadas – Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (PSIUPAR)

No BRGAAP, não há regra específica para o reconhecimento de transações onde uma subsidiária é trocada por uma empresa não consolidada. Esse tipo de transação é geralmente reconhecida a valores contábeis da subsidiária transferida.

No IFRS, o pagamento recebido (participação na PSIUPAR adquirida em 30 de novembro de 2009) em conexão com a perda de controle de uma subsidiária é contabilizada pelo valor justo desse pagamento recebido.

Esta diferença na base de nossa participação na PSIUPAR é ajustada na reconciliação.

b.VI) Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco

Como consequência da associação com o Unibanco, uma provisão para cobrir os gastos com comunicação a clientes, adequação de sistemas e pessoal foi constituída no BRGAAP, uma vez que essa provisão podia ser razoavelmente estimada na data.

No IFRS, essa provisão não atendeu na data de transição aos requerimentos do IAS 19 e IAS 37 que são mais restritos que os requerimentos do BRGAAP e, portanto, foi revertida na data de transição nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, essa provisão reconhecida no BRGAAP foi totalmente utilizada.

b.VII) Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior

O processo adotado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em BRGAAP para a conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior é similar aos requerimentos do IAS 21, exceto pelo fato de que as diferenças geradas no processo de conversão são registradas na demonstração do resultado. Consequentemente, em BRGAAP não existe uma reserva específica no patrimônio líquido na qual os ganhos ou as perdas acumulados gerados na conversão de subsidiárias no exterior e empresas não consolidadas são reconhecidos.

Em IFRS, as diferenças apuradas na conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior são reportadas no resultado abrangente acumulado.

b.VIII) Provisão para dividendos ainda não declarados

Até 2010, de acordo com o BRGAAP, as demonstrações contábeis do exercício devem reconhecer uma provisão para dividendos propostos pela Administração, mas ainda não aprovados pelos acionistas mesmo se os dividendos propostos excederem o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto da empresa.

De acordo com o IAS 10 - *"Events After The Balance Sheet Date"*, se uma entidade declarar dividendos para pagamento de seus acionistas após a data-base, esta não pode contabilizar o valor desses dividendos como um passivo nas demonstrações contábeis do exercício.

A partir de maio de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Resolução No. 3.973/11 do Banco Central do Brasil, deixou de constituir provisão excedente (no passivo) ao dividendo mínimo obrigatório. A Resolução No. 3.973/11 é equivalente ao IAS 10 e, portanto, a partir dessa data, esse ajuste não se fez mais necessário.

b.IX) Taxa efetiva de juros

De acordo com o IAS 39, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado devem ser reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, que consiste em apropriar as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação.

b.X) Outros Ajustes

Outras diferenças entre IFRS e BRGAAP foram reconhecidas, e não são materiais de forma individual ou agregada.

b.XI) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

c) RECONCILIAÇÃO ENTRE USGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING EM 01 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E AO LUCRO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Referência	31/12/2010	01/01/2010	01/01 a 31/12/2010	Rubrica na DRE modelo IFRS
		Patrimônio Líquido		Resultado	
De acordo com o USGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)		**76.625**	**69.277**	**11.067**	
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre USGAAP e IFRS		**(10.750)**	**(12.151)**	**642**	
Planos de pensão e saúde	**c.I**	(1.634)	(1.049)	(1.567)	Despesas Gerais e Administrativas
Planos de remuneração baseada em ações	**c.II**	491	584	66	Despesas Gerais e Administrativas
Relacionados a combinações de negócios	**c.III**	(10.579)	(12.728)	2.150	
Amortização integral de ágios reconhecidos no BRGAAP	**c.III i**	(15.607)	(15.607)	-	
Reversão do ajuste a valor justo reconhecido no USGAAP do preço pago	**c.III ii**	4.576	4.576	-	
Reversão da amortização de ativos intangíveis reconhecidos no USGAAP	**c.III iii**	5.066	1.476	3.590	Despesas Gerais e Administrativas
Reversão do ajuste a valor justo reconhecido no USGAAP dos ativos líquidos do Unibanco	**c.III iv**	(1.138)	(89)	(1.050)	Receitas de Juros e Rendimentos, Despesas Gerais e Administrativas
Deságio na aquisição do Unibanco reconhecido no USGAAP	**c.III v**	(830)	(830)	-	
Diferença na base do investimento na Redecard como resultado da remensuração no USGAAP mediante a obtenção de controle	**c.III vi**	(4.530)	(4.530)	-	
Reconhecimento da totalidade do crédito tributário sobre os ágios	**c.III vii**	1.250	1.574	(323)	IR/CS - Diferido
Outros	**c.IV**	634	702	(67)	Receitas de Juros e Rendimentos, Despesas Gerais e Administrativas
Outros ajustes	**c.IV**	(269)	(868)	378	Despesas Gerais e Administrativas
Imposto de renda e contribuição social sobre todos os ajustes IFRS	**c.V**	1.241	1.910	(385)	IR/CS - Diferido
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores		**65.875**	**57.126**	**11.708**	
De acordo com o US GAAP- atribuível aos acionistas não controladores		**13.076**	**12.757**	**824**	
Redecard	**c.III vi**	(10.915)	(10.840)	75	Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores
Desconsolidação das Joint Ventures	**c.VI**	(366)	(268)	(98)	
Outros	**c.IV/c.III iv**	(118)	(85)	(16)	
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas não controladores		**1.677**	**1.564**	**785**	
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		**67.552**	**58.690**	**12.493**	

A adoção do IFRS alterou a demonstração do fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função do reconhecimento dos efeitos demonstrados na tabela acima e das diferenças de classificação dos Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Operações de Crédito, considerados como atividades de investimentos no USGAAP enquanto que no IFRS, os mesmos itens são classificadas como atividades operacionais e ainda pelas diferenças de classificação dos Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Mercados Interbancários e Provisão de Seguros e Previdência, consideradas como atividades de financiamento, no USGAAP, enquanto que no IFRS os mesmos itens são classificados como atividades operacionais.

Não apresentamos o Resultado Abrangente Acumulado na reconciliação acima, por não haver diferença entre USGAAP e IFRS.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	USGAAP	c.IX	c.I	c.II	c.i	c.III ii / c.III iii	c.III iv	c.III v	c.III vi	c.IV / c.III vii	c.V	c.VI	c.VII	c.VIII	c.IV	IFRS
Disponibilidades	5.568	4.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	24	10.172
Depósitos Compulsórios no Banco Central	85.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)	85.776
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.566	(44.297)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.565	-	-	1	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	34.734	36.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	17.158	-	10	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	140.003	(5.646)	(1.340)	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(21)	(17.219)	-	(278)	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306
Derivativos	-	7.789	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	(1)	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	44.636	473	(184)	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	(418)	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.506	845	-	-	-	-	(131)	-	-	-	-	-	-	-	(50)	3.170
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Liquída	278.031	-	-	-	-	-	390	-	-	-	-	(2.894)	-	-	(684)	274.843
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	298.169	1.240	-	-	-	-	(514)	-	-	-	-	(3.411)	-	-	(647)	294.837
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.138)	(1.240)	-	-	-	-	904	-	-	-	-	517	-	-	(37)	(19.994)
Outros Ativos Financeiros	-	40.517	-	-	-	-	-	-	-	-	-	973	24	-	(569)	40.945
Investimentos em Empresas não Consolidadas	3.597	(538)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	-	-	(94)	2.947
Imobilizado, Líquido	5.151	(638)	-	-	-	-	181	-	-	-	-	(11)	-	-	119	4.802
Ativos Intangíveis, Líquido	18.148	(20.064)	-	-	-	5.066	(61)	-	-	-	-	(114)	-	-	(41)	2.934
Ágio, Líquido	14.664	19.857	-	-	(22.762)	4.576	(2.835)	(830)	(14.206)	634	-	-	-	-	902	-
Ativos Fiscais	-	10.585	-	-	7.155	-	-	-	-	1.250	1.241	(300)	-	5.080	(869)	24.142
Bens Destinados a Venda	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	10	78
Outros Ativos	56.186	(50.633)	(62)	-	-	-	77	-	-	-	-	(75)	-	-	144	5.637
TOTAL DO ATIVO	**746.580**	**-**	**(1.634)**	**-**	**(15.607)**	**9.642**	**(2.349)**	**(830)**	**(14.206)**	**1.884**	**1.241**	**(911)**	**-**	**5.080**	**(1.808)**	**727.082**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	USGAAP	c.IX	c.I	c.II	c.i	c.III ii / c.III iii	c.III iv	c.III v	c.III vi	c.IV / c.III vii	c.V	c.VI	c.VII	c.VIII	c.IV	IFRS
Depósitos	202.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	29	202.688
Captações no Mercado Aberto	97.972	101.598	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87	199.657
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.335
Derivativos	-	6.674	-	-	-	-	(694)	-	-	-	-	-	-	-	(309)	5.671
Recursos de Mercados Interbancários	-	62.988	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(389)	62.599
Recursos de Mercados Institucionais	-	43.098	-	-	-	-	(7)	-	1.239	-	-	-	-	-	183	44.513
Obrigações por empréstimos de curto prazo	123.041	(123.041)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo	84.768	(84.768)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	-	41.902	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(346)	-	-	(544)	41.012
Provisão de Seguros e Previdência Privada	60.463	(3.634)	-	-	-	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-	109	56.864
Passivos de Planos de Capitalização	-	2.603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.603
Provisões	-	14.736	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	-	-	(247)	14.456
Obrigações Fiscais	-	7.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)	-	5.080	35	12.110
Outros Passivos	87.975	(70.569)	-	(491)	-	-	(228)	-	-	-	-	(82)	-	-	(583)	16.022
Total do Passivo	**656.879**	**-**	**-**	**(491)**	**-**	**-**	**(1.003)**	**-**	**1.239**	**-**	**-**	**(545)**	**-**	**5.080**	**(1.629)**	**659.530**
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	**76.625**	**-**	**(1.634)**	**491**	**15.607**	**9.642**	**(1.138)**	**(830)**	**(4.530)**	**1.884**	**1.241**	**-**	**-**	**-**	**(269)**	**65.875**
Participações de Acionistas não Controladores	13.076	-	-	-	-	-	(208)	-	(10.915)	-	-	(366)	-	-	90	1.677
Total do Patrimônio Líquido	89.701	-	(1.634)	491	(15.607)	9.642	(1.346)	(830)	(15.445)	1.884	1.241	(366)	-	-	(179)	67.552
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**746.580**	**-**	**(1.634)**	**-**	**(15.607)**	**9.642**	**(2.349)**	**(830)**	**(14.206)**	**1.884**	**1.241**	**(911)**	**-**	**5.080**	**(1.808)**	**727.082**

Sumário das principais diferenças entre USGAAP e IFRS

Apresentamos abaixo uma descrição das principais políticas contábeis aplicáveis ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING que diferem significativamente em USGAAP e IFRS e que são apresentadas nas reconciliações supracitadas:

c.I) Planos de pensão e de saúde

De acordo com o IFRS e o USGAAP, o patrocinador de planos de pensão e de saúde deve reconhecer tanto o déficit quanto o superávit de um plano de benefício definido como um passivo ou um ativo em seu balanço patrimonial. De acordo com o IFRS, quando uma entidade tem um superávit em um plano de benefício definido, deve-se mensurar o ativo utilizando dos dois o menor: (a) o superávit do plano; ou (b) o "*asset ceiling"* definido como o valor presente das reduções de contribuições futuras do empregador.

A diferença entre USGAAP e IFRS é oriunda justamente dessa limitação de reconhecimento do ativo descrita acima.

Outra diferença refere-se ao reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais são registrados diretamente no patrimônio líquido em USGAAP e no resultado do período em IFRS.

c.II) Planos de Remuneração Baseada em Ações

De acordo com o USGAAP, o custo de planos de remuneração baseados em ações considerados como "liability awards" é reconhecido como uma despesa em contrapartida do passivo. Certas opções outorgadas são consideradas como "liability awards" de acordo com o USGAAP e mensuradas a cada data-base, pois o preço de exercício é indexado a índices de inflação.

Para IFRS, a remuneração baseada em ações é reconhecida pelo valor justo das opções na data de outorga e não são remensuradas, pois todas são classificadas como "equity award".

Tanto para USGAAP quanto para IFRS, o custo dos planos de remuneração baseados em ações é reconhecido pelo prazo de carência ("vesting period").

c.III) Combinações de Negócios

De acordo com o USGAAP, as combinações de negócios são contabilizadas de maneira similar aos requerimentos do IFRS 3 (R), ou seja, são reconhecidas pelo método da compra.

O IFRS 1 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, mediante a aplicação do IFRS 3 (R) (Nota 2.5a). Essa isenção permite que companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham basicamente o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o GAAP anterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou essa isenção até 1º de agosto de 2009 e consequentemente aplicou o IFRS 3 (R) ou IAS 28, conforme o caso, para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas, ocorridas após essa data (não ocorreram combinações de negócios após essa data).

De acordo com a isenção permitida pelo IFRS 1, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores a 1º de agosto de 2009 conforme GAAP anterior.

Para essas combinações de negócios, na data de transição o tratamento contábil do IFRS é igual ao tratamento contábil de acordo com o GAAP anterior. Como resultado, as seguintes diferenças entre USGAAP e GAAP anterior (IFRS, na data de transição) são apresentadas abaixo:

(i) Amortizamos integralmente no GAAP anterior, no ano de aquisição, o montante de ágio determinado na combinação de negócios. Para fins de USGAAP, o montante de ágio é determinado com critérios diferentes e não é amortizado, mas testado para fins de impairment, portanto revertemos a amortização integral do ágio do GAAP anterior.

(ii) De acordo com o USGAAP, os instrumentos de patrimônio emitidos como parte do preço de compra são valorizados a valor justo na data de aquisição, enquanto que no GAAP anterior os instrumentos de patrimônio são registrados ao valor acordado entre as partes conforme documentado nos acordos contratuais.

(iii) De acordo com o GAAP anterior, ativos intangíveis decorrentes de uma combinação de negócios não são reconhecidos. De acordo com o USGAAP, os ativos intangíveis são reconhecidos ao valor justo estimado e são amortizados pelo prazo do benefício futuro estimado.

(iv) De acordo com o GAAP anterior, os ativos e passivos de negócios adquiridos são reconhecidos a valor contábil e o ágio é computado como a diferença entre o preço de compra e os ativos líquidos a valor contábil. Diferenças entre o valor contábil e o valor justo de ativos e passivos não são reconhecidas. De acordo com o USGAAP, os ativos e passivos adquiridos são reconhecidos ao valor justo estimado.

(v) Como resultado da diferença no critério de determinação do ágio entre GAAP anterior e USGAAP, reconhecemos no USGAAP, um deságio na transação, o qual é revertido para fins de GAAP anterior.

(vi) No GAAP anterior, quando um acionista obtém controle de uma entidade, adquirindo uma participação adicional, anteriormente contabilizada pelo Método de Equivalência Patrimonial, o valor do investimento é incrementado pelo preço pago pela participação adicional. Nenhum ganho ou perda é reconhecido.
Para USGAAP, a participação anteriormente detida é remensurada a valor justo na data em que o controle é adquirido. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor justo da participação anteriormente detida é reconhecida como ganho ou perda no resultado. Adicionalmente, mediante a aquisição de controle, as participações não-controladoras também são mensuradas a valor justo.

(vii) conforme descrito no item (i) acima, amortizamos no GAAP anterior, no ano de aquisição, o montante de ágio determinado na combinação de negócios. Sobre esta amortização, constituímos imposto diferido relativo à contribuição social a uma alíquota de 9%. Para fins de USGAAP e IFRS, a constituição de imposto diferido deve ser a alíquota efetiva, no caso 15%, conforme descrito na Nota 2.5 (b.II). A diferença entre USGAAP e IFRS surge exatamente por conta do efeito da majoração da alíquota de contribuição social sobre estes ágios, que para IFRS, foram integralmente amortizados.

c.IV) Outros Ajustes

Inclui diferenças entre USGAAP e BRGAAP anteriormente reconhecidas, referente a combinação de negócios, acionistas não controladores e outros, que não representam materialidade de forma individual ou agregada.

c.V) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajustes IFRS

O USGAAP e o IFRS requerem a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. A diferença entre USGAAP e IFRS refere-se ao cálculo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças de ajustes entre os dois GAAPs.

c.VI) Diferenças de Consolidação entre Variable Interest Entities (VIEs) (USGAAP) e Joint Ventures (IFRS)

De acordo com os requerimentos do USGAAP, caracterizamos certas participações como VIEs, e concluímos que somos seu beneficiário primário, principalmente porque estamos expostos à maioria de seus riscos e de seus benefícios. Como beneficiário primário de tais entidades, devemos consolidá-las integralmente em nossas demonstrações contábeis.

Para IFRS, não existe a definição de VIEs para participações detidas por uma entidade. Analisamos tais participações de acordo com os requerimentos do IAS 31 e concluímos que tais entidades se caracterizam como Joint Ventures (Nota 2.4a), pois as principais decisões operacionais e financeiras destas entidades são tomadas em conjunto com os outros acionistas. O IAS 31 permite que as Joint Ventures sejam consolidadas proporcionalmente ou contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Optamos por consolidá-las proporcionalmente.

Portanto a diferença deve-se ao fato dessas entidades serem consolidadas integralmente em USGAAP e proporcionalmente em IFRS.

c.VII) Consolidação de fundos

Certos fundos de investimentos, exclusivos para aplicação de recursos oriundos de produtos de previdência privada ofertados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING a seus clientes, atendem aos requerimentos para consolidação de acordo com o IFRS. Esses mesmos fundos não são consolidados, mas tratados como instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis em USGAAP.

c.VIII) Diferença de compensação de impostos

De acordo com o USGAAP, os ativos e passivos diferidos de impostos devem ser compensados quando atribuíveis a mesma autoridade fiscal e não obrigatoriamente por entidade tributável.

De acordo com o IFRS, uma entidade deve compensar ativos e passivos diferidos de impostos se, e somente se, tiver o direito legal de liquidar ativos e passivos correntes de impostos e tais impostos diferidos se refiram a impostos sobre a renda requeridos pela mesma autoridade fiscal, incididos na mesma entidade tributável.

c.IX) Alterações/ Reclassificações no agrupamento do balanço patrimonial

O modelo de apresentação do balanço patrimonial em IFRS adotado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é diferente do apresentado para fins de USGAAP. As principais alterações/ reclassificações realizadas decorreram da melhor apresentação das seguintes linhas: Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (considerados no USGAAP na linha de Aplicações no Mercado Aberto), Derivativos Ativos e Passivos

(considerados no USGAAP na linha de Ativos Mantidos para Negociação e Outros Passivos), Passivos de Planos de Capitalização (considerados no USGAAP na linha de Reserva de Seguro, Plano de Previdência Privada e Plano de Capitalização), Outros Ativos e Passivos Financeiros (considerados no USGAAP na linha de Outros Ativos e Passivos), Ágios (considerados no USGAAP na linha de Ativos Intangíveis originados da alocação do valor justo dos ativos e dos passivos decorrentes das combinações de negócios), Ativos e Obrigações Fiscais (considerados no USGAAP na linha de Outros Ativos e Passivos), Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais (considerados no USGAAP na linha de Obrigações por empréstimos de Curto e Longo Prazo) e Provisões (considerados no USGAAP na linha de Outros Passivos).

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Disponibilidades	10.668	10.172	10.671
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.921	7.639	7.304
Aplicações no Mercado Aberto	8.516	27.798	54.677
Total	**38.105**	**45.609**	**72.652**

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R$ 8.900 (R$ 7.196 em 31/12/2010 e R$ 10.495 em 01/01/2010) e R$ 83.732 (R$ 60.884 em 31/12/2010 e R$ 81.143 em 01/01/2010), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Não Remunerados	5.730	4.742	4.042
Remunerados	92.323	81.034	9.827
Total	**98.053**	**85.776**	**13.869**

NOTA 05 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

	31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	92.248	-	92.248
Total	**117.632**	**2.437**	**120.069**

(*) Desses títulos, o montante de R$ 7.046 está dado em garantia, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

	31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.315	520	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	82.094	6.588	88.682
Total	**96.409**	**7.108**	**103.517**

(*) Desses títulos, o montante de R$ 8.670 está dado em garantia, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

	01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.262	537	17.799
Aplicações no Mercado Aberto (*)	124.227	11.593	135.820
Total	**141.489**	**12.130**	**153.619**

(*) Desses títulos, o montante de R$ 9.288 está dado em garantia, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
		Resultados não realizados				Resultados não realizados				Resultados não realizados		
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339	1.701	49	(2)	1.748	1.589	32	(2)	1.619
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914	86.636	77	(14)	86.699	36.099	48	(12)	36.135
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	868	42	-	910	653	17	(4)	666	222	-	-	222
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**787**	**28**	**(13)**	**802**	**9.323**	**38**	**(8)**	**9.353**	**1.045**	**25**	**(13)**	**1.057**
Argentina	226	12	(13)	225	295	6	(8)	293	179	3	(3)	179
Estados Unidos	280	12	-	292	8.682	32	-	8.714	735	22	(10)	747
México	201	4	-	205	29	-	-	29	10	-	-	10
Rússia	-	-	-	-	45	-	-	45	77	-	-	77
Chile	50	-	-	50	248	-	-	248	30	-	-	30
Uruguai	27	-	-	27	24	-	-	24	14	-	-	14
Outros	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**24.965**	**84**	**(125)**	**24.924**	**16.941**	**152**	**(62)**	**17.031**	**16.279**	**248**	**(8)**	**16.519**
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297	3.161	134	(47)	3.248	2.476	240	(6)	2.710
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24	587	9	-	596	33	2	-	35
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820	8.932	-	-	8.932	9.490	-	-	9.490
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526	2.799	1	-	2.800	3.095	2	(1)	3.096
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431	1.459	8	(15)	1.452	624	4	(1)	627
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	853	-	-	853	3	-	-	3	561	-	-	561
TOTAL	**121.860**	**373**	**(344)**	**121.889**	**115.254**	**333**	**(90)**	**115.497**	**55.234**	**353**	**(35)**	**55.552**

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2011 eram: a) R$ 12.010 (R$ 45.672 em 31/12/2010 e R$ 5.870 em 01/01/2010), b) R$ 0 (R$ 125 em 31/12/2010 e R$ 77 em 01/01/2010) , c) R$ 84 (R$ 8.592 em 31/12/2010 e R$ 288 em 01/01/2010) e d) R$ 48 (R$ 11 em 31/12/2010 e R$ 101 em 01/01/2010), totalizando R$ 12.142 (R$ 54.400 em 31/12/2010 e R$ 6.336 em 01/01/2010).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	2.995	1.668
Perdas	(2.559)	(1.266)
Total	**436**	**402**

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Custo/Custo amortizado	Valor Justo
Circulante	**37.701**	**37.706**	**58.534**	**58.705**	**26.039**	**26.323**
Sem vencimento	3.650	3.635	4.862	4.996	4.070	4.334
Até um ano	34.051	34.071	53.672	53.709	21.969	21.989
Não Circulante	**84.159**	**84.183**	**56.720**	**56.792**	**29.195**	**29.229**
De um a cinco anos	72.064	72.088	49.392	49.403	26.131	26.138
De cinco a dez anos	8.570	8.550	5.134	5.177	2.313	2.332
Após dez anos	3.525	3.545	2.194	2.212	751	759
TOTAL	**121.860**	**121.889**	**115.254**	**115.497**	**55.234**	**55.552**

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R$ 57.734 (R$ 46.051 em 31/12/2010 e R$ 38.626 em 01/01/2010). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186

	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306

	01/01/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	368	5	-	373

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Designados a Valor Justo através do Resultado		
Ganhos	20	-
Perdas	-	(1)
Total	**20**	**(1)**

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Custo/Custo amortizado	Valor justo
Não Circulante	**182**	**186**	**297**	**306**	**368**	**373**
Após dez anos	182	186	297	306	368	373

NOTA 07 – DERIVATIVOS

O ITAÚ UNIBANCO HONDING negocia Instrumentos Financeiros Derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R$ 7.793 (R$ 8.061 em 31/12/2010 e R$ 12.252 em 01/01/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	**268.806**	**75**	**(49)**	**26**
Compromissos de Compra	**251.094**	**75**	**19**	**94**
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	**17.712**	**-**	**(68)**	**(68)**
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps		**72**	**(120)**	**(48)**
Posição Ativa	**94.806**	**2.155**	**595**	**2.750**
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	**94.734**	**(2.083)**	**(715)**	**(2.798)**
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	**1.108.517**	**576**	**(739)**	**(163)**
De Compra - Posição Comprada	**237.863**	**1.122**	**(373)**	**749**
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	**354.697**	**1.457**	**237**	**1.694**
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	**174.398**	**(778)**	**47**	**(731)**
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	**341.559**	**(1.225)**	**(650)**	**(1.875)**
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	**17.248**	**1.092**	**(31)**	**1.061**
Compras a Receber	**8.702**	**921**	**(62)**	**859**
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-
Prefixados	-	35	-	35
Pós-Fixados	262	262	-	262
Commodities	37	1	-	1
Obrigações por Compra a Pagar	**1.351**	**(324)**	**(9)**	**(333)**
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)
Commodities	131	(19)	(1)	(20)
Outros	2	-	-	-
Vendas a Receber	**2.230**	**1.013**	**7**	**1.020**
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1
Prefixados	148	148	(1)	147
Pós-Fixados	110	110	-	110
Títulos	731	726	(1)	725
Commodities	12	4	-	4
Obrigações por Venda a Entregar	**4.965**	**(518)**	**33**	**(485)**
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)
Prefixados	-	(54)	-	(54)
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)
Commodities	60	(12)	1	(11)
Derivativos de Crédito	**7.194**	**153**	**136**	**289**
Posição Ativa	**3.659**	**242**	**157**	**399**
Moeda Estrangeira	117	-	1	1
Prefixados	1.820	226	134	360
Pós-Fixados	-	5	11	16
Índices	-	11	(1)	10
Títulos	1.721	-	12	12
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	**3.535**	**(89)**	**(21)**	**(110)**
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)
Títulos	517	-	(12)	(12)
Outros	1	-	-	-
Operações de Forwards	**31.285**	**69**	**56**	**125**
Posição Ativa	**16.257**	**421**	**30**	**451**
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-
Pós-Fixados	376	6	-	6
Posição Passiva	**15.028**	**(352)**	**26**	**(326)**
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)
Índices	-	(1)	-	(1)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Swap com Verificação	**102**	**-**	**(2)**	**(2)**
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	**51**	**-**	**-**	**-**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	**51**	**-**	**(2)**	**(2)**
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	**53**	**-**	**4**	**4**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**4.894**	**695**	**20**	**715**
Posição Ativa	**4.640**	**769**	**33**	**802**
Moeda Estrangeira	608	55	31	86
Prefixados	973	521	-	521
Títulos	3.054	193	2	195
Outros	5	-	-	-
Posição Passiva	**254**	**(74)**	**(13)**	**(87)**
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)
Títulos	75	-	-	-
Outros	61	-	(2)	(2)
	ATIVO	**8.175**	**579**	**8.754**
	PASSIVO	**(5.443)**	**(1.304)**	**(6.747)**
	TOTAL	**2.732**	**(725)**	**2.007**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos de futuros	**292.049**	**5**	**(60)**	**(55)**
Compromissos de Compra	**127.499**	**(1)**	**174**	**173**
Moeda Estrangeira	8.128	(1)	1	-
Mercado Interfinanceiro	98.353	-	45	45
Índices	19.288	-	95	95
Títulos	1.645	-	-	-
Commodities	84	-	33	33
Outros	1	-	-	-
Compromissos de Venda	**164.550**	**6**	**(234)**	**(228)**
Moeda Estrangeira	13.057	6	(20)	(14)
Mercado Interfinanceiro	113.173	-	(45)	(45)
Índices	32.033	-	(127)	(127)
Títulos	4.230	-	-	-
Commodities	2.048	-	(42)	(42)
Outros	9	-	-	-
Contratos de Swaps		**344**	**580**	**924**
Posição Ativa	**68.839**	**2.160**	**777**	**2.937**
Moeda Estrangeira	7.330	(292)	238	(54)
Mercado Interfinanceiro	34.370	1.299	161	1.460
Prefixados	9.277	326	140	466
Pós-Fixados	865	2	18	20
Índices	16.745	819	218	1.037
Títulos	32	3	-	3
Commodities	219	3	2	5
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	**68.495**	**(1.816)**	**(197)**	**(2.013)**
Moeda Estrangeira	14.609	(310)	(17)	(327)
Mercado Interfinanceiro	19.443	(358)	138	(220)
Prefixados	7.835	(256)	(133)	(389)
Pós-Fixados	3.272	(2)	(1)	(3)
Índices	23.122	(865)	(181)	(1.046)
Títulos	29	(1)	-	(1)
Commodities	178	(24)	(3)	(27)
Outros	7	-	-	-
Contratos de Opções	**2.330.950**	**(570)**	**235**	**(335)**
De Compra - Posição Comprada	**695.908**	**1.182**	**(108)**	**1.074**
Moeda Estrangeira	24.905	414	(104)	310
Mercado Interfinanceiro	530.428	468	2	470
Pós-Fixados	314	2	-	2
Índices	138.085	182	(53)	129
Títulos	1.534	86	27	113
Commodities	642	30	20	50
De Venda - Posição Comprada	**526.323**	**625**	**53**	**678**
Moeda Estrangeira	12.295	339	142	481
Mercado Interfinanceiro	404.532	128	(28)	100
Pós-Fixados	282	-	-	-
Índices	107.034	109	(48)	61
Títulos	1.625	40	(6)	34
Commodities	555	9	(7)	2
De Compra - Posição Vendida	**527.731**	**(1.587)**	**342**	**(1.245)**
Moeda Estrangeira	26.547	(802)	341	(461)
Mercado Interfinanceiro	376.482	(256)	(7)	(263)
Índices	123.221	(449)	50	(399)
Títulos	864	(49)	(27)	(76)
Commodities	617	(31)	(15)	(46)
De Venda - Posição Vendida	**580.988**	**(790)**	**(52)**	**(842)**
Moeda Estrangeira	16.715	(451)	(95)	(546)
Mercado Interfinanceiro	444.963	(196)	3	(193)
Índices	118.333	(71)	22	(49)
Títulos	825	(58)	7	(51)
Commodities	152	(14)	11	(3)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos a Termo	**1.445**	**1.432**	**(27)**	**1.405**
Compras a Receber	**21**	**57**	**29**	**86**
Mercado Interfinanceiro	-	36	-	36
Pós-Fixados	21	21	29	50
Obrigações por Compra a Pagar - Pós-Fixados	**-**	**(21)**	**(29)**	**(50)**
Vendas a Receber	**1.424**	**1.397**	**1**	**1.398**
Moeda Estrangeira	4	4	-	4
Títulos	1.419	1.392	1	1.393
Commodities	1	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar - Pós-Fixados	**-**	**(1)**	**(28)**	**(29)**
Derivativos de Crédito	**6.701**	**125**	**7**	**132**
Posição Ativa	**2.902**	**258**	**3**	**261**
Moeda Estrangeira	53	-	1	1
Prefixados	2.622	258	(2)	256
Títulos	227	-	4	4
Posição Passiva	**3.799**	**(133)**	**4**	**(129)**
Moeda Estrangeira	22	-	(1)	(1)
Prefixados	3.126	(133)	10	(123)
Títulos	651	-	(5)	(5)
Operações de Forwards	**36.958**	**(522)**	**22**	**(500)**
Posição Ativa	**13.832**	**597**	**15**	**612**
Moeda Estrangeira	13.121	548	8	556
Prefixados	3	1	-	1
Pós-Fixados	509	8	-	8
Commodities	199	40	7	47
Posição Passiva	**23.126**	**(1.119)**	**7**	**(1.112)**
Moeda Estrangeira	22.759	(1.098)	9	(1.089)
Mercado Interfinanceiro	27	-	(1)	(1)
Pós-Fixados	273	(3)	-	(3)
Commodities	67	(18)	(1)	(19)
Swap com Verificação				
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	**6**	**-**	**-**	**-**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	**6**	**-**	**-**	**-**
Verificação de Swap - Posição Passiva - Moeda Estrangeira	**25**	**-**	**-**	**-**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**3.755**	**626**	**(91)**	**535**
Posição Ativa	**3.395**	**785**	**(54)**	**731**
Moeda Estrangeira	259	189	5	194
Prefixados	698	375	2	377
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	2.438	221	(58)	163
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	**360**	**(159)**	**(37)**	**(196)**
	ATIVO	**7.061**	**716**	**7.777**
	PASSIVO	**(5.621)**	**(50)**	**(5.671)**
	TOTAL	**1.440**	**666**	**2.106**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950
Termo	274	1.143	28	-	1.445
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6
Verificação de Swap	6	16	3	-	25
Outros	105	927	405	2.318	3.755

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	01/01/2010	01/01/2010	01/01/2010	01/01/2010
Contratos de futuros	**216.786**	**(2)**	**(24)**	**(26)**
Compromissos de Compra	**94.210**	**(1)**	**30**	**29**
Moeda Estrangeira	3.160	-	22	22
Mercado Interfinanceiro	78.537	1	18	19
Índices	10.314	(2)	2	-
Títulos	2.132	-	-	-
Commodities	64	-	(12)	(12)
Outros	3	-	-	-
Compromissos de Venda	**122.576**	**(1)**	**(54)**	**(55)**
Moeda Estrangeira	18.939	(1)	(25)	(26)
Mercado Interfinanceiro	82.302	4	(21)	(17)
Índices	11.843	(3)	(4)	(7)
Títulos	3.144	-	-	-
Commodities	6.339	(1)	(4)	(5)
Outros	9	-	-	-
Contratos de Swaps		**401**	**64**	**465**
Posição Ativa	**69.018**	**2.128**	**451**	**2.579**
Moeda Estrangeira	7.098	46	56	102
Mercado Interfinanceiro	31.371	1.398	20	1.418
Prefixados	10.946	261	106	367
Pós-Fixados	6.538	(2)	6	4
Índices	12.964	416	264	680
Títulos	11	5	(1)	4
Commodities	89	4	-	4
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	**68.617**	**(1.727)**	**(387)**	**(2.114)**
Moeda Estrangeira	11.560	(285)	(9)	(294)
Mercado Interfinanceiro	19.601	(795)	73	(722)
Prefixados	15.387	(211)	(183)	(394)
Pós-Fixados	6.473	(9)	-	(9)
Índices	15.433	(414)	(267)	(681)
Commodities	106	(13)	(1)	(14)
Outros	57	-	-	-
Contratos de Opções	**1.728.321**	**(83)**	**61**	**(22)**
De Compra - Posição Comprada	**489.888**	**1.421**	**(462)**	**959**
Moeda Estrangeira	67.850	596	(418)	178
Mercado Interfinanceiro	330.854	491	(94)	397
Pós-Fixados	33	-	-	-
Índices	90.111	264	50	314
Títulos	801	53	(6)	47
Commodities	239	17	6	23
De Venda - Posição Comprada	**442.926**	**617**	**250**	**867**
Moeda Estrangeira	12.721	319	30	349
Mercado Interfinanceiro	388.004	185	(11)	174
Índices	41.059	98	229	327
Títulos	1.010	3	(1)	2
Commodities	132	12	3	15
De Compra - Posição Vendida	**379.223**	**(1.433)**	**415**	**(1.018)**
Moeda Estrangeira	48.514	(619)	414	(205)
Mercado Interfinanceiro	246.600	(452)	71	(381)
Índices	83.355	(332)	(80)	(412)
Títulos	616	(17)	4	(13)
Commodities	138	(13)	6	(7)
De Venda - Posição Vendida	**416.284**	**(688)**	**(142)**	**(830)**
Moeda Estrangeira	16.264	(316)	(144)	(460)
Mercado Interfinanceiro	317.681	(182)	16	(166)
Prefixados	-	(21)	10	(11)
Índices	82.089	(159)	(175)	(334)
Títulos	147	5	140	145
Commodities	103	(15)	11	(4)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	01/01/2010	01/01/2010	01/01/2010	01/01/2010
Contratos a Termo	**68**	**32**	**-**	**32**
Compras a Receber	**49**	**49**	**-**	**49**
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	48	48	-	48
Commodities	1	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar - Pós-Fixados	**-**	**(48)**	**-**	**(48)**
Vendas a Receber	**19**	**50**	**-**	**50**
Mercado Interfinanceiro	-	31	-	31
Pós-Fixados	19	19	-	19
Obrigações por Venda a Entregar - Pós-Fixados	**-**	**(19)**	**-**	**(19)**
Derivativos de Crédito	**4.532**	**(78)**	**(13)**	**(91)**
Posição Ativa	**1.786**	**19**	**(4)**	**15**
Moeda Estrangeira	137	1	-	1
Prefixados	1.615	18	(6)	12
Índices	2	-	-	-
Títulos	10	-	1	1
Outros	22	-	1	1
Posição Passiva	**2.746**	**(97)**	**(9)**	**(106)**
Moeda Estrangeira	-	(1)	-	(1)
Mercado Interfinanceiro	50	-	-	-
Prefixados	2.696	(96)	(7)	(103)
Títulos	-	-	(1)	(1)
Outros	-	-	(1)	(1)
Operações de Forwards	**13.723**	**(94)**	**-**	**(94)**
Posição Ativa	**6.609**	**313**	**-**	**313**
Moeda Estrangeira	5.584	279	-	279
Mercado Interfinanceiro	213	20	-	20
Prefixados	532	4	-	4
Títulos	27	-	-	-
Outros	253	10	-	10
Posição Passiva	**7.114**	**(407)**	**-**	**(407)**
Moeda Estrangeira	6.659	(393)	-	(393)
Mercado Interfinanceiro	2	-	-	-
Prefixados	94	(10)	-	(10)
Pós-Fixados	348	(3)	-	(3)
Índices	11	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	**1.935**	**17**	**(58)**	**(41)**
Posição Ativa	**976**	**80**	**(31)**	**49**
Moeda Estrangeira	505	31	(30)	1
Mercado Interfinanceiro	399	49	(1)	48
Prefixados	72	-	-	-
Posição Passiva	**959**	**(63)**	**(27)**	**(90)**
Moeda Estrangeira	641	(41)	(17)	(58)
Mercado Interfinanceiro	292	(21)	(10)	(31)
Prefixados	26	(1)	-	(1)
Verificação de Swap	**3.160**	**(102)**	**148**	**46**
Posição Ativa	**2.451**	**122**	**64**	**186**
Moeda Estrangeira	2.447	122	64	186
Índices	4	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	**709**	**(224)**	**84**	**(140)**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**11.936**	**14**	**(26)**	**(12)**
Posição Ativa	**7.548**	**557**	**(35)**	**522**
Moeda Estrangeira	3.234	425	-	425
Mercado Interfinanceiro	2.270	-	-	-
Títulos	1.890	114	(36)	78
Commodities	154	18	1	19
Posição Passiva	**4.388**	**(543)**	**9**	**(534)**
Moeda Estrangeira	4.287	(506)	9	(497)
Prefixados	30	(29)	-	(29)
Commodities	71	(8)	-	(8)
	ATIVO	**5.356**	**233**	**5.589**
	PASSIVO	**(5.251)**	**(81)**	**(5.332)**
	TOTAL	**105**	**152**	**257**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	01/01/2010
Futuros	62.714	52.906	30.269	70.897	216.786
Swaps	19.085	14.918	11.131	21.756	66.890
Opções	539.139	266.126	573.715	349.341	1.728.321
Termo	67	1	-	-	68
Derivativos de Crédito	469	1.259	663	2.141	4.532
Forwards	5.336	5.631	1.654	1.102	13.723
Swaps com Verificação	446	19	-	431	896
Verificação de Swap	369	151	68	2.572	3.160
Outros	3.791	4.067	1.689	2.389	11.936

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Futuros	**26**	**0,4**	**1**	**51**	**5**	**(1)**	**(3)**	**(27)**
BM&F Bovespa	31	0,4	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	0,0	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	0,0	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	**2.443**	**27,9**	**1.252**	**182**	**223**	**660**	**113**	**13**
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	**1.879**	**21,3**	**644**	**384**	**156**	**209**	**146**	**340**
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	**2.750**	**31,4**	**230**	**351**	**168**	**502**	**534**	**965**
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	0,0	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	**399**	**4,6**	**-**	**15**	**17**	**6**	**52**	**309**
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	**451**	**5,2**	**96**	**101**	**73**	**67**	**44**	**70**
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	**4**	**0,0**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**
Outros	**802**	**9,2**	**54**	**470**	**3**	**30**	**74**	**171**
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	**8.754**	**100,0**	**2.277**	**1.554**	**645**	**1.473**	**960**	**1.845**
% por prazo de vencimento			**26,0%**	**17,8%**	**7,4%**	**16,8%**	**11,0%**	**21,1%**

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 5.949 referem-se ao circulante e R$ 2.805 ao não circulante.

	31/12/2010							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Prêmios de Opções	**1.752**	**22,5**	**213**	**230**	**222**	**405**	**106**	**576**
BM&F Bovespa	1.305	16,7	746	72	123	287	77	-
Instituições Financeiras	364	4,7	24	116	90	106	22	6
Empresas	83	1,1	(557)	42	9	12	7	570
Operações a Termo	**1.484**	**19,1**	**323**	**1.071**	**64**	**26**	**-**	**-**
BM&F Bovespa	1.398	18,0	251	1.059	62	26	-	-
Instituições Financeiras	86	1,1	72	12	2	-	-	-
Swaps - Ajuste a Receber	**2.937**	**37,8**	**286**	**249**	**191**	**655**	**621**	**935**
BM&F Bovespa	271	3,5	5	8	14	55	63	126
Instituições Financeiras	441	5,7	167	44	3	73	21	133
Empresas	2.203	28,3	112	193	163	524	536	675
Pessoas Físicas	22	0,3	2	4	11	3	1	1
Derivativos de Crédito	**261**	**3,4**	**-**	**22**	**1**	**2**	**1**	**235**
Instituições Financeiras	77	1,0	-	22	1	1	1	52
Empresas	184	2,4	-	-	-	1	-	183
Forwards	**612**	**7,8**	**273**	**128**	**96**	**96**	**13**	**6**
Instituições Financeiras	151	1,9	64	39	21	19	4	4
Empresas	460	5,9	209	88	75	77	9	2
Pessoas Físicas	1	0,0	-	1	-	-	-	-
Outros	**731**	**9,4**	**50**	**326**	**-**	**130**	**12**	**213**
Instituições Financeiras	724	9,3	50	326	-	130	5	213
Empresas	7	0,1	-	-	-	-	7	-
Total (*)	**7.777**	**100,0**	**1.145**	**2.026**	**574**	**1.314**	**753**	**1.965**
% por prazo de vencimento			**14,7%**	**26,1%**	**7,4%**	**16,9%**	**9,7%**	**25,3%**

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 5.059 referem-se ao circulante e R$ 2.718 ao não circulante.

	01/01/2010							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Prêmios de Opções	**1.826**	**32,7**	**750**	**201**	**156**	**331**	**385**	**3**
BM&F Bovespa	1.573	28,1	723	101	93	281	374	1
Instituições Financeiras	216	3,9	7	93	60	47	7	2
Empresas	37	0,7	20	7	3	3	4	-
Operações a Termo	**99**	**1,8**	**67**	**-**	**32**	**-**	**-**	**-**
Instituições Financeiras	70	1,3	38	-	32	-	-	-
Empresas	29	0,5	29	-	-	-	-	-
Swaps - Ajuste a Receber	**2.579**	**46,2**	**407**	**206**	**274**	**455**	**469**	**768**
BM&F Bovespa	256	4,6	3	8	37	100	31	77
Instituições Financeiras	741	13,3	223	34	114	154	68	148
Empresas	1.552	27,8	177	158	111	198	368	540
Pessoas Físicas	30	0,5	4	6	12	3	2	3
Derivativos de Crédito	**15**	**0,3**	**1**	**6**	**2**	**1**	**1**	**4**
Instituições Financeiras	15	0,3	1	6	2	1	1	4
Forwards	**313**	**5,6**	**88**	**81**	**105**	**27**	**7**	**5**
Instituições Financeiras	227	4,1	61	55	87	17	2	5
Empresas	86	1,5	27	26	18	10	5	-
Swaps com Verificação - Empresas	**49**	**0,9**	**45**	**1**	**1**	**1**	**1**	**-**
Verificação de Swap - Instituições Financeiras	**186**	**3,3**	**-**	**-**	**-**	**2**	**135**	**49**
Outros	**522**	**9,2**	**25**	**103**	**102**	**25**	**126**	**141**
Instituições Financeiras	316	5,6	1	-	52	1	122	140
Empresas	206	3,6	24	103	50	24	4	1
Total (*)	**5.589**	**100,0**	**1.383**	**598**	**672**	**842**	**1.124**	**970**
% por prazo de vencimento			**24,7%**	**10,7%**	**12,0%**	**15,1%**	**20,1%**	**17,4%**

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 3.495 referem-se ao circulante e R$ 2.094 ao não circulante.

	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	**(2.606)**	**38,6**	**(1.205)**	**(289)**	**(235)**	**(712)**	**(153)**	**(12)**
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	**(818)**	**12,1**	**(42)**	**(92)**	**(194)**	**(56)**	**(99)**	**(335)**
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	**(2.798)**	**41,5**	**(211)**	**(177)**	**(116)**	**(534)**	**(497)**	**(1.263)**
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	**(110)**	**1,7**	**-**	**(5)**	**(9)**	**(7)**	**(8)**	**(81)**
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	**(326)**	**4,8**	**(68)**	**(67)**	**(61)**	**(49)**	**(47)**	**(34)**
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	**(2)**	**0,0**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2)**
Outros	**(87)**	**1,3**	**-**	**-**	**-**	**(6)**	**(81)**	**-**
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	**(6.747)**	**100,0**	**(1.526)**	**(630)**	**(615)**	**(1.364)**	**(885)**	**(1.727)**
% por prazo de vencimento			**22,6%**	**9,3%**	**9,1%**	**20,2%**	**13,1%**	**25,6%**

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (4.135) referem-se ao circulante e R$ (2.612) ao não circulante.

	31/12/2010							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima 720 de dias
PASSIVO								
Futuros	**(55)**	**0,9**	**(22)**	**(52)**	**(12)**	**12**	**16**	**3**
BM&F Bovespa	(59)	0,9	(25)	(50)	(14)	11	16	3
Empresas	4	0,0	3	(2)	2	1	-	-
Prêmios de Opções	**(2.087)**	**36,8**	**(812)**	**(414)**	**(231)**	**(413)**	**(207)**	**(10)**
BM&F Bovespa	(1.677)	29,6	(756)	(298)	(108)	(349)	(163)	(3)
Instituições Financeiras	(299)	5,3	(17)	(93)	(114)	(45)	(27)	(3)
Empresas	(110)	1,9	(39)	(23)	(8)	(19)	(17)	(4)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	-	-	(1)	-	-	-
Operações a Termo	**(79)**	**1,4**	**(50)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(29)**
Instituições Financeiras	(50)	0,9	(50)	-	-	-	-	-
Empresas	(29)	0,5	-	-	-	-	-	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar	**(2.013)**	**35,4**	**(92)**	**(96)**	**(139)**	**(598)**	**(442)**	**(646)**
BM&F Bovespa	(388)	6,8	(6)	(9)	(40)	(60)	(112)	(161)
Instituições Financeiras	(396)	7,0	(14)	(29)	(3)	(149)	(26)	(175)
Empresas	(1.170)	20,6	(70)	(50)	(73)	(364)	(303)	(310)
Pessoas Físicas	(59)	1,0	(2)	(8)	(23)	(25)	(1)	-
Derivativos de Crédito	**(129)**	**2,3**	**(7)**	**(6)**	**(2)**	**(3)**	**(8)**	**(103)**
Instituições Financeiras	(126)	2,2	(7)	(6)	(2)	(2)	(8)	(101)
Empresas	(3)	0,1	-	-	-	(1)	-	(2)
Forwards	**(1.112)**	**19,6**	**(176)**	**(267)**	**(205)**	**(317)**	**(87)**	**(60)**
Instituições Financeiras	(629)	11,1	(88)	(201)	(106)	(138)	(46)	(50)
Empresas	(482)	8,5	(88)	(66)	(99)	(179)	(41)	(9)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	-	-	-	-	-	(1)
Outros	**(196)**	**3,6**	**46**	**(2)**	**3**	**(89)**	**(15)**	**(139)**
Instituições Financeiras	(173)	3,1	-	-	-	(87)	-	(86)
Empresas	(23)	0,5	46	(2)	3	(2)	(15)	(53)
Total (*)	**(5.671)**	**100,0**	**(1.113)**	**(837)**	**(586)**	**(1.408)**	**(743)**	**(984)**
% por prazo de vencimento			**19,6%**	**14,8%**	**10,3%**	**24,8%**	**13,1%**	**17,4%**

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (3.944) referem-se ao circulante e R$ (1.727) ao não circulante.

	01/01/2010							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Futuros	**(26)**	**0,5**	**7**	**8**	**(9)**	**(2)**	**1**	**(31)**
BM&F Bovespa	(31)	0,5	5	5	(9)	(2)	1	(31)
Empresas	5	0,0	2	3	-	-	-	-
Prêmios de Opções	**(1.848)**	**34,7**	**(628)**	**(200)**	**(152)**	**(385)**	**(480)**	**(3)**
BM&F Bovespa	(1.630)	30,6	(586)	(107)	(124)	(342)	(470)	(1)
Instituições Financeiras	(337)	6,3	(35)	(86)	(25)	(41)	(148)	(2)
Empresas	119	(2,2)	(7)	(7)	(3)	(2)	138	-
Operações a Termo	**(67)**	**1,2**	**(67)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instituições Financeiras	(38)	0,7	(38)	-	-	-	-	-
Empresas	(29)	0,5	(29)	-	-	-	-	-
Swaps - Ajuste a Pagar	**(2.114)**	**39,6**	**(241)**	**(71)**	**(578)**	**(286)**	**(382)**	**(556)**
BM&F Bovespa	(308)	5,8	(10)	(5)	(9)	(73)	(52)	(159)
Instituições Financeiras	(769)	14,4	(152)	(13)	(67)	(137)	(93)	(307)
Empresas	(1.009)	18,9	(71)	(49)	(498)	(73)	(229)	(89)
Pessoas Físicas	(28)	0,5	(8)	(4)	(4)	(3)	(8)	(1)
Derivativos de Crédito	**(106)**	**2,0**	**(9)**	**(6)**	**(5)**	**(5)**	**(3)**	**(78)**
Instituições Financeiras	(106)	2,0	(9)	(6)	(5)	(5)	(3)	(78)
Forwards	**(407)**	**7,7**	**(90)**	**(118)**	**(91)**	**(95)**	**(9)**	**(4)**
Instituições Financeiras	(175)	3,3	(37)	(56)	(43)	(37)	(1)	(1)
Empresas	(232)	4,4	(53)	(62)	(48)	(58)	(8)	(3)
Swaps com Verificação - Empresas	**(90)**	**1,7**	**(1)**	**-**	**-**	**-**	**(14)**	**(75)**
Verificação de Swap	**(140)**	**2,6**	**(2)**	**(5)**	**(9)**	**(2)**	**(50)**	**(72)**
Instituições Financeiras	(18)	0,3	(2)	(5)	(9)	(2)	-	-
Empresas	(122)	2,3	-	-	-	-	(50)	(72)
Outros	**(534)**	**10,0**	**(46)**	**(57)**	**(116)**	**(75)**	**(159)**	**(81)**
Instituições Financeiras	(239)	4,5	(1)	(1)	(45)	(15)	(97)	(80)
Empresas	(273)	5,2	(35)	(49)	(67)	(59)	(62)	(1)
Pessoas Físicas	(22)	0,3	(10)	(7)	(4)	(1)	-	-
Total (*)	**(5.332)**	**100,0**	**(1.077)**	**(449)**	**(960)**	**(850)**	**(1.096)**	**(900)**
% por prazo de vencimento			**20,2%**	**8,4%**	**18,0%**	**15,9%**	**20,6%**	**16,9%**

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (3.336) referem-se ao circulante e R$ (1.996) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Swap	(476)	169
Termo	(139)	29
Futuro	91	1.370
Opções	323	924
Derivativos de Crédito	185	87
Outros	367	(269)
Total	**351**	**2.310**

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps, total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2010 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tinha contratos em aberto referentes à proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/12/2011					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	**(101)**
TRS	9	-	-	9	-	**(9)**
Total por Instrumento	**3.535**	**1.290**	**1.106**	**999**	**140**	**(110)**
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	**(110)**
Total por Risco	**3.535**	**1.290**	**1.106**	**999**	**140**	**(110)**
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	**(110)**
Total por Entidade	**3.535**	**1.290**	**1.106**	**999**	**140**	**(110)**

	31/12/2010					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.375	541	1.234	1.184	416	**(121)**
TRS	424	416	-	8	-	**(8)**
Total por Instrumento	**3.799**	**957**	**1.234**	**1.192**	**416**	**(129)**
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.799	957	1.234	1.192	416	**(129)**
Total por Risco	**3.799**	**957**	**1.234**	**1.192**	**416**	**(129)**
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.799	957	1.234	1.192	416	**(129)**
Total por Entidade	**3.799**	**957**	**1.234**	**1.192**	**416**	**(129)**

	01/01/2010					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	2.746	844	712	685	505	**(106)**
Total por Instrumento	**2.746**	**844**	**712**	**685**	**505**	**(106)**
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	2.746	844	712	685	505	**(106)**
Total por Risco	**2.746**	**844**	**712**	**685**	**505**	**(106)**
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	2.746	844	712	685	505	**(106)**
Total por Entidade	**2.746**	**844**	**712**	**685**	**505**	**(106)**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo *(notional)*. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	**(3.535)**	**3.659**	**124**

	31/12/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(3.375)	2.902	(473)
TRS	(424)	-	(424)
Total	**(3.799)**	**2.902**	**(897)**

	01/01/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(2.746)	1.785	(961)
TRS	-	1	1
Total	**(2.746)**	**1.786**	**(960)**

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBovespa, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança, no valor justo do derivativo hipotético, é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBovespa e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a Moeda Funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais:

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	31/12/2011			31/12/2010		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demostração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demostração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1	8	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(20)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	**(312)**		**1**	**(12)**		**1**

(*) Em 31 Dezembro de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R$ 167 (R$ 1 em 31/12/2010):

Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	120	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Total	**(435)**		**63**

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior;

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

As tabelas abaixo apresentam, para cada estratégia, o valor nominal, valor justo dos derivativos, o valor contábil do Objeto de Hedge e a abertura dos vencimentos dos derivativos em:

Estratégias	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Derivativos		Objeto de Hedge	Derivativos		Objeto de Hedge	Derivativos		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	19.113	(4)	19.083	9.092	(10)	9.117	-	-	-
Hedge de ações preferências resgatáveis	737	(37)	737	655	(27)	655	684	(2)	684
Hedge de CDB subordinado	87	-	118	350	-	419	350	-	382
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	6.886	31	4.131	-	-	-	-	-	-

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40% referente a impostos.

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R$ 3 em 2011.

Prazo de vencimento	Estratégias				Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	
2012	4.448	-	-	6.886	**11.334**
2013	8.652	-	-	-	**8.652**
2014	5.263	-	87	-	**5.350**
2015	-	737	-	-	**737**
2016	-	-	-	-	**-**
2017	750	-	-	-	**750**
Total	**19.113**	**737**	**87**	**6.886**	**26.823**

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	802	4	-	806	756	14	-	770	1.260	13	-	1.273
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	12.296	183	(55)	12.424	9.949	130	-	10.079	13.631	87	-	13.718
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	5.667	240	(1)	5.906	4.584	181	(45)	4.720	1.783	197	-	1.980
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**4.327**	**5**	**(15)**	**4.317**	**4.736**	**4**	**(181)**	**4.559**	**7.259**	**25**	**(43)**	**7.241**
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-	26
Estados Unidos	-	-	-	-	679	-	-	679	17	-	-	17
Áustria	-	-	-	-	-	-	-	-	212	1	-	213
México	10	1	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	1.949	-	-	1.949	2.108	-	(92)	2.016	1.995	6	(30)	1.971
Espanha	418	-	-	418	777	-	(43)	734	1.090	3	-	1.093
Coréia	295	-	-	295	262	-	(26)	236	1.748	12	(5)	1.755
Chile	992	4	(1)	995	454	1	(2)	453	1.278	3	(7)	1.274
Paraguai	358	-	(14)	344	272	2	(18)	256	417	-	-	417
Uruguai	268	-	-	268	184	1	-	185	476	-	(1)	475
Outros	37	-	-	37	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**23.174**	**1.699**	**(816)**	**24.057**	**22.865**	**1.734**	**(188)**	**24.411**	**16.006**	**1.217**	**(133)**	**17.090**
Ações Negociáveis	3.458	698	(178)	3.978	3.889	1.395	(160)	5.124	3.700	1.024	(30)	4.694
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.806	707	(499)	8.014	6.799	190	(14)	6.975	4.275	107	(88)	4.294
Certificado de Depósito Bancário	274	-	-	274	559	-	-	559	99	-	-	99
Debêntures	7.165	139	(68)	7.236	6.597	40	(3)	6.634	4.522	25	(13)	4.534
Euro Bonds e Assemelhados	3.554	152	(68)	3.638	3.745	109	(11)	3.843	1.765	61	(2)	1.824
Notas Promissórias	646	-	-	646	1.265	-	-	1.265	1.626	-	-	1.626
Outros	271	3	(3)	271	11	-	-	11	19	-	-	19
TOTAL	**46.266**	**2.131**	**(887)**	**47.510**	**42.890**	**2.063**	**(414)**	**44.539**	**39.939**	**1.539**	**(176)**	**41.302**

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2011 eram: a) R$ 2.208 (R$ 3.396 em 31/12/2010 e R$ 2.594 em 01/01/2010), b) R$ 3.880 (R$ 3.267 em 31/12/2010), c) R$ 12 (R$ 13 em 31/12/2010 e R$ 42 em 01/01/2010) e d) R$ 2.355 (R$ 2.149 em 31/12/2010 e R$ 383 em 01/01/2010), totalizando R$ 8.455 (R$ 8.825 em 31/12/2010 e R$ 3.019 em 01/01/2010).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	597	230
Perdas	(153)	(79)
Total	**444**	**151**

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	**13.239**	**13.904**	**18.424**	**19.566**	**19.982**	**21.012**
Sem vencimento	4.257	4.779	4.645	5.894	4.955	5.962
Até um ano	8.982	9.125	13.779	13.672	15.027	15.050
Não Circulante	**33.027**	**33.606**	**24.466**	**24.973**	**19.957**	**20.290**
De um a cinco anos	16.875	17.042	12.060	12.228	13.560	13.737
De cinco a dez anos	9.792	9.655	7.281	7.400	2.637	2.689
Após dez anos	6.360	6.909	5.125	5.345	3.760	3.864
Total	**46.266**	**47.510**	**42.890**	**44.539**	**39.939**	**41.302**

Durante o exercício findo em 31/12/2011, 31/12/2010 e 01/01/2010 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.812	2.764	1.942
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	196	226	238
Títulos Públicos - Outros Países	-	16	17
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	**97**	**164**	**232**
Debêntures	30	30	45
Euro Bonds e Assemelhados	65	130	182
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	4	5
Total	**3.105**	**3.170**	**2.429**

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2011 eram: a) R$189 e b) R$41 (R$ 268 em 31/12/2010 e R$ 124 em 01/01/2010), totalizando R$ 230 (R$ 268 em 31/12/2010 e R$ 124 em 01/01/2010);

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R$ 360 (R$ 456 de 01/01 a 31/12/2010).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento é divulgado na Nota 30.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	**120**	**284**	**41**
Até um ano	120	284	41
Não Circulante	**2.985**	**2.886**	**2.388**
De um a cinco anos	242	344	616
De cinco a dez anos	1.077	77	79
Após dez anos	1.666	2.465	1.693
Total	**3.105**	**3.170**	**2.429**

Durante o exercício findo em 31/12/2011, 31/12/2010 e 01/01/2010 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Pessoas Físicas	**148.127**	**124.787**	**107.032**
Cartão de Crédito	38.961	33.041	27.748
Crédito Pessoal	35.253	23.528	21.187
Veículos	60.463	60.151	52.849
Crédito Imobiliário	13.450	8.067	5.248
Grandes Empresas	**93.229**	**76.583**	**50.428**
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**85.649**	**79.950**	**75.924**
Unidades Externas América Latina	**19.259**	**13.517**	**11.029**
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**346.264**	**294.837**	**244.413**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.873)	(19.994)	(20.245)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**322.391**	**274.843**	**224.168**

Por setor do devedor	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Setor Público	1.990	1.138	1.620
Indústria e Comércio	99.859	84.997	67.902
Serviços	70.642	60.295	48.657
Setor Primário	16.109	13.933	13.299
Outros Setores	1.497	2.185	1.278
Pessoa Física	156.167	132.289	111.657
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**346.264**	**294.837**	**244.413**

Por vencimento	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Vencidas a partir de 1 dia	14.879	12.229	12.910
A vencer até 3 meses	95.449	82.609	74.467
A vencer de 3 a 12 meses	85.438	77.354	65.667
A vencer acima de um ano	150.498	122.645	91.369
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**346.264**	**294.837**	**244.413**

Por Concentração	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Principal Devedor	2.331	1.620	2.161
10 Maiores Devedores	13.613	11.313	10.521
20 Maiores Devedores	21.603	18.313	16.520
50 Maiores Devedores	35.504	31.831	28.126
100 Maiores Devedores	48.280	42.949	38.445

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R$ 1.914 e R$ 1.548 de receita de juros e rendimentos em 2011 e 2010, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 31/12/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2011	Saldo Final 31/12/2011
Pessoas Físicas	**10.619**	**(8.631)**	**11.641**	**13.629**
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46
Grandes Empresas	**1.071**	**(294)**	**(19)**	**758**
Micros/Pequenas e Médias	**8.041**	**(7.001)**	**8.157**	**9.197**
Unidades Externas e América Latina	**263**	**(233)**	**259**	**289**
Total	**19.994**	**(16.159)**	**20.038**	**23.873**

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 01/01/2010	Baixas 01/01 a 31/12/2010	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2010	Saldo Final 31/12/2010
Pessoas Físicas	**12.969**	**(9.091)**	**6.741**	**10.619**
Cartão de Crédito	4.173	(2.731)	1.864	3.306
Crédito Pessoal	4.491	(3.908)	2.909	3.492
Veículos	4.022	(2.377)	2.064	3.709
Crédito Imobiliário	283	(75)	(96)	112
Grandes Empresas	**1.244**	**(466)**	**293**	**1.071**
Micros/Pequenas e Médias	**5.646**	**(5.793)**	**8.188**	**8.041**
Unidades Externas e América Latina	**386**	**(448)**	**325**	**263**
Total	**20.245**	**(15.798)**	**15.547**	**19.994**

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Setor Público	1	16	57
Indústria e Comércio	6.266	5.658	4.258
Serviços	3.476	3.020	2.185
Setor Primário	273	318	529
Outros Setores	32	123	64
Pessoa Física	13.825	10.859	13.152
Total	**23.873**	**19.994**	**20.245**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos. (Nota 2.4.g .VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas (*)	**1.033**	**430**	**92.196**	**328**	**93.229**	**758**
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	**10.986**	**6.738**	**137.141**	**6.891**	**148.127**	**13.629**
Cartão de Crédito	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**6.770**	**4.808**	**78.879**	**4.389**	**85.649**	**9.197**
Unidades Externas América Latina	**63**	**36**	**19.196**	**253**	**19.259**	**289**
Total	**18.852**	**12.012**	**327.412**	**11.861**	**346.264**	**23.873**

	31/12/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas (*)	**884**	**394**	**75.699**	**677**	**76.583**	**1.071**
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	**8.086**	**4.839**	**116.701**	**5.780**	**124.787**	**10.619**
Cartão de Crédito	2.411	1.458	30.630	1.848	33.041	3.306
Crédito Pessoal	2.195	1.380	21.333	2.112	23.528	3.492
Veículos	3.315	1.938	56.836	1.771	60.151	3.709
Crédito Imobiliário	165	63	7.902	49	8.067	112
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**4.856**	**3.412**	**75.094**	**4.629**	**79.950**	**8.041**
Unidades Externas América Latina	**52**	**35**	**13.465**	**228**	**13.517**	**263**
Total	**13.878**	**8.680**	**280.959**	**11.314**	**294.837**	**19.994**

	01/01/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas (*)	**631**	**172**	**49.797**	**1072**	**50.428**	**1.244**
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	**8.527**	**6.873**	**98.505**	**6.096**	**107.032**	**12.969**
Cartão de Crédito	2.446	2.350	25.302	1.823	27.748	4.173
Crédito Pessoal	2.686	2.173	18.501	2.318	21.187	4.491
Veículos	3.206	2.273	49.643	1.749	52.849	4.022
Crédito Imobiliário	189	77	5.059	206	5.248	283
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**4.796**	**3.410**	**71.128**	**2.236**	**75.924**	**5.646**
Unidades Externas América Latina	**73**	**3**	**10.956**	**383**	**11.029**	**386**
Total	**14.027**	**10.458**	**230.386**	**9.787**	**244.413**	**20.245**

(*) Conforme detalhado na nota 2.4.g VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subseqüentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantís Financeiros por Vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	**Rendas a Apropriar**	**Valor Presente**
Circulante	**15.244**	**(1.172)**	**14.072**
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	**18.133**	**(5.361)**	**12.772**
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	**33.377**	**(6.533)**	**26.844**

	31/12/2010		
	Pagamentos Mínimos Futuros	**Rendas a Apropriar**	**Valor Presente**
Circulante	**19.462**	**(2.047)**	**17.415**
Até 1 ano	19.462	(2.047)	17.415
Não Circulante	**29.611**	**(8.879)**	**20.732**
Entre 1 e 5 anos	28.793	(8.693)	20.100
Acima de 5 anos	818	(186)	632
Total	**49.073**	**(10.926)**	**38.147**

	01/01/2010		
	Pagamentos Mínimos Futuros	**Rendas a Apropriar**	**Valor Presente**
Circulante	**25.155**	**(3.056)**	**22.099**
Até 1 ano	25.155	(3.056)	22.099
Não Circulante	**38.549**	**(12.531)**	**26.018**
Entre 1 e 5 anos	37.302	(12.404)	24.898
Acima de 5 anos	1.247	(127)	1.120
Total	**63.704**	**(15.587)**	**48.117**

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R$ 2.020 (R$ 2.752 em 31/12/2010 e R$ 3.010 em 01/01/2010).

NOTA 12 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

a) Composição

	% de participação em 31/12/2011		31/12/2011					31/12/2010					01/01/2010		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.681	415	2.014	144	2.094	2.494	466	1.968	161	2.782	2.212	1.886	1.941
Banco BPI S.A. (b) (c)	19,01	19,01	1.151	(1.880)	219	(343)	219	3.589	442	682	75	524	4.803	914	903
Serasa S.A. (d)	16,14	16,14	1.119	310	273	102	-	1.052	301	256	80	-	1.007	250	-
Outros (e)	-	-	-	-	38	(16)	-	-	-	42	33	-	-	130	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.544**	**(113)**	**-**	**-**	**-**	**2.948**	**349**	**-**	**-**	**3.180**	**-**

(a) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R$ 862 em 31 de dezembro de 2011, de R$ 897 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 936 em 01 de janeiro de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(b) Em 31/12/2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R$ 277;

(c) Investimento tratado por equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pelos membros da administração na gestão dos negócios;

(d) Investimento detido indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(e) Em 31/12/2011, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante);Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Total de Ativos (*)	107.783	107.250	120.798
Total de Passivos (*)	102.831	100.114	112.783
Total de Receitas (*)	8.739	8.275	-
Total de Despesas (*)	(9.894)	(7.066)	-

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R$ 103.696 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 103.472 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 117.362 em 01 de janeiro de 2010) referente a Ativos, de R$ 102.544 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 99.883 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 112.566 em 01 de janeiro de 2010) referente a Passivos, de R$ 7.081 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 6.428 em 31 de dezembro de 2010) referente a Receitas e de R$ 8.961 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 5.986 em 31 de dezembro de 2010) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o Itaú Unibanco Holding esteja significativamente exposto.

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R$ 339 (R$ 210 em 31/12/2010 e R$ 109 em 01/01/2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Circulante	**220**	**129**	**63**
Até 1 ano	220	129	63
Não Circulante	**120**	**83**	**46**
De 1 a 5 anos	120	83	46
Total de pagamento mínimos futuros	**340**	**212**	**109**
Juros futuro	1	2	-
Valor Presente	**339**	**210**	**109**

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Circulante	**882**	**823**	**-**
Até 1 ano	882	823	-
Não Circulante	**3.131**	**3.311**	**3.392**
De 1 a 5 anos	2.537	2.571	2.646
Mais de 5 anos	595	740	746
Total de Pagamento Mínimos Futuros	**4.013**	**4.134**	**3.392**

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Variação Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		**1.844**	**248**	**(96)**	**-**	**(60)**	**(11)**	**16**	**1.941**
Terrenos		**1.045**	**167**	**-**	**-**	**(20)**	**2**	**(10)**	**1.184**
Edificações		**799**	**81**	**(96)**	**-**	**(40)**	**(13)**	**26**	**757**
Custo		2.321	81	-	-	(67)	(11)	16	2.340
Depreciação Acumulada	4	(1.522)	-	(96)	-	27	(2)	10	(1.583)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		**2.957**	**1.655**	**(1.088)**	**(15)**	**(87)**	**17**	**(22)**	**3.417**
Benfeitorias		**626**	**229**	**(242)**	**-**	**(4)**	**(5)**	**34**	**638**
Custo		1.116	229	-	-	(131)	(1)	32	1.245
Depreciação Acumulada	10	(490)	-	(242)	-	127	(4)	2	(607)
Instalações de Uso		**267**	**179**	**(53)**	**-**	**(1)**	**8**	**(10)**	**390**
Custo		770	179	-	-	(18)	5	1	937
Depreciação Acumulada	10 a 20	(503)	-	(53)	-	17	3	(11)	(547)
Móveis e Equipamentos de Uso		**433**	**220**	**(63)**	**(15)**	**(21)**	**(19)**	**(47)**	**488**
Custo		863	220	-	(15)	(165)	(13)	(42)	848
Depreciação Acumulada	10 a 20	(430)	-	(63)	-	144	(6)	(5)	(360)
Sistema Processamento de Dados (3)		**1.404**	**942**	**(677)**	**-**	**(56)**	**28**	**3**	**1.644**
Custo		4.746	942	-	-	(671)	39	(68)	4.988
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.342)	-	(677)	-	615	(11)	71	(3.344)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		**227**	**85**	**(53)**	**-**	**(5)**	**5**	**(2)**	**257**
Custo		529	85	-	-	(66)	3	(3)	548
Depreciação Acumulada	10 a 20	(302)	-	(53)	-	61	2	1	(291)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		**4.801**	**1.903**	**(1.184)**	**(15)**	**(147)**	**6**	**(6)**	**5.358**
Custo		11.390	1.903	-	(15)	(1.138)	24	(74)	12.090
Depreciação Acumulada		(6.589)	-	(1.184)	-	991	(18)	68	(6.732)

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R$ 166.

(2) Inclui o valor de R$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R$ 131, sendo de Imovéis de Uso R$ 56, Benfeitorias R$ 51 e Equipamentos R$ 24.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Variação Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		**1.844**	**248**	**(96)**	**-**	**(60)**	**(11)**	**16**	**1.941**
Terrenos		**1.045**	**167**	**-**	**-**	**(20)**	**2**	**(10)**	**1.184**
Edificações		**799**	**81**	**(96)**	**-**	**(40)**	**(13)**	**26**	**757**
Custo		2.321	81	-	-	(67)	(11)	16	2.340
Depreciação Acumulada	4	(1.522)	-	(96)	-	27	(2)	10	(1.583)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		**2.957**	**1.655**	**(1.088)**	**(15)**	**(87)**	**17**	**(22)**	**3.417**
Benfeitorias		**626**	**229**	**(242)**	**-**	**(4)**	**(5)**	**34**	**638**
Custo		1.116	229	-	-	(131)	(1)	32	1.245
Depreciação Acumulada	10	(490)	-	(242)	-	127	(4)	2	(607)
Instalações de Uso		**267**	**179**	**(53)**	**-**	**(1)**	**8**	**(10)**	**390**
Custo		770	179	-	-	(18)	5	1	937
Depreciação Acumulada	10 a 20	(503)	-	(53)	-	17	3	(11)	(547)
Móveis e Equipamentos de Uso		**433**	**220**	**(63)**	**(15)**	**(21)**	**(19)**	**(47)**	**488**
Custo		863	220	-	(15)	(165)	(13)	(42)	848
Depreciação Acumulada	10 a 20	(430)	-	(63)	-	144	(6)	(5)	(360)
Sistema Processamento de Dados (3)		**1.404**	**942**	**(677)**	**-**	**(56)**	**28**	**3**	**1.644**
Custo		4.746	942	-	-	(671)	39	(68)	4.988
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.342)	-	(677)	-	615	(11)	71	(3.344)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		**227**	**85**	**(53)**	**-**	**(5)**	**5**	**(2)**	**257**
Custo		529	85	-	-	(66)	3	(3)	548
Depreciação Acumulada	10 a 20	(302)	-	(53)	-	61	2	1	(291)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		**4.801**	**1.903**	**(1.184)**	**(15)**	**(147)**	**6**	**(6)**	**5.358**
Custo		11.390	1.903	-	(15)	(1.138)	24	(74)	12.090
Depreciação Acumulada		(6.589)	-	(1.184)	-	991	(18)	68	(6.732)

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R$ 166.

(2) Inclui o valor de R$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R$ 131, sendo de Imovéis de Uso R$ 56, Benfeitorias R$ 51 e Equipamentos R$ 24.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 15 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/ Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		**1.130**	**366**	**(603)**	**(24)**	**(112)**	-	**(6)**	**751**
Custo		2.415	366	-	(24)	(1.097)	-	(12)	1.648
Amortização Acumulada	Até 9	(1.285)	-	(603)	-	985	-	6	(897)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		**1.804**	**1.606**	**(381)**	**(6)**	**(28)**	**28**	**51**	**3.074**
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros		**1.115**	**318**	**(114)**	**(6)**	**(28)**	**1**	**3**	**1.289**
Custo		1.171	318	-	(6)	(94)	1	10	1.400
Amortização Acumulada	Até 5	(56)	-	(114)	-	66	-	(7)	(111)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		**532**	**981**	**(208)**	**-**	**-**	**10**	**23**	**1.338**
Custo		1.327	981	-	-	(116)	16	(75)	2.133
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(208)	-	116	(6)	98	(795)
Outros Ativos Intangíveis		**157**	**307**	**(59)**	**-**	**-**	**17**	**25**	**447**
Custo		271	307	-	-	(7)	25	25	621
Amortização Acumulada	10 a 20	(114)	-	(59)	-	7	(8)	-	(174)
TOTAL INTANGÍVEL		**2.934**	**1.972**	**(984)**	**(30)**	**(140)**	**28**	**45**	**3.825**
Custo		5.184	1.972	-	(30)	(1.314)	42	(52)	5.802
Amortização Acumulada		(2.250)	-	(984)	-	1.174	(14)	97	(1.977)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.
(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.
(3) Nota 2.4.l.

INTANGÍVEL (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 01/01/2010	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2010
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/ Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		**1.684**	**182**	**(649)**	**(17)**	**(70)**	-	**-**	**1.130**
Custo		2.598	182	-	(17)	(348)	-	-	2.415
Amortização Acumulada	Até 9	(914)	-	(649)	-	278	-	-	(1.285)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		**1.725**	**400**	**(328)**	**(3)**	**(20)**	**(10)**	**40**	**1.804**
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros		**1.076**	**195**	**(133)**	**(3)**	**(20)**	**-**	**-**	**1.115**
Custo		1.091	195	-	(3)	(112)	-	-	1.171
Amortização Acumulada	Até 5	(15)	-	(133)	-	92	-	-	(56)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		**457**	**205**	**(165)**	**-**	**-**	**(8)**	**43**	**532**
Custo		1.173	205	-	-	(158)	(18)	125	1.327
Amortização Acumulada	20	(716)	-	(165)	-	158	10	(82)	(795)
Outros Ativos Intangíveis		**192**	**-**	**(30)**	**-**	**-**	**(2)**	**(3)**	**157**
Custo		256	-	-	-	-	17	(2)	271
Amortização Acumulada	10 a 20	(64)	-	(30)	-	-	(19)	(1)	(114)
TOTAL INTANGÍVEL		**3.409**	**582**	**(977)**	**(20)**	**(90)**	**(10)**	**40**	**2.934**
Custo		5.118	582	-	(20)	(618)	(1)	123	5.184
Amortização Acumulada		(1.709)	-	(977)	-	528	(9)	(83)	(2.250)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.
(2) Todos os Ativos Intangiveis tem vida útil definida, exceto ágios de incorporação.
(3) Nota 2.4.l.

NOTA 16 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	**130.523**	**83.181**	**213.704**	**114.017**	**63.134**	**177.151**	**97.006**	**68.829**	**165.835**
Depósitos a Prazo	61.560	82.909	144.469	53.522	62.894	116.416	45.944	68.680	114.624
Depósitos Interfinanceiros	1.793	272	2.065	1.689	240	1.929	1.843	149	1.992
Depósitos para Investimento	-	-	-	906	-	906	997	-	997
Depósito de Poupança	67.170	-	67.170	57.900	-	57.900	48.222	-	48.222
Depósitos não Remunerados	**28.932**	**-**	**28.932**	**25.537**	**-**	**25.537**	**24.881**	**-**	**24.881**
Depósitos à Vista	28.932	-	28.932	25.349	-	25.349	24.664	-	24.664
Outros Depósitos	-	-	-	188	-	188	217	-	217
Total	**159.455**	**83.181**	**242.636**	**139.554**	**63.134**	**202.688**	**121.887**	**68.829**	**190.716**

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação			
Notas Estruturadas	2.815	1.335	663
Total	**2.815**	**1.335**	**663**

O valor da variação do valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R$ 1.480 (R$ 672 em 31/12/2010).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2011 e 31/12/2010.

O saldo é composto por ações no montante de R$ 1.666 (R$ 928 em 31/12/2010) e títulos de dívida no montante de R$ 1.149 (R$ 407 em 31/12/2010). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Circulante	**1.803**	**658**	**231**
Até um ano	1.803	658	231
Não Circulante	**1.012**	**677**	**432**
De um a cinco anos	909	632	395
De cinco a dez anos	89	32	37
Após dez anos	14	13	-
Total	**2.815**	**1.335**	**663**

NOTA 18 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recurso de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	**78.408**	**107.005**	**185.413**	**122.445**	**77.212**	**199.657**	**88.420**	**43.525**	**131.945**
Interbancário	**47.265**	**43.233**	**90.498**	**32.551**	**30.048**	**62.599**	**22.641**	**22.034**	**44.675**
Letras Hipotecárias	37	207	244	48	254	302	144	368	512
Letras de Crédito Imobiliário	14.470	1.281	15.751	8.259	477	8.736	5.711	158	5.869
Letras de Crédito do Agronegócio	1.422	1.862	3.284	2.660	114	2.774	2.383	61	2.444
Letras Financeiras	2.544	11.764	14.308	-	2.466	2.466	-	-	-
Financiamento à Importação e à Exportação	17.755	3.697	21.452	11.815	3.640	15.455	8.434	3.794	12.228
Repasses no país	11.037	24.422	35.459	9.769	21.920	31.689	5.969	16.387	22.356
Outros	**-**	**-**	**-**	-	1.177	1.177	-	1.266	1.266

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	50% CDI a 16,68%	0,37% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,20% a 105,25% CDI	0,86% a 11,75%
Repasses no País	0,50% a 10,50% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 50% CDI a 16,68%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada	10.719	28.996	39.715	979	33.508	34.487	42	22.684	22.726
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.039	-	1.039	293	1.091	1.384	237	2.527	2.764
Obrigações por TVM no Exterior	8.143	5.910	14.053	2.659	5.983	8.642	1.716	3.324	5.040
Total	**19.901**	**34.906**	**54.807**	**3.931**	**40.582**	**44.513**	**1.995**	**28.535**	**30.530**

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por Emissão de Debêntures	CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,40% a 9,50%	1,52% a 11,00%

NOTA 19 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	**28.952**	**11.302**	**40.254**	**30.720**	**10.225**	**40.945**	**17.160**	**9.771**	**26.931**
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	18.317	-	18.317	18.061	-	18.061	9.520	-	9.520
Operações de Seguros e Resseguros	3.590	-	3.590	3.093	-	3.093	2.638	-	2.638
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	2.211	10.632	12.843	2.397	9.508	11.905	1.444	9.153	10.597
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	601	-	601	1.876	-	1.876	411	-	411
Negociação e Intermediação de Valores	1.734	-	1.734	3.290	-	3.290	1.059	-	1.059
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31c)	626	-	626	763	140	903	805	78	883
Serviços Prestados a Receber	1.260	-	1.260	1.140	-	1.140	943	-	943
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	670	670	-	577	577	11	522	533
Carteira de Câmbio	268	-	268	-	-	-	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	345	-	345	100	-	100	329	18	347
Não Financeiros	**5.872**	**1.485**	**7.357**	**4.653**	**984**	**5.637**	**4.221**	**1.541**	**5.762**
Despesas Antecipadas	2.335	1.485	3.820	1.340	984	2.324	1.125	1.541	2.666
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28b e c)	1.785	-	1.785	1.536	-	1.536	1.534	-	1.534
Diversos no País	897	-	897	1.087	-	1.087	581	-	581
Diversos no Exterior	113	-	113	88	-	88	187	-	187
Outros	742	-	742	602	-	602	794	-	794

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	**43.999**	**120**	**44.119**	**40.881**	**131**	**41.012**	**26.764**	**60**	**26.825**
Operações com Cartões de Crédito	41.195	-	41.195	37.282	23	37.305	25.337	-	25.337
Carteira de Câmbio	-	-	-	320	-	320	154	-	154
Negociação e Intermediação de Valores	2.504	-	2.504	3.099	-	3.099	1.135	-	1.135
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 13a)	219	120	339	128	82	210	82	27	109
Recursos de Consorciados	81	-	81	52	26	78	56	33	90
Não Financeiros	**17.939**	**686**	**18.625**	**15.771**	**250**	**16.021**	**14.987**	**340**	**15.327**
Cobrança e Arrecadação de Tibutos e Assemelhados	868	-	868	694	-	694	468	-	468
Credores Diversos no País	1.228	-	1.228	848	-	848	814	-	814
Recursos em Trânsito de Terceiros	6.092	-	6.092	5.126	-	5.126	3.805	-	3.805
Provisão para Pagamentos Diversos	1.574	570	2.144	2.080	226	2.306	2.006	273	2.279
Sociais e Estatutárias	2.891	85	2.976	3.132	24	3.156	4.229	-	4.229
Relativas a Operações de Seguros	914	-	914	753	-	753	1.029	-	1.029
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.507	-	1.507	735	-	735	415	-	415
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28b e d)	343	31	374	228	-	228	169	67	236
Provisão de Pessoal	1.113	-	1.113	1.040	-	1.040	892	-	892
Provisão para Seguro Saúde	623	-	623	606	-	606	596	-	596
Rendas Antecipadas	570	-	570	311	-	311	284	-	284
Outros	216	-	216	218	-	218	280	-	280

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em AGE de 25/04/2011, homologada pelo BACEN em 22/08/2011, foi deliberado o grupamento na proporção 100 para 1 e simultaneamente o seu desdobramento na proporção 1 para 100 das ações representativas do capital social do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Para viabilizar a implementação da referida operação foi necessário o cancelamento de 75 ações ordinárias e 44 ações preferenciais, todas escriturais, de emissão própria e existentes em tesouraria, sem redução do capital social.

O capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R$ 45.000 (R$ 45.000 em 31/12/2010), sendo R$ 31.552 (R$ 31.547 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no Brasil e R$ 13.448 (R$ 13.453 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/12/2011			
	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	**2.289.286.475**	**2.281.649.744**	**4.570.936.219**	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	**2.289.286.400**	**2.281.649.700**	**4.570.936.100**	
Residentes no País em 31/12/2011	2.283.888.835	921.023.218	3.204.912.053	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.397.565	1.360.626.482	1.366.024.047	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	**2.202**	**26.566.015**	**26.568.217**	**(628)**
Aquisições de Ações	-	40.970.900	40.970.900	(1.303)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações - Simples e Plano de Sócios	-	(5.977.962)	(5.977.962)	117
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	(27)	(4.264.938)	(4.264.965)	151
(-) Cancelamento de Ações - AGE 25/04/2011	(75)	(44)	(119)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	**2.100**	**57.293.971**	**57.296.071**	**(1.663)**
Em Circulação em 31/12/2011	**2.289.284.300**	**2.224.355.729**	**4.513.640.029**	
Em Circulação em 31/12/2010	**2.289.284.273**	**2.255.083.729**	**4.544.368.002**	

	31/12/2010			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 01/01/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 01/01/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2010	**2.289.286.475**	**2.281.649.744**	**4.570.936.219**	
Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	**2.202**	**43.588.307**	**43.590.509**	**(1.031)**
Exercidas - Outorga de Opções de Ações - Simples e Plano de Sócios	-	(13.379.117)	(13.379.117)	317
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(3.643.175)	(3.643.175)	86
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	**2.202**	**26.566.015**	**26.568.217**	**(628)**
Em Circulação em 31/12/2010	**2.289.284.273**	**2.255.083.729**	**4.544.368.002**	
Em Circulação em 01/01/2010	**2.289.284.273**	**2.238.061.437**	**4.527.345.710**	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo, são discriminados os custos das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2011	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,20
Médio ponderado	-	31,79
Máximo	-	37,40
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	29,03
Valor de Mercado em 31/12/2011	27,01	33,99

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2010	
	Ordinárias	Preferenciais
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	23,66
Valor de Mercado em 31/12/2010	31,00	39,79

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,012 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 24/04/2009.

Adicionalmente, foram declarados após 31/12/2011 juros sobre capital próprio, segregado no patrimônio líquido em reservas especiais de lucros no montante de R$ 1.847 – R$ 0,4092 por ação, que líquido do imposto de renda na fonte totaliza R$ 1.570 (R$ 1.308 – R$ 0,2879 por ação, que líquido do imposto de renda na fonte totaliza R$ 1.112 em 31/12/2010).

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2011		
	Bruto	**IRF**	**Líquido**
Pagos/Antecipados	**1.820**	**(183)**	**1.637**
Dividendos - 11 parcelas mensais de R$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2011	598	-	598
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,2706 por ação, pago em 22/08/2011	1.222	(183)	1.039
Declarados até 31/12/2011 (Registrados em Outros Passivos**)**	**1.387**	**(200)**	**1.187**
Dividendos - 1 parcela mensal de R$ 0,012 por ação, paga em 02/01/2012	54	-	54
Juros sobre Capital Próprio - R$ 0,2880 por ação, creditados em 29/12/2011 a serem pagos até 30/04/2012	1.300	(195)	1.105
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,0072 por ação a serem pagos até 30/04/2012	33	(5)	28
Declarados após 31/12/2011 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros**)**	**1.847**	**(277)**	**1.570**
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,4092 por ação a serem pagos até 30/04/2012	1.847	(277)	1.570
Total de 01/01 a 31/12/2011 - R$ 0,9727 líquido por ação	**5.054**	**(660)**	**4.394**

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2010		
	Bruto	**IRF**	**Líquido**
Pagos/Antecipados	**1.716**	**(168)**	**1.548**
Dividendos - 11 parcelas mensais de R$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2010	598	-	598
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,2465 por ação, pago em 20/08/2010	1.118	(168)	950
Declarados até 31/12/2010 (Registrados em Outros Passivos**)**	**1.460**	**(210)**	**1.250**
Dividendos - 1 parcela mensal de R$ 0,012 por ação, paga em 02/01/2011	55	-	55
Juros sobre Capital Próprio - R$ 0,2150 por ação, creditados em 30/12/2010 a serem pagos até 30/04/2011	977	(147)	830
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,0943 por ação a serem pagos até 30/04/2011	428	(63)	365
Declarados após 31/12/2010 (Registrados em Reservas de Lucros**)**	**1.308**	**(196)**	**1.112**
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,2879 por ação a serem pagos até 30/04/2011	1.308	(196)	1.112
Total de 01/01 a 31/12/2010 - R$ 0,8605 líquido por ação	**4.484**	**(574)**	**3.910**

c) Capital Adicional Integralizado

O capital adicional integralizado corresponde: (i) á diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
RESERVAS DE CAPITAL (1)	**285**	**285**	**285**
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
RESERVAS DE LUCROS	**23.994**	**16.619**	**6.516**
Legal (2)	3.848	3.254	2.740
Estatutárias	18.299	13.365	3.418
Equalização de Dividendos (3)	3.751	3.403	1.062
Reforço do Capital de Giro (4)	5.257	3.963	1.414
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	9.291	5.999	942
Especiais de Lucros (6)	1.847	-	-
Lucros a Realizar (7)	-	-	358
Total das Reservas na Controladora	**24.279**	**16.904**	**6.801**

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2011.

(7) Refere-se à parte excedente do dividendo mínimo obrigatório em relação à parcela realizada.

e) Reservas à Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 21 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o "período de carência" para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco dispunham, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações ("Instrumentos Baseados em Ações"). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 31/12/2011 - R$ 37,00 por ação (R$ 39,90 por ação em 31/12/2010).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R$ 48 em 2011 (R$ 62 em 2010).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga		Carência	Prazo Final para	Preço de Exercício	Opções Exercidas		Quantidade de Ações				
					Preço de Exercício	Valor de Mercado	Saldo Anterior				Saldo a Exercer
Nº	Data	até	Exercício	Atualizado (R$1)	Médio Ponderado	Médio Ponderado	31/12/2010	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	em 31/12/2011
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,46	13,23	35,17	712.942	-	712.942	-	-
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	2.877.600	-	1.912.825	27.500	937.275
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,94	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,49	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,77	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,18	27,30	36,42	8.025.250	-	1.110.385	60.500	6.854.365
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,18	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,05	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	36,80	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	45,79	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,21	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,34	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	306.625	7.732.975
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	45.954	-	-	-	45.954
Total de Opções a Exercer					**21,84**	**35,62**	**21.572.589**	**-**	**4.365.426**	**500.044**	**16.707.119**
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	36,80	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,02	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	10.846.487	-	-	1.580.421	9.266.066
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	26,97	33,88	15.067.330	-	804.770	147.620	14.114.940
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	1.206.340	-	-	42.421	1.163.919
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,93	-	-	-	9.863.110	-	93.678	9.769.432
Total de Opções em Aberto					**26,97**	**33,88**	**33.544.865**	**9.863.110**	**804.770**	**1.938.526**	**40.664.679**
Total de Opções Simples					**22,64**	**35,35**	**55.117.454**	**9.863.110**	**5.170.196**	**2.438.570**	**57.371.798**
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,83	490.624	-	431.185	12.729	46.710
Total de Opções a Exercer					**-**	**37,22**	**907.111**	**-**	**807.766**	**12.729**	**86.616**
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.284	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	449.442
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	78.578	1.862.409
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	26.957	1.558.584
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014					-	509	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	706.397
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	37.953	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	82.433	1.858.518
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	28.282	1.557.215
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	706.338
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	-	508	-	-	508
Total de Opções em Aberto					**-**	**-**	**8.298.684**	**4.584.790**	**-**	**496.775**	**12.386.699**
Total Opções dos Sócios					**-**	**37,22**	**9.205.795**	**4.584.790**	**807.766**	**509.504**	**12.473.315**
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					**22,84**	**32,92**	**64.323.249**	**14.447.900**	**5.977.962**	**2.948.074**	**69.845.113**

(*) Refere - se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga		Carência	Prazo Final para	Preço de Exercício	Opções Exercidas		Quantidade de Ações				
					Preço de Exercício	Valor de Mercado	Saldo Anterior				Saldo a Exercer
Nº	Data	até	Exercício	Atualizado (R$1)	Médio Ponderado	Médio Ponderado	01/01/2010	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	em 31/12/2010
Opções Simples											
09ª	10/03/2003	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	570.500	-	570.500	-	-
09ª	02/05/2005	31/12/2007	31/12/2010	-	7,85	38,55	6.187	-	6.187	-	-
16ª	02/09/2003	02/09/2008	25/02/2010	-	7,77	36,03	38.263	-	38.263	-	-
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	12,70	12,15	39,34	1.886.792	-	1.173.850	-	712.942
24ª	19/07/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	12,58	39,59	29.516	-	29.516	-	-
25ª	04/08/2004	13/01/2009	05/05/2010	-	6,76	39,65	329.506	-	329.506	-	-
27ª	01/02/2005	01/02/2009	05/05/2010	-	15,76	36,97	206.342	-	206.342	-	-
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,38	-	-	12.650	-	-	-	12.650
30ª	04/07/2006	04/07/2009	03/07/2010	-	26,73	32,50	52.710	-	52.710	-	-
33ª	30/08/2006	30/08/2009	29/08/2010	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2009	18/09/2010	-	20,14	38,33	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	16,69	39,49	7.082.200	-	4.204.600	-	2.877.600
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	27.500	-	-	-	27.500
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	17,88	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,38	15,76	36,97	1.068.901	-	999.802	52.710	16.389
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	27,42	-	-	52.710	-	-	-	52.710
33ª	30/08/2006	30/08/2010	29/08/2011	-	29,62	38,45	21.084	-	21.084	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	20,78	20,14	38,33	25.300	-	12.650	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	26,60	25,68	39,83	9.579.384	-	1.554.134	-	8.025.250
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	26,60	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	30,25	-	-	874.167	-	-	-	874.167
Total de Opções a Exercer					**16,67**	**39,08**	**22.030.089**	**-**	**9.232.878**	**52.710**	**12.744.501**
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	34,56	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	42,99	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	27,42	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	30,37	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	31,99	38,98	10.220.925	-	1.660.200	13.750	8.546.975
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	33,87	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	34,60	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	34,56	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	34,94	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	38,12	41,31	11.485.485	-	612.599	26.399	10.846.487
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	39,05	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	42,99	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	24,80	40,27	16.829.780	-	1.533.100	229.350	15.067.330
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	25,54	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	6.258.877	-	132.268	6.126.609
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	41,48	-	-	-	1.290.289	-	83.949	1.206.340
Total de Opções no Período de Carência					**30,08**	**39,87**	**39.115.402**	**7.549.166**	**3.805.899**	**485.716**	**42.372.953**
Total de Opções Simples							**61.145.491**	**7.549.166**	**13.038.777**	**538.426**	**55.117.454**
Preção Médio Ponderado - Opções Simples					**20,59**	**39,31**	**25,46**	**41,48**		**31,92**	**31,38**
Opções Bonificadas											
01ª	03/09/2007	03/09/2010	-	-	-	37,85	342.502	-	340.340	2.162	-
03ª	29/02/2008	03/09/2010	-	-	-	-	33.474	-	-	33.474	-
Total de Opções a Exercer						**37,85**	**375.976**	**-**	**340.340**	**35.636**	**-**
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	423.212	-	-	6.725	416.487
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	502.189	-	-	11.565	490.624
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	769.830	-	-	29.468	740.362
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	342.479	-	-	13.298	329.181
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	423.190	-	-	7.260	415.930
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	384.961	-	8.045	376.916
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	359.991	-	-	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	-	17.717	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	502.164	-	-	12.038	490.126
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	-	1.940.987	-	-	1.940.987
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	769.807	-	-	30.199	739.608
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	384.920	-	8.044	376.876
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	359.962	-	-	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	-	17.712	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	-	1.940.951	-	-	1.940.951
Total de Opções em Aberto					**-**	**-**	**3.925.236**	**5.407.201**	**-**	**126.642**	**9.205.795**
Total Opções Bonificadas					**-**	**37,85**	**4.301.212**	**5.407.201**	**340.340**	**162.278**	**9.205.795**
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/BONIFICADAS					**20,59**	**39,28**	**65.446.703**	**12.956.367**	**13.379.117**	**700.704**	**64.323.249**

(*) Refere - se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo Anterior 31/12/2010	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/12/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	110.598	4.382	-
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	4.381	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	4.381	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	10.221	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	3.972	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	424.172	-	-
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			**1.659.958**	**1.332.090**	**548.963**	**13.144**	**2.429.941**

Nº	Período de Carência		Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/12/2010
1ª	17/08/2010	16/08/2011	123.231	-	8.251	114.980
1ª	17/08/2010	16/08/2012	123.220	-	8.251	114.969
1ª	17/08/2010	16/08/2013	123.209	-	8.251	114.958
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	10.221
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	3.972
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	424.172
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	424.154
Total			**1.684.711**	-	**24.753**	**1.659.958**

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as opções simples e Black&Scholes para as opções dos sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Simples								
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	5,80%	30,53%
Opções dos Sócios (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	37,00	31,83	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	26,65	24,39	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	26,65	22,98	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	32,62	30,04	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	32,62	28,30	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R$ 163 (R$ 131 de 01/01 a 31/12/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	353	406
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(268)	(403)
Efeito na Venda (*)	85	3

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

NOTA 22 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Depósitos Compulsórios no Banco Central	9.182	4.025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	890	824
Aplicações em Mercado Aberto	9.961	9.940
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	14.676	8.028
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.888	2.997
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	360	456
Operações de Crédito	58.492	50.693
Outros Ativos Financeiros	903	855
Total	**97.352**	**77.818**

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Despesas de Operações Compromissadas	(22.133)	(15.774)
Depósitos	(14.757)	(12.245)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(5.239)	(4.038)
Recursos de Mercados Interbancários	(5.536)	(2.100)
Recursos de Mercados Institucionais	(7.934)	(2.683)
Total	**(55.599)**	**(36.840)**

c) Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação incluindo a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil	787	2.712
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	20	(1)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	444	151
Total	**1.251**	**2.862**

NOTA 23 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Serviços de Contas Correntes	5.445	4.275
Taxas de Administração	2.745	2.570
Comissões de Cobrança	1.047	1.076
Comissões de Cartões de Crédito	7.446	6.408
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.393	1.422
Comissão de Corretagem	361	471
Outros	973	870
Total	**19.410**	**17.092**

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	271	280
Recuperação de Despesas	184	214
Reversão de Provisões	366	338
Outros	337	578
Total	**1.158**	**1.410**

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Despesas de Pessoal	**(13.373)**	**(13.006)**
Remuneração	(5.910)	(5.585)
Encargos	(2.036)	(1.978)
Benefícios Sociais	(1.479)	(1.442)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria (Nota 28)	82	(129)
Benefício Definido	(192)	(1.170)
Contribuição Definida	274	1.041
Plano de Opções de Ações	(163)	(131)
Treinamento	(259)	(233)
Participações de Empregado nos Lucros	(2.316)	(2.285)
Desligamentos	(398)	(343)
Provisão Trabalhista (Nota 31)	(894)	(880)
Despesas Administrativas	**(12.490)**	**(12.351)**
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.450)	(3.271)
Serviços de Terceiros	(3.014)	(2.734)
Instalações	(1.135)	(1.281)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(981)	(1.235)
Despesas de Aluguéis	(916)	(861)
Transportes	(583)	(596)
Materiais	(460)	(456)
Despesas com Serviços Financeiros	(438)	(443)
Segurança	(482)	(451)
Concessionárias de Serviços Públicos	(295)	(283)
Despesas de Viagem	(189)	(168)
Outros	(547)	(572)
Depreciação	**(1.184)**	**(1.166)**
Amortização	**(984)**	**(977)**
Despesas de Comercialização de Seguros	**(1.268)**	**(1.330)**
Outras Despesas	**(6.375)**	**(5.802)**
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(1.796)	(1.697)
Reembolso relativo à Aquisições	(148)	(116)
Perdas com fraudes com Terceiros	(753)	(558)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(139)	(226)
Provisões Cíveis (Nota 31)	(1.616)	(1.327)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(1.038)	(1.170)
Ressarcimento de custos interbancários	(195)	(186)
Redução a valor Recuperável (Notas 14 e 15)	(45)	(20)
Outros	(645)	(502)
Total	**(35.674)**	**(34.632)**

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um tributo sobre o lucro adicional ao imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**18.251**	**18.030**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(7.300)	(7.212)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	**3.659**	**1.676**
Resultado de Participação sobre o Lucro abrangente de Empresas não Consolidadas, líquido	45	113
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	916	(255)
Juros sobre o Capital Próprio	1.662	1.496
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa	269	289
Outras (*)	767	33
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.641)**	**(5.536)**

(*) Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletido no Resultado	**25.788**	**(10.948)**	**13.626**	**28.466**
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2.998	(1.330)	2.520	4.188
Créditos de Liquidação Duvidosa	10.423	(4.318)	6.784	12.889
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	22	(39)	319	302
Ágio na Aquisição do Investimento	5.905	(2.896)	1.252	4.261
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.313	(39)	143	1.417
Provisões para Passivos Contingentes	2.418	(1.024)	1.372	2.766
Ações Cíveis	1.038	(349)	496	1.185
Ações Trabalhistas	884	(608)	708	984
Fiscais e Previdenciárias	462	(53)	168	577
Outros	34	(14)	-	20
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	47	(45)	9	11
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	242	-	7	249
Outros	2.420	(1.257)	1.220	2.383
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**132**	**(66)**	**278**	**344**
Total (*)	**25.920**	**(11.014)**	**13.904**	**28.810**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 22.745 e R$ 4.319.

	01/01/2010	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	**26.711**	**(9.330)**	**8.407**	**25.788**
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	3.204	(418)	212	2.998
Créditos de Liquidação Duvidosa	9.264	(4.132)	5.291	10.423
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	208	(217)	31	22
Ágio na Aquisição do Investimento	7.704	(1.870)	71	5.905
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.868	(632)	77	1.313
Provisões para Passivos Contingentes	2.321	(958)	1.055	2.418
Ações Cíveis	897	(639)	780	1.038
Ações Trabalhistas	843	(119)	160	884
Fiscais e Previdenciárias	477	(130)	115	462
Outros	104	(70)	-	34
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	12	-	35	47
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	238	-	4	242
Outros	1.892	(1.103)	1.631	2.420
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**83**	**(46)**	**95**	**132**
Total (*)	**26.794**	**(9.376)**	**8.502**	**25.920**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 20.169 e R$ 5.365.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletido no Resultado	**10.395**	**(2.919)**	**2.409**	**9.885**
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	8.295	(2.365)	1.630	7.560
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	34	-	44	78
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	43	(3)	43	83
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	264	(264)	175	175
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	701	(157)	262	806
Planos de Pensão	543	-	51	594
Outros	515	(130)	204	589
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	**721**	**(474)**	**252**	**499**
Total (*)	**11.116**	**(3.393)**	**2.661**	**10.384**

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 22.745 e R$ 4.319.

	01/01/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2010
Refletido no Resultado	**9.458**	**(2.437)**	**3.374**	**10.395**
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.568	(2.075)	2.802	8.295
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	27	-	7	34
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	36	(7)	14	43
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	131	(131)	264	264
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	585	(109)	225	701
Planos de Pensão	564	(21)	-	543
Outros	547	(94)	62	515
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	**519**	**(9)**	**211**	**721**
Total (*)	**9.977**	**(2.446)**	**3.585**	**11.116**

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 20.169 e R$ 5.365 em 31/12/2010.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2012	8.567	1.058	9.625	(2.695)	6.930
2013	5.235	1.230	6.465	(2.927)	3.538
2014	3.418	1.136	4.554	(2.083)	2.471
2015	2.478	698	3.176	(978)	2.198
2016	1.738	46	1.784	(614)	1.170
Acima de 2016	3.186	20	3.206	(1.087)	2.119
Total	**24.622**	**4.188**	**28.810**	**(10.384)**	**18.426**
Valor Presente (*)	21.523	3.764	25.287	(9.127)	16.160

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	**01/01 a 31/12/2011**	**01/01 a 31/12/2010**
Lucro Líquido	**13.837**	**11.708**
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo nossos estatutos	(49)	(49)
Subtotal	**13.788**	**11.659**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)
Subtotal	**13.738**	**11.609**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	6.944	5.859
Aos Detentores de Ações Preferenciais	6.794	5.750
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**6.994**	**5.909**
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**6.843**	**5.799**
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.289.284.275	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.240.026.557	2.246.784.818
Lucro por Ação - Básico - R$		
Ações Ordinárias	3,06	2,58
Ações Preferenciais	3,06	2,58

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	**01/01 a 31/12/2011**	**01/01 a 31/12/2010**
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**6.843**	**5.799**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	17	17
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	**6.860**	**5.816**
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**6.994**	**5.909**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(17)	(17)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	**6.977**	**5.892**
Media Ponderada Ajustada de Ações		
Ações Ordinárias	2.289.284.275	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.251.061.836	2.260.240.831
Ações Preferenciais	2.240.026.557	2.246.784.818
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo nosso Plano de Outorga de Opções de Ações	11.035.279	13.456.013
Lucro por Ação Diluído - R$		
Ações Ordinárias	3,05	2,57
Ações Preferenciais	3,05	2,57

O efeitos potencialmente antidilutivos das ações de nosso plano de opções de ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 11.846.655 ações preferenciais em 31/12/2011 e 3.549.386 ações preferenciais em 31/12/2010.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do IAS 19, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os funcionários contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3) (5)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável.

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes desse plano, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

5)O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal, e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32% a.a.	12,32% a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (2)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (3)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(2) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual resultou em média 2,4 % a.a. na experiência 2008/2010.

(3) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Posição			% Alocação			
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	Meta 2012
Títulos de Renda Fixa	10.341	9.818	12.909	87,85%	87,43%	87,12%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.051	1.005	1.533	8,93%	8,95%	10,35%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	11	13	0,11%	0,10%	0,09%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	4	4	0,00%	0,04%	0,03%	0% a 3%
Imóveis	344	368	335	2,92%	3,28%	2,25%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	23	0,19%	0,20%	0,16%	0% a 5%
Total	**11.773**	**11.229**	**14.817**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	

Os Ativos do Plano de Benefício Definido incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta com um valor justo de R$ 531 (R$ 542 em 31/12/2010) e (R$ 1.077 em 01/01/2010), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 298 (R$ 309 em 31/12/2010) e (R$ 301 em 01/01/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.773	11.229	14.817
2- Passivos Atuariais	(10.413)	(9.871)	(11.233)
3- Superveniência (1-2)	**1.360**	**1.358**	**3.584**
4- Restrição do Ativo (*)	(1.263)	(1.114)	(2.212)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	97	244	1.372
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 19a)	342	367	1.508
Valor Reconhecido no Passivo	(245)	(123)	(136)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquidos dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Ativo Liquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Liquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Liquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Exercício	**11.229**	**(9.871)**	**1.358**	**14.817**	**(11.233)**	**3.584**	**12.493**	**(11.264)**	**1.229**
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)	-	880	880
Inclusão do Plano Redecard	-	-	-	-	-	-	60	(53)	7
Inclusão do Plano BD Itaú	-	-	-	-	-	-	131	(123)	8
Inclusão do Plano CD Itaú	12	(13)	(1)						
Efeitos Cisão Parcial Redercard (2)	(44)	42	(2)						
Rendimentos Esperados dos Ativos(4)	1.342	-	1.342	1.342	-	1.342	1.539	-	1.539
Custo Serviço Corrente	-	(91)	(91)	-	(87)	(87)	-	(237)	(237)
Custo dos Juros	-	(930)	(930)	-	(943)	(943)	-	(1.140)	(1.140)
Benefícios Pagos	(601)	601	-	(568)	568	-	(541)	541	-
Contribuições Patrocinadora	42	-	42	42	-	42	34	-	34
Contribuições Participantes	9	-	9	40	-	40	34	-	34
Ganho/(Perda) Atuarial (3) (4)	(216)	(151)	(367)	703	(886)	(183)	1.067	162	1.229
Valor Presente Final do Exercício	**11.773**	**(10.413)**	**1.360**	**11.229**	**(9.871)**	**1.358**	**14.817**	**(11.234)**	**3.583**

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaubanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaubanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaubanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaubanco CD.

(2) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido , para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(3) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Liquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo da taxa de retorno esperado nos ativos.

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R$1.126 (R$ 2.045 em 31/12/2010) e (R$ 2.606 em 01/01/2010).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ativo Líquidos dos Planos	11.773	11.229	14.817	12.493	12.583
Passivos Atuariais	(10.413)	(9.871)	(11.234)	(11.264)	(9.441)
Superveniência	**1.360**	**1.358**	**3.583**	**1.229**	**3.142**
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(216)	703	1.067	(979)	1.060
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	(151)	(886)	162	(823)	(186)

Os números relativos aos anos 2007 a 2009, determinados com base nas normas brasileiras equivalentes ao IAS 19, são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	31/12/2011	31/12/2010
Custo do Serviço Corrente	(91)	(87)
Custo de Juros	(930)	(943)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.342	1.342
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeitos Cisão Parcial Redecard	(1)	
Efeito na restrição do Ativo	(154)	1.098
Ganho/(Perda) no Exercício	(367)	(183)
Contribuições de Participantes	9	40
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício	**(192)**	**(1.170)**

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R$ 42 (R$ 42 de 01/01 a 31/12/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R$ 39.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	646
2013	673
2014	697
2015	721
2016	746
2017 a 2021	4.119

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido no ativo é de R$ 1.443 (R$ 1.169 de 01/01 a 31/12/2010) (Nota 19a).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição Definida inclui os seguintes componentes para:

	31/12/2011	31/12/2010
Efeito cisão parcial do PAC	**-**	1.477
Aportes/Contribuições	(144)	(111)
Ganho/Perda Atuarial	150	256
Efeito na Restrição do Ativo	268	(581)
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Exercício	**274**	**1.041**

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No exercício as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R$ 193 (R$ 153 em 31/12/2010), sendo R$ 144 (R$ 111 em 31/12/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
No Início do Exercício	(105)	(100)
Custo de Juros	(10)	(10)
Benefícios Pagos	6	5
Perda Atuarial	(11)	-
No Final do Exercício	**(120)**	**(105)**

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e as perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	6
2013	7
2014	7
2015	8
2016	8
2017 a 2021	50

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 28b l), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêem e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.

- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	86,4	87,0	1,5	1,4
Vida em Grupo	39,0	41,5	11,5	12,8
Acidentes Pessoais Individual	29,0	28,8	12,3	17,6
Responsabilidade Civil Geral	33,9	42,7	9,2	13,3
Prestamista	21,8	25,8	25,2	29,4
Extensão de Garantia - Patrimonial	19,5	21,1	65,4	68,5
Acidentes Pessoais Coletivo	6,3	7,8	45,3	43,9
Riscos de Petróleo	6,2	3,2	3,2	1,8
Riscos Diversos	5,3	16,2	59,4	50,0

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.

- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
VGBL	10.010	7.036	-	-	10.010	7.036
PGBL	1.424	1.247	(1)	-	1.423	1.247
Extensão de Garantia - Patrimonial	1.365	1.158	-	-	1.365	1.158
Vida em Grupo	1.165	1.150	(24)	(17)	1.141	1.133
Acidentes Pessoais Coletivo	661	625	(1)	-	660	625
Riscos Nomeados e Operacionais	480	360	(384)	(209)	96	151
Prestamista	461	424	-	(1)	461	423
Tradicional	369	391	-	-	369	391
DPVAT	308	284	-	-	308	284
Riscos de Petróleo	257	61	(220)	(43)	37	18
Riscos Diversos	207	238	(36)	(34)	171	204
Responsabilidade Civil Geral	80	87	(27)	(38)	53	49
Riscos de Engenharia	72	88	(64)	(74)	8	14
Aeronáuticos	49	56	(49)	(47)	-	9
Demais Ramos	1.271	1.034	(204)	(139)	1.067	895
	18.179	**14.239**	**(1.010)**	**(602)**	**17.169**	**13.637**

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;

- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;

- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;

- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

- **Outras Provisões** - Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;

- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada atuariamente a insuficiência de prêmios ou contribuições.

- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;

- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;

- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;

- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

	31/12/2011				31/12/2010			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	**5.527**	**18.296**	**33.041**	**56.864**	**4.758**	**16.053**	**27.135**	**47.946**
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	16.681	1.706	9.936	28.323	11.861	1.621	6.975	20.457
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(15.694)	-	-	(15.694)	(11.709)	-	-	(11.709)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)	(1.556)	(118)	(53)	(1.727)
(+) Sinistros Avisados	2.020	-	-	2.020	2.029	-	-	2.029
(-) Resgates	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)	-	(907)	(3.240)	(4.147)
(+/-) Portabilidades líquidas	(115)	152	(14)	23	-	139	(180)	(41)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	1.658	3.362	5.021	-	1.512	2.352	3.864
(+/-) Outras (constituição/reversão)	849	101	(172)	778	144	(4)	52	192
Provisão de Seguros e Previdência Privada	**7.609**	**20.893**	**42.402**	**70.904**	**5.527**	**18.296**	**33.041**	**56.864**

	SEGUROS			PREVIDÊNCIA			TOTAL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	17	30	33	61.953	50.070	42.106	61.970	50.100	42.139
Prêmios não Ganhos	3.026	1.354	1.224	-	-	-	3.026	1.354	1.224
Sinistros a Liquidar (*)	2.297	2.163	1.810	-	-	-	2.297	2.163	1.810
IBNR (*)	712	587	568	10	9	13	722	596	581
Insuficiência de Prêmios	313	273	245	-	-	103	313	273	348
Insuficiência de Contribuição	-	-	-	692	602	390	692	602	390
Excedente Financeiro	2	2	2	475	458	452	477	460	454
Outras (Nota 29c l)	1.242	1.118	876	165	198	124	1.407	1.316	1.000
TOTAL	**7.609**	**5.527**	**4.758**	**63.295**	**51.337**	**43.188**	**70.904**	**56.864**	**47.946**

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR estão demonstrados na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.
Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.
Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	Seguro
Saldo em 01/01/2011	**1.649**
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	**2.064**
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569

Saldo em 01/01/2010	**1.650**
Constituições	36
Amortizações	(37)
Saldo em 31/12/2010	**1.649**
Saldo a amortizar até 12 meses	1.339
Saldo a amortizar após 12 meses	310

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na nota 29l.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estavam composta da seguinte forma, no fechamento anual de 31/12/2011:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	**31/12/2011**
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.574
Operações DPVAT	282
Retrocessão e Outras Estimativas	163
Total da Provisão (*)	**3.019**

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR, demonstrados na nota 29c III.

Data de Ocorrência	**31/12/2005**	**31/12/2006**	**31/12/2007**	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**Total**
No final do ano de divulgação	1.030	1.906	2.137	1.768	1.530	1.890	1.771	
1 ano depois	1.030	1.963	2.140	1.787	1.590	2.031	-	
2 anos depois	1.037	2.036	2.206	1.778	1.606	-	-	
3 anos depois	1.046	2.059	2.212	1.739	-	-	-	
4 anos depois	1.056	2.052	2.201	-	-	-	-	
5 anos depois	1.056	2.036	-	-	-	-	-	
6 anos depois	1.052	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.052	2.036	2.201	1.739	1.606	2.031	1.771	12.436
Pagamentos acumulados até a data base	1.006	1.964	2.078	1.584	1.319	1.404	852	10.207
Passivo reconhecido no balanço	46	72	123	155	287	627	919	2.229
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								345
Total do passivo incluso no balanço								**2.574**

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	**31/12/2011**
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.245
Operações DPVAT	282
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.492
Total da Provisão (*)	**3.019**

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR, demonstrados na nota 29c III.

Data de Ocorrência	**31/12/2005**	**31/12/2006**	**31/12/2007**	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**Total**
No final do ano de divulgação	808	865	1.027	1.157	1.197	1.269	1.311	
1 ano depois	808	899	1.044	1.164	1.188	1.180	-	
2 anos depois	813	921	1.063	1.161	1.190	-	-	
3 anos depois	820	929	1.071	1.157	-	-	-	
4 anos depois	829	928	1.076	-	-	-	-	
5 anos depois	827	932	-	-	-	-	-	
6 anos depois	834	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	834	932	1.076	1.157	1.190	1.180	1.311	7.680
Pagamentos acumulados até a data base	796	879	1.002	1.062	1.084	1.029	743	6.595
Passivo reconhecido no balanço	38	53	74	95	106	151	568	1.085
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								160
Total do passivo incluso no balanço								**1.245**

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As Premissas utilizadas no teste foram:

a) Os critérios de agrupamento de riscos estão alinhados à legislação vigente.

b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia.

c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de chain ladder com periodicidade trimestral.

d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.

e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência em quaisquer dos exercícios apresentados.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com descréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	1.365	1.365	100,0	1.158	1.158	100,0
Prestamista	461	461	100,0	424	423	99,8
DPVAT	308	308	100,0	284	284	100,0
Riscos Diversos	207	171	82,6	238	204	85,7
PESSOAS						
Vida em Grupo	1.165	1.141	97,9	1.150	1.141	99,2
Acidentes Pessoais Coletivo	661	660	99,8	625	625	100,0
Acidentes Pessoais Individual	109	108	99,1	118	117	99,2
Vida Individual	20	19	95,0	23	22	95,7
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	480	96	20,0	360	151	41,9
Riscos de Petróleo	257	37	14,4	61	18	29,5
Riscos de Engenharia	72	8	11,1	88	14	15,9
Aeronáuticos	49	-	-	56	9	16,1

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- **Controle Centralizado do Risco de Subscrição**

  O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

  A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpre a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente

Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de “Asset Liability Management” para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições de uma empresa, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Políticas de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco da empresa, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 35).
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos).
- Sensibilidade (DV01 - Discount Value): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

	31/12/2011		31/12/2010	
Classe	**Saldo Contábil**	**DV01**	**Saldo Contábil**	**DV01**
Títulos Públicos				
NTN-C	2.766	(2,7)	2.648	(2,8)
NTN-B	1.400	(1,3)	667	(1,0)
NTN-F	28	-	57	-
Títulos Privados				
Indexado a IGPM	141	-	137	-
Indexado a IPCA	224	(0,2)	122	(0,1)
Indexado a PRE	93	-	-	-
Ativos pós-fixados	5.607		5.013	
Compromissadas Over	6.433		4.408	
Total	**16.692**	**(4,20)**	**13.052**	**(3,90)**

A coluna DV01 é o impacto para um movimento de + 0,01% (BPS) na taxa do indexador. No caso como as posições são ativas o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	**31/12/2011**		**31/12/2010**		**Ativo**	**31/12/2011**		**31/12/2010**	
Provisão Técnica	**Valor**	**DU (*)**	**Valor**	**DU (*)**	**Ativo Garantidor**	**Valor**	**DU (*)**	**Valor**	**DU (*)**
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.690	12	1.232	13	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.690	7	1.232	5
Provisão de Insuficiência de Prêmio	233	187	199	172	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	233	7	199	4
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.401	19	1.077	20	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.401	7	1.077	5
Outras Provisões	303	-	299	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	303	-	299	-
Sub Total	**3.627**		**2.807**		**Sub Total**	**3.627**		**2.807**	
Provisões									
Despesas Administrativas	43	125	32	128	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	43	7	32	3
Matemática de Benefícios Concedidos	977	126	860	128	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	977	124	860	130
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	57.626	109	46.037	116	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	57.626	8	46.037	5
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.365	116	3.205	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.365	109	3.205	101
Insuficiência de Contribuição	692	109	603	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	692	109	603	101
Excedente Financeiro	477	109	461	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	477	109	461	101
Sub Total	**63.180**		**51.198**		**Sub Total**	**63.180**		**51.198**	
Total Reservas Técnicas	**66.807**		**54.005**		**Total Ativos Garantidores**	**66.807**		**54.005**	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável

Risco de Crédito

Nas operações de resseguro, a política interna proibe a concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 37,22% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, com relação à “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody´s	Baa3
AM Best	B+

l) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil),. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos - despesas antecipadas e amortizados em outras despesas operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**176**	**253**	**106**	**302**
Contratos Emitidos	-	-	926	561
Sinistros a Recuperar	52	29	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	32	(82)	(751)	(754)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	32	(3)
Outras Constituições / Reversões	(46)	(24)	-	-
Saldo Final	**214**	**176**	**313**	**106**

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Sinistros de Resseguros	1.394	1.185	886
Prêmios de Resseguros	535	404	529
Comissão de Resseguros	(58)	(59)	(59)
Saldo Final	**1.871**	**1.530**	**1.356**

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**1.185**	**886**
Sinistros Avisados	615	713
Sinistros Pagos	(101)	(390)
Outras Constituições / Reversões	(305)	(24)
Saldo Final	**1.394**	**1.185**

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**404**	**529**
Constituições	814	614
Reversões	(683)	(739)
Saldo Final	**535**	**404**

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**(59)**	**(59)**
Constituições	(50)	(54)
Reversões	51	54
Saldo Final	**(58)**	**(59)**

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do Mercado Segurador, divulgou em 06/12/2010 a resolução CNSP nº 227 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e pela circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e de previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimentos do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Individual Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido em R$ 2.049 (R$ 1.436 em 31/12/2010, R$ 898 em 01/01/2010) na Itaú Seguros S.A e R$ 1.565 (R$ 1.199 em 31/12/2010, R$ 733 em 01/01/2010) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros						
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	108.721	108.721	95.948	95.948	24.540	24.540
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.821	27.849	14.835	14.842	17.799	17.806
Aplicações no Mercado Aberto	92.248	92.248	88.682	88.682	135.820	135.820
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	121.889	121.889	115.497	115.497	55.552	55.552
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	186	186	306	306	373	373
Derivativos (*)	8.754	8.754	7.777	7.777	5.589	5.589
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	47.510	47.510	44.539	44.539	41.302	41.302
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.105	3.713	3.170	3.787	2.429	2.792
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	322.391	323.021	274.843	275.684	224.168	225.009
Outros Ativos Financeiros	40.254	40.254	40.945	40.945	26.931	26.931
Passivos Financeiros						
Depósitos	242.636	242.554	202.688	202.607	190.716	190.636
Captação no Mercado Aberto	185.413	185.413	199.657	199.657	131.945	131.945
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	2.815	2.815	1.335	1.335	663	663
Derivativos (*)	6.747	6.747	5.671	5.671	5.332	5.332
Recursos de Mercados Interbancários	90.498	90.350	62.599	62.542	44.675	43.398
Recursos de Mercados Institucionais	54.807	54.681	44.513	44.419	30.530	31.702
Passivos de Planos de Capitalização	2.838	2.838	2.603	2.603	2.261	2.261
Outros Passivos Financeiros	44.119	44.119	41.012	41.012	26.825	26.825

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota35) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas, cujo valor registrado em conta de compensação totaliza R$51.530 (R$38.374 em 31/12/2010 e R$32.431 em 01/01/2010) e o valor justo estimado R$695 (R$537 em 31/12/2010 e R$417 em 01/01/2010).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;

- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).

- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (á vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados –** O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos/passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.g e apresentado nas Nota 7. Consulte as Notas 7 e 30 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a freqüência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos

semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de precificação em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1 CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2011, 2010 e 01/01/2010 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**100.041**	**21.558**	**290**	**121.889**	**100.445**	**14.893**	**159**	**115.497**	**40.665**	**14.326**	**561**	**55.552**
Fundos de investimento	-	1.339	-	**1.339**	-	1.748	-	**1.748**	-	1.619	-	**1.619**
Títulos públicos do governo brasileiro	93.727	187	-	**93.914**	86.422	277	-	**86.699**	35.328	807	-	**36.135**
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	910	-	-	**910**	666	-	-	**666**	222	-	-	**222**
Títulos públicos - outros países	**722**	**80**	**-**	**802**	**9.036**	**317**	**-**	**9.353**	**936**	**121**	**-**	**1.057**
Argentina	225	-	-	**225**	293	-	-	**293**	179	-	-	**179**
Estados Unidos	292	-	-	**292**	8.714	-	-	**8.714**	747	-	-	**747**
México	205	-	-	**205**	29	-	-	**29**	10	-	-	**10**
Chile	-	50	-	**50**	-	248	-	**248**	-	77	-	**77**
Uruguai	-	27	-	**27**	-	24	-	**24**	-	30	-	**30**
Rússia	-	-	-	**-**	-	45	-	**45**	-	-	-	**-**
Outros	-	3	-	**3**	-	-	-	**-**	-	14	-	**14**
Títulos de empresas	**4.682**	**19.952**	**290**	**24.924**	**4.321**	**12.551**	**159**	**17.031**	**4.179**	**11.779**	**561**	**16.519**
Ações negociáveis	2.241	56	-	**2.297**	3.208	40	-	**3.248**	2.641	69	-	**2.710**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	24	-	**24**	-	439	157	**596**	-	35	-	**35**
Certificado de Depósito Bancário	-	7.820	-	**7.820**	-	8.932	-	**8.932**	-	9.490	-	**9.490**
Debêntures	2.434	1.092	-	**3.526**	1.112	1.688	-	**2.800**	1.536	1.560	-	**3.096**
Euro Bonds e Assemelhados	7	1.424	-	**1.431**	-	1.452	-	**1.452**	2	625	-	**627**
Notas Promissórias	-	-	290	**290**	-	-	-	**-**	-	-	561	**561**
Letras Financeiras	-	8.973	-	**8.973**	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Outros	-	563	-	**563**	1	-	2	**3**	-	-	-	**-**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**20.988**	**24.926**	**1.596**	**47.510**	**18.898**	**23.994**	**1.647**	**44.539**	**17.839**	**21.374**	**2.089**	**41.302**
Fundos de investimento	-	806	-	**806**	-	770	-	**770**	-	1.273	-	**1.273**
Títulos públicos do governo brasileiro	12.120	45	259	**12.424**	9.753	6	320	**10.079**	13.370	14	334	**13.718**
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	5.906	-	-	**5.906**	4.720	-	-	**4.720**	1.980	-	-	**1.980**
Títulos públicos - outros países	**11**	**4.306**	**-**	**4.317**	**679**	**3.880**	**-**	**4.559**	**17**	**7.224**	**-**	**7.241**
Estados Unidos	-	-	-	**-**	679	-	-	**679**	17	-	-	**17**
Áustria	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**	-	213	-	**213**
Dinamarca	-	1.949	-	**1.949**	-	2.016	-	**2.016**	-	1.971	-	**1.971**
Espanha	-	418	-	**418**	-	734	-	**734**	-	1.093	-	**1.093**
Coréia	-	295	-	**295**	-	236	-	**236**	-	1.755	-	**1.755**
Mexico	11	-	-	**11**	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Chile	-	995	-	**995**	-	453	-	**453**	-	1.274	-	**1.274**
Paraguai	-	344	-	**344**	-	256	-	**256**	-	417	-	**417**
Portugal	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**	-	26	-	**26**
Uruguai	-	268	-	**268**	-	185	-	**185**	-	475	-	**475**
Outros	-	37	-	**37**	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Títulos de empresas	**2.951**	**19.769**	**1.337**	**24.057**	**3.746**	**19.338**	**1.327**	**24.411**	**2.472**	**12.863**	**1.755**	**17.090**
Ações negociáveis	808	3.170	-	**3.978**	624	4.500	-	**5.124**	463	4.231	-	**4.694**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.323	691	**8.014**	-	6.913	62	**6.975**	-	4.168	126	**4.294**
Certificado de Depósito Bancário	-	274	-	**274**	-	559	-	**559**	-	99	-	**99**
Debêntures	2.103	5.133	-	**7.236**	3.122	3.512	-	**6.634**	1.883	2.651	-	**4.534**
Euro Bonds e Assemelhados	40	3.598	-	**3.638**	-	3.843	-	**3.843**	126	1.698	-	**1.824**
Notas Promissórias	-	-	646	**646**	-	-	1.265	**1.265**	-	-	1.626	**1.626**
Outros	-	271	-	**271**	-	11	-	**11**	-	16	3	**19**
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	**-**	**186**	**-**	**186**	**-**	**306**	**-**	**306**	**-**	**373**	**-**	**373**
Títulos públicos do governo brasileiro	-	186	-	186	-	306	-	306	-	373	-	373
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	**-**	**(2.815)**	**-**	**(2.815)**	**-**	**(1.335)**	**-**	**(1.335)**	**-**	**(663)**	**-**	**(663)**
Notas Estruturadas	-	(2.815)	-	(2.815)	-	(1.335)	-	(1.335)	-	(663)	-	(663)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2011, 2010 e 01/01/2010 para nossos Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	**17**	**7.832**	**905**	**8.754**	**-**	**7.292**	**485**	**7.777**	**-**	**5.085**	**504**	**5.589**
Opções	-	1.755	688	**2.443**	-	1.696	56	**1.752**	-	1.649	177	**1.826**
Termo	-	2.326	4	**2.330**	-	2.096	-	**2.096**	-	412	-	**412**
Swaps - Diferencial a Receber	-	2.732	18	**2.750**	-	2.932	5	**2.937**	-	2.579	-	**2.579**
Swap c/ Verificação	-	4	-	**4**	-	-	-	**-**	-	-	49	**49**
Verificação de Swap	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**	-	-	186	**186**
Derivativos de Crédito	-	399	-	**399**	-	-	261	**261**	-	-	15	**15**
Futuros	17	9	-	**26**	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Outros Derivativos	-	607	195	**802**	-	568	163	**731**	-	445	77	**522**
Derivativos - Passivo	**-**	**(6.047)**	**(700)**	**(6.747)**	**(46)**	**(5.290)**	**(335)**	**(5.671)**	**(9)**	**(4.694)**	**(629)**	**(5.332)**
Opções	-	(1.930)	(676)	**(2.606)**	-	(1.899)	(188)	**(2.087)**	-	(1.599)	(249)	**(1.848)**
Termo	-	(1.136)	(8)	**(1.144)**	-	(1.191)	-	**(1.191)**	-	(474)	-	**(474)**
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.782)	(16)	**(2.798)**	-	(2.007)	(6)	**(2.013)**	-	(2.108)	(6)	**(2.114)**
Swap c/ Verificação	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**	-	-	(90)	**(90)**
Verificação de Swap	-	(2)	-	**(2)**	-	-	-	**-**	-	-	(140)	**(140)**
Derivativos de Crédito	-	(110)	-	**(110)**	-	(10)	(119)	**(129)**	-	-	(106)	**(106)**
Futuros	-	-	-	**-**	(46)	-	(9)	**(55)**	(9)	(8)	(9)	**(26)**
Outros Derivativos	-	(87)	-	**(87)**	-	(183)	(13)	**(196)**	-	(505)	(29)	**(534)**

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no nível 3 da hierarquia do valor justo.

Distribuição dos Níveis

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**159**	**89**	**1.422**	**(1.391)**	**11**	**290**	**-**
Títulos de empresas	**159**	**89**	**1.422**	**(1.391)**	**11**	**290**	**-**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**1.647**	**767**	**3.217**	**(3.530)**	**(505)**	**1.596**	**266**
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de empresas	**1.327**	**767**	**3.179**	**(3.466)**	**(470)**	**1.337**	**366**
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	**485**	**811**	**835**	**(1.226)**	**-**	**905**	**(93)**
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swaps - Diferencial a Receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	**(335)**	**130**	**(166)**	**(329)**	**-**	**(700)**	**(316)**
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-

	Valor justo em 01/01/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**561**	**1**	**159**	**(562)**	**-**	**159**	**2**
Títulos de empresas	**561**	**1**	**159**	**(562)**	**-**	**159**	**2**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	157	-	-	157	2
Notas Promissórias	561	1	-	(562)	-	-	-
Outros	-	-	2	-	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**2.089**	**81**	**1.275**	**(1.798)**	**-**	**1.647**	**(1)**
Títulos públicos do governo brasileiro	334	74	-	(88)	-	320	(1)
Títulos de empresas	**1.755**	**7**	**1.275**	**(1.710)**	**-**	**1.327**	**-**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	127	5	14	(82)	-	64	-
Notas Promissórias	1.628	2	1.261	(1.628)	-	1.263	-

	Valor justo em 01/01/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	**504**	**56**	**408**	**(483)**	**-**	**485**	**(55)**
Opções	177	30	36	(187)	-	56	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	-	5	-	-	5	-
Verificação de Swap	186	-	-	(186)	-	-	-
Swap c/ Verificação	49	-	-	(49)	-	-	-
Derivativos de Crédito	15	87	256	(97)	-	261	3
Outros Derivativos	77	(61)	111	36	-	163	(58)
Derivativos - Passivo	**(629)**	**372**	**(294)**	**216**	**-**	**(335)**	**10**
Opções	(249)	83	(151)	129	-	(188)	45
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	-	-	-	-	(6)	(5)
Verificação de Swap	(140)	-	-	140	-	-	-
Swap c/ Verificação	(90)	-	-	90	-	-	-
Derivativos de Crédito	(106)	80	(134)	41	-	(119)	(6)
Futuros	(9)	227	(9)	(218)	-	(9)	(11)
Outros Derivativos	(29)	(18)	-	34	-	(13)	(13)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos - CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2011 e 2010.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos, conforme explicado no item f acima. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários razoavelmente possíveis de alterações no preço de ativos, nas taxas de juros ou em cenários que combinam choques no preço com choques de volatilidade para ativos não lineares (volatilidade decorrente da ausência de linearidade entre o preço do derivativo e do ativo-objeto):

Categoria	I	II	III
Taxa de Juros	**(1)**	**(17)**	**(34)**
Impacto no Resultado	-	(1)	(2)
Impacto no Patrimônio	(1)	(16)	(32)
Moedas, Commodities e Índices	**(1)**	**(1)**	**-**
Impacto no Resultado	(1)	(1)	-
Impacto no Patrimônio	-	-	-
Não Lineares	**(30)**	**(56)**	-
Impacto no Resultado	(30)	(56)	-
Impacto no Patrimônio	-	-	-
TOTAL	**(32)**	**(74)**	**(34)**
Impacto no Resultado	(31)	(58)	(2)
Impacto no Patrimônio	(1)	(16)	(32)

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.
Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Cíveis	3.166	2.974	2.394
Trabalhistas	4.014	3.986	3.156
Fiscais e Previdenciárias	8.645	7.324	7.886
Outros	165	173	192
Total	**15.990**	**14.457**	**13.628**
Circulante	**3.140**	**2.720**	**2.410**
Não Circulante	**12.850**	**11.736**	**11.218**

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencias: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- **Ações Cíveis**

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no STJ recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 603, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- **Ações Trabalhistas**

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não há contingências de Ações Trabalhistas não incluídas no balanço.

- **Outros Riscos**

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2011			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**2.974**	**3.986**	**173**	**7.133**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(309)	(1.113)	-	(1.422)
Subtotal	**2.665**	**2.873**	**173**	**5.711**
Atualização/Encargos (Nota 25)	113	110	-	223
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	1.503	784	(8)	2.279
Constituição (*)	1.981	992	12	2.985
Reversão	(478)	(208)	(20)	(706)
Pagamento	(1.252)	(683)	-	(1.935)
Subtotal	**3.029**	**3.084**	**165**	**6.278**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	137	930	-	1.067
Saldo Final	**3.166**	**4.014**	**165**	**7.345**
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2011	**2.023**	**2.409**	**-**	**4.432**

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R$ 431.

	01/01 a 31/12/2010			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**2.394**	**3.156**	**192**	**5.742**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(98)	(573)	-	(671)
Subtotal	**2.296**	**2.583**	**192**	**5.071**
Atualização/Encargos (Nota 25)	142	77	-	219
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	1.185	803	(19)	1.969
Constituição (*)	1.801	905	-	2.706
Reversão	(616)	(102)	(19)	(737)
Pagamento	(958)	(590)	-	(1.548)
Subtotal	**2.665**	**2.873**	**173**	**5.711**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	309	1.113	-	1.422
Saldo Final	**2.974**	**3.986**	**173**	**7.133**
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010	**1.619**	**2.318**	**-**	**3.937**

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R$ 708.

- **Ações Fiscais e Previdenciárias**

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	**7.324**	**7.886**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(44)	(35)
Subtotal	**7.280**	**7.851**
Atualização/Encargos	548	400
Movimentação do Período Refletida no Resultado	**917**	**1.074**
Constituição	1.046	1.728
Reversão (1)	(129)	(654)
Pagamento (1)	(157)	(2.045)
Subtotal	**8.588**	**7.280**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	57	44
Saldo Final (Notas 13c e 14c) (2)	**8.645**	**7.324**

(1) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718 de 27/11/1998.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R$ 3.

Depósitos em Garantias	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	**4.677**	**5.076**
Apropriação de Rendas	365	296
Movimentação do Período	136	(696)
Depositados	265	496
Levantamentos Efetuados	(115)	(1.146)
Conversão em Renda	(14)	(46)
Saldo Final	**5.178**	**4.676**

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R$ 2.885: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 1.043.

- CSLL - Isonomia – R$ 1.346 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 231.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R$ 491: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 491.

- PIS – R$ 375 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 129.

Contingências não reconhecidas no Balanço - não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 5.930, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R$ 1.097: casos em que são apreciadas a liquidez do crédito compensado.

- INSS - Verbas não Remuneratórias – R$ 632: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.

- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos Concedidos no Recebimento de Créditos – R$ 459: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão e renegociação de créditos.

- ISS Atividades Bancárias – R$ 450: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R$ 372: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R$ 358: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R$ 626 (R$ 903 em 31/12/2010) (Nota 19a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.512	1.516
Depósitos em Garantia	3.233	3.292

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 32 – CAPITAL REGULATÓRIO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.

- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada País determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e

- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período nós cumprimos todos os requerimentos mínimos de capital aos quais estamos sujeitos.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral
Capital Regulamentar						
Nível 1	71.052	71.601	60.192	62.240	55.624	57.705
Nível 2	21.564	21.565	18.652	18.652	12.837	12.837
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(55)	(55)	(173)	(173)	(28)	(28)
Total	**92.561**	**93.111**	**78.671**	**80.719**	**68.433**	**70.514**
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:						
De Crédito	59.189	57.629	50.979	53.442	41.734	43.949
De Mercado	1.079	1.076	997	954	682	681
Operacional	3.460	3.851	2.746	3.129	1.882	1.882
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	**63.728**	**62.556**	**54.722**	**57.525**	**44.298**	**46.512**
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	**28.833**	**30.555**	**23.949**	**23.194**	**24.135**	**24.002**
Exposição Ponderada pelo Risco	579.338	568.693	497.468	522.952	402.713	422.840
Indice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	**16,0**	**16,4**	**15,8**	**15,4**	**17,0**	**16,7**

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R$
CDB Subordinado				
	2007	2012	103,5% a 104% do CDI	4.970
			100% do CDI + 0,35% a 0,45%	732
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278
	2002	2012	102,5% do CDI	200
	2008	2013	100% do CDI + 0,5% a 0,6%	1.558
			106% a 107% do CDI	48
	2003	2013	102% do CDI	40
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	1.865
	2007	2014	IGPM 7,35%	33
	2008	2014	112% do CDI	1.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400
	2010	2015	113% do CDI	50
	2006	2016	100% do CDI + 0,47% (*)	466
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.664
	2010	2016	IPCA + 7,33%	123
	2010	2017	IPCA + 7,45%	367
			TOTAL	**14.793**
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365
	2010	2016	112% a 112,5% do CDI	1.873
	2010	2016	IPCA + 7%	30
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.011
	2011	2017	IPCA + 6,15% a 7,8%	343
	2011	2017	IGPM + 6,55% a 7,6%	55
	2011	2017	100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650
	2011	2018	IGPM + 7%	42
	2011	2018	IPCA + 7,53% a 7,7%	30
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	1
	2011	2021	109,25 a 110,5% do CDI	6
			TOTAL	**9.612**
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,2%	1.731
	2010	2021	5,8%	1.694
	2011	2021	5,8%	401
	2011	2021	6,2%	765
			TOTAL	**4.591**
Ações Preferenciais				
	2002	2015	3,04%	1.389

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os quatro segmentos operacionais e de reporte do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Corporação e Tesouraria.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Itaú Unibanco - Banco Comercial**

  O segmento Banco Comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com alto patrimônio (private bank), pequenas empresas e empresas de médio porte.

  Os produtos e serviços prestados pelo Banco Comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender as necessidades de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, busca-se constantemente ampliar o número de produtos oferecidos aos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de funding para as operações e geram significativas receitas financeiras e de prestação de serviços bancários.

- **Itaú Unibanco - Itaú BBA**

  O Itaú BBA é o segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pelos serviços de banco de investimento. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

- **Itaú Unibanco - Crédito ao Consumidor**

  O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas. Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para cliente não correntista e a oferta de crédito para população de baixa renda. A estrutura de negócios da operação de financiamento de veículos está apoiada em: Veículos Novos, Veículos Usados, Veículos Pesados e Motos. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos clientes, valendo-se da Internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

- **Itaú Unibanco – Corporação e Tesouraria**

  O segmento Corporação e Tesouraria gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros. Neste segmento, apresenta-se também os resultados dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento de impactos relacionados à alocação de capital aos segmentos, por meio de um modelo proprietário, e (ii) da apresentação da margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Os principais ajustes são descritos em detalhes, conforme abaixo:

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por “funding” a preços de mercado, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos diferentes segmentos, baseadas no capital Nível 1, segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foi alocado ao segmento corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1 (Tier 1). O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem Financeira

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Não se utiliza o método do hegde contábil na contabilização desses derivativos, e sim, a avaliação pelo valor justo com ganhos e perdas refletidos no resultado.

A estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados. Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, a demonstração de resultado gerencial é utilizada para a preparação da informação por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil. Reclassificam-se os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais estão considerados nas linhas de despesas tributárias (PIS e Cofins) e de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, na demonstração do resultado contábil.

Além disso, a margem financeira gerencial possui para cada operação, alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Na coluna de ajustes e reclassificações, são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizados na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de dezembro de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**48.236**	**6.897**	**14.102**	**5.109**	**74.257**	**19**	**74.276**
Margem Financeira (1)	31.584	4.896	8.356	4.801	49.601	(1.238)	48.363
Receita de Prestação de Serviços	10.915	2.123	5.719	309	19.048	362	19.410
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.229	-	(13)	(1)	5.215	130	5.345
Outras Receitas	508	(122)	40	-	393	765	1.158
Perdas com Créditos e Sinistros	**(11.011)**	**(134)**	**(4.270)**	**(521)**	**(15.936)**	**(136)**	**(16.072)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.845)	(266)	(5.270)	(531)	(19.912)	(126)	(20.038)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.346	132	1.000	10	5.488	(11)	5.477
Despesas com Sinistros	(1.512)	-	-	-	(1.512)	1	(1.511)
Margem Operacional	**37.225**	**6.763**	**9.832**	**4.588**	**58.321**	**(117)**	**58.204**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(25.829)**	**(2.911)**	**(7.911)**	**(390)**	**(37.025)**	**(2.928)**	**(39.953)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(23.315)	(2.605)	(6.948)	(935)	(33.787)	(1.887)	(35.674)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.596)	(341)	(953)	51	(3.839)	(327)	(4.166)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	(43)	6	-	447	410	(523)	(113)
Outros Resultados	125	29	(10)	47	191	(191)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**11.396**	**3.852**	**1.921**	**4.198**	**21.296**	**(3.045)**	**18.251**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.833)	(1.287)	(477)	(244)	(5.841)	2.200	(3.641)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(885)	(814)	41	(773)
LUCRO LÍQUIDO	**7.563**	**2.565**	**1.444**	**3.069**	**14.641**	**(804)**	**13.837**

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos R$ 41.753, receita de dividendos R$ 361, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ 1.251 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 4.998.

(2) Referem-se à despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.184 e de amortização de R$ 984.

Ativo Total [(1)]	**571.315**	**191.620**	**101.453**	**115.171**	**851.332**	**(33.196)**	**818.136**
Passivo Total	**542.701**	**181.226**	**91.820**	**90.325**	**777.845**	**(35.045)**	**742.800**
[(1)] Inclui:							
Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	3	-	1.681	1.684	860	2.544
Imobilizado, Líquido	4.454	366	467	-	5.287	71	5.358
Intangível, Líquido	2.803	339	668	-	3.810	15	3.825

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de dezembro de 2010
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**41.238**	**6.400**	**15.148**	**3.657**	**66.390**	**3.025**	**69.415**
Margem Financeira (1)	27.068	4.601	9.044	3.356	44.050	1.940	45.990
Receita de Prestação de Serviços	9.246	1.932	5.765	182	17.101	(9)	17.092
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.469	-	254	(12)	4.711	212	4.923
Outras Receitas	455	(133)	85	131	528	882	1.410
Perdas com Créditos e Sinistros	**(9.523)**	**186**	**(3.754)**	**(2)**	**(13.093)**	**155**	**(12.938)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.808)	(182)	(4.702)	(2)	(15.694)	147	(15.547)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.893	368	948	-	4.209	(14)	4.195
Despesas com Sinistros	(1.608)	-	-	-	(1.608)	22	(1.586)
Margem Operacional	**31.715**	**6.586**	**11.394**	**3.655**	**53.297**	**3.180**	**56.477**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(22.927)**	**(2.721)**	**(7.826)**	**(860)**	**(34.327)**	**(4.120)**	**(38.447)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(20.827)	(2.379)	(6.857)	(1.005)	(31.062)	(3.570)	(34.632)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.139)	(387)	(969)	(274)	(3.769)	(395)	(4.164)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	19	(6)	-	409	423	(74)	349
Outros Resultados	20	51	-	10	81	(81)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.788**	**3.865**	**3.568**	**2.795**	**18.970**	**(940)**	**18.030**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.509)	(1.023)	(1.054)	(495)	(5.081)	(455)	(5.536)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	2	-	-	(914)	(866)	80	(786)
LUCRO LÍQUIDO	**6.281**	**2.842**	**2.514**	**1.386**	**13.023**	**(1.315)**	**11.708**

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos R$ 40.978, receita de dividendos R$ 326, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ 2.862 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 1.824.

(2) Referem-se à despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.166 e de amortização de R$ 977.

Ativo Total (1)	**532.928**	**209.988**	**92.125**	**66.287**	**751.443**	**(24.361)**	**727.082**
Passivo Total	**511.868**	**197.266**	**84.214**	**43.589**	**687.052**	**(27.522)**	**659.530**
(1) Inclui:							
Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	1	-	2.058	2.059	889	2.948
Imobilizado, Líquido	3.661	232	835	-	4.728	73	4.801
Intangível, Líquido	2.321	11	602	-	2.934	-	2.934

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Receitas da Intermediação Financeira(*)	99.083	4.879	103.962	79.236	3.594	82.830
Ativos não Correntes	8.487	696	9.183	7.145	590	7.735

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;

- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;

- A Fundação Itaubanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaubank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas; e

- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;

- Os investimentos nas empresas não consolidadas (Nota 12) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco BPI, S.A..

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
		ATIVO/(PASSIVO)			RECEITAS/(DESPESAS)	
	Taxa Anual	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		**1.836**	**726**	**1.123**	**189**	**112**
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103,90% do CDI 10,58% a 13,79% Pré-fixada Média 12,00% Pré-fixada	619	427	338	56	35
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103,90 do CDI 10,81% a 13,25% Pré-fixada Média 11,94% Pré-fixada	236	282	212	31	18
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	103,90 do CDI 11,63% a 12,11% Pré-fixada Média 11,92% Pré-fixada	981	-	573	102	59
Outras		-	17	-	-	-
Depósitos		**(77)**	**(93)**	**(59)**	**-**	**(16)**
Duratex S.A.		(2)	(46)	(18)	-	-
Elekeiroz S.A.		-	(31)	-	-	-
Itautec S.A.		-	(8)	-	-	-
Porto Seguro S.A.		-	(2)	-	-	(16)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	11,25% A 11,30% Pré-fixada Média 11,275% Pré-fixada	(57)	-	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	11,11% A 11,16% Pré-fixada Média 11,135% Pré-fixada	(18)	-	-	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil		-	(5)	-	-	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.		-	-	(41)	-	-
Outras		-	(1)	-	-	-
Captações no Mercado Aberto		**(100)**	**(104)**	**(109)**	**(21)**	**(18)**
Maxfácil Participações S.A	100% da SELIC	(64)	-	-	(7)	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	(52)	(48)	-	-
Duratex S.A.		-	(8)	(19)	(4)	(2)
Elekeiroz S.A.		-	-	(10)	(3)	(2)
Itautec S.A.		-	(18)	-	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda.	100% da SELIC	(6)	(6)	(4)	(1)	-
Facilita Promotora S.A.	100% da SELIC	(7)	-	(4)	(1)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da SELIC	(2)	(9)	(13)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	10,90% Pré-fixada	(14)	(9)	(2)	(1)	(1)
Outras	10,90% Pré-fixada	(7)	(2)	(9)	(4)	(13)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas		**(98)**	**(79)**	**(65)**	**-**	**-**
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	(73)	-	-
Porto Seguro S.A.		11	39	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	6	2	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		(1)	(1)	(2)	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		(1)	(25)	2	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG		(9)	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV		(3)	(13)	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar		(19)	(17)	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(76)	(79)	-	-	-
Outras		-	11	6	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		**-**	**-**	**-**	**(16)**	**4**
Fundação Itaubanco		-	-	-	21	10
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	-	5	3
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	1	1
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	(20)	2
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	(2)	-
Porto Seguro S.A.		-	-	-	(26)	(18)
UBB Prev Previdência Complementar		-	-	-	1	3
Outras		-	-	-	4	3
Receitas (Despesas) com Aluguéis		**-**	**-**	**-**	**(37)**	**(29)**
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	-	(1)
Fundação Itaubanco		-	-	-	(27)	(15)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	-	(10)	(8)
Paraná Companhia de Seguros		-	-	-	-	(4)
Outras		-	-	-	-	(1)
Despesas com Doações		**-**	**-**	**-**	**(57)**	**(45)**
Instituto Itaú Cultural		-	-	-	(56)	(44)
Outras		-	-	-	(1)	(1)
Despesas de Processamento de Dados		**-**	**-**	**-**	**(315)**	**(296)**
Itautec S.A.		-	-	-	(315)	(296)
Outras Receitas		**-**	**-**	**-**	**48**	**-**
Itaúsa		-	-	-	48	-

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R$ 8 (R$ 17 de 01/01 a 31/12/2010) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;

b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou

c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade, apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e a preservação da herança cultural brasileira.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Remuneração	**271**	**294**
Conselho de Administração	5	3
Administradores	266	291
Participações no Lucro	**192**	**261**
Conselho de Administração	1	2
Administradores	191	259
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	**5**	**8**
Conselho de Administração	-	1
Administradores	5	7
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	**150**	**128**
Total	**618**	**691**

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme Resolução n° 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de escore continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1 Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	**PD**
Baixo	Menor 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior 25,95%
Impairment	Operações Corporate c/PD maior a 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basiléia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2 Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ INIBANCO HOLDING realiza o controle do risco crédito de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é feita descentralizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O ITAÚ INIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O ITAÚ INIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exeqüível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ INIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de aprovisionamento

A política de aprovisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basiléia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.820	18.001	27.821	4.684	10.151	14.835	1.361	16.438	17.799
Aplicações no Mercado Aberto	91.643	605	92.248	87.396	1.286	88.682	135.026	794	135.820
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	116.615	5.274	121.889	101.815	13.682	115.497	51.124	4.428	55.552
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	186	-	306	306	-	373	373
Derivativos	5.864	2.890	8.754	5.571	2.206	7.777	4.560	1.029	5.589
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.323	40.187	47.510	19.602	24.937	44.539	23.407	17.895	41.302
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.500	605	3.105	2.478	692	3.170	1.643	786	2.429
Operações de Crédito	251.034	71.357	322.391	220.835	54.008	274.843	187.032	37.136	224.168
Off Balance	254.711	14.830	269.541	214.962	7.074	222.036	186.710	4.273	190.983
Avais e Fianças	48.908	2.622	51.530	36.510	1.864	38.374	31.055	1.376	32.431
Cartas de Crédito	11.172	-	11.172	8.628	-	8.628	5.704	-	5.704
Compromissos a Liberar	194.631	12.208	206.839	169.824	5.210	175.034	149.951	2.897	152.848
Crédito Imobiliário	14.308	-	14.308	9.064	-	9.064	6.291	-	6.291
Cheque Especial	91.904	-	91.904	82.299	-	82.299	54.744	-	54.744
Cartão de Credito	83.767	489	84.256	72.034	522	72.556	68.891	506	69.397
Outros Limites Pré-Aprovados	4.652	11.719	16.371	6.427	4.688	11.115	20.025	2.391	22.416
Total	**739.510**	**153.935**	**893.445**	**657.343**	**114.342**	**771.685**	**590.863**	**83.152**	**674.015**

A tabela apresenta a exposição máxima em 31 de dezembro 2011 e 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que.
- somente 7,3% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,4% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/12/2011	%	31/12/2010	%	01/01/2010	%
Setor Público	1.990	0,57%	1.138	0,39%	1.620	0,66%
Indústria e Comércio	99.859	28,85%	84.997	28,82%	67.902	27,78%
Serviços	70.642	20,40%	60.295	20,45%	48.657	19,91%
Setor Primário	16.109	4,65%	13.933	4,73%	13.299	5,44%
Pessoa Física	156.167	45,10%	132.289	44,86%	111.657	45,69%
Outros Setores	1.497	0,43%	2.185	0,75%	1.278	0,52%
Total	**346.264**	**100,00%**	**294.837**	**100,00%**	**244.413**	**100,00%**

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2011	%	31/12/2010	%	01/01/2010	%
Setor Primário	1.029	0,34%	581	0,21%	1.572	0,61%
Setor Público	88.174	29,26%	85.364	31,07%	52.709	20,37%
Indústria e Comércio	5.381	1,78%	5.614	2,04%	2.932	1,13%
Serviços	72.281	23,97%	72.491	26,38%	44.872	17,33%
Outros Setores	14.574	4,83%	7.218	2,63%	3.130	1,21%
Pessoa Física	5	0,00%	21	0,01%	30	0,01%
Financeiras	120.069	39,82%	103.517	37,66%	153.619	59,34%
Total	**301.513**	**100,00%**	**274.806**	**100,00%**	**258.864**	**100,00%**

(*) Inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *"Off Balance"* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	221.315	5.800	-	227.115	195.988	4.346	-	200.334	142.004	9.763	-	151.767
Médio	63.763	10.921	-	74.684	52.561	8.053	-	60.614	57.677	3.580	-	61.257
Alto	16.910	8.703	-	25.613	13.663	6.348	-	20.011	12.259	5.103	-	17.362
Impairment	-	-	18.852	18.852	-	-	13.878	13.878	-	-	14.027	14.027
Total	**301.988**	**25.424**	**18.852**	**346.264**	**262.212**	**18.747**	**13.878**	**294.837**	**211.940**	**18.446**	**14.027**	**244.413**
%	**87,3%**	**7,3%**	**5,4%**	**100,0%**	**88,9%**	**6,4%**	**4,7%**	**100%**	**86,8%**	**7,5%**	**5,7%**	**100%**

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2011					31/12/2010					01/01/2010				
	Baixo	Médio	Alto	*Impairment*	Total	Baixo	Médio	Alto	*Impairment*	Total	Baixo	Médio	Alto	*Impairment*	Total
Pessoas Físicas	**73.354**	**49.320**	**14.467**	**10.986**	**148.127**	**65.564**	**41.080**	**10.057**	**8.086**	**124.787**	**58.831**	**26.924**	**12.750**	**8.527**	**107.032**
Cartão de Crédito	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961	15.538	12.142	2.950	2.411	33.041	12.627	10.571	2.104	2.446	27.748
Crédito Pessoal	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253	10.129	7.001	4.203	2.195	23.528	6.593	7.018	4.890	2.686	21.187
Veículos	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463	32.321	21.666	2.849	3.315	60.151	37.011	7.493	5.139	3.206	52.849
Crédito Imobiliário	12.323	917	91	119	13.450	7.576	271	55	165	8.067	2.600	1.842	617	189	5.248
Grandes Empresas	**88.353**	**3.500**	**343**	**1.033**	**93.229**	**73.051**	**2.505**	**143**	**884**	**76.583**	**47.484**	**2.084**	**229**	**631**	**50.428**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**51.548**	**17.444**	**9.887**	**6.770**	**85.649**	**48.254**	**17.029**	**9.811**	**4.856**	**79.950**	**38.565**	**28.947**	**3.616**	**4.796**	**75.924**
Unidades Externas e América Latina	**13.860**	**4.420**	**916**	**63**	**19.259**	**13.465**	**-**	**-**	**52**	**13.517**	**6.887**	**3.302**	**767**	**73**	**11.029**
Total	**227.115**	**74.684**	**25.613**	**18.852**	**346.264**	**200.334**	**60.614**	**20.011**	**13.878**	**294.837**	**151.767**	**61.257**	**17.362**	**14.027**	**244.413**
%	**65,6%**	**21,6%**	**7,4%**	**5,4%**	**100,0%**	**67,9%**	**20,6%**	**6,8%**	**4,7%**	**100,0%**	**62,1%**	**25,1%**	**7,1%**	**5,7%**	**100,0%**

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portifólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas	**86.992**	**3.423**	**314**	**90.729**	**72.602**	**2.499**	**134**	**75.235**	**47.017**	**1.998**	**200**	**49.215**
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	**70.501**	**40.321**	**8.952**	**119.774**	**62.956**	**33.892**	**6.256**	**103.104**	**51.361**	**25.400**	**8.826**	**85.587**
Cartão de Crédito	19.245	12.580	2.503	34.328	15.447	11.571	2.083	29.101	11.971	10.049	1.600	23.620
Crédito Pessoal	7.648	14.893	5.870	28.411	9.816	6.447	3.178	19.441	6.076	6.808	3.793	16.677
Veículos	31.516	12.248	565	44.329	30.327	15.752	976	47.055	30.793	6.857	2.992	40.642
Crédito Imobiliário	12.092	600	14	12.706	7.366	122	19	7.507	2.521	1.686	441	4.648
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**50.774**	**15.899**	**6.828**	**73.501**	**47.789**	**16.170**	**7.273**	**71.232**	**37.241**	**27.214**	**2.663**	**67.118**
Unidades Externas e América Latina	**13.048**	**4.120**	**816**	**17.984**	**12.641**	**-**	**-**	**12.641**	**6.385**	**3.065**	**570**	**10.020**
Total	**221.315**	**63.763**	**16.910**	**301.988**	**195.988**	**52.561**	**13.663**	**262.212**	**142.004**	**57.677**	**12.259**	**211.940**

6.1.1 As operações de crédito, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	**11.764**	**4.112**	**1.491**	**17.367**	**9.234**	**3.280**	**1.091**	**13.605**	**8.576**	**3.129**	**1.215**	**12.920**
Cartão de Crédito	805	344	401	1.550	871	352	306	**1.529**	1.013	346	323	1.682
Crédito Pessoal	2.056	871	460	3.387	1.227	507	202	**1.936**	1.194	465	218	1.877
Veículos	8.456	2.760	589	11.805	6.851	2.331	564	**9.746**	6.106	2.203	640	8.949
Crédito Imobiliário	447	137	41	625	285	90	19	**394**	263	115	34	412
Grandes Empresas	**1.232**	**185**	**51**	**1.468**	**367**	**55**	**42**	**464**	**281**	**140**	**161**	**582**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**3.433**	**1.349**	**596**	**5.378**	**2.275**	**1.114**	**473**	**3.862**	**2.763**	**846**	**399**	**4.008**
Unidades Externas e América Latina	**1.144**	**41**	**26**	**1.211**	**771**	**31**	**14**	**816**	**824**	**80**	**32**	**936**
Total	**17.573**	**5.687**	**2.164**	**25.424**	**12.647**	**4.480**	**1.620**	**18.747**	**12.444**	**4.195**	**1.807**	**18.446**

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

	31/12/2011						
Classificação Interna	**Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	**120.069**	**121.889**	**186**	**8.754**	**47.510**	**3.105**	**301.513**
%	**39,8%**	**40,4%**	**0,1%**	**2,9%**	**15,8%**	**1,0%**	**100,0%**

	31/12/2010						
Classificação Interna	**Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	103.517	107.798	306	5.140	22.055	3.163	241.979
Médio	-	7.564	-	2.577	22.428	7	32.576
Alto	-	135	-	60	56	-	251
Total	**103.517**	**115.497**	**306**	**7.777**	**44.539**	**3.170**	**274.806**
%	**37,7%**	**42,0%**	**0,1%**	**2,8%**	**16,2%**	**1,2%**	**100,0%**

	01/01/2010						
Classificação Interna	**Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	153.619	27.565	373	377	23.439	2.358	207.731
Médio	-	24.319	-	5.212	17.710	71	47.312
Alto	-	3.668	-	-	153	-	3.821
Total	**153.619**	**55.552**	**373**	**5.589**	**41.302**	**2.429**	**258.864**
%	**59,3%**	**21,5%**	**0,1%**	**2,2%**	**16,0%**	**0,9%**	**100,0%**

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Crédito a pessoa física	**75.802**	**152.646**	**30**	**19**	**70.111**	**98.605**	**12**	**10**	**54.425**	**67.384**	**2**	**1**
Empréstimo pessoal	1.136	2.735	25	15	85	303	12	10	258	568	2	1
Veículos	61.274	88.881	5	4	62.910	79.866	-	-	50.152	56.268	-	-
Crédito imobiliário	13.392	61.030	-	-	7.116	18.436	-	-	4.015	10.548	-	-
Crédito a pessoa jurídica	**146.817**	**269.179**	**30.373**	**12.504**	**120.279**	**246.473**	**6.774**	**5.018**	**108.538**	**232.544**	**5.819**	**3.011**
Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	**-**	**-**	**19.259**	**13.497**	**-**	**-**	**13.509**	**12.479**	**-**	**-**	**11.015**	**8.523**
Total de garantias, empréstimos e adiantamentos a clientes	**222.619**	**421.825**	**49.662**	**26.020**	**190.390**	**345.078**	**20.295**	**17.507**	**162.963**	**299.928**	**16.836**	**11.535**

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R$ 73.983 em 31/12/2011 (R$ 84.152 em 31/12/2010 e R$ 64.614 em 01/01/2010).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Crédito a pessoa física

Empréstimo pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Crédito a pessoa jurídica - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de alterações em vencimentos, modificação de cronograma e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R$ 14.570 (R$ 9.032 em 31/12/2010 e R$ 7.669 em 01/01/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A Política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31 de dezembro 2011 e 2010:

	01/01 a 31/12/2011	**01/01 a 31/12/2010**
Imóveis Não de Uso	8	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	34	21
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	4	68
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	1	2
Total	**47**	**94**

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itau-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- *Expertise* para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Além disso, a área independente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e / ou nível de risco. Para isto, o banco conta com um processo estruturado de comunicação e informações, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do Banco Central do Brasil (BACEN) e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos *hedges*, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas

operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil, conforme definido pelas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
  - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
  - Taxas dos cupons de taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes .

Neste último trimestre, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aprimorou sua estrutura de controle de limites de risco de mercado, tornando-a mais granular e alinhada à estrutura de negócios, segregando as métricas em grupos de fatores de risco, conforme as áreas de negócios. Essa nova estrutura de controle de limites visa:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do banco, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

Nesta estrutura de controle, os limites, agora mais granulares, são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. Aplicado a grupo de fatores de risco;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado em determinada data, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis e expectativas de realização de resultado. É uma das medidas de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não negociação.
- Resultado em Risco (EaR): medida que quantifica o impacto no resultado do balanço em situações adversas de mudança de taxa de juros;

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – Discount Value): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas curvas futuras de juros. Aplicado a fatores de risco;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação ao preço do ativo-objeto, a volatilidade implícita, taxa de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): máxima perda que um dado portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior (Banco Itaú BBA International S.A. , Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.); demonstrando onde encontram-se as maiores concentrações de risco de mercado.

O consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R$ 142,0 milhões ou 0,19% do patrimônio total (em todo o ano de 2010 foi de R$ 109,4 milhões ou 0,16%).

(em milhões de R$)

	VaR Global (*)								
	Média	**Mínimo(**)**	**Máximo(**)**	**31/12/2011**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	**31/12/2010**	**01/01/2010**
Grupo de Fatores de Risco									
Taxa de Juros	105,3	27,0	229,2	114,8	109,5	47,3	207,8	123,7	86,4
Cupons Cambiais	29,5	12,6	59,0	23,6	18,4	3,7	50,8	17,3	13,5
Moedas Estrangeiras	38,1	14,2	69,2	29,0	31,8	3,3	98,1	33,9	20,5
Índices de Preços	17,7	2,5	41,6	21,1	17,1	6,4	30,0	18,6	16,2
Ações	13,4	3,7	26,1	4,4	15,1	5,1	27,7	14,4	7,4
Unidades Externas									
Itaú BBA International	2,9	0,4	6,5	1,5	1,3	0,5	3,4	0,6	1,7
Itaú Argentina	4,0	1,6	9,4	3,7	1,0	0,4	2,3	1,6	1,4
Itaú Chile	5,3	1,9	10,3	5,3	5,1	2,6	9,4	3,3	0,8
Itaú Uruguai	0,5	0,2	1,1	0,7	0,4	0,2	0,8	0,2	0,3
Itaú Paraguai	0,6	0,2	1,7	0,2	0,6	0,2	1,6	0,9	-
Efeito de diversificação				(53,4)				(82,8)	(61,1)
Risco Global	**142,0**	**74,0**	**278,5**	**150,9**	**109,4**	**61,6**	**181,8**	**131,9**	**87,2**

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos valores de vencimento dos diversos produtos, agregando-os em datas comuns, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/12/2011						31/12/2010						01/01/2010					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos Remunerados	**236.921**	**142.241**	**90.272**	**164.644**	**111.752**	**745.830**	**222.161**	**145.250**	**69.989**	**151.046**	**66.973**	**655.419**	**185.406**	**110.533**	**62.486**	**116.286**	**42.435**	**517.146**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.911	3.226	3.247	2.122	315	27.821	8.209	2.954	3.153	518	1	14.835	8.836	4.020	4.406	528	9	17.799
Aplicações no Mercado Aberto	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248	47.929	32.267	1.898	5.165	1.423	88.682	102.959	20.125	1.143	5.350	6.243	135.820
Depósitos Compulsórios no Banco Central	98.053	-	-	-	-	98.053	85.776	-	-	-	-	85.776	13.869	-	-	-	-	13.869
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.188	3.369	27.149	49.914	34.269	121.889	28.366	19.403	10.936	29.507	27.285	115.497	9.284	8.136	8.527	17.314	12.291	55.552
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	186	-	-	-	-	186	306	-	-	-	-	306	373	-	-	-	-	373
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.139	3.997	3.768	13.221	20.385	47.510	6.809	8.098	4.659	8.249	16.724	44.539	8.756	6.727	5.529	10.058	10.232	41.302
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	87	-	33	190	2.795	3.105	4	144	136	295	2.591	3.170	5	11	25	414	1.974	2.429
Derivativos	2.277	2.199	1.473	1.531	1.274	8.754	1.142	2.602	1.315	1.212	1.506	7.777	1.382	1.270	842	1.469	626	5.589
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	53.949	88.988	52.947	97.666	52.714	346.264	43.620	79.782	47.892	106.100	17.443	294.837	39.942	70.244	42.014	81.153	11.060	244.413
Passivos Remunerados	**167.707**	**69.188**	**47.978**	**167.503**	**104.446**	**556.822**	**172.825**	**58.287**	**49.042**	**135.939**	**77.436**	**493.529**	**136.355**	**48.951**	**30.153**	**107.801**	**57.981**	**381.241**
Depósitos de Poupança	67.170	-	-	-	-	67.170	57.900	-	-	-	-	57.900	48.222	-	-	-	-	48.222
Depósitos a Prazo	30.918	19.167	11.475	41.702	41.207	144.469	15.332	16.714	21.476	33.002	29.892	116.416	16.332	15.437	14.175	43.817	24.863	114.624
Depósitos Interfinanceiros	665	683	445	242	30	2.065	348	836	505	203	37	1.929	570	730	543	84	65	1.992
Depósitos para Investimentos	-	-	-	-	-	-	906	-	-	-	-	906	997	-	-	-	-	997
Mercado Aberto	55.866	11.403	11.139	83.623	23.382	185.413	89.010	21.369	12.067	60.200	17.011	199.657	64.843	16.128	7.449	30.272	13.253	131.945
Mercado Interbancário	5.904	24.588	16.773	30.133	13.100	90.498	4.905	16.209	11.438	20.897	9.150	62.599	4.120	12.160	6.361	15.546	6.488	44.675
Mercado Institucional	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807	658	1.419	1.857	20.261	20.318	44.513	192	718	654	16.547	12.419	30.530
Derivativos	1.526	1.245	1.364	1.541	1.071	6.747	1.113	1.423	1.408	1.090	637	5.671	1.077	1.409	850	1.477	519	5.332
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	48	854	901	697	315	2.815	50	317	291	286	391	1.335	2	108	121	58	374	663
Passivos de Planos de Capitalização	2.838	-	-	-	-	2.838	2.603	-	-	-	-	2.603	-	2.261	-	-	-	2.261
Diferença ativo/passivo (2)	69.214	73.053	42.294	(2.859)	7.306	189.008	49.336	86.963	20.947	15.107	(10.463)	161.890	49.051	61.582	32.333	8.485	(15.546)	135.905
Diferença Acumulada	**69.214**	**142.267**	**184.561**	**181.702**	**189.008**		**49.336**	**136.299**	**157.246**	**172.353**	**161.890**		**49.051**	**110.633**	**142.966**	**151.451**	**135.905**	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	9,3%	19,1%	24,7%	24,4%	25,3%		7,5%	20,8%	24,0%	26,3%	24,7%		9,5%	21,4%	27,6%	29,3%	26,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

	31/12/2011				
ATIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	**104.043**	**8.489**	**2.898**	**30.954**	**146.384**

	31/12/2011				
PASSIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	**121.407**	**9.915**	**411**	**22.996**	**154.729**
POSIÇÃO LIQUÍDA	**(17.364)**	**(1.426)**	**2.487**	**7.958**	**(8.345)**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

	31/12/2010				
ATIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.781	54.008
TOTAL DO ATIVO	**79.327**	**8.172**	**2.641**	**22.875**	**113.015**

	31/12/2010				
PASSIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
TOTAL DO PASSIVO	**90.982**	**4.934**	**275**	**16.503**	**112.694**
POSIÇÃO LIQUÍDA	**(11.655)**	**3.238**	**2.366**	**6.372**	**321**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

	01/01/2010				
ATIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Disponibilidades	4.993	120	90	980	6.183
Depósitos Compulsórios no Banco Central	32	81	-	1.195	1.308
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.183	2.585	2	668	16.438
Aplicações em Mercado Aberto	657	-	-	137	794
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	3.441	686	-	301	4.428
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	4	360	-	9	373
Derivativos	762	109	-	158	1.029
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	15.113	361	-	2.421	17.895
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	786	-	-	-	786
Operações de Crédito, líquida	18.670	4.229	33	14.204	37.136
TOTAL DO ATIVO	**57.641**	**8.531**	**125**	**20.073**	**86.370**

	01/01/2010				
PASSIVO	**Dólar**	**Euro**	**Ien**	**Outros**	**Total**
Depósitos	17.732	2.154	216	11.995	32.097
Captações no Mercado Aberto	1.232	-	-	343	1.575
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	-	-	-
Derivativos	809	137	-	150	1.096
Recursos de Mercados Interbancários	17.982	859	-	1.272	20.113
Recursos de Mercados Institucionais	16.140	1.226	-	136	17.502
TOTAL DO PASSIVO	**53.895**	**4.376**	**216**	**13.896**	**72.383**
POSIÇÃO LIQUÍDA	**3.746**	**4.155**	**(91)**	**6.177**	**13.987**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos conforme as necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R$ 448,1 bilhões de reais no exercício de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 30,2% do total, ou R$ 135,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	127.686	242.638		100.018	202.688		91.011	190.773	
Recursos à Vista	28.933	28.933	6,5	25.537	25.537	7,0	24.837	24.837	8,4
Recursos de Poupança	67.170	67.170	15,0	57.899	57.899	16,0	48.222	48.222	16,3
Recursos a Prazo	30.917	144.469	32,2	15.333	116.417	32,1	16.374	114.671	38,7
Outros Recursos	666	2.066	0,5	1.249	2.835	0,8	1.578	3.043	1,0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	4.862	51.557	11,5	3.408	25.592	6,7	2.303	17.320	5,8
Recursos de Emissão Própria (2)	2.913	114.155	25,5	3.983	101.284	27,9	4.170	65.457	22,1
Dívida Subordinada	60	39.715	8,9	28	34.488	9,5	13	22.726	7,7
Total	**135.521**	**448.065**		**107.437**	**364.052**		**97.497**	**296.275**	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o exercício de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R$ 80,8 bilhões e representavam 59,6% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 18,0% do total de recursos e 15,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	**%**
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,4

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

R$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2011					31/12/2010					01/01/2010				
ATIVO (1)	**0 - 30**	**31 - 365**	**366-720**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30**	**31 - 365**	**366-720**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30**	**31 - 365**	**366-720**	**Acima de 720 dias**	**Total**
Disponibilidades	**10.633**	**-**	**-**	**-**	**10.633**	**10.097**	**-**	**-**	**-**	**10.097**	**10.594**	**-**	**-**	**-**	**10.594**
Aplicações em Instituições Financeiras	**68.277**	**36.721**	**2.295**	**287**	**107.580**	**50.739**	**24.031**	**469**	**172**	**75.411**	**110.149**	**17.079**	**487**	**213**	**127.928**
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	25.438	-	-	-	25.438	24.773	-	-	-	24.773	52.577	-	-	-	52.577
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	23.948	29.706	-	-	53.654	17.764	17.617	-	-	35.381	48.988	8.312	-	-	57.300
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.891	7.015	2.295	287	28.488	8.202	6.414	469	172	15.257	8.584	8.767	487	213	18.051
Títulos e Valores Mobiliários	**50.127**	**5.368**	**3.979**	**54.096**	**113.570**	**50.962**	**25.808**	**5.130**	**58.920**	**140.820**	**29.065**	**6.766**	**3.912**	**15.715**	**55.458**
Títulos Públicos - Livres	44.741	-	-	-	44.741	23.473	-	-	-	23.473	17.177	-	-	-	17.177
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	686	1.779	916	23.210	26.591	21.488	19.063	3.694	38.588	82.833	5.604	855	1.220	2.218	9.897
Títulos Privados - Livres	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972	5.954	6.193	1.411	17.748	31.306	6.254	5.681	2.458	13.222	27.615
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	7	290	731	2.238	3.266	47	552	25	2.584	3.208	30	230	234	275	769
Instrumentos Financeiros Derivativos	**2.277**	**3.672**	**960**	**1.845**	**8.754**	**1.145**	**3.914**	**753**	**1.965**	**7.777**	**1.383**	**2.112**	**1.124**	**970**	**5.589**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	**48.966**	**133.015**	**78.609**	**110.750**	**371.340**	**41.720**	**116.494**	**62.832**	**99.394**	**320.440**	**39.587**	**102.113**	**46.525**	**74.703**	**262.928**
	180.280	**178.776**	**85.843**	**166.978**	**611.877**	**154.663**	**170.247**	**69.184**	**160.451**	**554.545**	**190.778**	**128.070**	**52.048**	**91.601**	**462.497**

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R$ 98.053 (R$ 85.776 em 31/12/2010 e R$ 27.087 em 01/01/2010) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passsivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R$ 7.227 (R$ 8.670 em 31/12/2010 e R$ 9.288 em 01/01/2010), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R$ 25.749 (R$ 18.758 em 31/12/2010 e R$ 14.714 em 01/01/2010).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2011					31/12/2010					01/01/2010				
PASSIVO	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**365 - 720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**365 - 720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**365 - 720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**
Depósitos	**122.173**	**38.410**	**33.101**	**67.913**	**261.597**	**100.235**	**43.094**	**18.217**	**63.733**	**225.279**	**91.067**	**30.240**	**32.072**	**52.393**	**205.772**
Depósito a Vista	28.933	-	-	-	28.933	25.537	-	-	-	25.537	24.837	-	-	-	24.837
Depósito Poupança	67.170	-	-	-	67.170	57.899	-	-	-	57.899	48.222	-	-	-	48.222
Depósito a Prazo	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371	15.531	41.687	18.159	63.534	138.911	16.429	28.863	31.989	52.255	129.536
Depósito Interfinanceiros	647	1.171	198	107	2.123	362	1.407	58	199	2.026	582	1.377	83	138	2.180
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	906	-	-	-	906	997	-	-	-	997
Depósitos Compulsórios	**(39.562)**	**(15.790)**	**(13.951)**	**(28.750)**	**(98.053)**	**(31.547)**	**(18.323)**	**(7.981)**	**(27.925)**	**(85.776)**	**(19.331)**	**(1.979)**	**(2.194)**	**(3.583)**	**(27.087)**
Depósito a Vista	(9.939)	-	-	-	(9.939)	(8.210)	-	-	-	(8.210)	(5.679)	-	-	-	(5.679)
Depósito Poupança	(18.843)	-	-	-	(18.843)	(16.511)	-	-	-	(16.511)	(12.525)	-	-	-	(12.525)
Depósito a Prazo	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)	(6.826)	(18.323)	(7.981)	(27.925)	(61.055)	(1.127)	(1.979)	(2.194)	(3.583)	(8.883)
Captações no Mercado Aberto (1)	**56.618**	**24.205**	**45.139**	**91.587**	**217.549**	**89.375**	**35.558**	**27.096**	**62.490**	**214.519**	**65.036**	**24.671**	**47.564**	**4.325**	**141.596**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	**4.365**	**25.714**	**12.998**	**13.274**	**56.351**	**3.455**	**11.825**	**5.854**	**6.224**	**27.358**	**2.319**	**8.276**	**3.833**	**3.560**	**17.988**
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	**3.339**	**25.276**	**10.617**	**24.484**	**63.716**	**2.372**	**19.742**	**17.343**	**16.935**	**56.392**	**2.059**	**12.592**	**15.516**	**11.171**	**41.338**
Dívidas Subordinadas (4)	**69**	**11.338**	**3.174**	**40.941**	**55.522**	**28**	**2.039**	**14.801**	**29.396**	**46.264**	**13**	**941**	**1.234**	**27.770**	**29.958**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**1.526**	**2.609**	**885**	**1.727**	**6.747**	**1.113**	**2.831**	**743**	**984**	**5.671**	**1.077**	**2.259**	**1.096**	**900**	**5.332**
	148.528	**111.762**	**91.963**	**211.176**	**563.429**	**165.031**	**96.766**	**76.073**	**151.837**	**489.707**	**142.240**	**77.000**	**99.121**	**96.536**	**414.897**

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbanários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0.03% de concretização, de acordo com dados históricos. Em relação aos valores de referência (notional) (Nota 35.5).

NOTA 36 – OPERAÇÕES COM O CARREFOUR

Operação com o Carrefour

Em 14 de abril de 2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

NOTA 37 – EVENTO SUBSEQUENTE

Operação com a Redecard

Em 07/02/2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, comunicou aos seus acionistas e ao mercado, através de Fato Relevante, que tem intenção de realizar, diretamente ou por meio de suas controladas, aquisição das ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A., por meio de oferta pública unificada para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard e saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”).

A Oferta Pública de Ações (OPA) será destinada a 336.390.251 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 49,9859% do capital social da Redecard. O preço máximo a ser ofertado será de R$35,00 (trinta e cinco reais) por ação, a ser pago em moeda corrente nacional.

A realização da OPA ficará sujeita à aprovação dos órgãos reguladores e os demais termos e condições da oferta serão oportunamente divulgados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

ITEM 19 ANEXOS

Anexos

Número	**Descrição**	
1.1	Estatuto Social do Itaú Unibanco Holding S.A (tradução não oficial em inglês)	(4)
2.(a)	Forma alterada e reformulada do Contrato de Depósito entre o Requerente, The Bank of New York, como depositário, e os *Detentores de American Depositary Shares* emitidas no âmbito daquele contrato, inclusive forma de *American Depositary Receipts*..	(1)
4.(a)1	Contrato de Compra e Venda, datado de 4 de novembro de 2002, entre Fernão Carlos Botelho Bracher, Antonio Beltran Martinez e Banco Itaú S.A.	(2)
4.(a)2	Acordo de Acionistas datado de 27 de janeiro de 2009 entre Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e a Família Moreira Salles (tradução não oficial em inglês).	(3)
6	Ver na Nota 20 às demonstrações contábeis consolidadas uma explicação do modo de cálculo do lucro por ação conforme os US GAAP. Consulte o "Item 3A. Dados financeiros selecionados – Informações sobre lucro e dividendo por ação" para uma explicação do cálculo do lucro por ação segundo a legislação societária brasileira.	*
8.1	Lista de subsidiárias.	*
11.1	Código de Ética (tradução não oficial em inglês)	(3)
11.2	Política de Governança Corporativa (tradução não oficial em inglês)	(3)
12.1	Certificado do Diretor Presidente de acordo com a Seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.	*
12.2	Certificado do Diretor de Risco e do Diretor Financeiro de acordo com a Seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.	*
13	Certificado do Diretor Presidente, Diretor de Risco e Diretor Financeiro de acordo com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.	*

Concordamos, por meio desta, em fornecer à SEC cópias de quaisquer instrumentos e contratos de dívida a longo prazo conforme esta solicitar.

(1) Incorporado ao presente por referência ao nosso relatório anual no F-6 arquivado na SEC em 20 de fevereiro de 2009.

(2) Incorporado ao presente por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F arquivado na SEC em 30 de junho de 2003.

(3) Incorporado ao presente por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F arquivado na SEC em 17 de maio de 2010.

(4) Incorporado ao presente por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F arquivado na SEC em 27 de junho de 2011.

* Anexo ao presente.

ASSINATURAS

Em conformidade com os requisitos da Cláusula 12 da Lei das Bolsas de Valores (“Securities Exchange Act”), com alterações, o requerente certifica que cumpriu todas as exigências para arquivamento deste relatório anual no Formulário 20-F e fez com que este relatório anual fosse assinado em seu nome por seu representante devidamente autorizado.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

/a/ Roberto Egydio Setubal
Nome: Roberto Egydio Setubal
Cargo: Chief Executive Officer

/a/ Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Nome: Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Cargo: Chief Risk Officer

/a/ Caio Ibrahim David
Nome: Caio Ibrahim David
Cargo: Chief Financial Officer

Data: 30 de Março de 2012

Anexo 8.1

Lista de Subsidiárias

Subsidiárias	País de Constituição	Atividade	Participação no capital votante em 31/12/2011	Participação no capital votante em 31/12/2010
Banco Dibens S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA International, S.A	Portugal	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding de Instituições não Financeiras	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Securities Limited	Emirados Árabes	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú USA Securities, INC.	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	Serviços de Tecnologia	99,99%	99,99%
Redecard S.A.	Brasil	Administração de Cartões	50,01%	50,01%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A.	Brasil	Holding	100,00%	100,00%

Joint ventures				
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Banco	50,00%	50,00%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%

Anexo 12.1

Certificação

Eu, Roberto Egydio Setubal, certifico que:

1. Revisei esse relatório anual no Formulário 20-F do Itaú Unibanco Holding S.A. (a "Empresa");
2. Com base em meu conhecimento, esse relatório não contém qualquer declaração falsa de um fato material ou omite declaração de fato material necessário para amparar as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais demonstrações foram feitas, não enganosas com respeito ao período coberto por esse relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis, e outras informações financeiras incluídas nesse relatório, apresentam de forma justa em todos os aspectos materiais a condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da empresa em, e para, os períodos apresentados nesse relatório;
4. Eu e os outros diretores responsáveis pela certificação da empresa somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção de controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Lei das Bolsas de Valores ("Exchange Act Rules") Regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) e de controles internos relacionados às demonstrações contábeis (conforme definido na Exchange Act Rules, Regras 13a-15(f) e 15d-15(f)) para a Companhia e:
    a. Desenhamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem desenhados sob a nossa supervisão, para assegurar que as informações materiais relativas à Companhia, inclusive suas subsidiárias consolidadas, nos fossem divulgadas por outros dentro daquelas entidades, particularmente durante o período no qual esse relatório foi preparado;
    b. Desenhamos tais controles internos sobre as demonstrações contábeis, ou fizemos com que tais controles internos sobre as demonstrações contábeis fossem desenhados sob nossa supervisão, para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
    c. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da empresa e apresentamos nesse relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, no final do período coberto por esse relatório com base em tal avaliação; e
    d. Divulgamos nesse relatório qualquer alteração nos controles internos da empresa sobre as demonstrações contábeis que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual que tenham afetado materialmente, ou tenha a razoável probabilidade de afetar de forma material, o controle interno sobre as demonstrações contábeis da empresa.

5. Eu e os outros diretores responsáveis pela certificação da empresa divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre as demonstrações contábeis, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do conselho de administração da empresa (ou pessoas desempenhando funções equivalentes):
    a. Todas as deficiências significativas e fraquezas materiais no desenho ou operação dos controles internos sobre as demonstrações contábeis que apresentar razoável probabilidade de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, sumarizar e reportar informações financeiras; e
    b. Toda fraude, material ou não, que envolva a Administração ou outros funcionários que que desempenhem um papel significativo no controle interno da empresa sobre as demonstrações contábeis.

Data: 30 de Março de 2012

/a/ Roberto Egydio Setubal
Roberto Egydio Setubal
Diretor Presidente

Anexo 12.2

Certificação

Os abaixo assinados, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Caio Ibrahim David, certificam que:

1. Revisei esse relatório anual no Formulário 20-F do Itaú Unibanco Holding S.A. (a "Empresa");
2. Com base em meu conhecimento, esse relatório não contém qualquer declaração falsa de um fato material ou omite declaração de fato material necessário para amparar as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais demonstrações foram feitas, não enganosas com respeito ao período coberto por esse relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis, e outras informações financeiras incluídas nesse relatório, apresentam de forma justa em todos os aspectos materiais a condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da empresa em, e para, os períodos apresentados nesse relatório;
4. Eu e os outros diretores responsáveis pela certificação da empresa sou responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Lei das Bolsas de Valores ("Exchange Act Rules") Regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) e de controles internos relacionados às demonstrações contábeis (conforme definido na Exchange Act Rules, Regras 13a-15(f) e 15d-15(f)) para a Companhia e:
    a. Desenhamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem desenhados sob a nossa supervisão, para assegurar que as informações materiais relativas à Companhia, inclusive suas subsidiárias consolidadas, nos fossem divulgadas por outros dentro daquelas entidades, particularmente durante o período no qual esse relatório foi preparado;
    b. Desenhamos tais controles internos sobre as demonstrações contábeis, ou fizemos com que tais controles internos sobre as demonstrações contábeis fossem desenhados sob nossa supervisão, para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
    c. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da empresa e apresentamos nesse relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, no final do período coberto por esse relatório com base em tal avaliação; e
    d. Divulgamos nesse relatório qualquer alteração nos controles internos da empresa sobre as demonstrações contábeis que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual que tenham afetado materialmente, ou tenha a razoável probabilidade de afetar de forma material, o controle interno sobre as demonstrações contábeis da empresa.
5. Eu e os outros diretores responsáveis pela certificação da empresa divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre as demonstrações contábeis, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do conselho de administração da empresa (ou pessoas desempenhando funções equivalentes):
    a. Todas as deficiências significativas e fraquezas materiais no desenho ou operação dos controles internos sobre as demonstrações contábeis que apresentar razoável probabilidade de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, sumarizar e reportar informações financeiras; e
    b. Toda fraude, material ou não, que envolva a Administração ou outros funcionários que que desempenhem um papel significativo no controle interno da empresa sobre as demonstrações contábeis.

Data: 30 de Março de 2012

/a/ Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Diretor de Risco

/a/ Caio Ibrahim David
Caio Ibrahim David
Diretor Financeiro

Anexo 13

Itaú Unibanco Holding S.A.
Certificação segundo a Seção 1350 do U.S.C. 18 promulgada conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002

Itaú Unibanco Holding S.A. ("Empresa") está registrando na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (U.S. Securities and Exchange Commission), na data desse instrumento, sua alteração nº 1 no seu relatório anual no Formulário 20-F referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2011 (o "Relatório"). Conforme definido nas Regras 13a-14(b) ou 15d-14(b) da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários ("Exchange Act Rules") e de acordo com a Seção 1350 do U.S.C. 18, promulgada segundo as exigências da Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, nós, Roberto Egydio Setubal, Diretor Presidente, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Diretor de Risco e Caio Ibrahim David, Diretor Financeiro, por meio desta certificamos que:

Até onde sabemos:

(A) o Relatório está em total conformidade com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934 ("Exchange Act of 1934"); e

(B) as informações contidas no Relatório apresentam de forma justa, em todos os aspectos significativos, a situação financeira e os resultados das operações da empresa.

Data: 30 de Março de 2012

/a/ Roberto Egydio Setubal	/a/ Sérgio Ribeiro da Costa Werlang	/a/ Caio Ibrahim David
Roberto Egydio Setubal	Sérgio Ribeiro da Costa Werlang	Caio Ibrahim David
Diretor Presidente	Diretor de Risco	Diretor Financeiro

Um original assinado dessa declaração por escrito exigido pela Seção 906 foi fornecido para a Companhia e será retido pela empresa e fornecido à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA ("SEC") ou sua equipe mediante solicitação.